FICHA TÉCNICA

TÍTULO Chaves e as suas Fortificações
- Evolução Urbana e Arquitetónica

AUTOR Paulo Dordio

FOTOGRAFIA Paulo Dordio

CAPA _____

REVISÃO E SUPERVISÃO DOS TEXTOS _____

_____

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO Gráfica Sinal, Chaves

LOCAL E DATA DA EDIÇÃO Chaves, Outubro 2015

EDIÇÃO Câmara Municipal de Chaves

ISBN 978-972-97158-6-0

DEPÓSITO LEGAL _____

Paulo Dordio

Chaves e as suas Fortificações

EVOLUÇÃO URBANA E ARQUITETÓNICA

CHAVES
2015

ÍNDICE

FALTA FAZER

1. **Introdução**
1.1. Estratégia e Metodologia
1.2. O Estudo e a Investigação do Urbanismo de Chaves Antiga
1.3. Plano e Conteúdos
1.4. Cidade Portuguesa no Tempo
1.5. Arquitectura, Urbanismo e Sociedade
2. **A *Póvoa* de Chaves no Contexto da Formação de Portugal e sua Evolução**
2.1. Trás-os-Montes e as Estratégias de poder dos senhores da guerra
2.2. A consolidação do modelo de ordenamento do território da Monarquia
2.3. Os repovoamentos tardios no Norte da Península Ibérica
2.4. A Fundação da Póvoa Medieval de Chaves entre D. Afonso III e D. Dinis
2.5. Intervenções régias até ao fim da 1ª dinastia. D. Fernando I
3. **A Vila de Chaves no Renascimento (séculos XV – XVII, 1ª metade)**
3.1. **Fragilidades Demográficas e Posicionamento na Ordenação do Território em Trás-os-Montes**
3.2. **Questões sobre a Expansão Urbana da Póvoa Medieval**
3.3. **Um Paço e uma Corte Senhorial em Chaves** (a viragem do século XV)
3.4. **Consolidação das transformações urbanas na Póvoa Medieval** (transformações século XVI e 1ª metade século XVII)
3.4.1. De *Cemiterio* a Praça(s). Igreja Matriz, Casa da Câmara, Cadeia e a Igreja da Misericórdia
3.4.2. Capelas públicas e Privadas e o Eixo Penitencial do Calvário
3.4.3. A *Rua Nova*: Cidadela da Fé e a expulsão dos hereges
4. **A Praça de Guerra Barroca (meados do século XVII e sua evolução até ao século XX)**
4.1. **Fases da construção das fortificações abaluartadas de Chaves: projectos e engenheiros**
4.1.1. Da Guerra da Aclamação (1640 – 1668) a inícios do século XVIII
4.1.2. A Planta de João Tomás Correia datada de 1706
4.1.3. Plantas e Obras na Praça de Chaves até meados do século XVIII

4.1.4. A Planta inserida nas Memorias Parochiaes de 1758
4.1.5. A Guerra dos Sete Anos (1756 – 1763) e o desastre da Campanha de 1762 (*Guerra Fantástica*)
4.2. **A *Villa* e *Praça de Guerra* de Chaves com seus *Suburbios* em meados do século XVIII**
4.2.1. Os *Subúrbios* da Vila e Praça de Guerra
4.2.2. A lógica da *máquina de guerra* da Praça de Chaves
4.2.3. Implicações urbanísticas: a transformação urbana
4.3. **A Morte Lenta da Praça de Guerra e o despertar da Cidade Moderna**
4.3.1. As plantas de Chaves de 1797 e de 1801
4.3.2. Ensaios de Renovação Urbana (1815 – 1834) e a dinâmica das elites locais
4.3.3. A Criação da Aula de Anatomia e Cirurgia de Chaves (1789 – 1813)
5. **A criação da Cidade Moderna: de Praça de Guerra a Cidade (séculos XIX e XX)**
5.1. **Expansão e transformação urbanas**
5.2. **Existiu em Chaves um Plano de Melhoramentos formalizado?**
5.3. **O desfecho da vocação militar de Chaves (1841 - 1884)**
5.3.1. As reformas militares de 1841: instalação do Regimento de Infantaria 13 em Chaves
5.3.2. O Quartel do Regimento de Infantaria 13 (1841 – 1874)
5.3.3. O Quartel do Regimento de Infantaria 13 (1875 – 1884)
5.3.4. As reformas militares de 1841: os quartéis de Cavalaria
5.3.5. As reformas militares de 1841: o Forte de São Francisco e o Hospital Regimental Reunido
5.4. **Os *Melhoramentos***
5.4.1. Abastecimento de Água e Rede de Esgotos
5.4.2. Iluminação Pública e Rede de Abastecimento de Electricidade
5.4.3. Novas sociabilidades / Novos lugares e espaços públicos
5.5. **O desfecho da vocação militar de Chaves (1884 – 1928)**
5.5.1. A Demolição da Cintura das Fortificações Abaluartadas
5.5.2. Quartel do Regimento de Infantaria 19 (1884 – 1928)
5.5.3. Abertura da Avenida dos Aliados e o desaparecimento do Quartel de Cavalaria (1922)
5.6. **Um Novo Horizonte de *Melhoramentos* (1914 – 1926 e 1926 a 1950). Uma nova imagem da cidade**
5.7. **Planos e Modelos para a evolução da cidade de Chaves na 2ª metade do século XX**
5.8. **Desafectação das antigas instalações militares. Novos usos e valorizações (1959 – 2006)**
5.8.1. O Quartel Novo na Santa Cruz (décadas de 1940 e 1950)
5.8.2. Reabilitação do Baluarte do Castelo (antigo Quartel do Regimento de Infantaria 19/ Batalhão de Caçadores 10)[1959]
5.8.3. Reabilitação das Muralhas
5.8.4. Reabilitação do Forte de São Francisco
5.8.5. Desmoronamento e Reconstrução da Muralha em 2001 e 2002. Reabilitação do Baluarte do

Cavaleiro (2006)

5.9. **A "explosão urbana" finalmente concretizada e os projectos de requalificação**

5.10. **A Criação da Cidade Moderna Hoje: Instrumentos e Tendências Actuais de Intervenção Urbana**

6. **A Construção dos Bairros Extramuros**

6.1. **O Bairro do Anjo**

6.2. **O Bairro Alto, os Quartéis e o Picadeiro. O Bairro Aliança**

6.3. **O Bairro de Santo António, o Olival e a Lapa**

6.4. **O Bairro do Arrabalde**

6.5. **O Bairro da Madalena**

6.6. **O Tabulado, as Caldas e o Bairro de Santo Amaro e do Calvário**

7. **Fontes**

7.1. **Bibliografia**

7.2. **Arquivos**

1. introdução

O presente livro tem origem num relatório datado de 2008 que integrava um estudo mais amplo realizado pela empresa ArqueoHoje, Lda. no âmbito do projecto POLIS CHAVES. Na altura, foi-nos solicitado pela empresa ArqueoHoje, Lda. a realização de uma investigação que permitisse uma visão de síntese acerca da evolução urbana de Chaves e, em particular, sobre a construção e transformações sofridas pelas suas fortificações. Foram estes os objectivos e o contexto do relatório de 2008. Em 2015, a Câmara Municipal de Chaves desafiou-nos para a elaboração de uma versão editável daquele relatório. O resultado é o livro que agora se apresenta.

1.1. Estratégia e Metodologia

Considerou-se a existência de uma ruptura de fundo entre a cidade romana e a cidade baixo medieval, barroca e moderna pelo que apenas foi tratada esta última. Tal posição não invalida a necessidade de explorar a possibilidade de continuidades pontuais entre uma e outra o que constitui um estimulando campo de investigação.

O presente trabalho visou uma síntese e problematização da massa de informação disponível (publicada) mas dispersa. O relacionamento das sínteses e problemáticas levantadas com as estruturas patrimoniais que se podem ainda hoje observar na cidade permitiram multiplicar as aproximações possíveis à realidade tratada. E mais do que tratar estruturas isoladas foi nosso objectivo identificar, observar e analisar conjuntos urbanos coerentes (unidades urbanas) de cuja evolução interdependente resultou a construção no tempo do espaço da vila e hoje cidade.

Assim, grande parte do trabalho desenvolvido teve a ver com recolha, síntese e problematização de informação (texto e imagem), observação do urbano e do edificado e, sobretudo, interpretação.

A perspectiva desenvolvida procurou sempre uma inserção nas problemáticas que se levantam actualmente sobre o tema mais geral e enquadrador da evolução do urbanismo português. Foi também concedida uma atenção particular às profundas intervenções de reabilitação realizadas pela DGEMN ao longo de quase meio século, entre 1959 e a década de 1980.

1.2. O Estudo e a Investigação do Urbanismo de Chaves Antiga

O presente livro muito deve a uma longa tradição de investigação da Chaves do passado inaugurada à quase um século, em 1929, pela publicação da monografia *Chaves Antiga* de Augusto César Ribeiro de Carvalho. Militar, nascido em Chaves no ano 1857, foi ele próprio um dos protagonistas da história da vila e depois cidade. Convicto apoiante da República, teve o comando militar de tropas que se opuseram na região àqueles que pugnavam pela restauração da Monarquia. Mas foi já na reserva da carreira militar

que o levaria a General, que, em 1919 fixaria residência em Chaves e seria nomeado no cargo de Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Chaves, funções que desempenhou até 1922. Faleceu em Chaves em 1940.

Sobre o tema da *Construção da cidade moderna* seguimos de perto a análise realizada por Mário Gonçalves Fernandes, que constitui a sua tese de doutoramento defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2002. Balizada entre 1852 e 1926, tem ainda o mérito de comparar os processos ocorridos em seis urbes do Norte de Portugal como são Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real e Bragança para além da de Chaves. Encontra-se publicada nas edições da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto desde 2005. Deve-se a Rogério Borralheiro a identificação e análise do momento entre o final do Antigo Regime e o Liberalismo, na passagem do século XVIII para o XIX. Nela, Rogério Borralheiro demonstrou a existência em Chaves de uma dinâmica elite que aqui, mais cedo do que em outras vilas e cidades, promoveu uma nova ideia urbana, iniciando o processo que traria consigo a *cidade moderna*. A principal publicação do autor sobre este assunto constitui a sua tese de doutoramento, publicada em Braga no ano de 1997 e intitulada *O Munícípio de Chaves entre o Absolutismo e o Liberalismo (1790-1834): administração, sociedade e economia*. Colhemos ainda em várias publicações de Firmino Aires, nomeadamente nas *Incursões Autárquicas* (1995 e 2000) e na *Toponímia flaviense* (1990), muita informação relevante para o entendimento da história urbana de Chaves nos séculos XIX e XX.

O tema da *Cidade abaluartada*, a identificação dos seus construtores e a reconstituição dos episódios relacionados com o desmantelamento das fortificações já no decurso do século XIX, foram tratados com detalhe por Júlio de Montalvão Machado, nomeadamente no livro de 1994, *Crónica da Vila Velha de Chaves*. Sobre a personalidade marcante de Manuel Pinto de Vilalobos mas também de outros engenheiros militares como Miguel de Lescole, engenheiros militares responsáveis pelo estaleiro da obra de fortificação e que tiveram nas suas mãos a tarefa de reconversão urbana em Praças de Guerra de muitas das vilas do Norte de Portugal nos séculos XVII e XVIII, encontramos um importante apoio na tese de Miguel Soromenho, intitulada *Manuel Pinto de Vilalobos da engenharia militar à arquitectura*. Trata-se de uma dissertação de mestrado em História da Arte Moderna defendida na Universidade Nova de Lisboa em 1991. Referência ainda para as análises e cartografias de Manuel Teixeira e Margarida Valla, publicadas em *O Urbanismo Português, séculos XIII-XVIII, Portugal – Brasil* publicado em 1999.

A questão da *Póvoa Medieval* de Chaves, teve o ponto de partida no trabalho de Nuno José Pizarro Dias, *Chaves Medieval (Séculos XIII e XIV)*, publicado em 1990 na Revista *Aquae Flaviae*. Eu próprio (Paulo Dordio) trabalhei em seguida este mesmo assunto em várias publicações (1993a e 1993b, 2010) assim como o fez Ricardo Teixeira (1996 e 2001). Mais recentemente, e já depois da redacção do relatório na origem do presente livro, Luísa Trindade retomaria a questão com grande detalhe e uma análise morfológica e métrica do urbanismo medieval de Chaves em o *Urbanismo na Composição de Portugal*, tese de doutoramento defendida na Universidade de Coimbra em 2009.

Ainda que optando por não tratar a questão da cidade de Chaves romana, não podemos deixar de ter em atenção a imensa bibliografia produzida sobre a mesma bem como as sínteses ensaiadas por Paulo Amaral em 1993, na tese de mestrado subordinada ao tema *O Povoamento Romano no Vale Superior do Tâmega - Permanência e mutações na Humanização de uma Paisagem* e por Antonio Rodríguez Colmero em *Aquae Flavie, II. O tecido urbanístico da cidade romana*, publicado em1997. Mas sobre este assunto muito se aguarda ainda no momento como resultado das mais recentes e espectaculares escavações arqueológicas realizadas nas antigas termas da cidade romana no Largo do Arrabalde.

Uma última palavra para o blog *Chaves Antiga* (http://chavesantiga.blogs.sapo.pt/) que, fazendo uso dos novos meios actualmente disponíveis, constitui um repositório imenso de documentação, ideias e discussão participada pela comunidade o qual honra e dá também continuidade à longa tradição de investigação da Chaves do passado a que nos vimos referindo.

1.3. Plano e Conteúdos

Consideraram-se sucessivamente quatro momentos geradores da cidade: a *Póvoa medieval*, a *Vila* renascentista, a *Praça de Guerra barroca*, e finalmente a *Cidade Moderna*.

A *póvoa medieval* surge no âmbito das reorganizações do território e do povoamento que a Monarquia Portuguesa empreende sobre os espaços das periferias do NE. Mais tardia do que a fundação de Bragança por D. Sancho I mas anterior à criação de Miranda do Douro por D. Dinis, a Póvoa de Chaves surgirá por iniciativa do Rei Afonso III ao mesmo tempo que este se dedicava à paralela fundação de Vila Real. A característica de vila de fronteira com objectivos bélicos mas, ao mesmo tempo, controlando importantes relações comerciais com o lado Leonês e Castelhano, constituirá desde a origem uma característica fundamental da identidade urbana de Chaves.

A *Vila renascentista* surge na continuidade da póvoa medieval procurando actualizar-se ao sabor de novas tendências e exigências que percorriam a Europa do Renascimento. A característica de vila de periferia, fronteira e distante dos centros ordenadores, persistirá impondo limitações à actuação dos protagonistas da construção da sua história. Oscilando entre a expansão possível e a contenção, será terreno de intervenção das suas elites empenhadas num esforço de *monumentalização* do tecido urbano mas que não deixará de ser marcado pelo *deficit* de recursos ou de ambições.

A análise da *Praça de Guerra* na época barroca determina necessariamente uma atenção particular ao processo de construção das estruturas de fortificação abaluartadas bem como ao entendimento da lógica da máquina de guerra subjacente e as implicações urbanísticas decorrentes. Procurou analisar-se também os modos como Chaves organizou as suas periferias urbanas ou *subúrbios* nesta época, considerando que aquele tipo de fortificações, com as extensas *obras exteriores* que implicava, impunha normalmente um corte radical entre o espaço urbano e a periferia rural ou suburbana.

O momento difícil que o desastre da campanha de 1762 representou para os núcleos urbanos em Trás-os-Montes inaugurou o que chamamos de *morte lenta da praça de guerra*. Mas a vila e as suas elites foram capazes de reagir a uma conjuntura desfavorável e relançar uma nova dinâmica de crescimento em Chaves que se reflectiu num original período de renovação urbana entre os fins do século XVIII e as três primeiras décadas do XIX, antecipando o que teria o seu pleno desenvolvimento no decorrer da 2ª metade do século XIX.

Analisaram-se em seguida as dificuldades do crescimento urbano que é geral ao longo de Oitocentos. Observou-se o *fim* da *Praça de Guerra*, a actualização da presença militar com novos projectos e realizações bem como a reabilitação das estruturas de fortificação em desuso com novos significados e utilizações.

Situamo-nos então em pleno processo de criação da *Cidade Moderna*, identificando-se dois planos sucessivos ainda no interior das lógicas dos *Planos de Melhoramentos Urbanos*, o primeiro desenvolvendo-se ao longo das últimas décadas do século XIX e o segundo estruturando uma outra lógica para a cidade a partir da instauração do poder republicano e o fim da 1ª Guerra Mundial. A elaboração do *Ante Plano de Urbanização* nas décadas de 1940 e 1950 procura uma actualização do espaço urbano e respostas aos desafios de uma expansão urbana que se vê chegar mas que marcará passo depois com a crescente emigra-

ção para fora de Portugal. Porém, as últimas décadas do século XX trarão consigo uma explosão urbana e edificadora que os planos de urbanização da década de 1950 não terão capacidade de ordenar.

Já nos nossos dias assistimos a uma nova atenção aos problemas urbanos e do crescimento que procura a criação de instrumentos eficazes de planeamento e controle cujo corolário é o **Projecto Polis** para o qual o presente trabalho de investigação histórica e arqueológica visou contribuir.

1.4. Cidade Portuguesa no Tempo

O estudo e conhecimento do urbanismo em Portugal conheceram grandes avanços, registados sobretudo nas duas últimas décadas.

Os anos de formação da Monarquia Portuguesa (séculos XII – XIV) são coevos de uma nova dinâmica urbana que acompanha o momento da expansão medieval iniciada após o ano 1000. Grande parte dos núcleos urbanos actuais podem, com proveito metodológico, reconhecer as suas origens nessa época. A Monarquia Portuguesa afirmou o domínio sobre o território a partir da matriz urbana ordenando e reordenando com ela o espaço em função dos seus interesses centralizadores.

Numa primeira fase, o *limite* que a muralha da cerca materializa parece ser sinónimo de urbano. Com efeito dizia-se, na altura, "*fazer vila*" como exprimindo construir uma muralha de cerca e com ela assim fundar um núcleo urbano. Muitos núcleos urbanos surgiram naquela época, sobremaneira durante os reinados de D. Afonso III e de D. Dinis, como actos de vontade régia, fundações novas e ordenadas com o objectivo de criar centros a partir dos quais organizar – ou reorganizar - o território. Chamaram-se então "*povoas*" ou "*vilas novas*" mostrando no respectivo desenho o carácter planificado da sua origem. Centro urbano e território surgem indissoluvelmente relacionados pois um centro urbano exige sempre um *termo* no qual tem assento as aldeias, quintas e casais em que moram as populações rurais que daquele dependem. Um centro urbano é pois normalmente um município e um território concelhio.

O crescimento das concentrações humanas e o desenvolvimento das actividades de relação trouxe a formação de *rossios* e de *arrabaldes* nos exteriores próximos das muralhas da cerca. Ao mesmo tempo esboça-se uma diferenciação entre a *Alta* e a *Baixa* urbanas, esta última muitas vezes designada por *Ribeira*. Iniciava-se então um movimento clássico das populações que se aproximam das áreas mais abertas à relação e à expansão, abandonando os altos e adensando-se sobre os baixos, junto aos caminhos e às margens dos rios navegáveis.

Entre os séculos XVI e o XVIII, as elites urbanas desenvolvem um discurso crítico em relação à matriz tardo-medieval que as suas cidades exibiam. *Monumento* e *Monumentalidade* serão as palavras de ordem por detrás de numerosas e variadas intervenções no espaço urbano cuja expressão mais completa estará na *Praça* regularizada e monumentalizada com equipamentos (chafarizes, pelourinhos, etc) e edifícios (Casas da Câmara, Igrejas, Igrejas da Misericórdia, Hospitais, Capelas, Palácios, etc). Para o final daquele período, tocado já pelas exigências do Iluminismo, o discurso propunha mesmo "*corrigir traçados*" a fim de adequar o desenho urbano a uma ordem e um racionalismo que seria expressão do poder do Estado.

A 2ª metade do século XIX trará consigo a expansão urbana moderna com o rápido crescimento da população urbana. As *cidades* e as *vilas* preparam-se para receber esse afluxo de novas gentes elaborando *Planos de Melhoramentos* em cuja preocupação estará em primeiro lugar o grau zero do urbanismo, as *infra-estruturas*. Será a época das grandes obras municipais viárias, de iluminação pública, abastecimento de água, drenagens e saneamentos, etc.

As décadas de 1930 e de 1940, coincidindo com nova fase de expansão e crescimento urbanos, mostram a emergência da *Obra Pública* e do *Plano Geral de Urbanização* como os novos instrumentos adequa-

dos às novas exigências de planificação urbana de um Estado que se queria fazer reconhecer como forte. As duas décadas seguintes continuarão a mostrar a concretização daqueles instrumentos do urbanismo a mais das vezes falha de inovação e enredada numa inércia burocrática.

As rupturas introduzidas nas décadas de 1970 e 1980 prepararam o momento actual e o futuro, numa terceira fase de expansão e crescimento, mais exigente, introduzindo novas preocupações, como as Patrimoniais, e fazendo uso de novos e mais eficazes instrumentos de planificação e controle (PDM's, Planos de Pormenor, Inventários do Património, Planos de Salvaguarda, Planos de Reabilitação, etc).

1.5. Rede Urbana e Sociedade em Portugal

Um primeiro diagnóstico da evolução histórica da rede urbana portuguesa foi realizado por autores como Vitorino Magalhães Godinho e José Gentil da Silva os quais apontaram a estagnação do respectivo desenvolvimento entre o século XVI e os inícios do XIX como um dos principais traços realçando que "uma boa armadura de pequenos centros urbanos" contrasta "com a inexistência das cidades médias" ao mesmo tempo que "a capital é das primeiras cidades do mundo de então". Nos dois séculos seguintes (XIX e XX), quando por toda a Europa desenvolvida, se observa uma descolagem sem precedentes da população urbana, Portugal irá manter de uma forma generalizada níveis de urbanização diminutos, casos à parte de Lisboa e do Porto, para apenas ver acelerar o crescimento a partir da década de 1950. A incapacidade dos centros provinciais da rede urbana em atrair o êxodo rural que se verifica e que opta antes pela emigração, que é antiga e persistente, é apontada como o outro traço estrutural conexo de um mesmo esquema de bloqueamento do desenvolvimento e da Modernização da sociedade portuguesa.

Uma nova geração de historiadores realizou a partir da década de 1980 uma crítica e desconstrução de paradigmas prevalecentes até aí aportando **a emergência do local** e **um novo equacionamento do papel do centro e da periferia** (José Mattoso e António Manuel Hespanha).

O trabalho crítico incidiu principalmente sobre a ideia de Estado e de Nação legada pelos historiadores do século XIX, que a historiografia do Estado Novo havia cristalizado: "a omnipresença da coroa, a ideia da centralização precoce (ou o paradigma da centralização contínua e interminável (…)), a utilização dos conceitos de Estado e de Nação num sentido quase contemporâneo para falar da história portuguesa desde os finais da Idade Média, e a imagem da atrofia de todos os poderes que não os da monarquia constituíam património comum dos historiadores portugueses, quase sem excepção" (Nuno Gonçalo Monteiro, *Os Poderes Locais no Antigo Regime, História dos Municípios e do Poder Local*, direcção de César Oliveira, 1996, p. 22). A explicação da cultura político-institucional prevalecente no passado, matricialmente distinta, e da forma como esta lidava com a divisão territorial, são dois dos temas explorados por aquela nova investigação histórica a qual reafirma então que "o conceito de Estado não deve ser usado para analisar os universos político-institucionais do Antigo Regime, caracterizados na teoria e na prática, até meados do século XVIII, pela coexistência, a par da coroa, de diversos corpos dotados de uma esfera de jurisdição própria e irredutível, onde se incluiriam, entre outros, a Igreja, o poder senhorial e, também, o poder municipal" (*idem*, *ibidem*, p. 23).

Esta investigação, que se estendeu à história da sociedade portuguesa medieval, moderna e contemporânea, bem como das formas da sua expressão territorial, acentuaria "a vitalidade e a autonomia dos corpos políticos locais" bem como "a dimensão anti-regional" do poder municipal (*idem*, *ibidem*, p. 23) ao mesmo tempo que constatava a escassez dos meios ao dispor do poder central, para a concretização do projecto de centralização política cujo anúncio precoce data da Baixa Idade Média e em particular dos reinados de D. Afonso III (1245-1279) e de D. Dinis (1279-1325). Não mais seria possível enfrentar

o estudo do urbanismo português sem as perspectivas abertas por este aprofundamento irredutível dos conceitos e das premissas.

A rede urbana portuguesa, aparentemente imobilizada no tempo, da Baixa Idade Média à Contemporaneidade, constituída por "uma boa armadura de pequenos centros urbanos" que contrasta "com a inexistência das cidades médias" adquire todo um novo significado quando explicada no âmbito da matriz institucional do espaço político de Antigo Regime (António Manuel Hespanha, *L' Espace Politique dans l'Ancien Regime*, 1983). Ao basear a estrutura de legitimação do poder na tradição, o espaço habitado por uma "comunidade natural" passa a constituir a unidade política básica. Desta matriz decorre quer a rigidez e indisponibilidade da organização política do espaço quer a sua miniaturização. A nível local desenvolve-se uma mentalidade e culturas autárcita que privilegia o ideal de auto-suficiência.

A incapacidade para crescer é outra das consequências desta matriz e cultura políticas. As palavras que José Mattoso utiliza para descrever os concelhos medievais do interior poderiam aplicar-se à generalidade dos núcleos urbanos concelhios ao longo de todo o Antigo Regime:

"Quero-me referir particularmente à constante tendência para as cidades crescerem, alargando o espaço que ocupam, atraindo mais gente, diversificando as funções económicas e multiplicando os poderes. Os concelhos medievais do interior têm uma capacidade de expansão limitada. Quando alargam o seu território tendem a fragmentar-se em concelhos menores. (…). Ao fim e ao cabo, parece ser a tendência autonómica dos concelhos do interior em relação ao poder central, e a compartimentação do espaço que eles controlam, os dois factores determinantes da sua feição estática em termos urbanísticos" (1992a, 18-19). Concomitantemente, não se verifica um processo de hierarquização dos núcleos urbanos. E no pensamento político, a boa dimensão de uma povoação é a que não ultrapassava a escala local: "As cidades, reescrevia-se em Portugal no século XVII, não deviam ser muito grandes nem muito pequenas, seguindo a mediania aristotélica, de modo a que fosse possível ouvir em todos os cantos a voz do pregoeiro, isto é, onde a sociabilidade fosse a de uma comunidade" (Manuel Botelho Ribeiro Pereira, *Diálogos Moraes e Políticos*, Viseu …. cit. por Oliveira 2002, p. 104)

Por outro lado, os conceitos de *centro* e *periferia* são os adoptados para descrever e explicar a relação entre a Coroa e os corpos políticos autónomos como os municípios ou as *cidades*. As expressões designam não tanto espaços geográficos delimitados mas antes, de um lado, a "zona central" onde se definem os símbolos, valores e crenças "que governam a sociedade", e, por outro lado, a grande maioria da população que se encontra mais ou menos distanciada desse centro (Shils, 1992). A aludida inexistência da dimensão regional é então igualmente equacionada no âmbito dos processos de centralização régia e da escassez dos meios de extensão à periferia ao dispor do poder central (António Manuel Hespanha, *Centro e Periferia nas estruturas administrativas do Antigo Regime*, *Ler História*, nº 8, 1986). As características da rede urbana portuguesa adquirem também aqui significado: "Parece evidente, aliás, que uma das características que se apontam à rede urbana portuguesa no Antigo Regime, designadamente, a quase inexistência de cidades de média dimensão, tem também (e muito) a ver com isso: não existiam capitais de unidades administrativas regionais. Ser sede de comarca era muito pouco, até porque chegou a haver mais de quatro dezenas e algumas, como Chão de Couce no início do século XIX, não chegavam a ter três centenas de fogos" (Monteiro 1996, 114). A cidade como modelo de organização do território e ideal de vida humana, a cultura e mentalidades urbanas, seriam um dos ingredientes do património da "zona central" da sociedade. É desta forma que para José Mattoso, o próprio processo de centralização régia poderia ser visto como a extensão à periferia da mentalidade urbana: "Se o que se tem chamado a história «nacional» não é, afinal, apenas a da centralização régia, e se esta não constitui pouco mais do que o pro-

longamento da uniformização citadina" (1985, I, 312), assumindo aqui a palavra "periferia" o duplo sentido geográfico e social. Em síntese, poder-se-ia afirmar que ao começo do triunfo da Monarquia, que o reinado de D. Afonso III estabelece depois das incertezas do reinado anterior, corresponde a progressiva consolidação de um modelo de ordenamento do território veiculado pelo poder régio que tomava a *cidade* como o ideal de organização com o qual era imperativo fazer preencher todo o espaço disponível. *Cidade* e *Concelho* tenderão a identificar-se e, até ao final do século XV, verifica-se a universalização do modelo concelhio como a unidade administrativa e judicial de primeira instância. Os resultados revelariam porém o compromisso entre as formas tradicionais de organização na periferia e os modelos propagados pela autoridade do centro.

A investigação da cidade como **materialidade**, a investigação da forma e da localização, a investigação da cidade como documento para a história da sociedade foi um tipo de aproximação do fenómeno urbano lançado entre nós em primeiro lugar pela geografia. Os textos de Orlando Ribeiro assumem aqui um papel fundador (Orlando Ribeiro, *Opúsculos Geográficos. V. Temas Urbanos* Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1994) a que se seguiriam alguns dos seus discípulos como Jorge Gaspar (1969) embora com escassa continuidade posterior no que à dimensão histórica diz respeito

Diante do atraso da arqueologia medieval e moderna em Portugal, foi a história da arquitectura e do urbanismo que deram a necessária continuidade às problemáticas então abertas. Várias equipas e investigadores individuais abriram novas frentes de trabalho a partir da década de 1980 elegendo como objecto de estudo a forma e a morfologia urbana. Toda esta dinâmica nova da história do urbanismo português culminaria em realizações colectivas de síntese como *O Universo Urbanístico Português 1415 – 1822*, já em meados da década de 1990. É no seio da equipa liderada por Walter Rossa no Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, que estas frentes de trabalho melhor adquiriram profundidade de abordagem, reflexão crítica, apuramento das metodologias e ao mesmo tempo sentido de projecto em continuidade e de largo fôlego.

Inicialmente centrado sobre a cidade setecentista, a orientação da investigação cedo sentiu a indispensabilidade de um recuo no tempo discutindo a questão dos "antecedentes" e recentrando-se sobre o período que medeia entre o momento "fundador" baixo medieval e o momento de "reformulação" e "redefinição" das primeiras décadas de Quinhentos. A investigação perseguiria então a identificação dos "procedimentos urbanísticos e de ordenamento do território mais comuns", os quais designaria por "invariantes", e que na sua sistematização configurariam uma específica "maneira de fazer cidade", ou, de um modo mais abrangente, "uma cultura do território" portuguesa" (Rossa, 1995, 2002; Rossa e Trindade 2006).

A aproximação que propomos, situando-se no cruzamento de várias abordagens apontadas anteriormente, toma a Cidade e a organização do Território como instrumentos da conflitualidade social no seio da sociedade de Antigo Regime. O modelo urbano serve comunidades que perseveram na manutenção do respectivo estatuto; serve comunidades que aspiram vir a obter um estatuto de jurisdição autónoma; serve o poder central apostado num projecto centralizador e integrador. De um ponto de vista local a cidade e as suas materialidades são um activo instrumento de resistência, competição, emulação e compromisso ou aliança nas mãos dos agentes sociais. Do ponto de vista externo, o do poder central, a cidade e as suas materialidades são igualmente um activo instrumento de outros agentes sociais mas de reordenação, de imposição, de domínio e de territorialização.

2. A *Póvoa* de Chaves no Contexto da Formação de Portugal

Em 1128, o infante D. Afonso Henriques, liderando uma camada dirigente dos "*portugueses*", toma o poder em S. Mamede. Se a região onde estabelece plenamente a sua autoridade, tinha como limite Sul a cidade moçárabe de Coimbra, a Este, ainda não abrangia os espaços dos actuais distritos de Bragança ou da Guarda nem o Norte do distrito de Vila Real, o Alto Tâmega, onde se localiza a cidade de Chaves (Mapas 1 a 3).

Em relação a Chaves foi Nuno José Pizarro DIAS (1990, 41) que chamou a atenção para dois documentos do *Liber Fidei* da Sé de Braga, datados respectivamente de 1100 e 1106, os quais indiciam "que o território flaviense não pertencia ao *Condado Portucalense*. No documento datado do ano de 1100, altura em que o conde D. Henrique estava já de posse do governo daquele condado, podemos ler: *Mandante Zamora ille comite Domnus Reimundos et in Xavias ille comite Sancius et ejus vigarii* (doc. 410). No segundo documento – uma carta pela qual o presbítero Fernando Pais doa à Sé de Braga a igreja de Santo Estêvão e outros bens em Santo Estêvão de Chaves, datada de 12 de Novembro de 1106 – afirma-se: *qui ipsa terra imperabat comes Raimundus gener regis Adefonsus"* [1].

A integração da faixa interior na formação política nascente do reino era um projecto que exigia o reconhecimento da autoridade régia *portuguesa* pelos diversos outros poderes aí constituídos, senhores ou comunidades, que em consequência da situação de periferia se movimentavam com grande autonomia. As estratégias seguidas tiveram em conta diferentes configurações sociais.

A Norte do Douro, a documentação faz eco destas características individualizando populações que designa por "*Bregancianos*" entre os "*Portogaleses*", a ocidente, e os "*Leoneses*", a oriente[2]. Ao sentido autonómico de *Bragança* liga-se, já no final do século XI, o carácter dos senhores da região, em especial à família dos *Braganções* que dela tomaram o nome. Fernão Mendes, o primeiro chefe de linhagem documentalmente comprovado, era tenente da terra de Chaves em 1072 e em 1086. Aparece depois, ainda que raramente, a confirmar documentos condais e do infante D. Afonso Henriques. A tradição dos livros de linhagens chega a atribuir-lhe o matrimónio com uma filha bastarda do rei Afonso VI de Leão e Castela

1 Consutar doc. 653

2 GAMA BARROS, 1945-1954, vol. XI, p. 115, numa referência ao Foral de Salamanca, regista a existência no respectivo território de "parochias fundadas por Borgonhezes, Castelhanos, Bregancianos, Portugalenses, montanheses d'Asturias e de Leon , e Gallegos". BARRIOS GARCÍA 1985, 62, refere-se igualmente à procedência dos repovoadores de Salamanca surgindo na documentação registo de castellanos, portogaleses, toreses e francos como os grupos principais mas aos quais se juntam também menções de serranos, mozáraves e bregancianos. Ver ainda Julio GONZALES, 1943, 241-245.

o que lhe teria conferido uma elevada importância, em situação de paridade com o próprio Conde portucalense D. Henrique[3].

Mais a Sul, sobre a linha do Douro, os avanços dos senhores portucalenses de Riba Douro, Baião e Paiva faziam alastrar a senhorialização por ambas as margens, rio acima. Porém, ainda em meados do século XII, não tinham conseguido alcançar as terras quentes do Douro Superior. Os domínios de Egas Moniz, o principal senhor de Riba Douro ao longo da primeira metade do século XII, chegavam ao Montemuro por Cinfães e Resende, atingiam Lamego e Armamar, desciam as encostas da serra do Montemuro pelo Sul, em Castro Daire e Vila Nova de Paiva, para se deterem, mais a leste, na serra da Lapa, por Moimenta da Beira e Sernancelhe, mal ultrapassando o rio Távora (Mapa 2)[4]. Para montante de um invisível mas sempre presente *limite*, no Douro e na Beira Alta, a moçarabização tinha sido mais intensa e tinham-se constituído comunidades poderosas. Até às últimas décadas do século XII, os planaltos drenados pelo Côa, o Águeda e o Huesca estiveram por isso entregues a si próprios. Do lado português, o início do repovoamento, que era afinal o enquadramento das comunidades existentes por poderes externos, arranca na década de 60 do século XII, ainda e apenas sobre a linha das antigas *penelas e populaturas* da Condessa D. Châmoa.

Progredindo sempre para Este, conhece um momento culminante no final da década de 1190 com o foral da Guarda e atinge plenamente a linha do Côa com os termos das vilas de Pinhel, Castelo Mendo, Touro e Sortelha, repovoadas já só ao longo do primeiro quartel do século seguinte (Mapa 3). Do lado leonês, o ritmo do repovoamento foi paralelo mas o movimento de sentido oposto, progredindo para Oeste. Na década de 1160 iniciava-se o repovoamento de Ciudad Rodrigo, antes uma aldeia periférica do termo de Salamanca, mas as vilas do Riba Côa como Castelo Rodrigo, Castelo Melhor e outras, surgirão apenas no início do novo século.

O solar da Coroa portuguesa não compreendia assim, nesses anos originais do final da década de 1120, toda uma faixa de território transversal ao Douro Superior que por outro lado também não se encontrava bem integrada no espaço leonês. Num momento em que os próprios poderes estabelecidos nesta região (a linhagem dos *Braganções*) procuravam linhas de expansão em direcção a Sul[5], a escolha de Coimbra, no início da década de 1130, como novo centro da futura coroa portuguesa, veio a revelar-se crucial e determinante.

O mapa elaborado por Paulo Merêa e Amorim Girão em 1943, intitulado "**Territórios *portugueses* no século XI**" conduz-nos à delimitação do espaço abrangido, nas palavras dos autores, "pelos documentos dos nossos arquivos" (MERÊA e GIRÃO 1943, 5). Fica desde logo estabelecido o carácter litoral daquela memória escrita, preservada nos cartórios dos mosteiros da região, desde a origem intimamente relacionados com os poderes regionais, sejam eles da nobreza condal (imperante até à 1ª metade do século XI) ou os da nova nobreza dos infanções. Na sombra, jaz toda a

3 FERNANDES 1972, p. 236-238.

4 MATTOSO 1985, vol. I, p. 169 e vol. II, p. 234, MAPA 9 – Domínios de Egas Moniz segundo FERNANDES 1978, p. 117, 144-145.

5 Com efeito, se em 1128, o senhor Bragação confirma dois documentos do infante D. Afonso sendo "tenente da terra de Bragança", dois anos depois, em 1130, o mesmo senhor, Fernão Mendes "potestas in Bragança et Lampasas", sem menção de subordinação ao infante D. Afonso, outorga carta de foral aos habitantes da "ciuitate Noman" (Numão) a Sul do Douro (PMH – Leges, 368-370). E não terá sido esta iniciativa um acto isolado. Pela mesma altura, o mesmo senhor, teria feito construir ou povoar o vizinho castelo de Longroiva que em 1145, um seu herdeiro, viria a doar à Ordem do Templo (VITERBO 1965-1966, vol. II, p. 587, nota 1). A expansão para Sul da autoridade destes senhores e o seu carácter autónomo devem ser realçados. Ao mesmo tempo, verificamos que o alargamento da sua autoridade nesta área, também se processa através do reconhecimento das fortes comunidades do Alto Douro com a concessão de cartas de foral.

área interior, ausente da memória escrita e dos cartórios daqueles poderes dominantes (Mapas 1 a 3). À parte o problema da confusão, naquele mapa, entre os territórios mais arcaicos das *civitas* com os emergentes das *terras*, cuja organização se estabelece ao longo da 2ª metade do século XI após as reformas implementadas por Fernando o Magno e a afirmação da nobreza dos infanções[6] , fica evidenciada a ausência da região interior nos registos escritos de posse de que os poderes supra locais faziam uso. O mesmo mapa seria retomado por Maria Ângela Beirante na síntese publicada em 1993 sobre o *Portugal* da *reconquista cristã* entre os séculos IX e XI[7]. O comentário de desalento que redige chama mais uma vez para a delimitação entre o espaço conhecido e o *deserto da escrita*: "(…) esquematicamente, poderíamos dizer que o território actualmente português se repartia entre cristãos e muçulmanos por uma fronteira que, nos finais do século XI, chegava até ao Tejo. Mas esta divisão parece demasiado simplista. Na realidade, os documentos dão-nos a conhecer, ainda que com algumas lacunas, a história de um espaço geográfico que correspondia, *grosso modo*, às actuais províncias do Minho, Douro e Beira Litoral, parte de Trás-os-Montes, da Beira Alta e da Estremadura. Em termos de conhecimento histórico, a faixa interior de Trás-os-Montes e das Beiras permanece praticamente na sombra. O que se passaria com estas zonas? Seriam verdadeiramente terras de ninguém? Estariam habitadas por uma população diminuta ou apenas desorganizada? Por ora temos de nos conformar com o silêncio das fontes e não ultrapassaremos o terreno das conjecturas" (BEIRANTE 1993, 255).

Se a conquista e repovoamento do Sul islâmico terá sido determinante na formação do território da Monarquia portuguesa, a configuração desta nova formação política jogou-se igualmente numa medida apreciável nas dinâmicas de repovoamento que se desenvolveram na bacia do rio Douro e em Trás-os--Montes ao longo dos séculos XII e XIII.

2.1. Estratégias de poder dos senhores da guerra

A partir de 1131, as preocupações de D. Afonso Henriques fixam-se em Coimbra onde procurará assegurar a aliança e a fidelidade de diversas comunidades em torno daquela cidade e da de Viseu, na continuidade, aliás, com idênticas iniciativas anteriores dos condes seus pais. Concede então, ou confirma, entre 1135 e 1137, um grande número de cartas de foral naquelas duas áreas[8]. Delimitavam-se deste modo as periferias do território onde o infante D. Afonso via reconhecida a sua autoridade bem como a zona de fronteira com outras formações políticas: para Sul de Coimbra o território sob domínio muçulmano; para Este de Viseu um espaço onde se expandia em direcção a Sul a autoridade dos senhores *Braganções* cuja subordinação a Afonso Henriques não estava ainda confirmada.

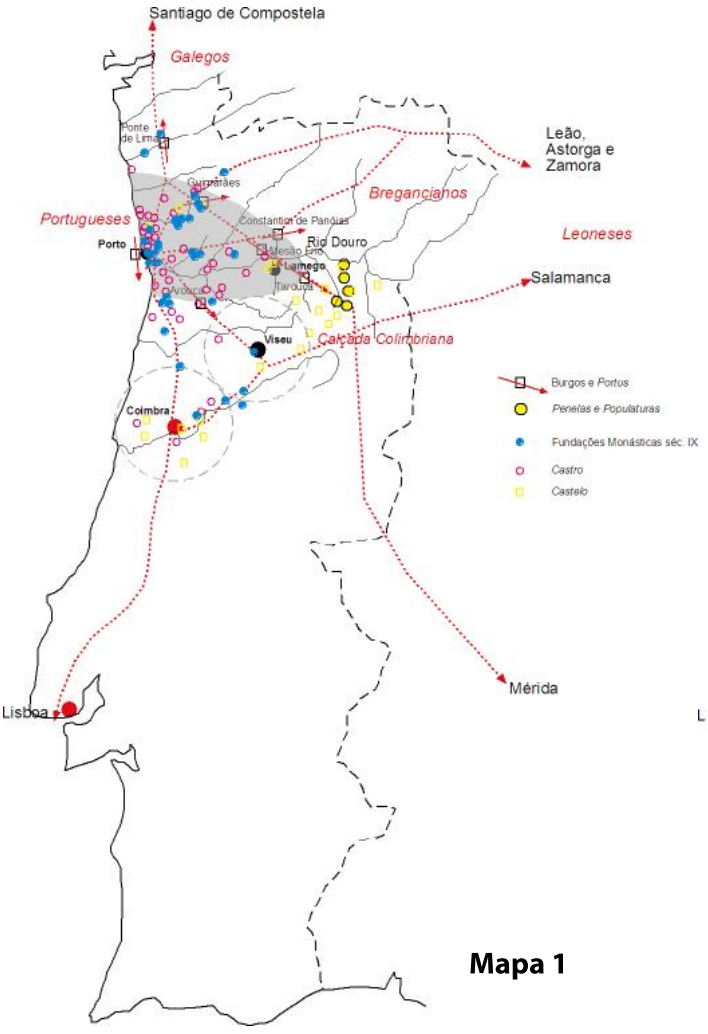
Só após ter assegurado a aliança com o senhor *Bragação*, casando a Infanta D. Sancha Henriques, sua irmã[9], é que o monarca português se atreveu a iniciar uma nova fase de alargamento e consolidação do seu domínio para Este, sobre as comunidades do Alto Douro, concedendo, a partir dos meados da década de 1150 e ao longo da década seguinte, cartas de foral a Freixo de Espada à Cinta (entre 1155 e

6 Ver BARROCA 1990 – 91, 115-118 que publica no Quadro 1 uma listagem onde regista a primeira referência documental a cada um dos territórios medievais portugueses com datas até fins do século XI.

7 BEIRANTE 1993, 269, Mapa 18, Territórios "portugueses" (séculos IX – XI), limite prováveis.

8 Almoinha do Rei, Seia, Miranda do Corvo e Penela, na área de Coimbra, e Ansiães, Sátão, Viseu, Ferreira das Aves e Sernancelhe, na área de Viseu (REIS 1991, pp. 105-140).

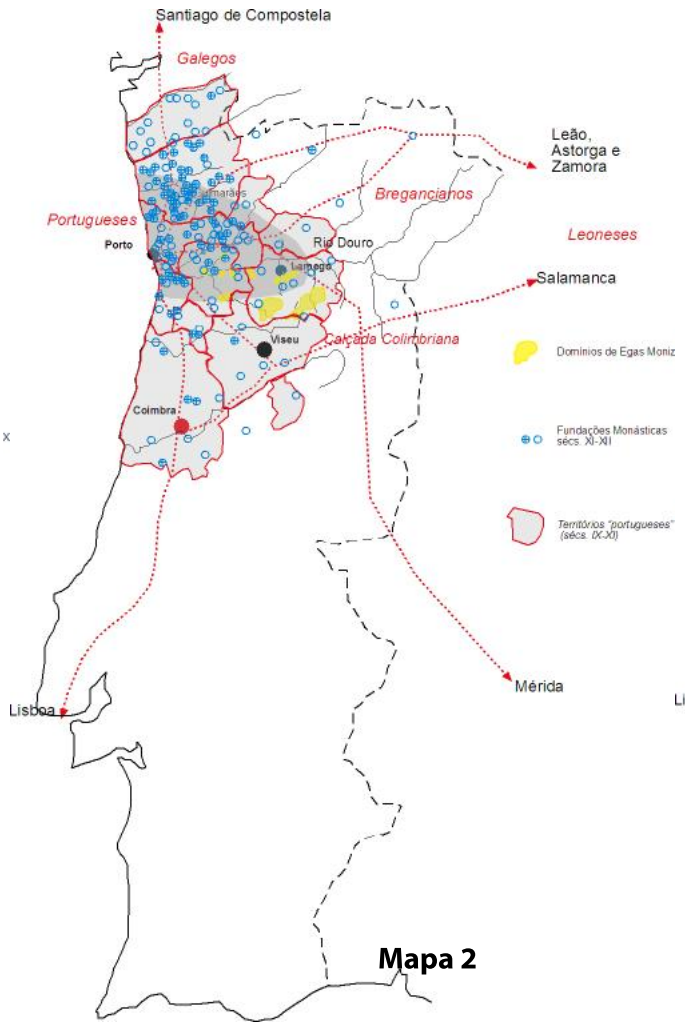
9 VITERBO 1965-1966, vol. II, p. 587, nota 1 e DR 222.



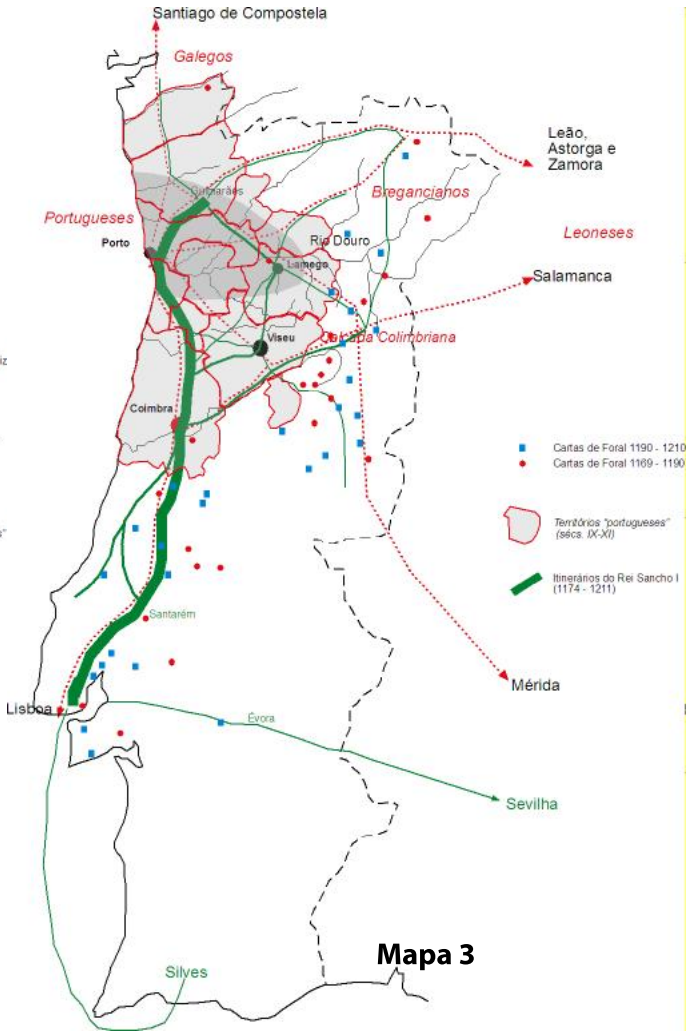
Mapa 1

Comentário: Expansão da área "portuguesa" e a formação de Portugal.

O Mapa 1 mostra o núcleo original *portucalense* (sécs. IX-X) confrontando a Sul com as áreas de Viseu e de Coimbra. As *penelas e populaturas* referidas no testamento da condessa portucalense D. Chama de 960 marcam os limites e a periferia a Este. Os *Burgos* ou *Portus*, localizados sobre os principais eixos de relação com o exterior, controlam as trocas de um comércio ainda e apenas baseado em itens de prestígio para as elites, por vezes de origem distante, e sobre o qual as cidades do Sul Islâmico exercem todo o seu fascínio. O tecido social condiciona uma organização territorial particular em que comunidades rurais de *villae* tecem laços de grupo sob a égide de um reduto fortificado, o *castrum*. Mais a Sul e a Este, os redutos fortificados são designados por *castella*, indiciando outras formas de ordenamento social e territorial. O grupo dominante das famílias condais desenvolve uma estratégia social mais cosmopolita do que regional, fortemente implicada na política da corte de Leão. No **Mapa 2**, a expansão portucalense integra já as áreas de Viseu, de Coimbra e o Alto Minho. O grupo dos infanções, favorecido pelas reformas de Fernando Magno, rei de Leão e Castela, derrota a elite dominante anterior constituída pelas famílias condais e faz alastrar a senhorialização constituindo novos domínios e fundando uma miríade de mosteiros. Nesta "sopa" originária emerge uma liderança com ambições supra regionais, o Conde D. Henrique e depois, mais claramente, seu filho D. Afonso Henriques. **O Mapa 3** exibe uma ilustra-



Mapa 2



Mapa 3

ção do que poderá entender-se como o Reino de Portugal num seu estado embrionário correspondente à época de D. Sancho I: áreas de domínio mais intenso e contínuo, trajectos do poder régio e pontos indicando comunidades que, através da concessão de uma carta de foral, firmaram uma aliança com aquele poder régio reconhecendo-o como superior. Durante todo este processo, o território de Chaves mantêm-se alheado e só esporadicamente com ele se relaciona.

1157), Trancoso, Marialva, Aguiar da Beira, Celorico da Beira e Moreira de Rei (entre 1157 e 1169)[10], Trevões (1159) e Mós (1162)[11].

A tímida penetração régia de D. Afonso Henriques em Trás-os-Montes, de Sul para Norte, não ultrapassaria porém as margens do Douro Superior. Caberia a Sancho I impulsionar um avanço mais profundo em direcção a Norte, procurando criar em Miranda e Bragança sucessivos pontos de apoio ao seu domínio, o que, numa primeira fase, passaria pela construção de uma rede de castelos cabeças de terra[12]. Porém, estes ver-se-iam rapidamente ultrapassados pela emergência dos novos pólos urbanos das vilas como efectivos centros do território (Mapa 3).

Através da fundação de novos centros de carácter urbano, numa região onde o habitat tinha características tradicionalmente rurais, o poder régio procurava a criação ou consolidação de comunidades que pudessem afirmar-se enquanto poderosos aliados do rei, à semelhança das do Alto Douro, constituindo um contraponto aos poderes senhoriais que não cessavam de se expandir pelos planaltos de Trás-os--Montes. O poder régio parece começar por designar estes novos centros por *civitas*[13], expressão que cremos revelar todo o significado da iniciativa, optando em seguida pela mais corrente designação de *vila*, despojada que esta se encontrava dos anteriores significados rurais e exprimia agora uma realidade urbana que lhe advinha em primeiro lugar da centralidade política e económica. As vilas que virão depois a fundar-se ao longo dos reinados seguintes por todo o Trás-os-Montes, nas *terras* de Vinhais, Rio Livre, Chaves, Montenegro, Barroso, Panóias ou Ledra, irão mostrar uma distribuição predominantemente fronteiriça, ainda que também estejam presentes em zonas interiores, mais afastadas da fronteira. Os seus extensos termos tem correspondência nas anteriores *terras*, substituindo as antigas cabeças constituídas por castelos isolados e herdando-lhes os limites do território. Em alguns casos, chega a haver concentração de várias *terras* no termo da nova *vila*. Em outros, nos limites do antigo território, surgem várias *vilas* com os respectivos termos. Nem todas estas fundações foram votadas ao êxito, tendo algumas fracassado e consequentemente despovoado ou não se chegaram mesmo a construir.

10 DR 263 a 267.

11 DR 284

12 O modelo de domínio seguido inicialmente pelo rei D. Sancho nesta região não utilizou, como aconteceu mais a Sul, a concessão de cartas de foral a comunidades que por essa via se tornavam dependentes e aliadas. O carácter senhorial da região aconselhava outro tipo de estratégia mais conforme a um povoamento organizado em comunidades de reduzida dimensão e em que os castelos como cabeças dos territórios (terras) constituíam o enquadramento mais comum. Assim, na terra de Bragança, antes de 1187, D. Sancho manda construir o castello de Alvelina (castelo de Pinela de acordo com ALVES 1983-1987, vol. IX, p. 149-151). O responsável pela direcção dos trabalhos no local a mando do rei foi donnus Gallecus, pai de Munio Pelagij milite de Trasbaceiro, que receberia diversas propriedades em Bragança como pagamento do serviço (Inquirições de Afonso III in ALVES 1983-1987, vol. III, pp. 375 e 399). Nas Inquirições de Afonso III, regista-se também o testemunho em como era a este castelo que levavam o pagamento da parada ao senhor da terra que aí estava em nome do rei antes da vila de Bragança ser povoada (ALVES 1983-1987, vol. III, p. 314). Para além do curso do Sabor, na terra de Miranda, D. Sancho mandou construir pela mesma altura o castelo de Algoso. O rei encarregou para esse efeito Mendo Bufino a quem deu depois em pagamento a vila de Vimioso (Inquirições de Afonso III in ALVES 1983-1987, vol. IV, p. 18). Entre 1188 e 1197 era esta mesma vila recuperada pelo rei D. Sancho I de um familiar de Mendo Bufino, de seu nome Rodrigo Bufino, em troca da vila de Cernadela, em Ledra, sendo então situada in termino de Miranda sub territorio de meo castello de Vlgoso (DS 103). Ainda segundo o testemunho das Inquirições de Afonso III, o castelo de Algoso teria sido o centro da autoridade régia na terra de Miranda numa altura em que toda a terra era do Rei e os cavaleiros do Rei pousavam no castelo de Algoso e recebiam aí toda a renda da terra devida ao Rei (in ALVES 1983-1987, vol. IV, p. 18).). Só no reinado de D. Dinis, já no final do século XIII, é que seria povoada a vila que encabeçaria o antigo termo da terra e dela tomaria também o nome de Miranda..

13 Como são inicialmente designadas na documentação régia as póvoas de Bragança ou a da Guarda.

O poder régio, como autoridade reordenadora em expansão, torna-se o veículo de um novo modelo de organização dos territórios e do povoamento, desenvolvido no ambiente urbano das cidades do eixo litoral. Será então possível entender as peculiaridades das estruturas do habitat resultantes desse processo reordenador, enquanto formas de compromisso entre um modelo central que propunha a *cidade* como o pólo estruturador do território e os modelos tradicionais de organização das comunidades na periferia que acentuavam menos a centralidade e mais a coesão da comunidade no interior de espaços políticos miniaturizados[14]. A diversidade das configurações urbanas que se desenvolveram nas duas regiões periféricas, a Norte e a Sul do Douro, será expressão da maior ou menor capacidade de resistência das comunidades e também do maior ou menor interesse e capacidade do poder régio para impor os seus modelos reordenadores.

Os reinados de D. Afonso III (1245-1279) e de D. Dinis (1279-1325) marcariam definitivamente a reorganização do território em Trás-os-Montes e no Alto Douro, dando continuidade e consolidando iniciativas anteriores, ao mesmo tempo que se estendia, de uma forma sistemática, a zonas que ainda não tinham sido objecto de qualquer intervenção. Significavam todas estas iniciativas o culminar de uma renhida luta pelo controle do território.

2.2. A consolidação de um modelo de ordenamento do território

Ao triunfo da Monarquia, que o reinado de D. Afonso III estabelece depois das incertezas do reinado anterior, corresponde a consolidação de um modelo de ordenamento do território veiculado pelo poder régio que tomava a *cidade* como o ideal de organização com o qual era imperativo fazer preencher todo o espaço disponível.

A Monarquia portuguesa, originária de uma base rural situada no litoral a Norte do Douro, cedo se deu conta que era nas cidades, as maiores situadas mais a Sul nessa mesma faixa litoral, que poderia encontrar as estruturas necessárias à expansão e perduração do poder aglutinador que era a sua razão de existir. O Rei, a partir de Afonso II e Sancho II, torna-se um citadino, propagando activamente a mentalidade urbana e fazendo-se servir por gente que procede da cidade. A administração e legislação régias, sobretudo com Afonso III e D. Dinis, são concebidas por funcionários imbuídos de mentalidade urbana, largamente ignorantes do mundo rural[15].

O próprio processo de centralização régia poderia assim ser visto como a extensão à periferia da mentalidade urbana[16], assumindo aqui a palavra "periferia" um duplo sentido geográfico e social. Na verdade, os itinerários régios ao longo da 1ª dinastia mostram que era nos principais centros urbanos da faixa mais litoral, que incluía Braga, Guimarães, Porto, Coimbra, Santarém, Lisboa e Évora, onde o rei se deslocava e permanecia com maior frequência, conferindo carácter central ao eixo Norte-Sul que os ligava a todos[17]. Era a partir daquelas cidades que os poderes do centro se exerciam sobre as outras áreas mais vastas do interior[18]. Estas, e em especial a faixa montanhosa e interior a Norte do Tejo constituída

14 "Os concelhos medievais do interior tem uma capacidade de expansão limitada. Quando alargam o seu território tendem a fragmentar-se em concelhos menores." (MATTOSO 1992a, 18); ver tb. HESPANHA 1986.

15 MATTOSO 1985, vol. I, p. 312

16 "Se o que se tem chamado a história «nacional» não é, afinal, apenas a da centralização régia, e se esta não constitui pouco mais do que o prolongamento da uniformização citadina", MATTOSO 1985, vol. I, p. 312.

17 MATTOSO 1985: vol. II, p. 186-7 e Mapa 18 (Itinerários régios. Fluxo das ligações: Sancho I, Afonso III e D. Dinis). Uma análise cartográfica desenvolvida relativa aos itinerários de D. Dinis, D. Pedro e D. Fernando em GALEGO, GARCIA, e ALEGRIA 1988.

18 MATTOSO 1985: vol. II, p. 189

pela Beira e por Trás-os-Montes, revelava-se no arcaísmo das suas formas próprias de organização social, no seu atrofiamento urbano e nos seus peculiares modos de vida, uma periferia que a tendência expansiva da autoridade do centro procurou aculturar segundo os seus esquemas e modelos reordenadores, os quais incluíam a *cidade* como estruturadora do território. Por seu lado, as elites locais, interessadas numa proximidade e participação do poder, que a autoridade régia representava, mostravam-se receptivas a novos modelos de organização. No entanto, era precisamente a sua posição de periferia e fronteira, que lhes conferia autonomia e capacidade acrescida de negociação com os poderes externos e enquadradores. Os resultados revelariam por isso o compromisso entre as formas tradicionais de organização na periferia e os modelos propagados pela autoridade do centro.

Na verdade, apesar do peso das diferenças, uma contínua realidade urbana revela-se perante nós desde as grandes cidades do litoral até às pequeníssimas vilas do interior. *Cidades* e *villas*, ainda que parecendo cumprir de modo muito diverso os requisitos que as diferenciariam das simples *aldeias* – concentração populacional, existência de muro da cerca, diversificação profissional, domínio sobre o espaço rural próximo, estatuto jurídico singular - participam de um mesmo ideal de ordenação que reconhecia na condição de *cidade* ou de *villa* uma idêntica qualidade de titular de direitos sobre um espaço – o termo - e sobre umas pessoas – os habitantes do termo[19]. Nisso se distinguem das *aldeias* que, constituindo os núcleos populacionais onde habitam as populações do termo, se lhes subordinam. *Servir como sua aldeia*, é a fórmula que identificava aquela relação entre a vila ou cidade e as comunidades rurais do seu termo, implicando todo um conjunto de obrigações[20]. O peso maior destas obrigações incidia sobre as exigências de abastecimento da vila ou cidade em alimentos e matérias-primas mas também na utilização dos pastos para os rebanhos dos seus vizinhos. Esta *servidão* estava também marcada pela exigência às populações que habitavam nos termos, do pagamento de pesadas contribuições destinadas a custear as dispendiosas obras de construção das cercas urbanas, seja em trabalho ou em moeda (a *anúduva ou adua*). À vila ou cidade competia, por seu lado, *amparar e defender* as populações do termo. As estratégias militares demonstravam também o significado destas povoações amuralhadas como centros de territórios cuja posse dependia agora da conquista da cidade ou vila que o encabeçava[21]. As *cidades* e *villas* seriam então realidades não muito distantes dos senhorios, revelando porém uma muito variável capacidade para exercer aqueles direitos[22].

2.3. Os repovoamentos tardios no Norte da Península Ibérica

No Norte da Península Ibérica, entre o Cantábrico e o Douro, a reconquista e os *repovoamentos* realizados maioritariamente nos séculos IX e X, estão na origem de uma organização caracterizada pela predominância de aldeias e pequenos lugares, as *villae*. Esta organização incluía ainda locais fortificados, aglomerações urbanas ou fortificações isoladas, as *civitates, urbes, castra* e *castella*, respondendo às preocupações defensivas e de controlo das zonas *repovoadas*. Porém, a articulação das primeiras em conjuntos mais vastos, referidos como *alfoz, suburbium, territorium* ou *terminus*, centrados nas segundas, é pouco nítida ou mesmo inexistente. Entre o Douro e a Cordilheira Central, a reconquista e os *repovoamentos* realizados nos séculos XI e XII, conduziram a uma diferente estrutura de habitat em que pequenos núcleos de povoamento rural, as *aldeas*, se encontram estreitamente subordinados, jurídica, económica e

19 CORTÁZAR 1988, 201

20 DALCHÉ 1989: 339-342, sobre este tipo de relações entre o centro urbano e as suas aldeias.

21 ALMEIDA 1992: 139; SILVA 1991: 62-63

22 CORTÁZAR 1988: 201

militarmente, a uma aglomeração urbana fortificada, a *villa*, constituindo vastos territórios, os *alfoces*. A comunidade de *povoadores* habitando no interior destas aglomerações equipadas com uma cerca defensiva delimitando uma área elevada, *intra muros*, constituía o *concilium* ou *concejo*, um dos pólos da autoridade. O representante do rei, habitando o *castellum* ou *alcázar* que completava o sistema defensivo da aglomeração, constituía o *palatium*, o outro pólo da autoridade local[23]. A partir dos finais do século XI nos vastos espaços da fronteira Sul, o modelo repovoador inicial viu-se assim substituído por outro baseado no principio de que o território devia ser organizado a partir de capitais, isto é núcleos urbanos, a cada um dos quais se outorgava um termo vasto e no qual tinham assento um conjunto de aldeias subordinadas.

Este modelo de organização do espaço procurou depois aplicar-se nas terras de velha colonização a Norte do Douro, nos finais do século XII e sobretudo nos séculos XIII e XIV, ocasionando a ruptura da antiga igualdade entre as aldeias com a elevação de algumas destas ao estatuto de vilas e cidades por decisão do poder político. Foi sobretudo nas terras menos aculturadas da Coroa de Castela - *Asturias*, *Vizcaya* e *Guipúzcoa* – e da Coroa de Portugal -Trás-os-Montes e Alto Douro -, as periferias do Norte, que este modelo alcançou maior êxito, configurando uma rede de póvoas e vilas de nova criação, utilizando uma planificação racional do urbanismo, mas cujos termos mostravam contudo menores dimensões do que os situados a Sul do Douro[24]. As dificuldades com que depararam, estes intentos de hierarquização das antigas unidades homólogas, no espaço entre o Cantábrico e o Douro, testemunham a resistência das aldeias, nunca completamente subordinadas aos núcleos urbanos, "acabando por cristalizar uma rede de municípios mais numerosos e minúsculos do que em qualquer outra área da Península"[25].

2.4. A Póvoa Medieval de Chaves

No séc. XII e 1ª metade do séc. XIII, não se encontra mais qualquer referência à *Flavias* ou *Chavias* romana e alti-medieval, localizando-se o centro do território ou *terra* de Chaves no Castelo de Santo Estevão (DIAS 1990: 41-43). Ricardo TEIXEIRA (1996, 82-83; 2001, 97) ensaiou a identificação material daquele castelo, referido na documentação notarial da época e que era até aí normalmente associado à torre baixo – medieval que se observa na actual sede da freguesia de Santo Estêvão mas que data de um período muito posterior e não é um castelo cabeça de *terra* e sim uma residência senhorial fortificada. Segundo Ricardo Teixeira, o castelo cabeça da *terra* de Chaves poderia corresponder ao castelo roqueiro conhecido pelo topónimo de Penedo de Santiago, localizado junto do lugar do Castelo na freguesia das Eiras.

Os itinerários do rei D. Sancho I entre 1198 e 1200 demonstram bem o interesse e a preocupação do rei por Trás-os-Montes oriental mas ainda não se regista nenhum interesse particular régio por Chaves nesta época (Mapa 3). Naqueles anos do final do século XII, vemos o rei deslocar-se à terra de Bragança por duas vezes ainda que nunca antes aí tivesse estado. Em Julho de 1198, proveniente talvez de Coimbra[26], encontramo-lo em Mirandela[27] de onde vem defender a póvoa de Bragança em finais de 1198 ou inícios de 1199 quando o rei de Leão, Afonso IX, invadindo Portugal pelo Norte, toma o castelo de

23 Sistematização de Jean Gautier DALCHÉ 1988 sobre a existência na Península Ibérica de três grandes tipos de estruturas de habitat, cuja origem se encontraria nas diferentes modalidades de "repovoamento" que se seguiram à reconquista.

24 SOPENA 1992 e 1995.

25 CORTÁZAR 1985: 80.

26 DS 107

27 DS 110

Algoso e vem por cerco a Bragança[28]. O rei D. Sancho, prevendo a possibilidade destes acontecimentos, procurou aliar a si alguma nobreza da vizinha Zamora doando a vila de Malhadas na terra de Miranda a D. Nuno de Zamora, D. Egidio, D. Cornelo e D. Pedro de Zamora com a condição de no caso da póvoa de Bragança ser cercada estes nobres a virem defender o que eles depois não cumpriram[29]. A doação do vilar de Angueira em 1195-1198 na terra de Miranda a D. Telo Fernandes, pelos bons serviços já prestados e que viria a prestar no futuro[30] enquadrar-se-ia no mesmo contexto.

O regresso do rei D. Sancho I ao litoral faz-se mais uma vez por Coimbra, onde está em Fevereiro e Março de 1199[31]. Na Primavera e Verão seguintes o rei subiu de novo à Beira Alta tendo passado o Côa e sitiado Cidade Rodrigo onde foi repelido por Afonso IX de Leão. Foi nesta campanha que se deu a batalha de Ervas Tenras, perto de Pinhel, onde pereceu o Mestre da Ordem do Templo Lopo Fernandes[32]. Porém, a preocupação com as regiões de Trás-os-Montes oriental mantinha-se presente no pensamento do rei que, em Julho, quando se encontrava na Covilhã, fazia doação da herdade de *Açafa*, sobre o Tejo, à Ordem do Templo em troca das igrejas de Mogadouro e de Penas Róias[33]. O Inverno seguinte será passado nas cidades do litoral às quais está de regresso em Novembro, sempre por Coimbra, onde concede foral à *cidade da Guarda*[34]. De Dezembro a Março de 1200 encontramos o rei em Santarém, Lisboa[35] e de novo em Coimbra[36]. A Primavera daria ocasião a nova jornada em Trás-os-Montes oriental. Partindo de Coimbra, o rei introduz-se no interior dirigindo-se, por Trancoso[37] e Chacim[38], após passar o Douro, a Bragança. As preocupações do rei parecem centrar-se no andamento da obra de construção do muro da cerca da póvoa. Enquanto aí permaneceu, fez doação da aldeia da terra de Ledra chamada *Quintaas* a D. Egas, prelado de Santa Maria de Bragança, *pelo bom serviço feito e que ainda haveria de fazer no futuro ao rei na construção do muro da sua cidade de Bragança*[39]. Deverá datar desta altura a doação da herdade de Soutelo, na terra de Vinhais, a Vasco Ordonhes, *que a recebeu do senhor rei D. Sancho quando o muro da cerca de Bragança foi construído* e que em 1210 aquele doa ao arcebispo eleito de Braga D. Pedro[40]. O regresso já não se faria pela habitual estrada de Coimbra mas a Norte, por Chaves e entrando por Guimarães, onde estava a 24 de Junho, talvez passando pelo Santuário de Santa Senhorinha de Basto, a quem concedeu carta de couto, datada de 29 de Maio de 1200[41]. Começaria talvez aqui a despertar um outro interesse por toda esta região na qual Chaves se incluía como sendo o local em que estava a ponte que permitia a

28 Doc. nº 649 in João Pedro Ribeiro, Dissertações chronologicas e criticas, t. III, parte I, cit. por Alves: III, 60; Herculano: III, 242

29 *tali pacto quod si ueniret guerra ad braganciam aut cercum quod ipsi intrarent in blagancia et quod defenderent eam et postea blagancia fuit cercata e ipsi supradicti noluerunt intrare in ipsa villa nec defendere eam* (Alves: IV, 8 e 13)

30 *pro bono seruicio quod nobis senper fecistis et facistis* (DS 113)

31 DS 114 e 115

32 Herculano

33 DS 117

34 DS 121

35 DS 122 e 123

36 DS 124

37 Abril: DS 125

38 Maio: DS 127

39 DS 128: *pro bono seruicio quod nobis in muris nostris de ciuitate Bragancie fecistis et facitis: quam ganavi de domino rege Sancio, quando circundata fuit Bragancia,*

40 LF 876

41 DS 130

passagem do Tâmega e o acesso por esse caminho de Bragança a Guimarães, o mais importante pólo do poder régio a Norte do Douro nessa época.

No reinado de Afonso II, que foi extremamente curto (1211-1223), a região de Trás-os-Montes conheceu nova intervenção militar do rei de Leão Afonso IX. No contexto do conflito entre o rei de Portugal e as infantas suas irmãs Teresa, Sancha e Mafalda, que aceitam a defesa do rei de Leão, este invade Trás-os-Montes em 1212 e toma algumas das principais cabeças de território. É significativo que os centros de território mencionados pelos documentos sejam *castelos* - como Algoso, Balsemão, Freixo, Urros, Mós, Alva, Picote, Sicoto - e *terras* - como Barroso, Vinhais, Montenegro, Chaves, Laedra, Lampaças, Aguiar, Panoias e Miranda. Os castelos, enquanto cabeças das *terras*, continuavam ainda a ser em Trás-os-Montes, no primeiro quartel do século XIII, os verdadeiros pólos organizadores do território. A situação parece ter acalmado em Novembro de 1212 tendo um tratado de paz sido assinado na Primavera de 1213 segundo o qual Afonso IX restituía a Portugal os castelos tomados[42]. Durante esta campanha militar leonesa, Fernando Fernandes de Bragança, o então chefe da linhagem dos Braganções que, entretanto, havia passado para o serviço do rei de Leão e tinha sido anteriormente responsável pelas tenências da *Extremadura* e da *Transierra*, as zonas de repovoamento leonesas a Sul do Douro, deteve o alto cargo de Alferes daquele rei que acumulou com a tenência fronteiriça nortenha do *Limia*, parecendo assim claramente implicado nos movimentos bélicos. A guerra com Afonso IX de Leão reacender-se-ia em 1222 com nova invasão de Trás-os-Montes tendo sido tomado precisamente o Castelo de Santo Estevão de Chaves o qual só viria a ser devolvido em 1231, reinando já em Portugal Sancho II[43]. Estes acontecimentos bélicos e o aparente protagonismo então assumido pelo Castelo de Santo Estevão de Chaves parece testemunhar um crescente interesse por aquela região. Jogava-se agora com mais rigor a delimitação dos territórios das duas coroas no Norte de Trás-os-Montes. Aliás, no primeiro quartel do século XIII, como escreve Nuno Pizarro DIAS (1990, 43-44), o Rei de Leão Afonso IX "ordenou a reconstrução e povoamento do antigo castro de Verin, mas, em 1223, foi obrigado a mandar destruir o já edificado e a desistir deste seu propósito, devido à oposição do abade do mosteiro de Celanova a quem pertencia o monte onde se situava o referido castro e o território que seria dado por termo ao novo concelho". Procurava o rei de Leão através da criação de uma *póvoa* em Verin a reorganização e o domínio daquele território. A iniciativa fracassaria no entanto, devido à oposição dos poderes senhoriais solidamente estabelecidos na região. Como acrescenta o autor citado, "para maior segurança, o abade apelou ao Papa Honório III que, em Abril de 1225, lhe concede todo o apoio e, congratulando-se com a última decisão do rei, proíbe qualquer edificação nesse monte" (*idem*, *ibidem*, 44). Só muitos anos depois, em 1265, já no reinado de D. Afonso X de Leão, conseguiria este rei fazer erguer Monterrey e assim opor à nascente *póvoa* de Chaves um lugar fortificado sob domínio leonês.

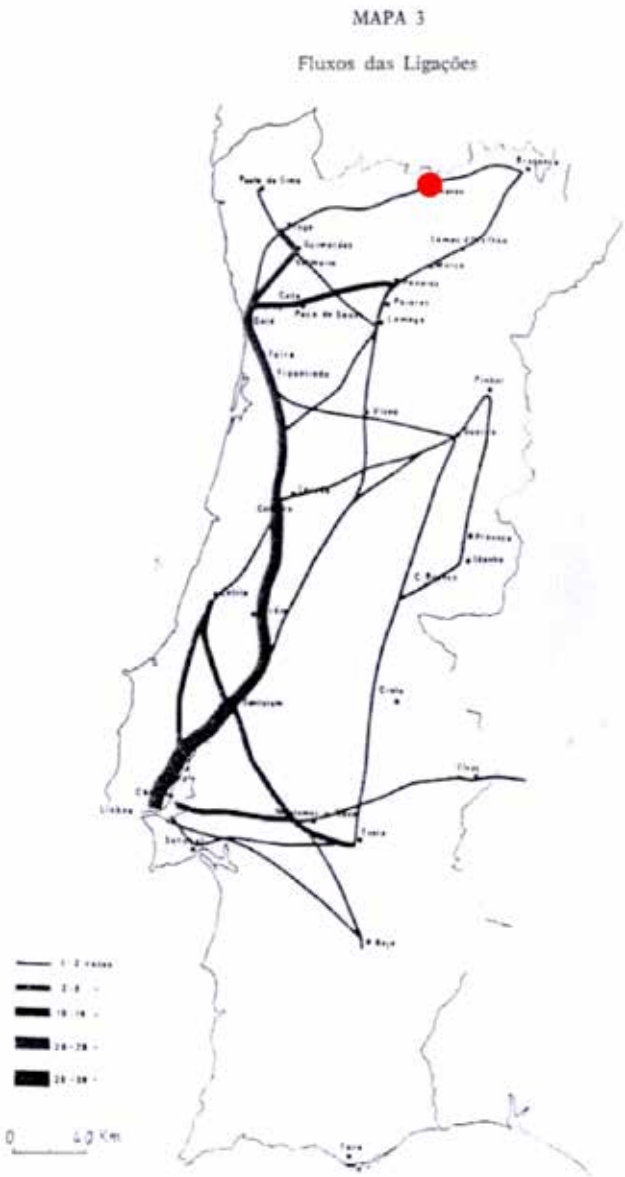
Do lado português, é também no reinado de D. Sancho II (1223-1245) que, apesar do clima de anarquia que o caracterizou com o consequente avanço dos poderes senhoriais e a perda de capacidade da acção régia, o processo de criação de vilas novas ou *povoas* em Trás-os-Montes adquire pela primeira vez uma expressão significativa. As iniciativas régias nas *terras* de Vinhais, Panóias ou Ledra mostram a preocupação em reorganizar o território com a substituição dos castelos, centros da autoridade do tenente da *terra*, por vilas que se individualizam e destacam pela existência de um muro de cerca. Retomava-se deste modo o sentido reorganizador dos reinados anteriores a Afonso II, alargando-se o âmbito geográfico das iniciativas. No entanto, a maioria destas parece ter sido também votada ao fracasso. Por outro lado

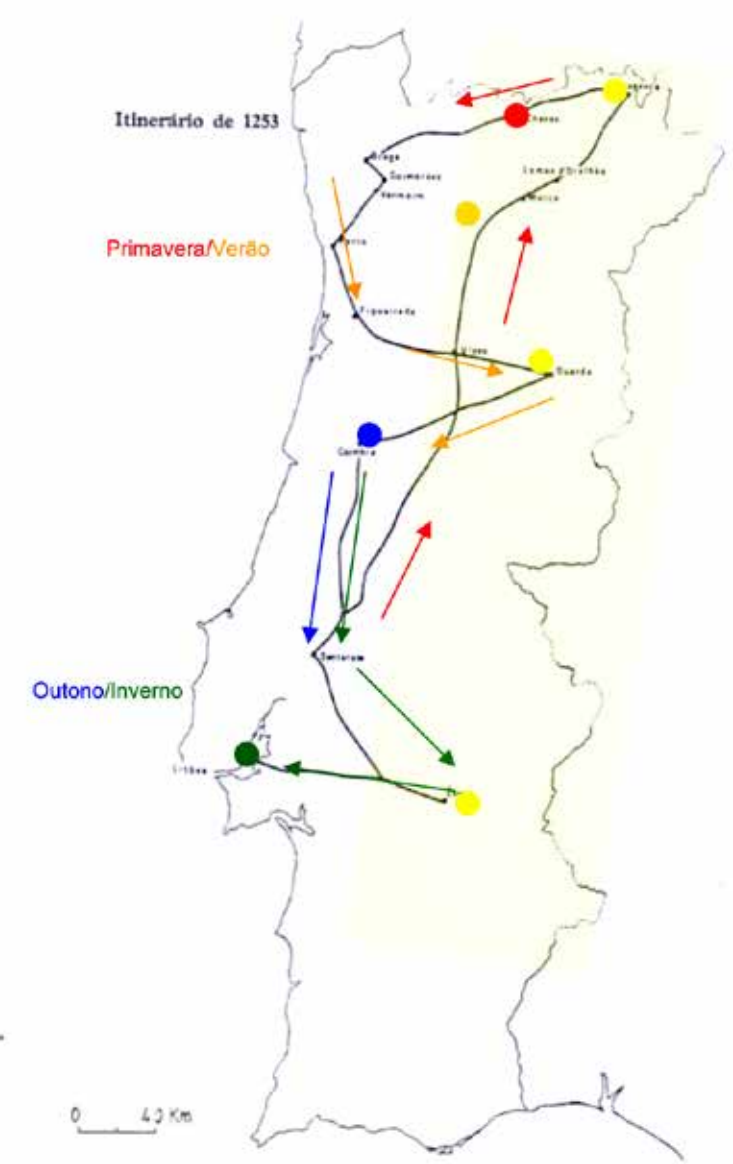
42 Herculano s/d: IV, 14 e segs. e nota I; doc. in ML, vol. VI, pag. 515, escritura VIII

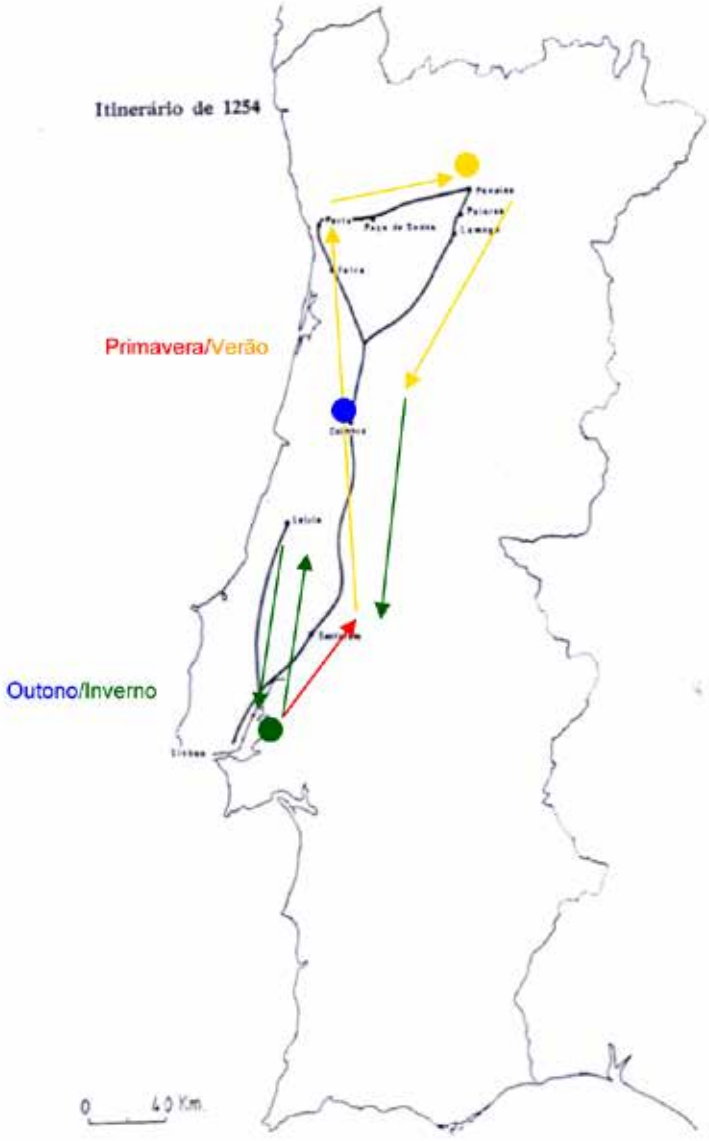
43 Herculano s/d: IV, 121

Itinerários de D. Afonso III (1245 – 1279) e a póvoa régia de Chaves

Os itinerários régios ao longo da 1ª dinastia mostram que era nos principais centros urbanos da faixa mais litoral, a qual incluía Braga, Guimarães, Porto, Coimbra, Santarém e Lisboa, onde o rei se deslocava e permanecia com maior frequência, conferindo carácter central ao eixo Norte-Sul que os ligava a todos. Era a partir daquelas cidades que os poderes do centro se exerciam sobre as outras áreas mais vastas do interior. Os principais pontos de apoio do poder régio nas áreas interiores vão ser, desde o reinado de D. Sancho I, a Guarda, Bragança e Évora. No Norte transmontano, para além de Bragança, a *póvoa* de Chaves constituirá um dos principais investimentos régios com D. Afonso III enquanto D. Dinis se ocupará principalmente de Mirando do Douro e de Vila Real, conseguindo superar os obstáculos que haviam feito fracassar as iniciativas do reinado anterior em relação a esta última. O "acto fundador" da *póvoa* de Chaves liga-se à jornada do rei D. Afonso III a Trás-os-Montes em 1253. Habitualmente, o rei e a corte procuravam passar o Outono e o Inverno nas cidades do litoral a Sul de Coimbra aproveitando a Primavera e o Verão para se deslocar ao Norte e ao Interior. No ano de 1253, Afonso III virá tomar como esposa a princesa D. Beatriz, filha do rei de Leão, a Santo Estêvão de Chaves. Seria ocasião para visitar pela primeira e única vez a póvoa de Bragança, fundada cerca de meio século antes pelo seu avô, o rei D. Sancho I. Nos primeiros meses desse ano, o rei e a Corte estão em Coimbra e Santarém. Provavelmente no mês de Abril, o rei daria inicio à jornada pelo interior encontrando-se a 1 de Maio em Murça. No dia seguinte estava em Lamas de Orelhão e a 10 em Bragança, onde se demoraria. Aproximando-se o fim de Maio, o rei toma o caminho de Chaves, ao encontro da comitiva da princesa D. Beatriz, e, em seguida já juntos, regressa ao litoral pelo caminho de Braga (onde está a 27 de Maio) e Guimarães (onde permaneceria provavelmente todo o mês de Junho). Aquele Verão daria ainda ocasião de, no regresso a Sul, cumprir uma jornada à Guarda (onde se encontra a 6 de Agosto), outra póvoa de Sancho I, passando antes por Viseu (20 de Julho) tendo partido de Figueiredo (12 de Julho), no litoral de Aveiro. O regresso far-se-ia por Coimbra (1 de Outubro) e Santarém (13 de Outubro),







já Outono, tendo ainda nesse ano realizado uma terceira jornada a Évora, onde estava a 18 de Novembro, para regressar depois a Lisboa, onde o encontramos a 26 de Dezembro. No ano seguinte, 1254, repetir-se-ia a rotina anual, tendo o rei passado o resto do Inverno entre Lisboa e Leiria, onde parece estar a maior parte de Fevereiro e todo o mês de Março, regressando depois em Abril a Lisboa (1 de Abril). Em seguida subirá a Santarém (Maio) e Coimbra (Junho). De Coimbra virá ao Porto (25 de Junho) deslocando-se nesse Verão a Panóias / Vila Real (31 de Julho). O regresso far-se-ia por Poiares e Lamego (6 de Agosto) para estar em Coimbra a 19 de Agosto e aí permanecer durante o Outono até Novembro ou mesmo Dezembro quando desceria mais para Sul até Santarém onde passou o resto do Inverno até ao início da Primavera seguinte (3 de Maio de 1255).

O tecido urbano actual está fortemente marcado pelas fortificações seiscentistas, mas o espaço rectangular da *póvoa* baixo medieval é ainda muito perceptível. No início do século XVI as vistas do Duarte D'Armas mostram que a vila permanecia na sua quase totalidade fechada no interior da cerca rectangular, existindo apenas dois pequenos arrabaldes junto à ponte sobre as duas margens do rio Tâmega. O cadastro urbano delimitado por aquela cerca mostra um padrão ortogonal que já foi interpretado como romano (MONTALVÃO 1971: 35-39). Idêntico ao de muitas outras *póvoas* baixo-medievais, mostra diversos eixos paralelos longitudinais cortados em ângulos próximos dos 90º por travessas. As ruas longitudinais são largas e de perfil inclinado enquanto as travessas são consideravelmente mais estreitas[46].

Pelo foral concedido em 1258 por D. Afonso III, o termo da *póvoa* de Chaves incorporou, para além da *terra* de Chaves, cujo castelo cabeça era o de Santo Estêvão, ainda a *terra* de Montenegro, cuja cabeça se localizava no castelo de Gouveia, local próximo da aldeia da Torre na freguesia de Santa Maria de Moreiras, a SE. de Chaves (DIAS 1990: 62 e 70-74; COUTINHO 1940). Porém, no reinado de D. Dinis, os *homens de Montenegro*, procuraram constituir-se como concelho autónomo e construir também uma vila fortificada para sua cabeça. Em 12 de Junho 1301 um representante do rei D. Dinis reunia-se com a assembleia dos homens de Montenegro no lugar de Celeirós estabelecendo um acordo para o reconhecimento do novo concelho que deveria ter sede em *Vila Boa de Montenegro* a edificar no cabeço de sobre Celeirós com uma cerca defensiva. O termo do novo concelho seria o território de Montenegro acordando no pagamento de um tributo anual de 3000 L de moeda velha. No mês seguinte, o rei concedeu carta de foral à nova vila. O concelho de Chaves opõe-se a esta decisão que lhe diminuía o termo, elegendo procuradores em Janeiro e Fevereiro de 1302, para proporem ao Rei um acréscimo de 4000 L anuais de tributo em troca do restabelecimento do anterior termo de Chaves. Logo em Março desse ano o rei aceita a proposta de Chaves e anula o anterior foral de Montenegro. Porém em 1303 (20 de Março), provavelmente devido à falta de pagamento das 4000 L por parte de Chaves, o Rei concede de novo carta de foral a *Vila Boa de Montenegro*. Decisão que seria anulada no ano seguinte (a 21 de Julho de 1304) pois, provavelmente na impossibilidade do pagamento dos elevados tributos, o rei decide restituir o território de Montenegro a Chaves e contentar-se com um tributo anual de 400 L (Dias 1990: 62-67). A obra da cerca e do castelo de Chaves continuariam durante o reinado de D. Dinis, testemunhando a arquitectura do castelo a sua tardia conclusão. A importância do posicionamento estratégico de Chaves junto da fronteira com o reino vizinho, permitindo controlar uma das suas mais importantes entradas, não deixaria de incrementar-se nos reinados subsequentes, em particular durante o do belicoso rei D. Fernando I (1367-1383) e logo depois no início do reinado de D. João I.

e Miranda. Em 1272, surge nova iniciativa régia no sentido da criação de uma vila em Panoias, que pudesse encabeçar o território daquela antiga terra, devendo a sua localização ser já a actual pois a carta de foral que lhe é concedida, em Dezembro, chama à nova povoação Vila Real (doc. in Azevedo 1890: 24-27). Em 1273, promovia ainda a reorganização dos espaços fronteiriços a Este e a Oeste de Chaves, concedendo carta de foral aos homens povoadores da sua *popula de terra de Barroso que uocatur a Monte alegre* (PMH-Leges, pp. 728-9), e ainda outra aos *hominibus populatoribus de villa mea de Monte forti de Rio liure* (PMH-Leges, pp. 730-731). No final da década de 1280, D. Dinis daria novo impulso às reorganizações das terras de Panóias e do Barroso. A póvoa de Montalegre do Barroso fundada por D. Afonso III, receberia de D. Dinis nova carta de foral em 1289 pois, como afirma o rei, a minha "pobra" de Montalegre é erma. Encarregado Pedro Anes de a fazer povoar de novo determinou D. Dinis que se partissem os terrenos desta vila por cem povoadores, todos de novo, assim como foi da primeira (doc. transcrito por Costa 1987: I, 213-216). No mesmo ano, recomeçaria o processo de criação da Vila Real de Panóias, após o fracasso da anterior iniciativa de Afonso III, concedendo novo foral aos seus povoadores, que deveriam ser em número de 1000, em 4 de Janeiro de 1289 (doc. in Azevedo 1890: 49-54). Aliás, em Agosto de 1280, D. Dinis tinha-se deslocado a Panóias, não se referindo o seu itinerário a Vila Real mas apenas a Constantim (itinerários Régios Medievais: 15).

46 Já depois da redacção do relatório na origem do presente livro, Luísa Trindade desenvolveu uma análise morfológica e métrica detalhada do urbanismo da póvoa medieval de Chaves em o *Urbanismo na Composição de Portugal*, tese de doutoramento defendida na Universidade de Coimbra em 2009, pp. 344-359.

continua a não se verificar nenhuma atenção especial por parte do poder régio a Chaves, ou ao Castelo de Santo Estêvão de Chaves e à sua *terra*. No entanto, Ricardo TEIXEIRA (2001, 100) coloca a hipótese das referências não datadas das Inquirições de 1258 a uma *póvoa velha* do Castelo de Chaves, que se teria entretanto despovoado, poderem datar deste rei e assim se incluírem no conjunto das iniciativas desenvolvidas por D. Sancho II em Trás-os-Montes.

Mas seria nos reinados subsequentes de D. Afonso III (1245-1279) e de D. Dinis (1279-1325) que, em definitivo, se faria a reorganização do território em Trás-os-Montes e no Alto Douro. Na verdade, o processo de reorganização e repovoamento do território de Chaves parece ter sido desencadeado após a incursão transmontana de Afonso III em 1253, quando se deslocou ao Castelo de Santo Estêvão para receber como sua mulher a infanta D. Beatriz, filha do rei Afonso X de Leão e Castela (DIAS 1990, 44)[44]. Alguns anos depois, as inquirições de 1258 referem-se por diversas vezes aos *homines de populla de Castello de Clauibus* (PMH-Inq. 1353, 1354, 1355). O fracasso de uma primeira iniciativa régia repovoadora, como o testemunha um passo daquelas inquirições: *totum ipsum regalengum sicut diuidit per ipsas diuisiones supradictas habere hominibus de popula uetera que fuit in Castello de Clauibus et ex quo ipsa villa depopulauit se filiarunt de ipso regalengo* (PMH-Inq. 1354), poderá datar do reinado de Afonso III ou, como vimos proposto *supra* por Ricardo Teixeira, já do reinado anterior. Ultrapassadas as dificuldades, a existência da *Villa de Chavis cum suo termino* (PMH-Inq. 1527-28) é já um facto em 1258. A carta de foral foi concedida por D. Afonso III quando se encontrava em Guimarães precisamente naquele ano. O foral é concedido a *todos os povoadores de Santo Estêvão de Chaves* consignando a cedência do Rei ao *Concelho de Chaves*, como *termo da vila*, os *territórios dos Castelos de Santo Estêvão e de Gouveia* (PMH--*Leges* 686-687).

Uma carta de sentença de D. Dinis datada de 1305 refere-se à criação desta póvoa por D. Afonso III e à divisão de terrenos pelos seus povoadores: *quando meu padre El Rey Don Afonso pobrara a terra de Chaves que a dita terra fora partida pelos pobradores a possessões e que fora posto que de cada possessom ouvesse o dito meu padre eos que depois veessem hu morabitino velho. E que muytos dos pobradores do dito logar comprarom muytas possissões e nom davam a mim mays que hu morabitino velho* (ANTT, Chanc. D. Dinis, Livro 3º, fl. 46v., doc. citado por DIAS 1990: 67). As obras da póvoa com a sua cerca, consolidando a aliança entre o rei e os homens do *consilium* de Chaves arrastar-se-iam depois por largos anos não sem a oposição dos poderes senhoriais solidamente estabelecidos naquela região. Testemunho desta oposição é a carta régia datada de 28 de Setembro de 1264, em que o Rei D. Afonso III, atendendo às queixas recebidas da parte dos abades das Igrejas de Santa Leocádia, Moreiras e São Miguel de Nogueiras, ordena aos juízes de Chaves que não obrigassem os habitantes das terras que as referidas igrejas possuíam nos termos de Chaves e Montenegro a irem em *anúduva* ao castelo de Chaves a fim de servirem na obra daquela póvoa e cerca (ANTT, Chancelaria de D. Afonso III, liv. 1, fl. 72v., cit. por DIAS 1990, 45). A pujança da *povoa* e vila de Chaves manifesta-se igualmente na importância que a respectiva igreja de Santa Maria adquire logo em 1262 quando é nela instituída uma Colegiada que se tornaria uma das mais importantes e ricas de todo o arcebispado de Braga (DIAS 1990, 58)[45].

44 Em Sto. Estevão de Chaves, concedeu uma nova carta de foral à vila de Bragança (doc. 57 in Alves: III, 109-111) e ainda outra aos hominibus de Vinaes, et de suis terminis (doc. in Alves: IV, 435; PMH-Leges 640).

45 A póvoa de Vila Real foi antecedida pela póvoa da Ponte de Panóias, no reinado de D. Sancho II, iniciativa a que as testemunhas nas *Inquirições* de Afonso III no Julgado de Panóias se referem abundantemente. Porém, esta fundação régia, que recebeu carta de foral em 1231 (Herculano s/d: VII, 364), não vingaria, já estando despovoada em 1258, como o testemunham as mesmas *Inquirições*. Nas décadas de 1250 e 1260, a principal iniciativa régia repovoadora em Trás-os-Montes parece estar em Chaves. Já o período de 1272-73, constitui outro momento de importantes iniciativas de D. Afonso III, que procurava promover a reorganização das Terras de Panóias, Barroso, Rio Livre

2.5. Intervenções régias até ao fim da 1ª dinastia e início da 2ª. D. Fernando I e D. João I

Talvez já no reinado de D. Fernando, foram os muros da cerca da vila reforçados com torres adossadas junto das duas portas principais, que se observam nos desenhos de Duarte d' Armas. Uma destas torres é referida por Fernão Lopes nos relatos do cerco da vila por D. João I em 1385: "(…)*hordenou de fazer outra bastida, mais perto do arreal, acerca d huuma das portas da villa homde destaa huuma booa torre nom tam chegada que della podessem fazer nojo*" (Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, II, 165 [*Capítulo LXIV*]; cit. in Gomes 2003: 82-83).

Datam aliás do reinado de D. Fernando, mais precisamente de 1376, a concessão aos moradores da cerca da vila de todos os privilégios e liberdades de que gozavam os de Guimarães, medida que visava melhor povoar e guardar aquela vila que se despovoava mas que demonstra, ao mesmo tempo, a importância detida nessa altura pela vila e castelo de Chaves. Porém o despovoamento da cerca da vila acentuar-se-ia ainda mais uma vez que em 1380 surge nova e dramática referência apontando-se como causa os abusos praticados a pretexto do direito de aposentadoria (Chancelaria de D. Fernando cit. por Monteiro, 1999: 226).

No decurso da campanha de Trás-os-Montes de D. João I (1385-86) a vila de Chaves, que se mantinha fiel ao rei de Castela, foi cercada tendo resistido durante quatro meses (entre Dezembro de 1385 e Maio de 1386). D. João I chegou com a sua hoste à aldeia de São Pedro de Agostém, 7 km de Chaves, no dia de Natal, tendo feito o caminho a partir do Porto por Vila Real. Começou logo dali a fazer escaramuças à vila aonde viria pôr arraial nos inícios de Janeiro: "*E depois que el Rei e sua gente foi aposentada, mandou armar os engenhos e atirar à vila e ao castelo e britaram grande parte de duas torres que estavam acerca do rio Tâmega…*" (Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, II, 164 [*capítulo LXIII*]).

A proximidade da fronteira pesou na capacidade de resistência do alcaide de Chaves, Martim Gonçalves. Mantendo voz e menagem pelo rei de Castela, procurou obter dele auxílio enviando-lhe a Zamora, aonde pousava, um seu escudeiro: "*E porque ele estava muito perto de Galiza e isso mesmo da terra de Castela, pensou em sua vontade que se el Rei quisesse vir descercar Martim Gonçalves, que lhe pusesse e praça e pelejasse com ele…"* (Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, II, 166 [*capítulo LXIV*]). A proximidade da fronteira é ainda realçada pela facilidade com que os homens do Rei de Portugal faziam entradas na Galiza para abastecerem a hoste régia: "*El Rei mandava muito a miúde a forragem e entravam por Galiza oito e dez léguas, a terra da Porqueira e de Sandiães e de Alhariz e outros lugares daquela comarca, em bons capitães em guarda das azémolas que sempre iam bem duas mil e às vezes mais; e vinham carregadas de pão e de carnes e de castanhas [e nozes] e de outros mantimentos de algum vinho, cá não é terra em que haja muito. E uma vez foram a forragem à terra de Viana de Bolo…*" (Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, II, 166 [*capítulo LXIV*])[47].

Imediatamente antes do início do cerco de Chaves havia acontecido a incursão do Condestável Nuno Álvares Pereira pela Extremadura Castelhana (Outubro de 1385) de que resultaria a importante vitória de Valverde de Mérida ocorrida a 15 ou 16 de Outubro de 1385. Na sequência deste episódio o rei D. João I fez mercê ao Condestável do Condado de Barcelos com sua jurisdição e direitos. De seguida, o Condestável, rumou com as suas gentes para Norte a fim de se juntar à hoste régia que pusera cerco a Chaves. Com a tomada daquela vila, em finais de Abril ou inícios de Maio, o rei faria nova mercê ao Condestável e Conde de Barcelos, doando-lhe a vila de Chaves: "*El rei foi à vila e entrou no castelo e ouviu missa e armou três cavaleiros da Ordem do Hospital e fez Egas Coelho seu Mestre Sala e deu a vila ao Condestável. Diziam alguns que isto lhe dava o rei por galardão da batalha de Valverde que pouco havia que*

47 Cf. Cunha 1990, 94, nota 40.

vencera. O Conde pôs recado no lugar, deixando por alcaide Vasco Machado, um bom escudeiro, e partiu-se dali para as suas gentes que deixara em terra de Bragança…" (Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, II, 175 [*capítulo LXVIII*]). No seguimento da campanha militar, ainda no decurso do mês de Maio, cairia também a vila de Bragança.

O extenso património reunido no senhorio do Condestável Nuno Álvares Pereira esteve na origem da Casa de Bragança através de sucessivas alienações deste a familiares seus. Primeiro, em 1401, ao genro, o bastardo régio D. Afonso (1º Duque de Bragança em 1442), e depois, em 1422, aos dois netos, filhos de D. Afonso, o primogénito, também D. Afonso, Conde de Ourém, e D. Fernando, Conde de Arraiolos. O último, com a morte prematura do irmão (1460) e depois com a morte do pai (1461), acabaria por reunir praticamente todo o património original do Condestável. Constituído maioritariamente através de doações régias ocorridas durante a fase mais acentuada das hostilidades, entre 1384 e 1389 (Cunha, 1990, 87), a distribuição geográfica daquele património ganha sentido se relacionada, por um lado, pela localização dos blocos que a constituem junto das principais entradas do Reino e, por outro, pelos avultados recursos, em homens e mantimentos, precisamente naquelas áreas estratégicas e cuja mobilização colocava nas mãos do senhorio do Condestável. Assim, ficavam cobertos os pontos mais quentes de conflitualidade na fronteira setentrional (Alto Minho e Trás-os-Montes com Chaves à cabeça), a estrada da Estremadura para quem passava a fronteira na Beira e tomava o vale do Mondego em direcção a Lisboa (com Ourém e Porto de Mós à cabeça), e o Alto Alentejo protegendo os vários itinerários também em direcção a Lisboa mas para quem atravessava a fronteira na entrada Badajoz – Elvas (centros em Arraiolos e Vila Viçosa). A estes três blocos fronteiriços acrescentava-se um quarto, localizado na área densa do Entre Douro e Minho, verdadeiro alfobre de homens e recursos, com terras centradas em Barcelos e Guimarães estendendo-se também para a zona de Basto.

As doações transmontanas ao primeiro Duque de Bragança, D. Afonso, em 1442, reforçariam mais a presença na fronteira setentrional, com a vila de Bragança e o castelo de Outeiro. Também n**ão será** fruto do acaso o facto de D. Afonso ter escolhido o castelo de Chaves para sua principal residência, pelo menos até à morte de sua primeira mulher D. Beatriz, filha do Condestável, ocorrida por 1414[48], passando depois Chaves a partilhar essa presença mais assídua com Guimarães e Barcelos.

Mas o reverso da importância estratégica fronteiriça da vila de Chaves era o ser alvo mais frequente de acções militares que ocasionavam destruições e despovoamento. A instituição de um couto de homiziados na vila em 1412 procurou, mais uma vez, contrariar essa tendência fazendo eco da situação: "… *he frontaria assy como pelas guerras que ataa ora foiom […] ficou e he destrroyda e despobrada* ..." (Chancelarias Portuguesas: D. João I, vol. III, tomo 3, [III-873], pp. 35-36 cit. por TRINDADE 2009, 136).

48 Recorde-se que o estado permanente de guerra com Castela se prolongou até 1402 ano em que o *Tratado de Segóvia* colocou um ponto final nas hostilidades.

3. A Vila de Chaves no Renascimento (séculos XV – XVII)

3.1. Fragilidades demográficas e posição da vila de Chaves na ordenação do território em Trás-os-Montes

Em data anterior à da realização do *Numeramento* de 1527 - 32 não possuímos conhecimentos demográficos seguros relativamente à vila de Chaves. Nenhuma indicação se colhe nas Inquirições de D. Afonso III datadas de 1258 nem na Carta de Foral do mesmo Rei e ano. Também nada se regista sobre qual seria a quantidade de moradores ou habitantes na vila de Chaves na vária documentação posterior, dos inícios do século XIV, emanada pela chancelaria de D. Dinis relativa ao conflito entre os concelhos de Chaves e de Montenegro sobre a delimitação dos respectivos termos.

Em outro lugar ensaiamos uma reflexão sobre a dificuldade em inquirir os quantitativos demográficos das vilas novas baixo medievais portuguesas (DORDIO 2010, 268-269), que implicavam desde logo uma nova concentração populacional, assunto retomado por Luísa Trindade (2009: 128 a 138) com mais desenvolvimento e informação. A conclusão porém afigura-se semelhante quanto à falta de dados mas também quanto à suspeita de pequenos ou mesmo muito pequenos contingentes demográficos efectivos. Para além de uma acentuada instabilidade demográfica, seria com dificuldade que se atingiriam os 200 moradores[1], quedando-se a maioria das novas fundações na casa da centena ou com quantitativos inferiores a cem.

A informação do *Numeramento* de 1527 – 32 corresponde a um período de clara recuperação e crescimento demográfico geral, após as incertezas dos dois séculos anteriores, nomeadamente após a Peste Negra de 1348. Ainda assim, a maior concentração populacional em Trás-os-Montes, que era Bragança, não ultrapassava os quatrocentos e oitenta e um moradores[2] seguida, ainda na casa dos quatrocentos, apenas por Vila Real (478) e Freixo de Espada à Cinta (447). A vila de Chaves posicionava-se em quarto lugar com 385 moradores, seguida a alguma distância por Miranda do Douro (287) e por Torre de Moncorvo (245). Em sessenta sedes de concelho apenas doze possuíam mais de cem moradores. Mas a instabilidade persistia, fazendo o mesmo documento notar que dos 385 moradores contabilizados na vila de Chaves, oitenta haviam morrido nesse mesmo ano com a peste e "os mais são fugidos".

1 A que corresponderiam cerca de 900 habitantes utilizando o factor de multiplicação 4,5 (DIAS 1996, 49-61).

2 Como termo de comparação, no mesmo documento, Lisboa tinha 13 010 moradores sendo seguida a grande distância pelo Porto, com 3006 moradores, e Évora, com 2813 moradores. Na 4ª e 5ª posições encontravam-se Santarém (1988 moradores) e Elvas (1916 moradores). Existiam mais 8 povoações com população superior a 1000 moradores mas apenas uma, Guimarães, com 1405 moradores, se localizava a Norte do Douro, onde a tendência era para menores concentrações populacionais do que a Sul daquele rio. Ainda a Norte do Douro, com população superior a Bragança, apenas Viana da Foz do Lima (962 moradores), Vila do Conde (905 moradores) e Braga (848 moradores).

Surge nítido o padrão de distribuição dos principais núcleos de povoamento no 1º quartel do século XVI: todos eles se localizam junto ao rio Douro ou imediatamente atrás da linha de fronteira denunciando uma intensa actividade mercantil através dos *Portos Secos* entre os dois reinos. A posição é periférica e fronteiriça não se localizando povoações destacadas no interior de Trás-os-Montes (LEMA 1985). A vila de Chaves não é a mais povoada de entre aquelas povoações mas não se encontra mal posicionada na respectiva hierarquia naquele início de Quinhentos.

Pouco mais de um século passado, nas vésperas do início da Guerra da Restauração (1640 – 1668), encontramos nova avaliação das principais povoações de Trás-os-Montes (SERRÃO 1975). Surgem alterações no padrão de distribuição anterior que prenunciam mais amplas mudanças futuras. Vila Real havia crescido espectacularmente subindo destacada **à** primeira posição com 1500 vizinhos[3]. Bragança continuava a crescer situando-se agora na segunda posição com 600 vizinhos. Freixo de Espada à Cinta, pelo contrário, começava a dar sinais de decadência decrescendo de 447 para 400 vizinhos e perdendo a terceira posição precisamente para Chaves. Esta vila contava então 500 vizinhos numa tendência de crescimento semelhante ao de Bragança. Crescendo também em proporção similar encontrava-se Miranda do Douro que subia de 287 para 400 vizinhos. Mantinha assim a posição na hierarquia regional que passava a partilhar agora com Torre de Moncorvo a qual parece querer crescer com mais dinamismo (sobe de 245 para 400 vizinhos).

Data dos finais do século XVII, já bem depois de finalizada a Guerra da Restauração, uma terceira avaliação das principais povoações de Trás-os-Montes (COSTA 1706) que nos permitirá aferir das transformações que se prenunciavam antes. Na verdade, apenas Vila Real e Torre de Moncorvo, ambas junto ao Douro, bem posicionadas no *hinterland* da cidade do Porto, mantinham a população alcançada antes ou continuavam a crescer. A primeira, com os seus 1500 vizinhos, apesar de não haver crescido mais em relação à avaliação anterior, mantinha-se destacada na posição cimeira. Torre de Moncorvo continuava a crescer contando agora com um total de 460. Todas as restantes povoações principais, ignorando o interior da região e situadas exclusivamente sobre a fronteira Norte ou Oriental, decrescem. É certo que Bragança, com os seus 500 vizinhos, segurava a segunda posição mas diminuía dos 600 que já havia tido. Chaves não só diminuía também (500 para 400 vizinhos) como trocava a terceira posição com Torre de Moncorvo. Já Freixo de Espada à Cinta e sobretudo Miranda do Douro decaíam ainda mais, mostrando a primeira a persistência na queda de população desde os inícios de Quinhentos (447 moradores [1527-32] > 400 vizinhos [1640] > 370 vizinhos [1700]) e a segunda encetando agora também a mesma tendência mas de uma forma mais dramática (400 vizinhos [1640] > 250 vizinhos [1700]).

Observa-se deste modo ao longo dos dois séculos XVI e XVII uma mudança no modelo de distribuição dos principais núcleos urbanos transmontanos. O dinamismo do intercâmbio transfronteiriço com Castela e a actividade das alfândegas dos *portos secos* da raia, que havia impulsionado o crescimento dos núcleos urbanos num primeiro momento (até meados do século XVII e o início das hostilidades da *Guerra da Restauração*), vê-se substituído por "um novo sistema de relações: o incremento da actividade mercantilista orientada para o litoral e a partir deste para o mercado externo tem como reverso o enfraquecimento do tráfego fronteiriço com o interior de Espanha que se reduz na periferia oriental transmontana a um âmbito estritamente regional como forma de compensar o isolamento cada vez mais acentuado" (LEMA 1985, 194).

3 A que corresponderiam 6750 habitantes (ver nota anterior 49). Assumimos como equivalentes e comparáveis as designações de "morador", "vizinho" e "fogo".

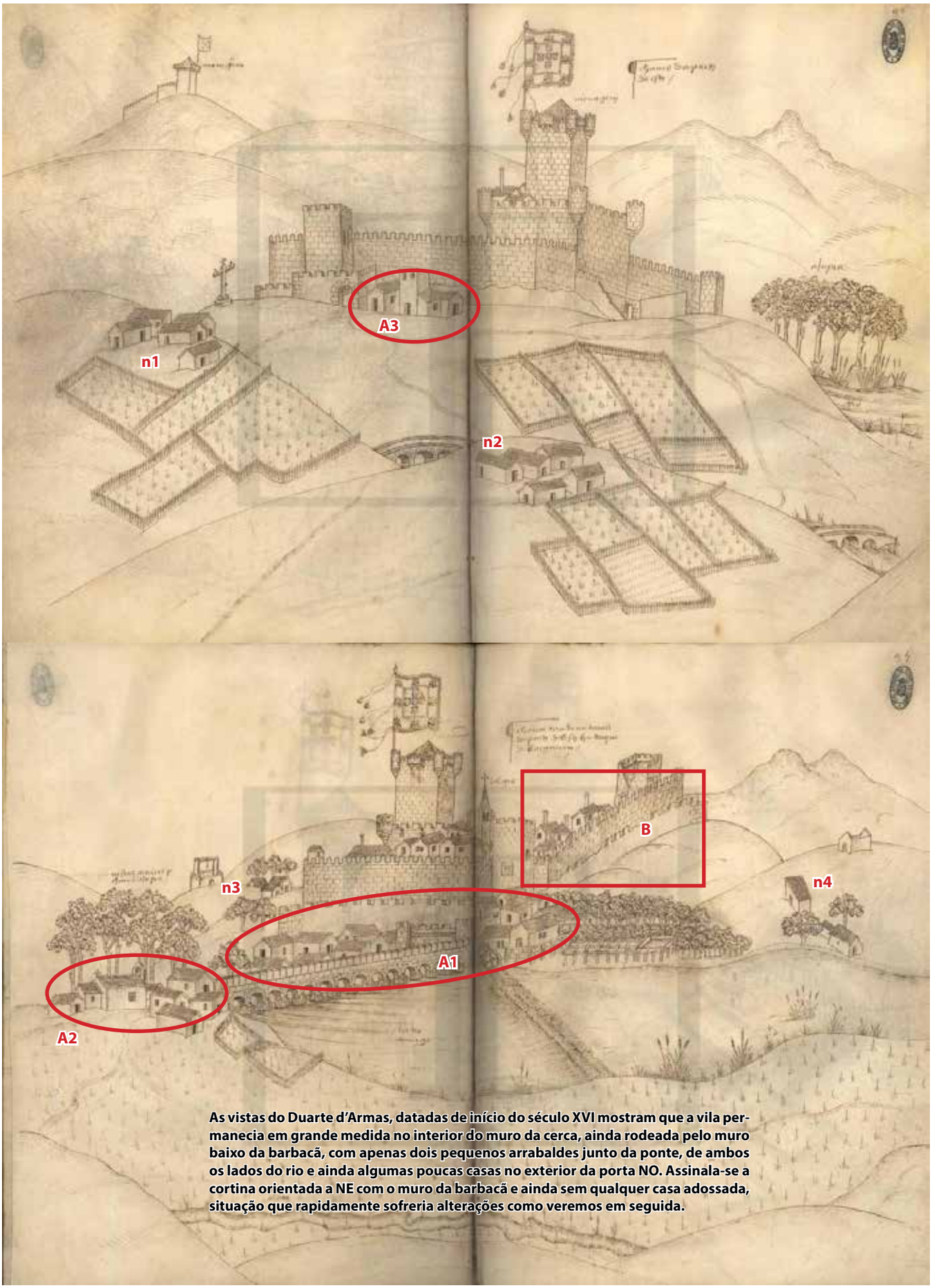
Na verdade, a fronteira foi, nos últimos séculos medievais, cenário de um crescente controlo por parte dos reis de ambos os lados, especialmente das actividades comerciais, com a formação de portos secos e alfândegas. As contendas entre Portugal e Castela fizeram-se igualmente sentir, porém manteve-se uma certa convivência entre os concelhos fronteiriços, que pretendiam minimizar os efeitos da guerra[4]. Com o fim da Idade Média, a *fronteira* começou a deixar de ser entendida como uma região e um conjunto de comunidades periféricas. Era agora, e cada vez mais, uma linha bem definida e cartografada, sobre a qual se abriam determinadas "Entradas Geográficas", as rotas que permitiam o acesso à capital do Reino. A localização dos principais conflitos militares do final da Idade Média deixa já claramente perceber um padrão, que as guerras dos séculos XVII, XVIII e primeira década do XIX (iniciando-se na Guerra da Restauração, passando pela Guerra da Sucessão e culminando nas Invasões Francesas), instalariam definitivamente. O interesse e o investimento do poder régio sobre a organização do território nas *Terras de Fronteira* tenderão a concentrar-se sobre aquelas "Entradas Geográficas". Aí, algumas das antigas vilas transformar-se-ão em imensos quartéis militares (como Almeida, Miranda do Douro, Chaves ou Ciudad Rodrigo, em Espanha), enquanto o restante território da periferia se verá abandonado à sua sorte, arrancado às suas ligações tradicionais e incapaz, por si só, de inverter o caminho da pauperização e do despovoamento. Pressão militar e despovoamento, seriam doravante os resultados de uma relação desequilibrada com um longínquo centro, a cujas decisões os interesses específicos da periferia são alheios[5].

Em Chaves, as vistas desenhadas por Duarte D'Armas cerca de 1509 mostram decerto uma povoação fortemente amuralhada com um denso tecido urbano intramuros. Mas os diminutos arrabaldes originados nas duas entradas e saídas da vila parecem revelar uma expansão urbana muito tímida, sobretudo o da porta orientada a NO. (A3). Já o da *porta da Vila*, a SE., orientada à ponte, surge mais dinâmico, de ambos os lados da travessia. Na margem direita (A1) fazendo-se ordenar paralelo ao rio e aos muros da vila enquanto na margem esquerda preferindo tomar a igreja da Madalena como centro aglutinador (A2). Os muros da cerca e o da barbacã aparecem ainda praticamente sem casario adossado (B) restringindo-se a quase totalidade do tecido urbano ao espaço contido intramuros.

A envolvente da vila amuralhada, no entanto, surge pontuada por vários pequenos núcleos de casas (n1, n2, n3, n4) na origem certamente do numeroso conjunto de *subúrbios* que veremos mais adiante bem estabelecidos e consistentes nas descrições e plantas dos inícios da 2ª metade do século XVIII, nomeadamente nas *Memórias Paroquiais* de 1758 e nas plantas espanholas de 1762. Em Trás-os-Montes, os vários núcleos cerrados que fazem estender uma aldeia mas igualmente uma vila por entre os campos e quintais da envolvente são chamados *bairros* como não muito longe se observa também na envolvente da vila amuralhada de Vinhais. Crescimento e expansão urbanas possíveis, portanto! Atente-se agora ao espaço urbano intramuros onde uma provável área de expansão do núcleo original da póvoa poderá identificar-se em relação precisamente com a dinâmica comercial dos *Portos Secos* e da respectiva Alfândega sedeada em Chaves.

4 Segundo Rui Cunha Martins (Fronteira e Sociedade Raiana: Riba Côa nos Finais da Idade Média, O Tratado de Alcanices e a Importância Histórica das Terras de Riba Côa: Actas do Congresso Histórico Luso-Espanhol, Lisboa, 1998, pp. 259-267; A fronteira antes da sua metáfora: cinco teses sobre a fronteira hispano-portuguesa no século XV, 2000) é o próprio sentido e percepção da realidade fronteiriça que adquire uma pluralidade mal vislumbrada tradicionalmente pela historiografia centrada no ponto de vista da Monarquia, do Estado e dos poderes centrais. Do ponto de vista local, "a tensão por excelência parece ser a que decorre das próprias relações interconcelhias" no que se afasta irredutivelmente da "lógica fronteiriça do poder central"

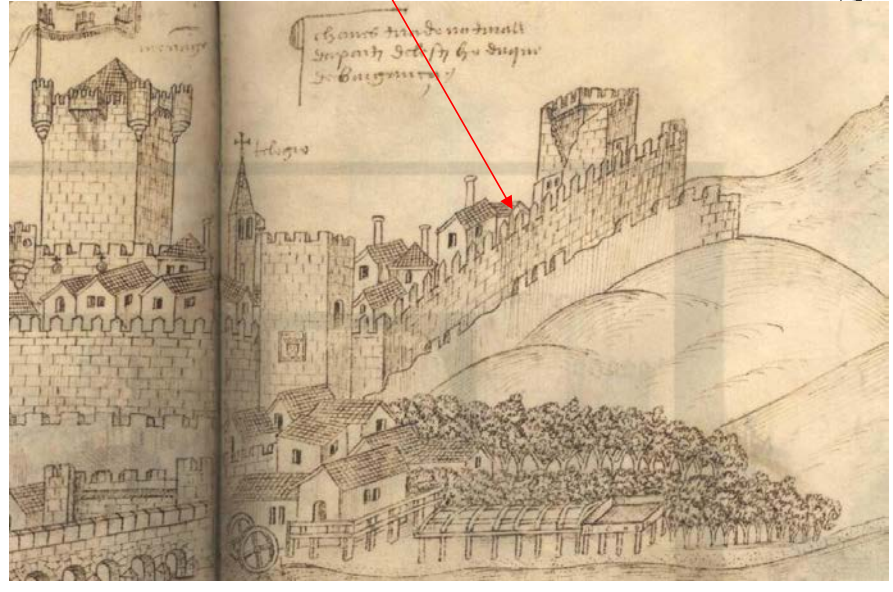
5 Ver DORDIO 2010

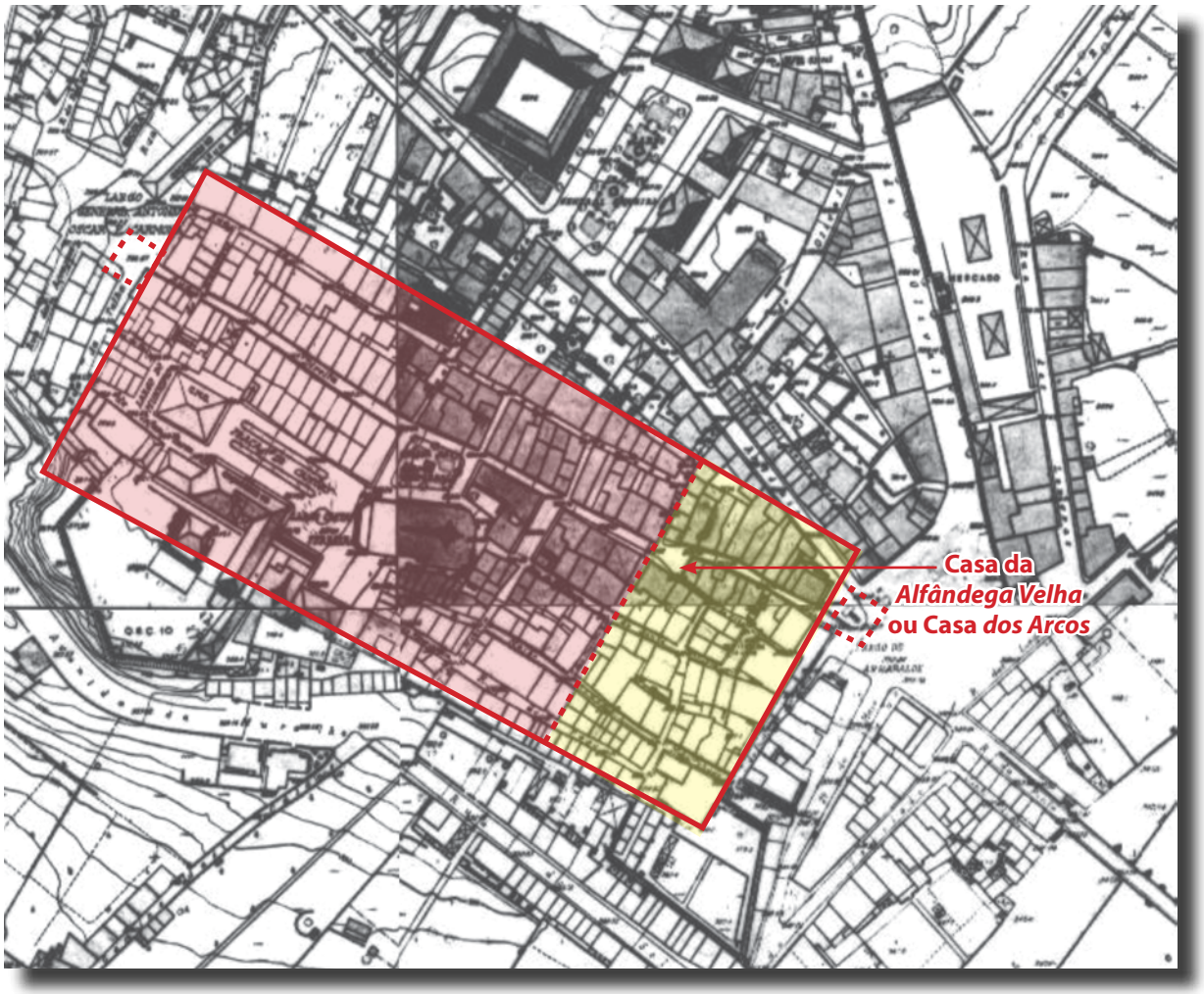


As vistas do Duarte d'Armas, datadas de início do século XVI mostram que a vila permanecia em grande medida no interior do muro da cerca, ainda rodeada pelo muro baixo da barbacã, com apenas dois pequenos arrabaldes junto da ponte, de ambos os lados do rio e ainda algumas poucas casas no exterior da porta NO. Assinala-se a cortina orientada a NE com o muro da barbacã e ainda sem qualquer casa adossada, situação que rapidamente sofreria alterações como veremos em seguida.

Panos da Muralha orientada a NE da Cerca Medieval

Com a incorporação das cortinas do muro da cerca medieval orientadas a SO. e a SE. na nova muralha abaluartada construída no século XVII, as cortinas simetricamente opostas (orientadas a NO. e a NE.) perderiam o sentido, passando a servir de apoio a edifícios, agora intra-muros, que, ao se lhe adossarem, procuravam garantir maior estabilidade às suas fundações. A cortina orientada a NO. desapareceria sob aquelas novas construções mas a orientada a NE., apesar de ter sido sujeita ao mesmo processo, preserva ainda hoje visíveis parte dos antigos panos amuralhados.





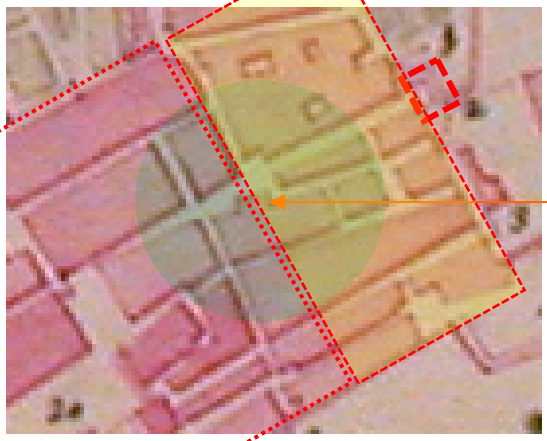
3.2. Questões sobre a expansão urbana da póvoa e vila de Chaves

A observação da planimetria intramuros medieval parece indiciar a existência de duas áreas cuja génese poderá ter sido distinta. Se traçarmos uma linha perpendicular à implantação da cortina do muro da cerca orientada a NE. passando pela *Ladeira da Brecha* e pela travessa paralela à das Caldas, que liga entre si as ruas General Sousa Machado e de Santa Maria, delimitamos aquelas duas áreas. Na verdade, intramuros, a SE. dessa linha, o tecido urbano apesar de dar continuidade ao traçado planeado de tendência ortogonal, mostra uma muito mais acentuada irregularidade do que a NO. da mesma. Na área a SE. da linha interrompe-se a rua do Bispo Idácio (da *Cadeia*); a rua Direita dá lugar a um pequeno largo a partir do qual desvia para a esquerda em direcção às antigas *Portas de Baixo* / depois *da Vedoria*, ao mesmo tempo que o alinhamento da rua Direita parece continuar pela rua da Alfândega Velha; as ruas de Santa Maria e a do Poço desviam ligeiramente para a esquerda e, esta última, parece mais estreita; pelo contrário, a rua General Sousa Machado (antiga *Rua Nova*), descreve uma ligeira curva para o lado oposto.

Diante destas observações parece-nos pertinente colocar a hipótese da existência de uma área de fundação original (a NO.) a que se teria acrescentado posteriormente uma nova área urbanizada (a SE.),

ambas, por sua vez, envolvidas depois pela mesma cerca de contorno aproximadamente rectangular, prolongando enfim o plano original. A costura da nova cortina dos muros da cerca poderia até ter propiciado o rasgar da "brecha" na origem da ladeira com aquele nome. A maior irregularidade do tecido urbano resultaria de uma determinação planeadora menos firme ou mesmo inexistente como tal, limitando-se a urbanização a concretizar-se na maior ou menor continuidade do plano anterior.

Tomando como possível esta hipótese, o pequeno largo onde a R. da Alfândega Velha encontra a R. Direita assume todo um novo significado. Seria aí localizada a *Porta de Baixo* original, desenvolvendo-se no exterior um largo de onde partiriam caminhos de saída na origem de arruamentos que, uma vez integrados na malha urbana, condicionariam a distorção da regularidade do plano. Mas mais interessante é a localização nesse largo da Casa da Alfândega, depois conhecida como a *Alfândega Velha* ou a *Casa dos Arcos*.

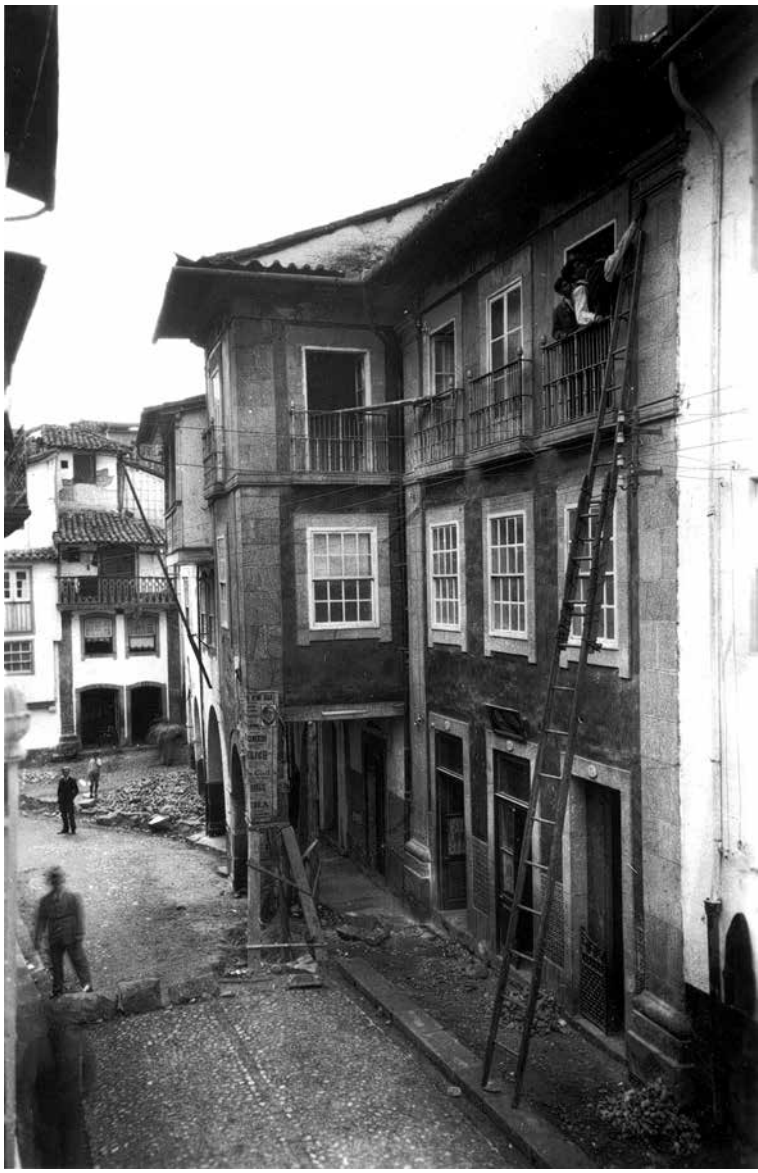


Casa da Alfândega Velha ou Casa dos Arcos com arcada em avançamento sobre a rua Direita de que resulta o alargamento daquela rua e a formação de um largo.

Planta de Chaves de 1762 (parcial)

O edifício que albergou a Alfândega de Chaves era de provável origem quinhentista, construído em avançamento sobre a Rua Direita, com a fachada principal suportada por uma arcaria de quatro arcos redondos a que se sobrepunham, a eixo dos arcos, quatro vãos quadrangulares moldurados no piso superior rematando em cornija. Demolido na década de 1930, a imagem que chegou até nós em fotos dessa época, mostra-o já dividido em diferentes parcelas, alteado de mais um ou dois pavimentos conservando a disposição original dos vãos superiores apenas na parcela mais à esquerda. A Alfândega de Chaves era, em 1796 (manuscrito publicado in MENDES s/d), a que mais imposto arrecadava entre os portos secos da província de Trás-os-Montes (3 000:000 réis) seguida de perto pela de Bragança 2 900:000 réis) mas já muito à frente da que se posicionava em terceiro lugar no rendimento cobrado e que era a de Vinhais (1 200:000 réis).

A Rua Direita observando-se ao fundo o Largo da Alfândega Velha (actualmente Tenente Ferreira) que se ampliou com a demolição do edifício da Alfândega Velha. Foi este o local escolhido para a instalação do Banco de Chaves (1870), a mais importante instituição financeira da vila na 2ª metade do século XIX, e que seria absorvido pelo Banco Pinto e Sotto Mayor em 1921 (MACHADO 1994, 287).



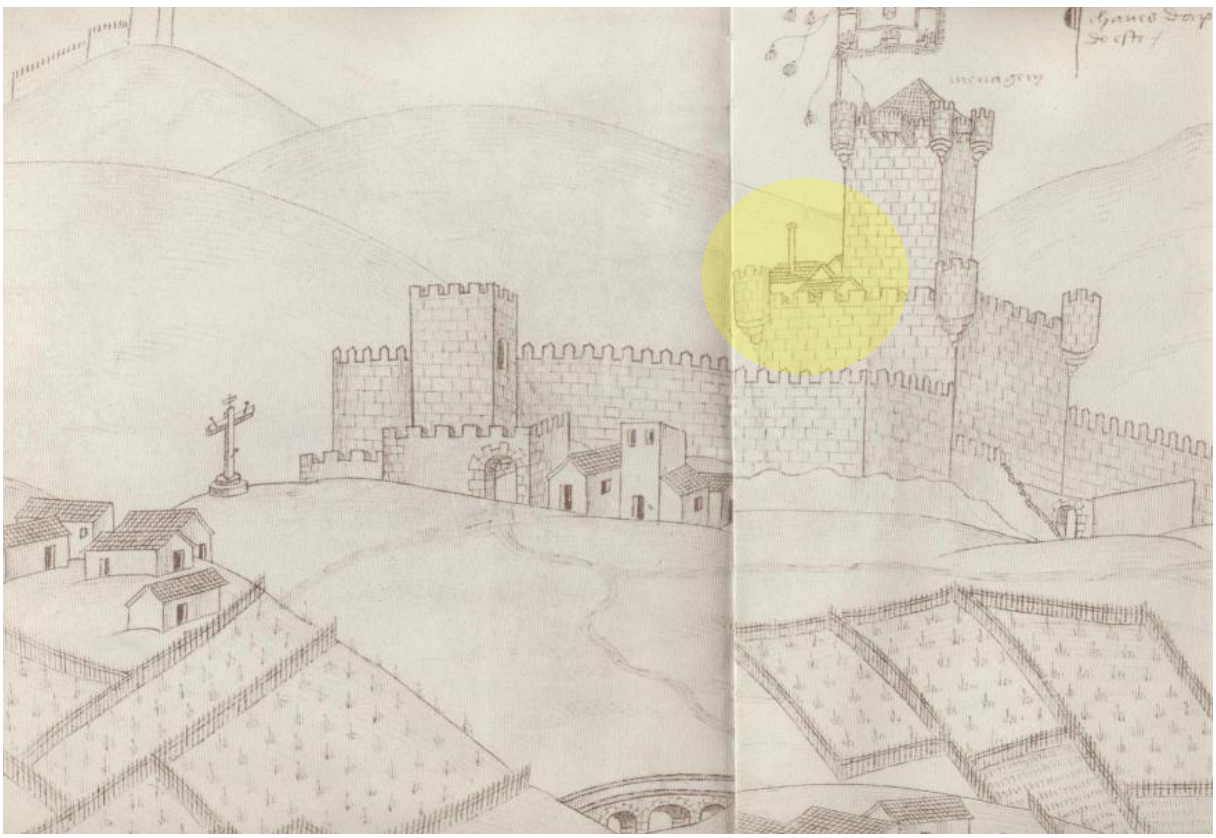
O edifício que albergou a Alfândega de Chaves era de provável origem quinhentista, construído em avançamento sobre a Rua Direita, com a fachada principal suportada por uma arcaria de quatro arcos redondos a que se sobrepunham, a eixo dos arcos, quatro vãos quadrangulares moldurados no piso superior rematando em cornija. Demolido na década de 1930, a imagem que chegou até nós em fotos dessa época, mostra-o já dividido em diferentes parcelas, alteado de mais um ou dois pavimentos conservando a disposição original dos vãos superiores apenas na parcela mais à esquerda. A Alfândega de Chaves era, em 1796 (manuscrito publicado in MENDES s/d), a que mais imposto arrecadava entre os portos secos da província de Trás-os-Montes (3 000:000 réis) seguida de perto pela de Bragança 2 900:000 réis) mas já muito à frente da que se posicionava em terceiro lugar no rendimento cobrado e que era a de Vinhais (1 200:000 réis).

Chaves - Trecho da Rua Direita

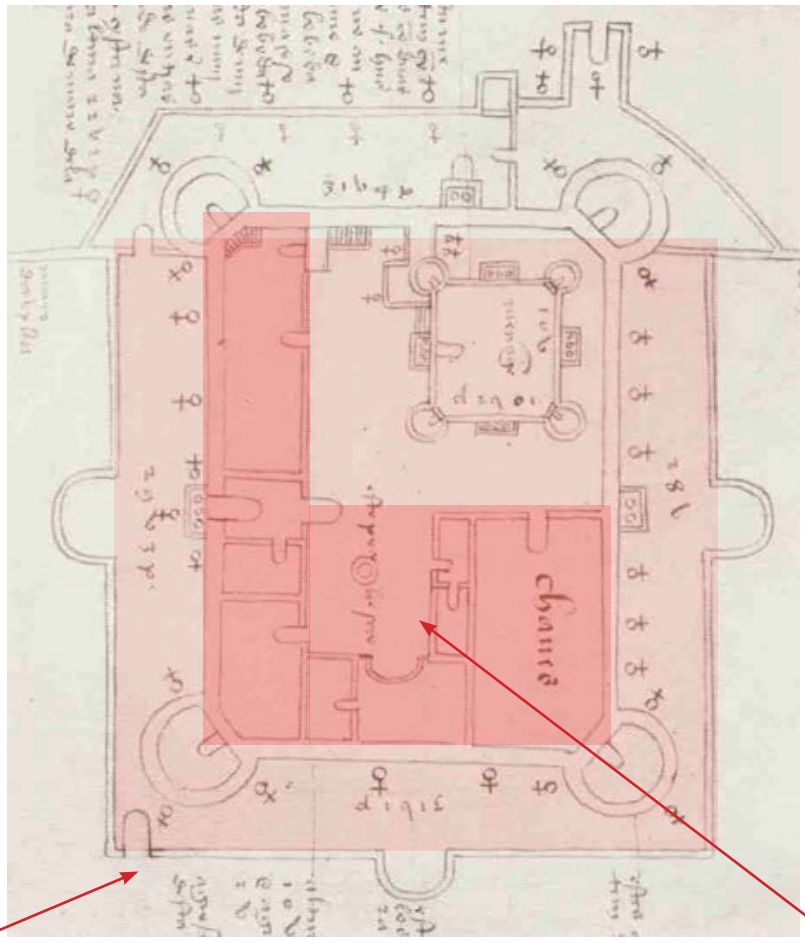
A Rua Direita observando-se ao fundo o Largo da Alfândega Velha (actualmente Tenente Ferreira) que se ampliou com a demolição do edifício da Alfândega Velha. Foi este o local escolhido para a instalação do Banco de Chaves (1870), a mais importante instituição financeira da vila na 2ª metade do século XIX, e que seria absorvido pelo Banco Pinto e Sotto Mayor em 1921 (MACHADO 1994, 287).

3.3. Um Paço e uma Corte Senhorial em Chaves

O século XV é na história europeia identificado com o Renascimento. Momento de grandes mudanças na Europa. Mas em Chaves, pequena vila e comunidade localizada numa área periférica de um reino periférico, essas mudanças também seriam percepcionadas e integradas. Um dos principais canais que assegurou a ligação aos centros inovadores e difusores da mudança foram precisamente as elites e as suas práticas clientelares e de patrocínio mecenático. Em Portugal, a alteração dinástica que coincide com a passagem do século havia ocasionado uma profunda renovação das elites. Mas não haviam sido apenas os protagonistas que tinham mudado. Era também a própria cultura do poder através da qual as elites se afirmavam e emergiam como protagonistas no seio das comunidades, que mudava. Em Chaves, não terá sido porventura indiferente o facto do Conde D. Afonso ter tomado a decisão de fazer dos paços do castelo a sua principal residência, ainda que possivelmente motivado por questões militares de defesa da fronteira e de serviço ao Rei.

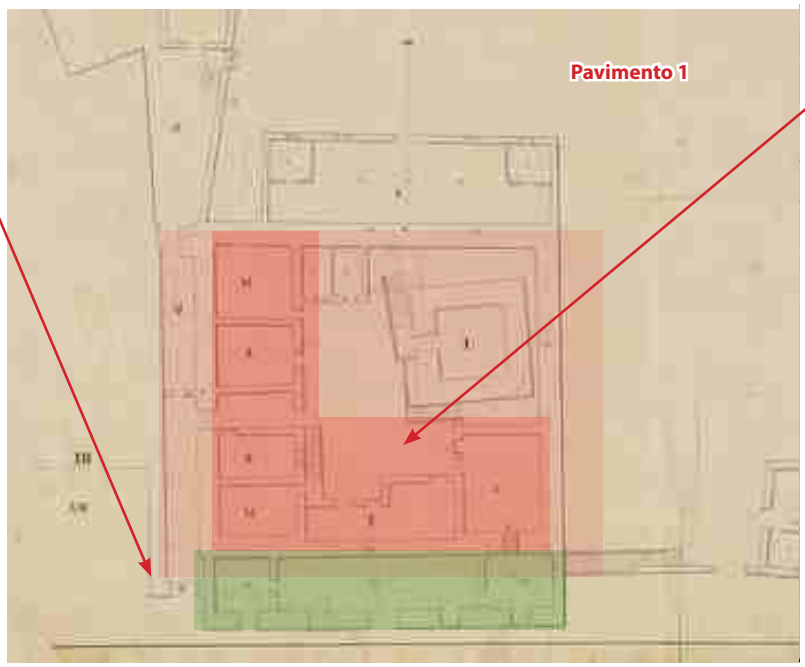


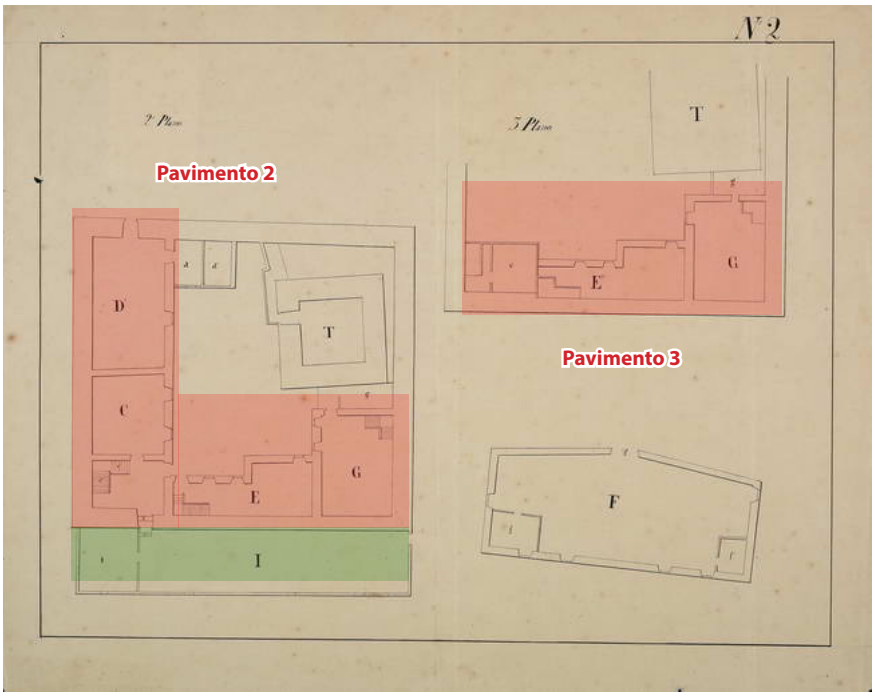
Desde 1401, o Conde de Barcelos D. Afonso, primeiro duque de Bragança a partir de 1442, faria dos paços do alcaide no castelo de Chaves, a par dos de Barcelos e dos de Guimarães, uma das suas principais moradas, onde residiu frequentemente e onde veio a falecer em 1461. Foi então sepultado na igreja matriz de Santa Maria e logo em 1462 transladado para o Convento da Veiga, onde repousou numa arca mandada construir por D, Catarina, filha do rei D. Duarte, até que, com a mudança daquele convento para o Alto da Petisqueira na 1ª metade do século XVII, acompanharia os frades até à nova morada. Numa das vistas do Duarte d'Armas observa-se no interior do castelo umas casas altas com uma chaminé, que corresponderão aos paços de D. Afonso e seus descendentes, edificados sobre os anteriores paços do alcaide.



Porta na barbacã

Pátio com poço





Comparando a planta dos paços do castelo nos inícios do século XVI – os *Paços do Duque de Bragança* - (segundo Duarte D'Armas) com a do levantamento de 1852 verifica-se uma grande estabilidade e continuidade na ordenação dos espaços. A mancha vermelha mais ténue delimita a área da barbacã orientada ao espaço intramuros, a qual apenas subsistia em 1852 entre o castelo e a Misericórdia enquanto do lado da praça tinha desaparecido sob o Quartel da Guarda Principal (a verde). Repare-se nas diferentes espessuras das paredes do levantamento de 1852 distinguindo-se os muros do castelo e da torre de menagem dos das restantes construções no seu interior. Repare-se também no registo de três pavimentos no paço, o mais alto dos quais, apenas adossado à cortina NE. do castelo pelo interior numa disposição que já é perceptível na vista NO. do Duarte d' Armas. Mais um argumento a favor de uma grande estabilidade e continuidade na ordenação dos espaços do paço condal e depois ducal.

O Conde D. Afonso era filho ilegítimo de D. João, futuro rei D. João I, aclamado em 1385. Nascido na década de 1370, muito provavelmente em 1377, era ainda muito novo aquando dos episódios que entre 1383 e 85 haviam encaminhado a coroa do reino de Portugal para seu pai. Em 1391, D. João I fá-lo-ia senhor de Neiva, de Faria, de Vermoim e de Aguiar de Neiva mas só em 1398 seria armado cavaleiro por seu pai após o cerco de Tui. Três anos depois, em 1401, casaria com D. Beatriz, filha única do Condestável D. Nuno Álvares Pereira, de quem recebeu então um vasto conjunto de bens entre os quais a vila de Chaves com seu termo. Na mesma altura, tendo também recebido a vila de Barcelos, o rei conceder-lhe-ia o título de Conde de Barcelos e acrescentou-lhe outras amplas doações. O património inicial da casa senhorial do Conde D. Afonso ficou assim centrado no Norte de Portugal organizando-se em torno da Barcelos e Chaves, locais onde passaria a residir com frequência. Nas décadas de 1420 e 1430 acrescentaria Guimarães ao conjunto dos seus principais paços e, na década seguinte, mais precisamente em 1442, receberia também Bragança cujo título, como Duque, passaria então a encabeçar a sua casa senhorial.

Na verdade o Conde D. Afonso parece ter entretecido com a vila de Chaves uma relação de forte proximidade. Os seus três filhos nascem nos paços do castelo em Chaves e aí viria a morrer sua primeira mulher pelos anos 1409-1414 e ele próprio, em 1461, tendo sido sepultado no convento de São Francisco, na altura ainda implantado na veiga de Chaves. A esta presença tão assídua em momentos relevantes da sua vida deverá ter correspondido uma concomitante acção e intervenção de patrocínio e mecenática que, conhecida para outros lugares, não está estudada em relação a Chaves.

O Conde de Barcelos e Duque de Bragança, D. Afonso, bem como os seus mais diretos descendentes, D. Afonso, Conde de Ourém e D. Fernando, Conde de Arraiolos, foram no Portugal de quatrocentos significativos representantes da nova cultura renascentista emergente. Ao serviço do rei ou por vontade própria viajaram e conheceram de perto os principais centros europeus, quer no Norte, no Leste ou no Mediterrâneo. Tinham numerosos contactos e relações internacionais, adoptando e importando para Portugal modelos, ideias e costumes. Os paços que fizeram construir em Barcelos, Guimarães, Ourém ou Porto de Mós ilustram bem o esforço do investimento e a qualidade inovadora introduzida que eram afinal apanágio e demonstração do superior estatuto social que detinham e da proximidade com a família e pessoa do rei. É provável que em Chaves, também os antigos paços do castelo, se conservados, fossem idênticos testemunhos da capacidade de protagonismo dos primeiros braganças.

Misericórdia e pano do castelo década de 1920 (blog Chaves Antiga).

3.4. Consolidação das transformações urbanas na Póvoa Medieval (transformações século XVI e 1ª metade século XVII)

3.4.1. De Adro a Praça(s)

Na área intramuros supostamente de fundação original, a NO. da linha que traçamos pela *Ladeira da Brecha*, o espaço aberto mais importante e central seria constituído pelo adro da igreja matriz de Santa Maria, a qual surge desde logo mencionada no início da fundação da *póvoa*. A igreja original tinha fábrica românica de que se preserva a torre e o portal decorados com temática característica daquela fábrica e estilo.

De bem menores dimensões do que o edifício actual, a localização da igreja medieval românica determinou a delimitação de uma extensa área envolvente, o *cemitério* ou *adro*[6]. Mas o cemitério na Idade Média não era apenas o local de enterramento dos mortos. A transferência dos cemitérios para o interior do espaço amuralhado das *cidades* na Idade Média condicionou em consequência a utilização de uma parte significativa do solo urbano. Nessas áreas, ao abrigo da imunidade que o edifício da igreja estabelecia, concentrar-se-ão muitas das centralidades urbanas. Aí permanecerão depois ainda que obrigadas a adaptar-se às transformações que o espaço construído conheceria. Com efeito, o privilégio do direito de asilo que se atribuía à envolvência imediata de uma igreja conferiu ao local designado pela palavra "*cemitério*" um duplo sentido. Ao actual e exclusivo significado de espaço reservado aos mortos associava-se a ideia de praça pública e centro da vida social da comunidade. Aí se realizavam reuniões religiosas mas também as assembleias judiciárias e políticas. Era aí o lugar do mercado e da feira e igualmente o local de encontro e divertimento que antecedeu o "*passeio público*".

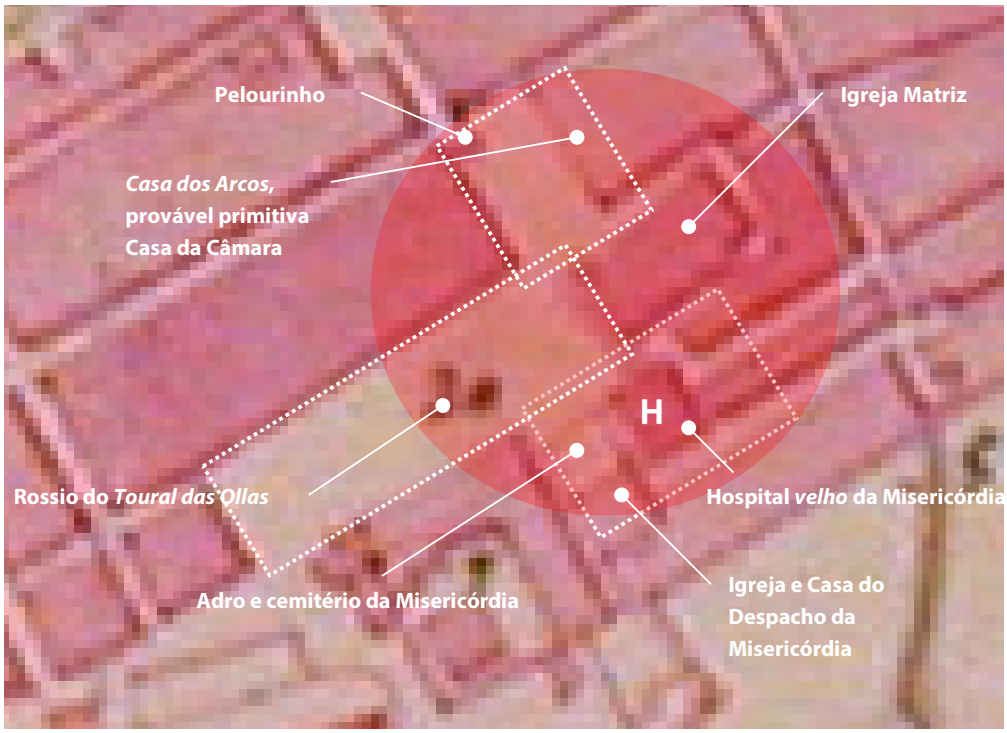
O adro (ou *cemitério*) original ocuparia deste modo um espaço de razoável dimensão mas informe que se transformou depois, sobretudo a partir de Quinhentos. Progressivamente segmentado em áreas distintas e autónomas configurou as praças que chegaram à actualidade e para onde se transferiram e reordenaram as várias centralidades próprias daquele lugar público original sendo também invadido pela construção de edifícios privados que assim completariam uma urbanização de maior densidade do espaço. A NE. individualiza-se a actual Praça da República, antigamente simplesmente a *Praça*, onde se ergueu o pelourinho e estavam localizados os Paços do Concelho. A NO. estrutura-se um amplo rossio, actualmente designado como Praça de Camões, conhecido no passado por *Toural* ou *Toural das Olas*, local de feira e mercado que, com a construção da Praça de Guerra se procurou converter no *Largo do* [Quartel da Guarda] *Principal* e, posteriormente, com a desmilitarização da vila, daria lugar a uma *Praça do Município*. A SO. está hoje o Largo Caetano Ferreira que constitui o assento da Igreja da Misericórdia e demais dependências a ela associadas. A tradição localiza aqui a capela de Nossa Senhora das Lágrimas, a qual, mandada edificar na primeira metade do séc. XV por D. Afonso e pela sua segunda mulher D. Constança, servia os paços do futuro primeiro Duque de Bragança tendo junto um albergue ou hospital. A construção da igreja da Misericórdia, iniciada em 1532, terá tido lugar onde primitivamente se encontrava aquela capela. No largo que se abria diante da igreja existia um adro que serviu de cemitério até 1839 (VIÇOSO 2000: 17). Seria o último reduto da área *cemiterial* com funções específicas de enterramento dos mortos. O hospital *velho*, que antecedeu o *novo* edifício do hospital da Misericórdia construído durante a 1ª metade do século XIX sobre o flanco direito da igreja, ocupava uma parte do actual Largo Caetano Ferreira, em casas demolidas na década de 1860 a fim de desafogar a fachada principal do *novo*

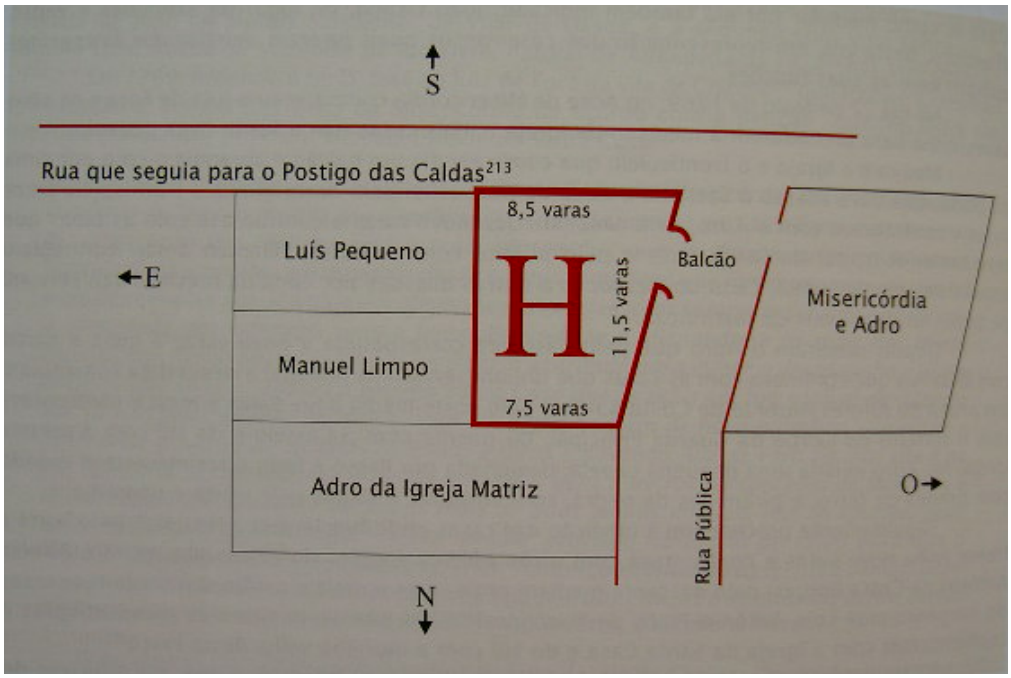
6 O tradicional espaço de asilo e imunidade em volta de uma igreja que a partir do século V é normalmente designado por cimiterium, na origem do que depois se chamará adro.

hospital acabado de construir. O Largo Caetano Ferreira surge referido por este topónimo depois de 1860 quando Caetano António Ferreira, brasileiro regressado do Rio de Janeiro, solicita ajuda pecuniária à Câmara para fazer melhoramentos no mesmo e onde já havia comprado umas casas que tinha feito demolir à sua custa (Actas, 19-10-1860; ver AIRES 1990, 56). Seria porém designado por outros nomes como Largo de Frei Caetano Brandão (Actas, 26-3-1914 in AIRES 1990, 57).

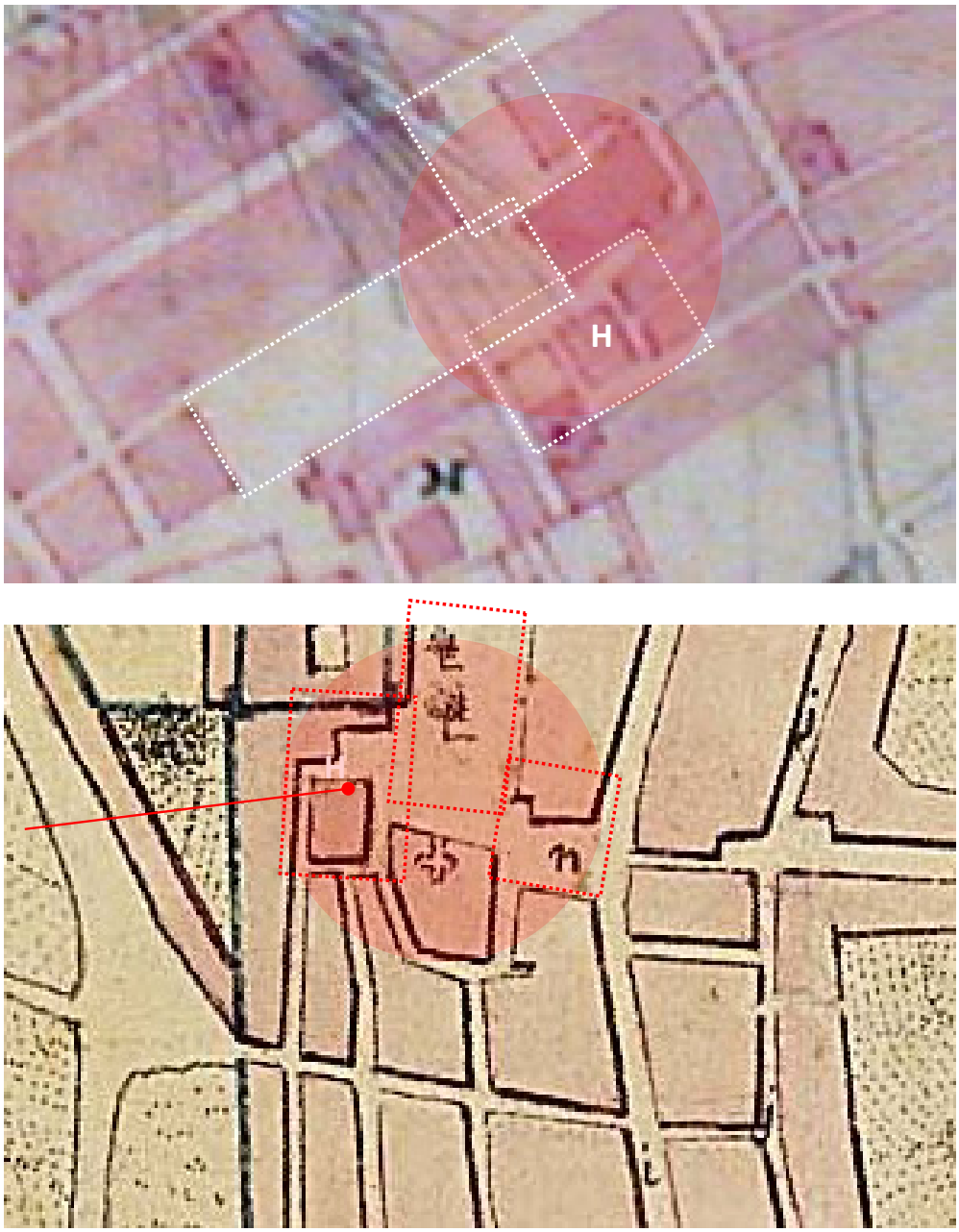
O século XVI seria em Chaves, como em muitos outros núcleos urbanos portugueses, o momento de uma nova concepção da imagem da cidade que procura no monumento e na monumentalização o seu instrumento de intervenção. A nova cultura do poder era em quinhentos já não só dos grandes senhores de título, com o Conde D. Afonso, mas difundia-se também agora entre as elites municipais que detinham recursos para intervir no espaço urbano. A reformulação do adro ou cemitério medieval desenhando sobre ele várias *praças* datará desse momento. Em 1561, o licenciado Domingos Gonçalves, prior da Igreja mandou ampliar e beneficiar o edifício da matriz à sua custa procedendo à construção de uma nova capela-mor, da fachada renascença com uma larga porta sob rosácea e da reconstrução da fachada lateral N. com um portal maneirista encimado por dois medalhões com as efígies de São Pedro e São Paulo. A obra concluir-se-ia já na 1ª metade do século XVII com a renovação dos retábulos. Esse seria igualmente o momento de construção da igreja de Misericórdia (1532), com fachada principal ricamente decorada de linhas sinuosas, tríplice pórtico, colunas salomónicas, enrolamentos de volutas e remates em coruchéu, que se completaria com as instalações da Provedoria ou Casa do Despacho por 1601. Do lado oposto, na actual Praça da República, dataria igualmente desta época o edifício sobre arcarias já demolido e que deverá ter sido a primitiva Casa da Câmara[7].

7 Muito próximas de edifícios como as primitivas Casas da Câmara de Viana do Castelo, Guimarães ou Barcelos. Sobre esta temática deverá consultar-se CAETANO, Carlos Manuel Ferreira, As Casas da Câmara dos Concelhos Portugueses e a Monumentalização do Poder Local (Séculos XIV a XVIII), Dissertação de Doutoramento em História da Arte Moderna, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2 vols., 2011.





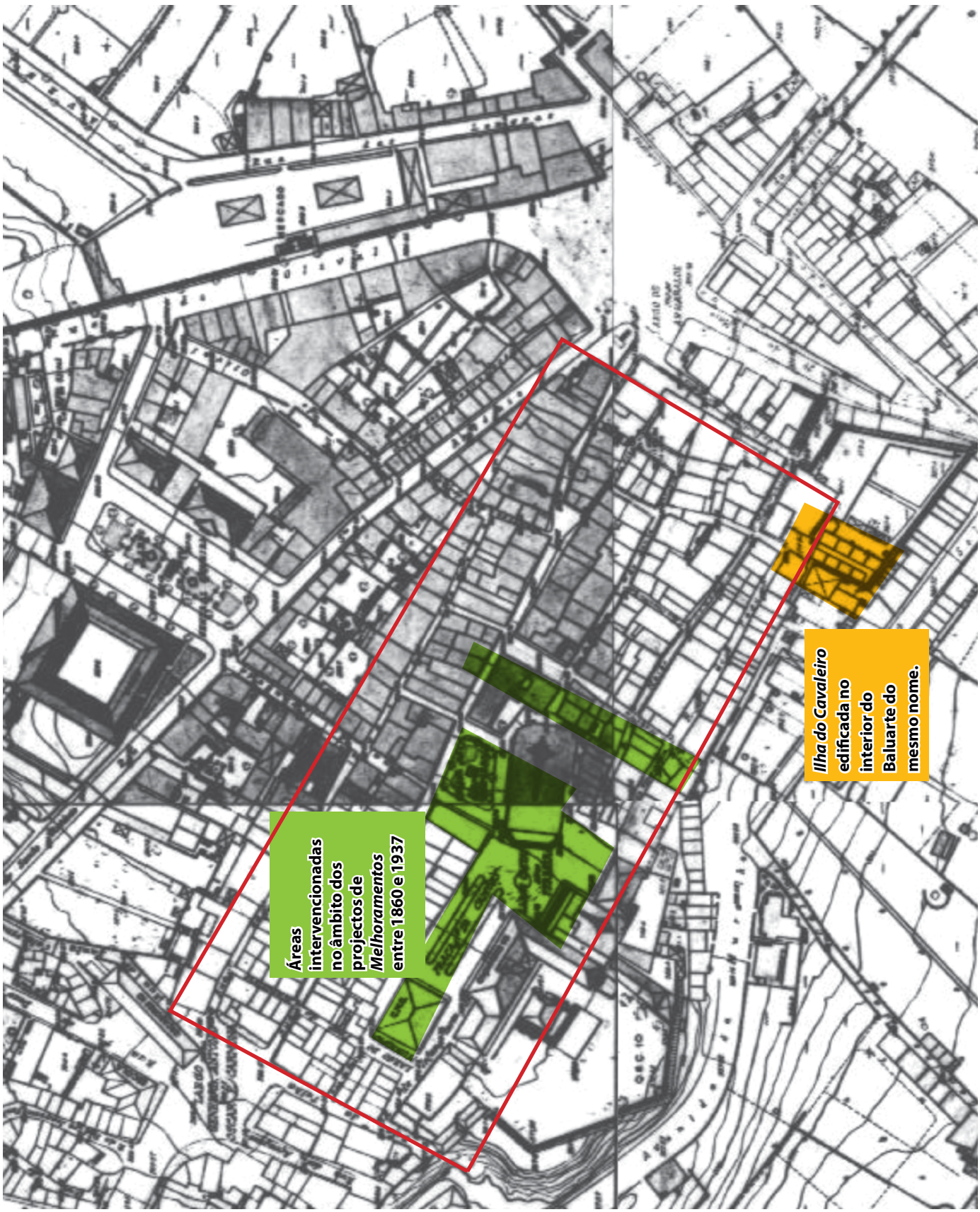
Planta de Chaves em 1762 (parcial) com a área do cemitério e adro medieval segmentado em várias praças sobre uma das quais se implanta o esquema de localização do *hospital velho* segundo o *Tombo dos Bens da Misericórdia* de 1769 (VIÇOSO 2007, 81).



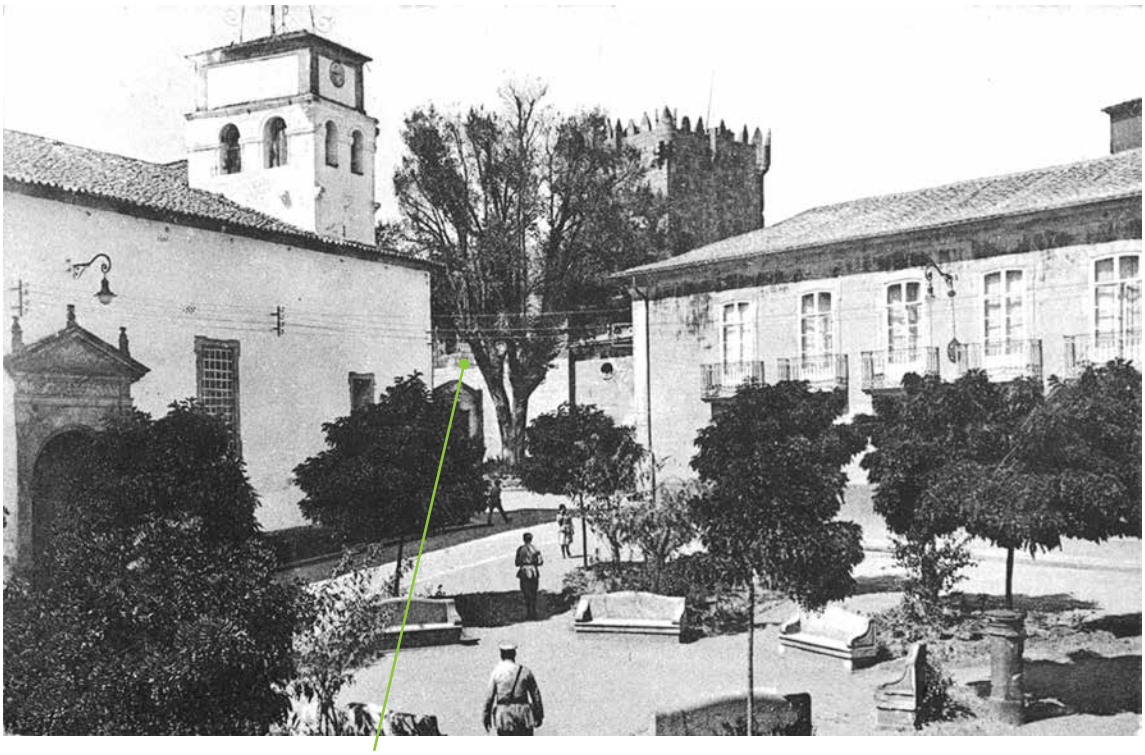
Quarteirão das casas do hospital velho demolido em 1860 para dar lugar ao Largo Caetano Ferreira

Plantas de Chaves em 1762 e c. 1840 (parciais) com a área do cemitério e adro medieval segmentado em várias praças sobre uma das quais se implanta o esquema de localização do *hospital velho* segundo o *Tombo dos Bens da Misericórdia* de 1769 (VIÇOSO 2007, 81).

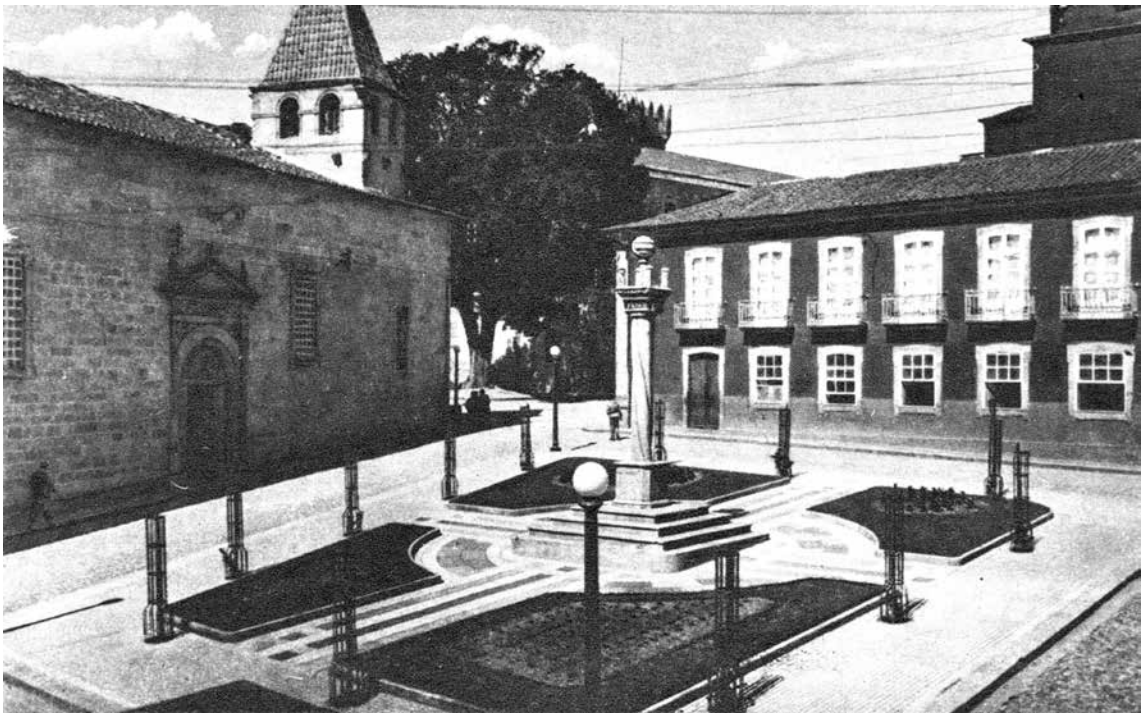
Na década de 1860, a Câmara Municipal que então se encontrava estabelecida no edifício fronteiro à velha Casa dos Arcos passaria para o vizinho Palacete do Morgado de Vilar de Perdizes ao mesmo tempo que as antigas instalações seriam vendidas à Sociedade Recreativa *"A Civilizadora"* para sua sede. Após obras de adaptação, o velho relógio municipal foi colocado sobre a torre da igreja matriz enquanto a praça foi arranjada "com lajes lisas e aparelhadas (*"A Eira", como então passaram a chamar-lhe) ". No local do Pelourinho, que foi demolido nessa altura, implantou-se um marco de correio. Com a implantação da República, o mesmo pelourinho seria de novo erguido, mas agora no Largo de Camões, diante dos novos Paços do Concelho, para ser de novo apeado na década de 1920 com a promessa de ser reimplantado na Praça da República (MACHADO 1994, 288-89).*


Áreas intervencionadas no âmbito dos projectos de *Melhoramentos* entre 1860 e 1937
Ilha do Cavaleiro edificada no interior do Baluarte do mesmo nome.

No início da década de 1920 a Casa dos Arcos foi expropriada pela Câmara e demolida tendo a praça fronteira sido beneficiada mas não se concretizando então a promessa de ali reimplantar o velho pelourinho. Na mesma altura (1921), o antigo adro da igreja da Misericórdia, seria lajeado, construindo-se a plataforma que hoje ainda se observa e a que se acede por escadaria.



Provável Passo da Via-sacra que se localizava diante da Igreja Matriz



A reimplantação do pelourinho na Praça da República só veio a acontecer em 1934 com novo arranjo daquela praça ao mesmo tempo que o edifício da Igreja Matriz recebia obras de restauro dirigidas pela DGEMN visíveis na foto no remate e cobertura da torre sineira.

SANTANA & Cª., S.A.

Com a demolição da Casa dos Arcos no início da década de 1920, o limite SE. da Praça da República deslocou-se ampliando consideravelmente a área do espaço público. Já no final da década de 1980 esta seria objecto de um novo desenho de pavimentos.

O edifício sede da Sociedade Recreativa A Civilizadora continua na actualidade a constituir o limite NO. da Praça da República.

(PEDIR ORIGINAL DR.ª MARIA ISABEL VIÇOSO)

Figura 2: Cadeia Velha – Alçado principal

Figura 3: Cadeia Velha – Alçado lateral esquerdo

Figura 4: Cadeia Velha – Vista da fachada

Figura 5: Cadeia Velha – Vista Este. Detalhe da união do edifício da cadeia com a muralha medieval

Figura 6: Cadeia Velha – Área de intervenção após a demolição das paredes internas e remoção do pavimento de cimento

202

Rev. Aquae Flaviae, Chaves, (28) 2002, p. 181-207

O antigo edifício da Cadeia da Comarca de Chaves é uma sóbria construção, recentemente objecto de um projecto de reabilitação, que será datável do século XVII ou ainda do século anterior. Localiza-se no gaveto da antiga Rua da Cadeia (actual Bispo Inácio) com a Rua da Trindade.

3.4.2. Capelas privadas e o Eixo Penitencial do primitivo Calvário

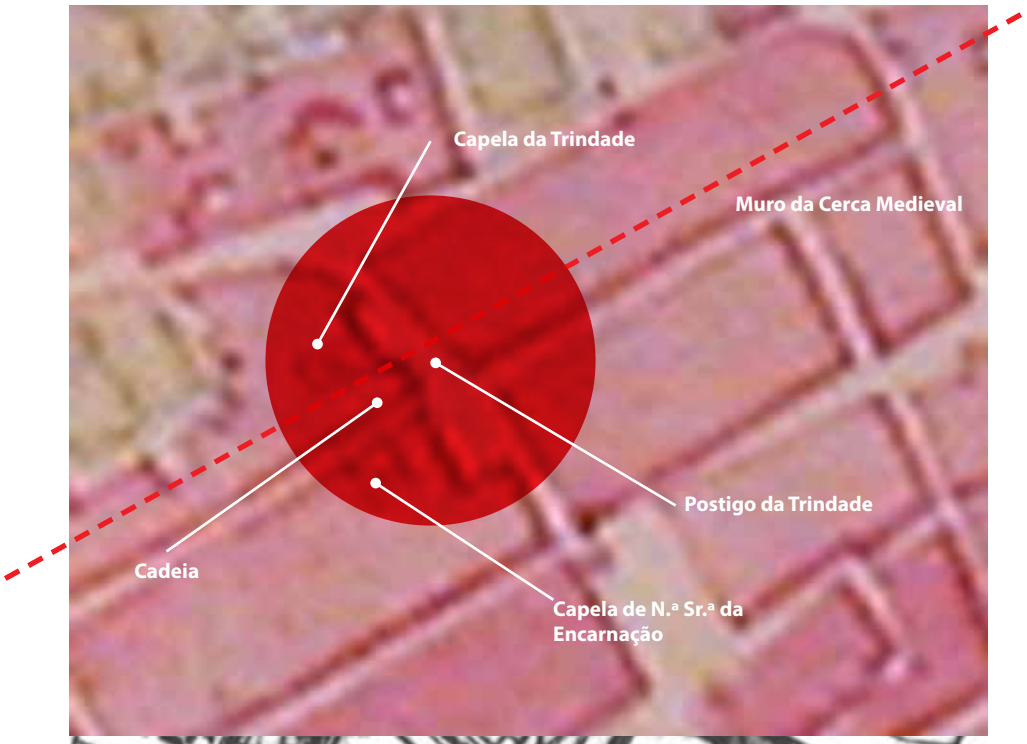
Do lado da Praça da República (a *Praça Velha*) comum com a Rua Direita abria-se uma travessa perpendicular àquela que cedo procurou a saída para fora dos muros da cerca dando origem à *Ladeira da Trindade*. Esta área mostrava ainda na planta de 1762 como o percurso no enfiamento da Ladeira da Trindade se alargava concentrando o edifício da Cadeia e de várias capelas, dando lugar a um pequeno largo que, mantendo-se ainda na planta de meados do século XIX, só desapareceria com os realinhamentos mais recentes. Aquele enfiamento constituirá ainda no século XVI e na primeira metade do século seguinte, antes da construção das fortificações abaluartadas, um eixo que se valorizará assumindo uma nova importância na ordenação urbana da vila.

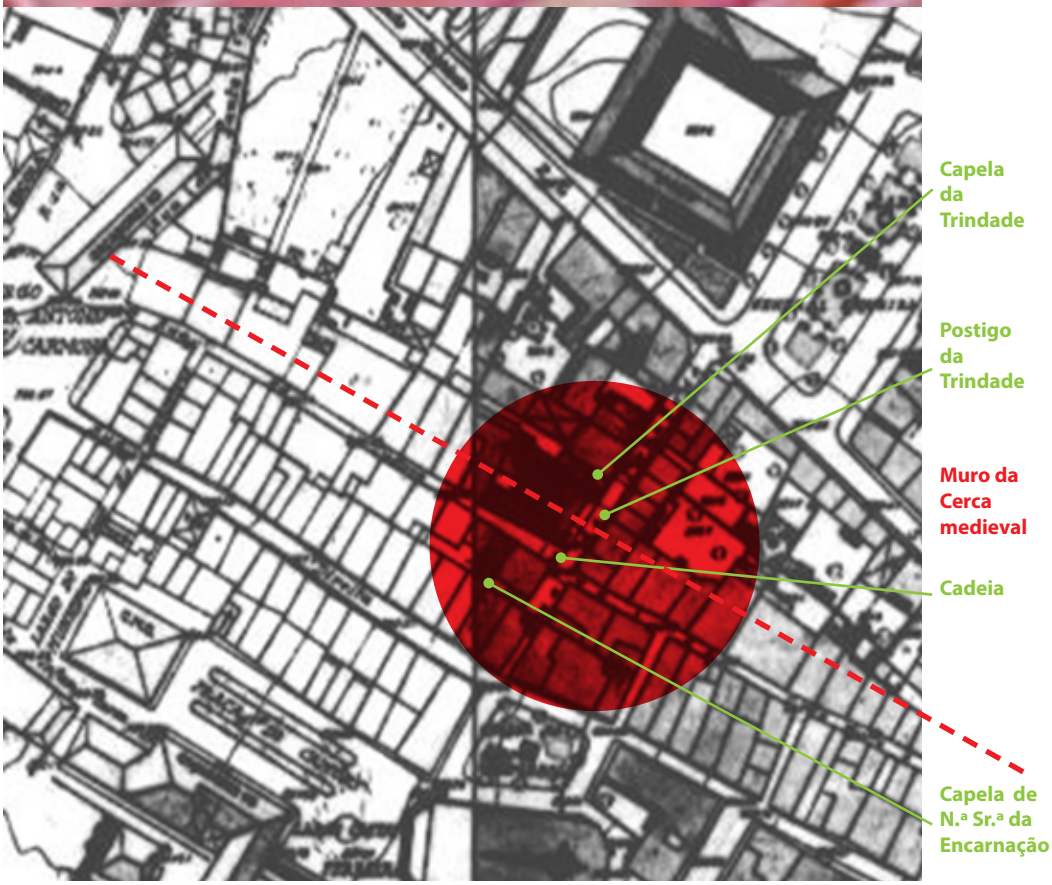
Com efeito, nessa época e no contexto da Contra Reforma Católica, o Alto da Pedisqueira parece ter-se tornado num ponto focal das orientações do desenvolvimento urbano de Chaves. Este é o local escolhido pelos frades da Ordem da Soledade de S. Francisco para erguerem, a partir de 1635, o novo convento em substituição do velho Convento da Veiga. Com a fachada principal da igreja orientada à vila sublinharia o eixo privilegiado de acesso ao Alto da Pedisqueira que não poderia ser outro senão o que, partindo do centro cívico constituído pelo Adro da Matriz e Praça do Pelourinho, cruza a Rua Direita e encaminha-se encosta abaixo para depois subir até se deparar com a fachada da Igreja de São Francisco. Este será o percurso da Calçada da Trindade que dá origem a uma nova passagem na cerca medieval (não sabemos se chegou a estruturar-se como postigo ou porta) e onde se vai implantar extramuros a já desaparecida Capela da Santíssima Trindade em 1681. Ora uma das duas inscrições que se preservam relativas a esta capela regista que "A VIA SACRA HE DESTA CAPELA (…)" quando o percurso que conhecemos da Via sacra não passava por este local, dirigindo-se antes pela Rua Direita e do Anjo até ao Alto do Calvário (AIRES 1990). Surge assim com toda a verosimilhança a possibilidade do Alto da Pedisqueira ter constituído o culminar ascensional de uma Via-sacra e Calvário mais antigos que, com a construção do Forte de São Francisco, teria visto a sua continuidade inviabilizada

É notável a concentração de capelas quinhentista e seiscentistas sobre este mesmo eixo. Fronteira ao edifício da Cadeia ainda se preserva a Capela de N. S. da Encarnação, reformulada ao gosto maneirista do século XVII, mas que segundo Tomé de Távora e ABREU, "*foy fundada no anno de 1564 pelo lecenceado Duarte Teixeira Chaves na Rua da Cadeya junto das suas casas com todos os seos bens avinculados à mesma Capella nomeado por primeiro administrador o seu irmão Sebastião Pequeno Chaves e he hoje seu quarto neto Duarte Teixeira Chaves fidalgo da Casa de Sua Magestade*". O mesmo autor refere-se ainda a outra capela, a montante naquela mesma rua, construída sobre o próprio muro da cerca medieval mas fundada na 2ª metade do século XVII ou inícios do XVIII, "*em o fundo a Rua da cadeya se acha a N. S. do Amparo, fundada por Gaspar Padrão de Oliveira, nas costas das suas casas da coal he hoje administrador António de Freitas Padrão seu filho*". Já no Alto da Pedisqueira, a construção da Capela de Nossa Senhora da Lapa não é mencionada nem por Tomé de Távora e Abreu nas *Notícias* de 1721 nem nas *Memórias Paroquiais* de 1758. O próprio estilo da fábrica da fachada principal aponta para um momento na 2ª metade do século XVIII. Porém, há registo datado de 1675 de um documento de *Obrigação à fábrica da capela de Nossa Senhora da Lapa, a favor de Francisco Gonçalves de Oliveira, fabriqueiro desta capela, que a ela está obrigado* (doc. do ADB/UM, *Igrejário*, liv. 126, fl. 174 referido por CAPELA, BORRALHEIRO e MATOS 2006, 217). A própria fachada principal em estilo tardio, poderia resultar de uma obra de alteração da fábrica primitiva. A existência de uma capela anterior, eventualmente em ruína e abandonada aquando da redacção das *Memorias* de 1721 e de 1758, o que explicaria não ser mencionada, articular-se-ia também assim com o antigo percurso que ligaria o centro da vila intramuros, através da Calçada da Trindade, com o Alto da

Petisqueira, passando ao desaparecido *Campo* e *Capela de Santo António*, na origem do primitivo *Calvário e Via-sacra* da vila quinhentista e seiscentista anulado depois com a construção do forte de São Francisco. A instalação dos frades franciscanos no convento do Alto da Pedisqueira em 1625 reforçaria ainda os significados religiosos deste eixo. Porém, a construção do Forte de São Francisco constituiria aqui um corte com o percurso tradicional dando origem à implantação de um novo convento, agora de freiras, na zona baixa o qual, com a sua extensa cerca murada, reordenaria todo o espaço.

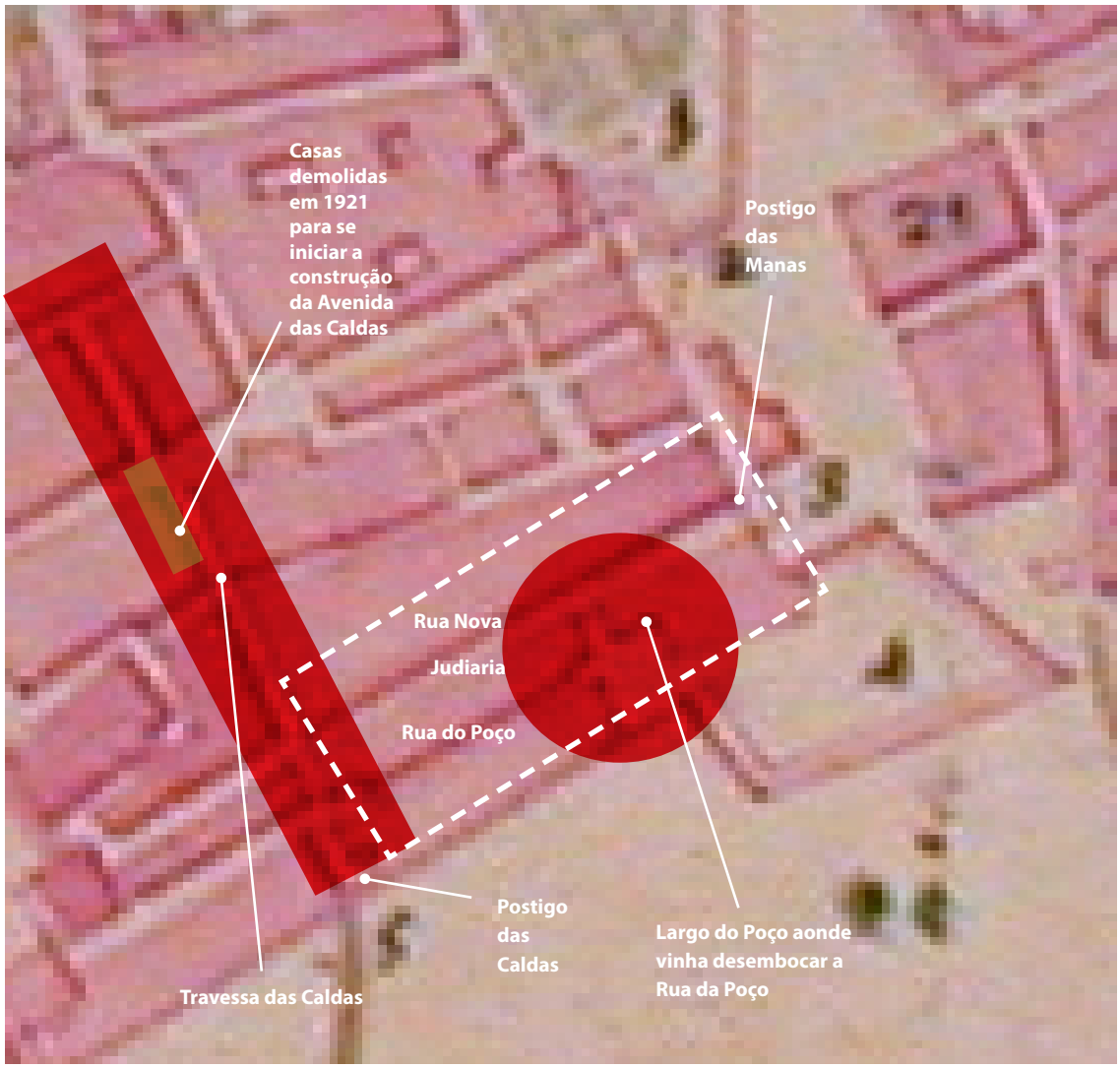
Plantas de Chaves em 1762 e 1946 (parciais)


Capela da Trindade
Muro da Cerca Medieval
Postigo da Trindade
Cadeia
Capela de N.ª Sr.ª da Encarnação


Capela da Trindade
Postigo da Trindade
Muro da Cerca medieval
Cadeia
Capela de N.ª Sr.ª da Encarnação

Muro da Cerca medieval

3.4.3. A Rua Nova: Cidadela Penitencial e a expulsão dos judeus



Planta de 1762 (parcial)

Fazendo parte da área intramuros cuja maior irregularidade do traçado urbano permitiu discutir , surge a antiga *Rua Nova* – já assim identificada por Tomé de Távora e Abreu em 1722, mais tarde conhecida por *Rua do Correio Velho* e actualmente R. General Sousa Machado – cujo topónimo é revelador de uma intervenção de renovação ou rectificação urbana não completamente esclarecida. Localizada no enfiamento do Postigo das Manas, o que igualmente carece de explicação uma vez que na mesma cortina e muito próxima existia a Porta da Vila, é o eixo principal da área tradicionalmente identificada como tendo sido o local da Judiaria de Chaves (AIRES 1990a, 112-113), uma das quatro conhecidas para Trás-os-Montes no século XIV, com Rio Livre, Bragança e Mogadouro (FERRO 1989, 20). A sua im-

portância comercial no século XV deveria ser grande registando-se várias cartas de privilégio concedidas por D. Afonso V a comerciantes judeus aqui residentes. Com a expulsão dos judeus pelo Édito de 5 de Dezembro de 1496, no reinado de D. Manuel I, a Judiaria de Chaves como espaço urbano demarcado desaparece. Depois agravar-se-ia a política persecutória aos *cristãos-novos* com o avançar da Contra-Reforma e a actividade do Tribunal da Inquisição. O espaço da antiga judiaria receberia novos habitantes empenhados em fazer desaparecer os estigmas do passado. Sabemos por Tomé de Távora e Abreu (1722) que na *Rua Nova junto ao Postigo das manas* tinha o Mestre de Campo Francisco de Morais Henriquez fundado a Capela de Nossa Senhora da Conceição. As transformações, porém, deverão ter sido de maior monta e mais antigas, à semelhança do que ocorreu em outras cidades e vilas. É possível que a designação de *Rua Nova* advenha destes factos.

3.4.4. Expansão fora de portas: o arrabalde do Anjo e o das Ca ldas

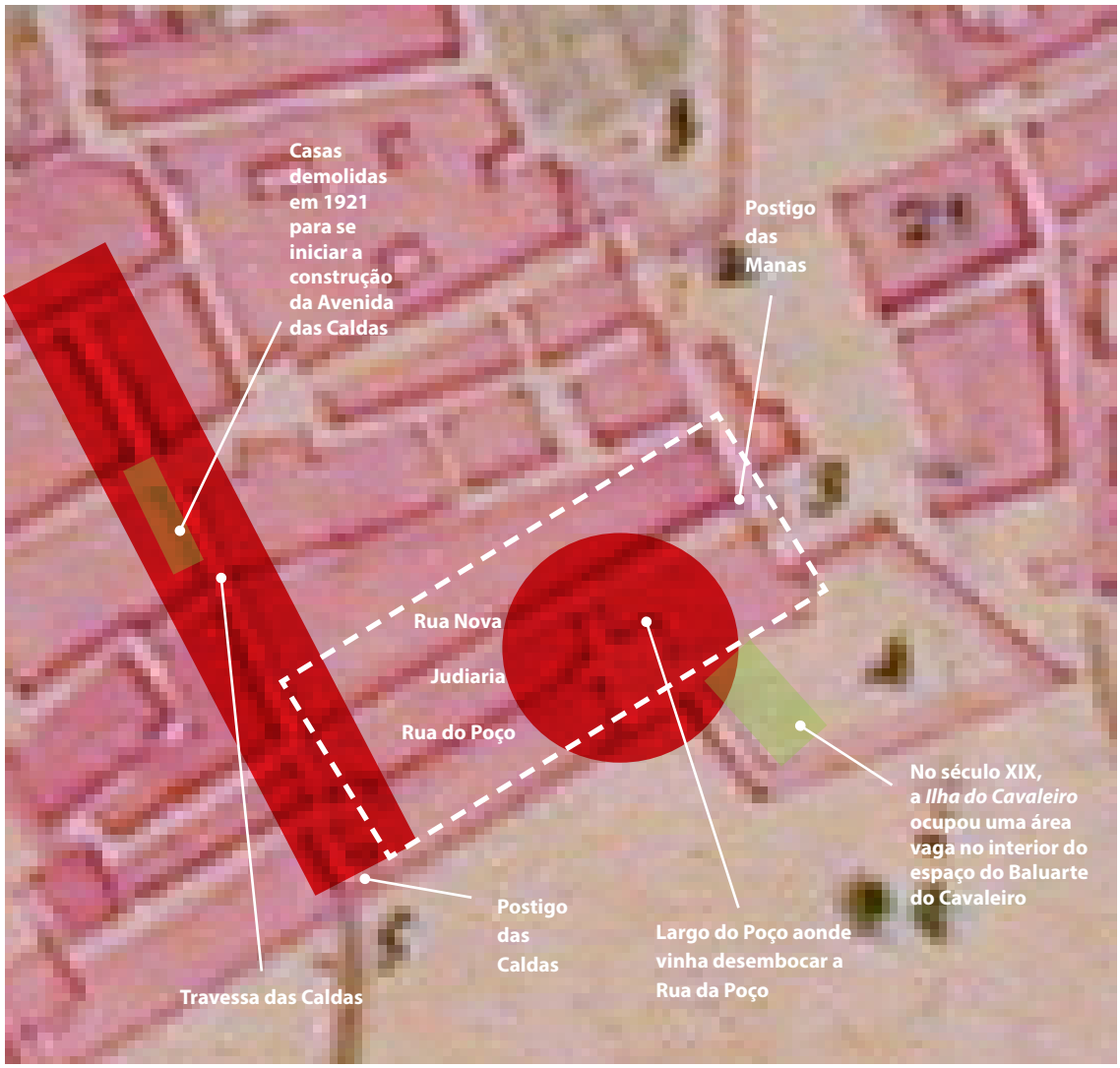
No exterior da Porta de Cima, no topo da Rua Direita, observa-se ainda nos inícios do século XVI, segundo a vista de Duarte d' Armas, que apenas despontava um arrabalde fora de portas.

Desenvolver-se-á a partir dessa época segundo uma estrutura rádio concêntrica com relação a um terreiro consolidado fora de portas (terreiro do Anjo com capela do Anjo Custódio fundada em 1516) e onde tinha início a principal continuação do percurso que, depois de fazer a Ponte e a Rua Direita, se orientava para N., dando origem à Rua do Anjo (actual R. Padre Joaquim Marcelino da Fontoura) e talvez originalmente (quer dizer antes da obra da fortificação nova) tendendo a continuar naturalmente pela actual Rua dos Dragões precisamente para N. (ver *infra*). A partir do terreiro do Anjo Custódio, uma outra artéria tenderia a crescer em direcção a SO., descendo a encosta para cruzar o Ribeiro de Ribelas. Poderá ser esta a origem da actual Rua do Verde, que força a entrada no interior do perímetro militar do Baluarte de Santo Amaro e cuja continuação, antes de coarctada pela nova linha de muralhas, passaria à Capela de Nossa Senhora do Pópulo, fundada no mesmo ano que a do Anjo Custódio (1516).

O Postigo das Caldas constituía outra das entradas e saídas da vila que resistiria a dar origem à formação de um arrabalde fora de portas. No Postigo iniciava-se o *Caminho das Caldas* cujo primeiro troço (*Canelha das Caldas*, actual R. Joaquim José Delgado) dava acesso às nascentes de águas termais e, depois de atravessar a ponte do Rivelas, continuava em direcção ao caminho e estrada de Braga. Intramuros, a Travessa das Caldas iniciava-se na Rua Direita e cortava em direcção ao postigo. Só com o *Plano de Melhoramentos* da 2ª metade do século XIX e, sobretudo nas primeiras décadas do século seguinte se começou a equacionar a valorização das nascentes de águas termais. A questão da melhoria dos respectivos acessos seria então objecto de um projecto de melhoramento tendo a Câmara presidida por Ribeiro de Carvalho deliberado na sessão de 29 de Novembro de 1922, alargar o troço entre a R. Direita e a R. de Santa Maria, com o objectivo de iniciar a abertura de uma Avenida ligando o centro da Vila com as nascentes termais. Foi então designada por Avenida das Caldas sendo objectivo do município dar continuidade à obra logo que possível o que nunca viria a concretizar-se. O postigo da cerca medieval, cuja passagem foi consideravelmente alargada, apenas se reconhece ainda a SE., integrado numa oficina de carpintaria, vestígios de uma escada cujos primeiros 4 ou 5 degraus desapareceram (AIRES 1990, 59-61).

Rua do Poço e Largo do Poço ou do Cavaleiro com entrada ao fundo para a *ilha do Cavaleiro*, exemplo único em Chaves desta tipologia de habitações pobre de rendimento que se desenvolveram em Lisboa (*pátios*) e no Porto (*ilhas*) a fim de dar resposta ao crescimento que aquelas cidades conheceram ao longo do século XIX. A *ilha do Cavaleiro* ocupou uma área vaga no interior do espaço do Baluarte do Cavaleiro.

Travessa das Caldas. Observa-se o troço entre as ruas Direita e de R. de Santa Maria alargado pela demolição das casas do lado NO. no início da década de 1920, com o objectivo de iniciar *a abertura de uma Avenida ligando o centro da Vila com as nascentes termais*, que se pretendia designar por *Avenida das Caldas* projecto que nunca viria a concretizar-se.



Planta de 1762 (parcial)

4. A Praça de Guerra Barroca (meados do século XVII e sua evolução até ao século XX)

4.1. Fases da construção das fortificações abaluartadas de Chaves: projectos e engenheiros

4.1.2. Da Guerra da Aclamação (1640 – 1668) a inícios do século XVIII

Projectos e Engenheiros

Logo após a Restauração de 1 de Dezembro de 1640, a vila de Chaves foi classificada, em conjunto com Almeida e Elvas, como Praça de Guerra de 1ª classe, com a responsabilidade de abrigar o comando das Armas da Província de Trás-os-Montes (MACHADO 1994, 171). Uma das prioridades desde logo levantadas foi a da necessidade de actualizar os sistemas defensivos e de fortificação daquelas vilas e que se encontravam na altura completamente obsoletos.

Júlio MACHADO (1994, 172) refere uma longa lista de engeheiros que terão participado na construção da fortificação de novo tipo, abaluartada:

Michel L'École (francês)
Fradique Cuyper (flamengo)
Fernando Francisco Groenemberg (flamengo)
Mateus Querberguen (flamengo)
João Coutinho (1667)
Lucas Ferreiras Simões (1674)
António Aguiar Coelho (1701)
Sebastião de Sousa Vasconcelos (1703)
Bernardo Luís Xavier (1716)
João António Távora (1725)
Rodrigo Sande de Vasconcelos (1733)
Manuel de Sousa Pereira (1735)
José de Carlos Figueiredo (1801)
António de Aguiar (1807)

Por seu lado, na ficha IPA – ex. DGEMN relativa às fortificações de Chaves (PT011703500004), os respectivos autores referem-se apenas aos seguintes projectistas e mestres:

ENGENHEIROS:
Miguel l'École (1668 - 1681),
Sebastião de Sousa de Vasconcelos (1700 - 1703) (atr.).
PEDREIRO:
João Alves do Rego (1681).

A estas referências, talvez demasiado genéricas e abrangentes, ou então excessivamente cautelosas, pode contrapor-se a reunião e sistematização de informação mais completa e precisa com recurso a notícias que se encontram publicadas, ou directamente acessíveis nos arquivos, na falta de uma investigação mais intensiva e demorada sobre a documentação arquivística relacionada.

A Guerra da Aclamação (1640 – 1668)

A proclamação de D. João IV como rei de Portugal terá chegado a Chaves por volta de 12 de Dezembro uma vez que a 16 o mesmo acontecia já em Bragança. Pedro de Fontoura Carneiro terá dirigido a aclamação (MACHADO 1994, 151). Nos inícios de 1641 foi nomeado para o Governo das Armas da Província do Minho D. Gastão Coutinho que escolheu Viana para sede. Por sua indicação foi ocupar o Governo da Província de Trás-os-Montes **Martim Velho da Fonseca**, Sargento-mor de Viana. O maior perigo na região constituía-o a Fortaleza de Monterrey e a fácil *Entrada* pela veiga de Verin (MACHADO 1994, 153).

Entretanto, o rei D. João IV nomeava a 14 de Janeiro como Governador de Armas da Província **Rui Figueiredo de Alarcão** o qual tomava posse do cargo a 3 de Fevereiro auxiliado por seu irmão **Luís Figueiredo de Alarcão**. As *Ordenanças* reunidas na Província totalizavam então cerca de 10 000 homens, entre os 15 e os 70 anos (MACHADO 1994, 153). "No mês de Julho de 1641 e quando iam muito atrasadas as obras de defesa da praça, deu ordem o rei português D. João IV para que se abrissem as hostilidades nesta fronteira, pressionado pelos aliados franceses, a quem interessava fixar aqui o maior número de tropas espanholas" (MACHADO 1994, 153). O Governador de Armas organiza então uma campanha militar com o objectivo de tomar a Praça de Monterrey atacando em quatro frentes (Montalegre, Monforte, Bragança e veiga de Verín). Posto o cerco à praça, não duraria mais que três dias a retirada dos portugueses diante das forças defensivas espanholas. Seguir-se-ia uma guerra de saque e razias de ambos os lados até finais de 1642 (MACHADO 1994, 155). "No ano de 1643, por queixas várias que os povos fizeram da conduta dos irmãos e auxiliares de Rui Figueiredo e Alarcão, Governador das Armas da Província de Trás-os-Montes, embora não se tivessem mostrado tais queixas nem bastantes nem justas, resolveu el-rei chamá-lo a Lisboa (13 de Setembro de 1642) e substitui-lo por **D. João de Sousa Silveira**, então alcaide-mor de Tomar e mestre de campo do Exército do Alentejo" (MACHADO 1994, 156). D. João de Sousa Silveira afastar-se-ia antes do fim do ano de 1646 sendo substituído por **Rui Figueiredo e Alarcão**, pela segunda vez Governador das Armas da Província de Trás-os-Montes (MACHADO 1994, 160).

A primeira fase da nova obra de fortificação da vila de Chaves (1644 e 1647)

A primeira fase da nova obra de fortificação da vila de Chaves no sentido de a transformar em Praça de Guerra desenrola-se entre 1644 e 1647. O plano de fortificação da vila e agora, praça de guerra, teve início a 26 de Maio de 1644, com o lançamento da primeira pedra do Forte de São Francisco ou de Nossa Senhora do Rosário no Alto da Pedisqueira ou de N. S. do Rosário. Era então Governador das Armas da Província D. João de Sousa da Silveira. A obra seria concluída em 1647.

Esta fortificação veio ocupar uma área onde, desde 1635, se tinham instalado os frades franciscanos, construindo um novo convento em substituição do original localizado em terreno na veiga. No Decreto nº 52 do Conselho da Guerra datado de 13 de Julho de 1648 (CHABY 1869, I, 187) escreve-se: "*Declarando ao conselho de guerra que os religiosos da província da Piedade tinham determinado deixar o seu convento de Chaves para servir de alojamento militar, e que lhes mandava dar de esmola a quantia de quatro mil cruzados para ajuda de um outro convento, que queriam edificar em parte mais retirada e quieta; e ordenando que o conselho fizesse proceder ás obras necessárias no novo alojamento militar, cedido pelos referidos religiosos, por modo conveniente para maior commodidade da praça*." No entanto, os frades não chegariam a abandonar o convento já edificado no interior do forte pelo que posteriormente, já em 1681, reinando D. Pedro II, foi-lhes paga uma indemnização de 119 mil réis e concedido "deixar-lhes na muralha virada a nascente um postigo que lhes permitisse fazer a sua vida monacal na cerca vizinha, chamada "*Oival*", que dependia do arranjo dos irmãos franciscanos e era espaçosa e fértil, embelezando-a uma bem construída fonte de água excelente" (MACHADO 1994, 173).

Em 1649, Rui Figueiredo foi substituído por **D. Jerónimo de Ataíde**, 6º Conde de Atouguia, cujo governo das armas da província duraria até 1653 quando foi substituído por **Joane Mendes de Vasconcelos**. "Durante o seu governo e porque "el-rei mandou escolher outro lugar mais central para quartel-general da província", foi escolhida **Mirandela**, e assim perdeu Chaves a relativa importância da presença do Governo das Armas da Província (Abade do Baçal, *Memórias Arqueológico Históricas*…, IV, p. 538 cit. por MACHADO 1994, 163).

A situação em que se encontravam os assuntos militares na Província de Trás-os-Montes pelos meados da década de 1650 era crítica como o veio a relatar em carta dirigida ao Rei e datada de 16 de Junho de 1657, o Vedor da Província, José de Oliveira Costa (CHABY 1889, II, 8 e 23-24). Apreciada aquela carta em Junta dos Três Estados, esta emitiria uma Consulta a 23 de Junho em que fazia o levantamento dos diversos pontos em análise aconselhando à tomada de decisões em Conselho de Guerra:

> "*Senhor – Viosse nesta junta a carta inclusa de josé de oliveira da costa Vedor geral da Prouincia de Trás os montes, De cujos particulares dá a Junta conta a Vossa Magestade pelo que lhe toca.*
>
> *No 1º cappitulo que se trata do engenheiro Fernando de Vonibregue Deue Vossa Magestade mandar se Veja no conselho de guerra a que se toca.*
>
> *E o mesmo no 2º cappitulo do engenheiro Miguel de lascolé.*
>
> *E no 3º que se trata do morteiro granadas E bombas também he do Conselho de guerra sem embargo disso se avisará ao Tenente geral de Artilharia para que diga o que há E se pode fazer. E no que toca as pistolas E crauinas E Armas se tem noticia que se tem prouido o que se pode.*

O 4º Cappitulo que toca ao contrato da caualarya se tem feito diligencia E se saberá da contadoria geral de guerra o estado em que está onde se tem remetido – Os Assentos para o Prouimento ordinário da Caualarya estão feito E do anno corrente se tem pago muitas mesadas E as que se deuem he por falta dos Assentistas o não procurarem Saber seha o que he E se trabalhará por dar satisfação.

O 5º que trata do dinheiro que mais he necessário para sustentar a gente que há E cresce E para os extraordinários, não tem a junta nenhum effeito como por uezes tem representado a Vossa Magestade como nem para o Assento do pam de munição que pedem, saluo for tirandosse das mesadas ordinárias como se faz na Prouincia da Beira.

No 6º em que trata da fortificação se deue tomar informação do Gouernador das Armas daquella Prouincia joanne mendes de Vasconcelos que aqui se acha para com ella se proceder com mais asserto nesta matéria porque nesta Junta senão pode nunca aueriguar que Praças he justo se fortifiquem E como, E quaes são as em que se trabalha E quanto importa este effeito da fortificação E seauerá na mesma Prouincia algum caminho de se acrescentar porquanto qua não há nenhum.

E a pregaria E ferro que Pede; o Tenente geral se queixou aquy a falta que há deste género na terra contudo isto se lhe lembrará para que se remedee o que for possiuel que he o que nestes particulares A junta pode dizer a Vossa Magestade. Em Lixboa a 23 de Junho de 1657. – Com quatro rubricas."

A 27 do mesmo mês, o Conselho de Guerra, pela mão do Rei, emitia um decreto (ANTT, CG, Decretos, Maço nº 16, 1657, Junho, *Synopse* nº 54 de 27 de Junho de 1657 in CHABY 1889, II, 8) ordenando que aquele Conselho se pronunciasse sobre os assuntos em discussão:

"*Veyasse no conselho de guerra a consulta inclusa da junta dos três estados sobre os particulares de que auiza o Vedor geral da prouincia de Trás os montes, e digasseme sobre ella o que parecer. Em Lixboa a 27 de Junho de 1657. – Com a rubrica de sua magestade.*"

A carta do Vedor Geral da Província de Trás-os-Montes tinha o seguinte teor (sublinhados nossos):

"*Senhor – Tornasse o Enemigo a refazer por esta banda comtando Cuidado, que poderemos sentir muito não termos de preuenir o que nos comuem; e he certo que a ausençia de Joanne Mendes de Vasconcelos o fará attreuer a quoalquer empreza; o que se entende; por hauer Chegado; depois que elle se partio; á sua praça de Monte Rej: sete Terços pagos, que tem no Reino de Galiza; e toda a sua Caualeria; e Com parte della dia de S. António veio á esta Campanha. muito perto da Praça, a considerála e attender ao mais que nos sospeitamos.*

*"**Necessitamos nesta Prouincia de hum Engenheiro; porque Fernando de Gorunberg que exercita este posto não he conueniente para elle**; e assi se entende pellos poucos acertos com que dispõem a fortificação, e muitas veses lhe tenho uisto desfazer a obra; alem de que não tem préstimo para a Artilharia, nem para nunhuma outra Cousa, o que representej já a Vossa Magestade por duas veses; e sem embargo deste meu auiso,*

conseguio darselhe todos os meses 24V reis de soldo, tendo desaseis; deuendo de repor; tudo o que fés em os desacertos do seu offico; para a fazenda de Vossa Magestade.

*"**Miguel de Lascolé que Vossa magestade tem despachado por Tenente geral da Artilheria desta Prouincia** deue Vossa Magestade ordenarlhe; por se achar na do Minho; se recolha logo aqui a exercitar a sua occuppação, e juntamente a de Engenheiro; que para ambas tem muito préstimo; porque juntamente necessitamos aqui de pessoa que entenda de ambas as artes; que não há nesta Prouincia quem saiba preparar huma granada, nem Carregar hum Petardo, nem hum Morteiro, e na occasião presente destes artifícios se ham de usar; e para o exercício da Artilheria nos faltão também sogeitos, que a manegem como comuem.*

"Temos muita falta de granadas, e de hum Morteiro com as bombas de seu calibre; e que Vossa Magestade nos mande mais; ao menos cem pares de Pistolas, cem Crauinas e Cem armas de corpo, para acabar de armar as duas companhias nouas de Caualo, e os Caualos que se metrão nas Velhas.

"Comuem muito ao serviço de Vossa magestade que logo mande deferir ao contrato das companhias de Caualaria e que os assentos se arrematem Com toda a breuidade para a preuenção dos mantimentos pellos não arriscar fora das Praças; e que Vossa magestade seija seruido mandar acudir com algum dinheiro ao assentista da ceuada deste anno presente, porque faltará o prouimento, em tempo que he tão necessário; e querendo apretar com elle, me mostrou, a Condição do seu assento, em que fés contrato com Vossa magestade, que não seria obrigado a prouer a Caualaria se lhe faltasse hum mês ao pagamento do que despendesse, e em todo este anno não tem recebido hum tostão. Vossa Magestade deue mandarnos aqui assistir com mais dinheiro porque não há de presente nem hum só Real para tantas cousas como he necessário.

"Vinte e sinco mil Crusados foj Vossa Magestade seruido mandar a esta Prouincia; delles se comprarão cento e sinquenta Caualos, cento e setenta sellas e se socorrerão dous mil homens que forão de socorro a Prouincia do Minho deuse sustento a mais de 4V a cada hum dous arráteis de pão, que assistirão em Mirandella todo o mês de Maio, e parte deste; meterãosse alguns mantimentos nas praças, e mais outras despesas que desta quantia se fiserão extraordinárias, porque o dinheiro que vem para os pagamentos não Chega para a metade da gente que há de guarnição nesta Prouincia; e daqui em diante será muito menos rendo effeito as três companhias de Jnfanteria, que Vossa Magestade concedeo se leuantassem, e será impossiuel conservarsse esta gente se Vossa magestade não mandar fazer nesta Prouincia pão de munição e deste particular se deue logo tratar nestas colheitas, que será o Contrato delle mais proueitoso á fazenda de Vossa Magestade.

*"**Os effeitos com que se acode á fortificação não Chegão a sinco mil Crusados todos os annos e se Vossa Magestade ouuer de satisfazer o que se tem feito nas praças este prezente, erão necessários quarenta mil Cruzados** porque a necessidade fás luzir muito a preuenção, e trabalho; **As obras se vão ainda Continuando**, também para ellas nos deue Vossa Magestade mandar dinheiro separado e quantidade de pregaria, que se não acha nesta Prouincia, nem ferro para se fazer, porque os reparos da Artilheria que mandej obrar; gastarão todo o que se pode descubrir.*

"Vossa Magestade deue Mandarme deferir ao que pesso nesta Carta Por Comuir

tanto a seu seruiço como para Consolação dos ânimos com que todos aqui nos achamos para defendermos este Reino, e empregarmos nossas vidas em lhe adquirirmos grande opinião nas vitorias que alcançarmos; e sobretudo ordenará V. Magestade o que mais lhe parecer que a tudo nos achara muito obedientes. Deus guarde a Vossa magestade Muitos annos Como hauemos mister. Chaues 16 de Junho de 1657. – Assignado – José de Oliveira da Costa."

Para as obras de fortificação que se julgavam necessárias não só era necessário incrementar o orçamento disponível como dispor de técnicos engenheiros capazes. *Fernando de Gorunberg*, que exercia o posto de Engenheiro na Província de Trás-os-Montes não era julgado suficientemente conhecedor do seu ofício. Solicitava, por isso, o Vedor que *Miguel de Lascolé*, na altura apenas *Tenente geral da Artilheria desta Prouincia*, e por se *achar na do Minho* regressa-se a Trás-os-Montes o mais depressa possível de modo a *aqui exercitar a sua occuppação, e juntamente a de Engenheiro; que para ambas tem muito préstimo*.

Entretanto regista-se uma forte ofensiva na fronteira minhota na qual terá papel de relevo a praça de Monção. Joane Mendes de Vasconcelos passaria para a frente de guerra alentejana sendo substituído por **D. Rodrigo de Castro** (1657 – 1662), Conde de Mesquitela.

A segunda fase da nova obra de fortificação da vila de Chaves (1657 e 1662)

Será precisamente entre 1657 e 1662 que se regista a segunda fase da nova obra de fortificação da vila de Chaves com a escavação de trincheiras e colocação de estacas no Alto da Trindade entre 1658 e 1662 no que viria a ser depois o Forte de São Neutel. Durante este mesmo período, no ano de 1659, aquele Governador mandaria demolir as *Casas dos Banhos* antigos das Caldas, *receozo de que perjudicasse à Fortificação a magnificência da obra, sem embargo de o lastimar a utilidade que cauzavão ao bem commum* (*Noticia da Villa de Chaves por Pedro de Fontoura Carneiro…* in MACHADO 1989, 75) acrescentando sobre o mesmo episódio as *Notícias*… de Tomé de Távora e Abreu que as "*mandou derrubar o Conde de Mesquitella para levar a pedra para o forte de S. Doutel, tomando como preteisto projudicar esta obra á forteficassão da praça*" in MACHADO 1989, 36).

A fortificação que então se ergueu no Alto da Trindade, baptizada Forte de São Neutel, surge representada na obra manuscrita de **João Nunes Tinoco**[1] que se conserva na Biblioteca da Ajuda (MS 1048) intitulada *Livro das Praças de Portugal com suas fortificações. Desenhadas pellos Engenheiros de S. Magestade Cosmander, Gilot, Langres, Santa Colomba & outros; Delineadas por Ioão Nunes Tinoco Architecto de S. Magestade. Anno 1663*.

A terceira fase da nova obra de fortificação da vila de Chaves (1663 e 1688)

Mas o impulso decisivo da obra de fortificação de Chaves seria concretizado apenas numa terceira fase entre 1663 a 1668, já no fim do conflito com a Espanha, sob um novo governo das armas da Província. Com efeito, no início de 1662, D. Rodrigo de Castro foi substituído no Governo das Armas

1 João Nunes Tinoco (…1631 – 1662 – 1684…) era filho do arquitecto e engenheiro Pedro Nunes Tinoco (… 1582 – 1627…) e pai do também arquitecto e engenheiro Luiz Nunes Tinoco (1642 ou 43 – 1716…). Mais conhecido por ter levantado uma carta topográfica de Lisboa em 1650, foi o autor da referida obra manuscrita que se conserva na Biblioteca da Ajuda. Era Arquitecto das Casas da Rainha, nomeado por D. Luísa de Gusmão, mulher de D. João IV, em 19 de Dezembro de 1665 e confirmado por seu filho D. Afonso VI em 24 de Maio de 1666 (VITERBO 1988, III, 114).

da Província por **Luís Álvares de Távora**, 3º Conde de S. João da Pesqueira e futuro 1º Marquês de Távora (1669). Durante este período, continuou a última fase da Guerra da Restauração (1660 – 1668) cujos principais palcos de operações decorreram na fronteira Minhota e no Alentejo. É durante esta fase que a obra de fortificação de Chaves se vai verdadeiramente iniciar. Até aí apenas havia sido construído o Forte de São Francisco e fortificado de estacas e terra o Alto da Trindade (Forte de S. Neutel). Tomé de Távora e Abreu escreve em 1721, que "*em o ano de 1663, aos 8 de Fevereiro, governando a província de Trás-os-Montes o 3º Conde de S. João, Luís Álvares de Távora, se principiou a fortificação moderna que circunda a Vila, com três baluartes e dois meios* [baluartes]*, fechando as cortinas destes no referido forte de N. S. do Rosário*" (in MACHADO 1989, 24). Data da mesma fase, entre 1664 e 1668, a reformulação do Forte de São Neutel *de pedra e cal*, pelo governador militar, General de Artilharia Francisco Teixeira Andrade e Sousa. O mesmo Tomé de Távora e Abreu escreve que as *obras forão desenhadas pello insigne Engenheiro Miguel de Sa Escol* (idem, ibidem, 25).

Miguel de l'École (?-1688) ou Miguel Lescole, como surge mais frequentemente na documentação portuguesa coeva, veio para Portugal a seguir à Restauração, tendo feito o exame para Engenheiro em 1642. Trabalhou em Trás-os-Montes e em 1656 ocupou-se da obra de fortificação de Monção, sendo depois nomeado Mestre-de-Campo General da Província do Minho. Em 1661 traçou a fortificação de Valença, e posteriormente diversas baterias no litoral a Norte do Douro. A seguir à paz com Espanha, fixou-se em Viana do Minho, onde foi responsável pelo trem de artilharia dessa vila. Um dos lados mais relevantes da sua actividade foi o pedagógico, tendo fundado uma *Aula de Artilharia* em Viana do Minho em 1676. Esta seria oficializada ou ampliada em *Aula de Fortificação* no ano de 1701. O curso do ano de 1676 está contido no manuscrito que se guarda na Biblioteca Nacional (COD. 7650)[2] que resultou do trabalho de compilação do capitão engenheiro Sebastião de Sousa de Vasconcelos, certamente aluno de Lescole, e que terá estado envolvido na obra de fortificação da praça de Monção em 1686, e na de Chaves, em 1700 (*A Ciência do Desenho. A Ilustração na Colecção de Códices da Biblioteca Nacional,* http://purl.pt/102/1/apresentacao.html, Março de 2008).

Segundo Sousa VITERBO (1988, II, 67-68) Miguel Lescol, de origem francesa, surge pela primeira vez referenciado em Portugal num documento de 1653, citado por CHABY (*Synopse*, t.I, 227) segundo o qual tinha o posto de engenheiro com o título de tenente de artilharia, servindo na província do Algarve e tendo já servido em Trás-os-Montes (talvez entre 1642 e 1656)**.** Na década de 1660 está na Província de Entre Douro e Minho onde projecta as fortificações de Valença (campanha de 1661). Na década seguinte está em Coimbra onde projecta a obra do cais para a Câmara da cidade (1672). Na década de 1680, é referido como "mestre de campo" e encarregado da obra da barra de Vila do Conde. Escreve ainda Sousa VITERBO que "o mesmo engenheiro trabalhou na fortificação de Chaves. Em 1691 e 1700 foram presentes ao conselho de guerra diversos pareceres sobre modificações a executar na planta de Miguel Lescol. O sr. Chaby (*Synopse*, vol. III) publica um desenho deste último. Na carta patente de Thomé Pinheiro de Miranda diz-se que este desenhara e obrara as fortificações que lhe ordenara o mestre de campo Miguel Leschol."Teria sido sepultado no Convento de S. Domingos, de Viana, segundo o *Archivo*

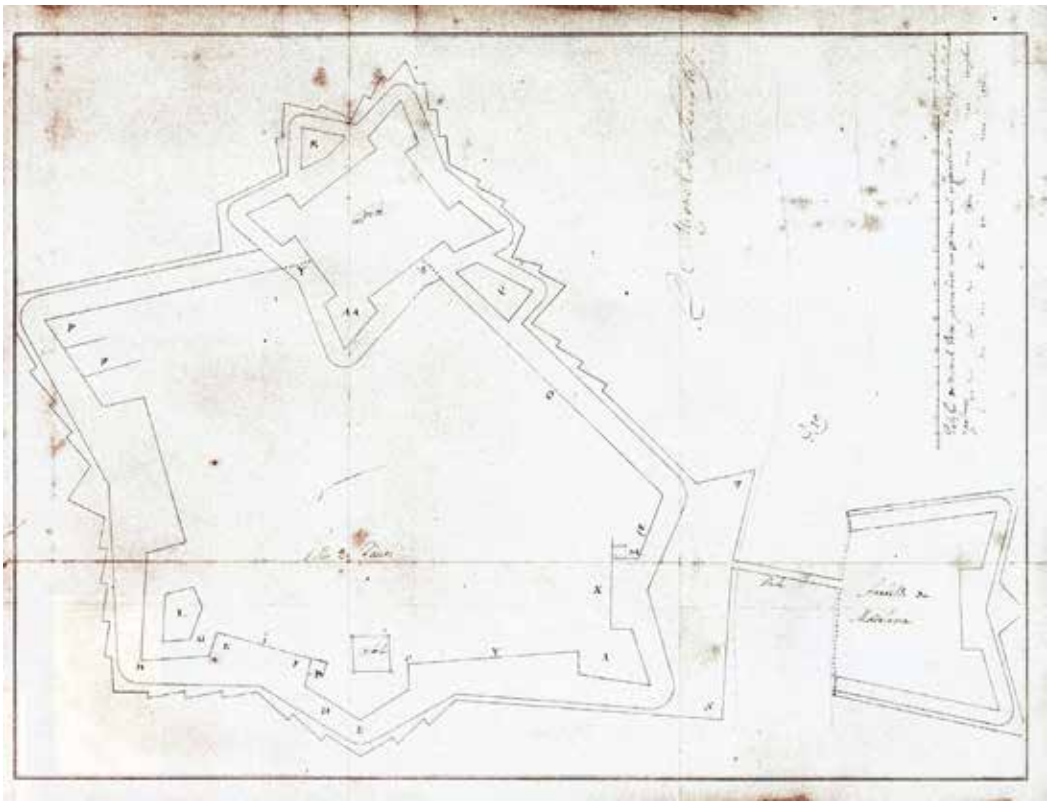
2 **LESCOLE, Miguel,** *Lições de Artelharia / recopiadas e feittas por Miguel de Lescolle Mestre de Campo Entertenido na Provincia de Entre Douro e Minho a cujo cargo esta o cuidado e conservação do trem d'artelharia, armas e munições della, e as fortificações das prasas de sua fronteira ; por mandado do Snr. Marquez das Minas dos Conçelhos de Sua Alt.ª M.e de Campo General e G.or das Armas da mesma Provincia ; postas nesta ordem por Sebastião de Souza e Vasconcelos Engehr.º das forteficações nella*. – 1676. [11], [102] f., enc. : 5 desenhos desdobr. ; 22 cm

Viannense, vol. I, pag. 110.

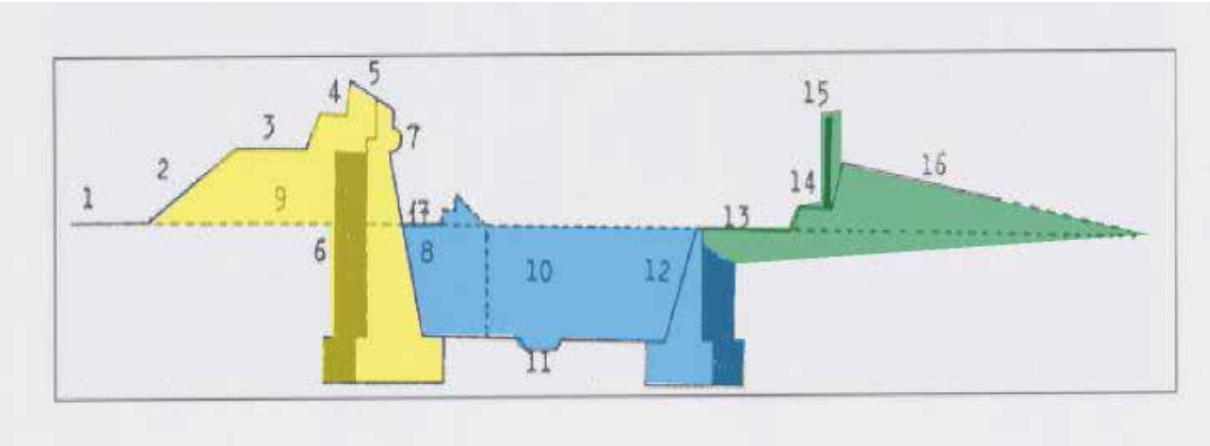
Com efeito, na década de 1640, atendendo às necessidades da Guerra da Restauração, foram incluídos cerca de uma centena de engenheiros militares estrangeiros no meio dos mercenários contratados para o exército, aos quais quase tudo se deve no que às obras de fortificação diz respeito nas primeiras décadas da independência restaurada. As mesmas necessidades militares levaram à criação em 1647 da Aula de Fortificação na Ribeira das Naus em Lisboa. "Decorrido algum tempo, dali começaram a sair os substitutos dos engenheiros mercenários que entretanto morreram, desertaram, etc. Meio século depois era possível com *gente da casa* começar a abrir mais Aulas (ou Academias): Baía, 1696; Rio de Janeiro, 1698; S. Luís do Maranhão, 1699; Recife e Viana, 1701; Peniche, 1719; Almeida e Elvas, 1732; Belém do Pará, 1758; quase uma por região militar funcionando conforme os casos, com maior ou menor regularidade" (ROSSA 1995, 271).

A carta já citada de 16 de Junho de 1657, do Vedor Geral da Província de Trás-os-Montes, José de Oliveira Costa, refere-se a Miguel Lescole como tendo sido *despachado por Tenente geral da Artilheria desta Prouincia* mas *por se achar na do Minho* deveria o Rei ordenar que se recolhesse *logo aqui a exercitar a sua occuppação, e juntamente a de Engenheiro; que para ambas tem muito préstimo; porque juntamente necessitamos aqui de pessoa que entenda de ambas as artes*. Com efeito, sabemos que Miguel Lescole, em 1656, se ocupava da obra de fortificação de Monção, sendo depois nomeado Mestre-de-Campo General da Província do Minho. Em 1661 projectava a fortificação de Valença, e posteriormente diversas outras fortificações no litoral a Norte do Douro. Desde 1660, e pelo menos até 1668-69, contava com a colaboração de um outro engenheiro francês, Cláudio des Granges. Na mesma década, teve ainda como colaborador Tomé Pinheiro de Miranda, "desde 1666 até data incerta e depois a partir de princípios do ano de 1669 até ao seu embarque definitivo para o Maranhão, no Brasil, promovido em capitão" (SOROMENHO 1991, 22). Obrigado a ocorrer a demasiadas solicitações não só no que à engenharia de fortificações dizia respeito mas ainda à superintendência de tudo o que se relacionasse com a artilharia, para mais num âmbito geográfico alargado que incluía as duas províncias do Minho e de Trás-os-Montes, Miguel Lescole debatia-se com uma manifesta falta de colaboradores. Em carta de 27 de Dezembro de 1668 dirigida ao Conselho de Guerra, Miguel Lescole solicitava que lhe concedessem três auxiliares mencionando expressamente o nome de Tomé Pinheiro de Miranda, correspondendo ao período intermédio de ausência deste. O Conselho, em resposta, realçava o mérito de Lescole que a tudo acudia "sem ter os officiaes que havia no Exército do Alentejo (ANTT, CG, Consultas, Maço 28, Consulta de 15 de Novembro de 1668, cit. por SOROMENHO 1991, 41). O pedido seria atendido em resolução do mesmo Conselho de 7 de Fevereiro de 1669 (ANTT, CG, Consultas, Maço 28, Consulta de 15 de Novembro de 1668, cit. por SOROMENHO 1991, 42).

É neste contexto que se inicia a obra de fortificação da vila de Chaves a qual teria tido lugar, segundo Tomé de Távora e Abreu, que escreve em 1721, a 8 de Fevereiro de 1663 (in MACHADO 1989, 24). Segundo os *Apontamento de Obra* do próprio Lescole, redigidos em 12 de Setembro de 1673 aquando de uma visita à obra, o plano das muralhas da praça de acordo com desenho que dele fizera, foi "trassado na terra" em Fevereiro de 1664. Na planta que acompanha os referidos *Apontamentos* encontra-se o projecto que serviu de base à obra (AHM/GEAM 10670-2A-26, reprodução de CHABY 1889, III, 316 – 317; o original deverá procurar-se em ANTT, CG, Decretos, 20 de Abril de 1700).



O projecto de fortificação concebido por Lescole visava ligar num único circuito amuralhado as duas fortificações pré-existentes (a vermelho) numa clara contenção de recursos: a Cerca e Castelo medievais e o Forte de N. Sra. do Rosário ou de São Francisco. Tendo como modelo ideal ou regular o de uma estrutura abaluartada hexagonal – como a Praça de Guerra de Almeida, por exemplo - procura desenhar um traçado que melhor se adequa quer à integração das estruturas pré-existentes quer às irregularidades da própria implantação. Seis cortinas unem seis estruturas abaluartadas (a amarelo: o forte, três baluartes e dois meios baluartes). A "obra exterior" exibe pouco desenvolvimento com fosso reforçado de apenas dois contidos revelins (a azul) e o caminho coberto de traçado em cremalheira ou dente de serra (a verde). Apenas do lado da ponte do Tâmega, a "obra exterior" se avantaja num estendido hornaveque ou obra corna para superior protecção quer da passagem no rio quer da cortina em que se abriam duas das portas: as Portas da Vila e o Postigo das Manas.



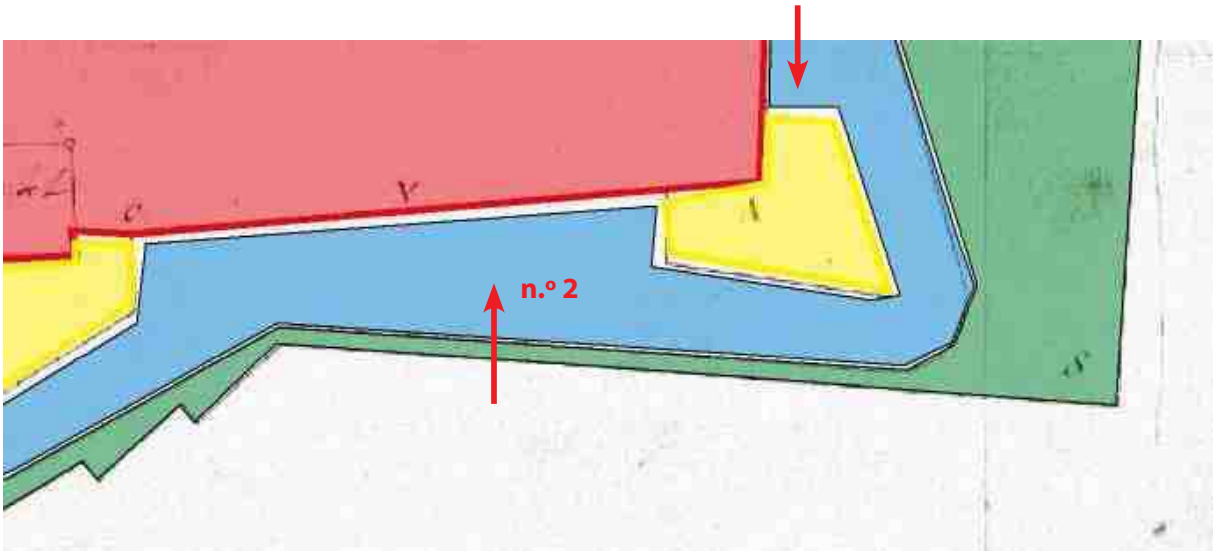
Perfil tipo de praça abaluartada. Legenda: 1 – Nível da praça; 2 – Escarpa interior; 3 – Terrapleno; 4 – Banqueta; 5 – Parapeito; 6 – Contraforte; 7 – Cordão; 8 – Escarpa; 9 – Reparo; 10 – Fosso; 11 – Cuneta; 12 – Contraescarpa; 13 – Caminho coberto [*estrada coberta* nos *Apontamentos* de Lescole**]; 14 – Banqueta; 15 – Paliçada [***parapeito* nos *Apontamentos* de Lescole**]; 16 – Esplanada; 17 – Berma (NUNES 2005, 191).**

Tendo a paz com a Espanha sido declarada em 1668, nem por isso o ritmo das obras de fortificação terá sido alterado. A partir daqueles *Apontamento de Obra* redigidos por Lescole, ficamos a conhecer o andamento e progressão da obra realizada nos primeiros nove ou dez anos de actividade do estaleiro (entre Fevereiro de 1663/1664 e Setembro de 1673). Na visita à obra efectuada a 12 de Setembro, Miguel Lescole apontava as seguintes questões pendentes à altura:

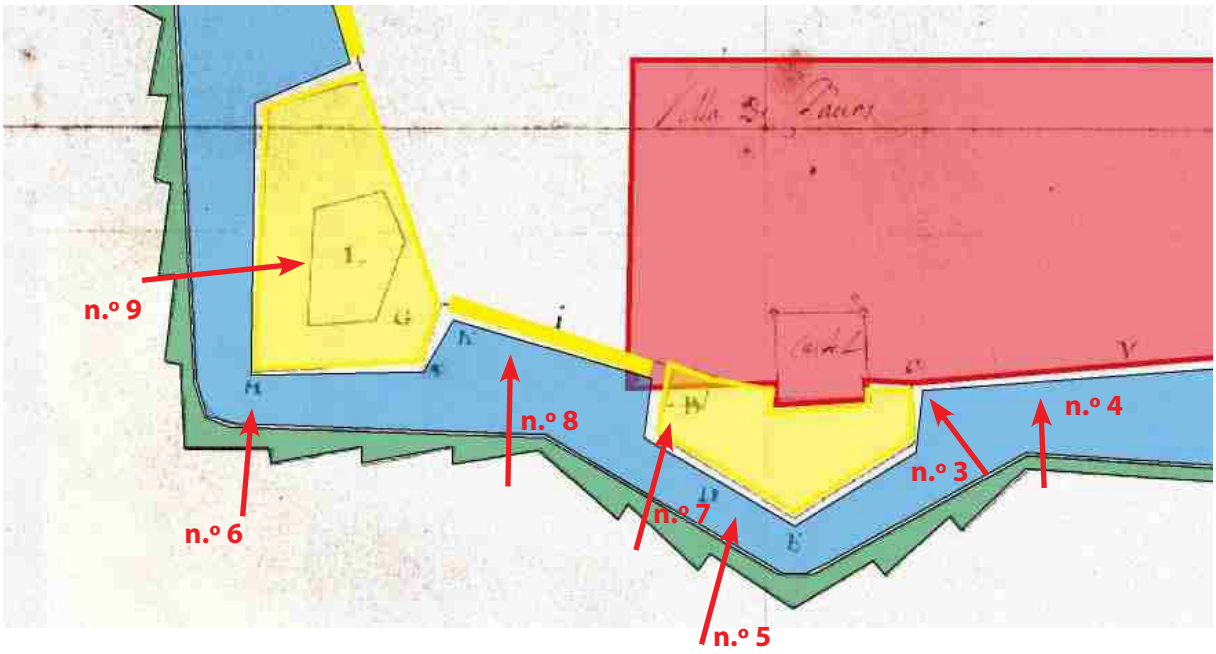
"*Apontamentos das obras que Restão a se fazer na fortificaçam Desta Praça e Villa De Chaves, pera as aperfeçoar Segundo a Planta e Desenho que Della foi feito, e trassado na terra em o mês de Fevereiro Do anno de 1664*." (transcritos por CHABY 1889, III, 316 - 317 com uma planta; sublinhados, numeração e conversão das medidas em palmos (1 palmo = 0,22 m) nossos)

"*Primeramente* ***a Parede do Baluarte do Spiritu Santo, ou das Corassas sinalado A*** *no Rascunho que com este Papel Deuera estar, a saber,* ***no flanco que olha pera a torre Da Porta da Villa*** [nº 1], *se aleuentara mais Dous palmos* [0,44 m] *Sobre a altura que de presente tem, e se Igoalara todo em Redondo no oliuel Desta altura ditta, e Sobre ella se asentara o* ***Cordan*** *de Cantaria e se acabara de* ***tereplenar*** *todo, da terra que sahir, do* ***fosso***

que está prinçipiado ***entre este ditto Baluarte, e ho das Caldas*** [nº 2] *que deuera ser aprofundado mais quatro ou sinco palmos* [0,88 m ou 1,10 m] *do que aquele que ao presente está e também Das terra que sahirão Das* ***escarpas Das Bermas*** *ou …? que Estão ao Pé Das muralhas das* ***Duas cortinas há que este Baluarte está atado****, as quaes Bermas se deicharão de outto a noue palmos* [1,76 m ou 1,98 m] *de largo, por sima, e o Restante da largura que hoje ellas tem escarpada athe Busquar o fundo Do fosso, pera que assi fique terra e forsa Bastante pêra sustentar os aliserses, e Pezo Das sobre dittas paredes*."



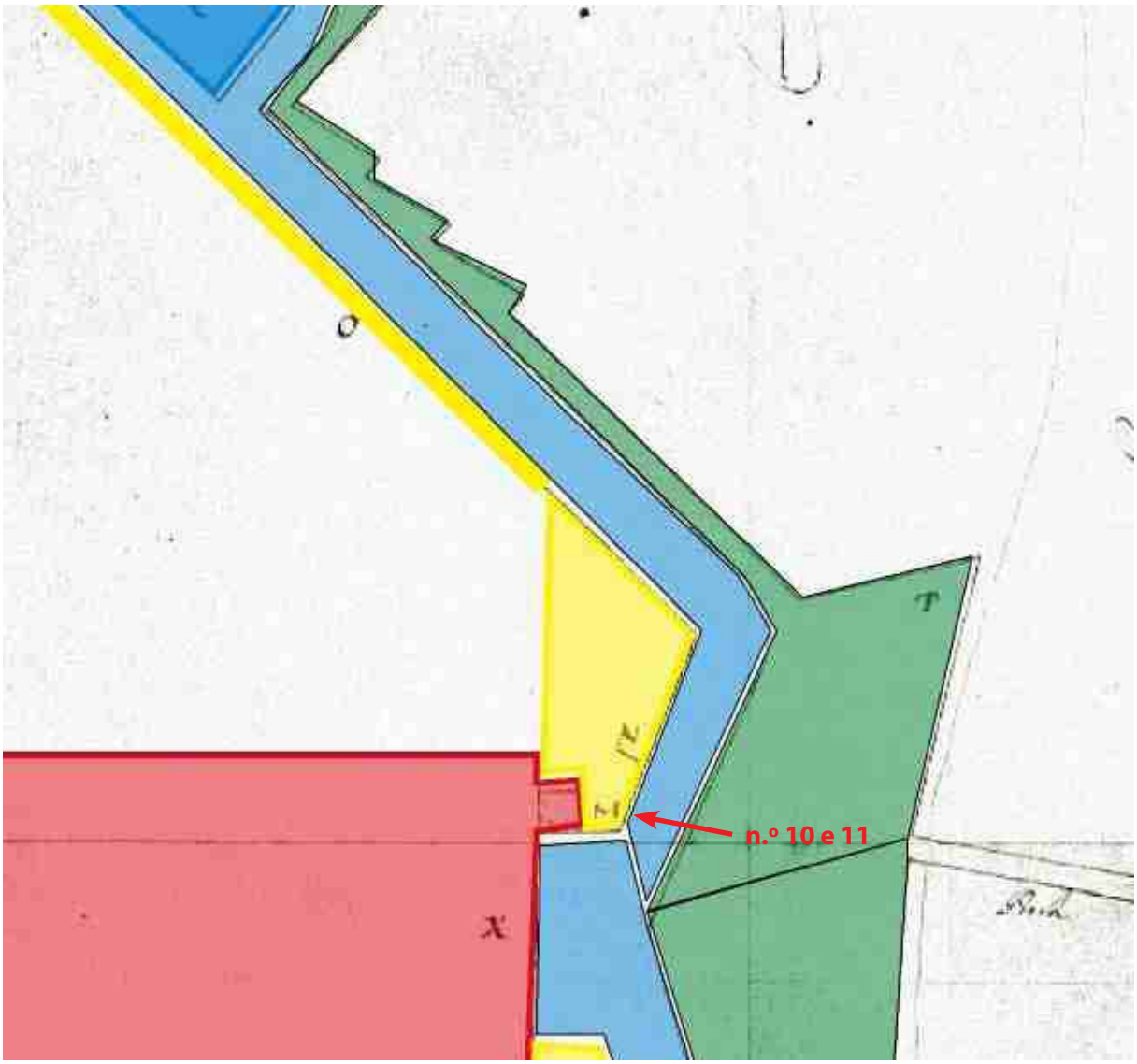
"*A* ***Parede do flanco do Baluarte das Caldas sinalada B*** [nº 3] *será Igoalada na altura que de Presente el tem, e as Paredes Restantes Do mesmo Baluarte Será outro Si. Igoalada na altura e oLiuel deste flanco athe se atarem na* ***muralha Velha da Villa*** [nº 4] *no Lugar e o que feito se lhe asentara o Cordão, e acabarão de tereplenar por Dentro das terras que sahirão dos* ***Lugares D, E e F*** *que presisamente se deuem aprofundar, a saber os de* ***D e E*** [nº 5]*, pera que a fasse Do Baluarte Seja Bem Vista e Descortinada do* ***flanco G****. e o de* ***F****.* [nº 6] *pera que Sua Profundeza Supra a falta da altura Da Parede do flanco B, Se construísse huma* ***Cazamatta ou Praça Baixa*** [nº 7]*, asentada Sobre o tereno natural Da Villa que tivesse 65 palmos* [14,3 m] *de profundeza dos quaes os primeros 25.* [5,5 m] *Serião pelo grosso do seu Parapeito, e os 40 palmos* [8,8 m] *Restantes Serião pelo Jogo da sua artelheria por quanto que a artelharia que estaua asentada no alto do terpleano deste flanco Dificultozamente poderá ferir o* ***Ponto H****. do fundo do fosso do ângulo flanqueado Do* ***Baluarte G****, a Respeito Da muita Inclinação Deste terenno, mais Sendo a ditta artilharia asenta na ditta Cazemata em Igoal Do pé da Parede Do mesmo flanco milhor o poderá fazer, também Se hade fazer o Posiuel com marras ou com fogo pera se Romper os Penedos que se achão neste Lugar de H.*"



"*Nas* ***Paredes do Baluarte G****, e Da* ***Cortina I*** [nº 8] *se poderá aventar o Cordan na Estampa Em que o presente Ellas Estão, com aduertensa que o* ***tereno do Lugar de K*** *Junto a Esta cortina e flanco G deue Ser a profundado mais 5 ou 6 palmos* [1,1 m ou 1,32 m] *pera Suprir a pouca altura destas Paredes.*

"*Despoes Do corpo Do* ***Baluarte G*** *Ser tereplanado de todo, Se deuera Edificar nel o* ***Caualeiro L*** [nº 9] *de 18 palmos* [3,96 m] *dalto por sinco Do ditto terapleno afora a altura do seu Parapeto, será Este Caualeiro pera fazer oposição, á offensa que poderá Vir Dos* ***outeiros de Santo amaro****, e pera* ***cobrir o flanco G e a Cortina I****, que Sem el Serião Batidos de Reuesso dos Sobradittos outeiros Dos quaes outeiros pera Bem se deueria Romper toda a pedra necessária pera as obras Desta fortificação. pera pouco a pouco os Ir diminuindo.*"

"*A* ***Parede do flanco Do meo Baluarte de Santo antónio*** [nº 10] *que pega á* ***torre Da Porta Da Villa sinalada M*** [nº 11]*, será alevantada seis palmos* [1,32 m] *Sobre a altura que de presente tem, e dali Será conduzida a oLiuel athe o Salto das Paredes, a saber do* ***Lugar de N athe ao de O*** [nº 12] *que he pouco mais ou menos o Lugar aonde o terreno comessa a Ir Subindo pera o* ***forte****, com aduertensa que Estes Segundos 6 palmos de altura da Parede não deuerão fazer Salto em O, Senão forem morendo ao encontro da mesma Parede que Va subindo. o que feito em todas Estas Paredes Se poderá asentar o Cordão, e tereplenar as Costas Dellas, dando a todos os fossos Desta fortificação a Largura e Profundeza que foi determinada no principio destas obras e que se acharão na Planta e Perfil Della.*"

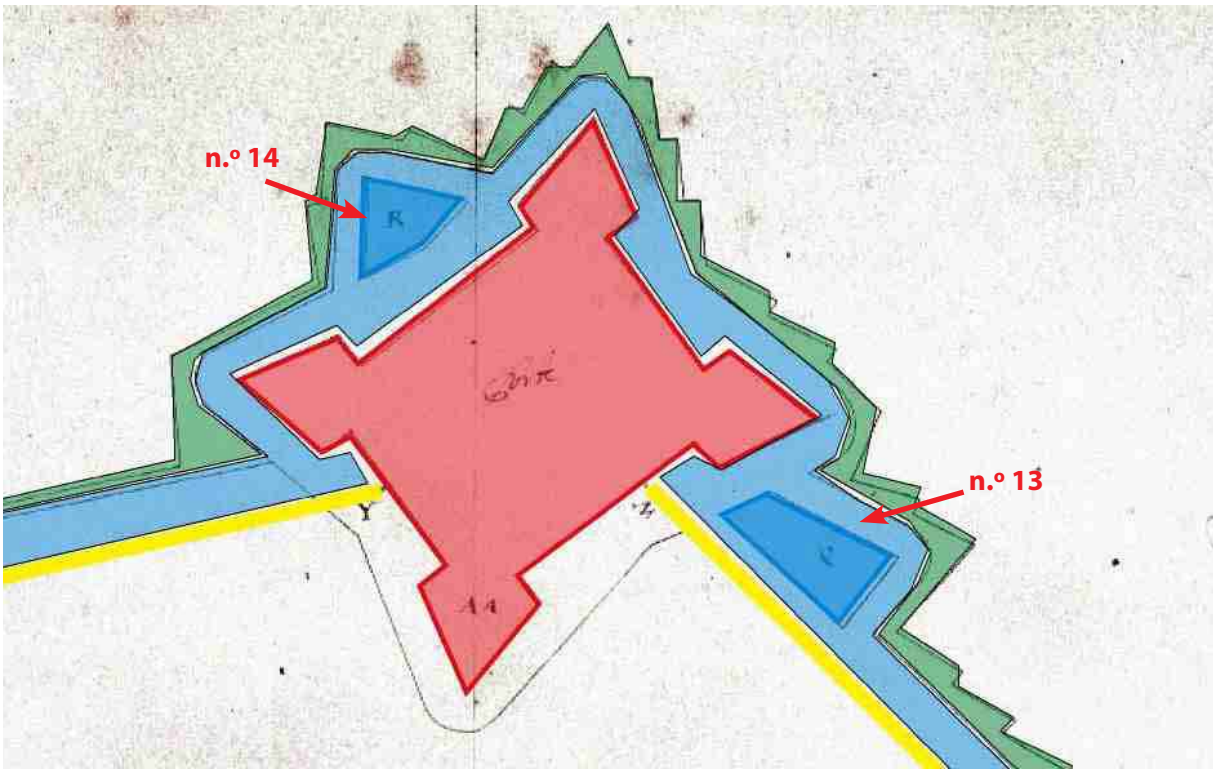


"*Os* ***Parapetos*** *que Se deuerão fazer em todos Estes* ***Baluartes*** *e* ***meos Baluartes*** *e nas* ***Cortinas*** *que Se fizerão de nouo, como tabem nos* ***dous Saltos e cortaduras Do baluarte, P e no Caualeiro L*** *Serão feitos de taipa, a saber da Terra bem apiloada e Banhada com agoa entre formas e caixões. de taboado, e Serão Estes Parapeitos de 15* [3,3 m] *athe 18 palmos* [3,96 m] *de grosso no pé, e de 6 palmos* [1,32 m] *de alto pela parte Enterior, que Escarpara hum palmo* [0,22 m], *a altura Interiora Será de 9 palmos* [1,98 m] *e poderá Ser, a prumo, com huma* ***Banquetta*** *adiante da mesma taipa de quatro palmos e meo* [0,99 m] *de Largo a 3* [0,66 m] *de alto, o…? Destes Parapeito Será Copeado com hum Reboco de Cal amaçada com área Do Rio, pera que as Chuuás uão penetrao tam facilmente na terra.*"

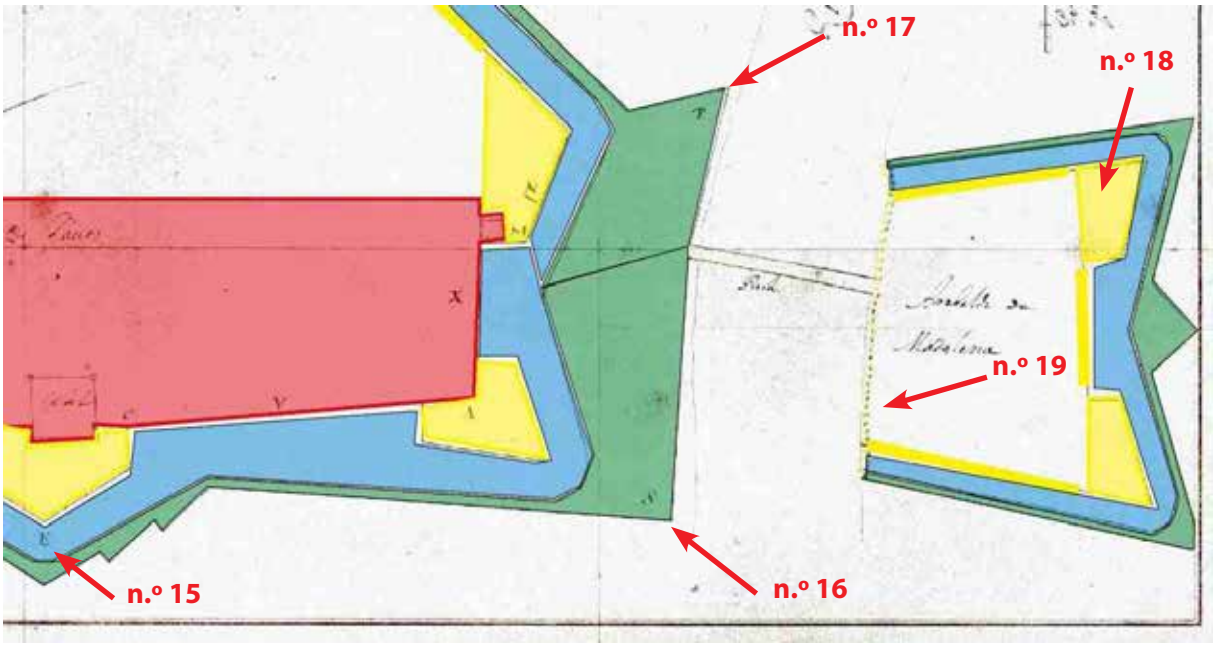
"*E os* ***Parapeitos Das Duas Cortinas V e X que São Das muralhas Velhas Da Villa*** *Serão Da mesma taipa de quatro palmos e meo* [0,99 m] *de grosso, e de 8 palmos* [1,76 m] *de alto pela parte de fora, e de noue* [1,98 m] *pela parte de Dentro com huma* ***Banquetta*** *Semelhante a ditta e o todo aprumo, e pera dar Seruentia no …?*

Destas muralhas, Detraço Deste parapeto, Se fará em todo o Comprimento Destas taes cortinas huma ***Cachorada*** *de três fiadas de Pedra de Cantaria que assi podrão Resaltear outros, quatro palmos e meo* [0,99 m] *de Largo, e sobre Ella farão hum …? . de Cantaria delgada de 3* [0,66 m] *palmos de alto pera Seruir de Resgoardo.*"

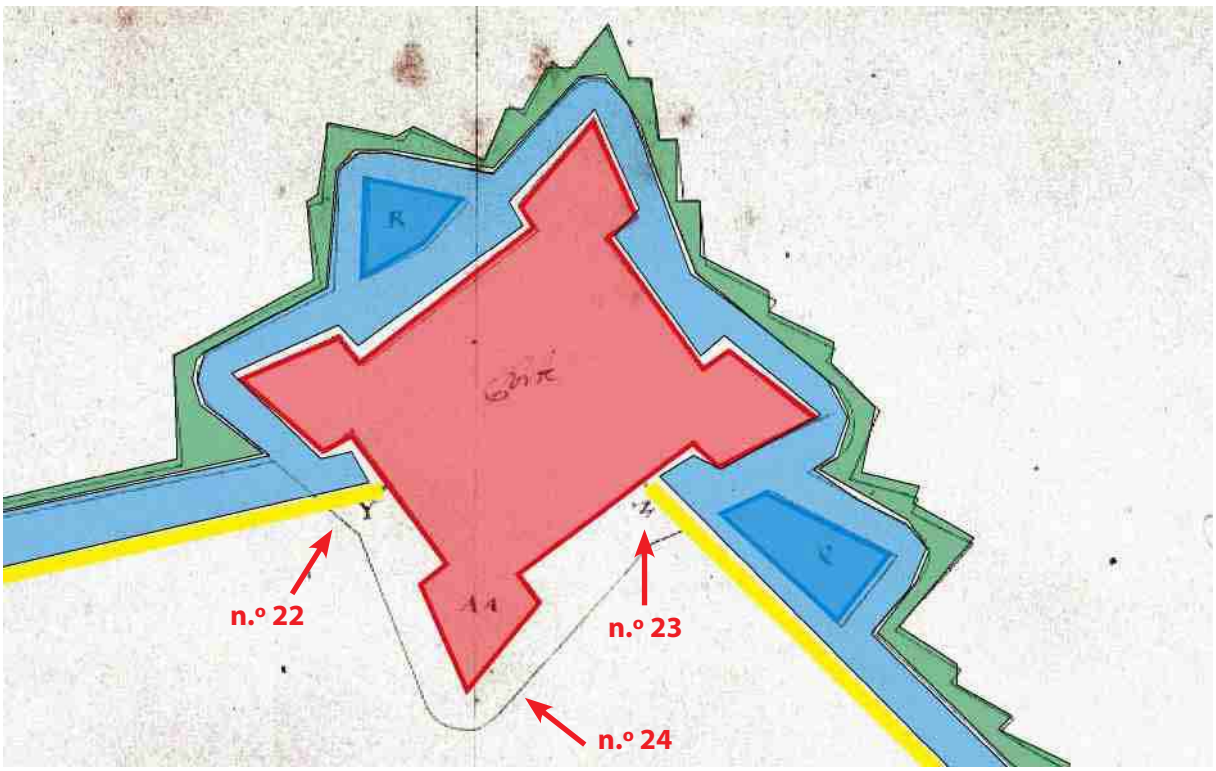
"*Estas obras feitas Se farão os* ***Dous Rabelins Q e R*** [nº 13 e 14], *a Saber ho de Q pêra a deffensa da Capitalla O, que se acha hum …? Comprida, e ho de R, pera Suprir a piqueneza dos flancos Dos Baluartes Do forte.*"



"*A* ***Estrada Coberta*** *que Devera Cingir e abarquar todas Estas obras Será feita na forma que Ella se Ve no seu Desenho, e com os* ***Redentes*** *sinalados nella Será construída de hum* ***Parapeito*** *de terrão de noue palmos dalto* [1,98 m] *por dentro, e* ***Escarpada em Glais*** *pera a Campanha emforma que o Desínio Della Seja Bem Vista Dos Parapeitos Dos Baluartes e Cortinas, que lhe fiquarão De frente, e Será Este seu* ***Parapeito*** *acompanhada de huma* ***Banquetta*** *de quatro palmos e meo* [0,99 m] *de largo e de três* [0,66 m] *dalto, porem nos* ***Lugares E, e de S*** [nº 15 e 16] *a honde o terreno he muitto Derubado e nos quaes conuem que o …? Exterior do fosso Seja …? poderão pera Suprir em parte Este defeito e com mesmo Custo e trabalho aleuantar* ***Este parapeito dEstrada Coberta*** *nas partes Dittas athe 12 ou 15* [2,64 m ou 3,3 m] *palmos ajuntandolhe as* ***Banquettas*** *necessárias pera Sua Seruentia, e Esta mesma altura se podrá continuar do* ***Lugar S athe ao de T*** [nº 17] *pera melhor flanquear o Rio, e as obras Do* ***arabalde Da madaleina, o qual também Deuera Ser Cingido com a obra corna*** [nº 18] *Sinalada na Sua Planta e desenho, com o Perfil Do Seu teraplenno Rampado* ***Parapeito***, ***fosso*** *e* ***estrada Coberta*** *que forão Dadas na Primeira Planta, e com huma* ***Estacada forte que feiche esta obra da Parte Do Rio*** [nº 19]."



"*fiquaua pera aduertir que os dous Pedaços de* ***Paredes dos Espassos de Y e Z*** [nº 22 e 23], *que atravessaon os fossos do forte em Estas obras Sendo aperfeçoados ho em tempo suspeito Se deuerão arazar, e em lugar delles lhos por* ***huma Estacada forte e Boa*** *se melhor não se Resoluer a Se Derubar o* ***Baluarte AA*** [nº 24] *no qual Caso as Paredes Se deicharão e fortificarão muito Bem.*"



"*Se no* ***Postigo Das Caldas*** *Pareser asentar a* ***Portada que foy feita pera o forte de São noitel*** *poderá Se fazer Sem perjuizo Da fortificação por Ser metido Entre dous Baluartes muittos Baons, porem Esta Porta e a outra que for feita de nouo deuerão Ser fortificadas por Dentro com suas* ***contra Portas e corredores cobertos de abodas e com Seus Rastilhos de Entre meo****, também cerá mais Vtilidade, em Cazo que tiuesse effeito a Rezolução do arazar o* ***Baluarte AA*** [nº 24]*, poderia Seruir pera Este Postigo Das Caldas a Porta, contra Porta e corredor Do forte por ser mais Estreita que há Da Portada do forte de São noitel e Esta Se poderia Rezeruar pera a* ***fortificação Do arabalde Da madaleina****.*

"Mais por quanto que ***Defronte Deste Postigo Das Caldas*** *Se Va presentemente fabricando huma Caza Sobradada com outras Cazerias ao Redor della, a distansa de mennos de tiro de Pistolla e quazi ao Pé Da* ***Estrada coberta*** *que por ali há de Passar, Declaro que Elle he totalmente em preguizo, e contra a Deffensa Da mesma Prasa e que he Semsaboria Grande Ver que ao par que se Va obrando a fortificação se fassa quazi no meo Della Cauza que se oponha e Capaz de Recolher hum Boo terço d Infantaria pelo que me paresse não Se deua Consentir nem permitir em tempo algum. Estas são as cauzas que me paresse por hora Será necessários pera Se aperfeçoar Esta fortificaçaon. Chaues a 12 de Setembro de 1673.* – (Assignado) – *O mestre de Campo, Miguel De Lescolle.*"

Pelos *Apontamentos* de Lescole, aquando da sua visita ao estaleiro da obra em Setembro de 1673, verifica-se o estado adiantado da construção da fortificação. Os baluartes e cortinas orientados a SE. e SO, ligados à velha cerca medieval, estavam já erguidos quase até à sua altura definitiva faltando apenas nivelar, terraplanar e erguer os respectivos remates com cordão, banquetas e parapeitos. Mais atrasadas parecem estar as estruturas de ligação ao Forte de São Francisco, em particular as orientadas a NO. Nada se refere relativamente ao Baluarte de N. Sra. das Brotas nem às cortinas a ele adjacentes, nomeadamente àquela onde se haveria de construir a Porta do Anjo. Aliás, refere-se estar ainda apenas em projecto a reformulação de outras duas portas, o Postigo das Caldas e as Portas da Vila. Estava também ainda em discussão a possibilidade de demolir o baluarte do Forte de São Francisco orientado à vila. Em relação à Obra Exterior, quase tudo estava por fazer, tendo apenas sido iniciadas as escavações de alguns troços dos fossos, os quais precisavam mesmo assim de ser mais aprofundados. São referidos igualmente apenas como projecto a construção do cavaleiro ou praça alta no baluarte de Santo Amaro bem como uma casamata ou praça baixa no flanco NO. do baluarte das Caldas (também conhecido por baluarte do Castelo ou de Santa Catarina). A obra corna ou hornaveque projectado para o arrabalde da Madalena também ainda não parecia ter sido iniciada.

No ano seguinte, 1674, arruinou-se a face de um dos baluartes da fortificação de Chaves, devido às fortes chuvadas do Inverno. Este episódio é trazido ao Conselho de Guerra pelo Engenheiro-Mor do Reino, Luís Serrão Pimentel (ANTT, CG, Consultas, Maço 34, Consulta de 23 de Outubro de 1674 cit. por SOROMENHO 1991, 23-24) que ali discorre em consulta sobre a necessidade com a Província de Trás-os-Montes se debatia de um engenheiro a tempo inteiro avançando o nome do Ajudante de Engenheiro João Coutinho que até já havia servido em Trás-os-Montes e tinha sido desmobilizado em 1668. Se este técnico não estivesse disponível sugeria o nome de Lucas Ferreira Simões para o substituir.

Sobre **João Coutinho** (… 1649 – 1667 – 1680…), Sousa VITERBO 1988, I, 247-249, escreve um extenso artigo relatando que serviu no Brasil, Alentejo, Trás-os-Montes, de novo no Alentejo (?), Angola, e de novo no Brasil. No entanto, de concreto em relação a Trás-os-Montes, apenas refere que "em 1667,

passou à província de Trás-os-Montes" fazendo referência a uma carta régia datada de 1676 onde se escreve que esteve na Província de Trás-os-Montes como ajudante de engenheiro em 1667 onde serviu "em tudo o que se offereceo até se fazer a reformação geral, e ultimamente [1676] se haver embarcado para Angola". Já sobre **Lucas Ferreiras Simões**, nada se referencia em Sousa VITERBO 1988. Na citada consulta do Conselho de Guerra datada de 1674, Luís Serrão Pimentel refere-se-lhe afirmando que "*posto que não tem experiência mais que dos desenhos que o anno passado me vio fazer, em alguas Praças da Beira em companhia de Miguel de l' Escolle e do capitão Jerónimo Velho de Azevedo meu discípulo e engenheiro daquella Província mostrou tal viveza e intelligencia do que se obrava que Miguel de l' Escolle desejou muito levallo consigo: e queria escrever a Vossa Alteza pedindo lhe quizesse fazer mercê darlho para Ajudante por estar só e velho e sem ter pessoas de quem se podesse fiar nestas matérias para lhe executar o que elle dispuzer em Traz-os-Montes ou nas Praças do Minho, aonde não puder assistir quando for necessário, por seus achaques*" (transc. in SOROMENHO 1991, 24).

Efectivamente, Lucas Ferreiras Simões foi enviado para Trás-os-Montes por carta patente de 6 de Janeiro de 1674 embora, como escreve SOROMENHO 1991, 49, nota 55, "através do exame da documentação disponível, não o encontremos activo" citando em referência AIRES, VIII, 582.

Miguel de Lescole, a seguir à paz com Espanha em 1668, parece fixar-se mais assiduamente em Viana do Minho onde funda uma *Aula de Artilharia* em 1676, posteriormente, no ano de 1701, oficializada ou ampliada em *Aula de Fortificação*. O curso do ano de 1676 está contido no manuscrito que se guarda na Biblioteca Nacional (COD. 7650)[3] o qual resultou do trabalho de compilação do capitão engenheiro Sebastião de Sousa de Vasconcelos, certamente então aluno de Lescole. **Sebastião de Sousa Vasconcelos** (…1686 – 1700…) parece tornar-se o principal discípulo de Miguel de Lescole a partir de 1676, fortemente envolvido na obra de fortificação da praça de Monção em 1686, e na de Chaves, em 1700. Parece mesmo vir a suceder-lhe à frente dos assuntos das fortificações nas Províncias do Minho e de Trás-os-Montes após a morte do Mestre de Campo em 1688, ainda que no meio de alguns percalços de carreira. Com efeito Sousa VITERBO 1988, III, 77, escreve que Sebastião de Sousa de Vasconcelos "não honrou muito nem a sua corporação nem o seu nome. O decreto de 23 de Outubro de 1686 lavrou-lhe o seguinte diploma de incapacidade e imperícia: *Pella incapacidade do Capitão Engenheiro Sebastião de Sousa de Vasconsellos, e erro que por sua imperícia se achou em huma cortina da fortificação nova da praça de Monsão; hey por bem privallo daquela occupação. O Conselho de Guerra o tenha entendido. Lisboa, etc.* É possível, todavia, que o labéu de incapacidade e o interdito lhe fossem levantados, pois numa consulta de António Rodrigues Ribeiro, apresentada em 1700 ao Conselho de Guerra, se discute uma planta de Sebastião de Sousa de Vasconcellos com referência à fortificação de Chaves". Para mais, em 1703, o mesmo Sebastião de Sousa de Vasconcellos seria nomeado sargento-mor das fortificações de Província de Trás-os-Montes (SOROMENHO 1991, 51, nota 62 fazendo referência a AIRES, VIII, 607-608).

Entretanto, novo episódio se relata, datado de 1681, relativamente à obra de fortificação da Praça de Chaves. Numa Consulta do Conselho de Guerra datada de 3 de Março desse ano lê-se: "*Afin de desfaser*

3 LESCOLE, Miguel, *Lições de Artelharia / recopiadas e feittas por Miguel de Lescolle Mestre de Campo Entertenido na Provincia de Entre Douro e Minho a cujo cargo esta o cuidado e conservação do trem d'artelharia, armas e munições della, e as fortificações das prasas de sua fronteira ; por mandado do Snr. Marquez das Minas dos Conçelhos de Sua Alt.ª M.e de Campo General e G.or das Armas da mesma Provincia ; postas nesta ordem por Sebastião de Souza e Vasconcelos Engehr.o das forteficações nella*. – 1676. [11], [102] f., enc. : 5 desenhos desdobr. ; 22 cm

huas douvidas em que estavão os mestres de obras da Praça de Chaves sobre a fabrica da Porta Principalle da ditta Praça seu corredor, corpo de goarda e arcos de Rastilho que todos han de ser cobertos de abobedas de cantaria parte delles sobrebaichados e Berço Voltado com seus Viaes" Lescole mandou João Alves do Rego inspeccionar aquele estaleiro de obra (ANTT, CG, Consultas, Maço 40 A, Consulta de 3 de Março de 1681 parcialmente transcrita in SOROMENHO, 1991, 50, nota 60). **João Alves do Rego** não se referencia em Sousa VITERBO 1988. É em Miguel SOROMENHO (1991, 27) que vamos encontrar novos elementos relativos à sua personalidade particular. Sendo mestre empreiteiro das obras de fortificação de Monção e Caminha, pedia precisamente em 1681, que se lhe desse praça de soldado pago "*para o insitar a que continuasse os princípios que já tinha de Aritmética e Geometria e juntamente das fortificacoens que hia adquirindo no trabalho e assistência dellas e pela assistência que fazia com o dito Mestre de Campo* [Miguel de Lescole] *no trassar delas e no tomar de alguas plantas e pelos rascunhos de fortificacoens que lhe entregava para os seguir*" (*idem*, *ibidem*, onde transcreve parte da referida Consulta de 3 de Março de 1681 ao Conselho de Guerra). Ficamos também a saber que nesse início da década de 1680 estava finalmente em construção, ou melhor em reformulação, a Porta da Vila a qual, aproveitando as estruturas medievais, lhes fazia introduzir novos elementos próprios da nova arquitectura militar. Pela mesma altura, as obras no Baluarte do Castelo (também designado por das Caldas ou de Santa Catarina) obrigavam a mudar a capela e albergaria de Santa Catarina, de fundação medieval, do seu assento primitivo junto do castelo, "*aonde existio athe o anno de 1681 que em rezão da forteficação moderna foy mandada mudar por ordem de S. Magestade, sendo admenistrador Gregório de Castro Moraes, Comendador da Ordem de Christo, Sargento mor de batalha e Governador das armas da Província o que se fés para outro citio que hoje existe que he no Arrabalde do Anjo, junto ás Cazas do admenistrador…*" (Tomé de Távora e Abreu, *Notícias*… in MACHADO 1989, 30-31)

A partir de 1684 Miguel Lescole contaria com uma outra colaboração de peso, a do então ainda jovem ajudante de engenheiro **Manuel Pinto de Vilalobos** regressado a Viana nesse ano após uma demorada formação na Aula de Fortificação de Lisboa onde tinha sido discípulo de Luís Serrão Pimentel, o Engenheiro-Mor do Reino. Considerava o Conselho de Guerra que a sua formação porém, não se encontrava ainda concluída, devendo agora "*tomar a doutrina de Miguel de Lescolle*" (ANTT, CG, Consultas, Maço 42 A, Consulta de 1 de Abril de 1683 cit. por SOROMENHO, 1991, 50, nota 61).

Dúvidas que nascem com a morte de Miguel Lescole: a quarta e última fase da obra de construção da obra de fortificação de Chaves (1688 – 1706)

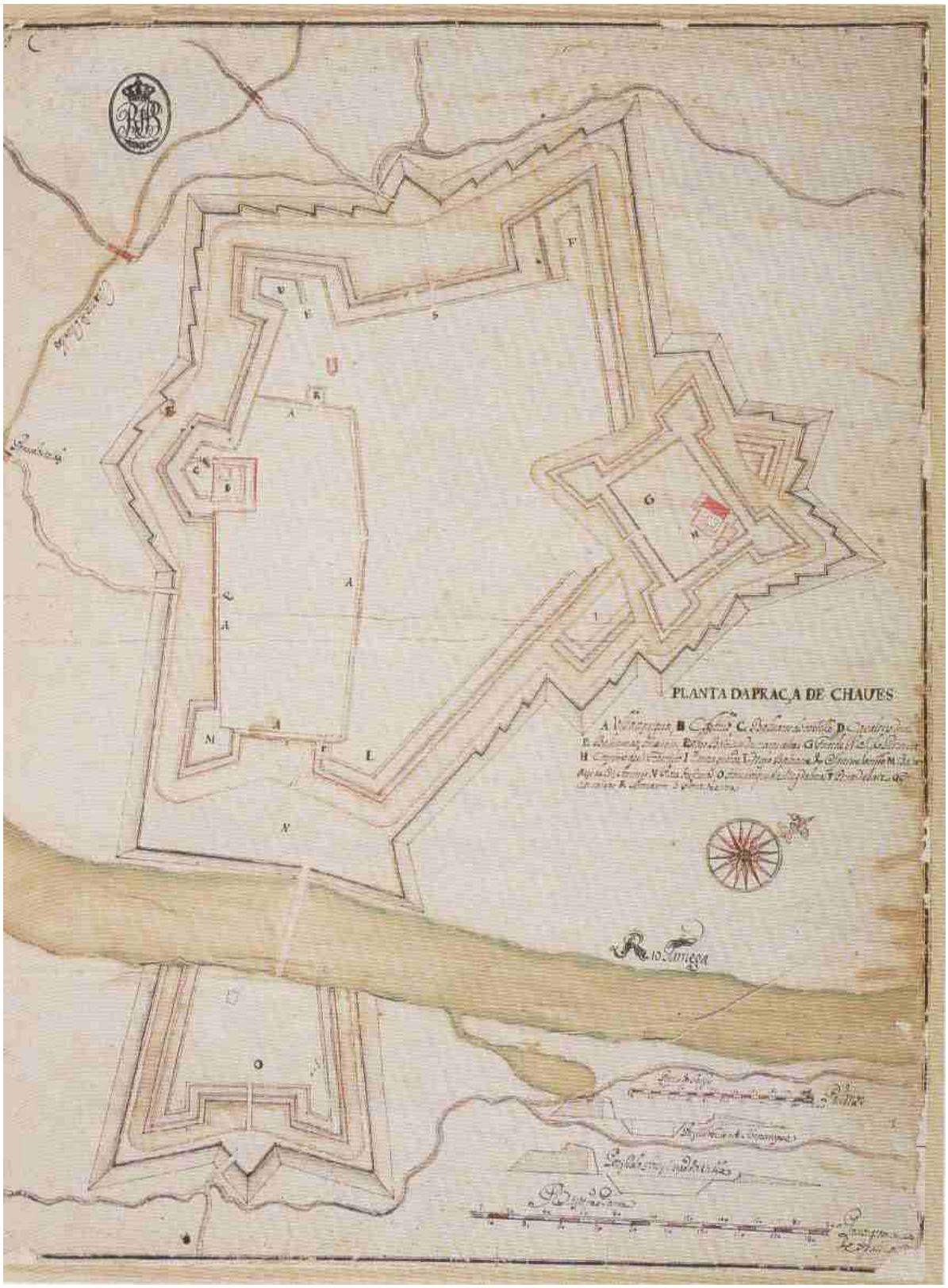
Assim, à data da morte de Miguel Lescole, em 1688, encontravam-se em actividade nas Províncias militares do Minho e de Trás-os-Montes um conjunto de engenheiros de diversa formação que haviam beneficiado ainda da acção pedagógica de Lescole quer na *Aula de Artilharia* de Viana, fundada em 1676, quer da própria prática intensa que um tão elevado número de estaleiros de obra exigia. Não se interromperia portanto o estaleiro da obra da fortificação de Chaves sabendo-se que no ano seguinte, 1689, já se tinha iniciado e estava a desenrolar-se a obra do hornaveque do arrabalde da Madalena. Com efeito, tendo a cerca do convento velho da Veiga ou campo da roda, sido vendida com escritura datada de 20 de Janeiro de 1689, "o novo proprietário, logo tomou posse efectiva da propriedade (…) desfez as paredes da Igreja e mais lugares, vendendo a pedra que achou para as obras que se faziam no Forte ou Revelim da Madalena…" (MACHADO 1994, 177 citando Frei Francisco de Santiago, *Crónica da Santa Província de N. Sra. da Soledade*).

O ascendente que a partir de então o engenheiro Manuel Pinto de Vilalobos parece vir a tomar sobre os demais como herdeiro intelectual e profissional de Lescole surge, por exemplo, do facto relatado por Vilalobos, em 1717, de "*conservar os papeis e plantas que por morte do Mestre de Campo Miguel de Lescol enginheiro que foi daquella província se entregarão ao supplicante*" (ANTT, CG, Consultas, Maço 76 B, Consulta de 7 de Junho de 1717 parcialmente transcrita in SOROMENHO, 1991, 51, nota 65). Aliás, Manuel Pinto de Vilalobos, ensinando engenharia na Aula de Artilharia de Viana já em 1692[4] (SOROMENHO, 1991, 30), desenvolvia uma actividade incansável e uma concomitante carreira ascensional, atendendo-lhe o Conselho de Guerra em 22 de Janeiro de 1693 um pedido de aumento de soldada, considerada exígua em relação ao muito trabalho que tinha, e com a qual "*mal se podia sustentar nas grandes jornadas que se lhe oferecia fazer* (…) *sendo mandado assy na Província [do Minho] como fora della*" (ANTT, CG, Livro de Registo…, nº 44, fls. 115v e 116 cit. in SOROMENHO, 1991, 32). No início do século XVIII, passaria a ser o principal responsável da Aula de Fortificação institucionalizada em Viana no ano de 1701, através da qual se pretendia "proporcionar ao engenheiro principal da Província um corpo de auxiliares para trabalhos regulares de fiscalização de empreitadas e de construção de pequenas obras defensivas ou utilitárias" (SOROMENHO, 1991, 30). Datando provavelmente desta época, conhece-se uma planta da Praça de Chaves atribuída a Manuel Pinto de Vilalobos e que se guarda na Biblioteca Nacional[5], muito semelhante à planta de Lescole exibindo apenas pequenas diferenças no traçado do Baluarte de N. Sra. das Brotas[6]. Registe-se que nesta planta vão desenhadas as muralhas antigas da vila nas quais está indicado, pela primeira vez, o postigo da Trindade. As necessidades de ligação mais directa entre a antiga área urbana intra-muros e a novel que resultou da construção da nova cintura fortificada, deverão ter ocasionado a abertura desta passagem por estes anos. Aliás, a desaparecida Capela da Trindade, aqui localizada e de onde recebeu a designação, teria sido fundada em 1681 por Mateus Teixeira de Morais, segundo se colhe nas *Notícias* redigidas por Tomé de Távora Abreu em 1721 (MACHADO 1989, 33). O próprio edifício do convento das religiosas (Liceu Fernão de Magalhães), edifício âncora da futura urbanização da nova área intra-muros a que o Postigo da Trindade dava acesso directo, teria visto o lançamento da primeira pedra em Janeiro de 1685 (ainda segundo as *Notícias* de Tomé de Távora Abreu in MACHADO 1989, 28).

4 Na Biblioteca Nacional guarda-se um manuscrito de VILALOBOS, Manuel Pinto de (?-1734) que deverá ser entendido no âmbito da actividade pedagógica desenvolvida por este na *Aula de Fortificação* de Viana do Castelo intitulado *Tractado do uso do pantometra de desenhar as forteficasoins assim do lado do polygono exterior p.ª fora, como do lado do polyg[o]no exterior pera dentro nas figuras tanto regulares como irregulares pelo methedo de Luis Serrão Pimentel Eng.ro mor do Rn.º e Cosmographo mor delle Tenente gn.1 da artelheria de q.alquer das prov.cas / por M.el Pinto de V.ª Lobos Capp.am e Eng.ro na Prov.ca do Minho*. – [ca 1690]. – [ii], 29 f., enc. : il. ; 15x21 cm. Desenhos à pena, a sépia, de figuras geométricas e de plantas de fortificações. – Encadernado com pastas de cartão revestidas a pele castanha gravada a seco. – Pertenceu à livraria da Casa de Cadaval, onde tinha a cota 851 (K V 24). – Comprado ao Palácio do Correio-Velho, em 1995. Biblioteca Nacional, Lisboa, COD. 13201. A datação foi estabelecida com base no período cronológico em que o autor foi capitão do exército (entre 1688 e 1690) (*A Ciência do Desenho. A Ilustração na Colecção de Códices da Biblioteca Nacional,* http://purl.pt/102/1/apresentacao.html, Março de 2008).

5 *Planta da Praça de Chaves*, Manuel Pinto de VilaLobos (? - 1734), 1 desenho : tinta bistre e aguadas ; 37,6x48,5 cm. Datação [entre 1700 e 1730?]. Cota BN D. 176 A.
Reproduzido em Manuel C. TEIXEIRA e Margarida VALLA, *O Urbanismo Português, séculos XIII-XVIII, Portugal – Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, p. 169; Nº C4 do Inventário de FERNANDES 2005, p. 260.

6 Em Sousa VITERBO 1988, II, 281-283 e III, 405-407 (suplementos), nas páginas que dedica a Manuel de Pinto Villalobos nada se refere relativamente à sua actividade na Província de Trás-os-Montes.


PLANTA DAPRAÇA DE CHAVES
R. do Tamega

A existência de novos protagonistas na condução das obras de fortificação de Chaves, traria porém à evidência mais profundas divergências em relação ás opções do projecto original de Miguel de Lescole. Um Decreto do Conselho de Guerra datado de 11 de Outubro de 1691 mandava analisar uma consulta da Junta dos Três Estados relativa à fortificação da praça de Chaves: "*Vendosse no Conselho de guerra a Consulta inclusa da Junta dos três estado Sobre a emenda de que necesita a Forteficação da Praça de Chauez me Consultará o que lhe parecer. Lisboa a 11 de Outubro de 1691. – Com a rubrica de sua magestade* (CHABY 1889, III, 228 e 233-234 (*synopse nº 23*)). Estavam em causa alterações, aliás já consideradas por Miguel de Lescole (ver *Apontamentos* de 1673) relativas ao baluarte intra-muros do Forte de N. Sra. do Rosário, aventando-se a possibilidade da sua demolição. A decisão chegaria a 14 de Janeiro do ano seguinte com um advertência aos "*ingenheiros do tempo prezente sem mais pratica, e noticias, que aquellas, com que sahirão da Aula, querem condenar os trabalhos, que outros fizerão com tantas, (alcansadas) no de Guerra*". O texto completo do decreto do Conselho de Guerra é do teor seguinte: *"Senhor. – Vendose a consulta da junta dos três estados, carta do General da Artelharia Francisco Frejre de Andrade, planta da praça de Chaues, e emmendas, que se procurão fazer, entende o Concelho, que V. Magestade deue ser Seruido ordenar, que o Baluarte, que no forte de N. Senhora do Rozario se demostra com a letra (A) se demarca com a parte da cortina, como se ué apontado, em os documentos, que há na Vedoria daquella Província, do Mestre de Campo ingenheiro Miguel de Lascol, por assim o aver conferido com os cabos mayores, e officiaes, e ingenheiros mais práticos, que se acharão no seu desenho, e que nas mais irregulidades, e deffeitos, que se conciderão, se deue por hora não tratar; por que os remédios, que se apontão não só se considerão nélles nenhuma ventagem, antes menos defensa, da que se supõem, fazendose huma despeza mui considerauel, como cada dia se experimenta em semelhantes emmendas, com que os ingenheiros do tempo prezente sem mais pratica, e noticias, que aquellas, com que sahirão da Aula, querem condenar os trabalhos, que outros fizerão com tantas, (alcansadas) no de Guerra, assim nas defensas das praçaz como na sua espunação, e mais opperações militarez. Lisboa 14 de Janeiro de 1692.*" (*idem*, *ibidem*).

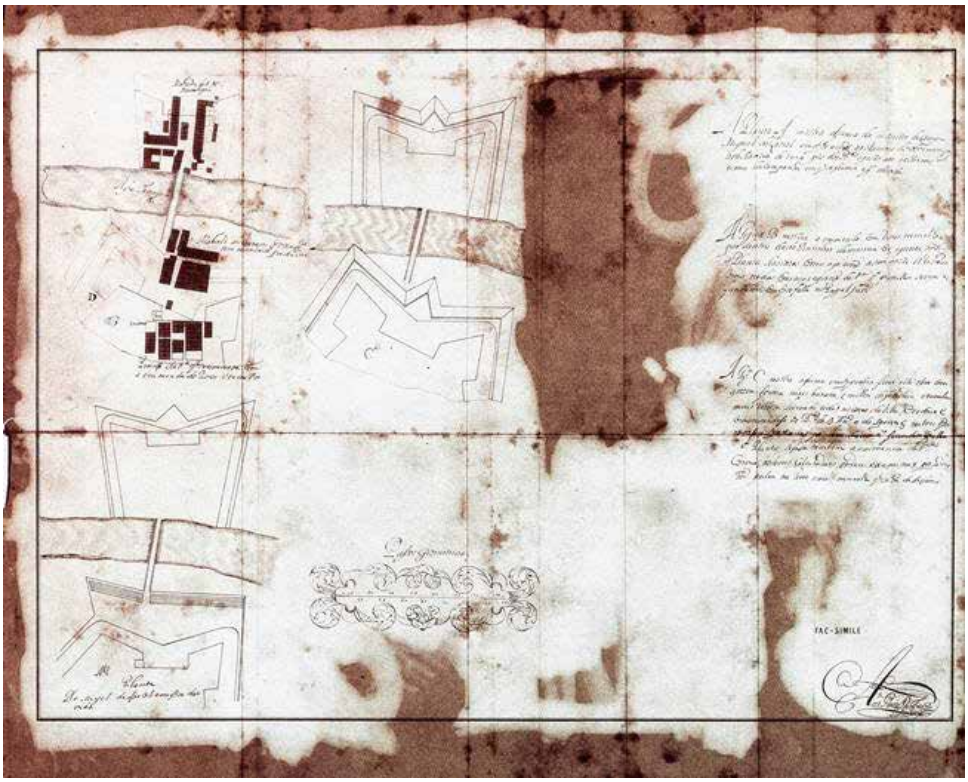
A esta mesma polémica se refere o próprio P. António Carvalho da Costa na descrição que faz da vila de Chaves na *Corographia Portugueza*, volume I, publicado em 1701 mas redigido alguns anos antes: "*…vão as cortinas fechar com o forte de S. Francisco, mais imminente que a Villa, obra moderna, que agora lhe serve de Cidadella; mas conforme a planta da fortificação, dizem se há de alhanar a parte do forte, que olha para a Villa dentro das cortinas da muralha, para que deixe de ser Cidadella, & fiquem os muros, & forte fazendo em circuito huma só muralha irregular, que rodee a Villa…*" (I, 506-507).

Entretanto, surge um novo interveniente com propostas de ainda maior alteração ao projecto original de Lescole. Sousa VITERBO (1988, II, 406-407) escreve que **António Rodrigues Ribeiro** (…1695 – 1709…) "por alvará de 6 de Janeiro de 1695 fora mandado servir como engenheiro na província de Trás-os-Montes. Existe d'elle uma planta modificando as fortificações de Chaves propostas por Miguel Lescol e Sebastião de Sousa e Vasconcellos. A sua memoria sobre esta matéria foi muito discutida, dando pareceres Jeronymo Velho de Azevedo, engenheiro que assistia na província do Alentejo, e o lente da aula de fortificação, Francisco Pimentel em 23 de Janeiro de 1700".

A documentação a que se refere Sousa Viterbo consta da compilação dos Decretos do Conselho da Guerra do general CHABY (1889, III, 309 e 313-317 (*synopse nº 11*) com duas plantas): 1700, 20 de Abril, Decreto do Conselho da Guerra "*determinando que sobre uma consulta da junta dos três estados, acerca das fortificações da villa de Chaves, desse parecer o conselho de guerra. Com este decreto está a consulta alludida*

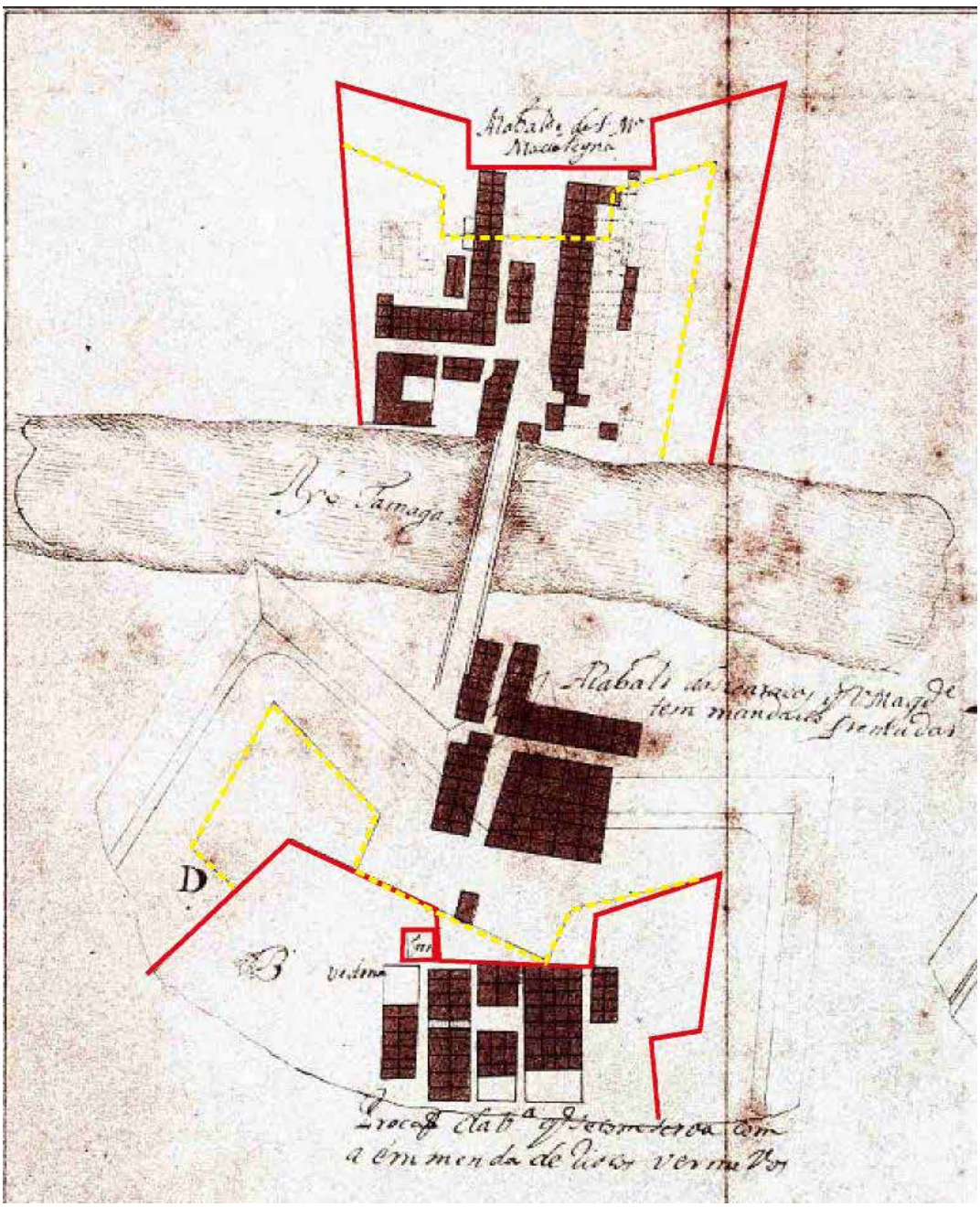
da junta dos três estados, e bem assim uns apontamentos e duas plantas da fortificação a que se refere". O texto do referido decreto transcrito por Chaby é o seguinte: "*Vendose no Conselho de guerra a Consulta incluza da Junta dos três estados, sobre huma proposta do enginheiro António Rodrigues Ribeiro acerca de huma emmenda da forteficação da praça de Chaves. Se me Consulte Com Seu parecer. Lisboa 20 de Abril de 1700. – Com a rubrica de sua magestade.*"

A parte desta documentação (a Planta e os Apontamentos de Obra de Miguel de Lescole datados de 1673) fizemos já referência e análise. A Consulta, também anexa ao antecedente decreto está datada de Lisboa, 25 de Fevereiro de 1700. Nela, António Rodrigues Ribeiro, que servia como engenheiro na Província de Trás-os-Montes desde 1695, discorda do projecto que Miguel de Lescole deixara para a Praça de Guerra de Chaves relativamente à construção do hornaveque da Madalena bem como em relação a duas outras opções daquele mesmo projecto que diziam respeito ao desenho dos dois baluartes e cortinas orientados ao rio Tâmega e às respectivas obras exteriores, ambas estas questões implicadas com a primeira. A observação e análise prévia do documento gráfico que acompanha aquela consulta e decreto do Conselho da Guerra permitirão seguir o texto que transcrevemos a seguir (sublinhados, conversão das medidas em palmos (1 palmo = 0,22 m) e comentários nossos).



Transcrição da legenda: "*A Planta A mostra a forma da do Mestre de Campo Miguel de Lascol em que se acham os ramais do Hornaveque à distancia de 1004 pés dos baluartes opostos até o estremo último da campanha em que se forma a primeira dúvida.*
"*A figura B mostra a emenda com riscos vermelhos por dentro da de pintinhos da mesma cor e junta a planta das casas como hoje estão assim neste arrabalde como no das couraças e portas da vila para que melhor se veja o fundamento com que se fala no papel junto.*
"*A figura C mostra a forma em que poderia ficar esta obra com a nova forma mais barata e melhor defendida e também mais vistosa livrando todas as caras da vila e vedoria e comunicando-se os baluartes de S. António e ---- e talvez --- como os bons calculadores podem examinar por haver muita pedra na torre e mais muralha que se hade desfazer.*
"António Roiz Ribeiro"

António Rodrigues Ribeiro propõe um novo plano, quer para o hornaveque da Madalena quer para os dois baluartes e cortina da Praça fronteiros ao Arrabalde das Couraças e ao rio Tâmega (a pontilhado amarelo), contrariando o plano original delineado por Miguel de Lescole (a cheio vermelho). A polémica opunha os dois engenheiros que aparentemente dirigiam no terreno a execução da obra: António Rodrigues Ribeiro, nomeado recentemente para Trás-os-Montes como *ajudante de engenheiro*, e Sebastião de Sousa de Vasconcellos, disciplo de Miguel de Lescole e seu antigo colaborador no Minho e em Trás-os-Montes. Venceria por fim a posição do segundo o qual seria nomeado em 1703 sargento-mor das fortificações de Província de Trás-os-Montes.



"*Senhor – **António Rodriguez Ribeiro** imginheiro da Prouincia de Trasos montes, fes prezente nesta Junta por hum papel, que Vossa magestade fora seruido por Alvará de seis de Janeiro do anno de mil seis centos e nouenta e sinco mandallo pera a dita província a assistir ás forteficações della, com declaração que offerecendoselhe alguma duuida, assim nos dezenhos, que já estivessem desenhados, como nos que denovo se fosem dezenhando, lho fizese á Vossa Magestade prezente pella Junta dos trez estados, pera se mandar a **Jeronymo Velho de Azevedo** a descedilla; em cujos termos se lhe offeresia o seguinte. Que na execuçam do dezenho de huma Planta que dizem deixara naquella Praça o Mestre de campo Miguel de Lascol do **Hornaueque, que hade cobrir o Arrabalde de S. Maria Madalena** aclara a distansia de seus **ramais** de mil e quatro pés* [= 329,814 m]*; e porque se não permitia em similbantez Forteficações mais compridos ramais, que ate nouecentos pés* [=295,65 m] *por ser o tiro Vehemente do Mosquete, e ainda em cazo de necessidade, como neste não haja mais que a de se atender ás **cazas** que cortão as Linhaz Vermelhaz no dito Arrabalde, que valerão pouco mais de mil Cruzados por serem humildez, e agumas de uma Singela Taipa, e por ellaz se admitirem tres erros. O primeiro da má defensa. O segundo do mais custo – e o terceiro de se inventar a este respeito huma sem forma de **estrada emcuberta** diante do Lado da Praça principal o posto com tanto custo, como se colhe dos apontamentos que o dito A. deixou com a tal Planta o anno de mil seis centos cetenta e três em doze de Setembro, de que lhe parecia se tomara rezam no Conselho de guerra, e que da mesma Sorte inventa **hum romendo na cortina do dito Lado pera serem comonicados seus Baluartez**, dizendo se faça no alto della huá Cachorrada de Cantaria pera por sima della se Leuabtar hum Perapeito de hum palmo de grosso, ficando pella parte de dentro do Parapeito hum corredor pera passar a gente; e que na refferida forma quer o **Cappitám Sebaztiám de Souza, e Vasconcellos** executar a dita Planta sem atender aos inconvenientez que abaxo porpoem soo por ser elleição do dito Mestre de Campo; mas que como Vossa Magestade lhe ordenara pello dito Alvará que dese conta do em que tiuese duuida, dizia em quanto á primeira.*

*"Que se há de condenar huma Forteficação por Cete, ou outo **Cazas** de tam pouco Valor, que será melhor premudallas pera os Lugares sinalados com pontinhos Vermelhos nos uazios junto aos ramais, ou meyos Baluartes, o que se poderia fazer com ametade do custo das ditaz cazas, e que se aproveitão não sóo cete, ou outo mil Cruzados, que de mais há de custar, sendo desta ou daquella grandeza; como também se aproueitauão as terraz que a dita distansia ou excesso de mais de nouecentos peés* [=295,65 m] *que ualem mais do que as Cazas por serem as melhores desta Veiga, admetindose por esta cauza o precepicio, junto com a perda da fazenda de Vossa Magestade, e dos donos das fazendaz; e que isto em quanto a distansia dos ramaes, e que em **quanto á Largueza do Lado do Puligno exterior**, se conforme a doutrina da Forteficação, bastauão duzentos peés* [=65,7 m] *de Lado exterior, pera que erão necessários seis centos e des* [=200,385 m] que lhe dá o Mestre de Campo, ou seis centos, e sincoenta [=213,525], *que lhe dá o **Cappitam Sebastião de Souza,** quando bastão quatro centos, e sincoenta* [=147,825 m] *pera cobrir o Arrabalde,*

e ficar terreno bastante pera o terrapleno da dita obra, e se poder recuperar assim o demaziado gasto, com as terraz, que da dita parte se podião aproueitar como mostraua a sua emenda na mesma ***Planta – B*** *– em que se uê a Planta das casas na forma que hoje estão.*

"Que em quanto á segunda de que se faça huma ***estrada emcuberta na frente dos dous Baluartes de S. António, e do spiritu Santo*** *com doze, ou quinze palmos* [=2,64 ou 3,3 m] *de alto com tantas banquetas que bastem pera se lhe Subir assim; responde que allem do demaziado gasto, não pode ser Varrida ou defendida a dita obra pella frente de nenhuma parte da Praça principal, sem huma* ***explanada*** *de consideraueI custo, e que o* ***Rio*** *lhe faria muito damno nas occaziões de Cheyas, e por tanto contra as máximas da boa Forteficação, e que se parecese aparente a rezão que dá o dito Mestre de campo, de que da dita forma de estrada cuberta se uadeya melhor o Rio, lhe parece que tiuera Lugar, quando o Rio por ali não fora tam plano como he, e o Citio; e que allem de se poupar os dous terços de seu custo ficaria mais bem defendido, na forma que mostraua a mesma* ***Planta - B*** *– em os riscos Vermelhos no Arrabalde das Couraçaz, com o que senão deuia entender, que a tal estrada cuberta sirua mais que para deffender a muita distancia dos ditos ramais, que se poderia admetir, em cazo que estiuessem feitos por erro.*

"que o terceiro ponto ou penssamento de que se faça ***hua Cachorrada pelo alto da cortina****, he infalliuelmente errado, porque allem de seu muito custo, era força arruinaremse* ***as cazas que estão sobre ella*** *ao meter da cachorrada, e que nem por isso os Baluartez ficarão bem comunicados, e que pello mesmo custo, e com melhor acerto se podia fazer a dita Comunicação, na forma que offerecião os riscos Vermelhos, que já em outra occazião comunicara com o Lente* ***Francisco Pimentel****, dando por meyo da dita emenda Lugar a ser Forteficação o ango do ramal que faz o Baluarte de S. António com o Forte de nossa Senhora do Rozario, também com demaziada distansia; que o dito Mestre de Campo Forteficaua com hum* ***reuelim****, e huma Conserua, e dobrado custo, ficando mais com uista bruta, que de Forteficação, e que* ***na forma que offerecia a sua emmenda****, não soo ficara a Forteficação perfeita, mas maiz accomodada, ficando também Liures as Cazas, e Védoria que condena a Planta de Miguel de Lascol, e de* ***Sebaztião de Souza****, eque só se poderá arguir, que adefensa do ramal ezquerdo do Hornaueque fica oblica do Baluarte de S. António, mas que esta objeção não he de grande momento, e que mais agigantado lhe parece o de se gastarem dês, ou doze mil cruzados de maiz, a maiz allem de ficar a Forteficação mal defendida, e pouco uistosa.*

A decisão da Contadoria Geral foi no sentido de se tomar parecer sobre aquelas três questões do projecto de Miguel de Lescole (1 – *Hornaueque, que hade cobrir o Arrabalde de S. Maria Madalena*; 2 - *estrada emcuberta na frente dos dous Baluartes de S. António, e do spiritu Santo*; 3 - *hua Cachorrada pelo alto da cortina*) com o experiente engenheiro Jerónimo Velho de Azevedo, Engenheiro Mor da Província Militar da Beira:

"A ***Contadoria geral*** *respondeo que a proposta refferida Se deuia remeter ao* ***Imginheiro Jerónimo Velho de Azevedo que assiste na Província da Beira****, pera*

que uendo as duuidasque nella se offerecem sobre a Forteficação da Praça de Chauez interpuzesse seu parecer; e porque Vendo se o Citio se podia tomar melhor rezuluçam, se lhe deuia ordenar ***que fose á dita Praça, e que com assistensia dos Imginheiros que nella assistem*** *se asentase o que parecese mais conveniente por ser este negocio de tanta consideração e consequências, e do que rezultase da delligensia dése parte nesta Junta.*

"Mandouse passar ordem ao dito ***Jerenimo Velho de Azeuedo****, e com ella se lhe remeteo o papel de António Rodriguez Ribeiro, na forma que apontou a Contadoria geral, com declaraçam que não se executaria cousa alguma do que se asentase, sem primeiro dar parte nesta Junta pera se fazer prezente a Vossa magestade.*

Segue-se a resposta do engenheiro Jerónimo Velho de Azevedo à consulta da Junta dos Três Estados, começando por concordar com a proposta de António Rodrigues relativamente à questão da *cachorrada* e da comunicação entre os baluartes, mas, acerca da questão da dimensão do hornaveque da Madalena aponta argumentos a favor do projecto original de Migueel de Lescole:

*"Satisfez o dito Imginheiro Jerónimo Velho de Azevedo, dizendo, que em huma proposta (****que estando em Chavez****:) por ordem de Vossa Magestade fizera, refferia, que o* ***meyo Baluarte signalado com a Letra A****. na Planta de António Rodriguez, deuia ser emendado na forma que entam apontaua, por quanto toda a quartina* [=cortina] *que continua até hum forte aonde pega estaua sem defensa nenhuma, e que agora uendo a emenda que o dito António Rodriguez aponta a acha muito bem feita, e de muita conveniensia, porque com ella* ***dá deffensa à Cortina, e fica comunicada a Praça****, o que em outra forma não tem, porque querella comunicar por meyo da Cachorrada que dizia Miguel de Lazcol, era absurdo, e o custo da obra não he demaziado, e ainda que o fora, sendo tão necessário não se argumenta com o custo.*

"Que dezia mais á Vossa Magestade ***na proposta, que então fizera****, que aonde pega a Cortina do meyo Baluarte no forte era necessário fazer* ***huma praça baixa*** *porque ainda fica o trauez signalado com a Letra – D – sem deffensa, porque o forte que lhe fica seruindo de trauez opposto, fica tam alto, que o não pode defender nem a Cortina, e que agora repetia a Vossa Magestade a mesma advertensia.*

"Que em quanto ao que António Rodriguez aponta sobre o ***Hornaueque, que cobre o Arrabalde da Madalena****; diz que naquelle Citio está* ***huma fonte, que he a principal da Praça****, porque supposto nella haja o Rio Tâmega, não he augoa capaz de beber, e o ser o Hornaueque comprido era pera ficar senhoreando delle a fonte pera que, o Inimigo a não impeça, mas que se o corte que elle lhe dá ficar ainda deffendendo a Fonte bem se pode admitir, o que de outra forma não convem, porque ainda que não fiquem os ramais a 900 pés* [=295,65 m]*; comtudo se lhe podem deffender os fossos com parapeitos que se façam entre o Rio, e a Praça descubertos dos Baluartes oppostos, o que tudo ficando o Hornaueque deffendendo a fonte com o Corte que lhe dá António Rodriguez se escuza, mas senão não he de parecer que se corte, ainda que lhe parece não fica a fonte tam Longe, que se haja mister o excesso dos Ramais* ***que quer fazer Sebastiam de Souza****; e que sendo Vossa Magestade seruido, que* ***pella primauera,***

> ***(que lhe parece será quando se achará capaz de fazer jornada) vá á dita Praça, ou vá logo seu filho, que bem se podia fiar delle*** *este p.ar com ordem de Vossa Magestade se fasia logo, mas que era necessário que também fosse ordem ao general pera que os deixe hir.*

Na impossibilidade de se deslocar a Chaves, tendo em conta a sua avançada idade, Jerónimo Velho de Azevedo propunha que seu filho o substituísse nessa deslocação ou então se aguardarsse pela Primavera, altura em que pensava já estar capaz de realizar aquela jornada. Entretanto, para que a demora não fosse tão grande, deveriam ser consultados o Sargento Mor Francisco Pimentel, Lente da Aula de Fortificação, bem como o engenheiro Sebastião de Sousa:

> *"Sobre esta informação de* ***Jerónimo Velho de Azeuedo*** *dis a* ***Contadoria****, que elle a fés sobre o papel do* ***Ajudante Imginheiro António Rodriguez Ribeiro*** *pellas notícias que tem do que uio na Praça de Chavez por se achar mal disposto pera hir pessoallmente fazer a delligensia que se lhe encarregaua, e dizer que pera a primauera poderia estar capaz, e que como se metia muito tempo, e por se não dillatar maiz, lhe parecia que se deuia ouuir o* ***Sargento mor Francisco Pimentel*** *pera que vendo os ditos papeis apure os particularez de que trata a Proposta do Imginheiro António Rodriguez, e que como o que aponta Jeronimo uelho declare o que se deue seguir neste p.ar, ou se se necessita de mais noticias, e de* ***ser ouuido o imginheiro Sebastião de Souza****, pera se tomar a rezulução conveniente, ou se he precizo que Jerónimo Velho uá pessoalmente fazer a delligensia que se lhe tinha encarregado, pella pomnderação que pede este negocio a se deliberar com acerto, e se não seguir algum prejuízo, tanto a Forteficaçam como a despeza.*

Segue-se o parecer de Francisco Pimentel que corrobora o parecer de Jerónimo Velho de Azevedo:

> *"Ordenou a* ***Junta****; que o* ***Lente da Aula Francisco Pimentel****, vendo os ditos papeis informase com sue parecer como a Contadoria geral apontaua.*
>
> *"Satisfes o dito* ***Lente Francisco Pimentel****, dizendo, que a proposta do Imgenheiro António Rodriguez Ribeiro tem duas partes, huma he que os* ***ramis do Hornaueque, que serca o Arrabalde da Madalena****, os quais O mestre de Campo Miguel de lascolle estende na Planta atee distansia de cem peês* [=32,85 m] *contados da raiz da muralha dos Baluartes da Praça, se deuem emcurtar a que fiquem somente na distansia de 900 peis* [=295,65 m] *por ser esta a distansia regulada pello mayor alcanse do tiro de Mosquete dentro do qual por máxima moderna todas a partez defendidas na Forteficaçao deuem distar das defendentes; porem que esta razão não esqueseo áo Mestre de Campo Miguel de Lescolle, porque pera defender os ditos Ramais mandou leuantar diante dos Baluartez do Spiritu Santo, e Santo António* ***hum Perapeito de estrada emcuberta de 10 ou 12 palmos*** **[=2,2 a 2,64 m]** ***de alto com duas banquetaz pera do dito Perapeito defender melhor o Rio, e defender os ditos Ramais do Hornaueque****, e que he também opinião de muito bons Imginheiros, que a defensa das obras exteriores se pode contar da estradaemcuberta do Corpo da*

Praça, a qual opinião seguio neste cazo o dito Mestre de Campo, ***que o motiuo que teria para a seguir; não sabia elle, mas que poderia ser nam querer destruir as Cazas do Arrabalde (no que Antonio Rodriguez agora não repara), e que podia também ser o quererse auançar mais a Campanha para melhor senhorear a Fonte, de que bebe o Povo que fica daquella parte,*** *pello que nesta não tem rezão António Rodriguez Ribeiro, e que muito menos a tem, em querer também* ***estreitar o Lado exterior do dito Hornaueque****, sem mais rezão que dizer que custa mais barato mas não ficaria também porque ficarão os Corpos menos valentez e que se não hade atender tanto ao barato, senão ao bom.*

"Que a outra parte da proposta he ***huma emenda no meyo Baluarte de Santo António****, o qual quer António Rodriguez sahir mais fora, e que pera se declarar a rezão. que pera isto há, era necessário primeiro dizer, que* ***os Baluartes de Santo Spiritu, e de Santo António estão atacados aos muros velhos da Villa, e a porta he a mesma antiga por dentro de huma Torre dos mesmos muros antigos****, como declarau o Mestre de Campo Miguel de Lescolle nos apontamentos, e Planta que aprezentaua Original do mesmo Mestre de Campo, que Vossa magetade lhe deue mandar restituir,* ***o que se fizera no tempo da guerra por poupar o gasto*** *de duas Cotinaz – a saber a Cortina X – entre os Baluartes de Santo Spirito, e o de Santo António e a Cortina e entre o Baluarte de Santo Spirito e o Baluarte do Castello: mas que como as ditas Cortinaz, ou muros uelhos X – e mais V –* ***estejão edificadas muitas Cazas, e entre ella as Cazas da Vedoria, não há comunicaçãe entre estes Baluartes****.*

*"****Que todos os Imginheiros que forão aquella Praça modernamente uirão*** *que isto necessitaua de algum remédio pera a dita* ***comunicação****, e que o Mestre de Campo Miguel de Lescolle uira o mesmo; e que o remedio que lhe deu, foi que nos ditos muros X – e mais V – se fizesse* ***huma Cachorrada*** *de três fiadas de pedra de Cantaria, que assim (dis elle palauras formaiz) poderão resaltear outros quatro palmos e meyo* [=0,99 m] *de largo, e sobre ella farão hum propianho de Cantaria delgada de três palmos* [=0,66 m] *de alto pera seruir de resguardo e dis mais que os Parapeitos das ditas duas Cortinaz serão de Taipa de quatro palmos e meyo de grosso, e de outo palmos* [=1,76 m] *de alto pella parte de fora, e noue* [=1,98 m] *pella parte de dentro comhuma banqueta &, o que tudo se uia dos apontamentos da Letra e sinal do mesmo Mestre de Campo.*

"Porem que este ***remédio para Comunicação dos ditos Baluartes****, dizia o* ***Tenente general Jerónimo Velho de Azevedo*** *na informação que deu neste parecer que he absurdo; que elle* ***Francisco Pimentel*** *soo se atreueria a dizer que a dita Cachorrada se lhe asemelha com as Forteficações do tempo das pedradaz e que o Perapeito de Taipa de quatro palmos e meyo de grosso, mostra bem a estreitura das ditas Cortinaz.*

"Que não se contentando nenhum dos Imginheiros, que despois de Miguel de Lescolle foram aquella Praça de Chauez do remédio da Cachorrada que o dito Mestre de Campo deo pera a comunicação dos ditos Baluartez, cuidarão em outros remédios, e que por ***Manoel Pinto Villa Lobos****, e* ***Sebastião de Souza e Vasconcellos*** *the forão comunicados vários pensamentos; Que o melhor que delles lhe pareceo, foi o que agora*

propunha António Rodriguez Ribeiro, o qual aprouaua Jerónimo Velho de Azeuedo na sua informação, por que de mais de ficarem os Baluartes comunicados, e com Largueza pera terem Perapeitos capazes se acrescenta no Baluarte de Santo António hum Flanco da parte que olha para o Forte, ou citadella, porque daquella parte tem aquelle Ramal muito pouca defensa, sem embargo, de que já se lhe acrescentou a praça baixa N – que Miguel de Lescolle mostrava na sua Planta, e também nos apontamentos, que he a mesma em que também fala Jerónimo Velho E que o custo da obra do dito Baluarte que se acrescenta, dizia Jerónimo Velho, que não era demaziado, e que ainda que o fora, sendo tão necessário, se não deuia argumentar com o custo, e a rezão de não custar muito, era porque aquelle Baluarte de Santo António he reuestido de pedra, e barro, e está já em parte arruinado, e como se hade reuestir com pouco custo mais se fará de nouo Sahindo mais fora, e sendo assim também fica emmendada a distancia dos Ramais do Hornaueque.

Francisco Pimentel acrescenta ainda que sobre esta questão da comunicação dos dois baluartes, a proposta apresentada agora por António Rodrigues Ribeiro já antes havia sido comunicada ao Conselho da Guerra em 1696 por aquele engenheiro em conjunto com Sebastião de Sousa e Vasconcelos:

"E que esta mesma emmenda já pello mesmo António Rodriguez Ribeiro, e Sebastiam de Souza, e vasconcellos fora proposta à Vossa Magestade no ano de seis centos e nouenta e seis pello Conselho de guerra, pello qual por carta de vinte e quatro de Novembro do dito anno de Seiscentos e nouenta e seis escrita ao general da artelharia Sebastiam da Veiga Cabral se ordenou que se continuase a Plantado Mestre de Campo Miguel de Lescole, e que se o dito António Rodriguez Ribeiro tinha mais alguma couza sobre esta matéria que reprezentar a Vossa Magestade o deuia fazer por o dito Conselho.

"Que acerca das declarações, que apontaua a Contadoria – Dezia que a obra do Hornaueque da Madalena em que de prezente se trabalha, não tem duuida, nem inconveniente a se continuar, e que em quanto se continua haverá tempo bastante, pera que o Conselho de guerra se torne a informar dos motiuos, e necessidade que há pera se buscar outro remédio pera se comunicarem os Baluartez sem se por meyo da Cachorrada, que inventou Miguel de Lescolle, que ou este remédio seja o da emmenda do Baluarte de Santo António, ou outro qualquer que parecer melhor ao dito Conselho de guerra, no qual Vossa Magestade deue mandar uer esta matéria.

"Pareceo á Junta que Vossa Magestade deue Ser Seruido mandar uer esta matéria no Conselho de guerra aonde pertence em Lisboa 25 de Feuereiro de 1700 – Seguem-se quatro assignaturas dos membros da junta dos tres estados."

Manuel Pinto de Vilalobos, que vemos em actuação até 1734, não parece demasiado envolvido nestas polémicas, muito embora continuasse a ter o maior ascendente sobre toda a actividade de fortificação na província do Minho, "com incursões esporádicas em Trás-os-Montes e Beira" (SOROMENHO 1991, 35) quer directamente, quer por intermédio dos seus discípulos da Aula de Fortificação de Viana. O seu nome surge porém mencionado na consulta da Junta dos Três Estados de 1700, como vimos *supra*,

tendo sido um dos engenheiros que Francisco Pimentel refere como tendo sido em tempo solicitado a pronunciar sobre a questão da planta dos dois baluartes e cortina do Arrabalde das Couraças. Nesta época, a actividade de Manuel Pinto Vilalobos parece mais directamente relacionada com as praças do Minho do que com as de Trás-os-Montes, província militar em que o principal engenheiro parece ser então Sebastião de Sousa e Vasconcelos. Como escreve Miguel Soromenho, "(…) em 1715, o corpo de engenheiros colocado sob as ordens de Manuel Pinto Vilalobos contava com oito elementos, nos quais se incluíam um capitão, seu filho Manuel Pinto Vilalobos Sanches, três ajudantes e os quatro discípulos da aula, situação quantitativa muito cómoda quando comparada com aquela que acompanhou a carreira de Miguel de Lescole, e que só pode ter resultado do sucesso da Aula de Fortificação de Viana do Castelo" (SOROMENHO 1991, 33). Porém, não se identificam referências à actividade destes ou de outros novos nomes de engenheiros no estaleiro da fortificação de Chaves presumindo-se que a obra se concluiria ainda na primeira década do século XVIII sob a direcção dos engenheiros anteriormente envolvidos mas com o afastamento de António Rodrigues Ribeiro, não tendo vingado as suas teses[7].

Na verdade, na série dos Decretos do Conselho da Guerra, regista-se uma resolução relativa ao abastecimento de água da praça da qual parece depreender-se estar a obra de fortificação de Chaves em grande medida concluída em 1706 (CHABY, 1889, III, 405, *Synopse* nº 48 relativa a ANTT, CG, Decretos, Maço nº 65, Decreto de 13 de Julho de 1706): "*Veja se no Conselho de guerra a copia incluza do capitulo da carta do Auditor geral de Trás os Montes, sobre se conduzir agoa á Praça de Chaves, e os meyos que aponta para a despeza, e se consulte o que parecer. Alcântara 13 de Julho de 1706. – Com a rubrica de sua magestade.- Ao Conselho de guerra.*" Da cópia da carta a que se alude no antecedente decreto faz parte o seguinte trecho:

"*Copia de hum cap.º da Carta do Auditor geral da Prouincia de Trás os montes de 28 de Junho de 1706 escrita ao Secretrº Dº m.ea Corte real.*

Agora he preciso acudir a meter agoa na Praça, já que tantos mil Cruzados se gastarão aqui, como Deos foy seruido, deixando os fossos entupidos, e huma Praça sem agoa, nem atafonas, sendo estas tão essenciaes; entanto que das ruins agoas, que se bebem de huma fonte do campo fora da Praça, se auerigua nacem as doenças, que nestes três mezes de Julho, Agosto e Setembro há, que he rara a pessoa, que não adoece: este damno, e conueniencia para a Praça, quanto a se meter agoa na Praça, determino euitar, fazendo vir a esta Praça a fonte de hum Lugarito, que dista hum quarto de Legoa, a que chamão cazas do monte, juntando-a com humas Lagoas, a que acho sinaes quazi á superfície de agoa bastante, e me dizem os enginheiros a farão vir dentro á Praça com custo de três athe quatro mil cruzados. Para esta obra, e despeza não careço mais, que darme S. Magestade Licença para com parecer do Governador pôr mãos á obra, e não appelar algumas sentenças de pena pecuniária…" (CHABY, 1889, III, 413-414). A questão do abastecimento de água à vila permanecerá como uma questão não inteiramente resolvida ao longo de todo aquele século registando novos avultados investimentos nos inícios do século XIX, com recurso às mesmas captações do lugar das Casas dos Montes (BORRALHEIRO 1997, 187 e 205), até à opção por novas e mais abundantes mas também mais distantes captações num processo reaberto em meados daquele século (FERNANDES 2005, 148).

7 Agastado pela polémica, António Rodrigues Ribeiro, parece ter-se afastado de Trás-os-Montes fazendo carreira no Brasil uma vez que, como colhemos em Gina Veiga Pinheiro Marocci, AS AULAS DE ENGENHARIA MILITAR. A CONSTRUÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE NO BRASIL. (http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo02/Gina%20Veiga%20Pinheiro%20Marocci%20-%20Texto.pdf): "A Aula Militar da Bahia iniciou-se de maneira informal a partir de 1699, mas já em 1700, por Ordem Régia, o militar Antônio Roiz Ribeiro se apresentou para ministrar aulas na Bahia."

Transformações urbanas e no edificado como consequência da obra de fortificação

Nas duas *Memórias* de 1721, a de Pedro da Fontoura Carneiro e a de Tomé de Távora e Abreu (transcritas in MACHADO 1989), colhem-se descrições um tanto contraditórias em relação ao esforço de fortificação empreendido nas décadas anteriores. O primeiro, escreve que a vila de Chaves "*achase hoje regularmente fortificada, guarnecida de hum grande e sumptuoso castello, e dous fortes fazendo frente a Monte Rey, o do Rozario misto com a mesma Villa, e na distancia deste tiro de peça o de S. Noutel,* (…). *He Praça de Armas a melhor e mais importante da província de Trás os Montes sendo a Corte militar, e Cabeça della, aonde assistem os Generaes, Governador, Vedoria, Auditor Geral, guarnecida com mayor numero do partido sendo os cabos e soldados tão experimentados na melicia quão valerosos no animo adianttandose sempre nas occasioens tanto quanto bem sucedidos nelas.*" Já Tomé de Távora e Abreu salienta que "…*he digno de reparo que nenhua destas obras esteja finalizada por que os generaes não mandão acabar obra que outro tenha comessada e muitos não olhão para as fortificassoens sendo cousa tam importante, por cuja rezão nenhua das fortalezas referidas, está acabada.*"

De qualquer forma, o impacto urbano da construção das novas fortificações deve ter sido imenso e desse facto faz eco o mesmo Tomé de Távora: "*Ouvy dizer a pessoas velhas e dignas de credito que os jardins, alamedas, ortas, pumares e vinhagos junto a esta Villa forão tam selebres que competião com os melhores do Reyno; mas, com a forteficação moderna, sentirão taes estragos que se não ve hoje mais que para testemunhar do que forão os sítios que existirão*". (transcrito in MACHADO 1989, 25-26).

Na verdade, a vila de Chaves, face à comparação entre o nº de fogos ou vizinhos que lhe são apontados no *Numeramento* de 1530 – 385 fogos - e na *Corographia* do Pe. Carvalho da Costa (a. 1706) – 400 vizinhos -, parece ter estagnado no que ao crescimento populacional e urbano diz respeito ao longo dos séculos XVI e XVII. Bem pelo contrário, a primeira metade do século XVIII parece exibir uma tendência de crescimento expressa pelos números apresentados nas *Notícias…* de Tomé de Távora relativas a 1721 – "*Compoemce a Povoação de 600 vezinhos entre nobreza e plebe*" – no do *Arrolamento* de 1732 – 500 vizinhos – e nas *Memorias Parochiaes* de 1758 – "*Tudo junto, vem a parochia a constituir-se de 858 fogos e 3418 pessoas de sacramento*".

A este crescimento deverá ter correspondido uma concomitando actividade construtiva do tecido urbano e do edificado que, para mais, aproveitaria a presença dos engenheiros militares responsáveis pelo estaleiro da obra de fortificação. Miguel SOROMENHO que estuda a obra de Manuel Pinto de Vilalobos na província do Minho precisamente nesta época e contexto de reconversão urbana em Praças de Guerra, chama a atenção para o papel desempenhado pela obra de projecto destes engenheiros militares sobre o edificado civil (1991, 112): "A conversão das cidades e vilas do noroeste em importantes pontos fortificados e a sobrevalorização das suas funções defensivas fez nascer importantes núcleos de edifícios de apoio, implicando até uma redifinição de tipologias construtivas de mais fácil adaptação a novas funções. De maneiras diversas foram objectos que marcaram a envolvente urbana, impondo-se como modelos icónicos, individualizando-se pelas suas dimensões ou apenas porque uma vez desactivados sofriam uma redistribuição funcional, intervindo por isso na própria organização espacial dos núcleos urbanos."

O edifício do Hospital Real "*para os Mellitares*" (*Notícias*…, Tomé de Távora), localizado no Arrabalde da Madalena, junto do desaparecido Postigo de S. Roque, exibia no portal a data de 1674, em justa correspondência com as respectivas características tipológicas, o que faz dele o mais antigo edifício sobrevivente destas intervenções no edificado do grupo de engenheiros militares em actividade na praça de guerra de Chaves entre 1663 e 1706, datas que, como vimos, parecem balizar o principal da obra de fortificação.

Também localizado no arrabalde da Madalena, com fachada orientada ao eixo principal deste (actual R. Cândido Reis), foi erguido nesta época o já desaparecido Quartel do Corpo da Guarda, também conhecido por *Casa dos Arcos* ou *Quartel de S. José*. Na planta daquele arrabalde com implantação das áreas edificadas elaborada por António Rodrigues Ribeiro datada de 1700 (ver *supra*) este local ainda se encontrava devoluto pelo que a construção daquele edifício deverá datar de momento pouco posterior. Demolido em 1957, hoje apenas pode ser descrito e analisado através dos registos fotográficos que dele ficaram.

Os também já desaparecidos quartéis da cavalaria e do trem de artilharia localizados no Bairro Alto, outra das áreas de forte concentração e intervenção militar, não exibiam na sua feição mais recente, registada em fotografias, características tipológicas próximas dos anteriormente referidos ainda que, com toda a probabilidade, tivessem sido erguidos em datas não muito distantes. Marcaram também eles fortemente, nas suas largas dimensões, o urbanismo e a arquitectura de Chaves. Fruto de uma utilização militar que se prolongou no tempo, terão sido sujeitos a uma mais intensa reconstrução, transformação e adaptação a novas necessidades e funções não sendo representativos das características tipológicas da arquitectura militar do momento inicial da praça de guerra.

Quartel de Cavalaria 6 (final século XIX/inícios séulo XX).

Quartel do Trem de Artilharia no Bairro Alto (1960). Fonte: DSIS, DGEMN

Um pouco mais tardia, a construção do Quartel do Corpo da Guarda Principal em 1739, adossado à face NE. do antigo castelo medieval, exibindo uma linguagem renovada em relação às edificações anteriores, marcaria a transformação e requalificação do terreiro diante do castelo, local do mercado e da feira (*Toural*)[8], no centro da praça de guerra, a Praça de Armas Principal. Foi seu promotor o General Francisco da Veiga Cabral, Governador das Armas da Província de Trás-os-Montes, o qual viria a falecer em 1741, sendo sepultado na igreja do Convento de São Francisco[9].

8 É designada por Toural das Olas (1758, Planta de José Lopes Baptista inserto nas *memorias parochiaes*) ou apenas Toural (1721, *Notícias…* de Tomé de Távora e Abreu). Ainda em 26 de Março de 1861 a Câmara delibera que "a feira dos queijos que até agora se fazia na Praça desta Vila, fosse transferida para o Largo do Arrabalde" (AIRES 1994, 19).

9 No ano anterior, 1738, tinha o cargo de engenheiro da Província Militar de Trás-os-Montes Rodrigo de Sande de Vasconcelos, sendo o responsável pela obra de adorno com cantarias decoradas dos padrões da ponte sobre o Tâmega (ver adiante). É possível que o projecto do edifício do Quartel da Guarda Principal tivesse sido da sua autoria.

Quartel do Corpo da Guarda Principal antes da sua adaptação para receber as instalações do Regimento de Infantaria 19 nos inícios do século XX. Fonte: Blog Chaves Antiga.

Importaria esclarecer com maior pormenor qual a influência que uma concepção arquitectónica utilitária característica dos engenheiros militares, valorizando acima de tudo a funcionalidade e os orçamentos limitados, "… empobrecida a nível formal pela tipificação de soluções arquitectónicas…" (cf. SOROMENHO 1991, 114), poderá ter exercido sobre a arquitectura civil e religiosa de Chaves na 2ª metade do século XVII e inícios do século seguinte.

Durante a 1ª metade do século XVII, o maior estaleiro de obra em actividade na vila de Chaves, ou melhor dito, naquela altura, na envolvente próxima da vila, foi o do Convento de S. Francisco no Alto da Pedisqueira cuja construção se desenvolveu entre 1632 e 1654 (MACHADO 1994, 143). Posteriormente, observa-se nas décadas de 1680 e 1690, em pleno auge da obra de fortificação, uma concentração de estaleiros no que à arquitectura religiosa diz respeito. Já em 1672 havia sido erguida a Capela do Senhor do Calvário no alto do mesmo nome na periferia da vila, por voto do Capitão Gaspar Vaz Teixeira. No ano de 1681 regista-se a construção da desaparecida Capela da Santíssima Trindade por Mateus Teixeira de Morais e a reedificação da antiga Capela de Santa Catatrina na actual implantação ao Anjo, transferida de junto do castelo, ao *Toural*, por iniciativa do Sargento Maior da Batalha, Gregorio de Castro Morais, governador militar da Província, por interferir com a estrutura defensiva da Praça de Chaves em construção. Precisamente no *Toural*, mas do lado oposto ao castelo, foi fundada em 1696 a Capela de Nossa Senhora do Loreto, ou *da Santa Cabeça* como é popularmente conhecida, pelo Abade de Monforte João de Prada, "*junto das casas de seu irmão António de Prada*" (*Notícias…*, Tomé de Távora).

Mas o maior estaleiro de obra nestas décadas finais do século XVII constituiu-o o Convento das Freiras cujo lançamento da primeira pedra do edificio teria ocorrido em Janeiro de 1685 (*Notícias…*, Tomé de Távora). Em Outubro de 1691 estava já em condições de receber as primeiras religiosas mas as obras continuariam ainda durante alguns anos obtendo a desejada licença apostólica apenas em 1716. O mesmo Tomé de Távora escreve nas suas *Notícias…*, em 1722, que "*o Arcebispo de Braga D. Rodrigo de Moura Telles tem aumentado tanto esta caza que está de tudo acabada e muy perfeita; de modo que não há no Reyno muitos Conventos que o excedão e há muy poucos que o iguallem. Este prellado segundo o que consta pella receita e despeza tem gasto nas obras delle mais de vinte e sinco mil cruzados; exceto dois contos de reis que o Conde de Alvor adquerio com o seu piedoso zello, de esmollas para as mesmas obras.*"

Capela de Santa Catarina (1681)

Capela de Nossa Senhora do Loreto, ou *da Santa Cabeça* **(1696)**

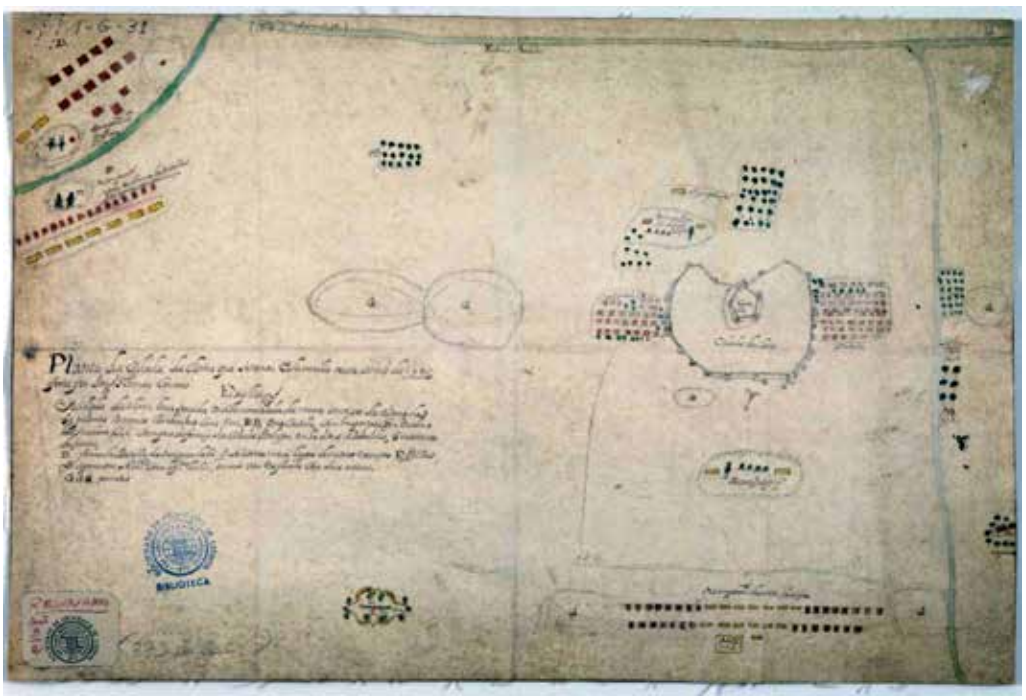
Convento das Freiras (1685 – 1691 e 1716 – a. 1722)

Mais tardia, a *Capela Real* ou Igreja de S. João de Deus, teria sido mandada construir por favor régio de D. João V e da Rainha D. Maria Ana de Áustria por 1720 ou 1721 (AIRES 1990, 131; MACHADO 1994, 191) junto do Hospital Real à Porta de S. Roque no arrabalde da Madalena. A planta é atribuída ao autor das *Notícias*…, Tomé de Távora e Abreu, o qual era *secretário do governo das armas da Província*. As obras prolongar-se-iam ao longo de toda a 1ª metade do século XVIII, não estando ainda concluídas à morte do monarca em 1750 (*idem*, *ibidem*). A Capela estava unida ao hospital o qual, segundo as *Memorias Parochiaes*, contava com a "*assistência de quatro ou cinco religiozos, com hum prior, de S. João de Deos.*

***Capela Real* ou Igreja de S. João de Deus (c. 1722 – 1750)**

4.1.2. A Planta de João Tomás Correia datada de 1706

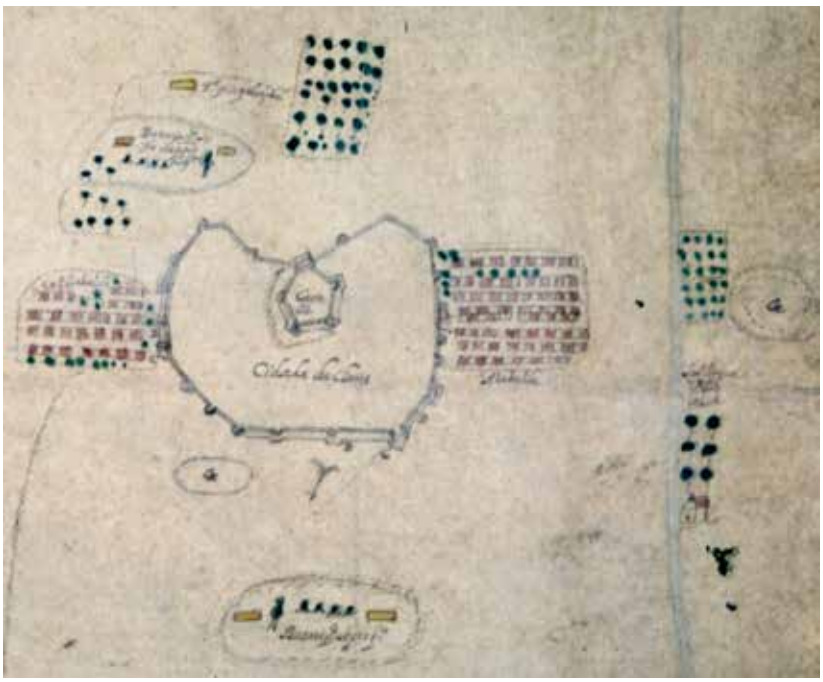
É escassa a documentação gráfica disponível capaz de ilustrar a evolução urbana de Chaves neste período do final do século XVII e 1ª metade do século seguinte. Referencia-se na bibliografia uma planta que tem vindo a ser classificada ou identificada como representando a praça de guerra e vila de Chaves, datada de 1706, sendo seu autor João Thomaz Correa (FERNANDES 2005, 260, inventariada sob o nº C3, onde se recenseiam as referências), a qual se guarda na Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa[1]. Colhe-se em Sousa VITERBO 1988, I, 224, referencia a João Thomaz Correa como sendo engenheiro militar contemporâneo de Manuel da Maya, citando documentos de 1718, mas nada referindo relativamente à sua actividade na Província de Trás-os-Montes. A planta dirá respeito a um episódio da



Guerra da Sucessão de Espanha (1704 – 1712) enquanto o respectivo título tem vindo a ser transcrito como "*Planta da Cidade de Chaves que se tomou e demoliu neste ano de 1706*". A representação porém, poucas semelhanças apresenta com a Praça transmontana de Chaves. Acrescente-se que não se referencia um episódio bélico com tão graves consequências para Chaves naquele ano no contexto da Guerra de Sucessão de Espanha. Parece-nos antes tratar-se de um episódio militar relacionado com a grande e decisiva ofensiva iniciada nesse ano contra Espanha por um exército constituído por portugueses, ingleses e holandeses sob comando do Marquês de Minas. A 14 de Abril, aquele exército obteve a rendição de Alcântara e, conquistando depois várias terras da Extremadura espanhola, marchava por Ciudad Rodrigo e Salamanca, entrando em Madrid a 28 de Junho, faz aclamar o arquiduque Carlos de Áustria com o título de Carlos III. O regresso do exército fez-se sob grandes dificuldades e ameaças constantes das forças afectas a Filipe V.

1 *Planta da Cidade de Chaves que se tomou e demoliu neste ano de 1706*, **João Thomaz Correa, 300 pés=12,5 mm. BSGL 1-G-31. Nunca foi reproduzida. Apenas se refere com o nº 373 em Ernesto VASCONCELLOS,** *Exposição de Cartographia Nacional, (1903-1904)*, **Catálogo, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, A Liberal Offic. Typ., 1904, p. 102, onde se lê: "Grosseira aguarella onde se vêem designadas as posições dos exércitos. Tem um pequeno texto explicativo." É o Nº C3 do Inventário de FERNANDES 2005, p. 260.**

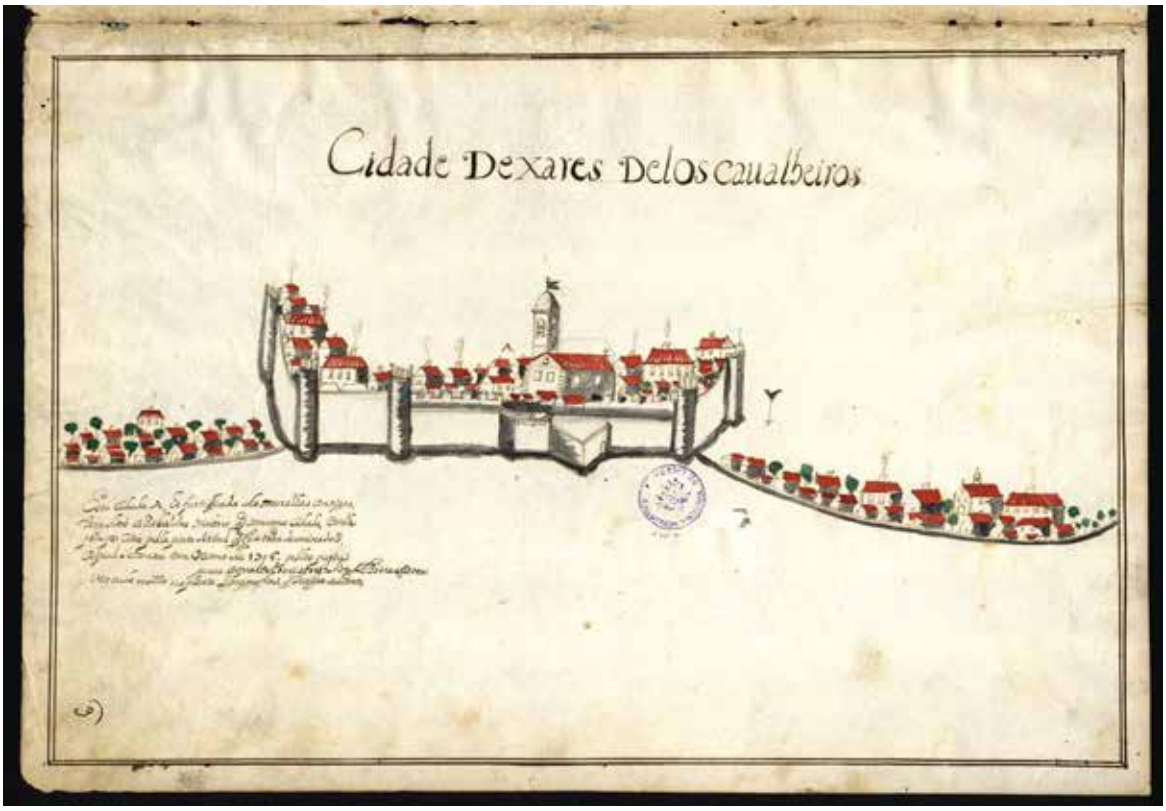
A legenda da planta em apreço, refere-se a uma "*cidade de Chaves*" ou melhor "*Chares*", cercada de "*muros antigos*" com "*barbacãs*", "*três portas com revelins restaurados*", "*com pouca diferença de Cidade Rodrigo*", "*dois arrabaldes*" ambos junto de portas da muralha em posições opostas e "*cinco mosteiros de freiras*". Acrescente-se que esta praça foi tomada e demolida pelas forças do exército português. Colhesse ainda, junto a um dos cursos de água representados, o topónimo de "*Ribeira de Ardillas*". Creio pois estarmos perante uma povoação fortificada localizada em solo espanhol, entre a Extremadura espanhola e Madrid, objecto de uma acção militar no contexto da referida ofensiva de 1706.

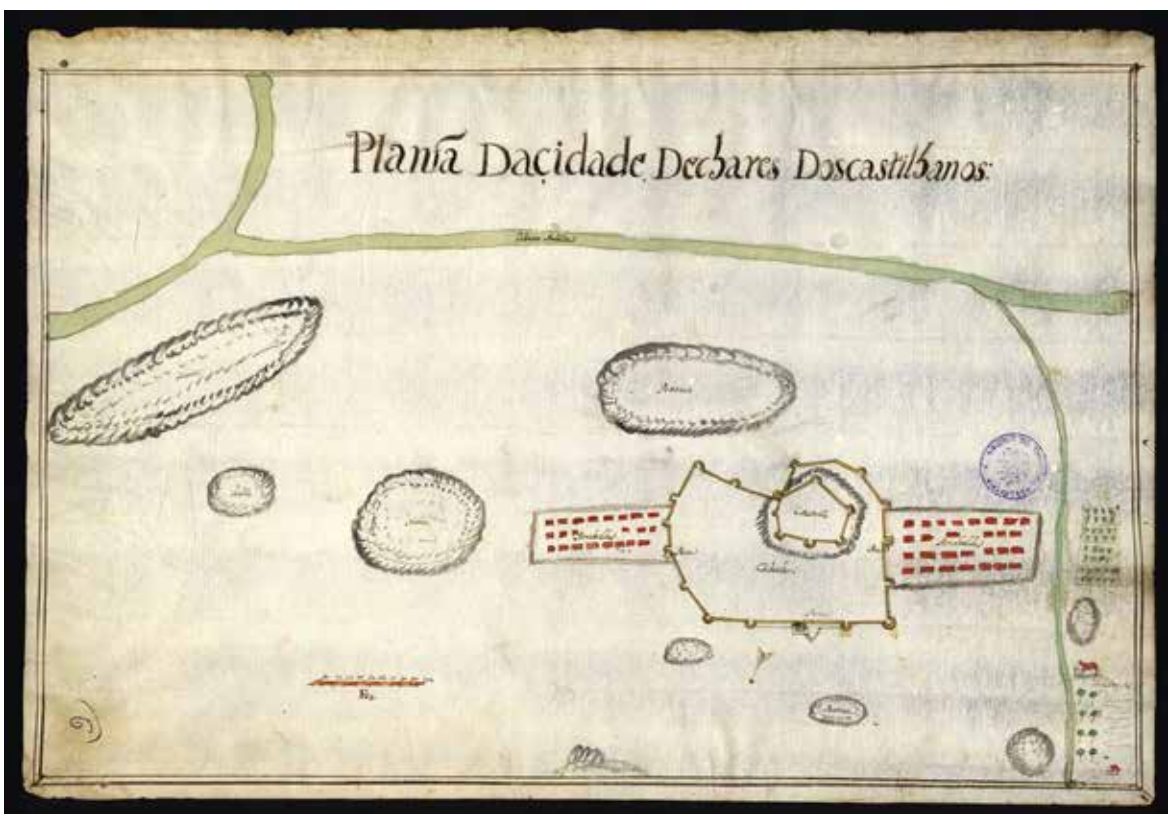


Na verdade aquela planta é um apontamento de campanha que representa a cidade de "*Chares dos Castilhanos*" ou "*Xares de los Caualheiros*" o qual serviria, mais tarde, para o autor, João Tomás Correia, elaborar mais definitivos desenhos que se incluem na obra manuscrita *Livro de varias plantas deste Reino de Castela* a qual se guarda na Biblioteca Nacional[2], os quais se reproduzem em seguida[3].

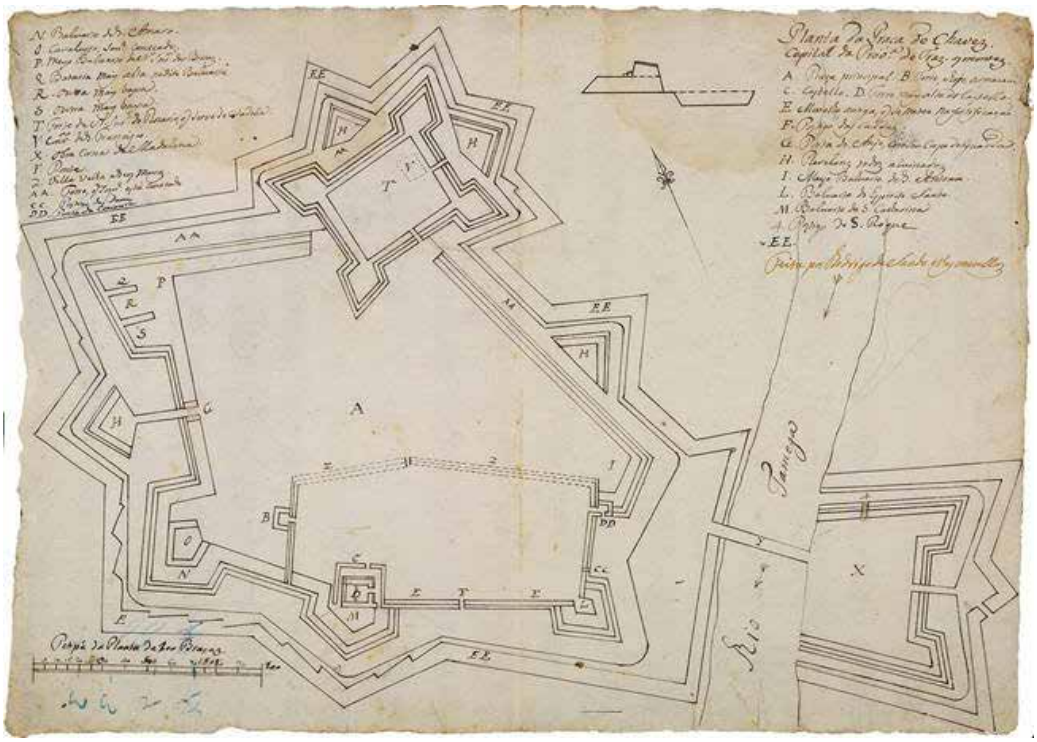
2 Da respectiva ficha bibliográfica constam os seguintes elementos:
CORREIA, João Tomás, ca 1667-?
Livro de varias plantas deste Reino e de Castela [Visual gráfico] / por Ioão Thomas Correa. - [entre 1699 e 1743]. - 87 f. : totalmente il., color., várias f. desdobráveis ; 43 cm http://purl.pt/12158 . - Plantas com ass. autógrafa: f. 2, 3, 4. - Original autógrafo de João Tomás Correia até à f. 75 , a partir da qual foram introduzidos outros elementos dando à obra um caracter de miscelânea (excepto f. 53, gravura, sendo os desenhos das f. 58 e 72/73, provavelmente, cópias de gravuras). - Numeração no canto inf. dir.to (existe outra sequência no canto sup. dir.to a partir da f. seguinte ao rosto e vestígios dispersos de ainda outra numeração). - Plantas com referência a datas de produção do desenho: f. 43 (1699), f. 47 (1712), f. 55 (1700), f. 60 (1705), f. 61 (1727), f. 68 (1736). - Planta com referência à data mais recente (relativa ao motivo representado): f. 66, 1743. - Data segundo as datas limites referidas na obra. - F. 81 em falta. - À planta da f. 11 falta a parte que constitui a f. 69. - Marcas de água: f. 2, no canto inf. dir.to ("SMM"?); f. 5, no canto sup. dir. to ("CVW"?); f. 25, completa, 1.ª metade do séc. XVII; f. 67, completa, 1.ª metade do séc. XVIII; f. 68, completa (1735); f. 74, canto inf. esq.do ("CAM"?). - Plantas a tinta da china, sépia e aguadas color.. - Existência de vários carimbos da BN, sendo o mais antigo o utilizado entre 1836 e 1910 PTBN E.A. 7 D.. - Encadernação posterior (séc. 19/20) PTBN D. A. 7 A.. - Pet.: "Livr.ª da Caza do Espírito Sancto de Lisboa" (Oratorianos estabelecidos a partir de finais do séc. XVII) PTBN D.A. 7 A.. - Carlos Pereira Calisto - Fortificações marítimas do Concelho de Oeiras. Lisboa, 1989, p. 27, 28 e 33. - Plantas de castelos, fortificações, praças, plataformas, portuguesas, espanholas e marroquinas, e ainda Mazagão, São Salvador da Baía e outras; cidades, palácios e igrejas; chafarizes e fontes; acontecimentos militares; gravuras representando cidades europeia; gravuras de brasões (1.ª metade do séc. XVIII).
No *site* da BN pode ser consultada uma cópia digital ou digitalizada com o seguinte endereço electrónico e especificações PURL 12158/1 JPG Cópia pública, 36.8 MB - Digitalização do original: D.A. 7 A.

3 A cerca de setenta quilómetros a NNE. de Chaves localiza-se a povoação de Xares (Veiga). Não tivemos porém a oportunidade de verificar se é esta a povoação representada por João Tomás Correia.

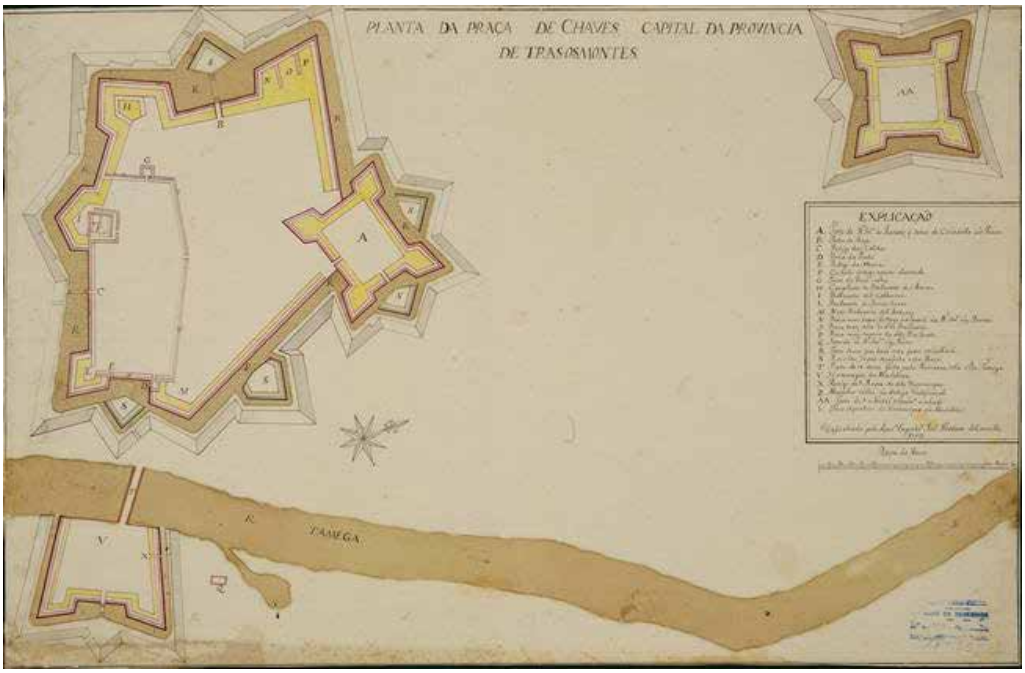

Cidade Dexares Delos caualleiros


Planta Dacidade Dechares Doscastilhanos:

4.1.3. Plantas e Obras na Praça de Chaves até meados do século XVIII



***Planta da Praça de Chavez, capital da Prov.ª de Traz-os Montez*, Rodrigo de Sande de Vasconcelos, não datada, AHM/GEAEM 1293-1-8-12**



***Planta da Praça de Chaves, capital da Provincia de Tras-os Montes, Dessenhada pelo Ajud.e Engenhr.º Jozé Monteiro de Carvalho*, 1753, AHM/GEAEM 1295-1-8-12**

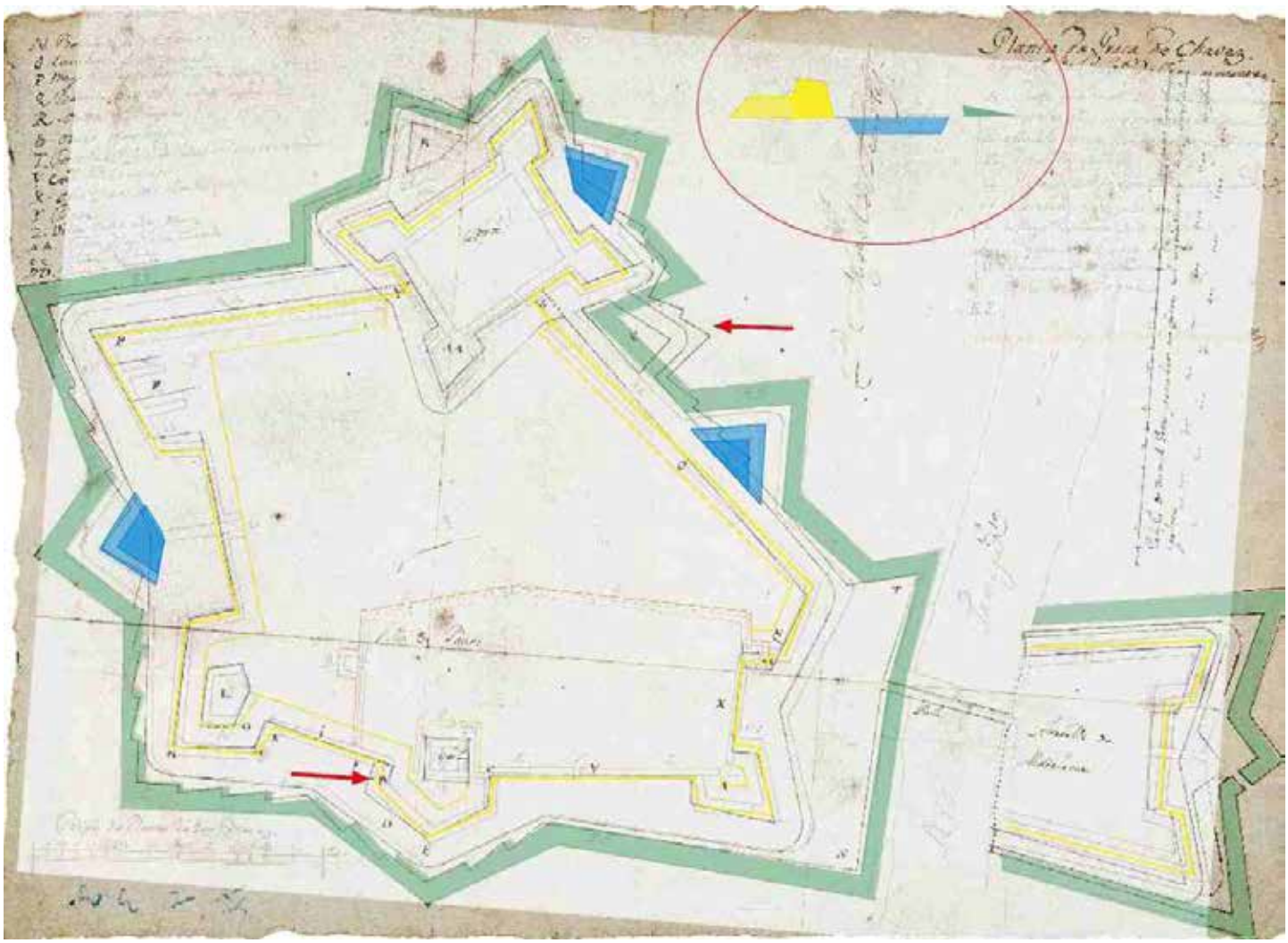
Ainda na primeira metade do século XVIII, Rodrigo de Sande Vasconcelos foi "Tenente-coronel de Artilharia da província de Trás-os-Montes e Engenheiro das fortificações desta província" sendo assim designado na legenda da Planta de Freixo de Espada à Cinta datada de 1724[4]. Conhecem-se deste engenheiro militar várias outras plantas das praças de guerra da província de Trás-os-Montes entre as quais se contam duas relativas a Chaves[5]. Em 1751 parece ter recebido como colaborador e ajudante, ou sido mesmo substituído naquelas funções, por José Monteiro de Carvalho de quem Sousa VITERBO (1988, II, 175-176, e III, 388-390) escreve que era "capitão dos privilegiados da Religião de Malta e frequentara a aula da esfera no Collegio de Santo Antão e a Academia de Fortificações, quando foi nomeado ajudante de infantaria com exercício de engenheiro para a Província de Trás-os-Montes por decreto de 20 de Dezembro de 1751." Não terá ficado por muito tempo nesta província uma vez que era nomeado em 1760 "architecto das obras do conselho da fazenda, cargo anteriormente exercido por Eugénio dos Santos de Carvalho (…) Em 1780 era já fallecido." Datadas de 1753 e 1754 conhece-se deste autor um conjunto de plantas das praças de guerra da província de Trás-os-Montes em que assina como "*Ajud.e Engenheiro*" entre as quais se contam duas relativas a Chaves[6]. O desenho de ambos os engenheiros mostra muita proximidade parecendo o segundo ser uma finalização e tintagem dos do primeiro.

O confronto das plantas executadas por Rodrigo de Sande Vasconcelos e Monteiro de Carvalho, verosimilmente a primeira mais antiga, e de ambas com as anteriormente identificadas e analisadas, nomeadamente a do projecto original de Miguel de Lescole (1663/64 - 1673) poderá elucidar-nos sobre alguns dos desenvolvimentos do plano das obras de fortificação no decurso da primeira metade do século XVIII (ver figura com sobreposição das plantas de Vasconcelos e de Lescole). Na "*legenda*" da "*Planta da Praça de Chaves Capital da Prov.ª de Trás-os-Montes*" de Sande Vasconcelos vêm indicados com letras capitais os principais elementos que compunham a praça de guerra: *A. Praça principal.* / *B. Torre hoje*

4 *Planta da praça de Freixo de Espada Cinta, cituada na prov.ª de Traz os Montes*, AHM/GEAEM 1941-2-19A-27, a única daquele autor que está datada sendo a data 1724.

5 *Planta da praça de Vinhaes, cituada na prov.ª de Traz-os Montes*, AHM/GEAEM 2983-2A-26-37
Planta da praça de Miranda do Douro, situada na Prov.ª de Tráz os Montes, AHM/GEAEM 3110-2A-25-35
Planta da praça de Monforte de Rio Livre, AHM/GEAEM 3093-2A-25-35
Planta da praça de Monte-alegre cituada na prov.ª de Traz-os montes, AHM/GEAEM 3067-2A-25-35
Planta do Forte de S. Neutel q. dista ao Norte da Praça de Chaves trezentas e cincoenta braças, AHM/GEAEM 1296/A-1-8-12
Planta da Praça de Chavez, capital da Prov.ª de Traz-os Montez, AHM/GEAEM 1293-1-8-12

6 *Planta da praça de Miranda do Douro, na prouincia de Tras os Montes, dessenhada pelo Ajud.e Ingenheiro Iozé Monteiro de Carv.º*, AHM/GEAEM 3111-2A-25-35
Monforte de Rio Livre, AHM/GEAEM 3091-2A-25-35
Monforte de Rio Livre, AHM/GEAEM 3089-2A-25-35
Planta da praça de Monforte de Rio Livre na provincia de Tras-os-Montes, desenhada pelo Ajud.e Ingenheiro Jozé Monteiro de Carvalho, 1753, AHM/GEAEM 3090-2-21-30
Planta do castello de Montalegre na provincia de Tras-os-Montes, dessenhada pelo Ajud.e Ingenheiro Jozé Monteiro de Carvalho, 1753, AHM/GEAEM 3068-2-21-30
Planta da praça de Freixo de Espada Cinta, na provincia de Tras-os-Montes, AHM/GEAEM 1942-2-19A-27
Planta da praça de Outeiro na prov.ª de Tras-os-Montes, pelo Ajud. e Ingenheiro Jozé Monteiro de Carv.º, anno de 1753, AHM/GEAEM 3237/I-2A-26A-38
Planta do castello de Vimiozo na prov.ª de Tras-os-Montes, pelo Ajud. e Ingenheiro Jozé Monteiro de Carvalho, Anno de 1753, AHM/GEAEM 2978-2A-26A-38
Planta de Vinhaes, 1753, AHM/GEAEM 2985-2A-26-37
Planta da praça de Vinhaes na provincia de Tras-os-Montes, pelo Ajud.e Ingenheiro Jozé Monteiro de Carvalho, 1753, AHM/GEAEM 2984-2A-26-37
Planta da Praça de Chaves, capital da Provincia de Tras-os Montes, Dessenhada pelo Ajud.e Engenhr.º Jozé Monteiro de Carvalho, 1753, AHM/GEAEM 1295-1-8-12
Planta da Praça de Bragança cituada na Prov.ª de Trás-os Montes, Dezenhada pelo Ajud.e Engenheiro Jozé Monteiro de Carvalho, 1754, AHM/GEAEM 926-1-4A-8



armazem.[Antiga torre da porta de Cima ou do Anjo, que ainda se mantinha de pé, bem como toda a cortina de muralha medieval adjacente. Pelo desenho não chega a perceber-se se mantinha igualmente as funções de porta, como parece por outras fontes, referenciando-se a sua relação com a Vedoria Geral da Província Militar a qual tinha uma das suas principais instalações num prédio localizado no largo que se abria diante daquela torre] / *C. Castelo.* / *D. Torre mais alta do Castelo.* [em que C parece indicar talvez os muros da barbacã do castelo, área onde se ergueu na década de 1730 o Quartel do Corpo de Guarda Principal]/ *E. Muralha antiga que se meteu na fortificação.* / *F. Postigo das Caldas.* / *G. Porta do Anjo, com seu corpo de Guarda.* / *H. Revelins todos arruinados.* [verifica-se aqui uma das principais alterações em relação à planta de Lescole: é abandonada a ideia de Lescole de fazer construir uma *praça baixa* ou *revelim* no encontro entre a cortina que vem do meio baluarte de Santo António e o Forte de São Francisco – indicado com uma seta vermelha - optando-se por uma solução de três novos revelins de plano triangular, um dos quais a meio daquela cortina, o segundo protegendo a cortina Este do mesmo Forte, enquanto o terceiro se localiza diante da cortina em que se abre a nova Porta do Anjo. Á data em que Vasconcelos desenha, estes três revelins já tinham sido construídos mas encontravam-se *arruinados*.

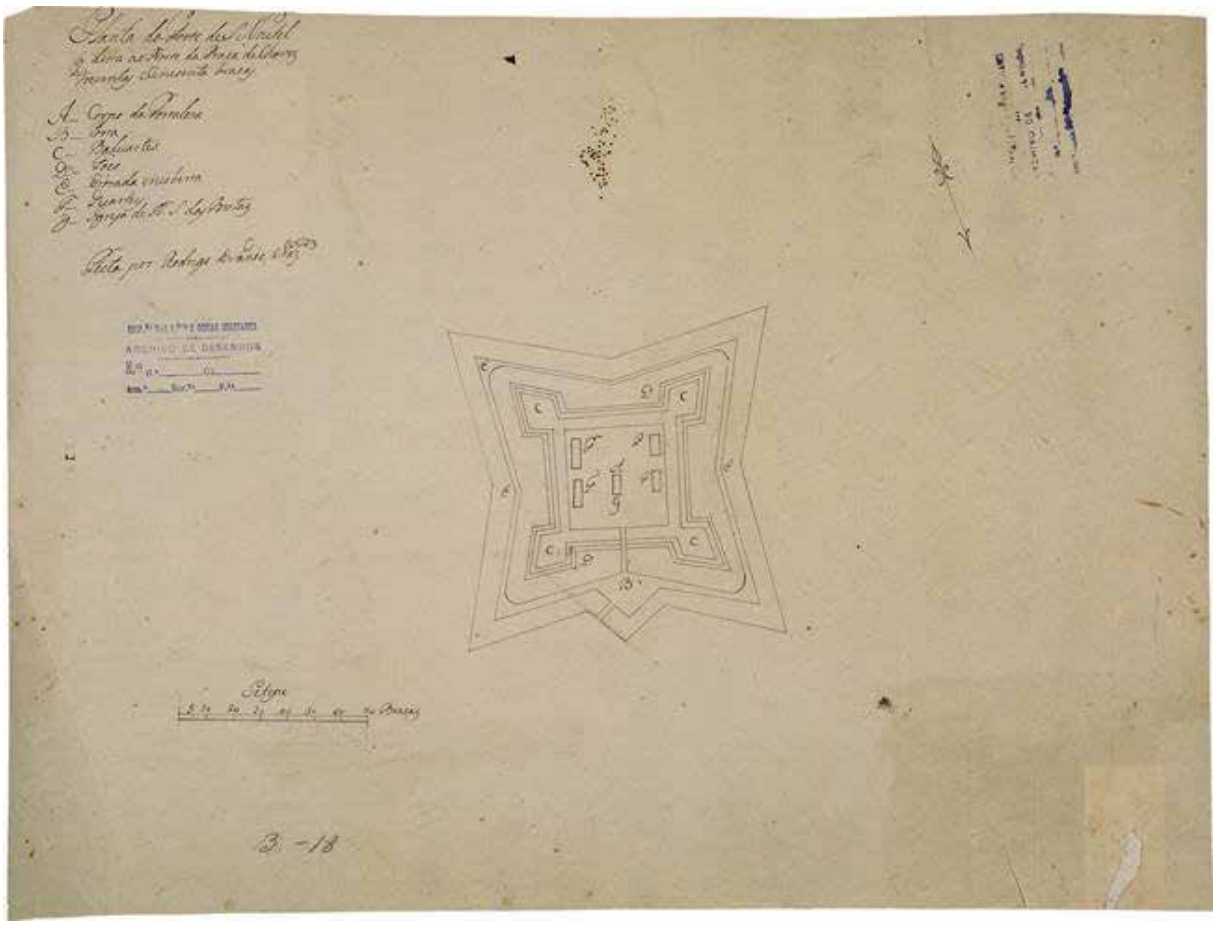
O segundo daqueles revelins protege a cortina do forte em que se vê aberta uma porta ou postigo que a documentação refere como tendo decorrido do compromisso assumido com os frades de lhes garantir um acesso directo à respectiva cerca onde tinham uma fonte] / *I. Meio Baluarte de Santo António.* / *L. Baluarte do Espírito Santo.* / *M. Baluarte de S. Catarina.* [neste baluarte, também designado por baluarte do Castelo ou das Caldas, Vasconcelos não desenha a *praça baixa* projectada por Lescole – indicada com seta vermelha – que, no entanto, surge em plantas posteriores] / *4. Postigo de S. Roque.* / *N. Baluarte de Sto. Amaro.* / *O. Cavaleiro somente começado.*[este cavaleiro ou *praça alta*, prevista por Lescole para fazer frente ao fogo de artilharia que pudesse vir a ser instalada pelo inimigo no alto da colina do Calvário, continuava por terminar e, ao que parece, esta obra nunca chegaria a completar-se] / *P. Meio baluarte de N. Sra. das Brotas.* / *Q. Bateria mais alta no dito baluarte.* / *R. Outra mais baixa.* / *S. Outra mais baixa.* / *T. Forte de Nossa Senhora do Rosário, que serve de cidadela.* / *V. Convento de S. Francisco.* / *X. Obra corna da Madalena.* [que, como se verifica, foi construída nas dimensões projectadas originalmente por Lescole as quais haviam sido muito criticadas pelo engenheiro António Rodrigues Ribeiro segundo os documentos do Conselho da Guerra anteriormente referidos datados de 1700] / *Y. Ponte.* / *Z. Vila Velha e seus muros.* [a linha de muralhas da cerca medieval orientada a N./NE. surge representada a tracejado indicando ruína ou ocultamento pelas casas adossadas a ela. Surge representado o postigo da Trindade] / *AA. Fosso, que somente está começado.* [a construção dos fossos nunca parece ter sido integralmente concluída de acordo com o projecto inicial de Lescole. No desenho de Vasconcelos, os fossos que envolviam os baluartes e as cortinas orientados a NO., N. e NE. apenas estariam iniciados] / *CC. Postigo das Damas.* / *DD. Porta da Couraça.* / *E.E.* [estas letras não exibem a respectiva legendagem mas refere-se à construção das áreas de esplanadas, o elemento mais exterior da fortificação, que não surge representado na planta de Lescole e que na de Vasconcelos mostra-se pela primeira vez (indicado a cor verde). Este facto poderá indicar talvez o carácter ainda de projecto ou construção recente].

No exercício de sobreposição das plantas de Miguel de Lescole (1673) e de Rodrigo de Sande de Vasconcelos (entre 1724 – 1751) indicam-se a amarelo os baluartes e cortinas, sobre os quais as diferenças não são significativas à parte de em Sande de Vasconcelos virem descriminadas no desenho as espessuras respectivamente da escarpa interior e terrapleno com a estrada de armas, da banqueta e do parapeito e escarpa exterior (ver também o perfil ou corte colorido por nós no mesmo desenho). Repare-se que nos troços da antiga cerca que foram re-integrados, dada a existência de casas adossadas não foi possível construir um terrapleno com a respectiva estrada de armas. As principais diferenças, correspondendo provavelmente às obras de alteração e acrescento realizadas ao longo da primeira metade do século XVIII, revelam-se na "*obra exterior*" indicando-se, a azul, os três novos revelins e a verde a área da *esplanada*. Na planta de José Monteiro de Carvalho[7], datada de 1753, o fosso surge indicado pela letra R como "*fosso seco que todo está quase entulhado*" e a obra dos revelins ainda não parece começada sendo indicados pela letra S como os "*revelins de que necessita esta praça*". Aliás Monteiro de Carvalho acrescenta o projecto de um quarto revelim, protegendo a cortina em que se abriam as Portas da Vila ou das Couraças e o Postigo das Manas, alterando significativamente todo o desenho da obra exterior nesta zona. No entanto, aqui sempre se revelaria problemática a execução das obras de fortificação uma vez que era área já densamente

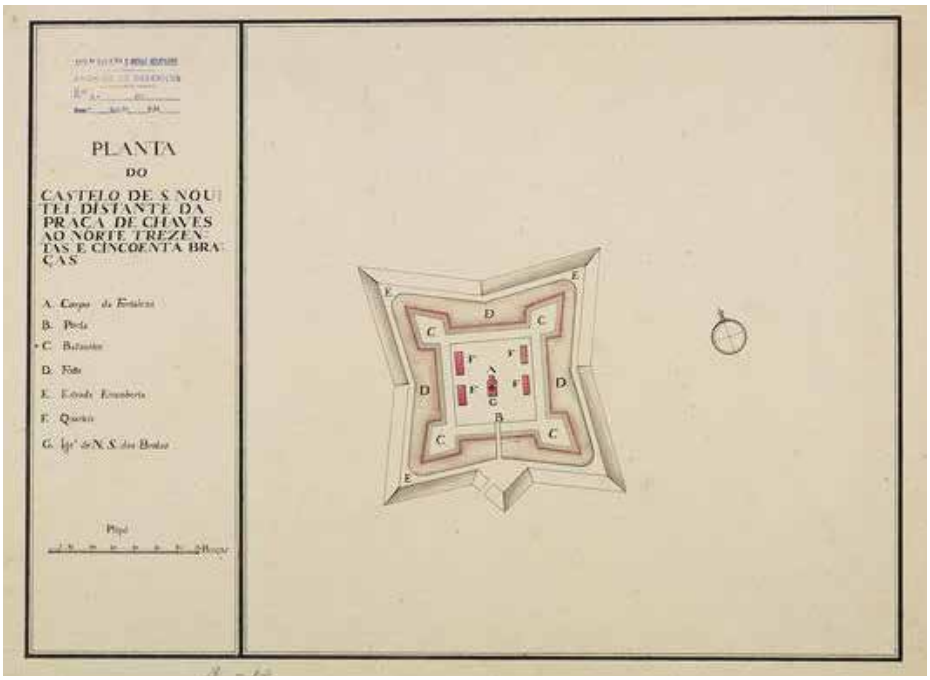
7 CARVALHO, José Monteiro de - Planta da Praça de Chaves, capital da Provincia de Tras-os Montes / Dessenhada pelo Ajud.e Engenhr.º Jozé Monteiro de Carvalho. - [Escala não determinada]. - 1753. - 1 documento : ms., color. ; 65 x 42 cm. Reproduzida parcialmente em Júlio M. MACHADO, *Crónica da Vila Velha de Chaves*, p. 174. Nº C5 do Inventário de FERNANDES 2005, p. 260

edificada pelo respectivo arrabalde implicando a realização de extensas demolições que nunca chegaram a decidir-se.

O carácter inacabado das obras da praça de Chaves colhe-se precisamente da expressão que legenda o Forte de S. Neutel na planta de Monteiro de Carvalho – "*AA. Forte de S. Noitel, totalmente acabado*" – a única obra verdadeiramente concluída nas suas várias componentes e linhas de fortificação. No mesmo desenho fica expressa a diferença entre os fossos da "praça principal", que eram secos, e os do hornaveque da Madalena, que era um "fosso aquático" inundado pelas águas que corriam no rio Tâmega. O Forte de S. Neutel foi igualmente representado de forma autónoma por Rodrigo de Sande Vasconcelos em dois desenhos de planta idêntica que se diferenciam pela finalização.



Planta do Forte de S. Neutel…, Feita por Rodrigo de Sande e Vaz.oz, s/d, AHM/GEAEM 1296/A-1-8-12

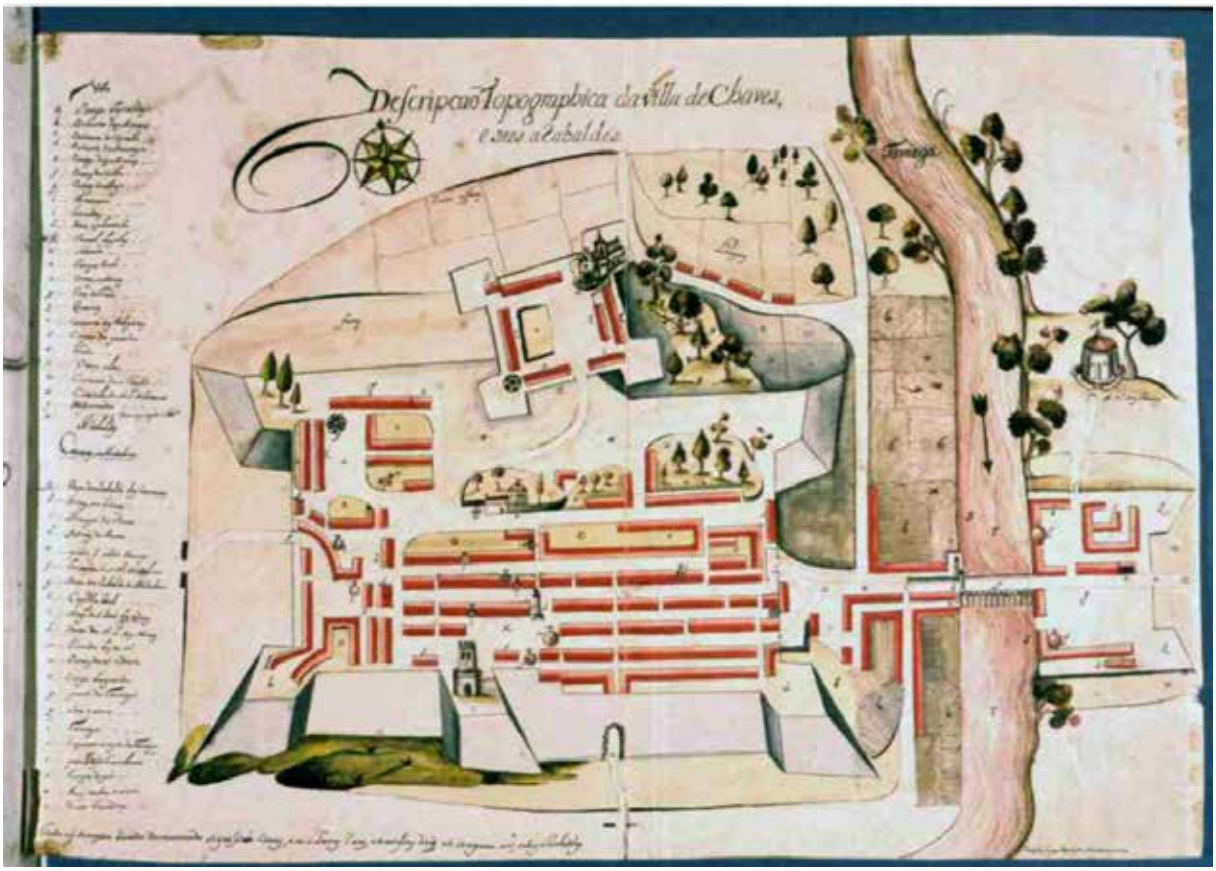


***Planta do Forte de S. Neutel q. dista ao Norte da Praça de Chaves trezentas e cincoenta braças / Feita por Rodrigo de Sande e Vaz.oz*. AHM/GEAEM 121-1-8-12**

Nas *Memorias Parochiaes* **de 1758 também se faz referência a Rodrigo de Sande de Vasconcelos, "***Tenente Coronel de Artelharia***", por, "***no anno de 1738***", ter mandado "***exornar***" [adornar] os padrões da ponte "***pondo sobre humas armas reaes e em outro hum carcaz de folhagem vazada, fazendo algumas letras, que a edacidade dos tempos tinha feito pouco perceptíveis***"**

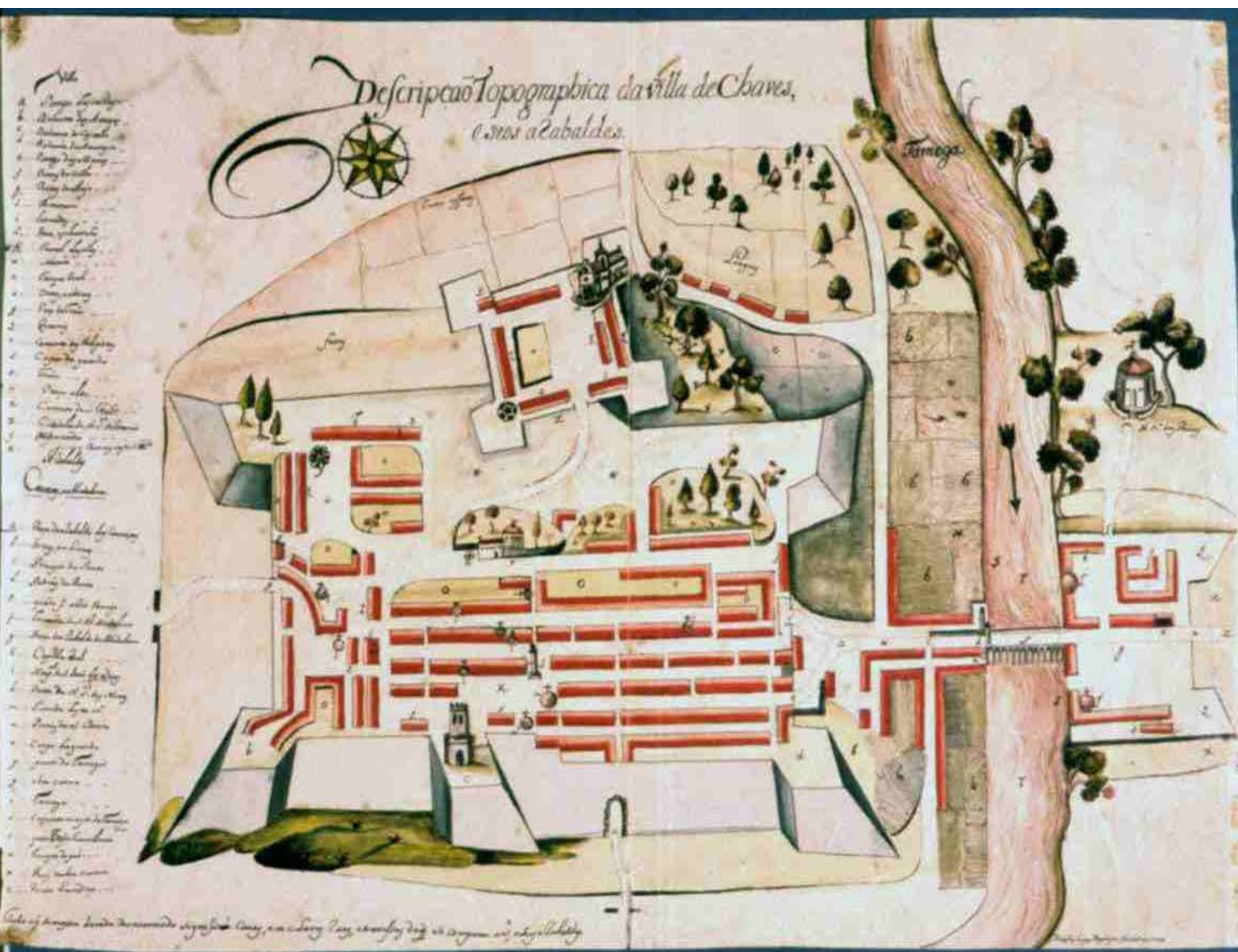
4.1.4. A Planta inserida nas Memorias Parochiaes de 1758

A representação cartográfica mais antiga que inclui a totalidade do espaço urbano de Chaves data de 1758 e é a *Descripção Topographica da villa de Chaves e seos arrabaldes* que faz parte das *Memorias Paroquiais* ou *Diccionario Geographico*[8]. Foi desenhada por José Lopes Baptysta, autor que não se identifica e que não evidencia formação de engenheiro militar.



O desenho, que é acompanhado por uma legenda, deve ser analisado em conjunto com a descrição escrita, a qual responde ao inquérito das *Memorias Parochiaes*. Este documento é do maior interesse, não só por ser a representação mais antiga do urbanismo de Chaves, mas ainda por, não obedecendo aos cânones de representação dos desenhos dos engenheiros militares, nos dar uma outra interpretação do espaço urbano. Utilizamos a transcrição da legenda de Júlio MACHADO (1994, 178). Na análise daquela planta deverá considerar-se não só o que é desenhado, e como é representado, bem como o que é omisso, processos através dos quais o autor estabelece e nos dá a ver uma determinada ordem hierarquizada do espaço urbano.

8 *Descripção Topographica da villa de Chaves e seos arrabaldes*, Josephus Lopes Baptysta, s/ escala, in Memorias Paroquiais ou Diccionario Geographico, compilação feita pelo Padre Luís Cardozo a partir das respostas dos párocos ao inquérito formulado pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, em 1758, para avaliação dos estragos causados pelo terramoto de 1755. IAN/TT, Diccionario Geographico, vol. 11, fl. 2066-2067. Reproduzida na *Revista Aqvae Flaviae*, nº 22, 1999, p. 117-160; publicada, a P&B em Júlio M. MACHADO, *Crónica da Vila Velha de Chaves*, 1994, p. 179; inserida na exposição *A Torre do Tombo na Viragem do Milénio*, Lisboa, Ministério da Cultura e Torre do Tombo, 2000, p. 165. Nº C5 do Inventário de FERNANDES 2005, p. 260.


Descripcaõ Topographica da villa de Chaves,
e suas Cabaldes.
Tamega

Transcrição da Legenda segundo MACHADO 1994, 178:

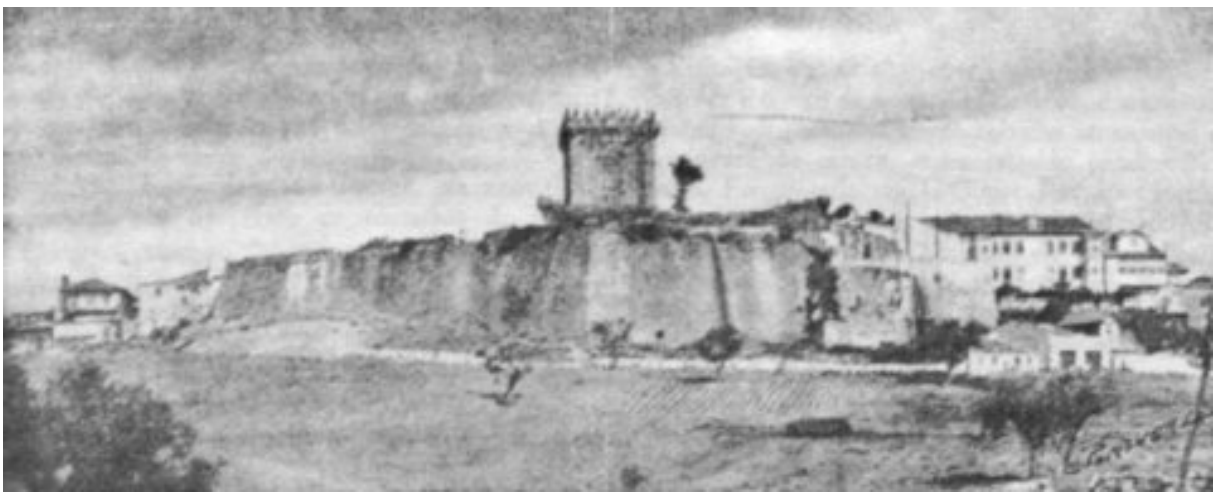
VILLA

a Postigo das Caldas
b Baluarte dos Assougues
c Baluarte do Castelo
d Baluarte da Amoreyra
e Postigo das Manas
f Portas da Villa
g Portas do Anjo
h Armazem
i Ermidas
j Praça e Pelourinho
k Toural das Ollas (Olhas)
m Matriz
n Tanque Real
o Ortas e Olivais
p Poço do Trem
q Quartéis
r Convento das religiosas
s Corpos da Guarda
t Trêm
u Praça Alta
x Convento de S. Francisco
z Cidadela de N. S. do Rosário
xx Barreyros

ARRABALDES, COURAÇAS E MADALENA

a Praça do Arrabalde das Couraças
b Ortas e Olivais
c Principio da Ponte
d Padrões da Ponte
e Escadas para o Rio Tâmega
f Ermida da Sra. da Madalena
g Praça do Arrabalde da Madalena
h Capella Real
i Hospital de São João de Deos
j Porta de N. Sra. das Neves
m Ermida (N. Sra. das Neves)
n Portas de São Bento
o Corpo da Guarda
p Ponte do Tâmega
q Obra Corna
r Tâmega
s Corrente Mayor do Tâmega
t Quartéis da Cavalaria
u Terreiyro do Pão (?)
x Fossos da Obra Corna
z Ponte Lavadiça

Atende-se em primeiro lugar à orientação escolhida para o desenho que visa valorizar a vista da frente da praça de guerra orientada a SO., ao campo do *Tabolado*. Na verdade, podemos ainda observar em fotografias de finais do século XIX como essa frente da praça de guerra, coberta por três potentes baluartes, implantada em terreno destacado e ainda completamente aberto até à curva que faz o curso do rio Tâmega, seria a que melhor representaria uma imagem de solidez e de fortaleza impenetrável.



Na planta como na resposta ao inquérito, o espaço urbano é hierarquizado segundo quatro níveis cuja importância diminui do centro para as periferias (confrontar BORRALHEIRO 1997, 30): a *Villa*, "*cercada de muros*", os *Arrabaldes*, em número de dois, os *seos Subúrbios* e os também subúrbios mas "*em mais distancia*". Estas quatro áreas estão compreendidas numa única "*parochia*". Na planta apenas se representam a vila e os arrabaldes uma vez que dos subúrbios só vemos as *Longras*.

Os autores da planta e da resposta ao inquérito não vêem necessidade de diferenciar entre a vila velha de origem medieval e as novas áreas intra-muros, diferença que se percebe apenas pela menor densidade do edificado e a existência de áreas ocupadas por "*Ortas e Olivaes*" (letra "*o*" da legenda) ou por "*Barreyros*" (letra "*xx*")[9]. A velha cerca, nas partes não reintegradas nas novas cortinas da muralha, não é representada. Na *villa*, a população é contabilizada como um todo com 583 fogos correspondendo a 2554 pessoas de sacramento. Já em relação aos dois arrabaldes, embora a sua continuidade dos dois lados da ponte do Tâmega, são nomeados em separado pelas respectivas designações, o das "*Couraças*", com 70 fogos e 223 pessoas de sacramento, e o da "*Madalena*", respectivamente com 63 e 212. E, apesar de demonstrarem uma dimensão e quantitativos populacionais muito próximos, surge da planta uma densidade do edificado muito superior no primeiro encontrando-se o segundo representado e descrito como sendo "*murado de huma obra corna*". A própria legenda organiza-se em duas colunas distintas intituladas "*Villa*" e "*Arrabaldes das Couraças e Madalena*".

Os subúrbios descriminam-se e nomeiam-se apenas no texto como "*aldeas ou povoações*" em que, as que se integram no conjunto das situadas a menor distância da vila, são claramente concentrações populacionais mais pequenas (média de 8,75 fogos) do que as que constituem o conjunto das situadas a "*mais distancia*" (média de 15,28 fogos). Fazem parte do primeiro grupo: *Longras* (8 fogos e 12 pessoas de sacramento), *Caldas* (10 e 20), *Nicho e Vales* (14 e 40), *Varge* (3 e 7); fazem parte do segundo grupo: *Cazas dos Montes* (36 fogos e 96 pessoas de sacramento), *Campo de Cima* (20 e 75), *Caneiro* (1 e 3), *Campos da Fonte* (13 e 45), *Ribeira de Avelans* (25 e 95), *Telhado* (10 e 38), *S. Cruz de Baixo* (2 e 5).

Outra interessante característica da representação do espaço edificado, seja o da vila ou o dos dois arrabaldes, é o da sua geometrização ortogonal a que apenas parecem escapar a antiga *Rua do Anjo* e a *Rua do Verde*. A intencionalidade deste tipo de representação demonstra-se igualmente no contraste que estabelece com as áreas ocupadas por "*Ortas e Olivaes*" (letra "*o*" da legenda) ou por "*Barreyros*" (letra "*xx*"), sempre de contornos curvilíneos e irregulares.

A ordem hierarquizada mostra-se também na representação dos edifícios ou outros elementos urbanos marcantes. Apenas um pequeno grupo exibe uma representação volumétrica parecendo marcar mais fortemente a leitura do espaço urbano. Estão neste grupo, em primeiro lugar, todos os baluartes da praça mas apenas as cortinas orientadas a SO., onde também se desenha volumetricamente o Postigo das Caldas; não são desenhados desta forma os baluartes e as cortinas do forte nem do hornaveque da Madalena. Depois, o Castelo com a Torre de Menagem, o Convento das Freiras, o Convento dos Frades, a Ponte do Tâmega com os seus Padrões e a Escada do rio, o Pelourinho, a Capela de Nossa Senhora das Neves (São Roque) e a *Casa dos Arcos* ou Corpo da Guarda da Madalena, ainda que neste último edifício,

9 A transcrição correcta talvez seja "Barreyras" e não "Barreyros", indicando obras exteriores de defesa do forte de São Francisco.

a representação seja já acentuadamente esquemática. Mais adiante focaremos a questão da informação de tipo arquitectónico que se colhe nestas representações em particular da Capela de N. S. das Neves, posteriormente da invocação de S. Roque e que hoje apresenta um desenho completamente diferente, e do Convento das Freiras, transformado já no nosso século a fim de albergar o Liceu Fernão Magalhães.

Um segundo grupo engloba edifícios e elementos urbanos marcantes representados por um símbolo específico acompanhado por uma letra que reenvia para a legenda. Incluem-se aqui a igreja matriz, as capelas e a igreja da misericórdia. Regista-se que as capelas não são identificadas pelos respectivos oragos mas apenas por uma designação genérica de "*Ermidas*", contabilizando-se na *villa* em número de oito. Também fazem parte deste grupo poços e tanques como o "*Tanque Real*", junto do Convento das Freiras, ou o "*Poço do Trem*", junto do quartel do mesmo nome, os quais são porém identificados individualmente pelo nome e pelo símbolo específico utilizado.

Num terceiro grupo, incluem-se aqueles edifícios e elementos urbanos marcantes que, não sendo individualizados no desenho por um símbolo particular, surgem identificados por letras que reenviam para a legenda. Deverá diferenciar-se aqui, os casos em que a individualização está presente através de uma designação específica toponímica dos que apenas são indicados genericamente pela função que desempenham. No primeiro caso estão as portas e postigos (na *villa*: *a – Postigo das Caldas* / *e – Postigo das Manas* / *f – Portas da Vila* / *g – Portas do Anjo*; nos *arrabaldes*: *j – Porta de N. S. das Neves* / *n – Portas de S. Bento*) e as praças ou terreiros (na *villa*: *j – Praça e Pelourinho* / *k – Toural das Olhas* [*Ollas*] / u – *Praça Alta*; nos *arrabaldes*: *a – Praça do Arrabalde das Couraças* / *c – Principio da Ponte* / *g – Praça do Arrabalde da Madalena* / *u – Terreyro do Pão*). No âmbito da *villa*, os "*h - armazéns*", em número de dois, os "*s - corpos da guarda*", em número de quatro, e os "*q - quartéis*", em número de cinco, não são individualizados graficamente nem se legendam com designação específica, apenas sendo utilizado uma letra para os localizar na mancha edificada uniforme. Já no âmbito dos *arrabaldes*, o grau de especificação é maior, individualizando-se com designação específica "*f – Ermida da S. da Madalena*" / "*h – Capella Real*" / "*i – Hospital de S. João de Deos*" / "*t – Quartéis da Cavalaria*", em número de dois.

O espaço peri-urbano surge escassamente representado na planta apresentando porém, nas realidades desenhadas, acentuadas diferenciações gráficas, algumas com legendagem. Das "obras exteriores" da fortificação apenas os fossos adquirem expressão significativa com áreas bem dimensionadas, delimitadas por linhas a preto, preenchidas por uma aguada rosada e legendadas, quer na praça principal quer no hornaveque da Madalena. Os acessos às portas que cruzam os fossos surgem igualmente bem demarcados em direcção à *Portas do Anjo*, *Postigo das Caldas*, *Portas de S. Bento*, indicando-se mesmo neste caso a existência da "*z- Ponte Lavadiça*", e *Porta de N. S. das Neves*. Entre o Baluarte do Castelo e o Baluarte dos Açougues, os fossos dão lugar à representação de um extenso maciço rochoso. Já na envolvente do Forte de N. S. do Rosário ou de São Francisco, da cortina entre este e o Meio Baluarte de Santo António (o qual bem como o de N. S. das Brotas não surgem individualizados na legenda) e em toda a frente para o Arrabalde das Couraças, a área correspondente aos fossos e outras "obras exteriores" representa-se de modo diferente: como mancha de campos agrícolas legendada "*Entre os fortes*" ou pela área arborizada da Cerca exterior propriedade dos frades franciscanos, no primeiro caso e parte do segundo; como campos agrícolas legendados "*o – Ortas e Olivaes*", na outra parte do segundo; e, no terceiro caso, como área urbanizada de fraca densidade que se implanta em função dos caminhos que descem das portas da

fortificação e que entroncam na "*a – Praça do Arrabalde das Couraças*". Já as restantes "obras exteriores" como o caminho ou *estrada coberta*, a banqueta, a paliçada ou *parapeito*, e sobretudo, pela dimensão da área ocupada, a esplanada, não surgem representadas sinal talvez que não constituíam uma existência material muito assinalável.

Em relação à rede de caminhos que saem da Praça Principal, para além dos já mencionados que se relacionam com as portas mas que se interrompem logo após a área dos fossos, apenas adquirem expressão as saídas a partir do Arrabalde das Couraças, para SO. e principalmente para NE. Esta última, bifurca-se logo a seguir ao flanco do Baluarte de Santo António, para um dos ramais continuar paralelo ao Tâmega e o outro contornar a fortificação e atravessar um dos lugares urbanizados dos subúrbios legendado como "*Longras*".

O autor tem também o cuidado de individualizar graficamente os campos agrícolas que se estendem ao longo da margem direita do rio Tâmega, de ambos os lados da área urbanizada do arrabalde das Couraças, numa relação de grande continuidade aliás, preenchendo-os com uma trama geometrizada ortogonal e legendando-os como "*b – Ortas e Olivaes*". Já a restante área de margem do rio, nomeadamente toda a localizado do lado esquerdo, surge representada graficamente com árvores de disposição irregular. O próprio rio, assinala-se com dois elementos de legendagem: "*r – Tâmega*" e numa pequena área a montante e a juzante da ponte, como "*s – Corrente Mayor do Tâmega*".

Por último, assinale-se a representação da área intra-muros da encosta enquadrada pela urbanização que se desenvolve em torno da "*Praça Alta*" ou Bairro Alto, a cerca do Convento das Freiras e a cortina que fecha a Praça entre o Baluarte de Santo António e o Forte de São Francisco. Toda a área foi deixada em branco, atravessada pelo caminho de acesso ao forte que contorna a cerca do convento das freiras, flanqueado pela legenda "*xx – Barreyros*". O vazio urbano que esta área evidencia começaria porém a colmatar-se pouco depois a partir da construção da Capela de N. S. da Lapa, a qual surge já nas plantas de 1762, vindo inaugurar uma nova linguagem plástica no edificado urbano de Chaves em que a estética do Barroco Joanino já se faz claramente sentir[10].

Na representação simbólica do lugar urbano tal como era concebido por uma elite cultural que habitava em Chaves em meados do século XVIII, e que se colhe nestes documentos e descrições gráficas (planta) e escritas, tem papel de relevo a ideia de um passado histórico de maior grandeza que se situa em época romana, apoiada pela identificação de um grande número de vestígios epigráficos e arqueológicos. Na resposta ao inquérito, o texto inicia-se com um intróito prévio no qual se relata precisamente aquela ideia: "*A povoação que reprezenta o seguinte mappa, hé a famoza villa de Chaves, que em outros seculos logrou o nome de Aguas Flavias, cidade tão opulenta que mereceo ser colónia dos Romanos, fundada pelo Emperador Flávio Vaspasiano no anno de 79 depois do nascimento de Christo, florecendo nesses tempos com vantagens tão extraordinárias, que mereceu eterna memoria entre as mais asinaladas cidades do mundo, té que Fumazio com poderoza mão a destruhiu no anno de 163 sem respeito as prerogativas da sua grandeza e opulência, frustando*

10 É possível que tivesse existido anteriormente uma Capela de N. S. da Lapa como se retira da referência a um documento de *Obrigação à fábrica da capela de Nossa Senhora da Lapa a Favor de Francisco Gonçalves de Oliveira, fabriqueiro desta capela, que a ela está obrigado*, 1675, ADB/UM. *Igrejário*: liv. 126, fl. 174 (CAPELA, BORRALHEIRO e MATOS 2006, 217, Referências documentais). No entanto, poderia ter uma diferente localização no século XVII ou ter entretanto sido abandonada, arruinando-se, pelo que nem nas *Notícias* de 1721 nem nas *Memorias* de 1758 se lhe faz referência.

os projectos e maximas do grande Remimundo, que ambiciozo a procurava senhorear, para coroar-se único rei dos Suevos." A comparação com o tempo presente, de menor grandeza, surge de seguida, avançando-se argumentos arqueológicos para sustentar a ideia de um passado distinto: "*nem a pequenhez a que hoje lastimozamente se vê reduzida, pode fazer argumento contra a grandeza e extenção que teve, pois hé constante que pelas margens acima do Tâmega* (…) *se extendia distancia de huma legoa da parte do meio dia, para a do Norte, descobrindo-se na mesma varias columnas, capiteis, plintos, aquedutos, muitas e grandes pedras artificiadas e sumptuozissimos palácios, podendo della dizer-se, como de Tróia dizia Virgílio: campus ubi Flavia fuit. Das suas famílias, grandezas e antiguidade, escreveram, vários e famozos AA.* [autores]."

Aliás, já nas *Notícias* de Tomé de Távora e Abreu de 1721, elaboradas para apoiar a redacção da obra de D. Jerónimo Contador de Argote, *Memórias para a História Eclesiástica de Braga*…, publicada entre 1732 e 1744, se defende que "*floreceo popullosa cidade em tempo dos Romanos*". O período de renovação urbana coincidente com a construção da fortificação abaluartada, teria sido ocasião para se revelar a grandeza dos vestígios daquele passado: "*deixam conhecer que foy cidade populosa pellos vestígeos que se tem descuberto em os nossos tempos em varias partes abrindosse vários alicerces e evidentes sinaes das grandes fabricas antiguas pois á menos de 50 annos a esta parte se tem achado e descuberto*…". Depois de descrever alguns destes vestígios mais significativos relacionados com a condução e abastecimento de água, o mesmo autor reforça a ideia: "*não só se mostra que foy popullosa Cidade em fabricas de tanques, conductos, e banhos, mas também nos dão indícios de que tinha sumptuosos e levantados edeficios as muitas pedras lavradas que se tem descuberto e estavão sepultadas, alguns pedassos e pedestaes que ainda hoje se vem repartidos por diversos citios, metidos pelas paredes de alguas cazas e assim mesmo muitas cornijas e capiteis, entre estes hum de jaspe de ordem corinthia que se achou abrindosse os fossos da forteficação e agora esta posto sobre o padrão do Hospital Real, quasy tudo descuberto á menos de 60 annos e de que os historiadores athe este tempo não podião ter noticia*."

Na planta de José Lopes Baptysta não só a ponte, cuja construção era atribuída aos romanos, exibe uma representação destacada como o autor tem o cuidado de igualmente representar com destaque os *padrões da ponte* em que estavam gravados na pedra à vista de todos o registo escrito da sua antiguidade romana. Como já fizemos referência, nas *Memorias Parochiaes* também se refere à intervenção de Rodrigo de Sande de Vasconcelos, "*Tenente Coronel de Artelharia*", que, "*no anno de 1738*", se havia encarregado de reavivar a *monumentalização* daqueles *monumentos* mandando "*exornar*" [adornar] os padrões da ponte "*pondo sobre humas armas reaes e em outro hum carcaz de folhagem vazada, fazendo algumas letras, que a edacidade dos tempos tinha feito pouco perceptíveis*".

4.1.5. A Guerra dos Sete Anos (1756 – 1763) e o desastre da Campanha de 1762 *(Guerra Fantástica)*

É no contexto da Guerra dos Sete Anos que se situa a campanha militar de 1762 a qual veio a ser conhecida como a "Guerra Fantástica" e que tão graves consequências ocasionaria para a evolução futura da vila e praça de guerra de Chaves bem como para a evolução das outras praças de guerra transmontanas. Tendo Portugal recusado aderir ao Pacto de Família, firmado entre Carlos III de Espanha e Luís XV de França, vê estes aliados invadirem-lhe as fronteiras de Trás-os-Montes e da Beira numa campanha relâmpago naquele ano de 1762. Com efeito, a partir de Março, o exército espanhol havia-se concentrado em Zamora de onde partiria o ataque à fronteira portuguesa que foi atravessada em 5 de Maio. A praça de Miranda do Douro foi tomada a 8 de Maio. De seguida foram conquistadas Bragança e Torre de Moncorvo sem praticamente oferecerem resistência. A praça de Chaves foi tomada depois a 22 de Maio. Seriam porém goradas todas as tentativas de prosseguir em direcção ao Porto por Vila Pouca de Aguiar e Vila Real ou por Montalegre e Barroso ou ainda de passar o Douro para Sul por Vila Nova de Foz Côa, realizadas nos meses de Verão. No Outono as hostilidades desenrolar-se-iam com mais intensidade na fronteira da Beira, em torno da praça de Almeida, enquanto em Trás-os-Montes se verificava uma estabilização das posições com o exército espanhol a continuar senhor das várias praças, entre as quais Chaves e Bragança não só até ao fim da campanha militar, em Novembro, mas até à assinatura da paz em Fevereiro de 1763, altura em que finalmente evacuaria aquelas povoações, não sem antes ocasionar sérios estragos em todo o sistema de fortificações.

É neste contexto militar que observamos a acção de um outro engenheiro militar de nome João Bento Phyton. Segundo VITERBO 1988, II, 330, João Bento Pithon, ou Python, seria francês, ou de origem francesa, pelo apelido. Foi nomeado em 1758 engenheiro para ir servir nas demarcações da América. Em documento não datado que transcreve refere-se à sua actividade na Província de Trás-os-Montes, o que terá ocorrido na década de 1760, lendo-se: "*João Bento Python, capitão de infantaria com o exercício de engenheiro, que por ordem de V. Magestade foy mandado para a província do Minho as ordens do general D. João de Alancastro aonde esteve e executou todas as ordens do dito general athe que o suplicante foi mandado buscar pelo general George Cary e esteve debaxo das ordens do dito general todo o tempo que elle governou o exercitto volante das províncias do Minho e Traz os Montes, e em todo este tempo o suplicante esteve empregado na condução da artilharia, em hir intrincheirar todos os passos do rio Douro desde o rio Pinhão até o rio Agada*[11],

11 Guardam-se no Instituto Geográfico de Portugal duas cópias de um mapa de João Bento Python que terá apoiado a execução destas acções militares no rio Douro: MEINCIA, des.; Python, João Bento; *Mappa para demostrar todos os passos do rio Douro desde o rio Agada athe o rio Pinhão* [Material cartográfico], 1762, CA296|IGP e CA295|IGP.

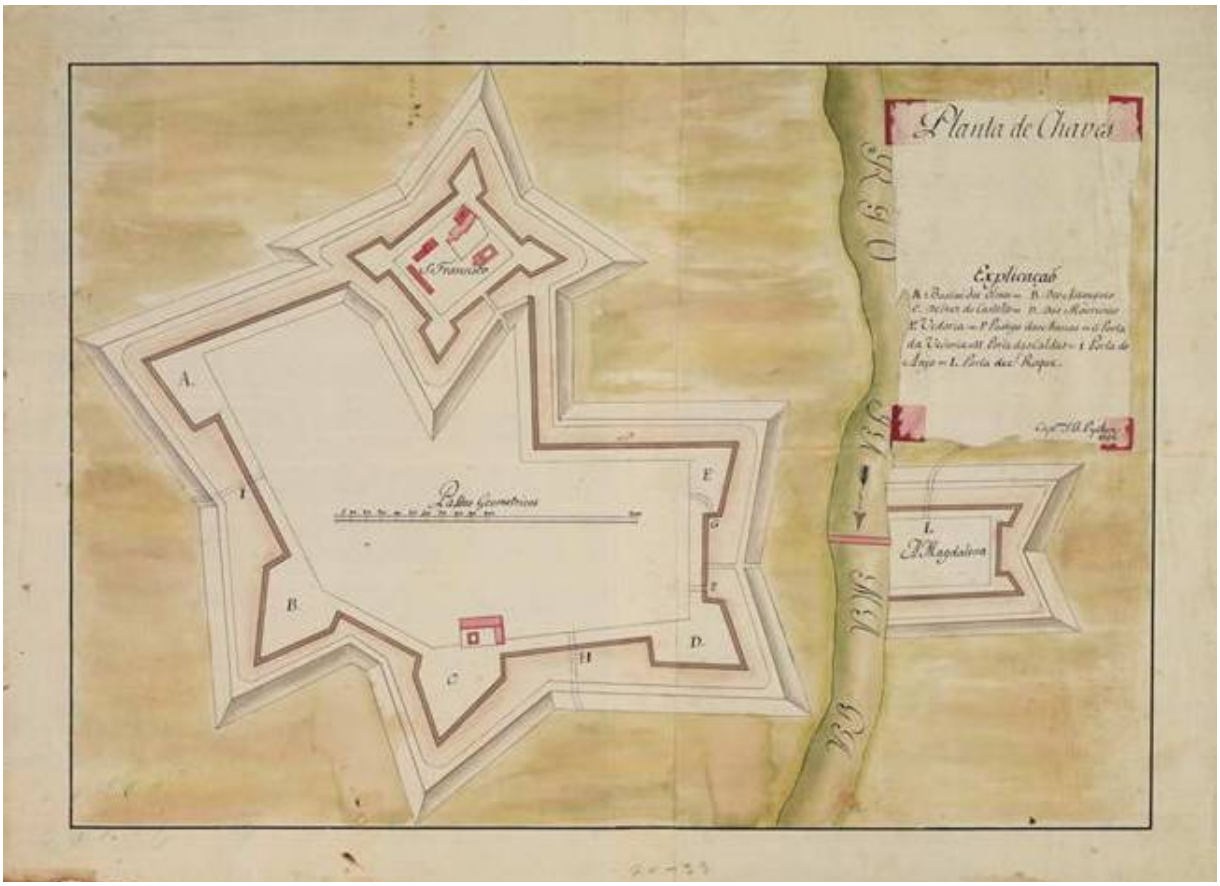
e fez os mappas das fronteiras das duas províncias Minho e Traz dos Montes e os troxe a Salvaterra a S. Alt. o S.or Conde de Lipe…".

MEINCIA, des.; Python, João Bento; *Mappa para demostrar todos os passos do rio Douro desde o rio Agada athe o rio Pinhão* **[Material cartográfico], 1762, CA296|IGP**

Desta produção cartográfica de João Bento Python, no contexto da *Guerra Fantástica* de 1762, conhecem-se vários documentos que ilustram a sua actividade no Minho, entre os quais se destaca um *Mappa da fronteira da prov.ª do Minho: feitto por ordem do Ill.mo e Ex.mo S.or D. Jorge Cary do Conselho de S.ª Mag.de Tenente General de seus Exercitos, Governador das Armas da provincia de Tras dos Montes, e Comandante General do Exercito Volante da mesma provincia, da do Minho, e partido do Porto &ª, feito e dessignado p.lo Cap.am de Inf.ª com o exercicio de Engenheiro João Bento Python no mez de Janeiro de 1763* (AHM/GEAEM 3602/I-3-32-44)[12] e o *Plan de la place de Valença do Minho: désigné par ordre de*

12 Na respectiva ficha de arquivo colhe-se a seguinte informação: "Este mapa foi elaborado na sequência daquela que, entre nós, ficou conhecida como "Guerra Fantástica", enquadrando-se no conflito maior da Guerra dos 7 anos (1756-1763). Em Maio de 1762 consumou-se a invasão do Exército espanhol pela fronteira de Trás-os-Montes. Uma vez mais a Província de Entre Douro e Minho, não constituiu palco privilegiado das acções militares. No entanto, face a este perigo as autoridades militares daquela província tomaram medidas preventivas, onde se incluíam os reconhecimentos militares e a elaboração de novos mapas. - Existe uma cópia deste mapa, conservada no arquivo dos Services Historiques de l'Armée de Terre, em Vincennes, sob a cota L12 C2 nº 11. - Marca de água J. Honing & Zoonen. -Natureza do documento, segundo

Monsieur le Général Jorge Cary, le 30 de Novembre de 1762, les fortifications de la ditte place, et la plupart de ses environs ont été levé avec la planchette par Capitaine Ingenieur Jean Benoit Python, le mois de May de cette année (AHM/GEAEM 2794-2A-25A-36). Em Trás-os-Montes, João Bento executou duas plantas de Chaves, um das quais datada de 1762 e a outra de 13 de Abril de 1763.



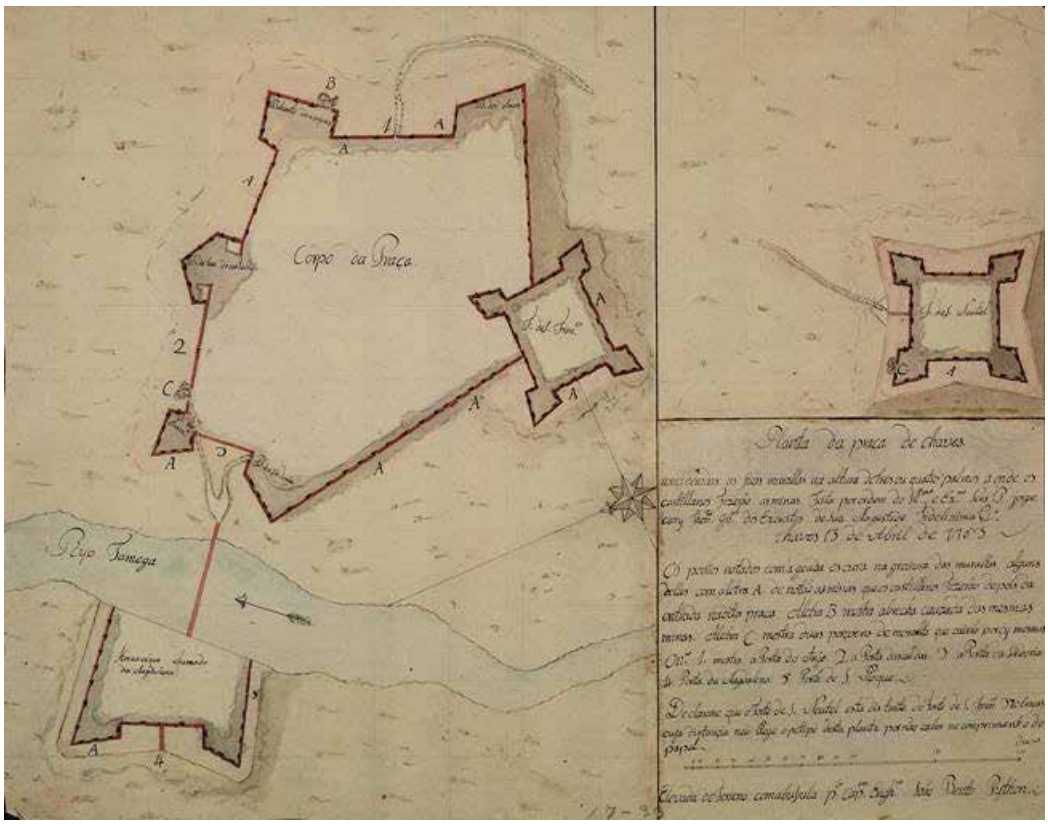
PYTHON, João Bento, fl. 1751-1766 - Planta de Chaves / Cap.am J. B. Python. - [Escala não determinada]. - 1762. - 1 documento : ms. ; 57 x 42 cm, AHM/GEAEM 1405-1-8-12. Legenda: *Planta de Chaves.*
Explicação: ***A.*** *Bastião dos Olmos;* ***B.*** *Dos Açougues;* ***C.*** *De trás do Castelo;* ***D.*** *das Moureiras;* ***E.*** *Vedoria;* ***F.*** *Postigo das Manas;* ***G.*** *Porta da Vedoria;* ***H.*** *Porta das Caldas;* ***I.*** *Porta do Anjo;* ***L.*** *Porta de S. Roque. Capitão J. B. Python, 1762*

A planta de Chaves de 1762 é extremamente sumária, registando numerosos erros de projecção quer no desenho das formas, da orientação ou das dimensões. É possível mesmo que tenha resultado de um exercício de memória e não de um levantamento no terreno, o qual, a ter lugar, obviaria ao registo de muitos daqueles erros.

Já a planta datada de Chaves, 13 de Abril de 1763, resultou de um levantamento no terreno, "*elevada*

classificação definida pela DSE: cartografia; fortificações. - Bibliografia: Salema, Coronel Vasco da Costa, 1979 - Desenhos cartográficos militares espanhóis referentes à Campanha de 1762. "Boletim do Arquivo Histórico Militar". Lisboa: Arquivo Histórico Militar, vol. 49, p. 7-56; Selvagem, Carlos, 1994 - "Portugal militar. Compêndio de história militar e naval de Portugal desde as origens do Estado Portucalense até ao fim da dinastia de Bragança". 2ª reimpressão. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda."

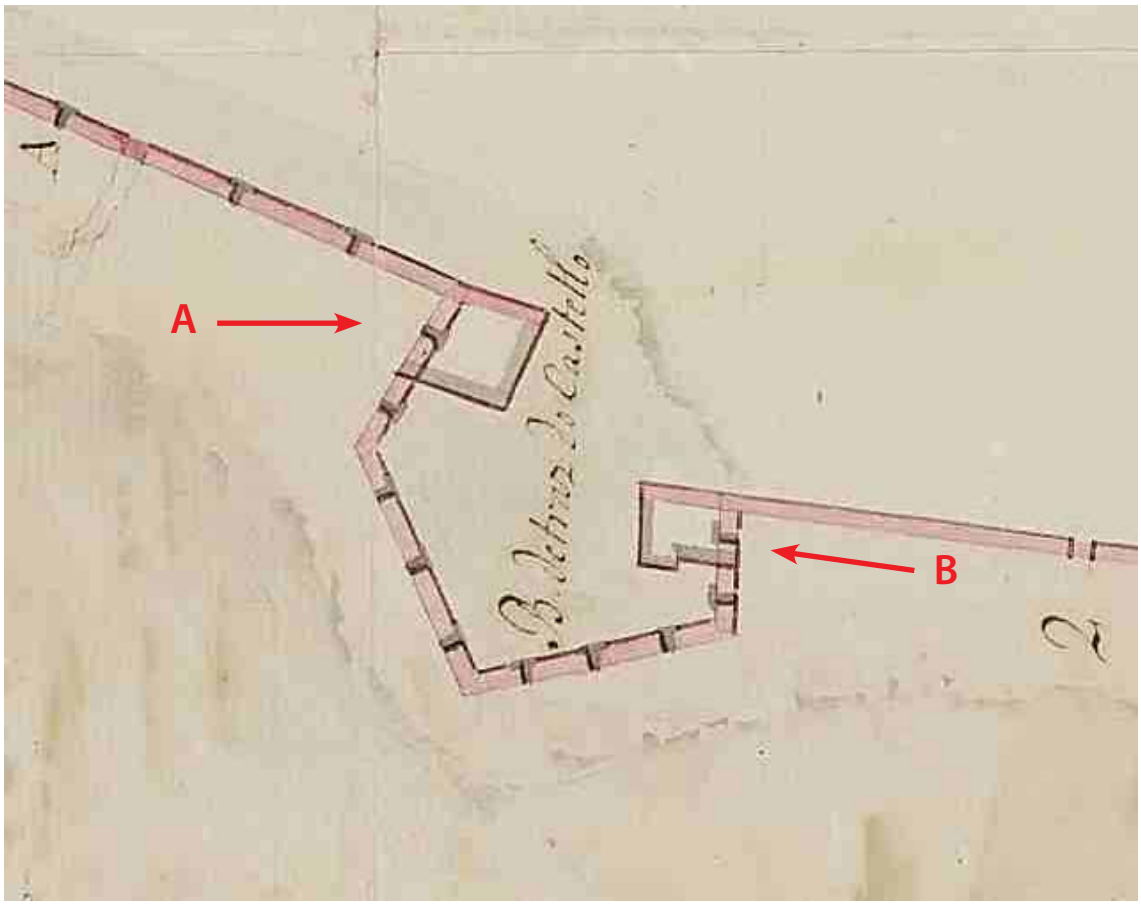
do terreno com a bussula pelo Capitão Engenheiro João Bento Python", e foi mandada executar por ordem de "*Jorge Cary tenente general dos exércitos de sua Magestade Fidelíssima*" após a evacuação da praça pelas forças do exército espanhol em Fevereiro de 1763, a fim de se registarem os locais "*aonde os castelhanos fizerão as minas*". Os estragos mostram-se de grande envergadura. João Bento Python distingue "*as minas que os castelhanos fizerão depois da entrada na dita praça*", assinalando, presume-se, as mais graves, "*com a letra A.*" localizadas em nove zonas: num dos flancos do baluarte das Amoreiras ou do Cavaleiro, a meio da cortina entre o Baluarte do Castelo e o de Santo Amaro ou dos Açougues, na cortina em que se abria a Porta do Anjo, em dois pontos, em ambos os encontros com os baluartes dos flancos, nas cortinas orientadas a N. e a E. do Forte de S. Francisco, em dois pontos da cortina que ligava o Forte ao Baluarte da Vedoria ou de Santo António, num dos meio baluartes do hornaveque da Madalena e numa das cortinas do Forte de S. Neutel. Ainda mais grave era "*a brecha cauzada das mesmas minas*" assinalada com a letra B junto de um dos ângulos do Baluarte de Santo Amaro ou dos Açougues. Em terceiro lugar assinala com a "*letra C.* (…) *duas porções de muralha que cairam por si mesmas*", localizada uma na cortina em que se abria o Postigo das Caldas e a outra num dos baluartes do Forte de S. Neutel.



Planta da Praça de Chaves concideradas as suas muralhas na altura de tres ou quatro palmos a onde os castilhanos fizerão as minas. Feita por ordem do Il.mo e Ex.mo Sr. P. Jorge Cary tenente general dos exércitos de sua Magestade Fidelissima. Chaves 13 de Abril de 1763.
Legenda: *Os pontos notados com aguada escura na grossura das muralhas, alguns deles com a letra* ***A.*** *denotam as minas que os castelhanos fizerão depois da entrada na dita praça. A letra B. mostra a brecha cauzada das mesmas minas. A letra* ***C.*** *mostra duas porções de muralha que cairam por si mesmas. O número* ***1****. mostra a porta do Anjo.* ***2.*** *a porta das Caldas.* ***3.*** *a porta da Vedoria.*
4. *porta da Magdalena. 5. porta de* ***S.*** *Roque.*
Declara-se que o Forte de S. Neutel esta distante do Forte de S. Francisco 370 braças
cuja distância não elege o petipé desta planta por não caber no comprimento do papel.
*Elevada do terreno com a bussula pelo Capitão Engenheiro João Bento Python***. AHM/GEAEM 1404-1-8-12**

É também visível neste levantamento que, enquanto no Forte de S. Neutel ou no hornaveque da Madalena as obras exteriores da fortificação, fossos e caminho coberto/esplanadas, surgem bem delineadas demonstrando razoável estado de conservação, na praça principal o desenho é muito difuso, certamente coincidente com um acentuado estado de degradação ou até, de construção não concluída.

Por outro lado, desenham-se com algum pormenor duas praças baixas no baluarte do Castelo, aparte eventuais erros de projecção, orientação ou dimensão, o do flanco orientado a NO. já previsto e descrito por Miguel de Lescole (assinalado abaixo com a letra A.), e uma outra localizada no flanco oposto, orientado a SE., a qual nos surge representada pela primeira vez (assinalado abaixo com a letra B.).



As consequências da campanha de 1762 para a Província de Trás-os-Montes seriam devastadoras. Miranda do Douro nunca se recomporia. Na explosão do castelo teriam morrido cerca de 400 pessoas e os muros arruinados não seriam mais reparados. O bispo obteria licença régia em Novembro de 1764 para se transferir para Bragança, acompanhado pelos cónegos, de onde não mais regressaria a partir de 1780. Em 1796, o manuscrito de Columbano de Castro (MENDES 1984, 177) dizia que a *cidade* estava "*mais diminuta em população do que antigamente e igualmente pobre*" apontando como principais razões as ocupações espanholas de 1710 – 1711 e a de 1762, na última das quais ocorreu a explosão do castelo, a "*mudança do Bispo* (…) *e, com elles, muitas famílias; e ultimamente a absencia do Regimento de Infantaria em mil setecentos setenta e nove, que tudo tem concorrido para a sua decadência.*" Por seu lado,

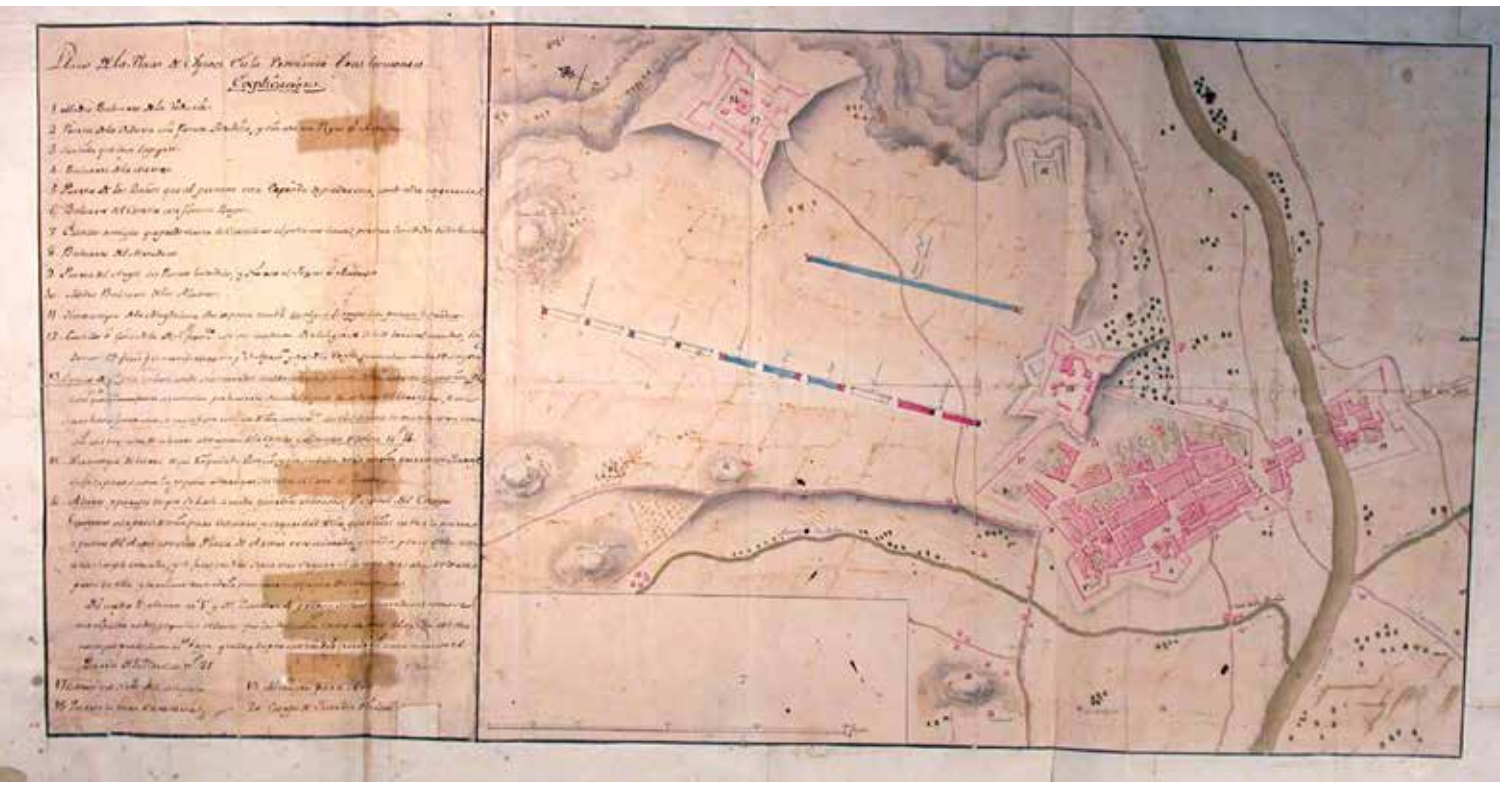
Chaves iniciaria um período de decadência de que só viria a recuperar para o final do século. Como Praça de Guerra, veria acentuar-se cada vez mais a ruína das fortificações ao mesmo tempo que a sua importância militar era fortemente diminuída culminando com a transferência do Governo Militar da Província de Trás-os-Montes para Bragança antes de 1796. No início do século seguinte, Chaves viria mesmo a ser desclassificada como *Praça de Guerra de 2ª classe* (1804-1805). Bragança aproveitaria destas circunstâncias, concentrando funções, mas nem por isso deixaria de mostrar decadência "*supposto que está muito diminuta á proporção da extensão e população que teve, contudo hé a melhor, maior e mais rica da província, por ser a de maior commercio*" (Amado MENDES 1984, 177, transcrevendo o manuscrito de Columbano de Castro datado de 1796).

Esta situação teria reflexos na evolução do número de fogos e da população em Chaves. Tendo conhecido um aumento significativo da população entre os finais do século XVII e os meados do século XVIII, mostraria em seguida uma retracção populacional de que parece querer recuperar no final daquele último século. Apoiando-nos mais uma vez no manuscrito de Columbano de Castro datado de 1796 (Amado MENDES 1984, 374 e 375) no qual escreve que "*a população desta villa está augmentada e rica do que antigamente foi, e da mesma forma estão a maior parte dos lugares do seu dilatado termo*", acrescentando mais adiante que "*o commercio que há nesta villa hé muito grande e consiste em todos os géneros do país e dos que vem de fora, sendo huma das terras mais provida e abundantes da província. Tem noventa e sete lojas de toda a qualidade de fazenda, para o que condus o muito consumo que faz a tropa que ali se acha e o dinheiro que annualmente deixa*".

Ano	Fogos	População	Fonte
1530	385		*Numeramento*
1640	500		*Estimativa da População do Reino…*
1706	400		CARVALHO DA COSTA, *Corographia…*
1732	500		CAETANO DE LIMA
1758	858	3418	*Memorias Parochiaes*
1789	680		JOSÉ INÁCIO DA COSTA, *Memoria agronómica…*
1796	892	3377	COLUMBANO PINTO RIBEIRO DE CASTRO
1864	1337	6382	*1º Censo Geral da População*

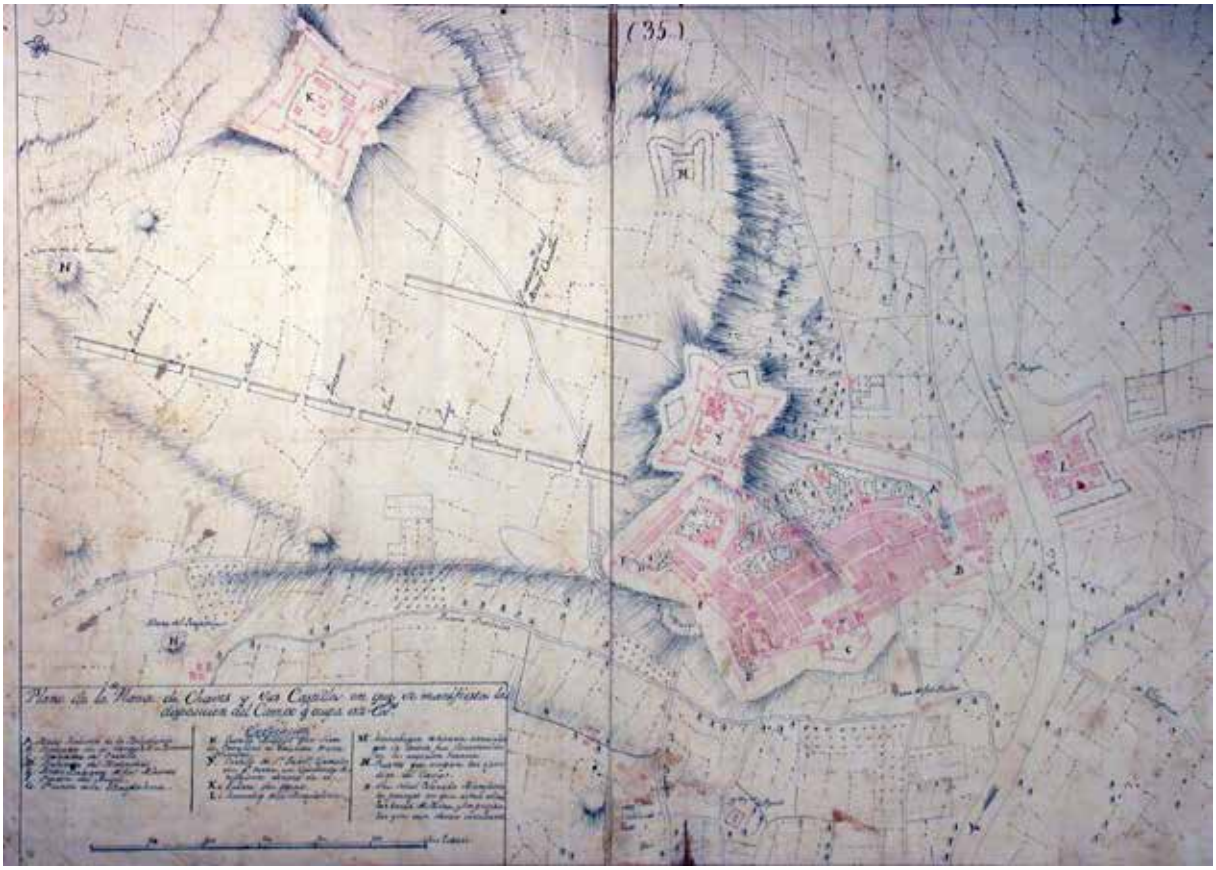
4.2. A *Villa* e *Praça de Guerra* de Chaves com seus *Suburbios* em meados do século XVIII

Durante a ocupação militar pelas forças espanholas foi realizado um levantamento muito detalhado de Chaves[13] o que deu origem a pelo menos duas plantas que se guardam no Arquivo Histórico Militar sob os números de cota AHM-DIV-3-47-AP1-17098-35.8 e AHM-DIV-3-

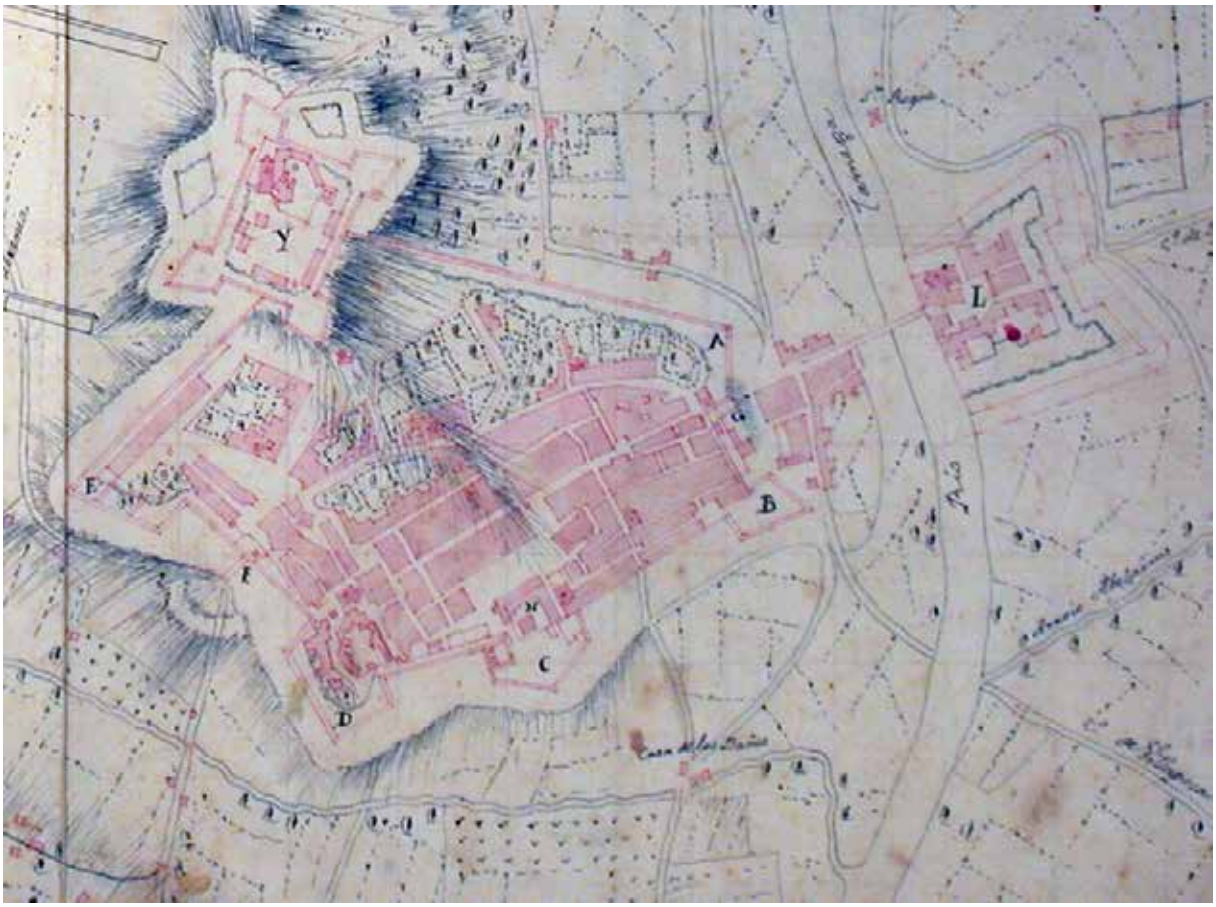


AHM-DIV-3-47-AP1-17098-35.9

13 Em relação a Bragança, o documento gráfico mais antigo e pormenorizado sobre a respectiva organização urbana, é também uma planta datada de 1762 e desenhada nas mesmas circunstâncias: "…uma referência para a planta levantada, em 1762, quando o marquês de Cevallos invadiu Bragança e que por ser a que melhor traduz a organização do tecido urbano se revela de grande utilidade para o estudo da cidade neste período." (RODRIGUES 2001, 509).



AHM-DIV-3-47-AP1-17098-35.8



7-AP1-17098-35.9. Esta última encontra-se reproduzida em Manuel C. TEIXEIRA e Margarida VALLA, *O Urbanismo Português, séculos XIII-XVIII, Portugal – Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, p. 170, com o título *Plano de la Plaza de Chaves en la Província Trás losmontes*, s/ autor[14].

14 Nº C9 do Inventário de FERNANDES 2005, p. 260. No inventário deste mesmo autor e sob o nº C8, referencia-se uma outra planta também datada de 1762 com o título *Plano de la Plaza de Chaves dibujado por el Aiudante e Ingeniero Joseph Monteiro Carvallo em 1753*, copiado por Bentura Buzetta em 1762, ms., 67,5x47,5 cm, [Madrid], Arquivo da Real Academia de La Historia, a qual não é senão a planta já nossa conhecida de José Monteiro de Carvalho. Foi publicada em Cármen MANSO PORTO, 1999, *Cartografia Histórica Portuguesa, Catálogos de manuscritos (siglos XVII-XVIII)*, Madrid, Real Academia de la Historia, Departamento de Cartografia y Bellas Artes, p. 60.

4.2.1. Os *Subúrbios* da Vila e Praça de Guerra

As plantas, ou Planta de 1762, representam não só a praça principal de Chaves com os seus arrabaldes mas ainda uma área significativa do terreno envolvente nas duas margens do Tâmega, estendendo-se em particular para Norte de modo a abranger a posição do Forte de S. Neutel e o planalto dominado pelo Alto da Trindade, sobre o qual representa o acampamento das tropas espanholas da campanha de 1762[15].

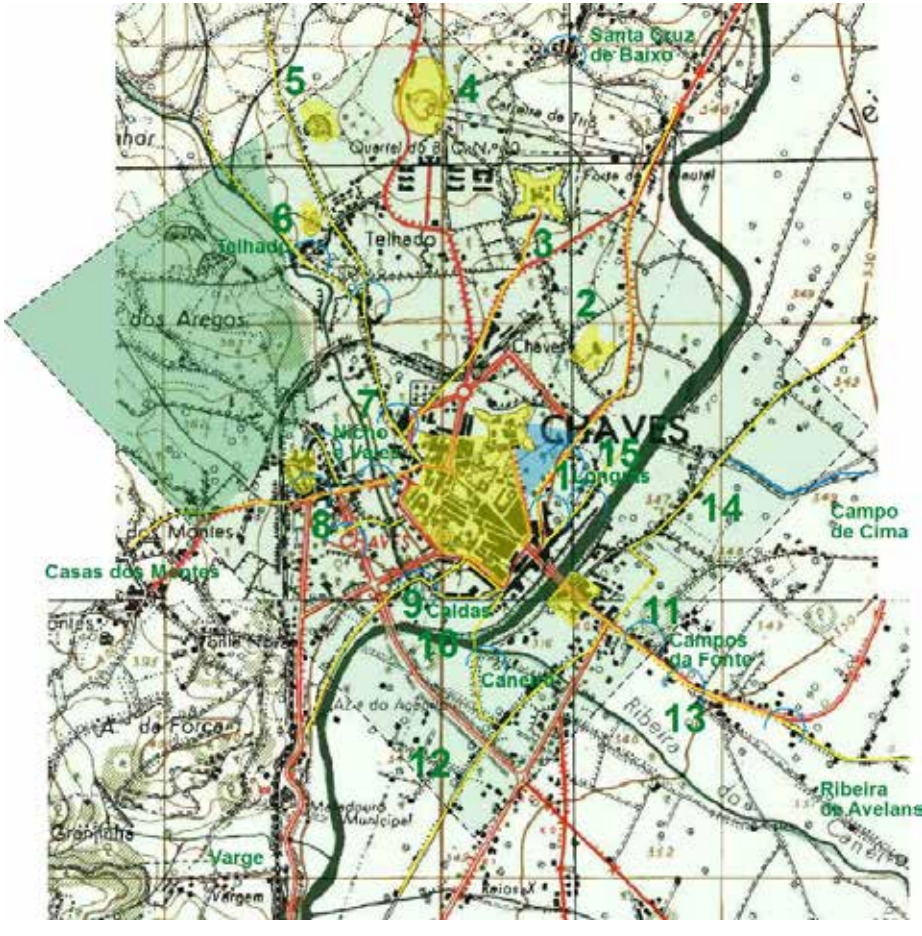
Estas plantas permitem pela primeira vez ensaiar uma análise cartográfica dos *suburbios* de Chaves, identificados e individualizados na *Memória Paroquial* de 1758 em relação aos seus *lugares e aldeias*, mas aos quais podemos agora acrescentar o espaço construído, edifícios marcantes, os caminhos, as pontes, campos agrícolas e os principais acidentes de terreno. Note-se, por exemplo, a localização de uma fortificação desaparecida do tipo hornaveque em aterro sobre um esporão sobranceiro à margem direita do Tâmega, entre a Praça Principal e o Forte de S. Neutel, em terrenos hoje urbanizados e que constituíam a antiga Quinta da Saúde (referenciado com o nº 19 e a letra M nas plantas).

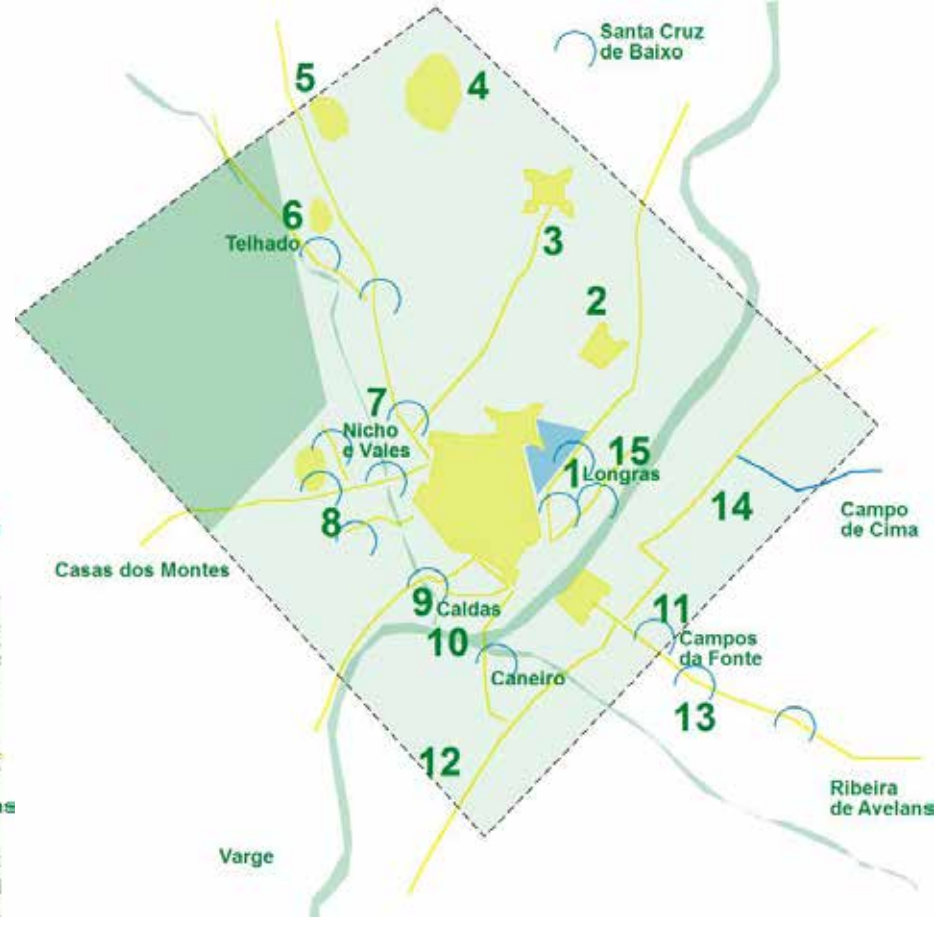
A representação nos dois exemplares é muito próxima ainda que a planta AHM-DIV-3-47-AP1-17098-35.8 mostre maior pormenor no desenho dos subúrbios. Também em relação às fortificações da praça principal e dos arrabaldes, bem como ao tecido urbano no interior destas, o desenho é de muito pormenor, permitindo ensaiar pela primeira vez uma análise global das transformações ocorridas como consequência da transformação da vila de Chaves numa *Villa e Praça de Guerra*.

Para a análise da envolvente, ou dos *suburbios*, utilizamos uma base cartográfica relativamente actual – a da Carta Militar à escala 1: 25000 – sobre a qual fomos identificando e numerando os elementos representados nas plantas espanholas de 1762. A área coberta pelas plantas de 1762 encontra-se realçada. Começando a nossa análise pelos subúrbios Norte, observa-se com o N.º 1 o antigo caminho legendado como o acesso à Praça espanhola de Monterey o qual era o caminho que, saindo do Arrabalde das Couraças, passava ao lugar das Longras, identificado nas *memorias* como *suburbio* com 8 fogos, contornava a cerca do mosteiro dos frades franciscanos (preenchida a azul sobre a Carta Militar), que se desenvolvia sobre a encosta da colina onde foi construído o Forte de N. S. da Rosário ou de S. Francisco, e continuava por Outeiro Seco, passando à Senhora da Azinheira, em direcção à fronteira. O N.º 2 assinala, sobre o esporão da desaparecida Quinta da Saúde, o plano da já referida fortificação em terra com a forma de um hornaveque. O N.º 3 assinala o Forte de S. Neutel e o caminho que a ele conduzia o qual tinha origem num entroncamento com o caminho antigo que da Porta do Anjo se dirigia ao Telhado (actuais Rua Alferes João Baptista / Rua do Cruzeiro) e daí a Sanjurge, Aboboleira e Bustelo. Parte significativa deste antigo caminho é hoje a Avenida do Estádio tendo desaparecido o troço final que ligava àquele entroncamento, substituído pelas actuais Avenidas Xavier Teixeira e a dos Bombeiros Voluntários. Note-se porém, que aquelas avenidas foram abertas para dar acesso ao cemitério municipal construído em finais do século XIX e que o limite Este do cemitério ainda respeita o traçado daquele antigo caminho.

No interior do Forte de S. Neutel existia a Capela de São Neutel, anterior à obra de fortificação, depois reedificada como N. S. das Brotas. Dela nos informa Tomé de Távora em 1722 que era "(…)

15 Será neste planalto, ainda completamente rural em meados do século XVIII, que na 2ª metade do século XX, se fará o principal da expansão urbana de Chaves, posteriormente reestruturada pelo eixo da Avenida Nuno Alvares Pereira que conduzia à entrada principal do novo Quartel de Infantaria de Chaves, construído na 2ª metade da década de 1940 e década de 1950.


Santa Cruz
de Baixo
5
4
6
Telhado
3
2
dos Aregos
Chaves
7
Nicho
e Vales
15
Longras
1
14
Campo
de Cima
Casas dos Montes
8
9
Caldas
11
Campos
da Fonte
10
Caneiro
13
12
Ribeira
de Avelans
Varge


Santa Cruz
de Baixo
5
4
6
Telhado
3
2
7
Nicho
e Vales
15
Longras
1
14
Campo
de Cima
Casas dos Montes
8
9
Caldas
11
Campos
da Fonte
10
Caneiro
13
12
Ribeira
de Avelans
Varge

devotíssima Romaria da gente desta terra e das sircunvesinhas. Mandou-a eregir o Conde de Mesquitella D. Rodrigo de Castro [por 1661]*, admenistrada pella Veedoria e Mellitares*." As *memorias* de 1758 acrescentam que "(…) *na qual hermida fez colocar a imagem do dito santo, de vulto e ao lado da Epistola a de S. João de Deos em hum quadro e ao lado do Evangelho , a de Nossa Senhora das Brotas em outra, copiada da que se venera no Arcebispado de Évora, a qual Senhora quotidianamente está obrando vários prodígios, por cujo motivo se denomina hoje da Senhora das Brotas, deixando o seu primitivo de S. Noutel e hé a 3ª hermida que debaixo do dito titulo se venera em este Reino* [e ao lado direito da folha escreve-se: *Propriamente hé de Santo Eleuterio da Ordem benedictina, porém o povo vulgar, corrompendo o nome lhe chama forte de S. Neutel, sendo como hé de S. Eleuterio.*] *Hé da protecção real e administrada por hum administrador eleito em camera. Hé romagem onde quotidianamente concorrem varias pessoas desta villa e de fora, principalmente nos Sabbados, dia em que em louvor da mesma Senhora se celebra por hum capellão e muito mais na 2ª Feira despois da Dominica in albis, dia próprio em que a mesma Senhora hé festejada. De seos prodígios são testemunhas vários quadros, mortalhas, cabeças, pés, mãos, muletas e outras mais couzas pendentes nos lados da mesma hermida, que mudamente publicam os milagres da mesma Senhora*. Mais a Norte, já na encosta do planalto, existia outro lugar que também integrava os subúrbios de seu nome *Santa Cruz de Baixo* com apenas 2 fogos e 5 pessoas de sacramento, referido nas *memorias* de 1758. O núcleo original ainda hoje se reconhece no Largo da Eira e na Rua e Beco da Igreja, onde, o cruzeiro primitivo que o topónimo assinala deu lugar a uma capela da invocação actual de N. S. da Conceição.

O N.º 4 indica a colina do Alto da Trindade a qual serviria em tempos mais recentes (séculos XIX e XX) como espaldão da Carreira de Tiro. Uma outra eminência assinalada nas plantas de 1762 leva o N.º 5 a qual foi uma pedreira (é como se representa na Carta 1: 25 000) e é hoje uma área não urbanizada enquadrada por grande densidade de edifícios de construção recente junto da actual Rua Aníbal de Sousa Pinto de Barros. O caminho já referido que, depois de dar acesso ao Telhado se dirigia a Sanjurge e era o principal acesso ao Bustelo, atravessava entre esta colina e uma terceira, assinalada com o N.º 6. Junto desta última representa-se um conjunto de casas que corresponde ao núcleo original do lugar do Telhado referenciado nas *Memorias Parochies* com 10 fogos e que integrava já o segundo aro dos *suburbios* (…) *em mais distancia*. O caminho que propriamente dava acesso ao lugar do Telhado continuava depois ao longo da Ribeira de Ribelas permitindo atingir a Abobeleira e também Sanjurge. O núcleo original do Telhado é ainda hoje a Rua do Telhado e conserva alguns indícios daquele passado. O caminho para o Telhado é a actual Rua Capitão Maia Magalhães sendo no Largo de S. João[16] que entronca com a Rua do Telhado. Os actuais Largo e Rua do Cruzeiro[17] assinalam o desvio que este acesso ao Telhado fazia em relação ao caminho principal para o Bustelo, o qual, actualmente, segue a Rua da Viscondessa do Rosário e depois a da Fonte de Leite. Junto àquele desvio, as plantas de 1762 assinalam algumas casas bem como outras, dispersas, ao longo do caminho no troço para Sul até ao entroncamento com o caminho de acesso ao Forte de S. Neutel (N.º 7).

Da Porta do Anjo saía outro caminho na direcção SO. que surge legendado nas plantas de 1762 como

16 Ainda hoje aqui se localiza a Capela de S. João Baptista (ver AIRES 1990A, 123-4). Tomé de Távora e Abreu, em 1722, não data a sua fundação apenas referindo que a capela de *S. João bauptista do Telhado* [é] *admenistrada pelo Padre João Gonçalves deste lugar*. As *memorias parochiaes* também se lhe referem como a Capela de *S. João Baptista no Telhado*.

17 Segundo Firmino AIRES (1990, 110) os topónimos Rua do Cruzeiro e Largo do Cruzeiro referem-se a um antigo cruzeiro já desaparecido mas que as pessoas idosas ainda se lembram de estar implantado no largo que se abre entre a Rua do Cruzeiro e a Rua Capitão Maia Magalhães.

Estrada de Braga. Junto da Ponte sobre o Ribelas, antes e depois, registam-se algumas casas as quais correspondem ao lugar registado nas *Memorias Parochiaes* sob a designação de *Nicho e Vales* contabilizando *14 fogos* e *40 pessoas de sacramento*. O Nicho é a Capela do Nicho que ainda hoje existe e fazia parte da Via-sacra, a qual iniciava-se na Igreja Matriz e terminava no Alto do Calvário[18]. É possível que o lugar designado por *Nicho e Vales* abrange-se também as casas que surgem representadas no sopé da colina do Calvário (N.º 8), tanto junto da *Estrada de Braga* (núcleo que receberá a designação de Santo Amaro[19]) como de um caminho que nela entronca e segue depois para N. paralelo ao Ribeiro de Ribelas ou até, a Sul, a zona em que se localizava a Capela de Nossa Senhora do Pópulo[20]. Para acesso a esta capela, apenas numa das plantas (AHM-DIV-3-47-AP1-17098-35.8) se representa um caminho que parte da linha do fosso, como que prolongando o alinhamento da Rua intra-muros do Verde, e se dirige ao adro da capela continuando em seguida. Teremos ocasião de reflectir adiante sobre o significado deste traçado que nos parece uma sobrevivência de uma realidade pré-existente à construção do baluarte de Santo Amaro ou dos Açougues. A *Estrada* seguia depois pelo lugar de Casas dos Montes, já não representado nas plantas de 1762, mas referenciado nas *memorias* como integrando o segundo aro dos *suburbios* de Chaves com o mais elevado número de fogos (*36 fogos, 96 pessoas de sacramento*) e uma capela dedicada a S. Bartolomeu já referenciada por Tomé de Távora como *São Bartolomeu das Casas dos Montes administrada pelos moradores do mesmo lugar*.

Saindo pelo Postigo das Caldas, as plantas de 1762, representam um outro caminho que atravessa o Ribelas junto de um núcleo de casas legendado *casa de los baños*. É o núcleo original do lugar das Caldas (N.º 9) referenciado nas *memorias* com 10 fogos e 20 pessoas de sacramento. Este caminho surge também identificado em outros documentos como o caminho velho para Braga. Depois de atravessar o Ribelas seguia paralelo ao Tâmega e passava ao actual lugar da Vargem o qual, apesar da distância já considerável à vila, deverá identificar-se com a *Varge* referenciado nas *memorias* que o situa no aro a menor distância dos respectivos suburbios com 3 fogos e 7 pessoas de sacramento.

No Arrabalde das Couraças, a partir do limite SO. do eixo estruturante que constitui a Rua do Calau (ou do Tabolado), iniciam-se três caminhos. Um segue paralelo ao baluarte e à cortina pelo limite do fosso (na origem seria o respectivo *caminho* ou *estrada coberta*) ligando ao caminho, já referido, que do Postigo das Caldas se dirigia àquele lugar. Outro segue mais directamente para as Caldas. O terceiro, que é o único dos três representado na planta AHM-DIV-3-47-AP1-17098-35.9, toma a direcção das Poldras no Tâmega, junto da foz do Ribeira do Caneiro ou das Cabanas, onde cruza o rio e segue depois na direcção Sul exibindo a legenda de *caminho de Villa pouca*. Junto ao caminho, sobre a margem esquerda do Tâmega estão representadas umas casas que poderão corresponder ao lugar do *Caneiro* mencionado pelas *memorias* com apenas 1 fogo e 3 pessoas de sacramento como integrando os *suburbios* (…) *em mais distancia* (N.º 10).

18 Segundo Firmino AIRES (1990A, 127-8) fazia parte da Quinta do Nicho. A capela tem sobre o dintel a seguinte inscrição: "*ESTE PASO O FIZERAO OS IRMAOS JOAO CARNEIRO VIEIRA E JOAO CARNEIRO DE MORAES E O NETO EM* [...?] *ANO 1747*." O nicho e a quinta chegaram a pertencer à Santa Casa da Misericórdia de Chaves que a vendeu em 1893.

19 De acordo com as *memorias parochiaes* a Capela de Santo Amaro já existia. Aliás já Tomé de Távora e Abreu em 1722 a referencia ignorando-lhe o fundador mas registando pertencer à *família dos queirõgas*.

20 Segundo Firmino AIRES (1990A, 102-4) que cita as *Notícias* de Tomé de Távora e Abreu, foi fundada em 1516 por Jácome de Araujo, Comendador de Vilarelho na Ordem de Cristo.

Na margem esquerda do Tâmega, a partir da porta principal do hornaveque que defendia o arrabalde da Madalena (N.º 11), representam-se três caminhos: o *Caminho de Bregança* (N.º 13), o *Caminho de Monterrey* (N.º 14) e um terceiro caminho, não legendado, mas que tomando a direcção paralela ao rio Tâmega, seguia para Vila Pouca e Vila Real (N.º 12).

O primeiro daqueles eixos, o Caminho para Bragança, saindo pela referida porta principal (Portas de São Bento), constituiu um alinhamento estruturante (N.º 13). Numa das plantas de 1762 representa-se à sua mão esquerda os limites do *Campo da Fonte*. No centro deste recinto de plano rectangular existia uma fonte hoje desaparecida mas de que se conservam as cantarias no Museu local. A S. do recinto, junto do caminho (actual Av. Duarte Pacheco) localiza-se a Capela do Senhor do Bom Caminho, com adro lajeado e murado e portão de ferro, que era particular da família dos Pizarros os quais tinham solar no mesmo recinto[21] (ver adiante). As *memorias* identificam aqui um dos núcleos habitacionais (*Campos da Fonte)* do subúrbio *em mais distancia* contabilizando 13 fogos e 45 pessoas de sacramento. Continuando pelo mesmo caminho, mas já não representada nas plantas de 1762, encontra-se logo a seguir a Capela de São Bento com adro e cruzeiro[22]. Era nesta época local ainda não habitado. A continuação do mesmo caminho seguia pelas actuais Rua do Senhor da Boa Morte[23] e Calçada Romana de São Lourenço[24]. A partir deste eixo estruturante, tinham origem outros caminhos de ligação a lugares importantes dos subúrbios já no sopé das encosta que limitavam a Veiga a SE. como a Quinta de Condeixa ou o lugar de *Ribeira de Avelans*, registado nas *memorias* com 25 fogos e 95 pessoas de sacramento, e onde se localiza a capela de S. Geraldo referida nas *Notícias* de Tomé de Távora e Abreu (1722) como uma das *três que ficão em mayor distancia da praça*, as quais eram também a de S. Bartolomeu das Casas dos Montes e a de S. João do Telhado. Acrescenta ainda aquele autor que a capela era *admenistrada pelo Coronel Luís Vahia Monteiro*. Já na margem esquerda do Ribeiro de Cabanas ou Caneiro, existe a actual Rua de Cabanas, entre a R. D. Afonso III e o pontilhão de Cabanas (Quinta da Boavista), que é também um antigo caminho paralelo ao Ribeiro de Cabanas mas não representado nas plantas de 1762. O Ribeiro toma o nome de Caneiro junto da foz, sendo para montante designado sucessivamente, de Cabanas, Avelãs, Pinheiro, Sampaio e Olgas.

21 Segundo Firmino AIRES (1990A, 129-131) a Capela do Senhor do Bom Caminho havia sido fundada pela família Pizarro nela tendo sido sepultado em 1838 Joaquim de Souza Quevedo Pizarro, Governador de Armas da Província. Não surge referenciada nas *Memorias Parochiaes* de 1758.

22 Segundo Firmino AIRES (1990A, 110-111) que cita as *Notícias* de Tomé de Távora e Abreu (1722), *está para a parte do nascente a tiro de espingarda do ornabeque da Magdalena e em principio da veyga. He antigua, admenistrada pelo povo e asestida por mordomos. Acha-se hoje feita de novo à custa do coronel Luís Vahia Monteiro com mais alguas esmollas particulares*.

23 Segundo Firmino AIRES (1990, 350-351), o "…Cruzeiro do Senhor da Boa Morte é constituído por uma cruz de pedra, virada a Norte, nela tem pintada a figura de Cristo, tendo um pequeno telhado, sustentado por quatro coluna de pedra. Está colocada num cruzamento de caminhos, possivelmente desde o século XVIII. Era uma imagem protectora para todos os caminhantes que o invocavam, quando por ali passavem a caminho das serras, para que os livrasse dos perigos e maus encontros. Nos termos da deliberação da Câmara, de 30 de Outubro de 1889, a Rua Cabeça de Galinha deixou de ter este nome, a pedido de pessoas ali residentes, passando a ter o nome desta rua, com a qual confina"

24 Sobre a Calçada de S. Lourenço escreve Firmino AIRES (1990, 57-58), que "(…) a velhíssima via romana que de Aquae Flaviae se dirigia a Vilarandelo, Poçacos, Valtelhas, etc, quer pela ponte de Trajano, quer a vau, na Galinheira, passava impreterivelmente em Cabeça de Galinha, Senhor da Boa Morte e Calçada de S. Lourenço. De Aquae Flaviae até à encosta de S. Lourençp todos os vestígios da via romana desapareceram. Como possíveis topónimos restam a Galinheira (calinaria) e Cabeça de Galinha (Caput Calinae), que resistiram através dos séculos, tomando uma forma bastante diferente. Bem próximo da Quinta da Condeixa, a nordeste, destaca-se a calçada romana, já com algumas casas de emigrantes. Desde há muitos anos, por falta de uso da Calçada Romana de S. Lourenço, esta foi interrompida por um muro de suporte, particular, quando o seu declive se torna mais pronunciado."

A partir das Portas de São Bento e do Campo da Fonte, começava em direcção a SO. o caminho que se dirigia a Vila Pouca e Vila Real (N.º 12). Desde a segunda metade do século XIX que foi aberta a Estrada Nova (Avenida D. João I) mas o antigo percurso ainda sobrevive, atravessando o Ribeiro de Caneiro num pontilhão (a passagem primitiva seria a vau), sendo aí designado por Rua do Caneiro, e continuando depois já com a designação Carreira da Vila. É também conhecido por Caminho de Outeiro de Jusão.

O terceiro caminho que partia das Portas de São Bento e do Campo da Fonte, tomava a direcção a NE. dirigindo-se para a fronteira (N.º 14). As plantas de 1762 mostram-no a contornar as fortificações da Madalena a fim de passar à Capela de S. Roque ou da Senhora das Neves, como era conhecida anteriormente, onde se abria um extenso terreiro ou largo. Existia também um acesso directo a este largo e à capela através do Postigo de S. Roque, o qual deveria dar continuidade ao percurso original. Para NE., paralelo ao Tâmega, o caminho toma a designação de Rua de São Roque e depois Rua dos Codessais acabando por entroncar na actual EN Chaves-Verin. "Caminho muito antigo que servia as populações a Norte, na margem esquerda do Tâmega. Com a abertura da actual estrada Chaves – Verín, o seu tráfego ficou limitado a cavaleiros e a pedestres, fora da estação invernosa, por causa dos atoleiros." (AIRES 1990, 99). Transversal ao Caminho dos Codessais regista-se num outro caminho o topónimo antigo de Estrada Real, sobrevivência da antiga estrada Chaves a Bragança que depois seguia o percurso da actual por Faiões.

As *memorias* de 1758 referem-se a um outro lugar dos subúrbios de Chaves designado por Campo de Cima onde existiam 20 fogos e 75 pessoas de Sacramento, o qual também não está representado nas plantas de 1762. O lugar ainda existe e nele um cruzeiro antigo com inscrição que o data de 1650 situado no Largo do Cruzeiro das Eiras. Segundo Firmino AIRES (1990, 110) serve de ponto de divisão entre o Campo de Cima (actual freguesia da Madalena) e a freguesia das Eiras.

Com o N.º 15 assinala-se um outro caminho, já na margem direita do Tâmega, de serventia rural mas que evidencia inícios de urbanização no prolongamento do Arrabalde das Couraças e que se integraria provavelmente no lugar referido das Longras. É actualmente a Canelha das Longras.

4.2.2. A lógica da *máquina de guerra* da Praça de Chaves

A documentação reunida para os meados do século XVIII permitiu elaborar uma reconstituição cartográfica dos subúrbios de Chaves. Com base na mesma documentação, fixando-nos agora sobre o espaço urbano, ensaiamos uma idêntica análise e caracterização mas na sua dupla dimensão de espaço urbano militar e espaço urbano civil. Comecemos pelo primeira dimensão, a da lógica da *máquina* militar.

Seria interessante realizar esta análise comparando o que se observa em Chaves com o que se reconhece em outras Praças de Guerra da mesma época como Almeida ou Valença, por exemplo. Na impossibilidade de o realizar de um modo pormenorizado, recorreremos no entanto ao confronto através de algumas ideias gerais que se colhem nas monografias disponíveis[25].

Como afirma Walter Rossa (1995, 271-2) a escola portuguesa de engenharia militar que se impõe no contexto das necessidades da Guerra da Aclamação ou Restauração e que a tratadística nacional bem expressa – considere-se em primeiro lugar a obra de Luís Serrão Pimentel – "assume a existência de casos imperfeitos, indício insuspeito do reconhecimento teórico da tendência portuguesa da transformação em detrimento da ruptura. Tratava-se de fazer prevalecer um pragmatismo de forte componente científica e cultural sobre as tendências de importação acrítica de modelos. Para além do 'nacionalismo' e do facto de ter partido da prática para a teoria, é também nestes aspectos que se afasta do conceito de 'cidade ideal' e se aproxima de um racionalismo de base ideológico-programática, não meramente especulativo e asséptico." Ou como escreve Margarida VALLA (2001, 390-2), "uma das características importantes dos sistemas de fortificação portuguesa é a configuração duma linha poligonal irregular resultante da adaptação ao terreno" paralelamente à necessidade da "implementação das obras de fortificação numa cidade ter que tomar em conta o custo das obras de fortificação e de demolição, quando estas tivessem que existir". E de um modo mais conclusivo, afirma a mesma autora, que "a aplicação das regras teóricas na implementação dos sistemas de fortificação do século XVII foi sempre um dos objectivos dos engenheiros militares em Portugal, o que nalguns casos levou à demolição de casas, conventos e mesmo bairros. A construção de baluartes, revelins e outras obras exteriores seguiu as regras teóricas aplicadas na tratadística europeia. Ainda a localização das portas e da cidadela ou da estrada de armas, pretenderam seguir os ideais teóricos. Mas, a adaptação à realidade portuguesa, com cidades já construídas desde o século XIII, levou a uma teoria que se baseava num equilíbrio entre as preexistências e o ideal de defesa para que correspondessem a uma 'Praça-Forte'. A intervenção dos engenheiros-militares resultou num equilíbrio entre a teoria e a prática. A introdução da regularidade geométrica na fortificação não foi dominante na aplicação prática das obras. Essa regularidade não foi introduzida na definição da nova linha poligonal de muralhas, e na estruturação da malha urbana, dadas as dificuldades topográficas e preexistências rurais e urbanas. Procurou-se estabelecer outras regras de funcionamento na estrutura urbana, mas que implicaram uma intervenção global no espaço urbano delimitado".[26]

25 A Praça de Almeida foi objecto de um estudo pormenorizado por Margarida Tavares da Conceição (2002) já por nós citado. A Praça de Valença conta com uma ficha de conjunto no Inventário do Património Arquitectónico (ex-DGEMN) de que são autoras Margarida Tavares da Conceição, Anouk Costa e Teresa Ferreira (1999) com actualizações de Paula Noé (2007).

26 Sobre este tema, entre outros, ver também o texto de Rafael MOREIRA, "Do Rigor Teórico à Urgência Prática: Arquitectura Militar", *História de Portugal – O Limiar do Barroco*, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, vol. VIII, pp. 67-86.

As Praças de Chaves e a de Almeida espelham talvez dois dos pólos de um *continuum* de adaptabilidade dos modelos teóricos às condições concretas no terreno. Almeida, "constitui o exemplo mais equilibrado, onde a praça de guerra, embora configurada de modo lento, revela grande unidade final" (CONCEIÇÂO 2001, 833). Em Chaves, do lado oposto, pesaram muito mais as preexistências, uma topografia mais acidentada ou as prioridades financeiras e estratégicas que deslocavam recursos para outras paragens.

Na configuração da Praça de Guerra nos séculos XVII e XVIII, pontuaram alguns princípios da lógica ou da *razão da máquina de guerra* em que se destacaria[27]:

- A fortificação ou sistema de fortificação passa a constituir "uma **grande área militar** construída que acentuava uma descontinuidade entre o espaço interior urbano e o espaço exterior rural. A zona marginal construída junto às muralhas constituía a zona de periferia estritamente de função militar, a periferia interior correspondia às instalações de quartéis e armazéns militares, e a periferia exterior correspondia aos elementos de arquitectura militar do sistema de ataque e defesa da praça militar."

- Um elemento importante do novo sistema é a existência de uma **cidadela**, "fortaleza que se construía dentro do burgo, localizada num dos lados e em sítios mais eminentes. Serviria como último local de defesa e refúgio no caso de ataque à vila (…)."

- A **função militar**, toda ela desenrolando-se no interior do núcleo urbano, coexistia com a **função urbana** obrigando ao estabelecimento de hierarquias de traçados e de espaços.

- A ***estrada de armas***, seguindo todo o percurso das muralhas pelo interior, constituía um outro elemento importante do sistema de fortificação assegurando a ligação de todas as suas componentes.

- A **praça de armas** constituía o centro do sistema militar, "idealmente localizada no centro do perímetro poligonal fortificado", nela se concentrando os principais edifícios sede do comando militar. A praça de armas seria sempre independente das praças urbanas para uso dos civis.

- "Esta estrutura urbana será ainda completada com a implantação de **edifícios militares** que deveriam ser anexos ou inseridos dentro das muralhas." Será igualmente comum a transformação e adaptação de edifícios preexistentes, como conventos, para fins militares.

Em Chaves vamos encontrar grandes *irregularidades* em relação a estes princípios de configuração de uma Praça de Guerra. Em primeiro lugar a debilidade das "obras exteriores". Projectadas desde o início, são porém sistematicamente executadas em momento tardio ou não chegam sequer a executar-se. Mostram também uma manutenção deficiente – por exemplo, a referência na Planta de José Monteiro de Carvalho, datada de 1753, em que o fosso surge indicado pela letra R como "*fosso seco que todo está quase entulhado*" – o que, associado às características específicas do seu sistema construtivo, conduzia rapidamente à degradação, ruína e desaparecimento.

Por outro lado, a ideia de que o largo da *Praça de Armas*, também designado por *Praça Principal* ou

27 Seguimos aqui a exposição de Margarida VALLA 2001, 388-390.

simplesmente *A Principal*, constituía o centro do sistema militar nele se concentrando os principais edifícios sede do comando militar bem como a da sua completa autonomia e independência relativamente a praças urbanas para uso dos civis, ainda que também presente em Chaves, parece contudo demorar a afirmar-se plenamente. O topónimo porque é conhecido aquele largo ainda em meados do século XVIII é o de *Toural das Ollas* ou simplesmente *Toural*, passando só tardiamente, num momento em que até as funções militares já se encontravam desvalorizadas, a ser chamado *Praça* [do Corpo da Guarda] *Principal*, o que acontece aliás aparentemente apenas por via erudita. Era ali o local tradicional da realização da feira intra-muros, onde se vendia gado (*toural*) e louça (*ollas*), entre a qual devia dominar a produzida no centro oleiro vizinho de Vilar de Nantes. E ainda em 1861, deliberava a Câmara que a "feira dos queijos que até agora se fazia na Praça desta Vila. fosse transferida par o Largo do Arrabalde" (AIRES 1994, 19), deliberação que, naquele momento, até parece mais relacionar-se com a requalificação civil e municipal daquele espaço concomitante ao início do processo de aquisição das casas do Morgado de Vilar de Perdizes para nelas instalar dignamente os Paços Municipais.

Se o Castelo e os Paços do Duque de Bragança no seu interior, limitando a Sul aquele largo, perduraram simbólica e funcionalmente como centro do comando militar, a construção do Quartel do Corpo da Guarda Principal na década de 1730 – o edifício militar erguido na Praça de Guerra de Chaves em que o investimento como peça de arquitectura monumental foi maior - adossado precisamente aos muros do Castelo mas pelo exterior e abrindo assim a respectiva fachada principal para um dos lados maiores do largo, terá sido o gesto mais relevante no sentido da afirmação daquele espaço como a *Praça de Armas*. No entanto, se observarmos a implantação dos edifícios sede da Vedoria Militar da Província, outro dos mais importantes organismos do comando e logística militar, concluímos que a opção seguida foi a de ocupar e adaptar edifícios ou construções pré-existentes não importando que a sua localização fosse no exterior da Praça de Armas. Na verdade, a Vedoria surge localizada em, pelo menos, dois sítios. Em datas mais recuadas (2ª metade do século XVII) são mencionadas as suas instalações junto das Portas da Vila, pelo interior, com fachada para a Rua Direita (por exemplo nos apontamentos de António Rodrigues de contestação ao projecto de Miguel de Lescole) permanecendo no século XIX na toponímia as *Portas da Vedoria* e a *Calçada da Vedoria*. No século XVIII, pelo menos a sede principal da Vedoria, parece instalada na Torre das Portas de Cima ou do Anjo, ocupando depois edifícios a ela adossados pelo exterior cuja demolição, já na 1ª metade do século XIX, viria a dar origem à configuração actual do Largo do Anjo. Registam-se ainda vários *Armazéns Regimentais*, dispersos por várias zonas intra-muros, os quais completariam a rede de aprovisionamento a cargo da Vedoria.

Acrescente-se que, não só, como vimos, a *Praça de Armas* persiste em manter funções civis como os outros espaços de centralidade civil, municipal e religiosa como que coexistem paredes-meias com ela numa aparente acentuada promiscuidade. Assim a Praça da Câmara e do Pelourinho localiza-se na sua continuidade para NE; o adro da Igreja Matriz é parte da Praça da Câmara e limite a E. com a Praça de Armas; idêntica situação se verifica com a Adro da Igreja da Misericórdia que se localiza na continuidade para S. e SE. da mesma Praça de Armas.

Um terceiro aspecto prende-se com a necessidade de contenção de custos, recursos e tempo o que conduzia invariavelmente ao reaproveitamento das pré-existências, construção de *meios baluartes* e à implantação de cortinas demasiado extensas. Todas estas situações se verificam em Chaves mas

aparentemente a mais gravosa parece ter sido a vontade de integrar troços da cerca antiga na nova linha de fortificação o que veio impedir a construção de terraplenos e de uma contínua "estrada de armas" uma vez que, como afirma a memória anteriormente citada de António Rodrigues Ribeiro (c. 1700), tal teria como consequência *arruinaremse as cazas que estão sobre ella* [=muralha da cerca antiga].

A questão pôs-se mesmo de forma muito aguda em relação à ligação entre os dois baluartes que flanqueavam o arrabalde das Couraças. Como vimos antes, Miguel de Lescole nos Apontamentos de obra datados de 1673 propunha a construção de parapeitos novos nas "*Duas Cortinas V e X que São Das muralhas Velhas Da Villa* (…) *com huma Banquetta Semelhante a ditta e o todo aprumo, e pera dar Seruentia no …? Destas muralhas, Detraço* [debaixo?] *Deste parapeto, Se fará em todo o Comprimento Destas taes cortinas huma Cachorada de três fiadas de Pedra de Cantaria que assi podrão Resaltear outros, quatro palmos e meo* [0,99 m] *de Largo, e sobre Ella farão hum …?* [parapeito] *de Cantaria delgada de 3* [0,66 m] *palmos de alto pera Seruir de Resgoardo*". Na memória de António Rodrigues Ribeiro, volta a explicar-se a solução de Lescole para a cortina entre os baluartes das Couraças em que este engenheiro *inventa hum romendo na cortina do dito Lado pera serem comonicados seus Baluartez, dizendo se faça no alto della huá Cachorrada de Cantaria pera por sima della se Leuabtar hum Perapeito de hum palmo de grosso, ficando pella parte de dentro do Parapeito hum corredor pera passar a gente* o que, no entendimento de António Rodrigues, era *infalliuelmente errado, porque allem de seu muito custo, era força arruinaremse as cazas que estão sobre ella ao meter da cachorrada, e que nem por isso os Baluartez ficarão bem comunicados*. No mesmo sentido se manifestou na altura o prestigiado lente da Aula de Fortificação Francisco Pimentel, não sem antes explicar o contexto ao tempo daquela proposta de Lescole, pois *a rezão. que pera isto há, era necessário primeiro dizer, que os Baluartes de Santo Spiritu, e de Santo António estão atacados aos muros velhos da Villa, e a porta he a mesma antiga por dentro de huma Torre dos mesmos muros antigos* (…) *o que se fizera no tempo da guerra por poupar o gasto de duas Cortinaz* (…) *mas que como as ditas Cortinaz, ou muros uelhos* (…) *estejão edificadas muitas Cazas, e entre ella as Cazas da Vedoria, não há comunicaçãe entre estes Baluartes.* Esta questão havia preocupado um grande número de engenheiros chamados a colaborar na obra de fortificação de Chaves: *"Que todos os Imginheiros que forão aquella Praça modernamente uirão que isto necessitaua de algum remédio pera a dita comunicação, e que o Mestre de Campo Miguel de Lescolle uira o mesmo; e que o remedio que lhe deu, foi que nos ditos muros* (…) *se fizesse huma Cachorrada de três fiadas de pedra de Cantaria* (…) *com huma banqueta.* Esta solução porém, não era aceitável e que *não se contentando nenhum dos Imginheiros, que despois de Miguel de Lescolle foram aquella Praça de Chauez do remédio da Cachorrada que o dito Mestre de Campo deo pera a comunicação dos ditos Baluartez, cuidarão em outros remédios, e que por Manoel Pinto Villa Lobos, e Sebastião de Souza e Vasconcellos lhe forão comunicados vários pensamentos; Que o melhor que delles lhe pareceo, foi o que agora propunha António Rodriguez Ribeiro* (…).

O sistema de fortificações militares completava-se com a construção ou adaptação de edifícios destinados a albergarem as forças militares os quais por regra deveriam localizar-se junto da linha de muralhas.

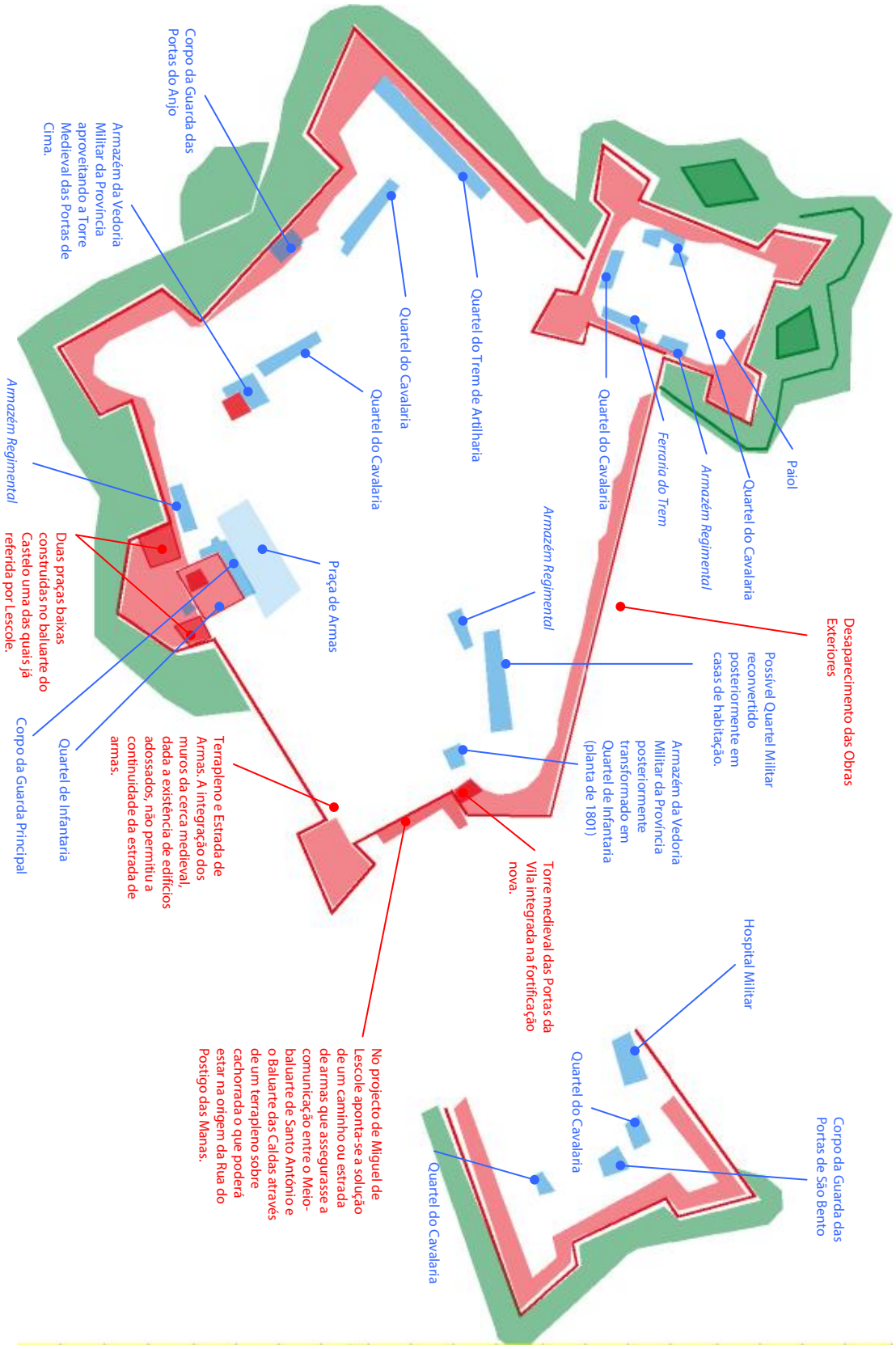
O quantitativo das forças militares presentes em Chaves terá variado com o tempo e com a progressiva perda de importância estratégica daquela Praça de Guerra. Segundo a *Corographia* de Carvalho da COSTA, que descreve a situação nos finais/inícios dos séculos XVII/XVIII, estaríamos diante da maior concentração da Província: "…*com a mayor quantidade de gente de guerra, que estava destinada para guarda*

& defensa desta Provincia; & ainda hoje tem de presidio ordinario hum terço de Infantaria [um terço, ou regimento após a reforma de 1707, era constituído teoricamente por 3000 infantes, porém, como durante os séculos XVII e XVIII, a dimensão dos terços não cessou de diminuir, na prática não se conseguia mais do que 1200 a 2000 efectivos (BARATA e TEIXEIRA 2004, II, 14 e 25] *, & duas Companhias de cavallos* [cada Companhia de Cavalaria era constituída por 100 soldados(*idem*, *ibidem*)]." No final do século XVIII, segundo o manuscrito de Columbano de Castro datado de 1796 que considera também as tropas de auxiliares e de ordenanças, os corpos militares que se albergavam em Chaves seriam já consideravelmente menores: "*Rezidem oje na Praça dous regimentos de Cavallaria e hum destacamento de Infantaria do Regimento de Bragança. Hé cabeça de hum terço de Infantaria auxiliar e tem sargento-mor de ordenanças com vinte e seis companhias que lhe são sujeitas*" (MENDES 1984, 358).

A localização dos Quartéis, como se vê nas plantas e esquemas juntos, privilegia a proximidade da linha de fortificações concentrando as forças de Infantaria no Castelo medieval mas distribuindo de modo muito mais disperso as forças de cavalaria com dois quartéis na zona do Anjo e Bairro Alto e aquartelamentos mais pequenos no forte de S. Francisco e no Hornaveque da Madalena. A artilharia localiza-se junto de um dos quartéis de cavalaria no Bairro Alto (*Quartel do Trem*) enquadrando o conjunto dos dois aquartelamentos um vasto terreiro que a planta de 1758 designa por *Praça Alta*. É possível que, dadas as características de implantação e planta, o bloco rectangular que ainda hoje se observa à entrada da Rua de Santo António possa ter sido na origem um quartel, como sugerem Manuel TEIXEIRA e Margarida VALLA (1999, 165-166). Junto das duas portas principais da Praça de Guerra, a Porta do Anjo e a Porta de S. Bento no hornaveque da Madalena, localizam-se dois outros quartéis dos Corpos da Guarda que asseguravam o controle permanente àqueles pontos de maior debilidade da fortificação. Para além dos quartéis e corpos da guarda, localizava-se na Madalena o edifício do Hospital Militar o qual será posteriormente, já em pleno século XIX, instalado no Convento de São Francisco.

Em Chaves, a construção da cidadela, o Forte de S. Francisco, não veio a ocupar o local do castelo medieval, como é comum em outras praças de guerra, implantando-se numa elevação vizinha que se mostrava ainda mais destacada do que a elevação em que assentava o castelo. Verifica-se aliás, como que uma duplicação da cidadela com a construção paralela do Forte de S. Neutel, o qual não tem porém ligação directa à cintura das muralhas. Estas fortificações, como também o hornaveque da Madalena, não só albergavam forças militares a elas adstritas como tinham cada uma um governador militar próprio. O Forte de S. Francisco albergava também o paiol da praça de guerra de Chaves.

Tamega
Trio


Paiol
Quartel do Cavalaria
Armazém Regimental
Ferraria do Trem
Quartel do Cavalaria
Quartel do Trem de Artilharia
Quartel do Cavalaria
Quartel do Cavalaria
Corpo da Guarda das Portas do Anjo
Armazém da Vedoria Militar da Província aproveitando a Torre Medieval das Portas de Cima.
Armazém Regimental
Praça de Armas
Duas praças baixas construídas no baluarte do Castelo uma das quais já referida por Lescole.
Corpo da Guarda Principal
Quartel de Infantaria
Terrapleno e Estrada de Armas. A integração dos muros da cerca medieval, dada a existência de edifícios adossados, não permitiu a continuidade da estrada de armas.
Torre medieval das Portas da Vila integrada na fortificação nova.
Armazém da Vedoria Militar da Província posteriormente transformado em Quartel de Infantaria (planta de 1801)
Possível Quartel Militar reconvertido posteriormente em casas de habitação.
Desaparecimento das Obras Exteriores
No projecto de Miguel de Lescole aponta-se a solução de um caminho ou estrada de armas que assegurasse a comunicação entre o Meio-baluarte de Santo António e o Baluarte das Caldas através de um terrapleno sobre cachorrada o que poderá estar na origem da Rua do Postigo das Manas.
Quartel do Cavalaria
Hospital Militar
Quartel do Cavalaria
Corpo da Guarda das Portas de São Bento

4.2.3. Implicações urbanísticas: a transformação urbana

Com base na mesma documentação, datada dos meados do século XVIII, observemos agora as implicações urbanas da obra de fortificação caracterizando as linhas de força das transformações subsequentes aquela obra.

Poderíamos afirmar que o urbanismo da Vila e Praça de Guerra de Chaves, apesar da amplitude que assumiram as obras da nova fortificação, revela uma enorme inércia em dar sequência às possibilidades abertas ou condicionadas por aquelas obras. O tecido urbano denso e consolidado estava e continuará a estar circunscrito à área intra-muros medievais tendo como principal eixo a Rua Direita, a qual relacionava as duas portas da cerca antiga. Para SE., extra-muros, fora de portas, a continuação daquele mesmo eixo em direcção à ponte do Tâmega havia estruturado dois arrabaldes também antigos, de ambos os lados da ponte, tendo o da margem esquerda como pólo aglutinador a igreja e albergaria medievais de Santa Maria Madalena. Do lado oposto, extra-muros mas na continuação do mesmo eixo principal da Rua Direita, havia-se desenvolvido, ainda que com mais atraso, um outro arrabalde, de estrutura rádio concêntrica com relação a um terreiro consolidado fora de portas (terreiro do Anjo com capela do Anjo Custódio fundada em 1516) e onde tinha origem a principal continuação do percurso que, depois de fazer a Ponte e a Rua Direita, se orientava para N., estruturando a Rua do Anjo (actual R. Padre Joaquim Marcelino da Fontoura) e talvez originalmente (quer dizer antes da obra da fortificação nova) tendendo a continuar naturalmente pela actual Rua dos Dragões precisamente para N.[28].

A partir do terreiro do Anjo Custódio, uma outra artéria tenderia a crescer em direcção a SO., descendo a encosta para cruzar o Ribeiro de Ribelas. Poderá ser esta a origem da actual Rua do Verde, que força a entrada no interior do perímetro militar do Baluarte de Santo Amaro e cuja continuação, antes de coarctada pela nova linha de muralhas, passaria à Capela de Nossa Senhora do Pópulo, fundada no mesmo ano que a do Anjo Custódio (1516).

Outro ponto focal das orientações do desenvolvimento urbano de Chaves prévias à nova construção fortificada abaluartada, teria constituído o Alto da Pedisqueira. Este é o local escolhido pelos frades da Ordem da Soledade de S. Francisco para erguerem, a partir de 1635, o novo convento em substituição do velho Convento da Veiga. Com a fachada principal da sua igreja orientada à vila, rapidamente estruturaria um eixo privilegiado de acesso que não poderia ser outro senão o que, partindo do centro cívico constituído pelo Adro da Matriz e Praça do Pelourinho, cruza a Rua Direita e encaminha-se encosta abaixo para depois subir até se deparar com a fachada da Igreja de São Francisco. Este será o percurso da Calçada da Trindade que dá origem a uma nova passagem na cerca medieval (não sabemos se chegou a estruturar-se como postigo ou porta) e onde se vai implantar extra-muros a já desaparecida Capela da Santíssima Trindade em 1681[29]. Descendo a Ladeira encontrava-se o Campo de Santo António, onde teria existido

28 O que ajudaria a explicar a implantação de um vetusto correr de edifícios que se observa nessa rua, à mão esquerda de quem sobe, o qual, a pré-existir em parte, teria persistido "entalado" entre a muralha e o quartel de cavalaria, sendo que a continuação mais para N. do eixo de saída teria sido coarctada pela orientação Oeste/Este que a muralha assume depois e a que adossou outro quartel, o do Trem de Artilharia. Seria já no início do século XX que aquela continuação natural do tecido urbano de Chaves é retomada com a abertura da Avenida dos Aliados.

29 Não deixa de ser intrigante que numa das duas inscrições que se preservam relativas a esta capela se registe que "A VIA SACRA HE DESTA CAPELA (…)" quando o percurso que conhecemos da Via sacra, o qual se representa nas plantas e

Eixos e tendências do desenvolvimento urbano de Chaves anteriores à nova construção fortificada abaluartada. O tecido urbano denso e consolidado estava circunscrito à área intra-muros medievais tendo como principal eixo a Rua Direita, a qual relacionava as duas portas da cerca. Fora de portas, para SE., em direcção à ponte do Tâmega, aquele eixo havia estruturado um arrabalde, de ambos os lados da ponte. Para NO., havia-se desenvolvido, ainda que com mais atraso, um outro arrabalde (Terreiro da Capela do Anjo Custódio, 1516). Aqui, a principal saída, orientava-se a N., estruturando a Rua do Anjo (actual R. Padre Joaquim Marcelino da Fontoura), tendendo a continuar naturalmente pela actual Rua dos Dragões. A partir do terreiro do Anjo Custódio, uma outra artéria tenderia a crescer em direcção a SO., descendo a encosta para cruzar o Ribeiro de Ribelas, provável origem da Rua do Verde, cuja continuação passaria à Capela de Nossa Senhora do Pópulo, fundada no mesmo ano que a do Anjo Custódio (1516).

Outro ponto focal teria constituído o Alto da Pedisqueira. Este é o local escolhido pelos frades da Ordem da Soledade de S. Francisco para erguerem, a partir de 1635, o novo convento. Com a fachada principal da sua igreja orientada à vila, rapidamente estruturaria um eixo privilegiado de acesso que não poderia ser outro senão o que, partindo do centro cívico constituído pelo Adro da Matriz e Praça do Pelourinho, cruza a Rua Direita e encaminha-se encosta abaixo para depois subir até se deparar com a fachada da Igreja de São Francisco. Este será o percurso da Calçada da Trindade que dá origem a uma nova passagem na cerca medieval e onde se vai implantar extra-muros a já desaparecida Capela da Santíssima Trindade (1681). Descendo a Ladeira encontrava-se o Campo de Santo António, onde teria existido uma Capela daquela invocação. A construção do Forte de São Francisco, encerrando no seu interior o Convento dos Frades, alteraria completamente os dados, dando origem a uma nova cidadela militar e monopolizando assim os significados (bélicos) daquele local dominante da paisagem urbana da vila de Chaves em expansão. A construção, a partir de 1685, da cerca, igreja e o convento de N. Sra. da Conceição, precisamente no Campo de Santo António, fachada orientada à Ladeira, como que veio colmatar o vazio produzido.

Do mesmo lado da cintura medieval mas mais para S. veio a localizar-se uma outra passagem para o exterior dos muros medievais baptizada sugestivamente por *Frecha* a partir da qual descia pela encosta a *Ladeira da Frecha*. Descendo, no cruzamento com a Rua de Santo António, vamos encontrar uma concentração urbana antiga (Terreiro da Ferreira?) cuja continuação pela actual Travessa Cândido dos Reis, antes de coarctada pelas novas muralhas abaluartadas, seguia o enfiamento do caminho da fronteira, ou de *Monterrey*, por Outeiro Seco, paralelo à margem direita do Tâmega.

Eixos e tendências do desenvolvimento urbano de Chaves subsequentes à nova construção fortificada abaluartada. Meio século passado após a conclusão das obras e apesar da amplitude que assumiram, o urbanismo da Vila e Praça de Guerra revela uma enorme inércia em dar sequência às novas possibilidades abertas ou condicionadas. O eixo constituído pela Rua Direita continuava a ser o principal estruturador, mal se vislumbrando áreas de nova dinâmica urbanizadora. A Rua de Santo António, que poderia ser perspectivada como uma "nova rua direita", unindo as duas novas portas e estruturando o urbanismo que agora se poderia desenvolver ultrapassando os apertados limites impostos pela cerca medieval, não assumiu de forma alguma, pelo menos até à 2ª metade do século XIX, aqueles significados e funções urbanas. Na verdade, via-se assim, na altura, espartilhada em vários troços cujos nós fortes se encontravam no cruzamento com os eixos que vinham da vila medieval, densa e velha: (1) uma escassa articulação com as Portas da Vila, (2) a Ladeira da Frecha, (3) a Ladeira da Trindade e (4) a Rua de Santa Catarina. Assim sendo, a nova vila e praça de guerra diferencia-se basicamente da antiga pela transformação dos antigos *arrabaldes* em *bairros intra-muros*, fechados ou semi-fechados por linhas fortificadas. Apenas uma área intra-muros exibe uma nova dinâmica de expansão urbana: o Bairro Alto ou dos Quartéis. As características que subsistem do edificado espelham aqui uma unidade do conjunto arquitectónico e ao mesmo tempo a ambição da iniciativa.

A fortificação ou sistema de fortificação, impunha ainda uma extrema descontinuidade entre o espaço interior urbano e o espaço exterior semi-rural, impedindo mesmo a formação de novos arrabaldes.

uma Capela daquela invocação, e onde depois (a partir de 1685) se iria erguer a cerca, igreja e o convento de N. Sra. da Conceição (MACHADO 1994, 177). A construção do Forte de São Francisco, encerrando no seu interior o Convento dos Frades, alteraria completamente os dados, dando origem a uma nova cidadela militar e monopolizando assim os significados (bélicos) daquele local dominante da paisagem urbana da vila de Chaves em expansão.

Do mesmo lado da cintura medieval mas mais para S. veio a localizar-se uma outra passagem para o exterior dos muros medievais baptizada sugestivamente por *Frecha* a partir da qual descia pela encosta a *Ladeira da Frecha*. Intra-muros, no seu enfiamento, cruza com a Rua Direita onde encontramos uma zona a que já tivemos oportunidade de nos referirmos antes colocando a hipótese da sua maior irregularidade resultar de ter constituído um espaço de expansão de uma primeira área amuralhada (a *povoa* primitiva de D. Afonso III / D. Dinis), que abrangeria apenas o rectângulo mais a NO., e que viria posteriormente a ser incluída intra-muros num momento de alargamento do circuito das muralhas da cerca (2ª metade do século XIV / D. Fernando). Precisamente onde se faz o cruzamento com a Rua Direita existia o edifício do Alfândega Velha, também chamado Casa dos Arcos, o qual avançava numa alpendrada sobre o espaço público e parece ter condicionado a formação de um largo (ver plantas de 1762). Descendo a Ladeira da Brecha, no cruzamento com a Rua de Santo António, vamos encontrar uma concentração urbana antiga (Terreiro da Ferreira?) cuja continuação pela actual Travessa Cândido dos Reis, antes de coarctada pelas novas muralhas abaluartadas, seguia o enfiamento do caminho da fronteira, ou de *Monterrey*, por Outeiro Seco, paralelo à margem direita do Tâmega.

Fazendo igualmente parte daquela zona intra-muros caracterizada por uma maior irregularidade do traçado urbano, surge a antiga *Rua Nova* – já assim identificada por Tomé de Távora e Abreu em 1722, mais tarde conhecida por *Rua do Correio Velho* e actualmente R. General Sousa Machado – cujo topónimo é revelador de uma intervenção de renovação ou rectificação urbana não completamente esclarecida[30].

Observando as plantas de 1758 e de 1762 bem como o esquema junto construído sobre estas, fica claro que, mesmo meio século passado após a conclusão da obra da nova cintura de fortificações, o eixo constituído pela Rua Direita continuava a ser o principal eixo estruturador da Vila e agora Praça de Guerra, mal se vislumbrando áreas de nova dinâmica urbanizadora.

A Rua Direita não só unia os vários arrabaldes com a cerca medieval como ordenava a disposição dos outros arruamentos no interior da cerca, a ela paralelos ou perpendiculares. Mas a Rua Direita, e os arruamentos que a continuavam directamente, particulariza-se ainda por unir os vários largos, terreiros ou praças que igualmente ordenavam o espaço urbano de Chaves. Começando fora de portas da Madalena localizava-se o Campo da Fonte; seguia-se a Praça do Arrabalde da Madalena; passada a Ponte, abria-se o Terreiro do Pão e a seguir a Praça do Arrabalde das Couraças; já no interior das muralhas, depois de atravessar as Portas da Vila, a Rua Direita alargava-se junto da Alfândega Velha; depois, à mão esquerda, abria-se a Praça do Pelourinho que se ligava em continuidade aos adros da Matriz e da Misericórdia bem

esquemas junto, não passava por este local, dirigindo-se antes pela Rua Direita e do Anjo até ao Alto do Calvário (AIRES 1990,). É possível que tivesse existido um outro Calvário e Via sacra, em momento anterior, cujo culminar ascensional poderia ser precisamente o Alto da Pedisqueira, o qual teria visto a sua existência ser inviabilizada com a construção do Forte de São Francisco.

30 Ver *supra*, Capítulo 1. A Póvoa Medieval.

como ao Terreiro do Toural das Ollas ou Praça Principal; no ponto culminante, fora de portas da cerca medieval, abria-se o Largo do Anjo que tinha à mão direita o Terreiro de Santa Catarina; o eixo principal continuava depois pela Rua do Anjo em direcção às novas Portas do Anjo onde se abria um derradeiro largo que se ligava ao Terreiro da Cavalaria ou Praça Alta.

Como se verifica, as duas novas portas, as Portas do Anjo e as Portas da Vila, que só após as rectificações urbanas da 2ª metade do século XIX, como que surgem no enfiamento da Rua de Santo António, não possuíam em meados do século XVIII aquela relação. E a Rua de Santo António, que poderia ser perspectivada como uma "nova rua direita", unindo as duas novas portas e estruturando o urbanismo que agora se poderia desenvolver ultrapassando os apertados limites impostos pela cerca medieval, não assumia de forma alguma aqueles significados e funções urbanas[31]. Com efeito, a nova área intra-muros que se estendia a NE. da anterior e sobre a qual se impulsionava uma ainda imberbe nova dinâmica urbanizadora, articula-se segundo uma relação perpendicular SO.-NE. e não transversal ou paralela SE.-NO. que a Rua de Santo António só viria a assumir a partir da 2ª metade do século XIX. A principal articulação estabeleceu-se precisamente através da Ladeira da Trindade no acesso ao Campo e Capela de Santo António e ao Convento de São Francisco no Alto da Petisqueira. Com o encerramento deste convento no interior do Forte, um outro o substitui, o das Freiras de N. Sra. da Conceição, cuja fachada principal se orienta ao coração da vila. Diante desta fachada, ao fundo da Ladeira da Trindade, estrutura-se um largo servido pelo Tanque Real ou das Freiras que assumirá o seu lugar no abastecimento de água à vila, em conjunto com a Fonte do Campo da Fonte (Madalena) e o Poço do Trem. Ao segundo eixo de articulação já fizemos referência quando falamos sobre a Ladeira da Frecha e o seu prolongamento (*Terreiro da Ferreira*). A actual R. de Santo António via-se assim, na altura, espartilhada em vários troços cujos nós fortes se encontravam no cruzamento com os eixos que vinham da vila medieval, densa e velha (os quais eram, sucessivamente, uma escassa articulação com as Portas da Vila, a Ladeira da Frecha, a Ladeira da Trindade e a Rua de Santa Catarina).

Assim sendo, a nova vila e praça de guerra diferencia-se basicamente da antiga pela transformação dos antigos *arrabaldes* em *bairros intra-muros*, fechados ou semi-fechados por linhas fortificadas. O Arrabalde de Cima, quer dizer, o conjunto urbano formado em torno do Lg. do Anjo fora das Portas de Cima, é o que mais perfeitamente se transformou em bairro intra-muros. O Arrabalde das Couraças, ainda que continuando fora das Portas da Vila, era fechado pelo rio e o hornaveque da Madalena, o qual fechava mais directamente o próprio Arrabalde da Madalena,

Nesta altura, apenas uma área intra-muros exibe uma nova dinâmica de expansão urbana: o Bairro Alto ou dos Quartéis. As plantas de 1762 mostram uma área de urbanização nova que se estrutura sobre o eixo do novo arruamento que subia do Terreiro da Cavalaria à Capela de N. S. da Lapa (actual R. Dr. Júlio Martins), capela que teria sido erguida entre 1758 e 1762. As características que subsistem do edificado espelham aqui uma unidade do conjunto arquitectónico e ao mesmo tempo a ambição da iniciativa.

Como já referido anteriormente, a fortificação ou sistema de fortificação, passando a constituir uma

31 As plantas explicativas da evolução urbana de Chaves publicadas por Manuel TEIXEIRA e Margarida VALLA (1999, 165-167) parecem enformar precisamente dessa perspectiva, errónea na nossa interpretação.

grande área militar construída, acentuava a descontinuidade entre o espaço interior urbano e o espaço exterior rural. Os subúrbios, lugares e aldeias na periferia da praça de guerra, viam-se agora mais afastados do centro urbano intra-muros. Os próprios arrabaldes encontravam-se constrangidos na sua expansão, o que se sentiria mais no da Madalena do que no das Couraças, menos delimitado por cortinas, baluartes e obras exteriores, o qual teimou continuar a expandir-se para Norte/NE. e para SO. A formação de novos arrabaldes era impedida não se autorizando a construção de edifícios até uma dada distância da praça (ver as queixas de M. Lescole nos *Apontamentos* de 1673 relativamente à construção de várias casas no arrabalde diante do postigo das Caldas[32], as quais seriam posteriormente demolidas). Mas os novos limites à expansão urbana definidos pelas cortinas, baluartes, fossos e outras obras exteriores, eram tanto externos como internos. A delimitação e manutenção da "estrada de armas", por exemplo, constituíam igualmente um forte constrangimento à ordenação interna do espaço urbano. Aliás, a ordenação do espaço urbano era perspectivada como subordinada sempre à ordem e lógicas militares. Porém variadas inércias e resistências actuaram paralelamente impedindo uma subordinação em absoluto. Um exemplo desta ideia está, como vimos já, nas dificuldades em transformar o Largo do *Toural* em Largo da Guarda Principal, o Largo da *Praça de Armas*, centro do sistema militar.

32 *"Mais por quanto que* Defronte Deste Postigo Das Caldas *Se Va presentemente fabricando huma Caza Sobradada com outras Cazerias ao Redor della, a distansa de mennos de tiro de Pistolla e quazi ao Pé Da* Estrada coberta *que por ali há de Passar, Declaro que Elle he totalmente em preguizo, e contra a Deffensa Da mesma Prasa e que he Semsaboria Grande Ver que ao par que se Va obrando a fortificação se fassa quazi no meo Della Cauza que se oponha e Capaz de Recolher hum Boo terço d Infantaria pelo que me paresse não Se deua Consentir nem permitir em tempo algum."*

4.3. A Morte Lenta da Praça de Guerra e o despertar da Cidade Moderna

A partir da campanha de 1762, a praça de Chaves veria cada vez mais desvalorizado o respectivo papel militar o qual, na fase anterior, lhe havia granjeado uma posição de superioridade, dominante e prioritária nos investimentos necessários à sua construção e manutenção, entre as demais localizadas na Província Militar de Trás-os-Montes. Na verdade, a questão é mais geral, e, durante a 2ª metade do século XVIII em Portugal, as praças militares assistirão ao "fim do seu prazo de validade" diante da cada vez maior importância da capacidade de movimentação das tropas, a ocupação de posições destacadas e o surpreendente mas determinante papel das forças irregulares.

O ano de 1762 corresponde também ao início da acção reformadora do Conde de Lippe, chamado pelo governo do Marquês de Pombal. "…o Conde de Lippe, que ostenta o seu título de conde reinante de Schaumburg-Lippe e que verá consagrado o seu tratamento por Alteza, ocupará o lugar cimeiro da hierarquia militar e debate os seus problemas directamente com o então Conde de Oeiras e mais tarde marquês de Pombal…" (BARATA e TEIXEIRA, 2004, vol.2, p. 334). "A notabilidade de Lippe provém, contudo, não tanto da condução das forças em campanha mas sobretudo do trabalho de configuração disciplinar desenvolvido após 1763. Logo em Abril de 1764 seriam bem visíveis os progressos na qualidade militar dos regimentos" (*idem*, *ibidem*, vol.2, p. 346). "O conde de Lippe descobrirá, entretanto, a importância das forças irregulares. A propósito da sua acção nos arredores de Alfaiates, escreve que são os paisanos "pelo que vou descobrindo, um recurso que se não deve desprezar", pelo que "convém animá-los não só com o prémio, mas com a lisonja de que as suas acções tiveram valor para chegar ao Trono". A sua utilidade no Norte comprova-se. Contudo, uma das razões para não poder deslocar o grosso do exército do Tejo é que "os paisanos tão úteis nas partes dos montes, não poderão apesar da sua boa vontade fazer serviços tão sólidos naquela província" – o Alentejo" (BARATA e TEIXEIRA, 2004, vol.2, p. 337-338, citando as cartas escritas pelo Conde de Lippe para o Marquês de Pombal).

Depois de 1762, verifica-se em 1776 uma nova mobilização geral em Portugal na perspectiva de nova guerra com Espanha a qual, porém, não viria a declarar-se. Em 1801 terá lugar a *Guerra das Laranjas* como consequência do tratado sobre a partilha de Portugal celebrado entre Napoleão e Carlos IV de Espanha. As principais operações militares, mais uma vez, desenrolar-se-iam na fronteira alentejana com a invasão do exército espanhol comandado por Manuel Godoy o qual, com a derrota portuguesa no combate de Arronches, obteria a capitulação de Campo Maior, Jorumenha e Elvas bem como a perda definitiva de Olivença. Neste contexto, as forças portuguesas procurariam lançar uma nova frente de guerra na fronteira Norte organizando uma incursão a partir de Chaves com o objectivo de tomar Verín e Monterrey. A campanha seria comandada pelo marechal de campo Gomes Freire de Andrade iniciando-se a 8 de Junho. Falharia porém todos os seus objectivos sendo obrigada a retirar poucos dias depois a 18 de Junho (MACHADO 1994, 200-205)[33].

33 Guarda-se no AHM uma *Planta do valle do Tamega entre Chaves e Monterey : theatro das operações dum corpo de tropas portuguesas commandado pelo General Gomes Freire de Andrade, na campanha de 1801 contra as forças hespanholas levantada por B. H., Barão de Widerhold, Coronel e Ajudante General do referido corpo*. Cópia de 1856. AHM/GEAEM 4780-4-48-60. No IGP encontram-se duas outras peças que datam desta campanha militar: NIEMEYER, Conrado Henrique, 1756-1806; *Esqueleto topographico do terreno entre Chaves e Monte Rey* [Material cartográfico] [1801] CA82|IGP e NIEMEYER, Conrado Henrique, 1756-1806; *Varios pontos do esqueleto topographico do terreno entre Chaves e Monte Rey* [Material catográfico] 1801 CA80|IGP.

Planta do valle do Tamega entre Chaves e Monterey : theatro das operações dum corpo de tropas portuguesas commandado pelo General Gomes Freire de Andrade, na campanha de 1801 contra as forças hespanholas levantada por B. H., Barão de Widerhold, Coronel e Ajudante General do referido corpo. Cópia de 1856. AHM/GEAEM 4780-4-48-60

Durante a Guerra Peninsular (1807 – 1814), o papel militar da Praça de Chaves apenas adquiriu algum relevo durante a 2ª Invasão (1809) com a entrada das tropas francesas pela fronteira Norte comandadas por Soult e, mesmo assim, diminuto. "(…) os franceses [impedidos de passar a fronteira no rio Minho] seguiram o vale do rio Tâmega até Monterey e aproximaram-se da fronteira por Chaves em Trás-os-Montes, cuja defesa estava à responsabilidade do coronel Silveira, que tinha elementos avançados a ocupar a Ponte de Vilaça e Vilarelho. Perante a ameaça, as forças de Silveira retiraram para Chaves e, face ao avanço dos Franceses, foram ocupar a posição de Santa Bárbara, [a colina destacada que domina a entrada da Veiga] um pouco a sul da cidade. Todavia conservou em Chaves alguns milicianos, que foram feitos prisioneiros quando a cidade foi ocupada pelo invasor. Soult ainda tentou atacar Silveira em Santa Bárbara mas este, conhecedor dos seus intentos, fez uma nova retirada para Oura de Reigaz, onde a sua defesa era fácil. No dia 13 de Março, não se julgando ainda seguro, retirou mais para sul e ocupou Vila Pouca de Aguiar, onde tomou fortes disposições defensivas.

"As operações de Silveira resumiram-se, pois, a efectuar retiradas sucessivas, de posição em posição, todas elas bem escolhidas, cobrindo sempre o caminho para Vila Real mas deixando Braga a descoberto, excepto quando ocupava Santa Bárbara, à entrada do rio Tâmega.

"O papel desempenhado por Chaves foi muito reduzido, limitando-se a deter o invasor durante quatro dias, entre 8 e 12 de Março, o tempo gasto pelo exército de Soult até se reunir às guardas avançadas (…)" (BARATA e TEIXEIRA 2004, 3, 78). A ocupação de Chaves pelos franceses, porém, não duraria mais do que 12 dias. Na verdade, "…depois da conquista, permaneceu na vila uma guarnição do exército inimigo, comandada pelo chefe de batalhão *Messager*, enquanto o grosso das tropas tinha continuado a sua marcha a caminho de Braga e do Porto, pelo alto de S. Jurge e de Bustelo" (MACHADO 1994, 220). Silveira, sabendo da situação da praça desguarnecida, reuniu as suas forças e a 19 de Março encontrava-se às portas de Chaves. "Conhecendo melhor que ninguém as defesas da Praça, aproveitando o desmoronamento do baluarte dos Açougues e o mau estado das muralhas do Baluarte do Cavaleiro e das Amoreiras, cedo os portugueses se infiltraram no interior da Vila" (*idem*, *ibidem*, 221). As forças francesas procuraram refúgio no Forte de S. Francisco onde resistiram até 24 de Março tendo-se então rendido num total de "…1400 homens da guarnição, sendo 25 oficiais, 13 cirurgiões, 25 empregados civis da Administração e cerca de 1300 soldados, servidos com 12 canhões e 50 cavalos…" (MACHADO, 1994, 222).

Os acontecimentos da 2ª Invasão, com a entrada sem resistência do exército invasor, as retiradas sucessivas do General Silveira, a opção pelas posições fortificadas no Alto de Santa Bárbara e a reafirmação da importância das forças de guerrilha, vinham mostrar em Chaves como nas outras praças de guerra, "o termo do prazo de validade da própria fortificação abaluartada" (CONCEIÇÃO 2001, 835).

Também no período convulsivo que se segue à Revolução de 1820, com as guerras entre liberais e absolutistas e os levantamentos populares que ficaram conhecidos como a Revolta da Maria da Fonte e a Patuleia, não se verificaram em Chaves acções de maior envergadura. Apenas ficou para a história o Combate de Santa Bárbara de 1823 em que, mais uma vez, a praça de Chaves parece ter desempenhado papel de bem menor importância militar do que o Alto de Santa Bárbara, o monte que domina a entrada da Veiga a Sul. Com efeito, a sublevação absolutista comandada pelo então brigadeiro Manuel Silveira Pinto da Fonseca, 2º conde de Amarante e filho de General Francisco Silveira que se havia distinguido no comando das tropas portuguesas em Trás-os-Montes no decurso da 2ª Invasão Francesa, iniciou-se

a 23 de Fevereiro de 1823 em Vila Real estendo-se depois rapidamente a toda a província. As forças liberais procuraram fazer recuar os sublevados até Chaves onde se encontravam sitiados a 13 de Março enquanto os sitiantes tomavam posição no Monte de Santa Bárbara. Uma saída das forças absolutistas comandadas pelo próprio Silveira levaria a melhor em combate sobre as tropas liberais com a reentrada triunfante de Silveira na Praça de Chaves. Duraria pouco tempo a vitória dos absolutistas diante da reorganização do exército liberal, sendo batidos e obrigados a passar a fronteira em finais de Março e durante o mês de Abril.

Gravura do Combate de Santa Bárbara conforme J.M.C.A. Soiza a exbuçõu no campo d'Acção e J.J.T. Macedo a Copiou. Impressa na Officina da Lithografia Amaral, em Santos **(reproduzida em MACHADO 1994, 243)[34].**

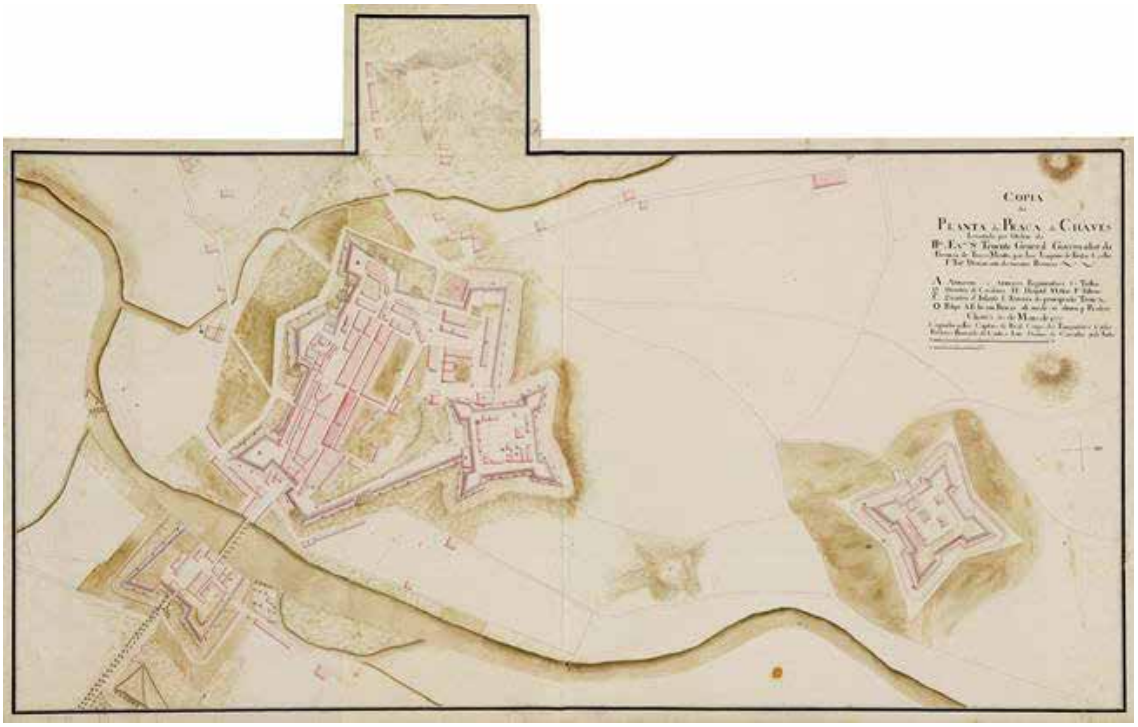
Na verdade, nas palavras de Walter Rossa (1995, 312-313), "…à guerra por "praças" sucedeu a guerra pelo território e pelos seus recursos estratégicos. A mudança arrastou o imediato obsoletismo

34 Na legenda da mesma gravura lê-se ainda, segundo transcreve MACHADO 1994, 242, "A ESTAMPA OFERECE TRES GOLPES DE VISTA: 1º A SAIDA DAS TROPAS REALISTAS DE CHAVES PARA A MONTANHA 2º O COMBATE 3º A DISPOZIÇÃO DA ENTRADA NA PRAÇA DO "VICTORIOZO MARQUÊZ". (Nela se podem observar) 1º Marquês de Chaves; 2º Regimento 6 de Cavalaria; 3º Regimento 9 de Cavalaria; 4º Regimento 12 de Cavalaria; 5º Regimento 24 de Infantaria: 6º Batalhão 12 de Infantaria: 7º Melicias de Chaves; 8º Melicias de Bragança; 9º Veteranos com 2 Peças ou Canhões de Artilharia; 10º Alguns Voluntários Cassadores de Montanha. (São igualmente assinalados na estampa) A. Praça de Chaves; B. Povo de Redial. Quartel General do Rego; C. Povo de Bentuzelos. Lado Direito dos Constitucionais; D. Irmida de Santa Barbara; E. Rio Tâmega; F. Lugar d'Oura; G. Outeiro Juzão; H. Povo de Bobada; I. Cazas dos Montes; K. Pereira d'Veiga."

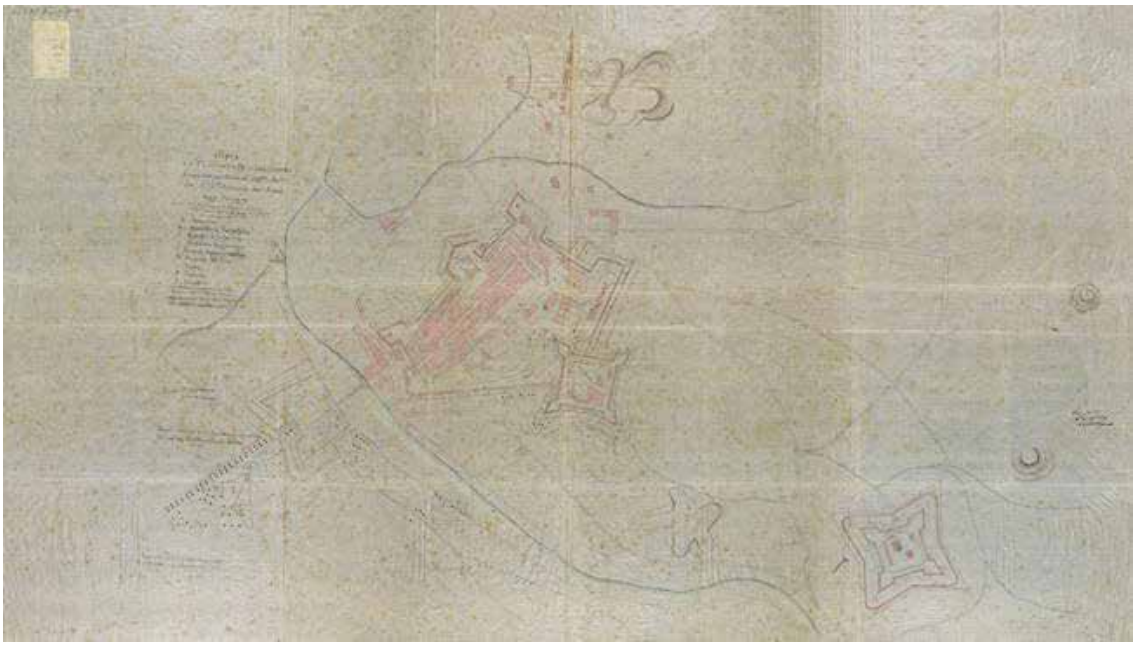
das fortificações "modernas" que foram abandonadas ou integradas como pontos de complexos sistemas de escala territorial, perdendo utilidade prática qualquer tipo de cerco urbano muralhado. (…) A defesa "contemporânea" deixou em definitivo de ter como matrizes bases urbanísticas e, por arrastamento, os engenheiros militares deixaram de ser os intervenientes directos e/ou exclusivos no desenho urbano. Termina aqui a vigência do "engenheiro totalitário". Nas carreiras e no ensino separam-se finalmente a engenharia civil e a militar, clarificando-se também as diferenças existentes entre o exercício e a formação dos arquitectos e dos engenheiros."

4.3.1. As plantas de Chaves de 1797 e de 1801

No curto intervalo de quatro anos, entre 1797 e 1801, referenciam-se várias plantas de Chaves, aparentemente todas cópias, ainda que com acrescentos e modificações, de um original que se perdeu levantado por José Joaquim de Freitas Coelho. Deste autor, que não se referencia em VITERBO 1988, guardam-se no AHM/GEAEM várias plantas e outra documentação relativa à Praça de Portalegre em que assina como *Jozé Joaq.m de Freitas Coelho*, *1º Tenente do nr.º desta prov.ª*, de data talvez anterior à sua actividade na Província Militar de Trás-os-Montes. A planta de Chaves de Freitas Coelho, datada de "*30 de Maio de 1797*", conhece-se através de duas cópias. A mais antiga intitula-se *Copia da planta da Praça de Chaves*, *levantada por ordem do Ill.mo e Ex.mo S.r Tenente General Governador da Provincia de Tras-os Montes por José Joaquim de Freitas Coelho, 1º Ten.te Demarcante da mesma Provincia ; copiadas pellos Capitães do Real Corpo de Engenheiros Carlos Frederico Bernardo de Caula, e Luiz Gomes de Carvalho* [em]



***Copia da planta da Praça de Chaves…*, 1797, AHM/GEAEM 1408-1-8-12**



***Copia da planta da Praça de Chaves…*, 1871 / 1886, AHM/GEAEM 1473-1-8-12**

19 de Junho, "Chaves 30 de Maio de 1797" (AHM/GEAEM 1408-1-8-12)[35]. A outra cópia é muito mais tardia, data de 1886, conforme se lê na respectiva legenda: "*Copia da planta da Praça de Chaves* (…) *novam.e desenhada em 11 e 1=* [sic] *de Maio de 1871, em Chaves, pelo Cap.m Eng.º José Maria Corrêa da Silva ; copiada na Direcção Geral d'Eng.ª em Março de 1886 por D. Martinho de França Pereira Coutinho*" (AHM/GEAEM 1473 (1-8-12)

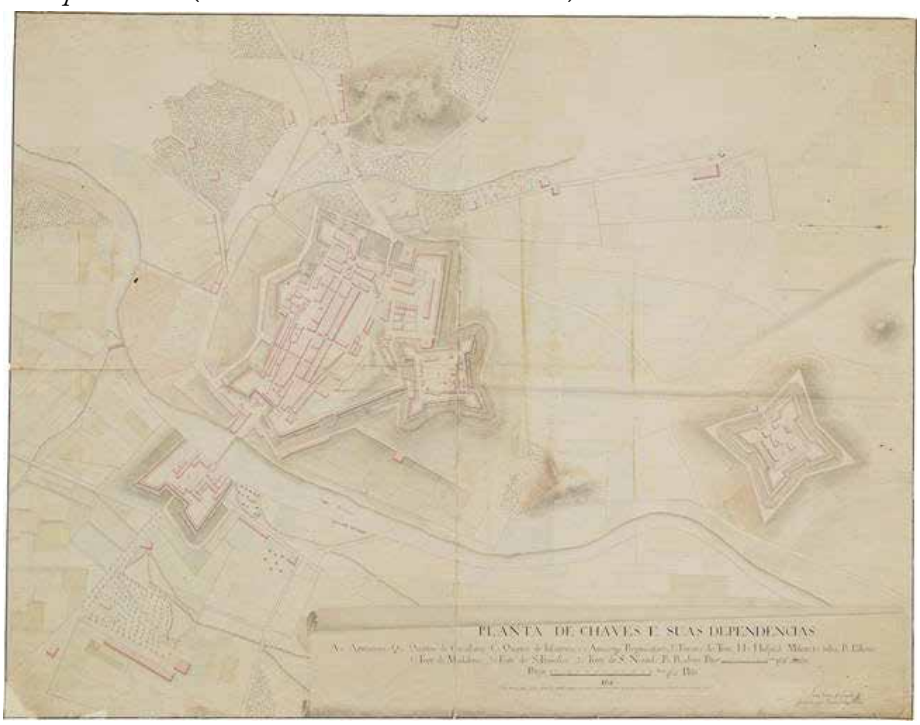
Da actividade desenvolvida por Freitas Coelho na Província Militar de Trás-os-Montes, guarda-se no mesmo arquivo uma outra planta não datada relativa a Chaves intitulada *Planta do Forte de S. Francisco na Praça de Chaves e do convento e mais edificios que nelle se acham e servem aos dois progetos do hospital, hum no convento e outro fora*, *José Joaq.m de Freitas Coelho, 1º Ten.te*, n/d, (AHM/GEAEM 992-1-8-12), bem como documentação datada de 1804 e de 1806 referentes à obra de um *Acoartellamento para hum Regimento de Cavallaria [em Bragança], de coarenta cavallos por Companhia : que memandou proteger, e demarcar no terreno, o Exm.º Senhor Tenente General Governador das Armas desta Provincia, por ordem que teve da Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra* ("*Bragança, 8 de Mayo de 1804*") e ao *Progeto do hospital melitar de Bragança no edeficio* [do Convento] *da Senhora do Loreto*.

Os dois engenheiros militares que se declaram autores da cópia da planta de Chaves realizada em 19 de Junho de 1797 foram Luís Gomes de Carvalho e Carlos Frederico Bernardo de Caula, ambos *Capitães do Real Corpo de Engenheiros*. Sousa VITERBO (1988, I, 440-441) refere-se ao primeiro mas nada adiantando sobre o seu serviço na província de Trás-os-Montes. Sabe-se que nasceu em Atalaia a 15 de Abril de 1771. Em 1791 era 1º Tenente do Real Corpo de Engenheiros, tendo sido encarregado

35 Reproduzida em Manuel C. TEIXEIRA e Margarida VALLA, *O Urbanismo Português, séculos XIII-XVIII, Portugal – Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, p. 171. Nº C10 do Inventário de FERNANDES 2005, p. 260

das obras dos fortes de Buarcos e da Figueira[36] e, em 1795 já servia na cidade do Porto[37]. Depois passa à Província de Trás-os-Montes onde o encontramos em 1797. Aí, em conjunto com Carlos Frederico Bernardo de Caula ambos Capitães do Real Corpo de Engenheiros, executam a planta da *Cidade de Bragança e Forte de S. João de Deos* (AHM/GEAEM 4668-1-4A-8), copiam a *planta da Praça de Chaves, levantada por ordem do Ill.mo e Ex.mo S.r Tenente General Governador da Provincia de Tras-os Montes por José Joaquim de Freitas Coelho, 1º Ten.te Demarcante da mesma Provincia ; copiadas pellos Capitães do Real Corpo de Engenheiros Carlos Frederico Bernardo de Caula, e Luiz Gomes de Carvalho* [em] *19 de Junho* [de 1797] (AHM/GEAEM 1408-1-8-12) e, com toda a probabilidade, fazem ainda as plantas *do forte de Vimiozo* (AHM/GEAEM 2979-2A-26A-38) e do *castello de Montalegre : nº 1 ; Planta do castello de Monforte : nº 2* (AHM/GEAEM 3087-2-21-30).

A partir de finais de 1800, Luís Gomes de Carvalho regressa a Trás-os-Montes ainda como *Capitão do Corpo Real de Engenheiros,* mas *empregado no Exercito d'entre Douro e Minho*. Em 1801 seria o responsável por uma outra planta da Vila e Praça de Guerra de Chaves (*Planta de Chaves e suas dependências*, AHM/GEAEM 1406-1-8-12). No mesmo ano encarregar-se-ia igualmente de uma nova *Planta da cidade de Bragança, e suas dependencias* (AHM/GEAEM 3829-1-4A-8).



Planta de Chaves e suas dependências…, **1801, AHM/GEAEM 1406-1-8-12**

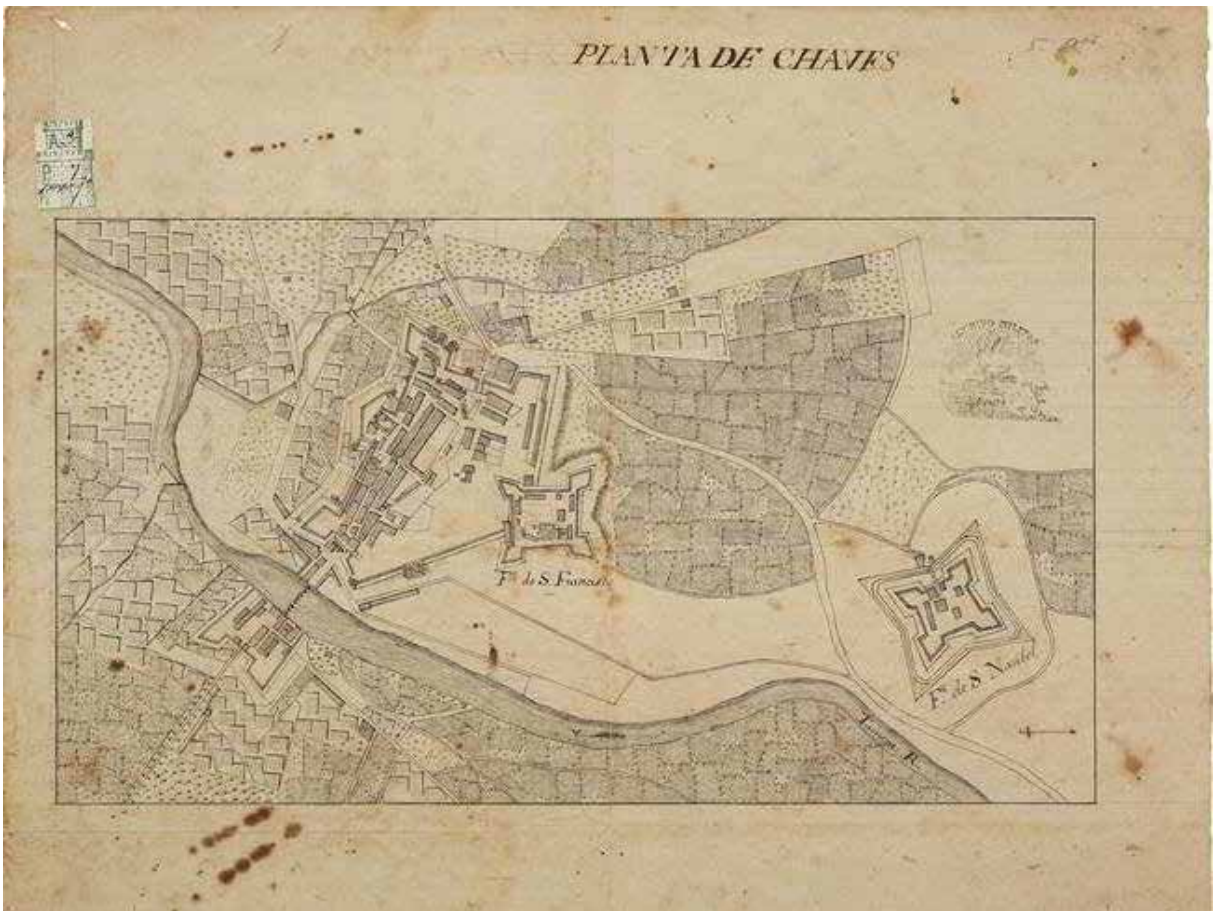
36 *Planta do Forte de S.ta Catharina da barra da Figueira : com os novos parapeitos no Baluarte E x das baterias novamente construidas ABC e DEL e armazem K* : [Buarcos], *Luiz Gomes de Carvalho, 1º T.te do R.l Corpo d'Eng. ; copiado no Com.do G.al d Eng.ª por Bon de Souza*, em 1888. Exibe a data de "Março de 1791" (AHM/GEAEM 6793-5-64-73). *Planta 1ª da costa desde a villa da Figueira [da Foz] até à praça de Buarcos ; Planta da praça de Buarcos ; Planta do Forte de Santa Catherina da Barra da Figueira* [da Foz]

Primr.º Ten.te Luiz Gomes de Carvalho, do Corpo Real dos Engenheiros (AHM/GEAEM 1932-2-19A-27).

37 Adicionalmente no seu processo individual no AHM há uma certidão passada pelo Governador das Armas da cidade do Porto e seu Partido datada de 30/5/1795.

Promovido a sargento-mor do Real Corpo de Engenheiros por decreto de 23 de Julho de 1803, seria, cinco anos depois, por decreto de 3 de Novembro de 1808, promovido a tenente-coronel "tanto pelos seus serviços militares como pelos que prestou na abertura da barra de Aveiro. Foi feito coronel por decreto de 7 de Julho de 1818. Faleceu a 17 de Junho de 1826. Foi-lhe dado o habito da ordem de Christo" (VITERBO 1988, I, 440-441). De Outubro de 1816 até à sua morte esteve empregado na comissão do melhoramento da barra do Porto, rio, cais de arrumação e entrada ao longo do Douro[38] mas foi a abertura da barra de Aveiro em 1808 a obra que mais o notabilizou à época[39].

Conhecem-se duas outras cópias daquela *Planta de Chaves* que se guardam no AHM/GEAEM com o nº de cota 1299 (1-8-12) e 1407, 1-8-12.



AHM/GEAEM 1299 (1-8-12)

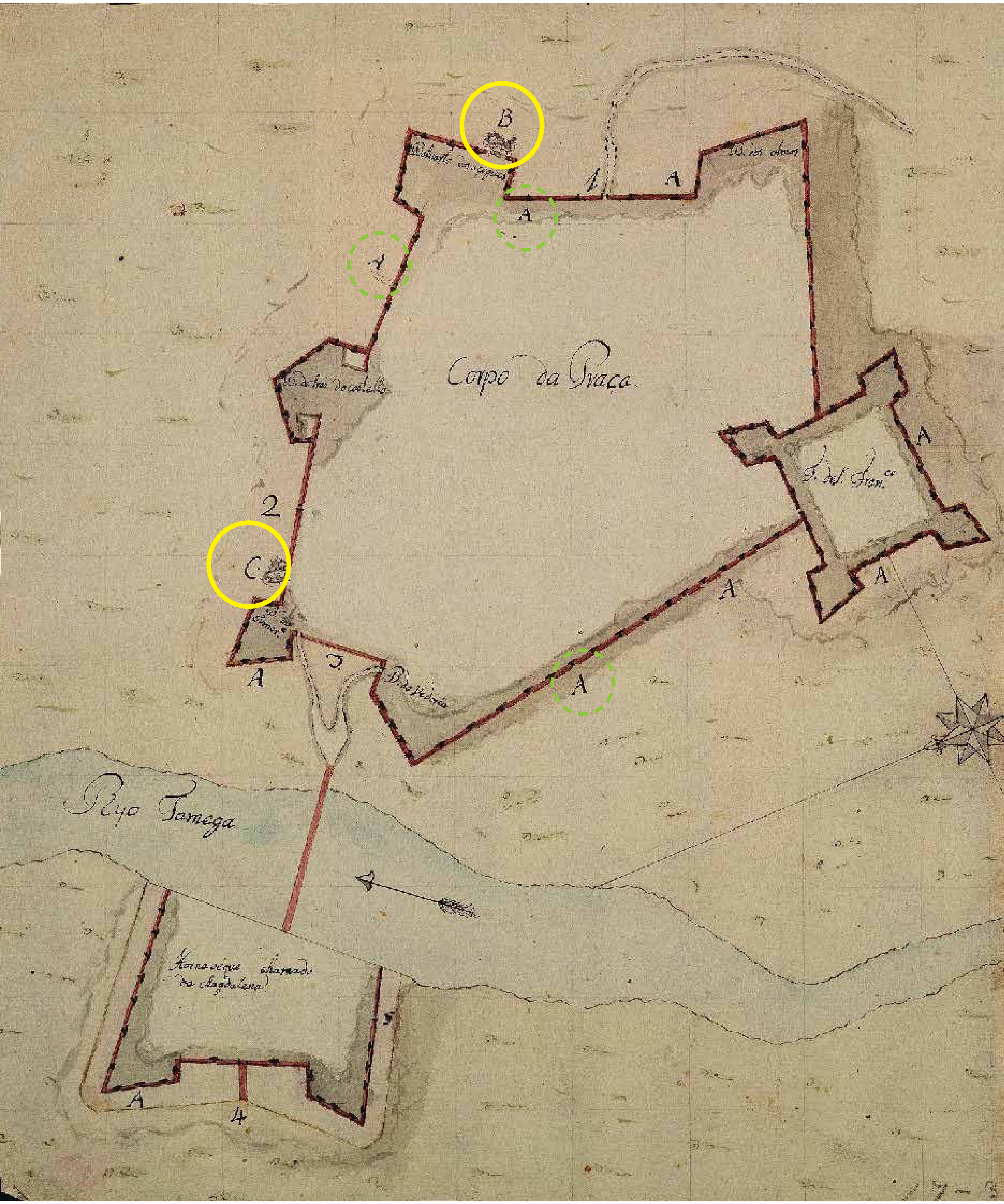
38 Conforme consta no seu processo individual (Arquivo Histórico Militar, Cx. 461). Foi autor da Planta da Fóz do Douro até Quebrantoens : para intteligencia do plano do melhoramento da barra do Porto, por Luiz Gomes de Carvalho, Cor.el do Corpo d'Eng.os, 1818 – 1826 (AHM/GEAEM 4204-2-19A-27)

39 Em 1821 ainda continuava ocupado com a barra de Aveiro sendo autor da *Planta e perfil do Forte da Barra de Aveiro, Luiz Gomes de Carvalho, C. do N. e R. C. de Engenheiros*, "Aveiro, 10 de Dezembro de 1821" (AHM/GEAEM 33-1-2A-3).

AHM/GEAEM 1407, 1-8-12

O confronto destes novos levantamentos de final de século (1797 – 1801) com os realizados em 1762 mostra o estado de degradação e ruína que a fortificação apresentava. Um primeiro registo da ruína provocada pelas tropas espanholas surge na planta de Pyton de 1763, executada precisamente com esse objectivo, como vimos *supra*. A referência às partes arruinadas será uma constante nos levantamentos posteriores como surge na legenda da *Planta de Chaves e suas dependências* de Luís Gomes de Carvalho (1801) na qual escreve "*Antecipei sobre os fossos as alturas das muralhas em ponto maior, afim de deixar ver as ruínas das mesmas e outras que ocasionarão os fornilhos abertos em grande número*".

A cópia tardia (1871 – 1886) do levantamento de José Joaquim de Freitas Coelho, datado de "*30 de Maio de 1797*", oferece-nos ainda outros elementos do maior interesse. Representam-se aí a tracejado e letras projectos de alinhamentos a traçar futuramente e áreas a construir cuja análise faremos *infra* relacionando-os com a dinâmicas de intervenção e renovação urbana que vamos ver desenvolverem-se em Chaves no fim do século XVIII e primeiras décadas do século XIX.



B
1
A
A
A
Corpo da Praça
2
C
A
A
A
A
A
Ryo Tamega
Hornaveque chamado da Magdalena
A
4

CÓPIA

4.3.2. Ensaios de Renovação Urbana (1815 – 1834) e a dinâmica das elites locais

O período analisado por BORRALHEIRO (1997, 185 e ss.) no qual verifica um acentuado investimento da edilidade de Chaves em obras e equipamentos de renovação urbana é precisamente o que se abre após o termo das hostilidades que marcaram os acontecimentos da Guerra Peninsular (1807 – 1814) e se estende de 1815 a 1834.

Aliás, como vimos já em relação às plantas de Chaves datadas de 1797 e de 1801, existem indícios anteriores de uma maior vontade de intervenção na ordenação urbanística. O autor citado (BORRALHEIRO 1997, 203) escreve mesmo que "desde os finais do século XVIII, deveria haver na vila de Chaves um movimento social importante que pretendia alterar a face do núcleo urbano. Esta suspeição baseia-se em alguns elementos que pudemos recolher das fontes. Uma delas, porque contém apreciações de carácter valorativo sobre a acção desenvolvida pelo Senado: é a correspondência trocada entre o Governador de Armas da Província de Trás-os-Montes, sedeado em Vila Real, o Conde de Amarante, e o Senado de Chaves. Correspondência que nos informa dos projectos que a vereação tinha para a Vila e onde se encontram palavras de incentivo à câmara pela realização das obras: "*estando certo se hão-de fazer pois conheço o quanto V.a Senhorias se interessam por felecitarem esse Povo*"[40]; outra é um documento avulso que tem a cópia de um acórdão de uma reunião alargada realizada em 18 de Novembro de 1784[41], sendo os outros elementos que revelam a acção da câmara nestes domínios os livros de actas e o livro de receita e despesa…".

O mesmo autor precisa ainda mais verificando que "o período mais rico de realizações compreende-se entre os anos de 1825 e 1832", acrescentando que "ao longo deste período houve deliberações camarárias que revelam um poder concelhio com grande vitalidade e dinamismo na promoção de algumas obras, assim como o estarmos perante um espírito renovador, dada a preocupação com a qualidade manifesta nas suas realizações" (BORRALHEIRO 1997, 203). Ao comparar a percentagem da despesa líquida do concelho aplicada nos investimentos em obras e equipamentos em Chaves e em outros concelhos para a mesma época, encontra valores anormalmente elevados que indiciam precisamente uma grande preocupação da edilidade flaviense na realização de obras públicas na vila e seus arrabaldes (*idem*, *ibidem*, 185 e ss.)[42]. Destacam-se neste contexto as obras realizadas em calçadas, pontes, praças e captação de águas (23,16% da despesa) com realce para a obra de construção do Largo do Arrabalde, a obra de abastecimento de água à vila a partir da exploração das nascentes de S. Jurge e das Casas dos Montes, as obras de construção ou reparação das calçadas da Vedoria, Madalena, Rua de Trás do Arrabalde, de São Roque, a construção da Ponte de Oura, a reparação na Ponte do Tâmega ou a plantação de árvores nos passeios da vila. Seguem-se, em percentagens menos significativas, as despesas com edifícios públicos

40 Em nota o autor reenvia para Arquivo da Câmara Municipal de Chaves, *Livro de Registo Geral*, RS 443.

41 O mesmo autor explica em outra nota o teor deste documento relativo a "uma reunião alargada à nobreza e povo, para entre outros assuntos, tratar do abastecimento de água à vila "*conduzidas as águas de S. Jorge* [Sanjurge] *para aquedutos*", para três chafarizes "*a fim do povo se poder utilizar*". Pretendia a câmara construir um chafariz no Terreiro do Anjo, outro na Praça e o terceiro no Terreiro do Arrabalde das Couraças, vindo a despesa a ser suportada pelas "*Terças do Concelho das Sisas caladas e de hum Real posto no vinho azeite e carnes de porco e carne dos assougues e das sisas do corrente*". ACB, DE, NG. 227."

42 O Concelho de Chaves exibe uma percentagem perto dos 54% para o período de 1815 a 1834, muito distante das que se registam para Montemor-o-Novo, 6,5% entre 1777 e 1816, Caldas da Rainha, 8% em 1810, Viana do Castelo, 9,3% em 1742, Esposende, 8,3% entre 1815 e 1824, Vila Nova de Cerveira, 12,2% entre 1821 e 1831, Guimarães, 16% entre 1789 e 1812, ou Caminha, 37,3% entre 1810 e 1822 (BORRALHEIRO, 1997, 185, Quadro 30).

como a Casa da Câmara, a Cadeia, os Açougues e os Mercados (5,02% da despesa) ou as despesas com bens e equipamentos como o relógio, o sino, as varas da Câmara, as razas e outros aparelhos de medir (1,74% da despesa). Acrescenta-se uma percentagem de 27, 37% da despesa aplicada em outras obras públicas não especificadas. Note-se que a maior fatia de toda esta actividade de renovação urbana se realiza durante o contexto conturbado das Guerras entre Liberais e Absolutistas e apesar dele!

A obra de maior envergadura e visão de futuro realizada neste período foi, sem dúvida, a do Largo ou Praça do Arrabalde, a qual transformaria este espaço no principal centro da vila. As primeiras referências à *obra nova do arrabalde* surgem em 1819 totalizando uma elevada despesa contabilizada em 70.460 réis. Novamente em 1824 se fariam obras no Arrabalde no valor de 134.595 réis. Na reunião de Câmara de 4 de Março de 1826 foi aprovada uma planta com vista à continuação das mesmas obras. A fase de maior intensidade desta obra seria realizada depois entre 1831 e 1833, período durante o qual se gastou um total de superior a 520.000 réis. A intervenção obrigou à expropriação de um terreno pertencente a Caetano José Rodrigues no valor de 200.000 réis (9 de Julho de 1831) e ao lançamento, em 3 de Agosto de 1831, da obra de pedreiro *dos arcos* e, a 12 de Dezembro de 1832, ao lançamento da obra de carpinteiro *para o cobrimento dos Arcos*.

É Ribeiro de CARVALHO quem escreve (*Chaves Antiga*, 1929, 98-99) que "(…) o largo ou terreiro do Arrabalde das Couraças era primitivamente o descampado entre as muralhas da praça e o rio, juntando-se-lhe, depois das invasões francesas, o terreno resultante da demolição de um baluarte da praça que estava ligado à muralha do Olival e ocupava todo o espaço do antigo mercado (em frente ao Palácio da Justiça), até à R. das Longras. Este baluarte, que se chamava o Cavaleiro da Vedoria, era semelhante ao (…) Cavaleiro da Amoreira (…). Demolido o Cavaleiro da Vedoria, ficou existindo no lugar que ele ocupava um terreno irregular, em declive para o rio, que o Senado da Câmara mandara terra planar e nivelar, construindo-se para esse fim um muro de suporte do lado Nascente, sobre o qual mais tarde se edificou a ARCADA DO ARRABALDE! Em 1820 essa terraplanagem estava apenas iniciada, mas como o Terreiro da Vedoria [=*Terreiro do Pão* referido em 1758], junto ao Arrabalde das Couraças, apesar de irregular e de não ser pavimentado, era mais vasto do que o do Anjo, nele se realizava o mercado dos cereais, que já em fins do século XVIII se mudara para o Arrabalde das Couraças, ao que parece, de *motu* próprio dos feirantes." Firmino AIRES (1990) acrescenta a informação de que o mercado dos restantes géneros foi transferido do Lg. ou Terreiro do Anjo para a Vedoria junto do Arrabalde das Couraças por decisão de 14 de Outubro de 1820.

A intervenção nos Terreiros do Arrabalde integrava-se evidentemente num plano mais vasto de transformação urbana cujos princípios assentavam em particular na ideia de que era necessário melhorar as condições de circulação, do interior para o exterior da vila bem como entre as várias áreas que internamente compunham o espaço urbano. O principal obstáculo a esta circulação, que se perspectivava como vital, era a da demolição das portas, cortinas e baluartes das muralhas da praça já que, em relação às obras exteriores, ou estas nunca chegaram a executar-se ou rapidamente se viram desprezadas e anuladas, não constituindo portanto um grande obstáculo.

A obra do Largo dos Terreiros do Arrabalde pressupunha a anulação do já muito arruinado Baluarte, ou melhor, do Meio Baluarte de Santo António, da Vedoria ou do Olival. Mas aquela intervenção

perspectivava mais. Era essencial a articulação entre o novo Largo ou Praça e a principal rua da vila, a Rua Direita, que se encontrava estrangulada pela Torre e Porta da Vedoria. Não admira que a Câmara solicitasse ao Governo das Armas da Província autorização para a sua demolição o que viria a obter em 1819 declarando autorizar a demolição "*não só* [d]*o Torrião mas mesmo* [d]*as portas da Vedoria para se dar huma franca sahida a essa terra nascendo daqui vantagens bem conhecidas*" (transc. por BORRALHEIRO 1997, 205).

A obra de demolição só se executaria em 1832 mas, entretanto, seriam construídas ou reparadas as *Calçadas da Vedoria* (em 1817 e 1820) e da *Madalena* bem como a *Rua de Trás do Arrabalde* (ambas em 1821 e 1822), segundo BORRALHEIRO 1997, 187. Em 1823, a ligação entre os dois arrabaldes, o das Couraças e o da Madalena, quer dizer, a velha ponte sobre o Tâmega, receberia "obras de grande vulto (…) no valor de 77.735 réis" (*idem*, *ibidem*, 204). No ano seguinte, 1824, seria o do maior investimento na obra nova do Arrabalde, no valor de 134.595 réis. Os planos da Câmara de renovação dos terreiros do Arrabalde teria continuidade nos anos seguintes uma vez que aquela fazia aprovar em reunião de 4 de Março de 1826 uma planta visando fazer construir junto dos terreiros "instalações próprias para os negociantes que afluíam à vila nos dias de feira e do mercado diário, tendo em vista afastá-los da praça principal" (*idem*, *ibidem*, 204). Em 1827 seria a vez da obra da calçada de S. Roque, perspectivando com certeza a saída do complexo de largos dos arrabaldes implantados sobre ambas as margens do Tâmega, a partir do Largo da Madalena através do ainda subsistente Postigo de S. Roque, ligando assim ao terreiro da Capela daquela dedicação e integrando-o igualmente.

A fase mais intensa desta obra ocorreria pouco depois entre 1831 e 1833. Segundo a Acta da reunião da Câmara de 30 de Junho de 1831 (cit. por BORRALHEIRO 1997, 204-205) tratava-se agora da "construção e cobertura dos sótãos na praça do Arrabalde para retirar as regateiras da Praça (principal) *que a estavam entulhando e impediam a passagem publica*". Com a expropriação do terreno propriedade

Foto de inícios do século XX com a arcaria ao fundo do terreiro, paralela à Rua das Longras (blog chaves antiga).

de Caetano José Rodrigues (9 de Julho de 1831) foi elaborada uma planta aprovada em reunião de Câmara de 6 de Agosto de 1831 e contratada a obra de pedreiro, nesse mesmo dia, a qual constava da construção da *parede que fica que corre com a Estrada que corre para as Longras* (…) *sobre a qual se hade por humas cercaduras pello preço de mil e duzentos reiz cada hum arco que se fizer sobre o mesmo se obriga a fazer pello preço de seis mil reiz obrigandose esta câmara a mandarlhe fazer os caretos de pedra e que tão bem se obriga a fazer cada huma braça do cais que deve ficar no corrente da obra pelo preço de oito centos reiz* (…)" (transc. por BORRALHEIRO 1997, 187, nota 112). Concluída a obra de pedreiro seria lançada a de carpinteiro, contratada a 12 de Dezembro de 1832, nas seguintes condições: "*sera coberto de toracenas de quatro aguas acachorrado para o terreiro, Arrabalde e Longras tendo estes dois palmos de cumprido, levara os terantes nesessarios e caibros limpos de dois em dois palmos, forro limpo e capiado atá a ponta dos cachorros. Será o forro passado por cima dos lebeis e destes para cima ripado*".

O confronto entre as plantas de Chaves de 1801 e de 1841 evidencia que foi nesta mesma época que, no conjunto de terreiros ou largos que se abriam no extremo oposto da Rua Direita, ao Anjo, se realizou uma outra intervenção urbana guiada pelos mesmos princípios de libertar a circulação dos obstáculos acumulados ao longo de séculos de amuralhamentos. Mais uma vez colhe-se em Ribeiro de CARVALHO (*Chaves Antiga*, 1929) que "(…) no ano de 1820 nem o Anjo nem o Arrabalde tinham semelhança com o que são hoje. No Anjo, quase todo o espaço que recentemente foi ajardinado era ocupado por um casarão do Estado, espécie de depósito de munições e víveres, que se chamava o Armazém da Vedoria. Interiormente, encostada à muralha, ficava a cadeia do Aljube, pouco mais ou menos na altura em que hoje começa a R. Verde (…)". A observação atenta das plantas que desde 1762 representam aquele lugar permite perceber que a torre representada nas vistas do Duarte D'Armas sobre a Porta de Cima se havia preservado constituindo na 2ª metade do século XVII o núcleo das construções que, lhe sendo adossadas pelo exterior, constituíam o *Armazém da Vedoria*. A cortina da cerca medieval que fazia o ângulo NE. encontrava-se parcialmente apeada, o que deu origem a um pequeno largo, a partir do qual, contornando os vários edifícios da *Vedoria*, se acedia ao Largo do Anjo, em grande medida ocupado pela Capela do Anjo Custódio, erguida em 1516, e que era apenas como que o adro daquela. O conjunto constituía uma área acanhada mas que organizava radialmente várias outras artérias, núcleo do mercado de géneros da vila (*Rua do Verde*, *Rua do Sal*, *Rua dos Açougues*).

A demolição dos Armazéns da Vedoria – e com eles da torre medieval da Porta de Cima - e da Capela do Anjo deram origem ao amplo largo que ainda hoje se observa em grande medida, apesar da posterior demolição do Quartel de Cavalaria situado a NE., da rectificação dos arruamentos desse lado com a abertura da Rua 1º de Dezembro e do rasgamento da muralha e casario que então o ficou a delimitar do lado NO., concomitante à abertura da actual Rua Dr. Augusto Figueiredo Fernandes. Note-se que esta intervenção realizada na 1ª metade do século XIX, de demolição das muralhas, afecta apenas construções ainda sobreviventes da cerca medieval deixando intacto o amuralhamento moderno.

Estas duas intervenções urbanas (Arrabalde e Anjo), sem dúvidas relacionadas com uma mesma ideia ou plano concebido para a actualização urbana de Chaves, guardam uma forte conexão com a actividade comercial da vila. Comércio, Feiras e Mercados era uma das imagens identitárias da vila de Chaves: "*o commercio que há nesta villa hé muito grande e consiste em todos os géneros do país e dos que vem de fora, sendo huma das terras mais provida e abundantes da província. Tem noventa e sete lojas de toda a qualidade de*

fazenda, para o que condus o muito consumo que faz a tropa que ali se acha e o dinheiro que annualmente deixa", lê-se no manuscrito de Columbano de Castro datado de 1796 (Amado MENDES 1984, 374 e 375). Como escreve SOALHEIRO (1997, 210), "para além da feira mensal e do mercado diário de produtos frescos (legumes, pão e peixe), Chaves tinha inúmeras lojas e tabernas (…). O facto de a câmara decidir construir novos espaços para o corte das carnes, bancas de peixe e vendedeiras de outros produtos, na praça do Arrabalde, porque a praça principal ficava atulhada e impedia a livre circulação de pessoas, é revelador." A documentação municipal desta época, como o novo regimento de taxas aplicadas aos comerciantes datado de 4 de Dezembro de 1829, referido pelo mesmo autor (*idem*, *ibidem*, 210), confirma a identificação dos três principais locais de *vendagem* - os indivíduos "*que pousassem negocio nos Portais a que se chamam da Câmara*" – com o Arrabalde, o Anjo e a *Praça publica*. Aliás, a garantia do abastecimento de géneros à vila era uma das principais, senão a principal preocupação do poder municipal de Antigo Regime não admirando pois que também as principais intervenções urbanas da Câmara pareçam estar directamente relacionadas com esta questão.

Um outro problema das concentrações urbanas que nunca adquire completa solução ao longo do Antigo Regime é o do abastecimento de água. A questão já havia sido levantada em Chaves no início do século XVIII, com a conclusão das obras de fortificação, propondo-se em Conselho de Guerra que a água fosse conduzida até à praça a partir das nascentes existentes no lugar das Casas dos Montes (ver *supra* texto). Também já nos referimos à realização de uma reunião alargada *à nobreza e povo* datada de 18 de Novembro de 1784 para, entre outros assuntos, tratar do abastecimento de água à vila fazendo-a conduzir por aquedutos a partir das nascentes de Sanjurge para três chafarizes a construir no Terreiro do Anjo, na Praça e no Terreiro do Arrabalde das Couraças. O principal problema residia nos elevados investimentos que eram necessários para realizar a construção das infra-estruturas de captação, condução e distribuição de água, os quais estavam fora de qualquer capacidade orçamental do município. É por isso que, naquela reunião, se solicita o auxílio real através do Governador Militar da Província nela presente. O projecto não parece porém ter tido concretização. Em 1819, a Câmara faria um investimento ainda diminuto, no valor de 10.800 réis, destinado a melhorar a condução de água para a vila. Mas a vontade de resolver o problema persistia embora agora a ambição parecesse menor propondo-se o aproveitamento de mananciais mais próximos da vila. Nova reunião alargada, realizada a 15 de Outubro de 1825, debatia o problema solicitando igualmente "a aprovação de um pedido ao rei para lançar um real de água sobre a carne para poder ser feita a exploração das nascentes nas Minas das Casas dos Montes (SOALHEIRO 1997, 186-187). Nesse mesmo ano a Câmara realizaria obras nas Minas das Casas dos Montes continuando a intervenção ainda em 1832 (idem, ibidem, 186). Em meados do século esta seria ainda a obra pública prioritária da mesma Câmara (ver *infra* no texto).

Outras instituições locais demonstraram no mesmo período uma vontade e ambição semelhantes em realizar transformações na vila como foi o caso da Santa Casa da Misericórdia, a qual tomaria a decisão de fazer construir um novo hospital em 1828, adossado à Igreja, e cujas obras duraram até 1842, sendo Provedor José António Ramos (MACHADO 1994, 185). "Á custa da vultosa quantia doada foi erguido um soberbo edifício de dois andares e mirantes, mas porque tinha pouco fundo, cedo se veio a mostrar insuficiente para suprir as necessidades da terra nesse capítulo. Foi causa dessa acanhada implantação um pequeno número de modestas casas que existiam à frente do local escolhido para a construção do Hospital, só derrubadas anos depois pela interferência do benemérito Caetano José

Ferreira, *alindando o local* (1860)" (*idem*, *ibidem*, 185). A obra do novo hospital da Misericórdia, não só ocasionaria as transformações urbanas na área adjacente à fachada principal já referidas como também obrigaria à construção da plataforma de reforço nas traseiras que ainda hoje ali se observa, prolongando o alinhamento da frente do baluarte do castelo, ainda que a cota inferior, e inutilizando a praça baixa que se situava desse lado no flanco. Esta obra pode ver-se já representada na planta de Chaves de Vasconcelos de Sá datada de c.1840.

O dinamismo manifestado pelos agentes locais parece responder ao dinamismo e crescimento da própria vila o que aparece reflectido na evolução do número de fogos e da população em Chaves. A um aumento significativo da população entre os finais do século XVII e os meados do século XVIII, sucedeu uma retracção populacional de que apenas recuperaria no final daquele último século. Já em 1796 Columbano de Castro escrevia que "*a população desta villa está augmentada e rica do que antigamente foi, e da mesma forma estão a maior parte dos lugares do seu dilatado termo*" (Amado MENDES 1984, 374). Nessa altura registavam-se 892 fogos na vila correspondentes a 3377 habitantes, um número que recuperava os de meados do mesmo século. Decorridos 68 anos (em 1864), o *1º Censo Geral da População*, apontava os números de 1337 fogos e 6382 habitantes, um crescimento de 67% em relação ao número de fogos e de 53% em relação ao número de habitantes!

Ano	Fogos	População	Fonte
1530	385		*Numeramento*
1640	500		*Estimativa da População do Reino…*
1706	400		CARVALHO DA COSTA, *Corographia…*
1732	500		CAETANO DE LIMA
1758	858	3418	*Memorias Parochiaes*
1789	680		JOSÉ INÁCIO DA COSTA, *Memoria agronómica…*
1796	892	3377	COLUMBANO PINTO RIBEIRO DE CASTRO
1864	1337	6382	*1º Censo Geral da População*

Este crescimento verdadeiramente acentuado no número de fogos e de habitantes durante a 1ª metade do século XIX exibe-se na urbanização de novas áreas que se observam quando comparadas as plantas do século XVIII (1762 ou 1797/1801) com a de meados do século XIX (c. 1840). Nas duas primeiras plantas que se seguem representou-se, sempre sobre a base do levantamento da vila e praça de guerra datado de 1762, os projectos de alinhamentos a traçar e áreas a construir que surgem indicadas na cópia da planta de 1797 realizada em 1871-1886, aos quais já nos referimos por várias vezes. Constitui um exercício estimulando o confronto entre estes e as intervenções urbanas efectivamente realizadas que vimos descrevendo. A ideia geral que se colhe daqueles projectos mostra uma vontade de respeitar os

limites traçados pelas linhas de muralhas, já em ruínas, circunscrevendo as áreas de intervenção à zona intra-muros, com a excepção da zona dos quartéis do Bairro Alto (A) em que parece surgir o plano de reorganização das instalações militares ultrapassando a muralha e ocupando a área do fosso[43]. Fica igualmente de fora da área a intervir o núcleo velho e denso correspondente à zona intra-muros medieval. A atenção das linhas de planeamento urbano concentra-se então sobre os vazios criados pela ampliação da área intra-muros consequência da nova linha de muralhas. O Bairro Alto é a principal preocupação com o fechar do quarteirão que limitava o Terreiro pelo lado E. (C) e a regularização do alinhamento do edificado que limitava o mesmo Terreiro pelo lado S. (D). A Rua de Santo António, no troço que ligava àquele mesmo Terreiro, mostrava a O. uma área ainda não urbanizada que se propõe preencher regularizando traçados (E). A zona da Lapa, nas traseiras da Capela, era outro dos espaços em que se propunha a urbanização (F) perspectivando o futuro alinhamento da Rua do Olival (actual Rua Cândido dos Reis) na ligação aos prolongamentos urbanizadores das actuais Travessa de Cândido Reis (G) e do Largo do Arrabalde (H). Por último, e ainda em relação às instalações militares, propunha-se uma densificação da ocupação do espaço útil no interior do Forte de São Francisco (B). Como resulta evidente pelo que vimos já, não foram de forma alguma estas as linhas seguidas pelo plano de transformação urbana que se executa nas primeiras décadas do século XIX.

Nas duas plantas seguintes cartografaram-se aquelas intervenções urbanas/obras públicas (a verde) e assinalaram-se as áreas de nova urbanização (a cinzento). Os dois principais focos das intervenções realizadas nas primeiras décadas do século XIX localizam-se no Arrabalde (a) e no Anjo (b). No primeiro, melhor documentado e de maior amplitude, estiveram em causa não só a reorganização dos dois terreiros preexistentes no Arrabalde como os acessos e relações com outros espaços a eles conexos. A intervenção não municipal de maior significado consistiu na construção no novo hospital da Misericórdia (c) que obrigou a uma obra de reforço da muralha nas traseiras do mesmo. Na mesma área central, a Câmara realizou beneficiações na antiga Casa da Câmara (d) e na Cadeia (e). Os fossos começaram a ser perspectivados como áreas válidas e disponíveis para a construção como se verificou na construção do Cemitério Velho (f), adossado ao Forte de S. Francisco, e na ocupação dos fossos do mesmo forte, do lado orientado a S., com construções militares que as plantas designam como *palheiros* (g). A planta de 1840 mostra como a ruína das muralhas, já muito evidente no final do século XIX, havia apagado então completamente dois troços importantes que eram o Baluarte de N. Sra. das Brotas, com partes da cortina que o ligava ao Forte de São Francisco (h) e o Baluarte de Santo Amaro, com toda a extensão da cortina que ligava ao Baluarte do Castelo (i).

Entre as novas áreas urbanizadas que se identificam na planta de 1840 estavam algumas em que aquela tendência já se esboçava quando comparadas as plantas de 1762 e as de 1797/1801. Ao contrário do que parece ter-se planeado, como vimos, no levantamento de 1797, a nova urbanização desenvolver-se-á sobretudo extra-muros, densificando ou prolongando os arrabaldes já existentes e criando novos arrabaldes, sendo que intra-muros, as áreas de novo urbanizadas, são de pequena expressão e acomodam-se igualmente a espaços periféricos. É também possível que intra-muros, áreas já construídas, tenham igualmente conhecido uma densificação da ocupação mas é significativo que se mantenham, nesta época de acentuado crescimento populacional em Chaves (aumentos de 67% em relação ao número de fogos e de 53% em relação ao número de habitantes entre 1796 e 1864) extensos vazios urbanos. A nova

43 Esta ideia seria recuperada mais tarde (inícios do século XX) até que abandonada em definitivo com a abertura da Avenida dos Aliados.

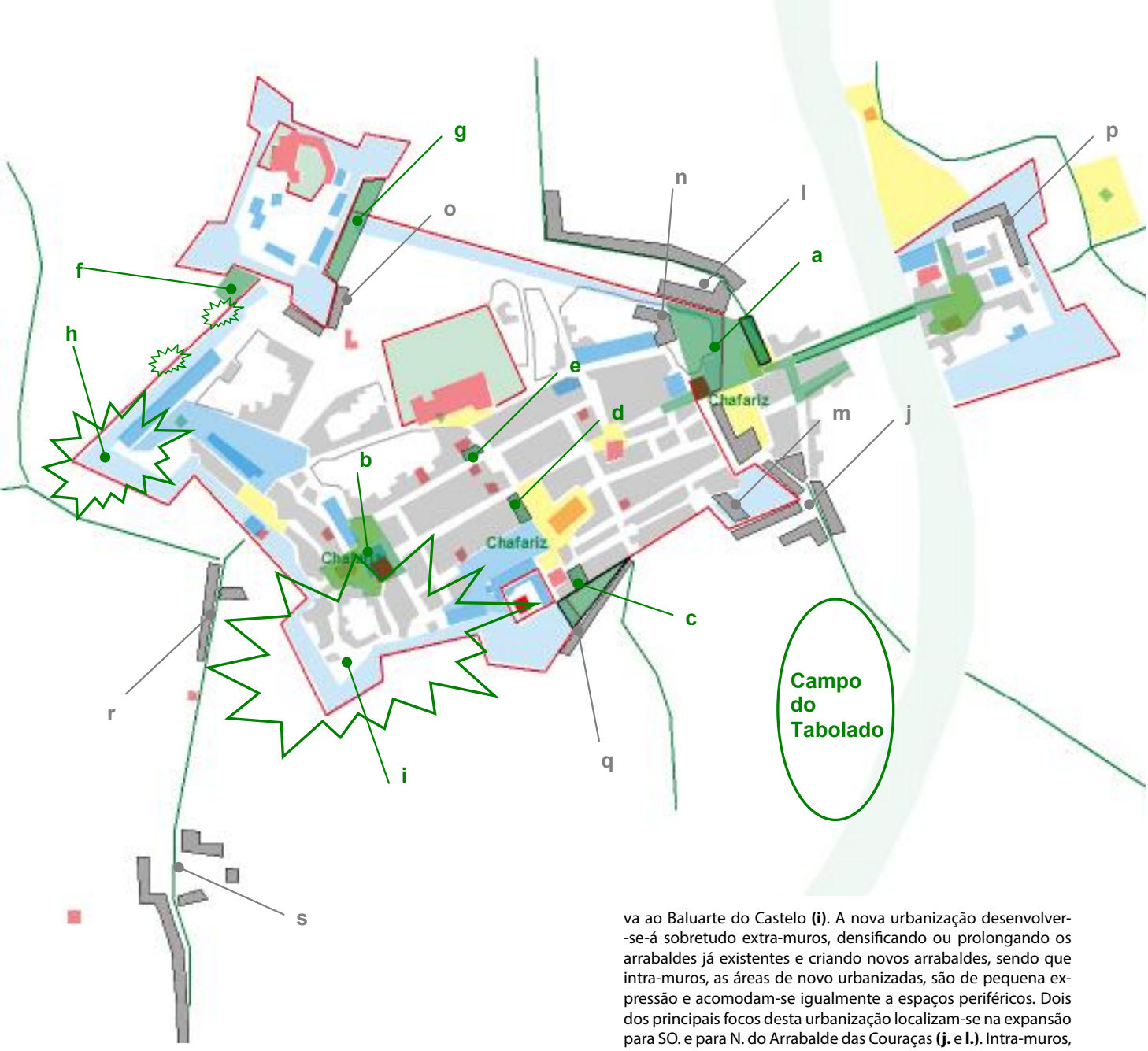
urbanização que então se faz sentir parece ter como motor a acomodação de populações com parcos recursos que chegam para viver na vila e que apenas tem capacidade para construir as suas casas em áreas fortemente periféricas. Ainda hoje, ou através de fotos um pouco mais antigas, é possível observar nessas áreas edificações de apenas um piso, de pequena dimensão, que invariavelmente adossaram à muralha e baluartes. Dois dos principais focos desta urbanização localizam-se na expansão para SO. e para N. do Arrabalde das Couraças (j. e l.). Intra-muros, junto daquela área, observa-se a ocupação parcial do Baluarte das Caldas com a construção da *Ilha do Cavaleiro*. Com características diferentes, exibindo um edificado de estatuto mais elevado, regista-se apenas a urbanização do limite NO. da Praça do Arrabalde, na ligação que se começava a esboçar para a Rua do Olival (actual R. Cândido dos Reis) (n). Ainda intra-muros, mas já com características semelhantes às da *Ilha do Cavaleiro*, constroem –se casas na Lapa adossadas aos flancos do baluarte do Forte de São Francisco (o). No arrabalde da Madalena observa-se também um novo correr de casas adossadas pelo interior à muralhas e baluarte (p). Junto ao postigo das Caldas, adossando-se aos muros da plataforma de reforço antes referida, constitui-se um novo arrabalde com apenas um correr de casas (q). Fora de portas do Anjo gera-se igualmente um novo arrabalde (r) que se vai prolongando em direcção a Santo Amaro e depois para as Casas dos Montes. Sobretudo no Santo Amaro (s), observa-se uma crescente estabilização do urbanismo delineando-se o largo daquele nome.

Apoiado em BORRALHEIRO (1997, 51, Quadro 7) ensaiamos na planta seguinte uma cartografia da densidade populacional na vila de Chaves com base no número de ocorrências por ruas da aplicação do imposto da décima do maneio em 1827. A cartografia dos números permite observar a *espinha dorsal* da vila constituída pelas máximas densidades (entre 96 e 38 ocorrências) que se registam na Rua Direita, Arrabalde, Madalena e Rua do Anjo. Em seguida surgem ruas de menor concentração mas ainda com valores elevados (entre 32 e 20), Rua de Santa Maria, Rua de Santo António, Rua do Sal, Terreiro da Ferreira e, extra-muros, Santo Amaro e Campo da Fonte. Seguem-se ruas de valor ainda mais baixo (entre 15 e 9), como o Bairro Alto, a Rua da Cadeia, a Rua Verde, a Rua da Misericórdia, a Praça Principal, a Rua Nova, a Rua dos Gatos e, extra-muros, Nicho Fora de Portas e Longras. Por último, com ocorrências entre 7 e 1, a Rua do Poço, a Ladeira da Trindade, o Olival, Travessa do Postigo das Caldas, a Rua das Freiras, Santa Catarina e, extra-muros, a Rua do Tabolado ou do Sol, Casas dos Montes, Fora de Portas da Madalena, Calçada de S. Roque, Campo do Rajado, Caldas e Telhado.

O dinamismo evidenciado pela vila de Chaves neste período relaciona-se, por um lado, e como já foi assinalado, com a sua importância enquanto centro comercial regional e mesmo nacional, mas, por outro lado, como escreve BORRALHEIRO (1997, 39) é "(…) no sector dos serviços, ofícios públicos e advogados que se encontram indicadores claros da importância e especificidade que Chaves tem na província transmontana e no reino. Só um centro urbano com importância e com grande vitalidade no mundo administrativo tem um conjunto de ofícios públicos e advocacia e procuradoria tão vasto". É, de certo modo, na relação com este grupo significativo de letrados que poderemos também relacionar a criação da *Aula de Anatomia e Cirurgia de Chaves* em 1789, antecessora, com outras escolas então também criadas, dos actuais estudos superiores de medicina, por Manuel José Leitão, Cirurgião Mor do Exército, que a veio dirigir pessoalmente e que deixou uma vasta obra escrita sobre matéria médica[44].

44 Por exemplo: Manoel José Leitão, *Tratado completo de anatomia, e cirurgia com hum rezumo da historia de anatomia, e cirurgia...*, Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1787; Manoel José Leitão, *Arte de sangrar*, Lisboa : Typ. Rollandiana 1807.

Projectado (finais século XVIII – 1ª metade século XIX)
Representou-se sobre a base do levantamento da vila e praça de guerra datado de 1762, os projectos de alinhamentos a traçar e áreas a construir que surgem indicadas na cópia da planta de 1797 realizada em 1871-1886. Constitui um exercício estimulando o confronto entre estes e as intervenções urbanas efectivamente realizadas. A ideia geral que se colhe daqueles projectos mostra uma vontade de respeitar os limites traçados pelas linhas de muralhas, já em ruínas, circunscrevendo as áreas de intervenção à zona intra-muros, com a excepção da zona dos quartéis do Bairro Alto **(A)** em que parece surgir o plano de reorganização das instalações militares ultrapassando a muralha e ocupando a área do fosso. Fica igualmente de fora da área a intervir o núcleo velho e denso correspondente à zona intra-muros medieval. A atenção das linhas de planeamento urbano concentra-se então sobre os vazios criados pela ampliação da área intra-muros consequência da nova linha de muralhas. O Bairro Alto é a principal preocupação com o fechar do quarteirão que limitava o Terreiro pelo lado E. **(C)** e a regularização do alinhamento do edificado que limitava o mesmo Terreiro pelo lado S. **(D)**. A Rua de Santo António, no troço que ligava àquele mesmo Terreiro, mostrava a O. uma área ainda não urbanizada que se propõe preencher regularizando traçados **(E)**. A zona da Lapa, nas traseiras da Capela, era outro dos espaços em que se propunha a urbanização **(F)** perspectivando o futuro alinhamento da Rua do Olival (actual Rua Cândido dos Reis) na ligação aos prolongamentos urbanizadores das actuais Travessa de Cândido Reis **(G)** e do Largo do Arrabalde (H). Por último, e ainda em relação às instalações militares, propunha-se uma densificação da ocupação do espaço útil no interior do Forte de São Francisco **(B)**. Como resulta evidente, não foram de forma alguma estas as linhas seguidas pelo plano de transformação urbana que se executa nas primeiras décadas do século XIX.



Executado (finais século XVIII – 1ª metade século XIX)

Cartografaram-se as intervenções urbanas/obras públicas (a verde) e as áreas de nova urbanização *(a cinzento)* efetivamente executadas. Os dois principais focos das intervenções realizadas nas primeiras décadas do século XIX localizam-se nos terreiros do Arrabalde (a) e no Anjo **(b).** A intervenção não municipal de maior significado consistiu na construção no novo hospital da Misericórdia **(c)**. Na mesma área central, a Câmara realizou beneficiações na antiga Casa da Câmara (d) e na Cadeia **(e)**. Os fossos começaram a ser perspectivados como áreas válidas e disponíveis para a construção como se verificou na construção do Cemitério Velho **(f)**, adossado ao Forte de S. Francisco, e na ocupação dos fossos do mesmo forte, do lado orientado a S., com construções militares que as plantas designam como palheiros **(g)**. A planta de 1840 mostra como a ruína das muralhas, já muito evidente no final do século XIX, havia apagado então completamente dois troços importantes que eram o Baluarte de N. Sra. das Brotas, com partes da cortina que o ligava ao Forte de São Francisco (h) e o Baluarte de Santo Amaro, com toda a extensão da cortina que ligava ao Baluarte do Castelo **(i)**. A nova urbanização desenvolver-se-á sobretudo extra-muros, densificando ou prolongando os arrabaldes já existentes e criando novos arrabaldes, sendo que intra-muros, as áreas de novo urbanizadas, são de pequena expressão e acomodam-se igualmente a espaços periféricos. Dois dos principais focos desta urbanização localizam-se na expansão para SO. e para N. do Arrabalde das Couraças **(j.** e **l.)**. Intra-muros, junto daquela área, observa-se a ocupação parcial do Baluarte das Caldas com a construção da Ilha do Cavaleiro. Com características diferentes, exibindo um edificado de estatuto mais elevado, regista-se apenas a urbanização do limite NO. da Praça do Arrabalde, na ligação que se começava a esboçar para a Rua do Olival (actual R. Cândido dos Reis) **(n)**. Ainda intra-muros, mas já com características semelhantes às da Ilha do Cavaleiro, constroem –se casas na Lapa adossadas aos flancos do baluarte do Forte de São Francisco **(o)**. No arrabalde da Madalena observa-se também um novo correr de casas adossadas pelo interior à muralhas e baluarte (p). Junto ao postigo das Caldas, adossando-se aos muros da plataforma de reforço antes referida, constitui-se um novo arrabalde com apenas um correr de casas **(q)**. Fora de portas do Anjo gera-se igualmente um novo arrabalde **(r)** que se vai prolongando em direcção a Santo Amaro e depois para as Casas dos Montes. Sobretudo no Santo Amaro (s), observa-se uma crescente estabilização do urbanismo delineando-se o largo daquele nome.

QUADRO 7

Aplicação do imposto da décima do maneio na Vila de Chaves — 1827
Número de ocorrências por ruas*

	Rua Direita	Cadeia	Santa Catarina	Principal	Rua do Sol	Rua do Anjo	Rua Verde	Bairro Alto	Santa Maria	Rua Nova	Rua do Posso	Rua da Misericórdia	Rua dos Gatos	Trav. do Postigo das Caldas	Rua de Santo António	Rua das Freiras	Trindade	Olival	Terreiro da Ferreira	Arrabalde	Rua do Tabolado ou do Sol	Longras	Madalena	Fora de Portas da Madalena	Campo da Fonte	Campo do Rajado	Caldas	Calçada de S. Roque	Casas dos Montes	Santo Amaro	Nicho Fora de Portas e Noria	Telhado	Total
20															1	1				10	3		2	1	4								22
50	2	5	1	2	7	3	6	10	7	5	2	8	6	3	8		3	4	3	10	2	5	16	1	5				1	9	3	1	138
100	10	6		2	4	19	3	4	10	1	5	1	2	1	9	2	1		4	20	1	2	9	1	8	1				7	5		138
150															1				1						2	1				1	2		8
200	17	1	1	2	8	6	1		8	2		1			2		1	1	8	14	1	3	20		1			1		1	1		101
300	10			1		2			1						4					6										1	2		27
400	10			1	1	2	1		4	2			1		1	1			2	7							1		1				35
500	2														1					2														5
600	15			2	1	2		1				1							1	4			1						1				29
800	7					2			2											5			1						1	1	1		20
900	1																																1
1000	5					2																											7
1200	6																		1	1			2						1				11
1500	2																																2
1600	4																		1	1			1							1			8
1800	2																																2
2000	1																			2			1										4
2400	1																			1													2
4800	1																																1
Total	96	12	2	10	21	38	11	15	32	10	7	11	9	4	27	4	5	5	21	83	7	10	53	3	20	2	1	1	5	21	14	1	561

* Em cinco ruas do Arrabalde não houve aplicação de imposto: Campo de Cima, Ribeira das Avelãs, Seixal, Caneiro e Abobeleira.

1
20
10
5
53
3
21
27
83
Chafariz
15
4
5
12
96
32
7
2
10
9
38
Chafariz
Chafariz
11
4
10
21
11
14
1
21
5
Ocorrência apenas de rendimentos iguais ou inferiores a 200 réis em 1827
Ocorrência de rendimentos iguais ou superiores a 800 réis em 1827

4.3.3. A Criação da Aula de Anatomia e Cirurgia de Chaves (1789 – 1813)

A organização do ensino da medicina *prática* em Portugal, normalmente designada por *cirurgia* para a distinguir da *medicina* teórica que se cursava na Universidade, teve um momento importante de reforma com a pombalina criação das Aulas de Anatomia e Cirurgia nos principais hospitais militares. A primeira Aula foi criada em Almeida no ano de 1773, seguindo-se-lhe a de Elvas, em 1783, Tavira, em 1786, Chaves, em 1789, e Porto, em 1812[45].

A criação da Aula de Chaves deve-se à iniciativa de Manuel José Leitão. A 6 de Outubro de 1777 tinha Manuel Leitão sido nomeado cirurgião ao serviço da Casa Real, cargo em que acompanharia a rainha viúva de D. José a Madrid, desde 9 desse mês. É no decurso dessa viagem que tomaria contacto com a situação caótica do hospital militar de Chaves o que o levaria a requerer nesse mesmo ano a sua nomeação para *Cirurgião Mor do Regimento de Cavalaria de Dragões daquela prassa* (…) *com a inspecção de Cirurgia do Banco à imitação do Ospital de S. João de Deus desta Corte, de Almeida e Elvas* (transc. in REIS 1991, 110). Finalmente, e só após muitas diligências, conseguiria Manuel Leitão a 30 de Março de 1786 ser nomeado para aquele cargo mas, em relação à pretensão de criar uma Aula de Anatomia e Cirurgia, apenas a 28 de Janeiro de 1789 obteria a desejada nomeação para "Cirurgião Mor do Hospital da Praça de Chaves, ficando obrigado ao serviço regimental, em acumulação, e ainda a explicar Anatomia e Cirurgia não só aos Ajudantes de Cirurgião dos Regimentos da Praça e da Província mas ainda aos praticantes daquela Arte" (REIS 1991, 112)[46].

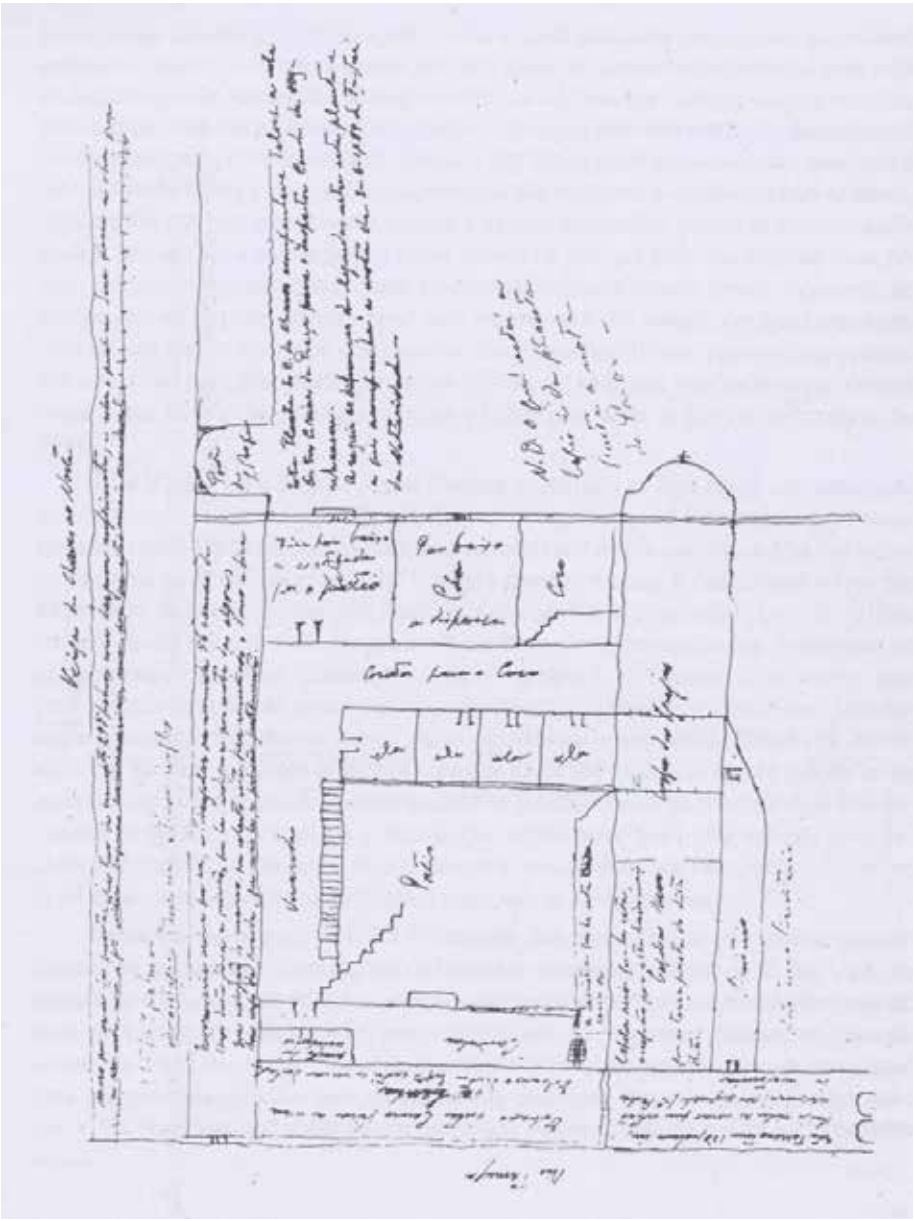
Foi determinado que a Aula fosse estabelecida no Hospital Militar de Chaves, sito no casarão a S. Roque, adossado à *Capela Real* de S. João de Deus, bem como na Casa da Guarda da Madalena (também designada por *Quartel de S. José* e *Casa dos Arcos*), nos quais edifícios se deveriam fazer as necessárias obras de adaptação. Foi um período de dificuldades para Manuel José Leitão pois as transformações que pretendia introduzir viram-se contrariadas pelo Administrador daquele hospital, Frei José da Natividade, religioso da Ordem de S. João de Deus e de origem inglesa. Os autores que se ocuparam deste assunto, referidos na nota *supra*, transcrevem numerosa documentação muito rica relativa à instalação do hospital segundo as orientações de Manuel Leitão entre a qual figura uma planta esquemática manuscrita do próprio com as adaptações que pretendia introduzir no edifício do hospital em S. Roque e que se reproduz abaixo (reproduzida por REIS 1991, 117)[47]. As dificuldades de Manuel Leitão não se resumiram ao conflito com o Administrador do Hospital. Um dos problemas debatidos em final daquele ano de 1789, estando as obras já concluídas (Novembro e Dezembro), foi o de conseguir reunir o número julgado

45 Principal bibliografia sobre este tema em Chaves: J. T. Montalvão Machado, *A Aula de Anatomia de Chaves*, 1962; Manuel Gião, *As Aulas de Anatomia e Cirurgia dos Hospitais Militares*, 1945; Carlos Manuel Vieira Reis, "Uma Nova Dissecação na Aula de Anatomia e Cirurgia de Chaves", *Revista Aquae Flaviae*, nº 5, 1991, p. 104-161.

46 O Decreto de nomeação do Conselho da Guerra vem referido em CHABY, 1889, VI, 103. ANTT, CG, Decretos, Maço nº 147, 1789, Janeiro, 28. "Fazendo mercê ao cirurgião-mór do regimento de cavallaria da praça de Chaves, do logar de cirurgião-mór do hospital da mesma praça, a fim de que, continuando a exercer a sua profissão no corpo a que pertencia, explicasse anatomia e cirurgia aos ajudantes de cirurgia dos regimentos da praça e da província, bem como aos praticantes d'aquellas artes, na aula que lhe fosse destinada, exercitando uns e outros no referido hospital; com a obrigação de acudir a todos os mais hospitaes e regimentos da província, nos casos em que a elles fosse chamado, seguindo as instrucções regias, e vencendo 30$000 réis por mez".

47 A documentação é referenciada por REIS 1991, 160, ao Arquivo Histórico Militar e aos seguintes Fundos/Séries do mesmo *Livro de Pagadorias, Informações Semestrais*, *Processos Individuais, Secção Hospitais* e *Registo dos Regimentos*.

necessário de alunos opondo-se ao envio dos mesmos muitos dos Comandantes dos Regimentos da Guarnição da Província[48]. No entanto, em Janeiro de 1790, já a Aula estava em pleno funcionamento ao mesmo tempo que se conseguia o afastamento de Frei José da Natividade.



Já nessa altura (Janeiro de 1790), Manuel Leitão se queixava das condições pouco próprias da localização do hospital: "*que além do ospital ser situado na parte mais baixa desta villa junto á margem*

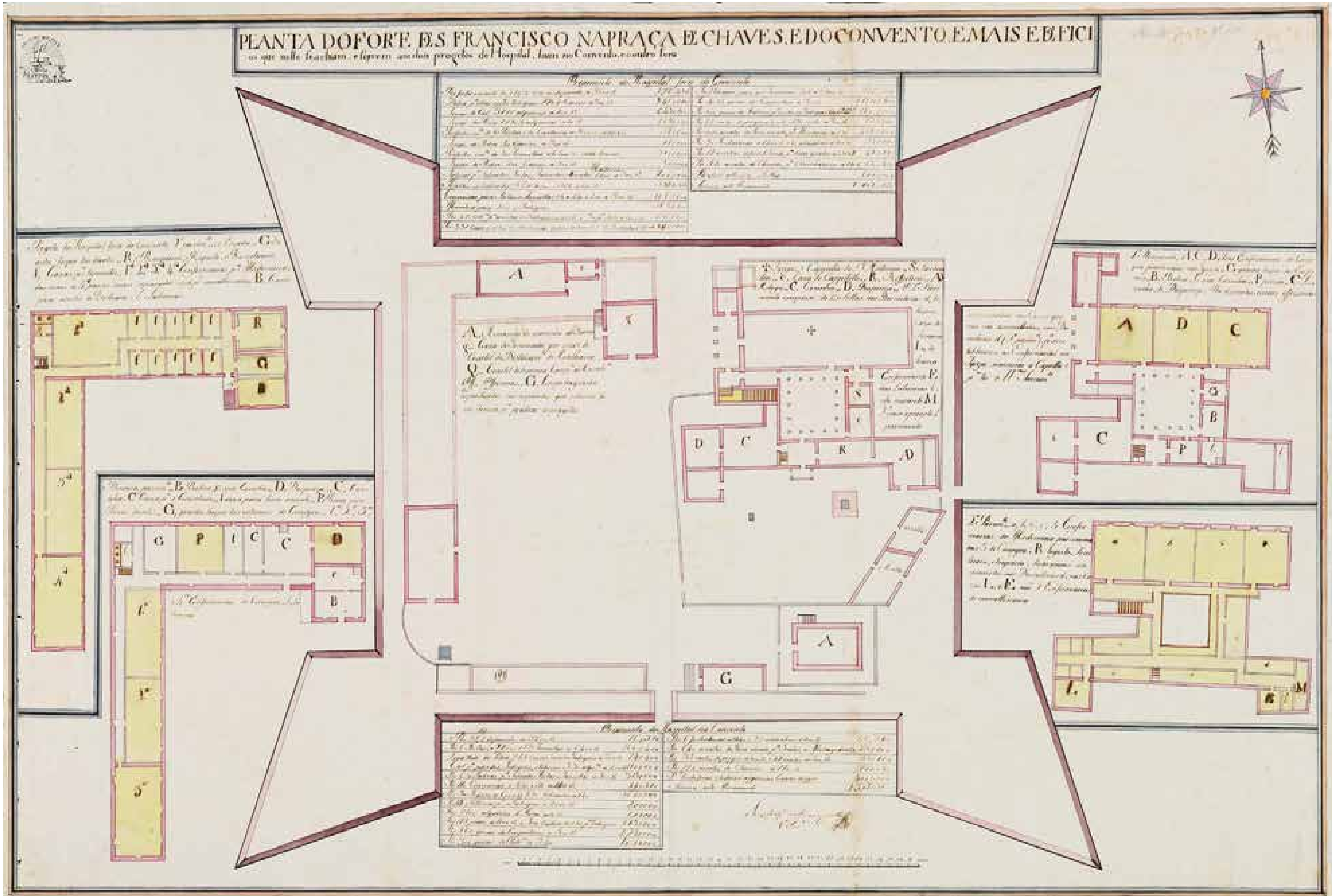
48 CHABY, 1889, VI, 114, refere-se a um Decreto do Conselho da Guerra sobre este assunto: ANTT, CG, Maço nº 148, 1790, Dezembro, 1 – "Promovendo o cadete do regimento de cavallaria de Bragança, Norberto de Barbosa Truão, formado em mathematica, ao posto de alferes aggregado ao mesmo regimento, e nomeando o agraciado, lente da dita faculdade em uma aula que sua magestade foi servida estabelecer na praça de Chaves".

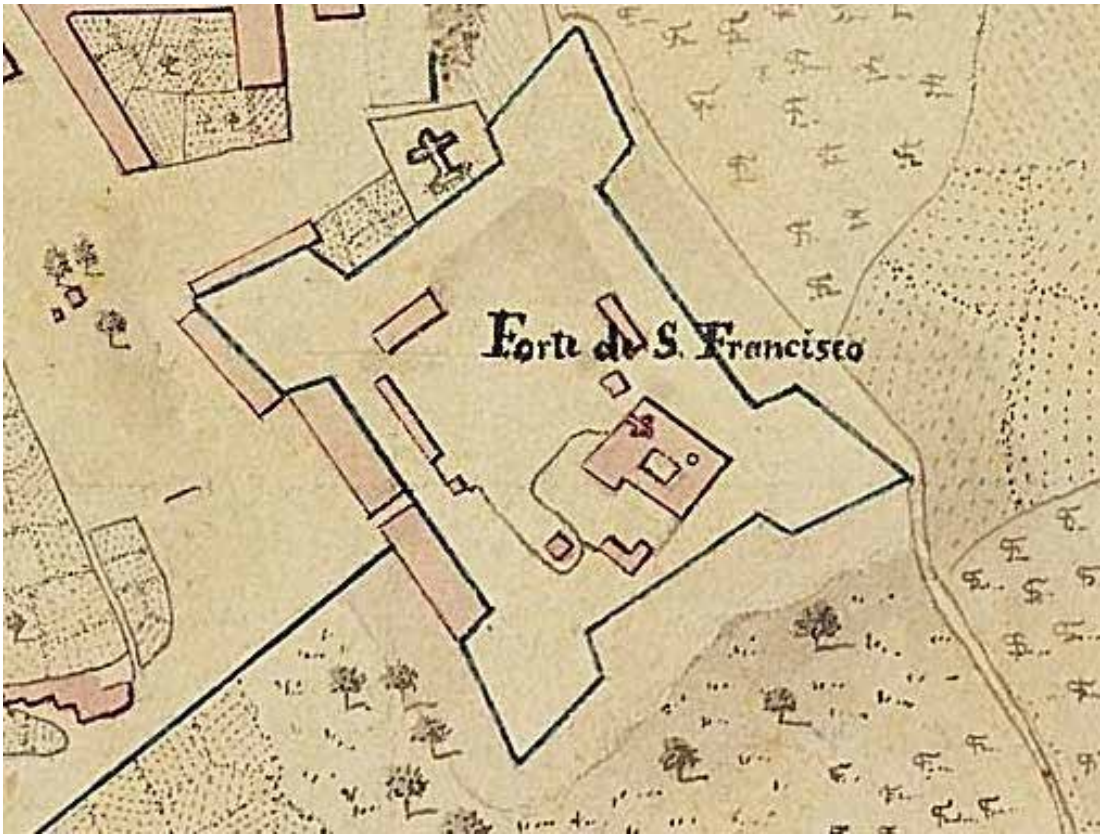
do rio, e por isso a sua situação hé a mais doentia, e não sendo fácil o mudar-se para outro cítio mais sadio, as suas Emfermarias são muito impróprias para o curativo das moléstias assim cirúrgicas como médicas, por não haver separação entre a dos Feridos e Febricitantes (…)" (transc. por REIS 1991, 124). Alguns anos depois (1794) escrevia Manuel Leitão na obra que continua manuscrita e inédita intitulada *Cirurgia Militar ou Tratado Cirúrgico das Emfermedade do Exército no qual se trata do seu curativo, assim nas Guarnições, no tempo de guerra…* um apelo ao governo a fim de que este providenciasse no sentido da mudança do hospital militar de S. Roque para o Forte de São Francisco pois *durante o Inverno há frequente necessidade de os professores e alunos irem de barco para o Hospital* (MONTALVÃO 1991, 110; REIS 1991, 122)[49]. É provavelmente neste contexto que deverá situar-se a planta de José Joaquim de Freitas Coelho (não datada mas de final do séc. XVIII/inícios do século XIX) (…) *do Forte de S. Francisco na Praça de Chaves e do convento e mais edificios que nelle se acham* a qual contém os *dois progetos do hospital, hum no convento e outro fora*[50]. A actividade de José Joaquim de Freitas Coelho na Província de Trás-os-Montes baliza-se, como vimos já, entre 1797 (planta de Chaves) e 1806 (*Progeto do hospital melitar de Bragança no edeficio* [do Convento] *da Senhora do Loreto*). É mesmo possível que os projectos para o hospital de Chaves datem de momento próximo ao do projecto do hospital para Bragança, isto é 1806. De qualquer forma, este projecto que previa a transferência do hospital militar de Chaves de S. Roque para o Forte de São Francisco parece ser posterior à morte de Manuel Leitão que ocorreria a 3 de Setembro de 1797 (REIS 1991, 148). Em 1802 era *lente substituto* da Aula de Chaves o Cirurgião do Regimento de Infantaria Manuel José Sampaio, antigo aluno de Leitão (REIS 1991, 136), e depois, a 23 de Março de 1802, nomeado Lente efectivo Frei António de São Fructuoso, da Ordem de São João de Deus (REIS 1991, 148 – 153). A Aula de Chaves pouco teria durado para além de 1811. Aliás, com a ocupação francesa em 1809, os doentes das enfermarias de Monterrey foram transferidos para Chaves, para o que se utilizaram as instalações do Hospital Militar de S. Roque e também já o Convento de São Francisco (MACHADO 1994, 221). O Hospital Militar de Chaves em S. Roque porém seria extinto após 1814 (REIS 1991, 155-156) mas esteve de novo activo entre 1834 e 1851 quando passou em definitivo para novas instalações que se lhe construíram adaptando o antigo convento de São Francisco (MACHADO 1994, 190). Aliás nas plantas de Chaves que representam os edifícios existentes no Forte de São Francisco entre 1762 e 1840, nomeadamente os do convento, não se vislumbra qualquer alteração significativa, o que já não é verdade depois de 1851 (ver *infra* no texto). É apenas no espaço dos fossos que surgem duas construções uma das quais poderá corresponder ao projecto de um edifício destinado à produção e distribuição de pão datado de 1824[51].

49 MONTALVÃO 1991, 110, refere que o manuscrito estaria na Biblioteca Nacional, secção de Reservados. Em consulta ao respectivo catálogo não referenciamos porém este manuscrito naquela biblioteca.

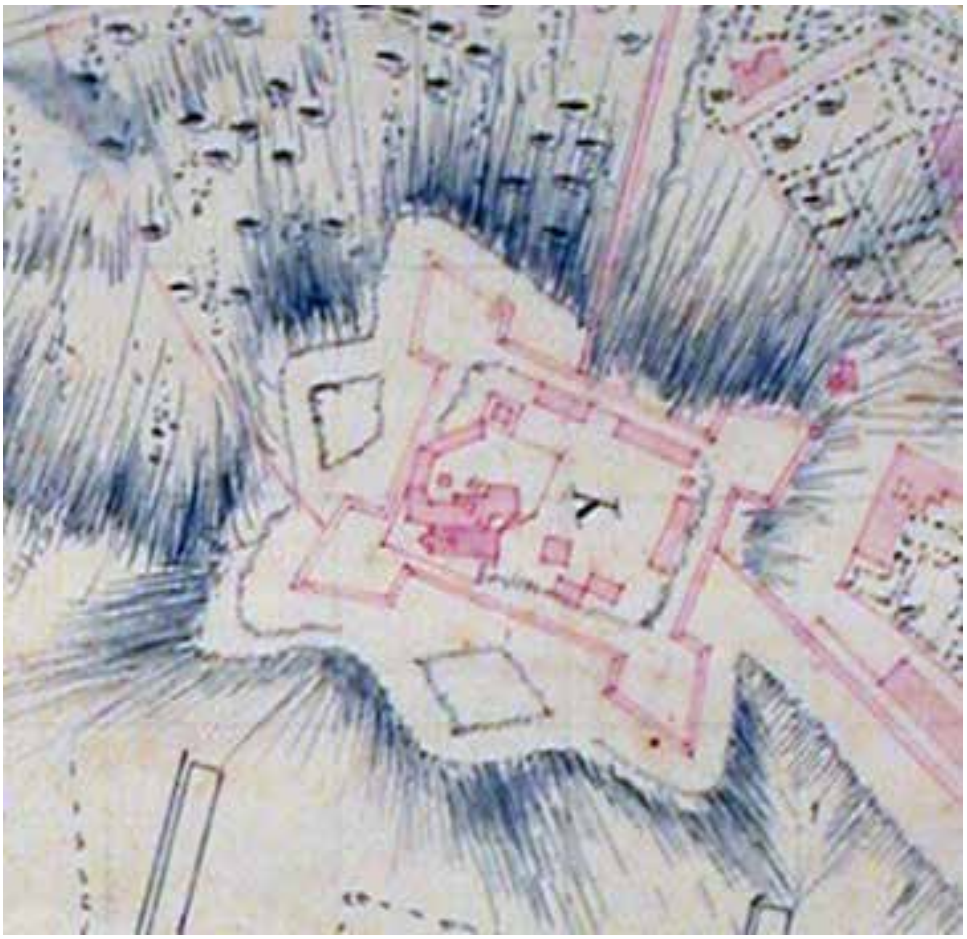
50 Planta do Forte de S. Francisco na Praça de Chaves e do convento e mais edificios que nelle se acham e servem aos dois progetos do hospital, hum no convento e outro fora, José Joaq.m de Freitas Coelho, 1º Ten.te, s/d [c. 1797], AHM/GEAEM 992-1-8-12.

51 [Edifício em Chaves, destinado à produção e distribuição de pão], José de Souza Barradas, "Chaves, 10 de Julho de 1824". AHM/GEAEM 5408-3-43-58

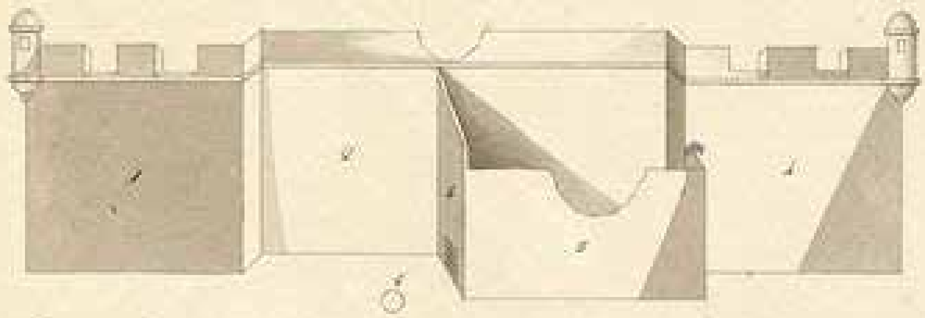

PLANTA DO FORTE DE S. FRANCISCO NA PRAÇA DE CHAVES, E DO CONVENTO E MAIS EDIFICI


Forte de S. Francisco

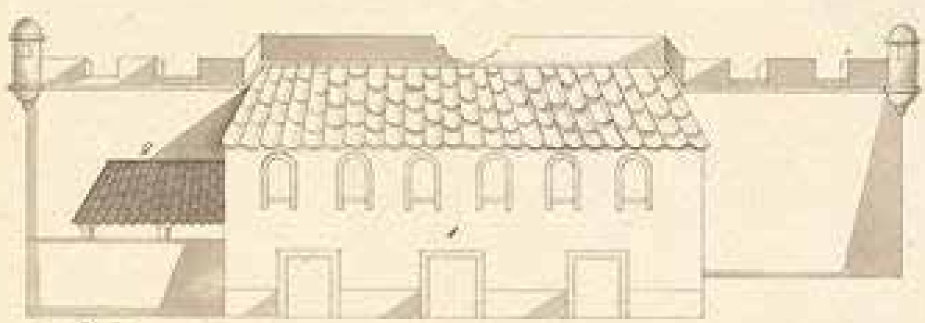
P
P



[illegible] Nº 46



Nº 1 Baluarte da direita
2 Muralha [illegible]
3 [illegible]
4 Baluarte da esquerda
5 Poço [illegible]
6 Posto de Guarda [illegible]



Nº 1 Prédio Completo
2 Coberto para [illegible]

N.B. Dentro do Edifício [illegible]

[illegible]

Assignado [illegible]

Ano	Fogos	População	Fonte
1530	385		*Numeramento*
1640	500		*Estimativa da População do Reino…*
1706	400		CARVALHO DA COSTA, *Corographia…*
1732	500		CAETANO DE LIMA
1758	858	3418	*Memorias Parochiaes*
1789	680		JOSÉ INÁCIO DA COSTA, *Memoria agronómica…*
1796	892	3377	COLUMBANO PINTO RIBEIRO DE CASTRO
1864	1337	6382	*1º Censo Geral da População*

5. A criação da cidade moderna: de Praça de Guerra a Cidade (séculos XIX e XX)

5.1. Expansão e transformação urbanas

Tivemos anteriormente oportunidade de observar dois momentos de forte crescimento demográfico em Chaves. O primeiro, contemporâneo da construção da cintura de muralhas abaluartadas (finais do século XVII e 1ª metade do século XVIII), tem contexto nos ganhos de importância regional de Chaves em relação aos outros núcleos urbanos congéneres de Trás-os-Montes como Bragança, Miranda do Douro ou Vila Real. O segundo, situado nos finais do século XVIII e 1ª metade do século XIX, sucede a uma 2ª metade de Setecentos em perda acentuada subsequente aos sucessos militares de 1762, demonstrando uma original dinâmica de desenvolvimento assente na forte e personalizada elite local e na importância comercial que a cidade havia adquirido. Esse seria o momento de vários ensaios de *melhoramentos* urbanos que parecem denunciar a existência de um verdadeiro plano de actualização urbana.

Ano	Fogos2	População	Fonte
1530	385		*Numeramento*
1640	500		Estimativa da População do Reino…
1706	400		CARVALHO DA COSTA, *Corographia…*
1732	500		CAETANO DE LIMA
1758	858	3418	*Memorias Parochiaes*
1789	680		JOSÉ INÁCIO DA COSTA, *Memoria agronómica…*
1796	892	3377	COLUMBANO PINTO RIBEIRO DE CASTRO
1864	1337	6382	*1º Censo Geral da População*
1878	1370	6524	*2º Censo Geral da População*
1890	1563	7730	*3º Censo Geral da População*
1900	1521	6406	*4º Censo Geral da População*
1911	1558	6879	*5º Censo Geral da População*
1920	1507	6851	*6º Censo Geral da População*
1930	1805	7804	*7º Censo Geral da População*
1940	1885		*8º Censo Geral da População*

O crescimento de Chaves continua a verificar-se ao longo da 2ª metade do século XIX acentuando-se mesmo na década de 1880. A partir de 1890, Chaves parece estagnar só retomando verdadeiramente o crescimento no final da República e início do Estado Novo (década de 1920). Neste período, que pode ser balizado pelos anos de 1865 (Decreto-Lei nº 10 de 13 de Janeiro de 1865 que cria a figura do *Plano Geral*

de Melhoramentos) e de 1934 (Decreto-lei nº 24802 de 21 de Dezembro de 1934 através do qual o ministro Duarte Pacheco faz surgir o *Plano Geral de Urbanização*), aprofundam-se as dinâmicas anteriores de transformação ou de *melhoramentos* urbanos, segundo a terminologia da época, que criariam a cidade moderna. Neste período, novos princípios e modelos urbanos tomam o lugar dos antigos. Em primeiro lugar, e como vimos já antes em acção, uma ideia que pugnava pela eliminação das barreiras à circulação que haviam caracterizado a própria identidade da *cidade*, murada, nas épocas medieval e barroca. Depois, a criação de mais eficazes infra-estruturas de abastecimento da *cidade* – água, géneros, energia, etc – questão sempre presente mas também sempre adiada nas épocas anteriores e que se tornaria finalmente incontornável não só devido à crescente concentração populacional como às novas exigências de conforto e higiene. Por último, a criação de novos lugares e espaços públicos adequados às novas sociabilidades que a *cidade* moderna trazia consigo.

Posteriormente, o período que decorre entre 1920 e 1960 (para nos balizarmos pelas datas dos Censos Populacionais) é de franco crescimento urbano. As três décadas seguintes, 1960 a 1990, são em Chaves de estagnação ainda que ensaiando uma recuperação na década de 1970. O crescimento urbano tornar-se-ia depois, a partir dos inícios da década de 1990, imparável, momento que permanece ainda nos dias de hoje. A principal questão que estes dois momentos de forte crescimento vão colocar é a da criação de novas áreas urbanizadas, a expansão da área edificada. E se, em 1953, o *Anteplano de Urbanização da Chaves* da autoria do Arquitecto Moreira da Silva era submetido a parecer do Conselho Superior de Obras Públicas, nem por isso o crescimento da área edificada mostrará seguir uma ordem planeada saldando-se aquele Plano de Urbanização por um enorme fracasso. O momento mais recente de forte crescimento poderá subdividir-se em duas fases. Na inicial, continuará a imperar um crescimento urbano desordenado. Mais próximo dos nossos dias, a necessidade de intervir ordenando e assim por um travão à degradação do espaço urbano, preocupará de forma cada vez mais acentuada os poderes públicos assistindo-se ao culminar deste processo com o arranque dos *Planos Polis*.

Evolução da População na cidade de Chaves

Ano	População	Fonte
1864	4871	*1º Censo Geral da População*
1890	7730	*3º Censo Geral da População*
1900	6406	*4º Censo Geral da População*
1911	6879	*5º Censo Geral da População*
1920	6851	*6º Censo Geral da População*
1930	7804	*7º Censo Geral da População*
1940	9501	*8º Censo Geral da População*
1950	12239	*9º Censo Geral da População*
1960	12490	*10º Censo Geral da População*
1970	10504	*11º Censo Geral da População*
1981	11938	*12º Censo Geral da População*
1991	11453	*13º Censo Geral da População*
2001	14264	*14º Censo Geral da População**
2005	17535	[Estimativa INE]*

Fonte: Henrique Albergaria, *Dinâmica Populacional das Cidades do Continente Português***, INE, 1999 que utiliza o seguinte critério: "O critério que aqui se defende parte do conceito de lugar cidade definido pelas estatísticas oficiais. Como é óbvio, esses lugares, definidos pela continuidade da construção, podem repartir-se por várias freguesias. Nessas condições parece aceitável considerar como aproximação estatística da cidade o território correspondente ao conjunto de freguesias pelas quais ela se espalha, eliminando aquelas em que a percentagem da população da cidade aí residente não atinge os 50% da população da freguesia."**
Fonte*: INE, Portugal

5.2. Existiu em Chaves um Plano de Melhoramentos formalizado?

A figura do *Plano Geral de Melhoramentos* foi criada pelo Decreto-Lei nº 10 de 13 de Janeiro de 1865, destinando-se fundamentalmente ao planeamento da gestão urbana das cidades de Lisboa e do Porto, e procurando dar resposta à explosão de crescimento que estas haviam conhecido ao longo daquele século. As disposições aí consignadas, deram lugar a um conjunto de estudos e de intervenções urbanas nas duas principais cidades do país. Em consequência, também muitas outras cidades e vilas, mais tarde ou mais cedo, procuraram na elaboração de um *Plano Geral de Melhoramentos* o instrumento para as respectivas actualizações urbanas. Note-se que a figura do *Plano Geral de Melhoramentos* enquadraria toda a intervenção urbana em Portugal até à criação em 1934 por Duarte Pacheco dos *Planos Gerais de Urbanização* (LÔBO 1995, 16-17).

Segundo Mário Gonçalves FERNANDES (2005, pp. 126 – 127), às elites que governavam a vila, não parecia possível a elaboração, e mais ainda a execução, de um verdadeiro *Plano de Melhoramentos* urbanos em Chaves até que o processo burocrático de desafectação militar das muralhas e fossos da Praça de Guerra ficasse resolvido.

Em todo este processo existiu sempre uma certa contradição porque, em grande medida, a prosperidade da vila dependia da presença do contingente militar. Segundo a já citada descrição da Província de Columbano Pinto Ribeiro de Castro, manuscrito datado de 1796 e publicado por Amado MENDES (s/d, p. 375), "… *o commercio que há nesta villa hé muito grande e consiste em todos os generos do pais e dos que vem de fora, sendo huma das terras mais providas e abun*-[p. 196]*dantes da provincia. Tem noventa e sete lojas de toda a qualidade de fazenda, para o que condus* ***o muito consumo que fas a tropa que ali se acha e o dinheiro que annualmente deixa****. Nos povos, porem, o seu maior negocio hé a venda dos seus fructos, gados, sedas e lãas. Tambem há fabricas de fiações de seda e louça grossa. Na villa há huma fabrica de fiação e tecidos de linho* ***para o fornecimento das tropas****, dirigida pelo dezembargador Miguel Pereira de Barros, em que trabalhão mais de setecentas pessoas e a sua producção annual hé de vinte e cinco a trinta mil varas de toda a qualidade de pannos*...". Um século mais tarde, em 1896, mantinha-se idêntica perspectiva acerca da presença militar em Chaves como escreve Júlio Machado (1994, 301), "(…) informaram os altos comandos militares que o regimento de Cavalaria 6, por falta de instalações, teria possivelmente de abandonar Chaves, pois não se havia encontrado na vila ou nas redondezas outras construções, em tamanho e localização, que melhor servissem para albergar o dito regimento. Não restou então outra hipótese que oferecer aos militares o abrigo do velho casarão do Convento das Freiras, mesmo que para tal houvesse que sacrificar o colégio. E, efectivamente, não houve possibilidade de suplantar os interesses comerciais e políticos que adviriam de tal facto, tendo acabado o convento por ser entregue ao Ministério da Guerra. Dizia "A Voz de Chaves" de 1 de Dezembro de 1895: "... *A retirada de Cavalaria 6, representaria perda de vida e animação para a vila e seria um profundo descalabro na economia do meio agrícola e comercial, e até predial, sendo como é um dos principais consumidores dos produtos do nosso solo e dos objectos do nosso comércio e um dos arrendatários dos nossos prédios, para mais agora, que atravessamos uma séria crise económica, agravada pela concorrência do Caminho-de-ferro de Mirandela*...".." (MACHADO, 1994, 301).

Perspectivava-se isso sim uma reformulação da presença militar. Muralhas e fossos eram estruturas militares obsoletas que importava eliminar. Eram necessárias novas instalações segundo o modelo do

Quartel Militar Oitocentista, estrutura que se havia tornado a âncora de todo o sistema de implantação territorial militar. Projectam-se então, como veremos *infra*, novos quartéis, de cavalaria no Bairro Alto e de infantaria no Castelo. Ao mesmo tempo, a ruína em que se havia transformado a Praça de Guerra após a ocupação espanhola de 1762, inicia o processo de demolição e apagamento da memória. Já nas primeiras décadas do século XIX, as transformações operadas no Arrabalde e Porta da Vedoria (ver *supra*), haviam marcado o primeiro passo. Os projectos de reforma dos aquartelamentos a partir da década de 1840 parecem mostrar a vontade em prosseguir no mesmo sentido. Em 1869, uma portaria autorizava a demolir o sítio das antigas portas de São Roque. Data de 1872 a representação da Câmara Municipal ao Ministério da Guerra pedindo licença para demolir o recinto da praça de guerra em três outros pontos que eram *a porta do Anjo, ocupando uma porção do fosso, para abrir uma rua na direcção do bairro de Santa Ana, junto à muralha e terreno do edifício de São João de Deus para construir passeio junto às antigas portas de São Pedro e ao largo de Santo Amaro* [sic; quer dizer S. Roque] *e no portal do postigo* [Postigo das Manas] *para prolongar a rua nova até ao largo do Arrabalde*. Para avaliar esta petição, encarregou-se o Coronel António Pedro d' Armando o qual concluiria que a demolição da muralha e do terraço do edifício de São João de Deus é a única parte do requerimento que não prejudicava a defesa e que se devia decidir estudar melhor o assunto para decidir-se se por uma política de abandono ou conservação de qualquer praça. Por seu lado, em 1874, a Câmara informava que podia mandar consertar à sua custa a muralha que amparava a Rua do Olival. Finalmente, na sequência da lei de 23 Junho de 1879, é redigido a 3 de Junho de 1880 o auto de entrega das muralhas e terrenos da Praça de Chaves à Câmara Municipal pelo Ministro da Guerra, com algumas excepções[1].O processo burocrático demoraria porém ainda algumas décadas uma vez que as plantas e levantamentos que demarcavam e identificavam as áreas cedidas das muralhas e dos fossos datam de 1893 enquanto as dos terrenos reservados só seriam levantadas em 1902 (ver *infra*). Júlio MACHADO (1994, 281) transcreve uma passagem de uma crónica publicada no periódico local "*O Intransigente*", de 24 de Maio de 1905, a qual dá bem conta do espírito com que todo o processo foi encarado pelas forças vivas da cidade: "(…) *pena foi que levasse tanto tempo a escangalhar a antiga praça, que já não servia de nada na defesa da vila e, para mais, obrigara com o seu recinto intangível de pedra ao atrofiamento do velho burgo*".

Como referencia Mário Gonçalves FERNANDES (2005, pp. 48-49, 52-53 e 343-347), desde a década de 1860 que surgem registadas despesas na documentação municipal relacionadas com a colaboração de técnicos especialistas no planeamento e direcção de obras públicas. Para a concretização de um *Plano de Melhoramentos* fazia-se sentir em primeiro lugar a necessidade de uma Planta Geral da Vila actualizada e precisa para a qual a "Câmara de Chaves, que apesar de, pelo que se sabe, não ter concretizado os seus intentos, orçamentou 350$000 réis, em 1888, para *levantamento da planta geral desta Villa* e 600$000 réis, em 1904, *para levantamento das plantas desta Villa a fim de so-*

1 *Forte de São Neutel, compreendendo edifícios, interiores, terraplenos, parapeitos, fossos, esplanada e zona de servidão; 2) Forte de São Francisco, compreendendo edifícios, interiores e exteriores, terrapleno, parapeitos e fossos ainda não concedidos; 3) a muralha que sustentava o edifício de São João de Deus e jardim anexo; 4) do baluarte sobre o terrapleno assenta o quartel de infantaria número treze, suas dependências e a porção de terreno compreendida entre a latrina regimental, flanco e face ocidentais e uma parabólica que passando da esquina da antiga casa escura e um ponto no prolongamento do flanco de baluarte touvado no pé do seu talude de escarpa a quatrocentos do ângulo da espalda à tangente d'um lado à face exterior da dita casa escura e do outro a linha determinada por aquele ponto e com outro tourado na bissectriz do baluarte a oito decímetros do ângulo flanqueado; 5) a de todo o fosso, muralha e terreno por ela ocupada, compreendidas entre o Forte de São Francisco e o alinhamento da parede do picadeiro voltado ao sul que são destinadas à construção do novo quartel de cavalaria e projecto e estudo* (Ficha IPA PT011703500004, Castelo de Chaves e restos da fortificação abaluartada na cidade de Chaves)

bre a mesma traçar alinhamentos das ruas e orientar os melhoramentos do saneamento e aformoseamento[2] . A estas duas tentativas goradas de execução de uma Planta Geral da Vila actualizada acrescenta-se ainda "(…) uma outra em 1891 quando a câmara municipal deliberou, em vão, *autorizar o presidente a tratar com Ribeiro de Carvalho o levantamento da planta de Chaves*". Seria apenas em 1915 que foi aberto concurso pela câmara para a arrematação do levantamento da *Planta Topográfica da Villa de Chaves* o qual seria ganho por José Vitorino Damásio, que à época trabalhava na Direcção Fiscal de Exploração de Caminhos-de-ferro. Os trabalhos desenrolaram-se entre 1915 e 1917, ano em que a câmara solicitou ao engenheiro Mário Felgueiras a avaliação da planta. Porém, desconhece-se até ao momento qualquer exemplar desta mesma planta que, no entanto, poderá estar na base da *Planta da vila de Chaves, Rêde Urbana*, desenhada por volta de 1921 para a elaboração do projecto de abastecimento de água a Chaves.

O autor que vimos citando conclui que, "assim, apesar de se assistir ao aparecimento de alguns projectos pontuais, apenas a seguir à implantação da República, depois de finalmente definido o traçado da via-férrea e a localização da estação ferroviária, se começou a dar os primeiros passos para a elaboração de um plano de melhoramentos" (FERNANDES, 2005, 127). A demora na elaboração da planta da vila "era lamentada em 1916, por dela resultarem *graves inconvenientes ao município para o plano de melhoramentos que tem em vista*" (*idem*, *ibidem*). Os dez anos seguintes, até 1926, seriam centrais na transformação do plano urbano de Chaves nela se destacando as presidências de Ribeiro de Carvalho (até 1922) e a de Nicolau Mesquita (no anos seguintes).

Mário Gonçalves Fernandes (2005) que estudou precisamente este momento de transformação urbana em Chaves destaca também o papel desempenhado em todo o processo pelo engenheiro civil Mário Filgueiras, colaborador da câmara entre 1914 e 1926, o qual "seria o autor e responsável técnico de todos os projectos para a vila de Chaves" (FERNANDES 2005, 128). Aquele investigador dá conta da perda da maioria dos desenhos dos projectos então elaborados e, em particular, da perda de uma "*planta da vila à escala de 1/4000, com a indicação dos novos arruamentos, conforme os projectos elaborados pelo Eng. Filgueiras, na qual estava marcado a vermelho a parte dos projectos ainda não executados e a amarelo o que se encontra*

2 **1867 - 1868** "Pagamento a António José Domingos, apontador de obras deste município, importância de oito kilogramas de rapé para oferecer ao Engenheiro Francisco Joaquim da Palma Silva Reis, em rasão de se ter prestado gratui¬tamente a levantar a planta e fazer orçamento para as obras municipaes"

1869 - 1870 "Gratificação a José Frederico da Cunha por dirigir e inspeccionar a obra de pedreiro da escola do Conde de Ferreira";
"Gratificação a Júlio Cezar Augusto Guedes, por levantar plantas e dirigir differentes obras do município"

1870 - 1871 "Gratificação a engenheiros pelo serviço de levantar plantas e tirar cotas de nível em terrenos para diferentes obras que a Câmara deseja levar a effeito para melho¬ramento e aformoseamento desta Villa, compre¬endendo a formação de um cemitério municipal, calcetamento de ruas, etc"

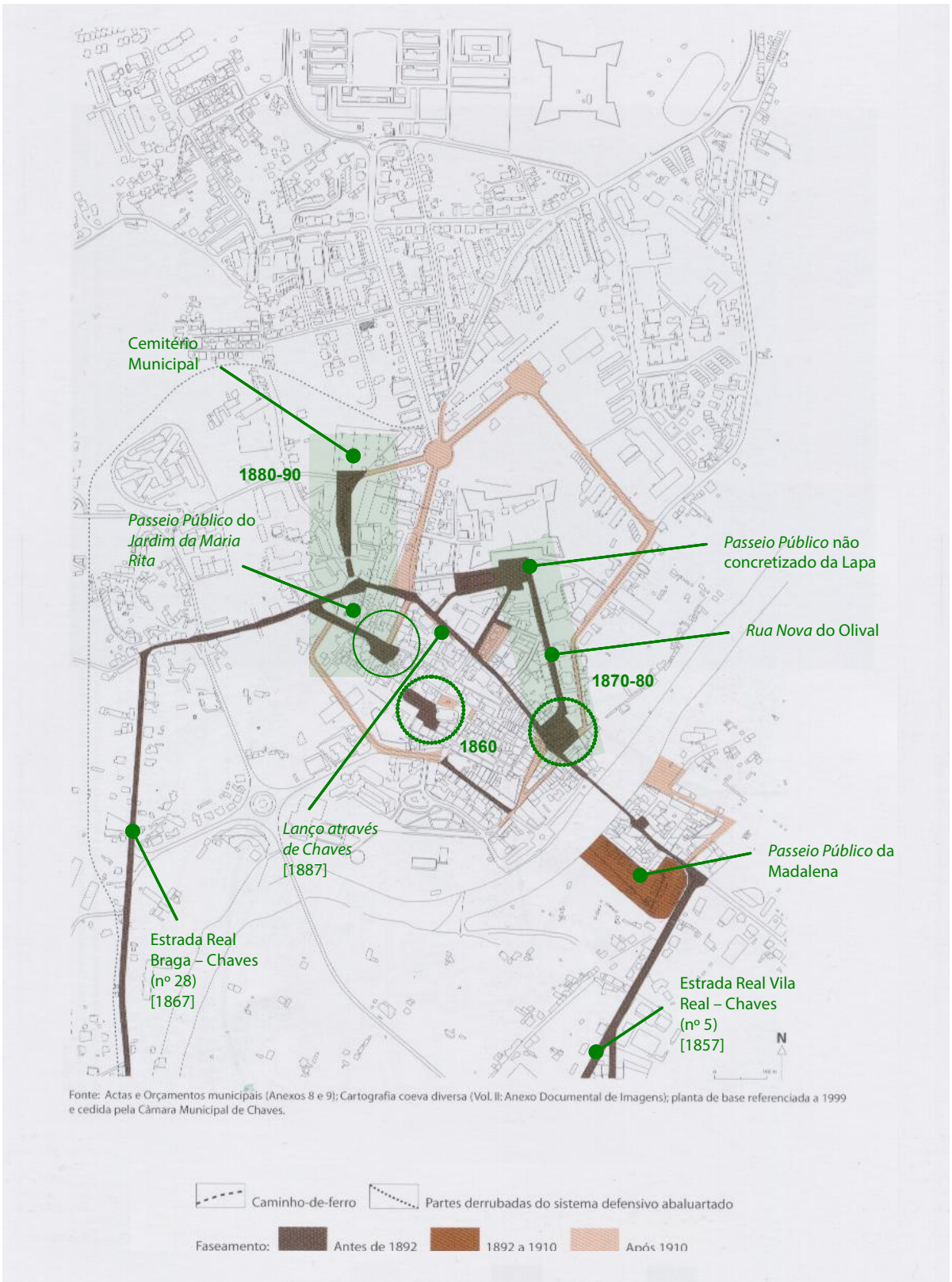
1871 - 1872 "Gratificação a Engenheiros ou pessoas praticas no serviço de levantar plantas e tirar cotas de nível"

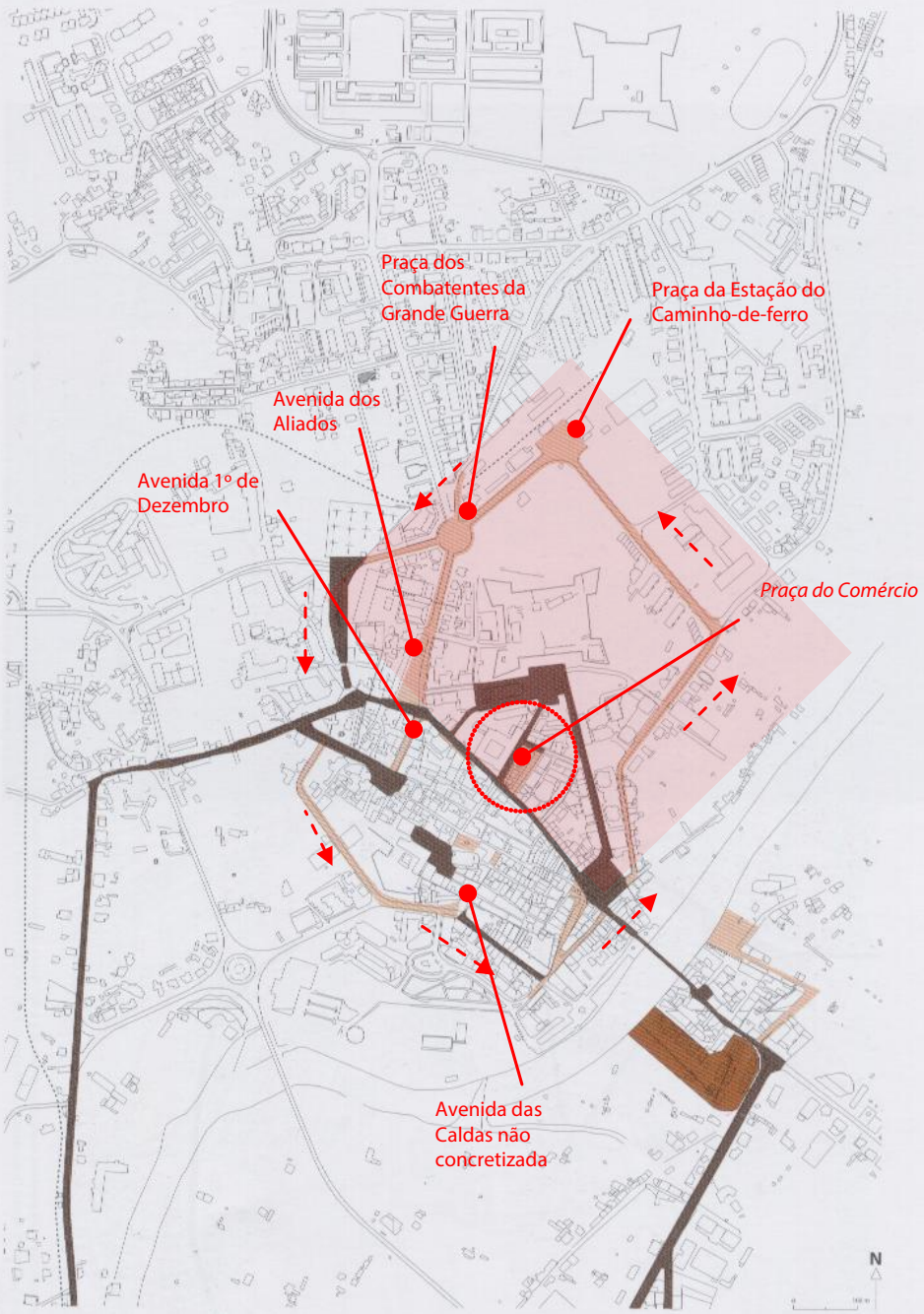
1885 Na verba Cartografia, 6$000 réis foram para "Pagamento da copia d'uma planta do projec¬tado cemitério desta Villa, extrahida por Domingos José Lopes Barros, de Villa Real" o restante é, como até aqui, para "Gratificação a Engenheiros ou pes¬soas praticas no serviço de levantar plantas e tirar cotas de nivel para obras municipais";

1888 "Para levantamento da planta geral desta Villa" (350$000 réis);

1889 Capítulo específico para "Pessoal technico','onde se orçamenta a "Gra¬tificação a um engenheiro pelo serviço de levantar plantas e fazer orçamentos para obras municipais e fiscalização das mesmas";

1904 Na verba Cartografia:"Para estudos com obras do município"(300$000 réis), "Para levantamento das plantas desta Villa a fim de sobre a mesma traçar alinhamentos das ruas e orientar os melhoramentos do saneamento e aformoseamento"(600$000 réis);


Cemitério Municipal
1880-90
Passeio Público do *Jardim da Maria Rita*
Passeio Público não concretizado da Lapa
Rua Nova do Olival
1870-80
1860
Lanço através de Chaves [1887]
Passeio Público da Madalena
Estrada Real Braga – Chaves (nº 28) [1867]
Estrada Real Vila Real – Chaves (nº 5) [1857]
N
Fonte: Actas e Orçamentos municipais (Anexos 8 e 9); Cartografia coeva diversa (Vol. II: Anexo Documental de Imagens); planta de base referenciada a 1999 e cedida pela Câmara Municipal de Chaves.
Caminho-de-ferro
Partes derrubadas do sistema defensivo abaluartado
Faseamento:
Antes de 1892
1892 a 1910
Após 1910



Fonte: Actas e Orçamentos municipais (Anexos 8 e 9); Cartografia coeva diversa (Vol. II: Anexo Documental de Imagens); planta de base referenciada a 1999 e cedida pela Câmara Municipal de Chaves.

Caminho-de-ferro

Partes derrubadas do sistema defensivo abaluartado

Faseamento: Antes de 1892 | 1892 a 1910 | Após 1910

executado", concluindo numa síntese acerca da intervenção urbana então desenvolvida: "Este documento contribuiria para a apreciação da articulação dos vários projectos parciais, consubstanciando a imagem do plano geral de melhoramentos de Chaves. Na impossibilidade da sua observação, a análise do que foi executado (figura 125 [reproduzida adiante]), apesar do desconhecimento do que não passou de projecto, permite verificar a predominância da preocupação em aumentar a coerência do plano urbano flaviense, partindo da necessidade de **articular a estação ferroviária com a malha urbana** e assentando em duas ideias fundamentais: uma **penetração directa até aos eixos mais importantes** (pela avenida dos Aliados até à rua de Santo António e desta, pelo alargamento da viela de Santa Catarina, até à Rua Direita e às proximidades da câmara municipal) e a articulação de um conjunto de arruamentos (dos quais apenas um não foi da autoria de Mário Filgueiras: o projecto da rua da Muralha …) que permitiam **a criação de uma via de cintura**. A ideia de contornar o Forte de S. Francisco e a preocupação em articular a estação ferroviária com diversos pontos de um dos eixos mais importantes da povoação na época (a rua-estrada de Santo António) é claramente verificável" (*idem*, *ibidem* 129).

Na verdade, creio podermos distinguir no decurso deste longo período (meados do séc. XIX à meados da segunda década do século XX) não uma mas duas concepções ou dois modelos sucessivos de intervenção urbana em Chaves em que o acontecimento de viragem está na decisão definitiva acerca do local de construção da Estação do Caminho-de-ferro (na página seguinte localizamos as principais intervenções a verde, as baseadas no plano mais antigo, e a vermelho, as que decorrem do plano mais recente analisado no parágrafo anterior). Assim teria existido um modelo mais antigo, um *Plano de Melhoramentos*, que baseou as opções tomadas até 1914/1916, o qual mostra grandes continuidades com a intervenção que vimos em marcha já nas primeiras décadas do século XIX. O modo como é ordenado o espaço urbano mantém a ideia de uma espinha dorsal, de um eixo que atravessa, pondo em comunicação, os principais espaços públicos da vila e que, ao mesmo tempo, liga as duas principais estradas de entrada ou saída que se dirigem a Braga e a Vila Real. A principal diferença está em que, na 2" metade do século XIX, essa espinha dorsal se duplica.

Fruto da política de fomento das vias de circulação dos governos de Fontes Pereira de Melo as principais estradas de ligação a Chaves são objecto de intervenção pública nesta época. A 4 de Junho de 1857 começa a construir-se a Estrada Real nº 5, de Vila Real por Vila Pouca de Aguiar a Chaves e, a 1 de Junho de 1867, seria a vez da Estrada Real nº 28, de Braga a Chaves. Seguir-se-iam outras estradas de ligação mais regional como a Estrada Real nº 37, de Chaves a Miranda por Vinhais e Bragança, que ainda em 1880 a Câmara de Bragança pedia que fosse concluída, ou a Estrada Real nº 38, de Chaves a Vila Flor por Valpaços e Mirandela, cujo primeiro lanço da 4ª secção (de Chaves a Valpaços) seria projectado em 1874. O *Lanço através de Chaves* com o objectivo de articular as Estradas Reais Vila Real – Chaves (nº 5) e Braga – Chaves (nº 28) apenas seria projectado em 1887 mas este projecto de articulação seria o verdadeiro responsável pela "abertura" ou "urbanização" da então designada *Rua da Estrada de Santo António*. Com efeito, como tivemos oportunidade de analisar *supra*, a *Rua de Santo António* era até aí uma sequência mal articulada de troços parcialmente urbanizados cujas ligações transversais eram mais importantes do que propriamente o respectivo percurso longitudinal. A obra, que se realizou durante a presidência da Câmara por António José Antunes Guerreiro o qual, já falecido, daria o nome à rua em 1888, quando ainda não estavam os trabalhos concluídos, foi financiada quer pela Administração Central (Ministério das Obras Públicas) quer pela Administração Local (Câmara Municipal), demonstrando o

interesse por transformar aquele eixo viário em eixo também estruturador urbano da vila. Depois, progressivamente, esta nova artéria, mais adaptada à circulação moderna, ganharia importância em relação à Rua Direita mas num processo nunca verdadeiramente concluído.

Pelo contrário, a extensão da rede de Caminho-de-Ferro até Chaves constituiu um processo muito demorado. Inicialmente pugnou-se por uma ligação de Caminho-de-Ferro através do eixo Chaves - Guimarães. Com efeito, a 31 de Janeiro de 1878, "a Câmara, algumas autoridades e grande número de cavalheiros desta Vila, reúnem nos Paços do Concelho para uma grande campanha, para a concessão da estrada de ferro, de Vila Nova de Famalicão a Chaves, por Guimarães, Arco e Vidago, prolongando-se desta povoação para Vila Pouca, Vila Real até Régua", tendo o Presidente Joze Homem de Souza Pizarro levantado "(…) a sessão para ir assistir ao "meeting" para a prolongação da via férrea (…)" (AIRES 1994, 50). No ano seguinte, o mesmo Joze Homem de Souza Pizarro, tendo entretanto abandonado a Presidência do município, mantinha-se "presidente do "Meeting Popular" e propunha à Câmara que novamente se peticionasse "ao Governo de Sua Majestade a concessão do ligamento à Póvoa e Famalicão, *por meio da estrada de ferro de via reduzida*" tendo a sessão de Câmara de 9 de Abril de 1879 decidido "que a petição ou petições sejam mandadas ao Deputado por este Círculo para a sua apresentação e defesa de interesses no Parlamento" (AIRES 1994, 53). Em 1886, estando já em fase adiantada de construção a Linha do Douro, a Câmara Municipal de Vila Real pedia em sessão de 10 de Fevereiro a representação de Chaves para a obtenção da via-férrea do Vale do Corgo (AIRES 1994, 63). A Linha do Douro, no troço entre Ermesinde e Barca d'Alva, concluir-se-ia em 1887 tendo a construção da Linha do Corgo sido inaugurada, no troço até Vila Real, em 1906, no ano seguinte até Pedras Salgadas mas apenas em 1922 chegaria a Chaves, vingando assim o eixo de ligação pelo Vale do Douro – Vila Real – Chaves. Não seria porém desde logo abandonada a ideia da ligação a Guimarães. Com efeito, na sessão de 19 de Outubro de 1887, o município de Guimarães ainda solicitava à Câmara de Chaves para se fazer representar por ocasião da visita de Sua Majestade El Rei aquela cidade, a fim de formular um pedido ao Rei para o prolongamento do caminho de ferro para Chaves (AIRES 1994, 68) e, no ano seguinte, em sessão realizada em Março, a Câmara de Chaves tornava a discutir a "conveniência de apresentar aos Deputados da Nação, a feitura da ligação ao Minho" (AIRES 1994, 69) e ainda em sessão de 19 de Junho de 1889, "a Associação Comercial de Braga pede apoio para a obtenção da via férrea de Braga – Guimarães – Fafe – Cavez – Chaves (…)" (AIRES 1994, 73). Entretanto, a Linha do Tua avançava. Como escreve Júlio MACHADO (1994, 295), "Mirandela tinha já o comboio desde 1887 e Bragança acabava de o receber em 1907". As forças vivas de Chaves inquietavam-se lendo-se na "A Voz de Chaves" de 1 de Dezembro de 1895 a já citada afirmação de que "(…) *atravessamos uma séria crise económica, agravada pela concorrência do Caminho-de-ferro de Mirandela*." E continua Júlio MACHADO: "Por isso, foi grande o regozijo quando se soube, no dia 27 de Dezembro de 1904, que, mercê da influência política do Sr. conselheiro *Eduardo José Coelho*, natural de Redial, tinha enfim, sido dotada com 400 contos de reais a linha de caminho de ferro, desde a Régua a Chaves e que logo se iriam iniciar as obras necessárias" (1994, 295). A efectiva execução da obra duraria porém quase duas décadas a concluir-se: "No dia 1 de Abril de 1906 o comboio chegou, pela primeira vez, a Vila Real, em Março de 1910 a Vidago e depois a Moure, abaixo de Vilela do Tâmega e a dez quilómetros de Chaves, onde parou durante dez anos, mais precisamente até 28 de Agosto de 1921, quando, finalmente, apareceu na estação da Fonte Nova, nos arredores de Chaves" (*idem*, *ibidem*). A questão da localização da Estação do Caminho-de-ferro da cidade de Chaves, acerca da qual se digladiavam duas facções terá estado na origem deste impasse. Firmino AIRES (1990, 172-

173) dá conta deste conflito: "Uma facção pugnava pela estação na Madalena, estando à frente o grande banqueiro Cândido Sotto Maior, onde ali possuía propriedades e a sua eventual residência, a nascente do Jardim Público. A outra facção, encabeçada pelo grande político Nicolau de Mesquita, propunha a localização na Quinta do Rolo, sua propriedade. Alegavam os primeiros que o solo ali era muito rochoso, descampado e longe da vila. Alvitravam os segundos que a vila na margem direita do rio era mais populosa e que tinha mais direito a ela. O banqueiro Sotto Maior ocupado com os seus grandes negócios, foi descuidando. Contudo, quando soube que o comboio já chegava à Curalha, espevitou. Então em Lisboa defendeu a sua posição. (…) Porém os dados já estavam lançados e a facção de Nicolau Mesquita ganhou a partida e a valorização da sua quinta do Rolo, e, vamos lá, talvez sem ser com essa intenção".

Mas aquela escolha tinha implicações bem mais decisivas, nomeadamente para o futuro desenvolvimento da expansão urbana de Chaves. A cidade poderia ter crescido nas terras baixas, junto da Veiga, dos dois lados do Tâmega, no que seria um factor decisivo a localização da Estação do Caminho-de-ferro na Madalena. A Estação viria porém a localizar-se a Norte, entre a cidade velha e o planalto de Santa Cruz e da Trindade, contribuindo ou mesmo determinando que o crescimento futuro se fizesse em grande medida sobre aquela área o que viria de facto a ocorrer nas décadas seguintes.

Podemos distinguir três fases no *Plano de Melhoramentos* que informa as intervenções mais antigas na vila (até 1914-16) que serão mais perceptíveis nas obras de criação de novos espaços urbanos através da reformulação dos existentes ou a urbanização de novas áreas (ver Plantas anteriores e o Ponto *infra* **5.4.3. Os *Melhoramentos*. Novas sociabilidades / Novos lugares e espaços públicos**): (1) Na década de 1860 o principal da intervenção municipal seria realizado sobre os dois lugares centrais da vida pública da vila. Primeiro, no coração da antiga *Praça de Guerra*, precisamente o Largo da Principal que se veria transformado numa novíssima *Praça do Município* baptizada em 1880 com o nome de Praça Luís de Camões. Em seguida, o Largo do Mercado Municipal do Arrabalde seria também objecto de melhoramentos acentuando-lhe as características de local de concentração das funções de abastecimento de géneros da vila. (2) Nas décadas de 1870 e 1880, a acção do poder municipal concentra-se ainda intramuros, preocupado na urbanização da área do Olival, espaço de periferia e pouco ou nada edificado até então. Estrutura-se um eixo paralelo à muralha, *a rua nova do Olival*, e procura-se transformar o extenso largo em que aquela desembocava, junto do forte de S. Francisco, numa Alameda ou Passeio Público. (3) As décadas de 1880 e 1890 veriam finalmente desenvolver-se o projecto de urbanização de uma área extra-muros, adjacente ás muralhas pelo exterior a Oeste, certo já da conclusão do processo de desmantelamento dos *muros* da fortificação, com a abertura das Portas do Anjo, a construção do Cemitério Municipal e a abertura da Avenida de ligação a este, bem como o rasgamento do limite Oeste do Largo do Anjo, demolindo a muralha e abrindo outra avenida (depois designada Tenente Valadim[3]) de ligação à estrada para Santo Amaro e o Calvário, em direcção aos quais, parece, a vila deveria procurar expandir-se. Articulando os novos eixos e no impasse da conclusão do ambicioso Passeio Público projectado para a Lapa, constrói-se um outro Passeio Público, mais comedido, o *Jardim da Maria Rita*. A criação do definitivo Passeio Público da Madalena, na passagem do século, ficaria a dever-se à iniciativa privada do banqueiro Sotto Maior, apostado em promover a expansão urbana na margem esquerda do Tâmega onde havia feito erguer o seu exuberante palacete.

3 Actualmente, este topónimo designa outra artéria sendo aquela chamada Rua Augusto Figueiredo Fernandes.

in FERNANDES 2005, fig. 44 e p. 261, "C19, Chaves, 1887 (23 de Junho), *Planta parcellar: Estrada real nº 28 de Braga a Chaves, Lanço atravez de Chaves, de Sto Amaro estrada real nº 5,* **Direcção Distrital de Obras Públicas de Villa Real, 1:100, 133x30 cm, ADEVR: Caixa nº 7, EN 4, 1º. OBS.: faz parte de um dossier de documentos que reflectem o processo da construção do** *lanço***, com previsão de custos, proprietários a expropriar, vários desenhos de obras de arte a construir, passeios, perfis, etc."**

5.3. O desfecho da vocação militar de Chaves (1841 - 1884)

5.3.1. As reformas militares de 1841 e a instalação do Regimento de Infantaria 13 em Chaves

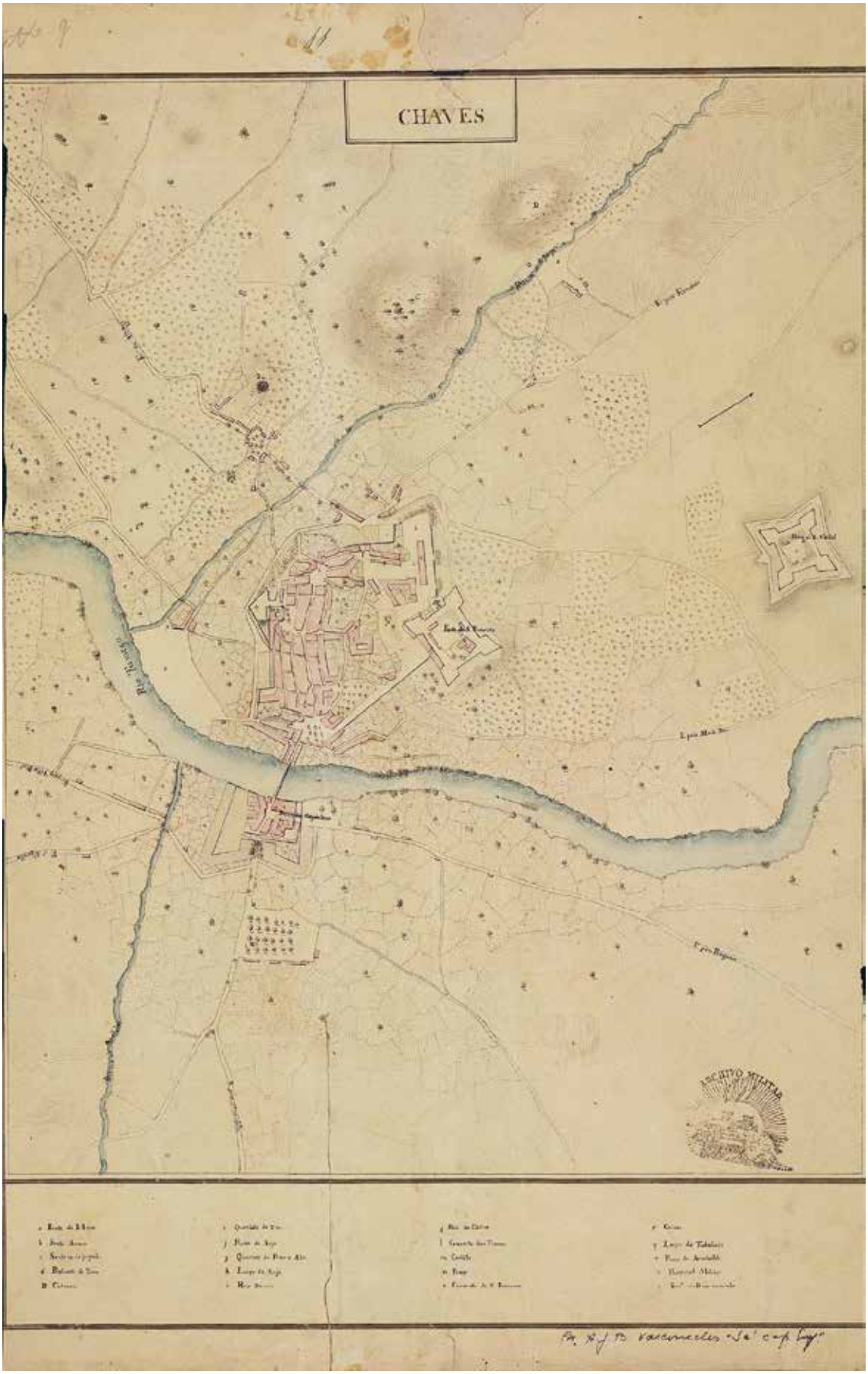
A identidade do centro urbano de Chaves durante os últimos anos do Antigo Regime assentava, como vimos, na sua importância como centro comercial e como centro administrativo dando origem a um conjunto socialmente relevante de gente ligada ao comércio e de letrados. Uma terceira característica identitária residia na forte presença militar constituindo até 1762 o principal centro militar de Trás-os--Montes e continuando, mesmo após essa data, a concentrar uma importante fatia dos efectivos militares da província. O manuscrito de 1796 de Columbano de Castro atribui mesmo à presença da tropa uma parte do dinamismo comercial da vila: "(…) *o commercio que há nesta villa hé muito grande e consiste em todos os géneros do país e dos que vem de fora, sendo huma das terras mais provida e abundantes da província. Tem noventa e sete lojas de toda a qualidade de fazenda, para o que condus o muito consumo que faz a tropa que ali se acha e o dinheiro que annualmente deixa*" acrescentando em seguida que "(…) *nos povos, porem, o seu maior negocio hé a venda dos seus fructos, gados, sedas e lãas. Tambem há fabricas de fiações de seda e louça grossa. Na villa há huma fabrica de fiação e tecidos de linho para o fornecimento das tropas, dirigida pelo dezembargador Miguel Pereira de Barros, em que trabalhão mais de setecentas pessoas e a sua producção annual hé de vinte e cinco a trinta mil varas de toda a qualidade de pannos*" (Amado MENDES 1984, 375). Apesar da perda de importância militar de Chaves ao longo da 2ª metade do século XVIII bem como da perda de importância militar geral das Praças de Guerra ao longo desse período e sobretudo após ele, ainda um século mais tarde, em 1896, a importância da presença da *tropa* era considerada da maior relevância comercial e política como escreve Júlio MACHADO (1994, 301): "(…) informaram os altos comandos militares que o regimento de Cavalaria 6, por falta de instalações, teria possivelmente de abandonar Chaves, pois não se havia encontrado na vila ou nas redondezas outras construções, em tamanho e localização, que melhor servissem para albergar o dito regimento. Não restou então outra hipótese que oferecer aos militares o abrigo do velho casarão do Convento das Freiras, mesmo que para tal houvesse que sacrificar o colégio. E, efectivamente, não houve possibilidade de suplantar os interesses comerciais e políticos que adviriam de tal facto, tendo acabado o convento por ser entregue ao Ministério da Guerra." E transcrevendo um excerto da edição de 1 de Dezembro de 1895 do periódico local *A Voz de Chaves*, acrescenta o mesmo autor: "(...) *A retirada de Cavalaria 6, representaria perda de vida e animação para a vila e seria um profundo descalabro na economia do meio agrícola e comercial, e até predial, sendo como é um dos principais consumidores dos produtos do nosso solo e dos objectos do nosso comércio e um dos arrendatários dos nossos prédios, para mais agora, que atravessamos uma séria crise económica, agravada pela concorrência do Caminho de Ferro de Miranda* (...)"." (*idem*, *ibidem*).

Na verdade, mesmo hoje, a presença militar ainda existe e é relevante. Porém, principalmente a partir de 1841, a influência militar no urbanismo de Chaves sofreu profundas transformações com o apagamento da cintura defensiva e a progressiva concentração das instalações militares num único quartel localizado no Baluarte do Castelo e posteriormente a construção do quartel novo no planalto a N. da vila, o qual ainda hoje se encontra activo.

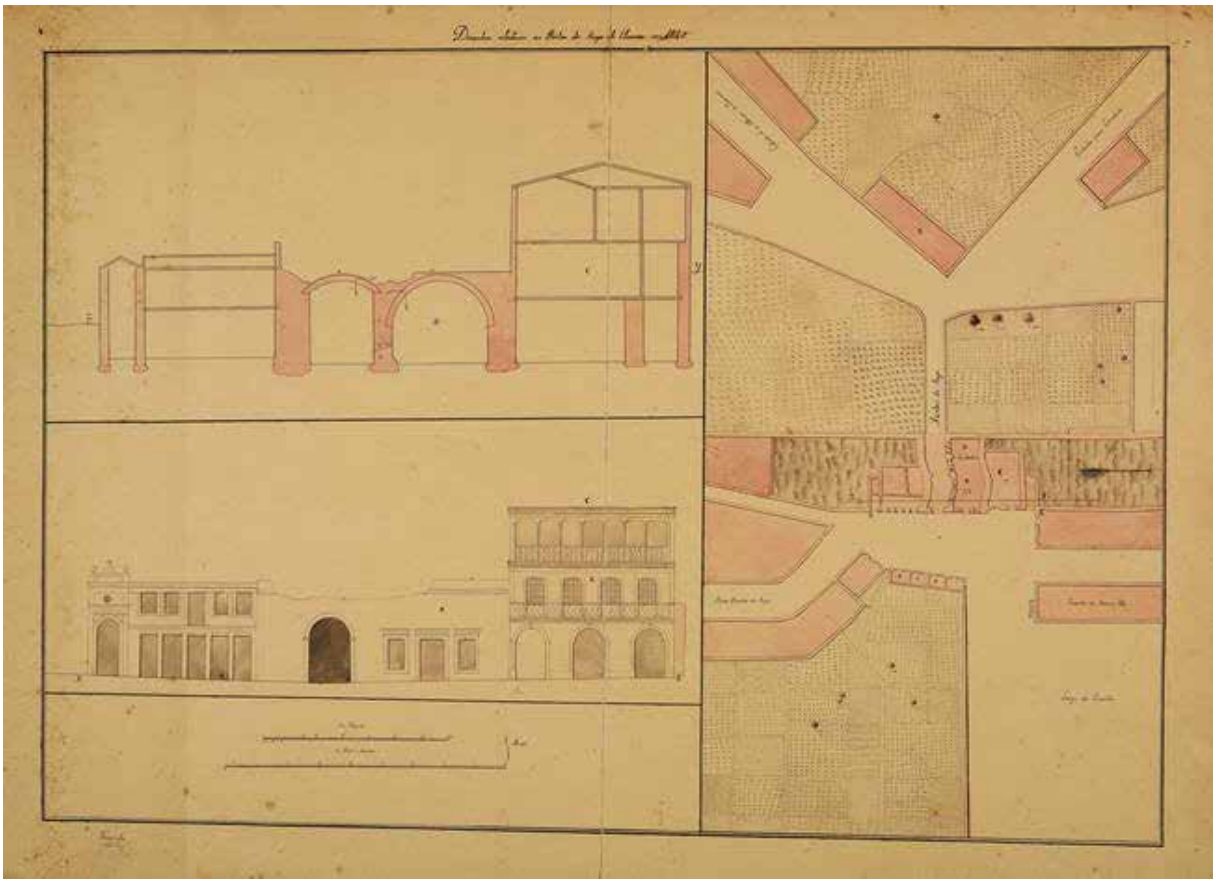
Após os levantamentos de Chaves executados em 1797 / 1801, só na década de 1840 vamos encontrar um novo levantamento realizado pelo Capitão Engenheiro Augusto Vasconcelos e Sá ao qual se deve a autoria de vários outros documentos cartográficos e de projecto de instalações militares em Chaves naquela época. Na verdade assistimos a partir daquela data, pela quantidade de documentos gráficos que se guardam no Arquivo Histórico Militar, a um retomar da intervenção militar na vila, ainda que agora cada vez mais circunscrita e subordinada aos interesses civis.

A extinção do Regimento de Infantaria de Chaves, designado por Nº 12, e a reorganização em 1841 do Regimento de Infantaria Nº 13, originalmente criado na Praça de Peniche, e que, integrando parte dos corpos militares do extinto Infantaria 12, passaria a ter sede em Chaves onde se manteria até 1883 (MACHADO 1994, 296) constituiu o acontecimento mais relevante e a origem de várias das intervenções militares urbanas então decididas, projectadas e executadas.

No seguimento das intervenções realizadas nas primeiras décadas do século XIX no Arrabalde das Couraças, com a anulação do Meio Baluarte de Santo António, a demolição das Portas da Vedoria e as demolições realizadas no Anjo, orientadas pelo princípio de eliminar os obstáculos à circulação, parece perspectivar-se igualmente a demolição das arruinadas Portas do Anjo das quais o Capitão Engenheiro Augusto Vasconcelos e Sá fez um completo levantamento datado de 1840. Porém a obra de demolição não chegaria a concretizar-se nessa altura como pode observar-se na fotografia reproduzida das mesmas portas em 1884.



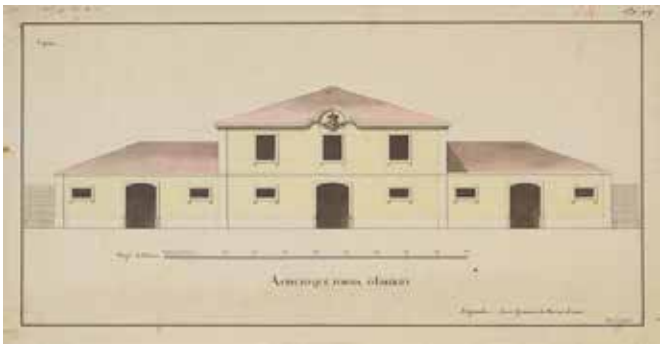
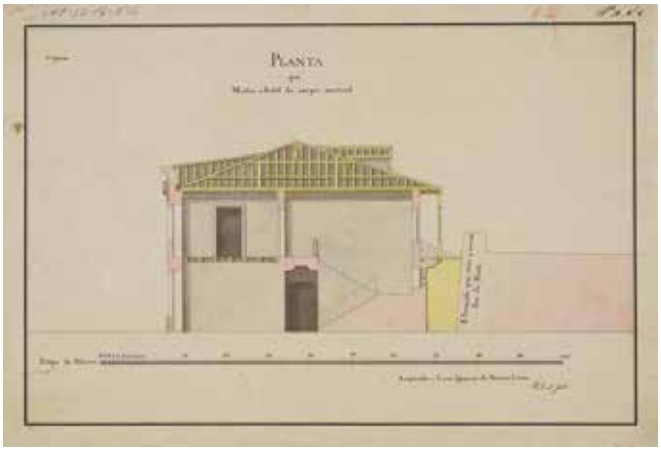
Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá - Chaves / [Por A. J. B. Vasconcelos e Sá, Cap. Eng.º].
- [Escala não determinada]. - [18--].1840 (conjectural) - 1 documento : ms., color. ; 48 x 30 cm. AHM/GEAEM 4014-1-8-12.



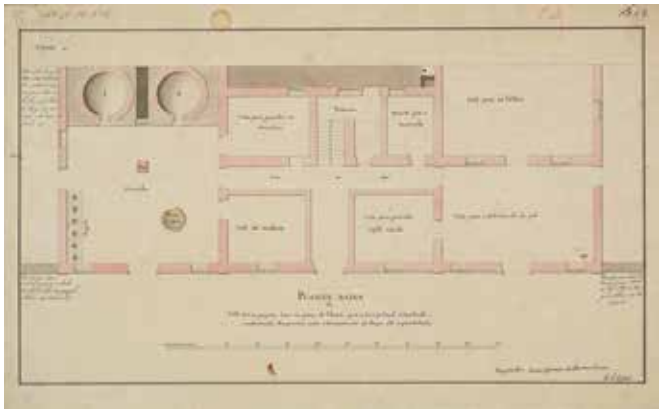
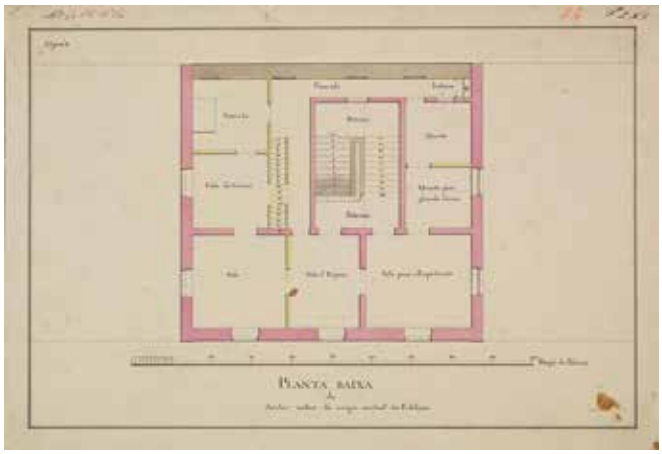
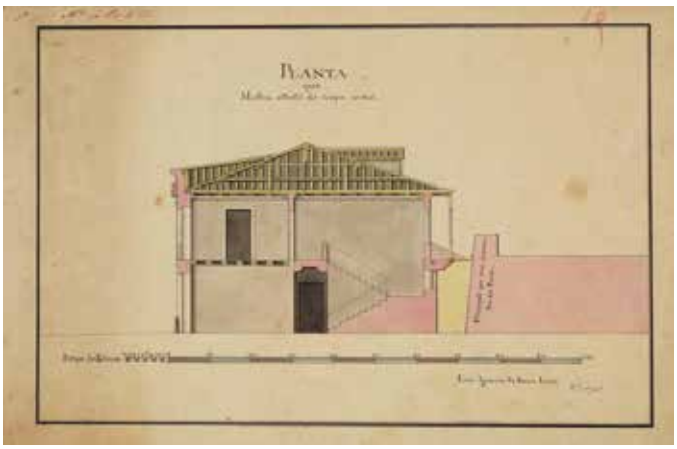
***Dezenhos relativos as Portas do Anjo de Chaves em 1840,* AHM/GEAEM 1469-1-8-12**

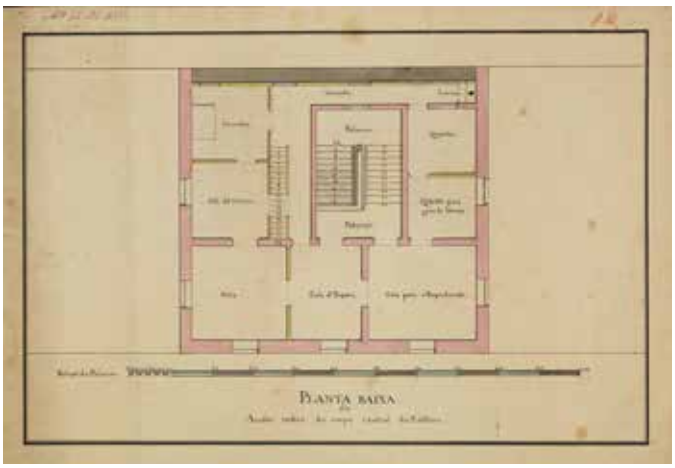
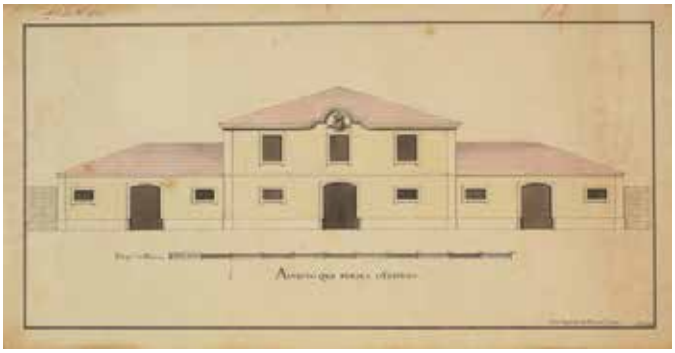
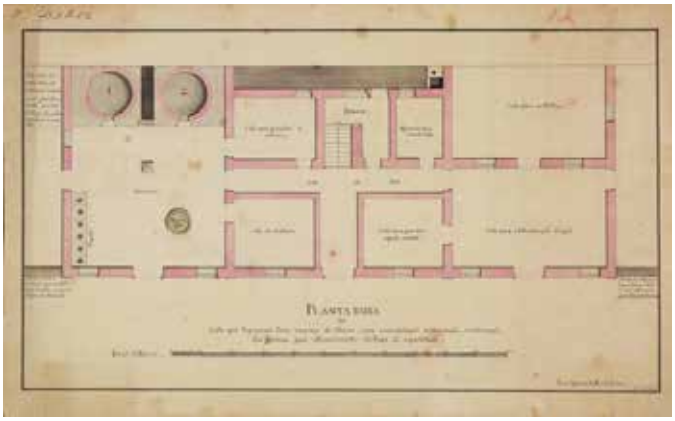
Portas do Anjo em 1884 (blog Chaves Antiga).

Aparentemente naquela mesma zona da vila, fora de portas, perspectivava-se a construção de uma *Padaria Militar*, isto é, de um edifício destinado à *manipolação, arrecadação e conservação dos generos para o fornecimento da tropa alli aquartellada*, talvez substituindo os velhos armazéns da *Vedoria* entretanto demolidos para darem lugar a um mais amplo Largo do Anjo, como vimos *supra*. Datado de 1841 e sendo seu autor Luiz Ignacio de Barros Lima registam-se no AHM/GEAEM duas séries do projecto de uma Padaria Militar que, segundo o catálogo, deveria localizar-se na Avenida Tenente Valadim[1]. Nos perfis observa-se que o edifício parece adossar à muralha. No entanto o edifício não teria chegado nunca a ser construído.

Cota	Data	Descrição	
1421-1-8-12	1841	Aspecto que forma o edificio : [Padaria Militar em Chaves]	
1423-1-8-12	1841	Planta que mostra o perfil do corpo central : [Padaria Militar em Chaves]. Refere-se ao edifício da antiga padaria militar de Chaves, na avenida Tenente Valadim; ver: 1420-1-8-12, 1421-1-8-12 e 1422-1-8-12.	

1 A Avenida Tenente Valadim foi inicialmente a actual a R. Augusto Figueiredo Fernandes, projectada por 1877 mas apenas aberta em 1889-1890.

Cota	Data	Descrição	
1420-1-8-12	1841	Planta baixa da casa que se projecta fazer na Praça de Chaves, para a manipolação, arrecadação e conservação dos generos para o fornecimento da tropa alli aquartellada	
1422-1-8-12	1841	Planta baixa do andar nobre do corpo central do edificio : [Padaria Militar em Chaves]	
1419-1-8-12	1841	Planta que mostra o perfil do corpo central : [Padaria Militar em Chaves]	

Cota	Data	Descrição	
1418-1-8-12	1841	Planta baixa do andar nobre do corpo central do edificio : [Padaria Militar em Chaves]	
1417-1-8-12	1841	Aspecto que forma o edificio : [Padaria Militar em Chaves]	
1416-1-8-12	1841	Planta baixa da casa que se projecta fazer na Praça de Cháves, para amanipolação, arrecadação e conservação dos generos para o fornecimento da tropa ali aquartellada	

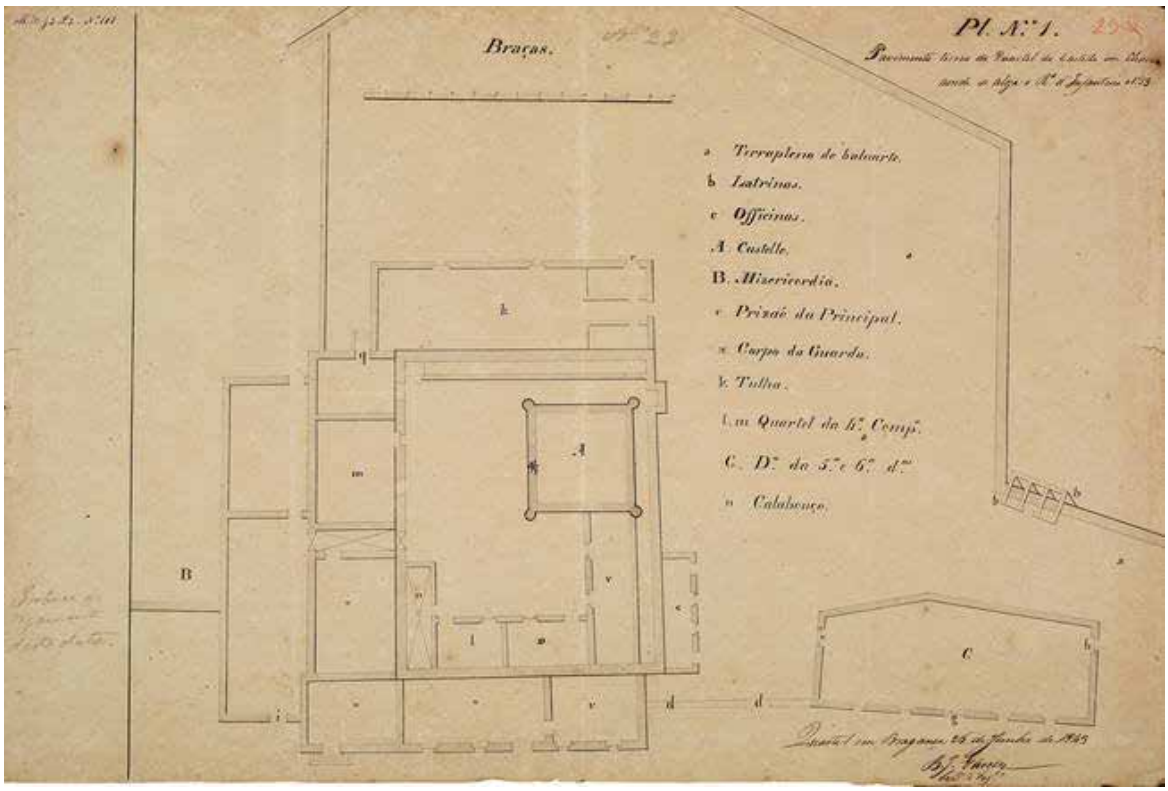
5.3.2. O Quartel do Regimento de Infantaria 13 (1841 – 1874)

A instalação do Regimento de Infantaria Nº 13 em Chaves em 1841 realizou-se nas construções do Quartel de Infantaria localizadas no Baluarte do Castelo. Naquela altura foi realizado um levantamento dos vários edifícios aí existentes em duas folhas (AHM/GEAEM 1460-1-8-12 e 1459-1-8-12) perspectivando-se em 1842 um projecto com as *Obras de que ainda carece o Quartel de Infantaria nº 13*, também em duas folhas, nº 1 e 2 (AHM/GEAEM 1448-1-8-12 e 1449-1-8-12). Posteriormente foi executado novo levantamento em Abril de 1852, igualmente em duas folhas mas exibindo três planos. Deste último levantamento conservam-se no AHM/GEAEM varias cópias (AHM/GEAEM 1431-1-8-12, 1432-1-8-12, 1435-1-8-12, 1479-1-8-12, 1480-1-8-12, 1483-1-8-12 e 1484-1-8-12).

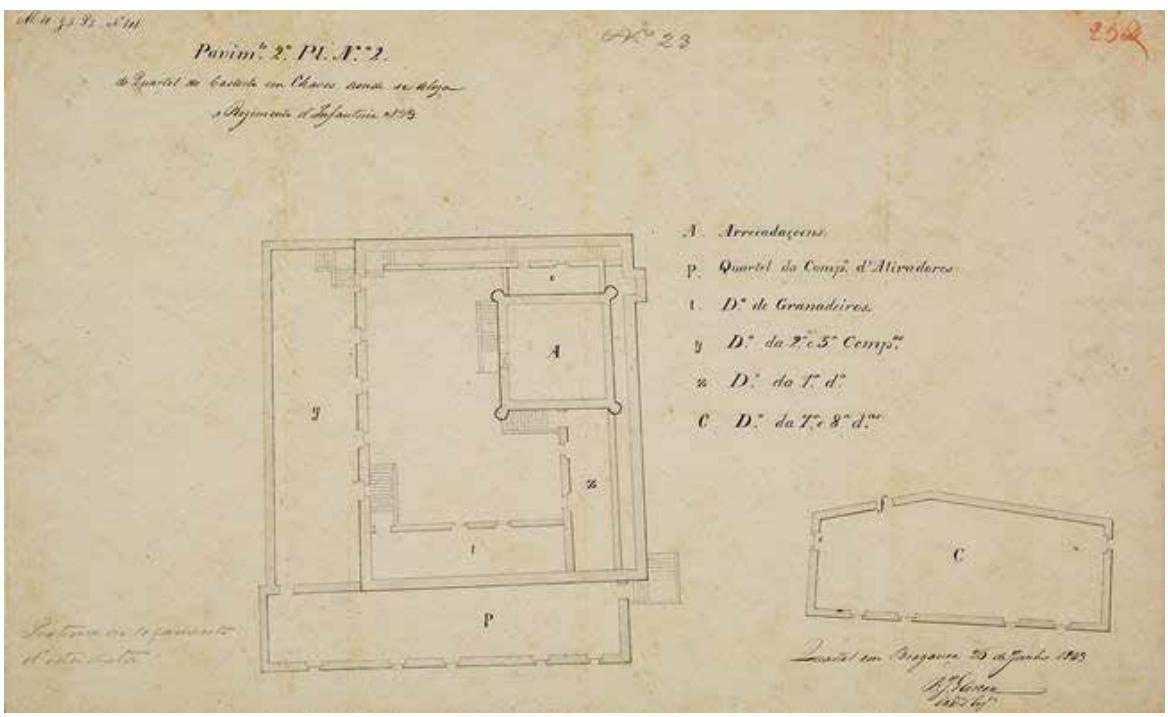
No mesmo ano de 1852 mas datando de Agosto, regista-se um novo projecto, de que se conservam também várias cópias em duas folhas, com a *Planta e perfiz do projecto d'um edificio para secretaria do Regimento de Infantaria nº 13 no seu quartel em Chaves em Agosto de 1852, Nº 1* bem como os *Desenhos que fazem parte d'um projecto de uma casa para secretaria do R.º nº 13* : [em Chaves] (AHM/GEAEM 1434-1-8-12, 1436-1-8-12, 1478-1-8-12, 1482-1-8-12, 1485-1-8-12). Todas as plantas de 1852 faziam parte de um processo de obra global que inclui ainda uma memória escrita e orçamentos (*Memoria descriptiva do Quartel de Infanteria nº 13 em Chaves : pelas plantas nº 1 e 2 e do projecto de secretaria pela planta e perfis que acompanha o respectivo orçamento desta data*. AHM/GEAEM 1433-1-8-12_a). O projecto da casa para secretaria seria objecto de alterações ao longo do ano de 1854 que ficaram registadas em dois documentos (AHM/GEAEM 1461-1-8-12: *Projecto respectivo ao orçamento de 20 de Janeiro de 1854 para construir um edificio para secretaria e concelho administrativo do Regimento d'Infantaria nº 13 em Chaves : Nº 1*; AHM/GEAEM 1462-1-8-12: *Ampliação ao projecto respectivo ao orçamento de 20 de Janeiro de 1854, para construir um edificio para secretaria e concelho administrativo do Regimento d'Infantaria nº 13 em Chaves : Nº 2*).

A partir de 1854 e até 1874 sucedem-se vários outros projectos relativos à cozinha (AHM/GEAEM 1452-1-8-12 e 1453-1-8-12: *Plantas e perfiz dos muros de revestimento existentes e dos que se projectão reconstruir no Quartel d'Infantaria nº 13 e planta e perfil da nova cosinha no dito Quartel :* [em Chaves], 1854), às latrinas (AHM/GEAEM 1454-1-8-12: *Planta e perfil d'um projecto de latrina no Quartel d'Infantaria nº 13 em Chaves*. 1854; AHM/GEAEM 1455-1-8-12: *Plano do deposito de esgoto das latrinas d'Inf.ª nº 13 em Chaves*. 1874) e de reforço da torre medieval do lado Sul (AHM/GEAEM 1458-1-8-12: *Planta respectiva ao modo porque se projecta o reforço da Torre do lado sul do calaboço da Praça de Chaves no Quartel de Infantaria nº 13*. 1860).

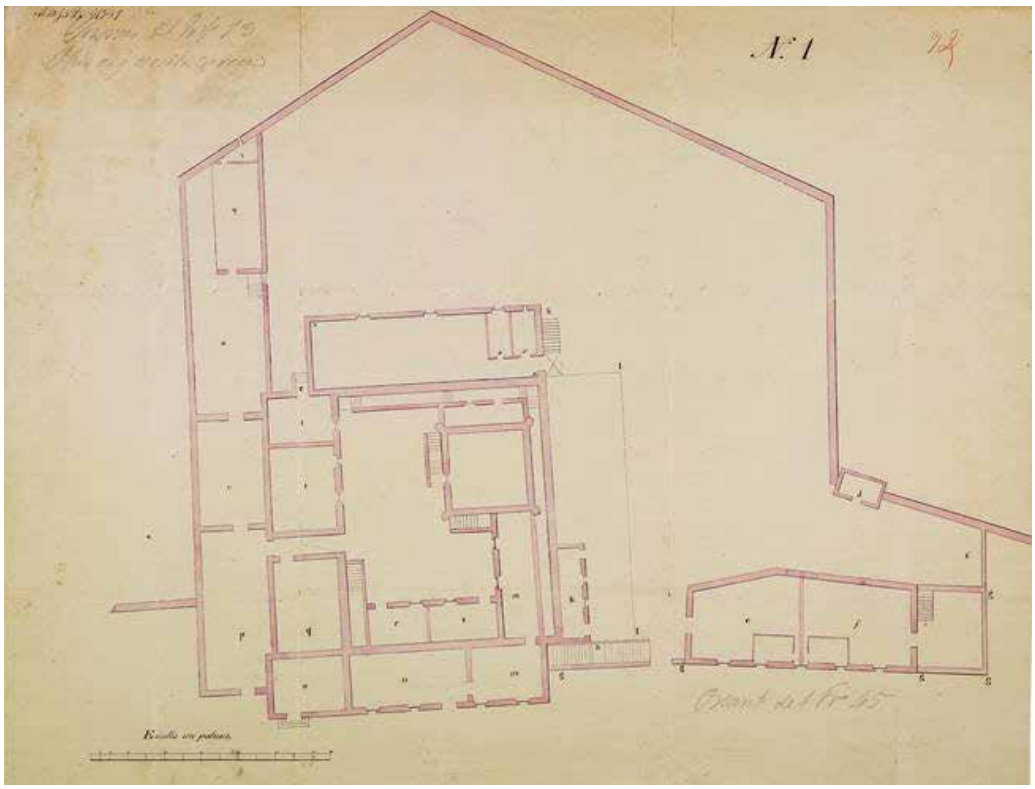
O referido levantamento de 1852 mostra um pormenor e qualidade superior do que os levantamentos anteriores. Note-se, por exemplo, a representação da torre de menagem enviesada em relação à orientação das cortinas do castelo. A comparação deste levantamento com a planta do castelo de Chaves realizada em inícios do século XVI por Duarte D'Armas é muito interessante dando a ideia de que os edifícios que se erguiam no interior do castelo, isto é, o conjunto edificado que constituía o Paço dos Duques de Bragança, não terá sofrido alterações de monta permanecendo uma planta em muito idêntica ainda em 1852. Seria possível realizar sobre estes elementos um estudo mais aprofundado acerca do paço ducal que não nos é possível de desenvolver agora.



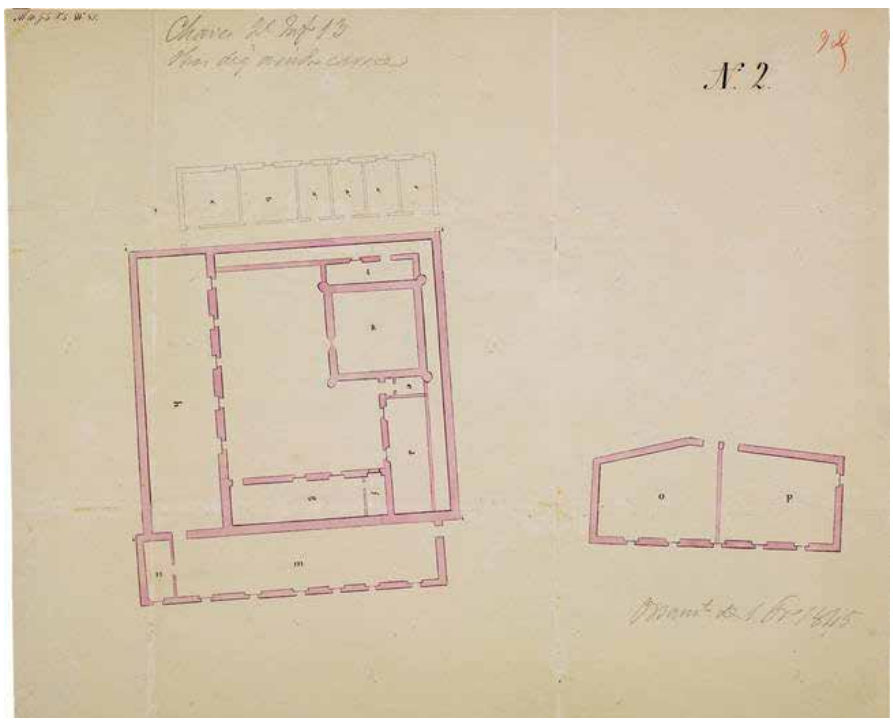
***Pavimento terreo do Quartel do Castello em Chaves aonde se aloja o R.º d'Infanteria nº 13 : Pl. nº 1* e *Pavim.to 2º Pl. nº 2 do Quartel do Castello em Chaves aonde se aloja o Regimento d'Infanteria nº 13*, B. J. Garcez, Cap.am d'Eng.os, Q.el em Bragança 26 de Junho de 1843*. AHM/GEAEM 1460-1-8-12 e 1459-1-8-12**



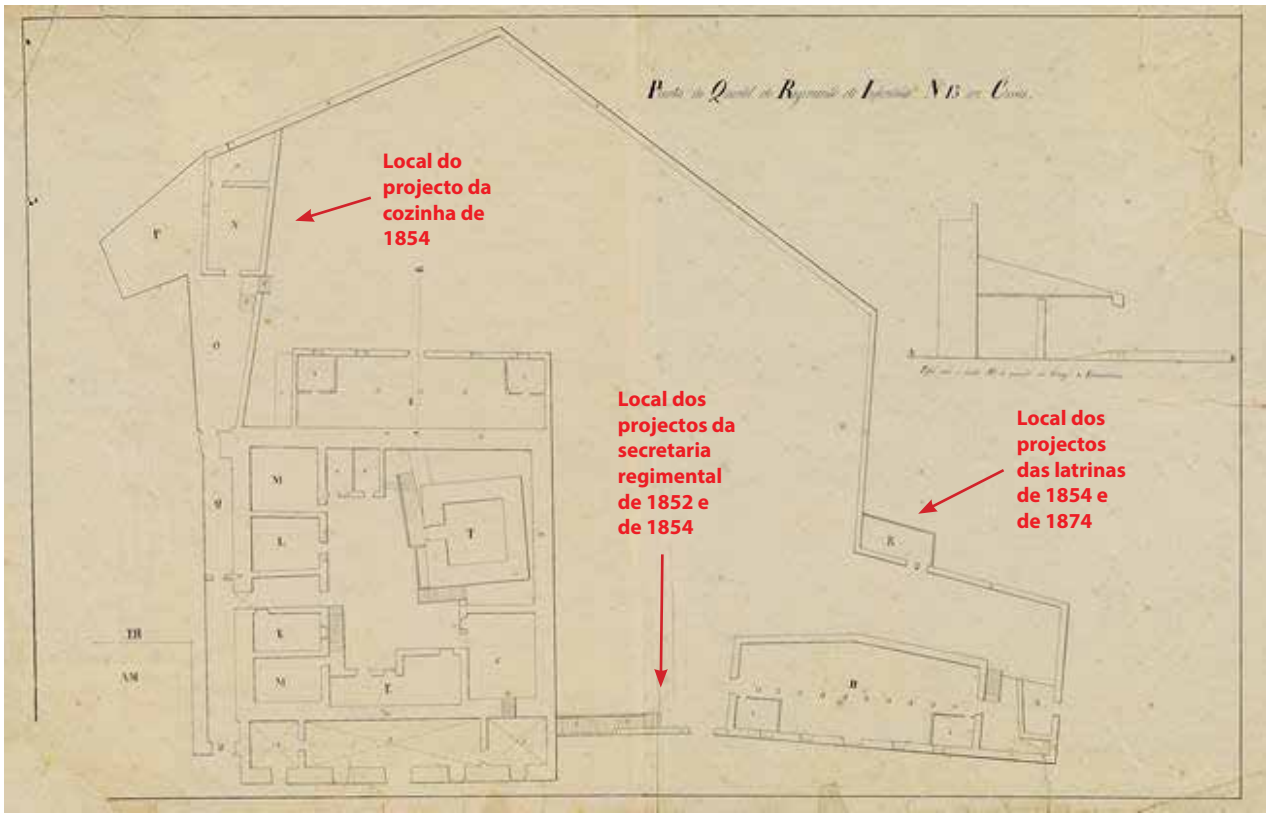
***Obras de que ainda carece o Quartel de Infantaria nº 13*, Nº 1 e 2. 1843. AHM/GEAEM 1448-1-8-12 e 1449-1-8-12**



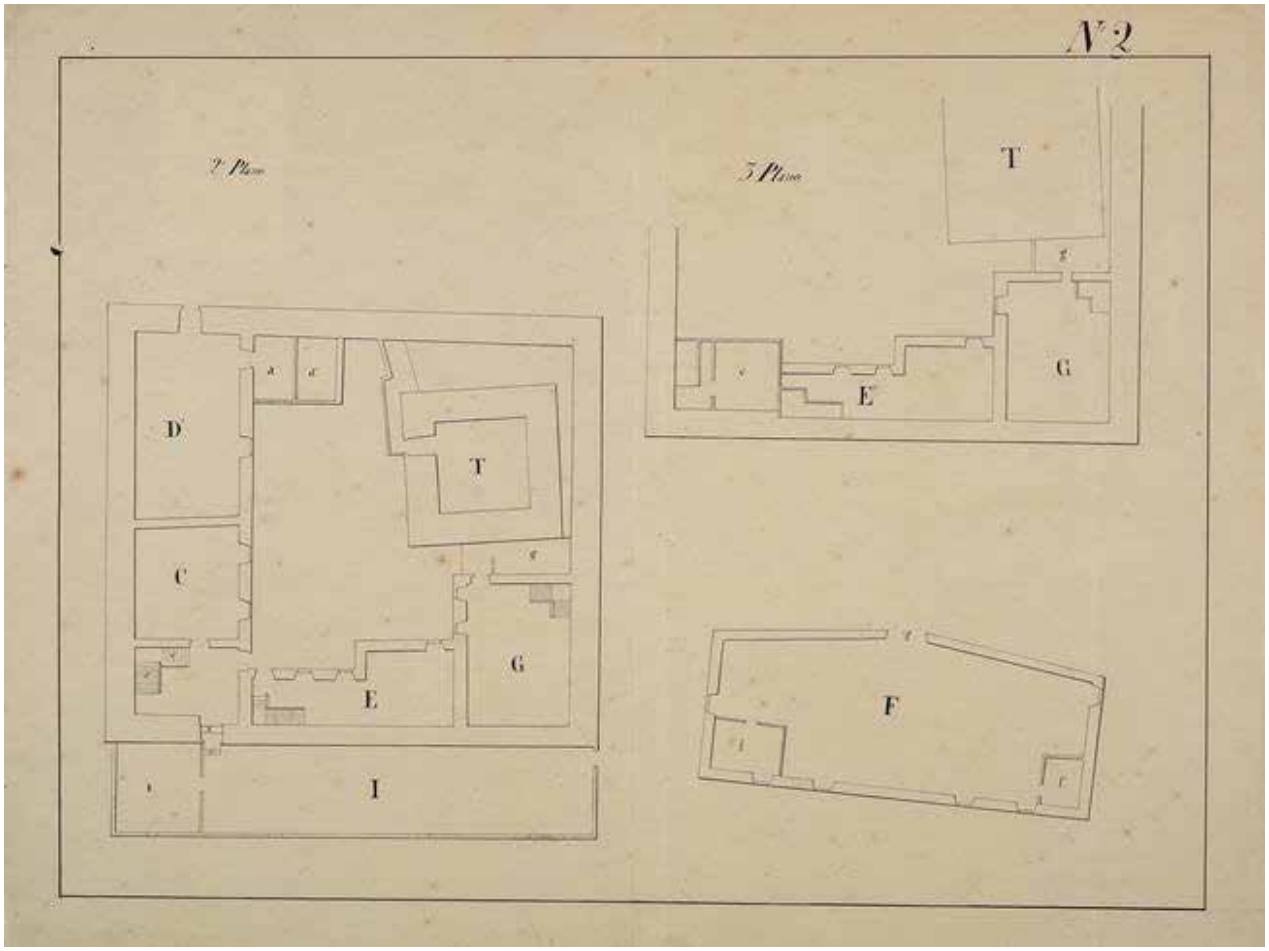
***Planta do Quartel do Regimento de Infantaria nº 13 em Chaves : Em Abril de 1852, por o Major Gdr.º Guilherme Inácio de Basto*.**
AHM/GEAEM 1431-1-8-12, 1432-1-8-12, 1435-1-8-12, 1479-1-8-12, 1480-1-8-12, 1483-1-8-12 e 1484-1-8-12.



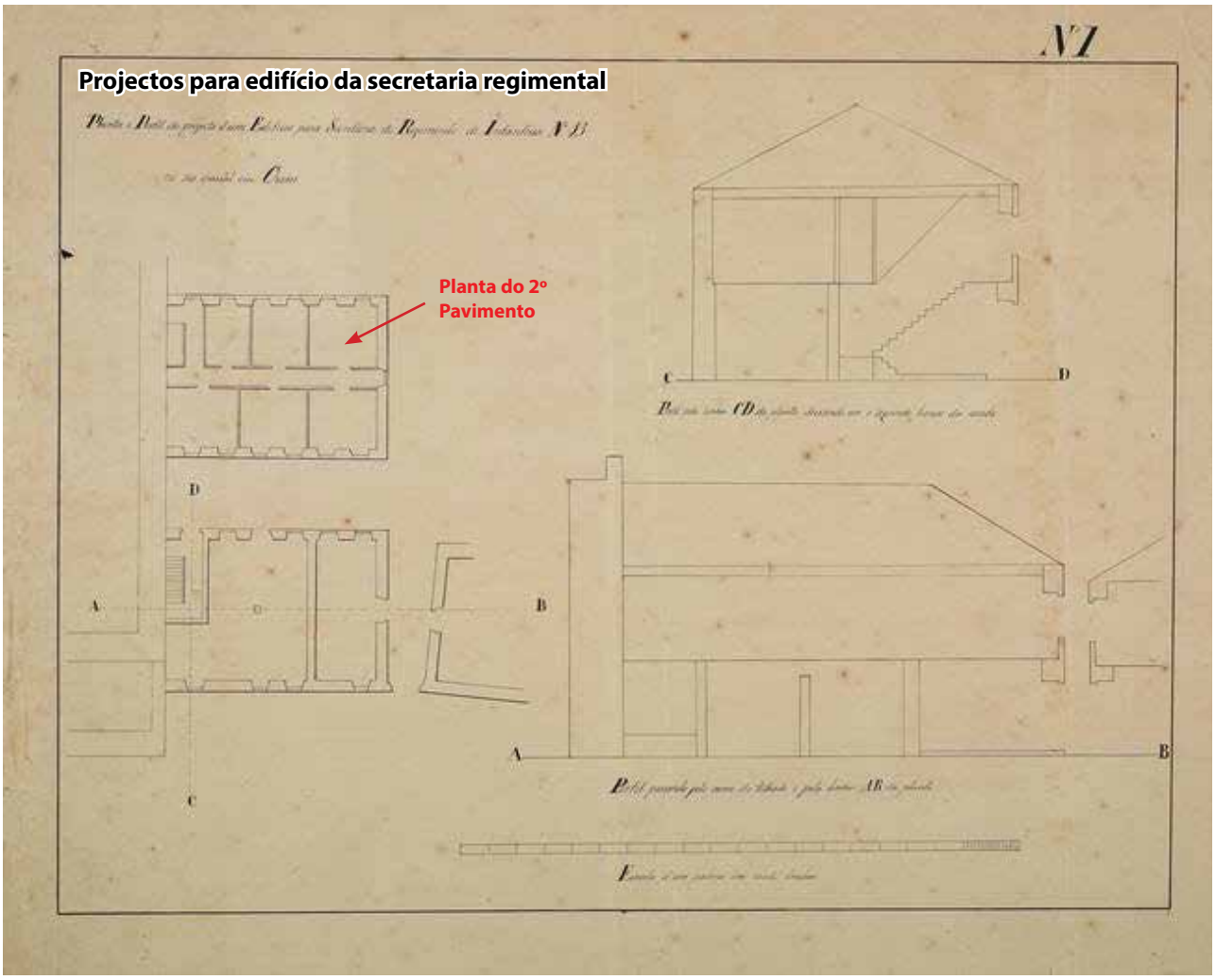
Planta e perfiz do projecto d'um edificio para secretaria do Regimento de Infantaria nº 13 no seu quartel em Chaves em Agosto de 1852, Nº 1 **bem como os *Desenhos que fazem parte d'um projecto de uma casa para secretaria do R.º nº 13* : [em Chaves]. AHM/GEAEM 1434-1-8-12, 1436-1-8-12, 1478-1-8-12, 1482-1-8-12, 1485-1-8-12.**



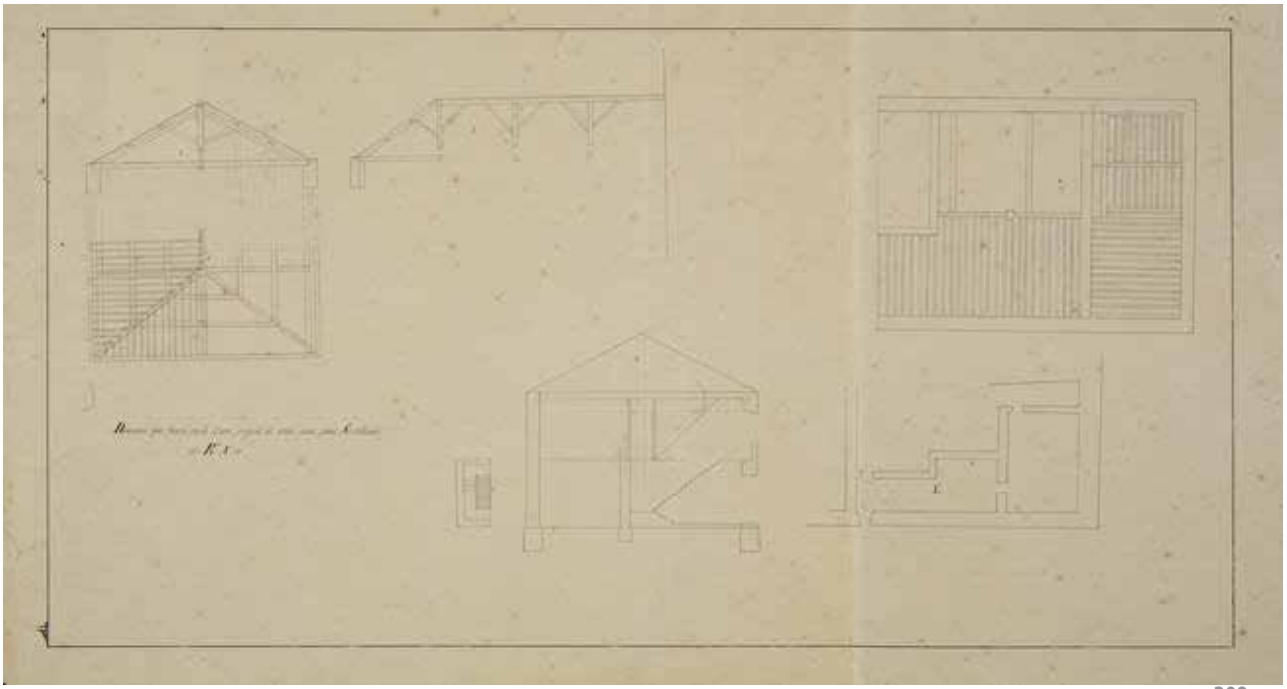
Projecto respectivo ao orçamento de 20 de Janeiro de 1854 para construir um edificio para secretaria e concelho administrativo do Regimento d'Infantaria nº 13 em Chaves : Nº 1. **AHM/GEAEM 1461-1-8-12.**



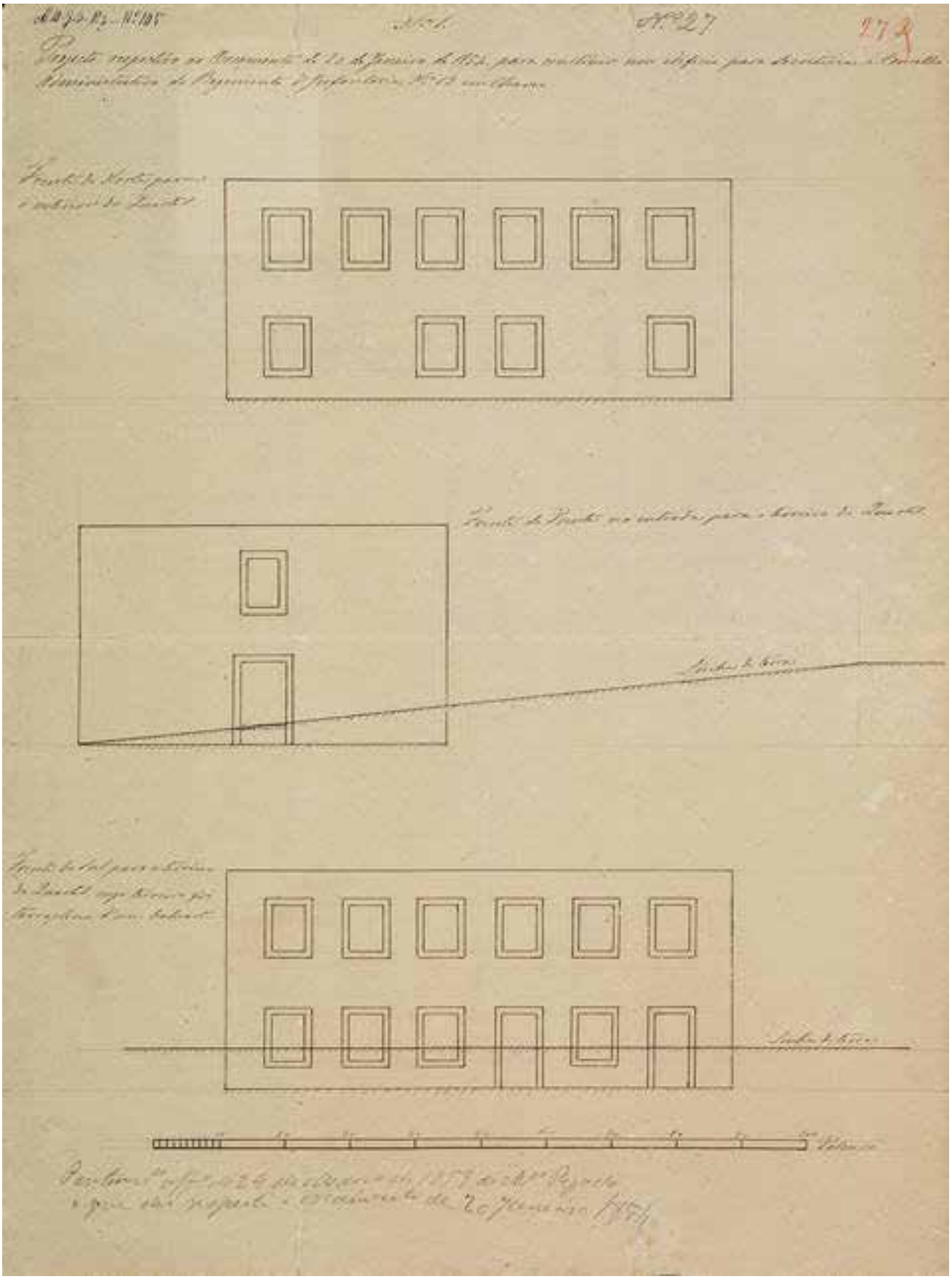
Ampliação ao projecto respectivo ao orçamento de 20 de Janeiro de 1854, para construir um edificio para secretaria e concelho administrativo do Regimento d'Infantaria nº 13 em Chaves : Nº 2. **AHM/GEAEM 1462-1-8-12.**



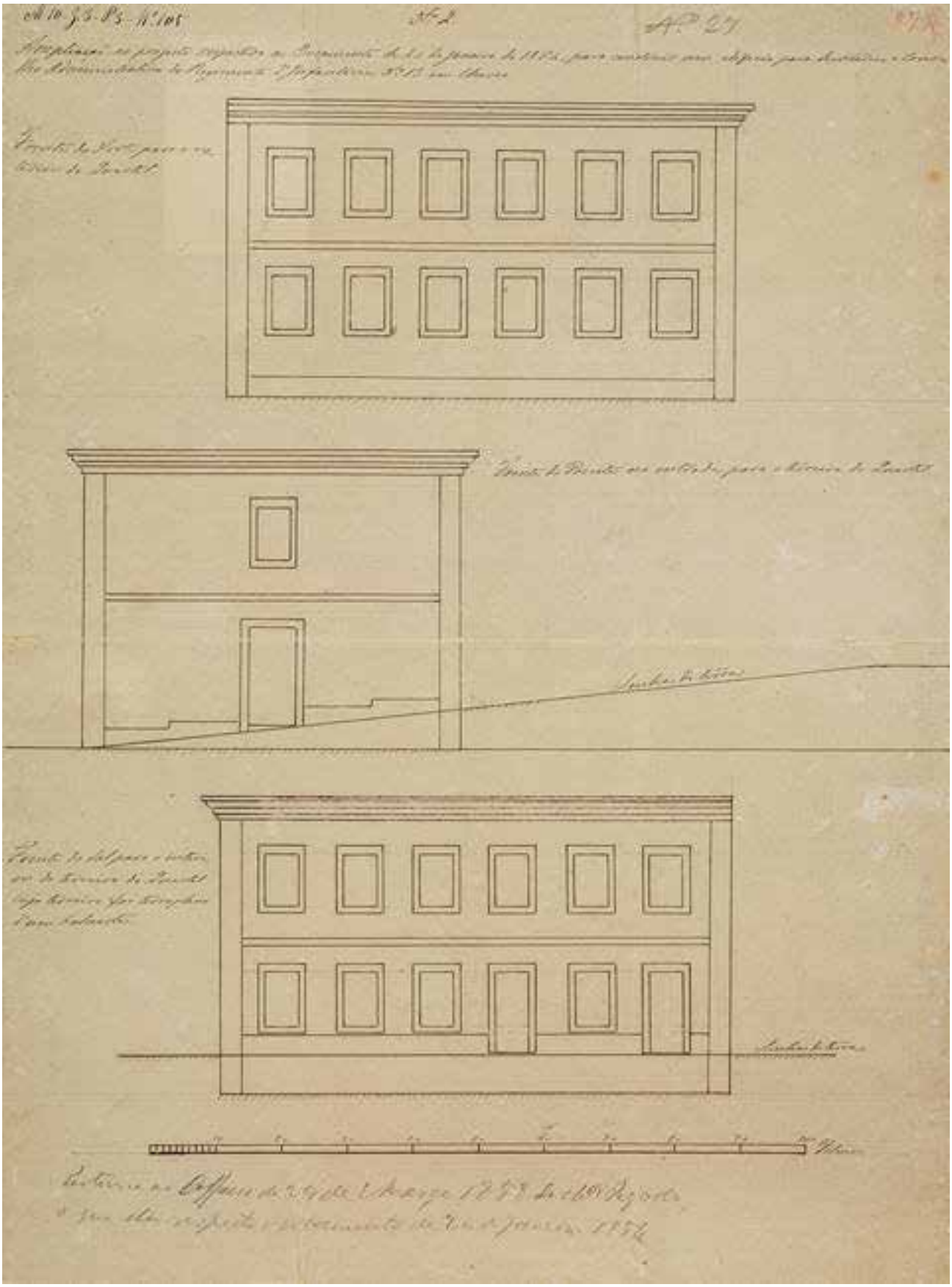
Plantas e perfiz dos muros de revestimento existentes e dos que se projectão reconstruir no Quartel d'Infantaria nº 13 e planta e perfil da nova cosinha no dito Quartel : **[em Chaves], 1854. AHM/GEAEM 1452-1-8-12 e 1453-1-8-12.**



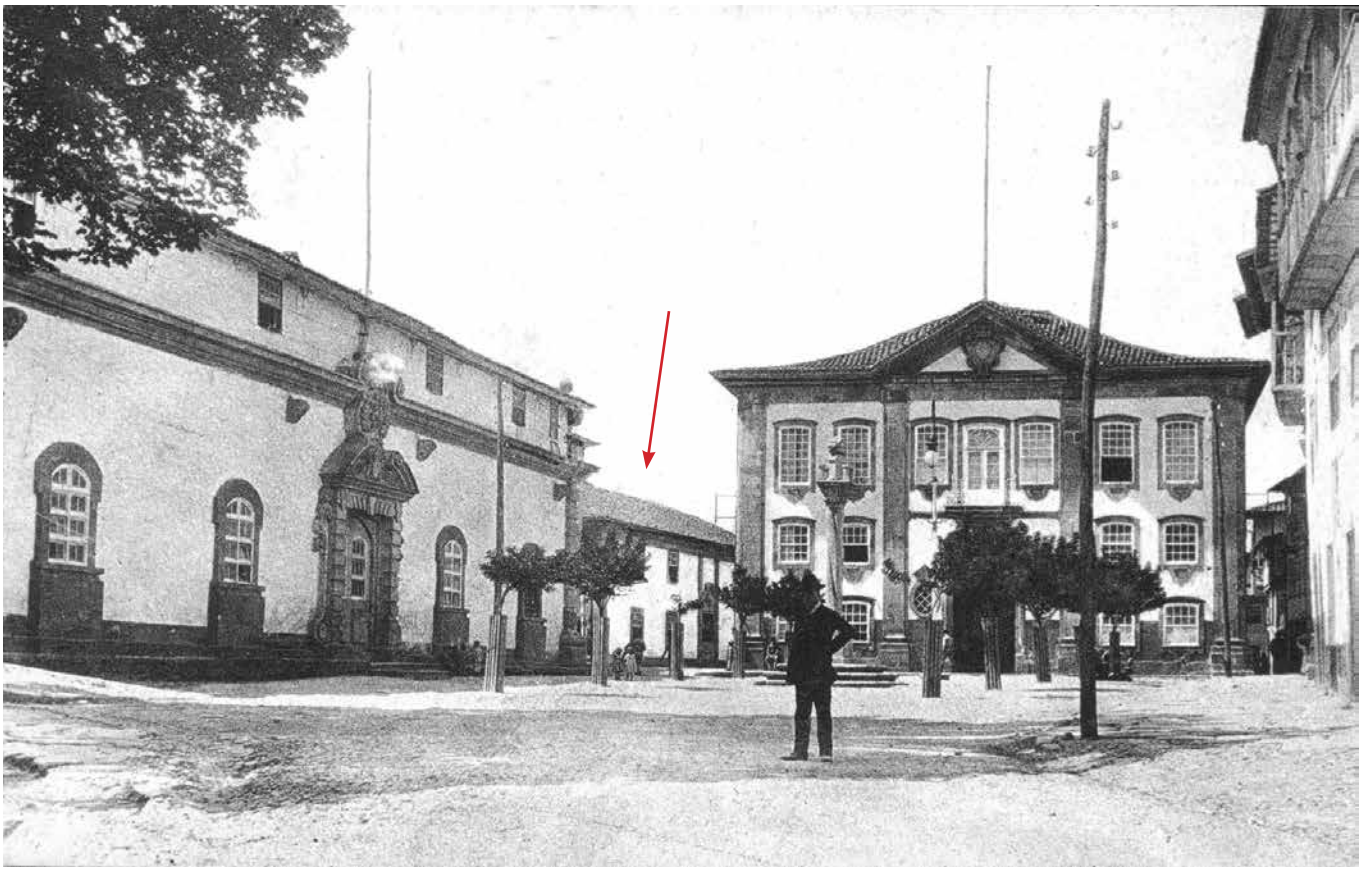
***Planta e perfil d'um projecto de latrina no Quartel d'Infantaria nº 13 em Chaves*. 1854. AHM/GEAEM 1454-1-8-12**



***Plano do deposito de esgoto das latrinas d'Inf.ª nº 13 em Chaves*. 1874. AHM/GEAEM 1455-1-8-12.**

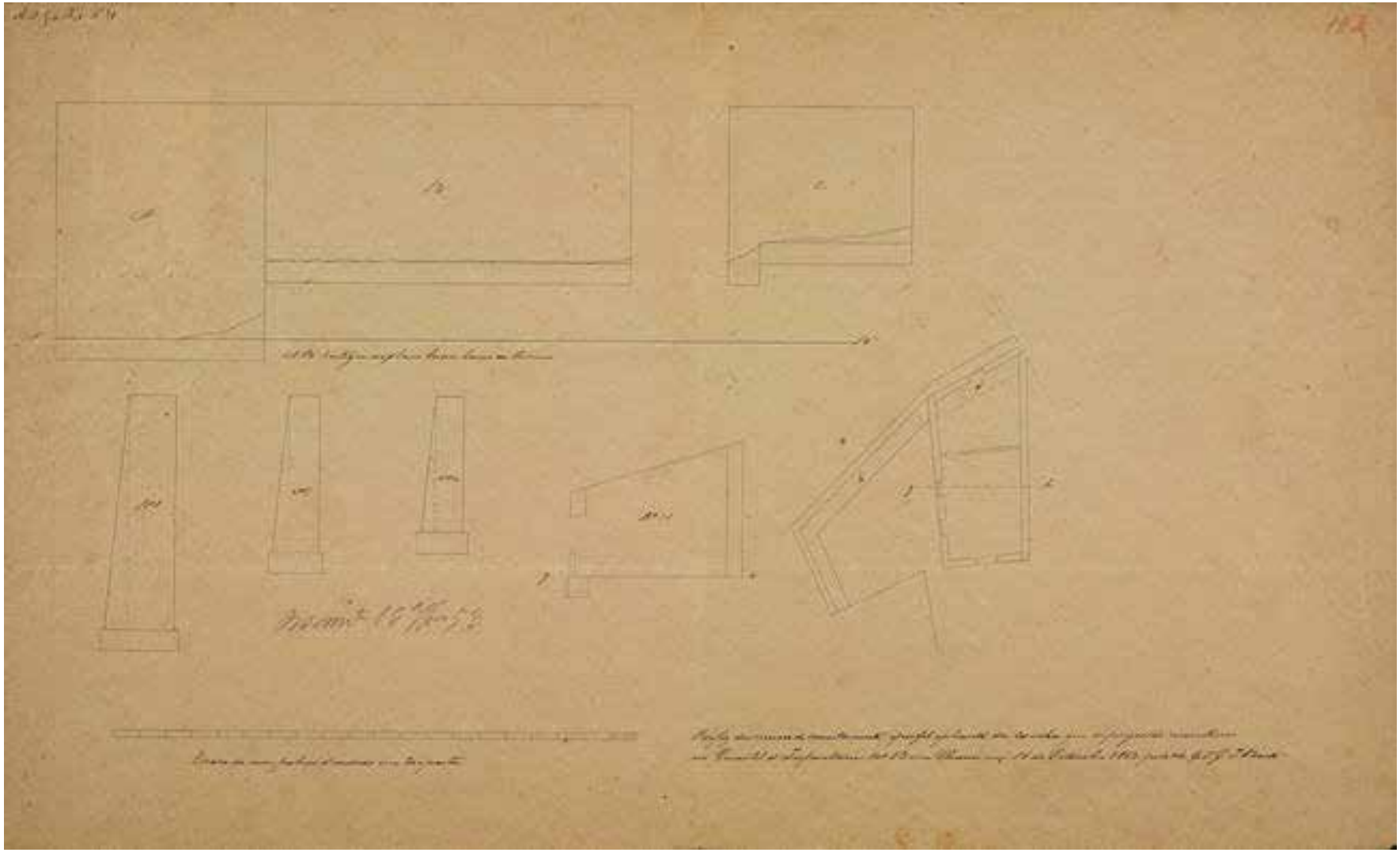


***Planta respectiva ao modo porque se projecta o reforço da Torre do lado sul do calaboço da Praça de Chaves no Quartel de Infantaria nº 13*. 1860. AHM/GEAEM 1458-1-8-12.**

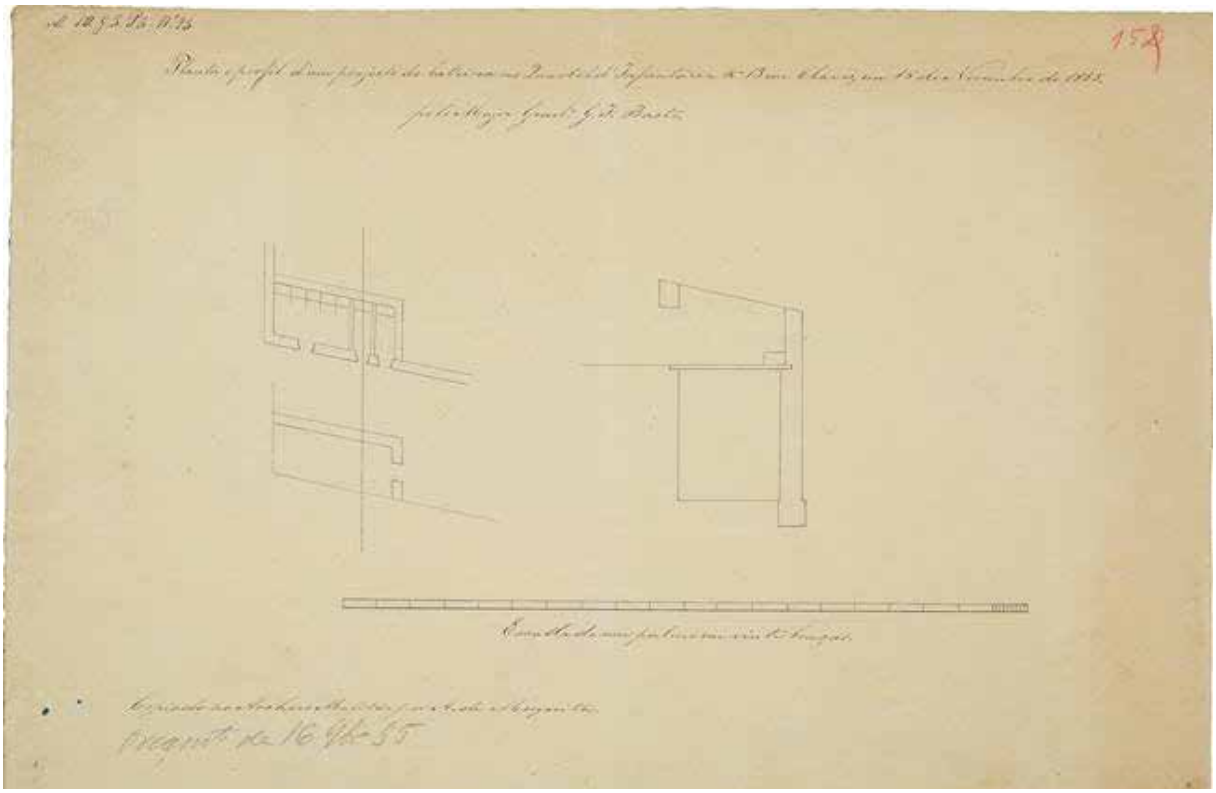


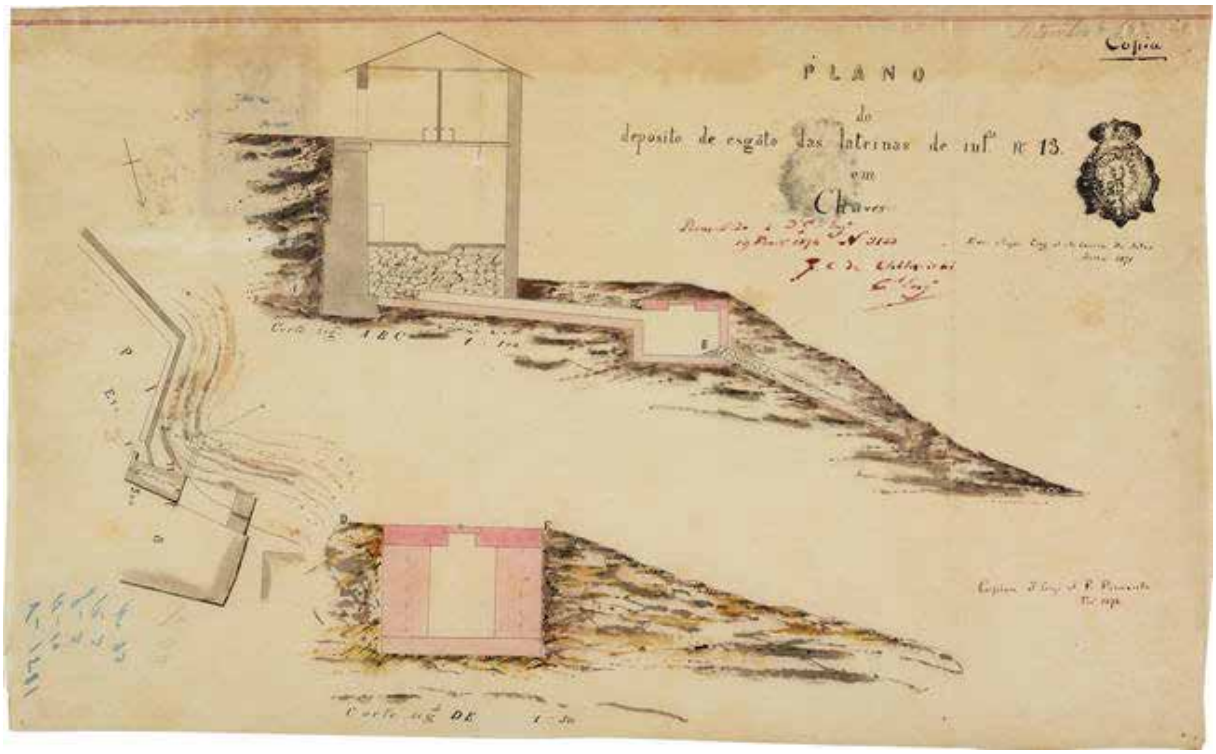
Quartel do Corpo da Guarda Principal assinalando-se o edifício desaparecido com funções de armazém do regimento que se implantava ao lado NO. da Secretaria Regimental. Inícios do século XX (foto blog Chaves Antiga).

Cunhal do Quartel do Corpo da Guarda Principal e Edifício da Secretaria Regimental em 1909 durante a visita do rei (foto blog Chaves Antiga).

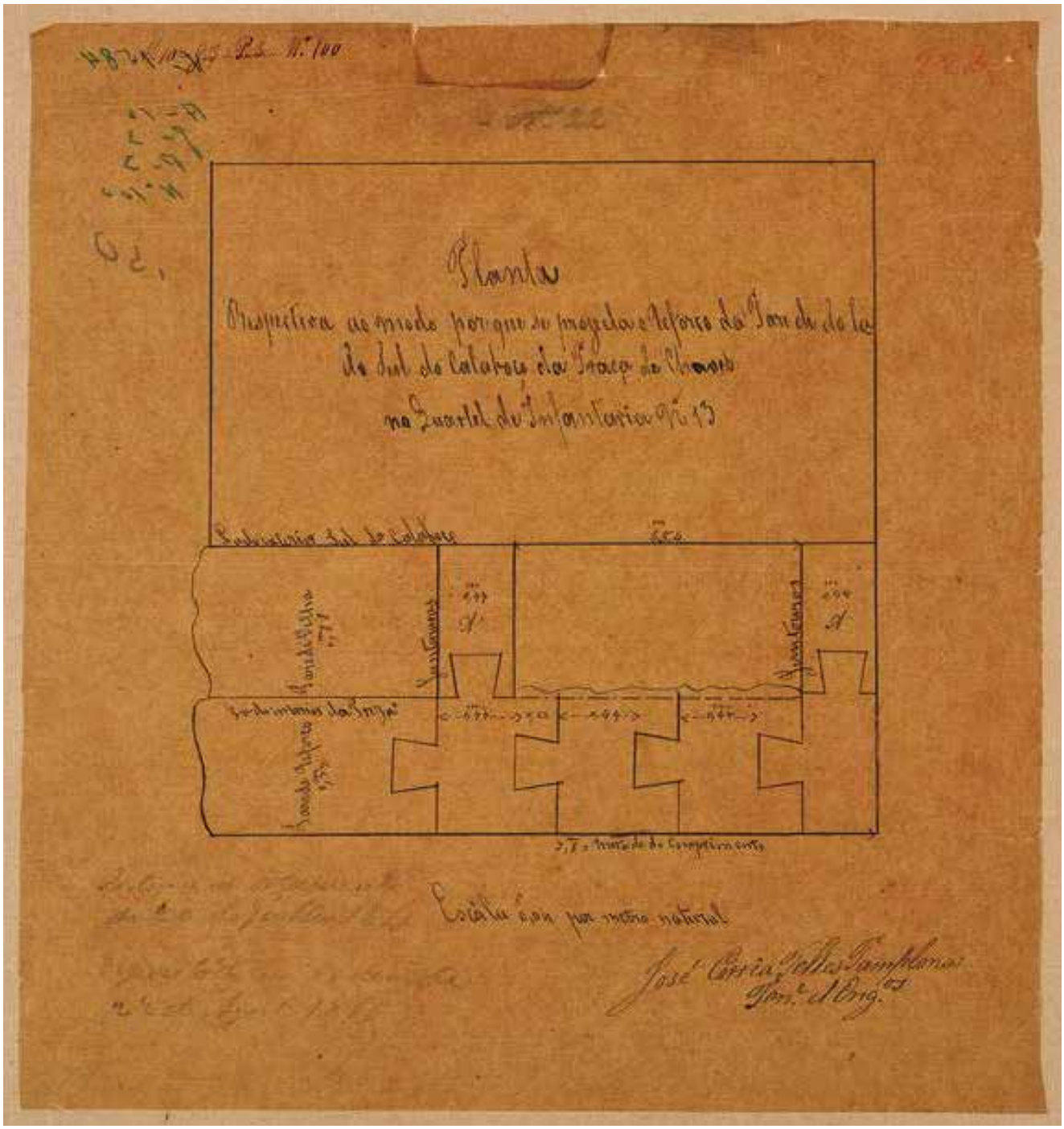


Projecto para a cozinha do regimento

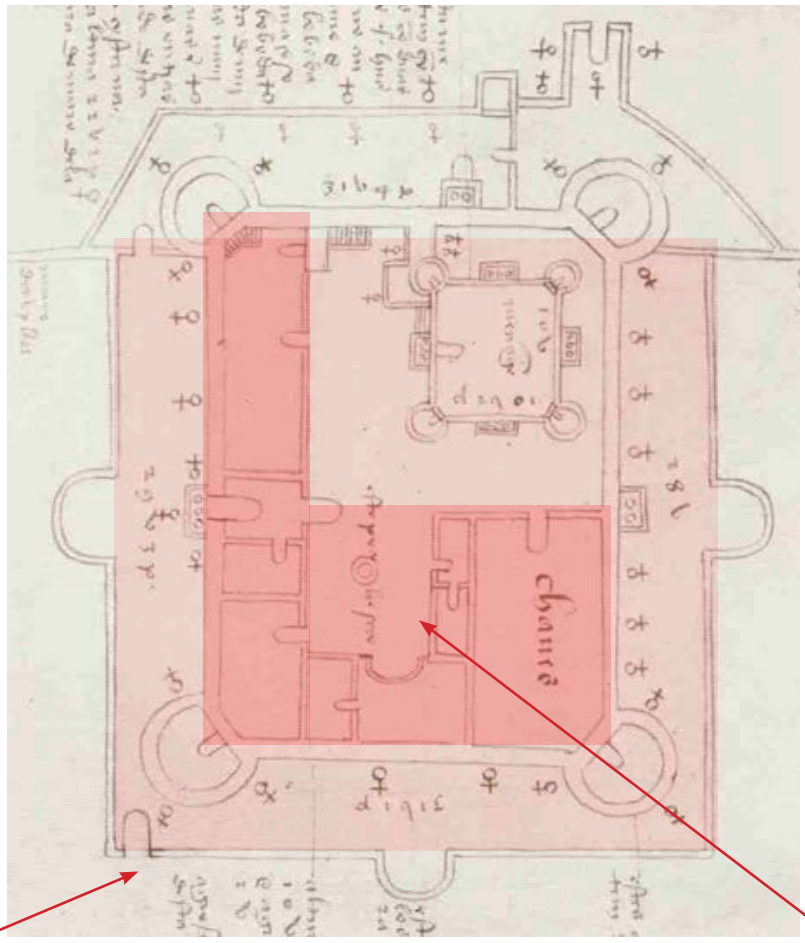




Projectos para as latrinas do regimento

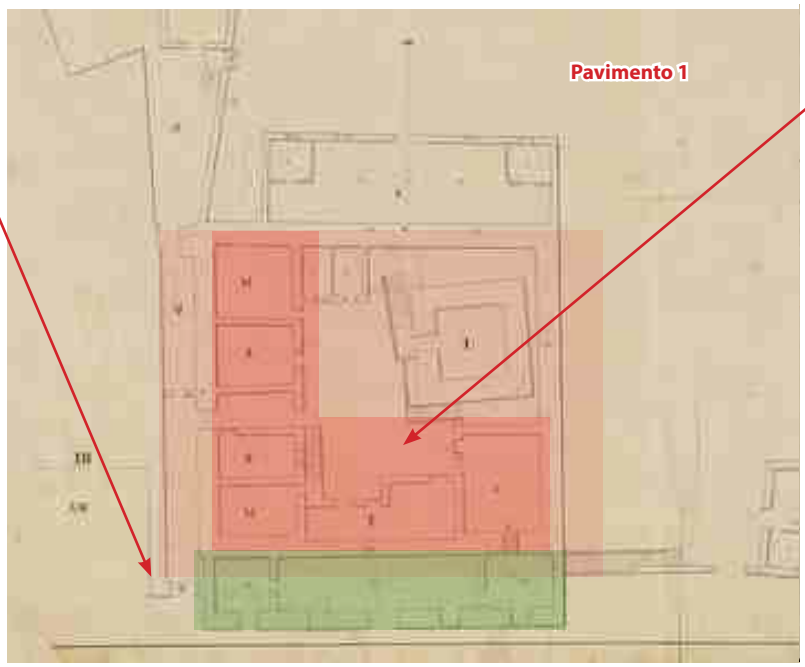


Projecto para reforço da torre do lado Sul

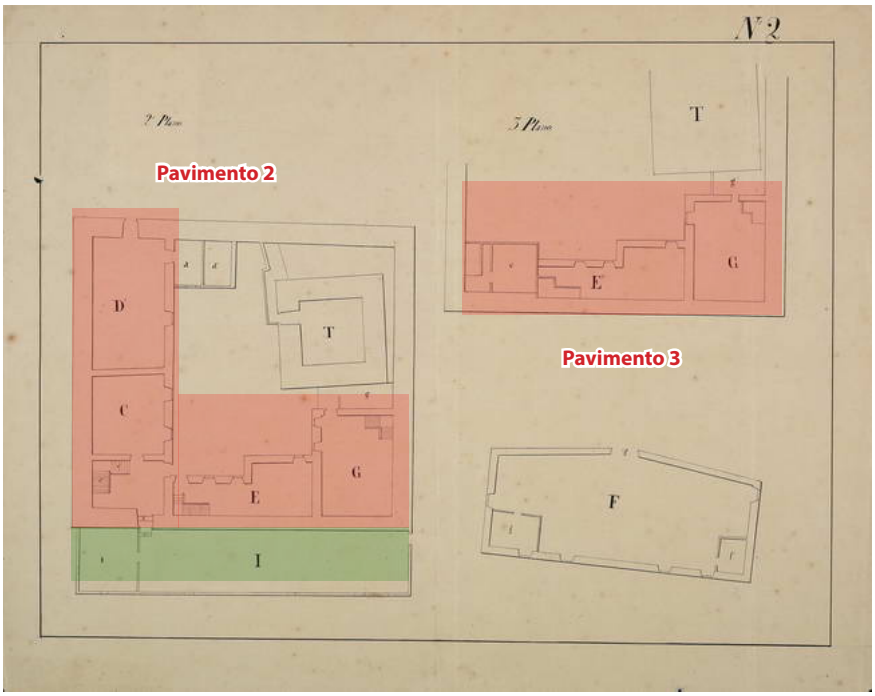


Porta na barbacã

Pátio com poço



REPETIÇÃO DAS PÁGS. 44-45



Comparando a planta dos paços do castelo nos inícios do século XVI – os *Paços do Duque de Bragança* - (segundo Duarte D'Armas) com a do levantamento de 1852 verifica-se uma grande estabilidade e continuidade na ordenação dos espaços. A mancha vermelha mais ténue delimita a área da barbacã orientada ao espaço intramuros, a qual apenas subsistia em 1852 entre o castelo e a Misericórdia enquanto do lado da praça tinha desaparecido sob o Quartel da Guarda Principal (a verde). Repare-se nas diferentes espessuras das paredes do levantamento de 1852 distinguindo-se os muros do castelo e da torre de menagem dos das restantes construções no seu interior. Repare-se também no registo de três pavimentos no paço, o mais alto dos quais, apenas adossado à cortina NE. do castelo pelo interior numa disposição que já é perceptível na vista NO. do Duarte d' Armas. Mais um argumento a favor de uma grande estabilidade e continuidade na ordenação dos espaços do paço condal e depois ducal.

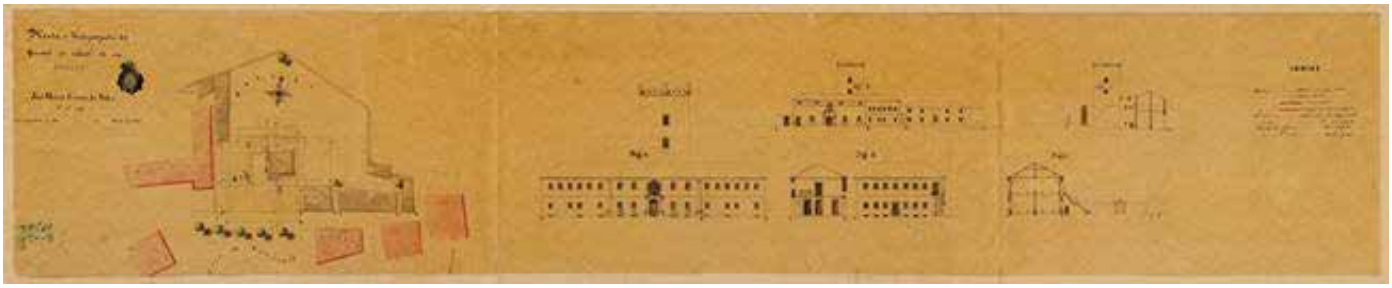
REPETIÇÃO DA PÁG 47

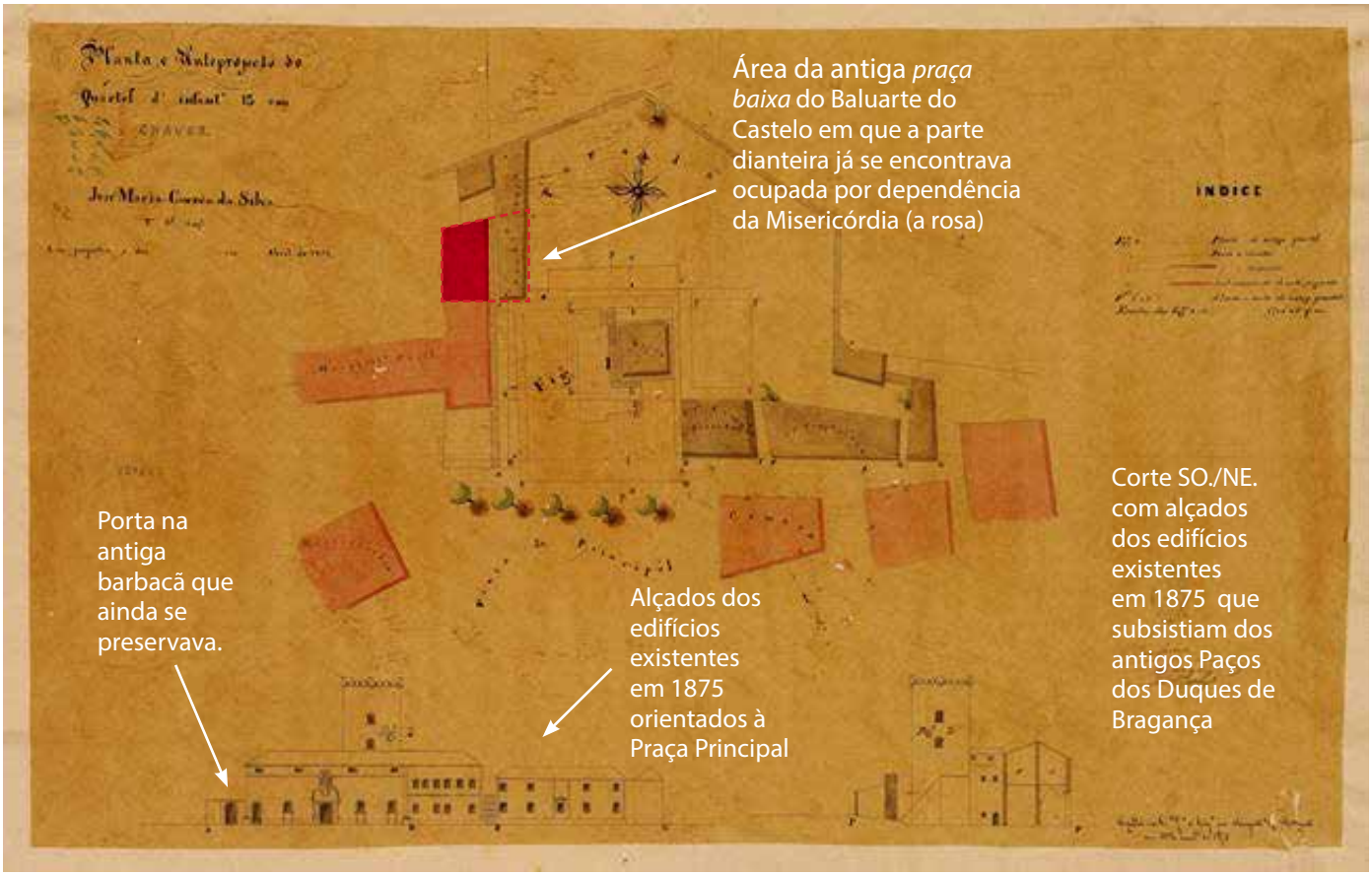
Misericórdia e pano do castelo década de 1920 (blog Chaves Antiga).

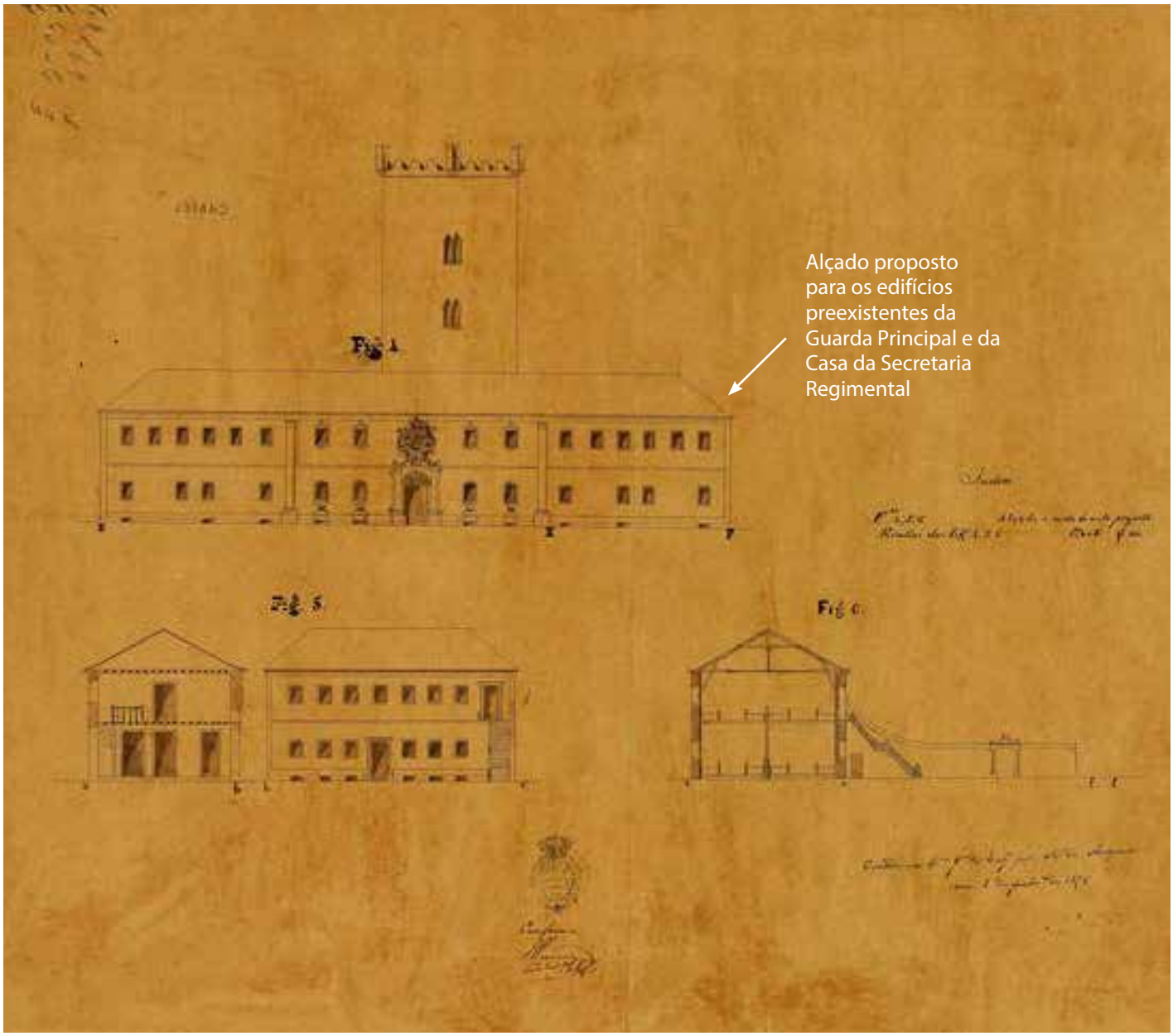
5.3.3. O Quartel do Regimento de Infantaria 13 (1875 – 1884)

Em 1875 o Exército elaborou um projecto ambicioso de remodelação do Quartel do Regimento de Infantaria 13. Na documentação gráfica relativa a este projecto pode observar-se o desenho dos alçados das construções existentes e que haviam resultado das obras que se executaram entre 1841 e 1874, principalmente a relativa à Casa da Secretaria Regimental que adossava ao antigo Quartel da Guarda Principal do lado SE.

Este projecto de remodelação do Quartel do Regimento de Infantaria 13 não chegaria a ser executado até porque aquele regimento seria transferido a 28 de Agosto de 1883 para Vila Real. A 16 de Novembro de 1884 seria decidido que o Regimento de Infantaria 19 viria para Chaves ocupar aquelas antigas instalações militares (MACHADO 1994, 296-297). Os planos de reforma das instalações persistiriam porém mas a obra, segundo um novo projecto entretanto elaborado, viria a realizar-se apenas na década de 1920.







Planta e anteprojecto do Quartel de Infant.ª 13 em Chaves. José Maria Corrêa da Silva, T.e C.el Eng.º, lev., projectou e des. em Abril de 1875 ; Copiado na D.ão G.al d'Eng.ª por A. de Mesquita em 2 de Junho de 1875. AHM/GEAEM 1450-1-8-12, 1451/I-1-8-12, 1451_II-1-8-12.

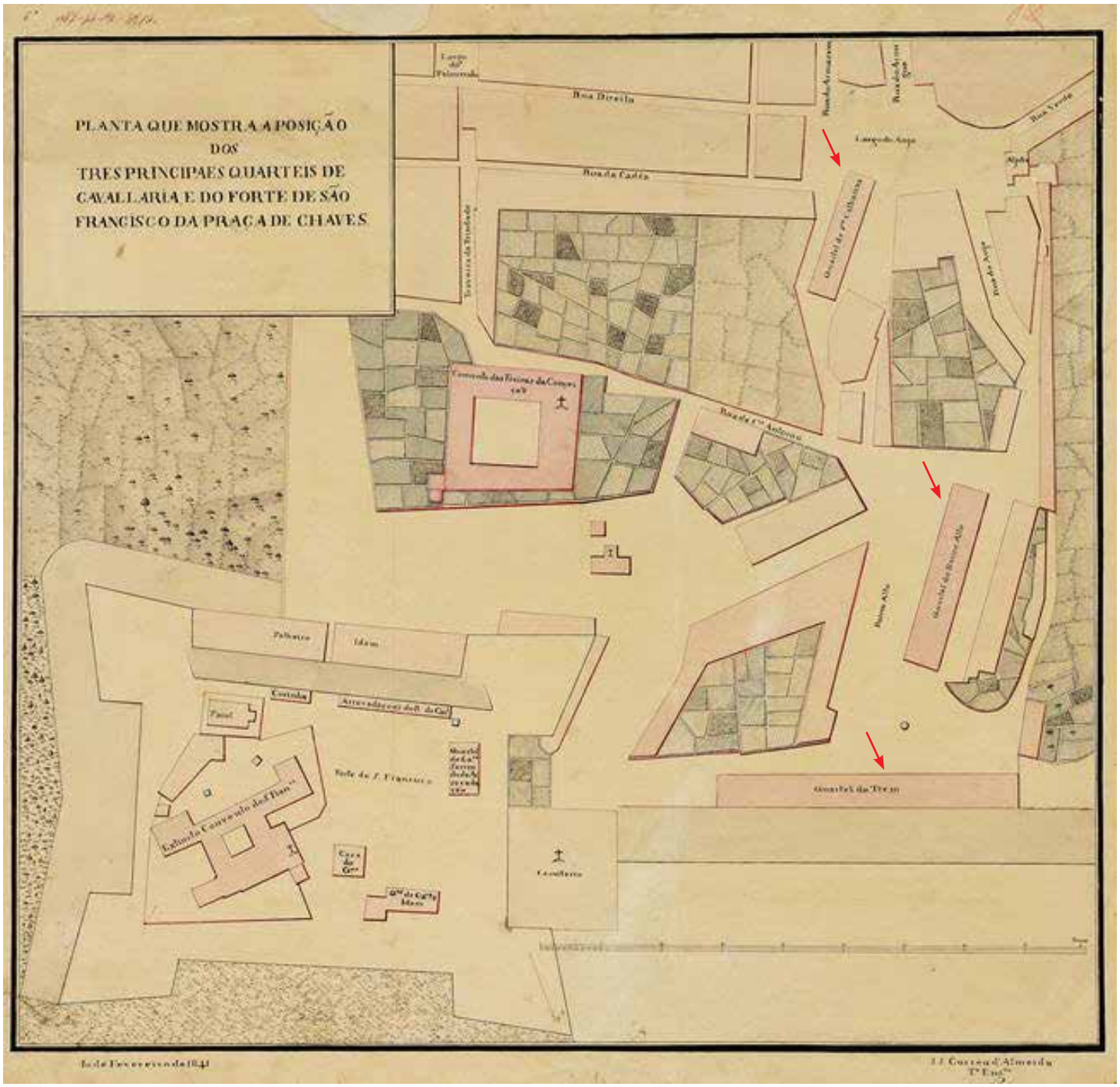
5.3.4. As reformas militares de 1841 e os quartéis de Cavalaria

O Regimento de Cavalaria de Chaves era também chamado Regimento dos "Dragões de Chaves". Em 1806, com a reforma das estruturas militares, aquele regimento passa a designar-se como Regimento de Cavalaria Nº 9. Por 1808, passaria a chamar-se Regimento de Cavalaria Nº 6, mantendo-se sedeado em Chaves até 1927. Em 1896, perspectivava-se a sua retirada de Chaves por falta de instalações pelo que lhe foi cedido o edifício do Convento das Freiras (MACHADO 1994, 298 – 300).

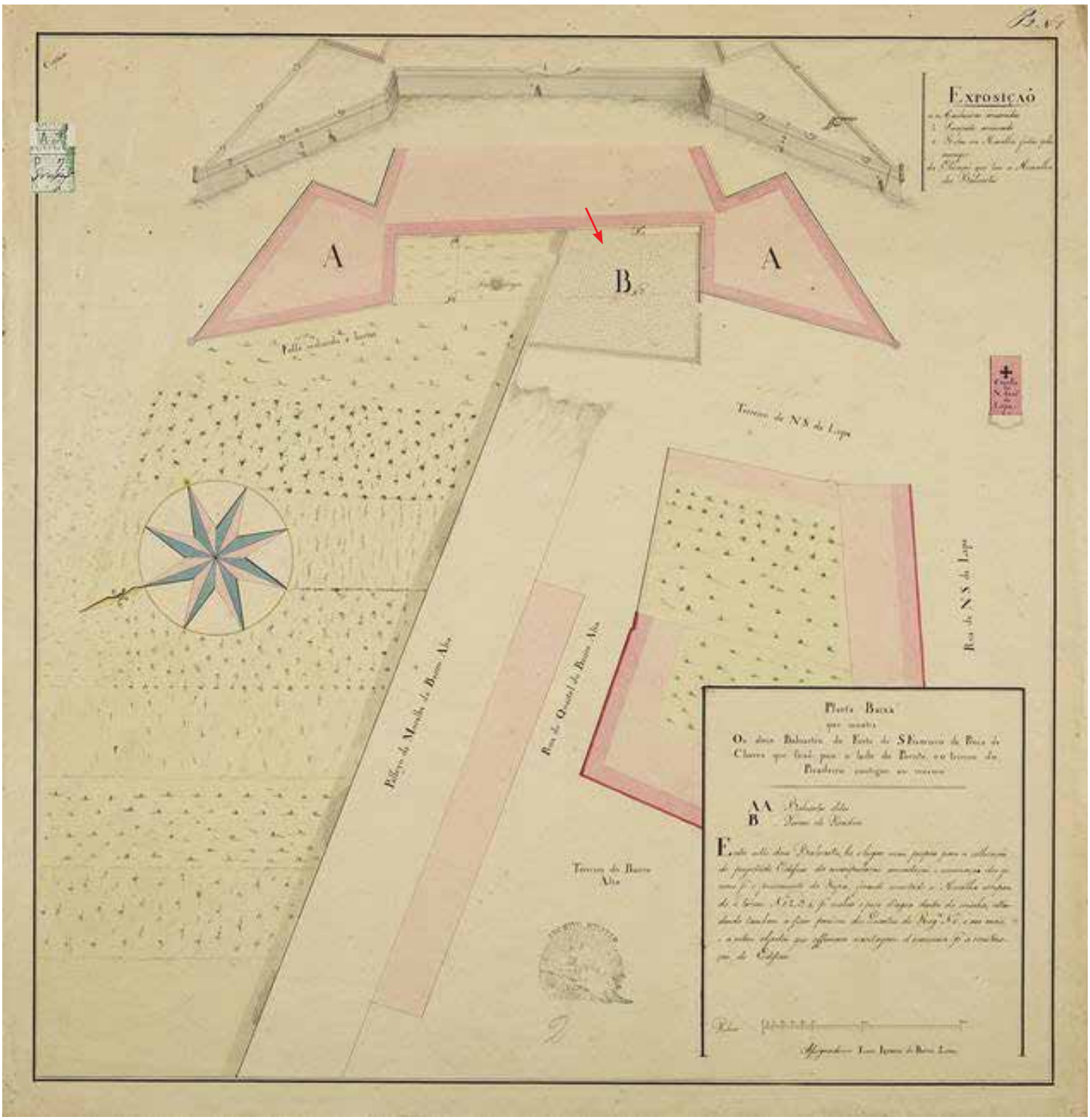
Parece projectar-se também em 1841 uma reforma das instalações militares de cavalaria em Chaves. Nesse sentido realiza-se um levantamento parcial da vila precisamente nesse ano representando o Bairro Alto em que se implantam os três principais quartéis de cavalaria: o de Santa Catarina, o do Bairro Alto e o do Trem (*Planta que mostra a posição dos tres principaes quarteis de cavallaria e do Forte de São Francisco da Praça de Chaves*. 1841. AHM/GEAEM 1428-1-8-12) bem como do Picadeiro que existia junto do Forte de São Francisco (*Planta baixa que mostra os dous baluartes do Forte de S. Francisco da Praça de Chaves, que ficão para o ládo do Poente, e o terreno do picadeiro contiguo ao mesmo. Luis Ignacio de Barros Lima*. AHM/GEAEM 1294-1-8-12).

Ainda em 1841 é realizado um levantamento das preexistências sobre os dois quartéis do Bairro Alto e do Trem (*Planta dos Quarteis de Cav.ª Bairro Alto e Trem na villa de Chaves*. 1841. AHM/GEAEM 1427-1-8-12) perspectivando um ambicioso projecto de remodelação que surgirá no ano seguinte, 1842, sendo seu autor Capitão do Corpo de Engenheiros A. J. B. de Vasconcellos e Sá (*Projecto de um quartel em Chaves para o Regimento de Cavalleria nº 6. Feito pelo Capitão do Corpo de Engenheiros A. J. B. de Vasconcellos e Sá* em 1842. AHM/GEAEM 1426-1-8-12). Entretanto parece abandonar-se o edifício localizado em Santa Catarina que não surge mais referenciado. A proposta de Vasconcelos e Sá previa uma monumentalização do edifício localizado do topo N. do Terreiro de Cavalaria (*Quartel do Trem*) que cresceria em altura e em profundidade sobre o terrapleno e escarpas da cortina da fortificação aproveitando igualmente uma parte do respectivo fosso (como se observa nos perfis), ao mesmo tempo que o edifício situado do lado O. daquele Terreiro sofria uma reformulação sobretudo interna. Este projecto não chegaria a concretizar-se.

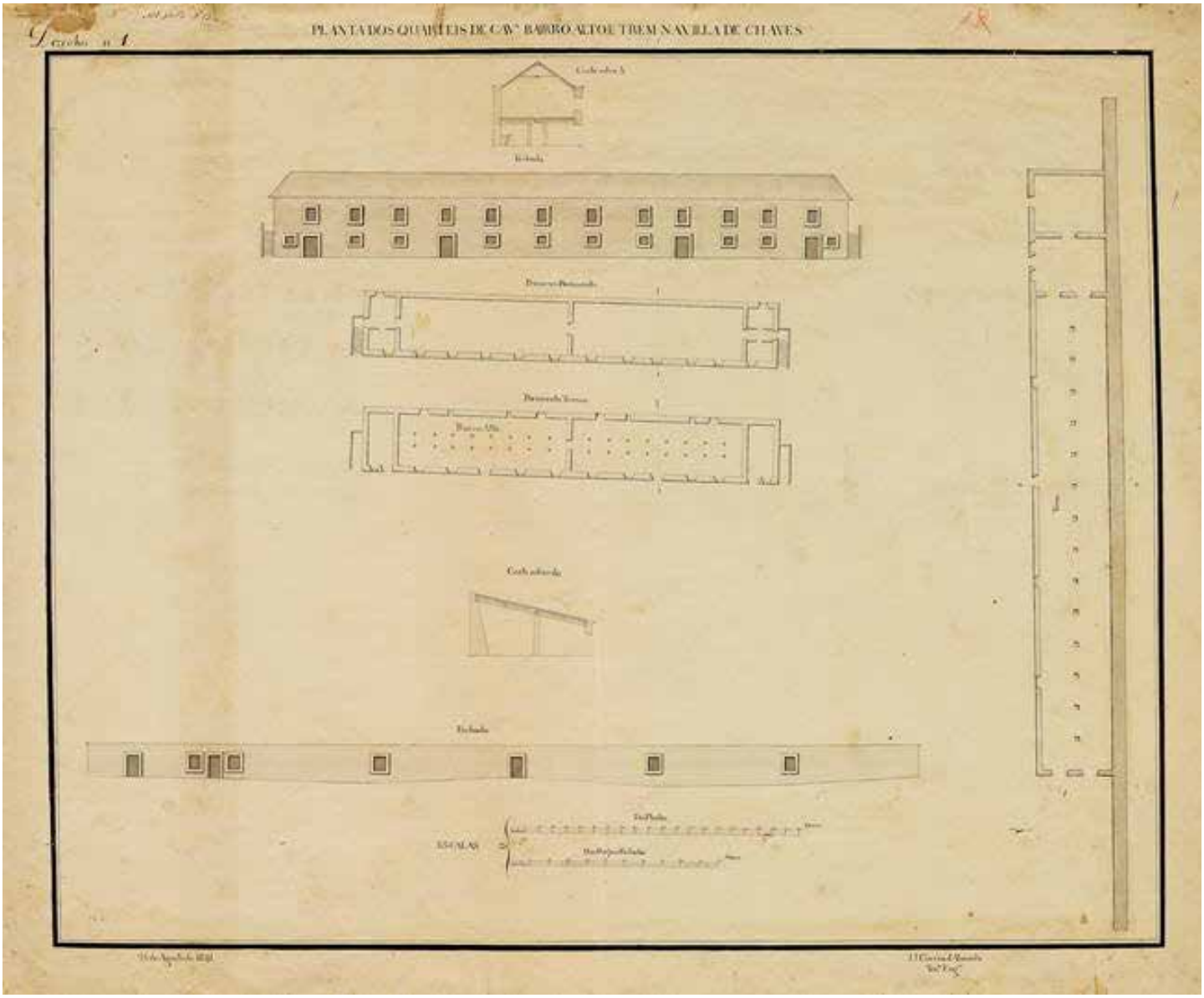
Apesar da não concretização do projectado em 1842, as instalações do Regimento de Cavalaria 6 ao Bairro Alto conheceriam nos anos seguintes obras de pequeno vulto e até projectos igualmente não concretizados de maior ambição cuja cronologia guarda um forte paralelismo com a dos projectos e obras relativos ao quartel de Infantaria 13 no Baluarte do Castelo.



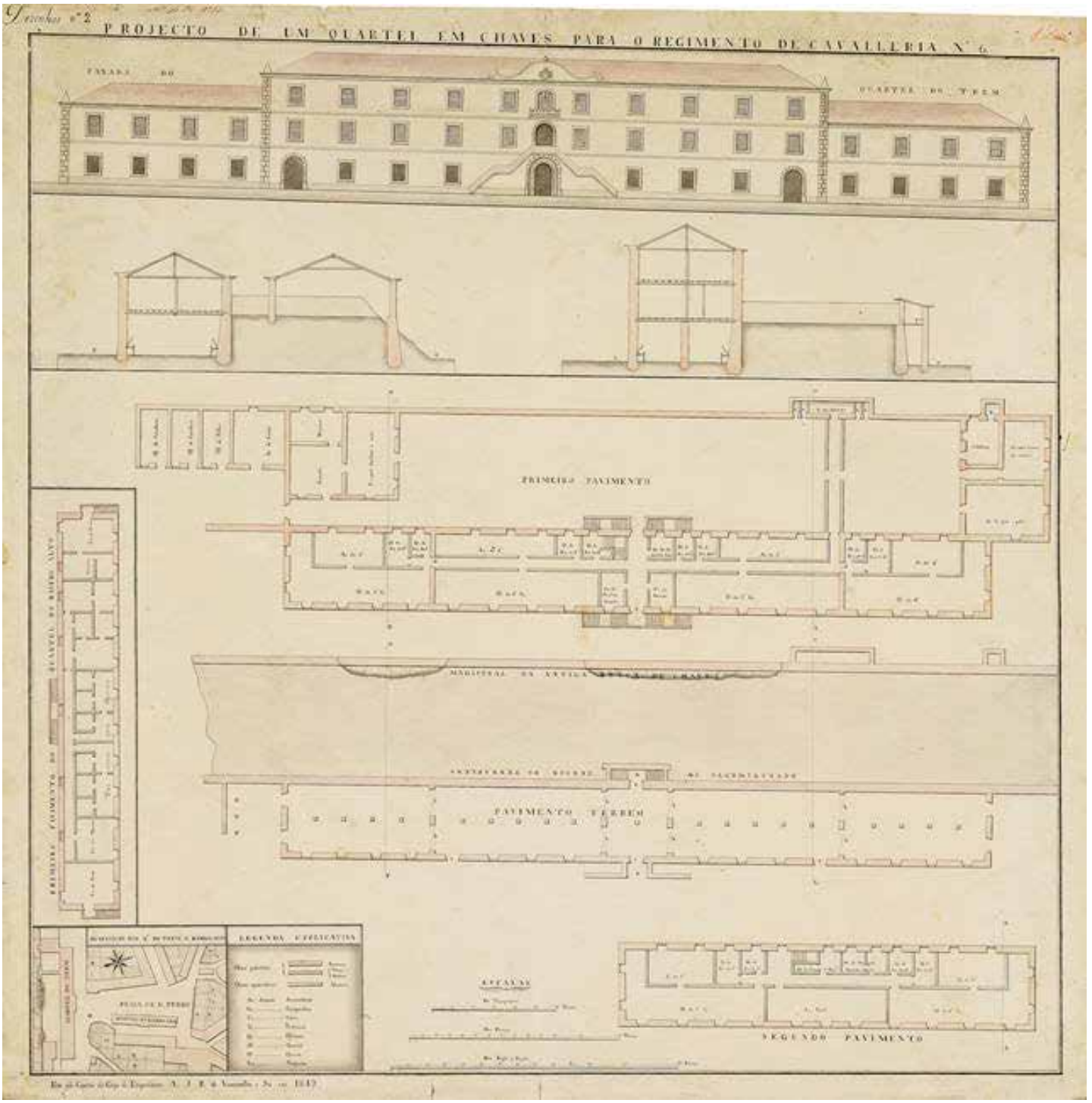
Planta que mostra a posição dos tres principaes quarteis de cavallaria e do Forte de São Francisco da Praça de Chaves. 10 de Fevereiro de 1841. J. J. Corrêa d'Almeida, T.e Engr.º . **AHM/GEAEM 1428-1-8-12.**



Planta baixa que mostra os dous baluartes do Forte de S. Francisco da Praça de Chaves, que ficão para o ládo do Poente, e o terreno do picadeiro contiguo ao mesmo. Luis Ignacio de Barros Lima. **AHM/GEAEM 1294-1-8-12.**

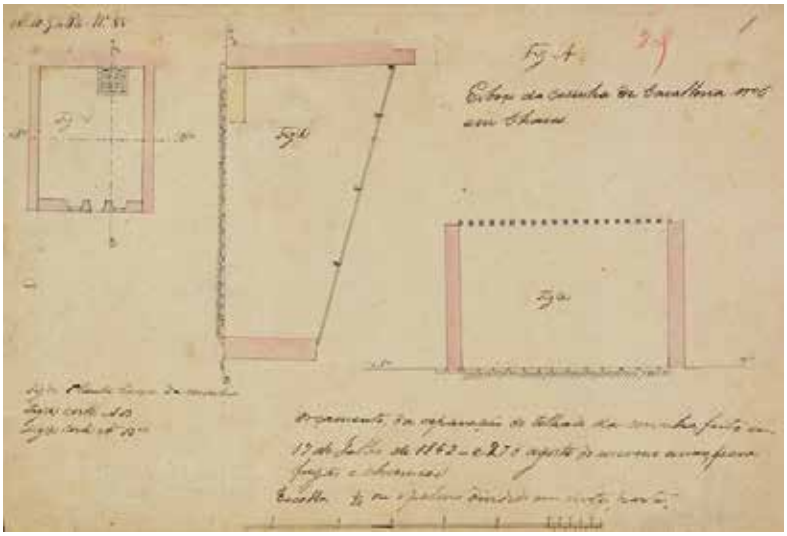


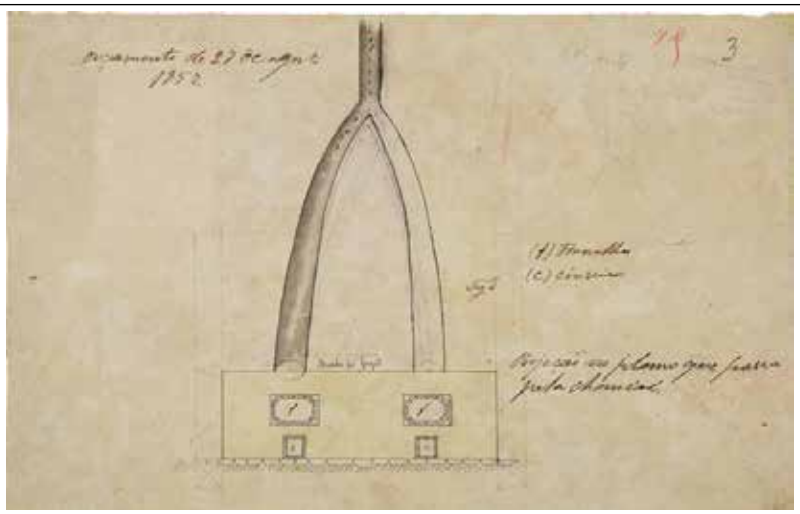
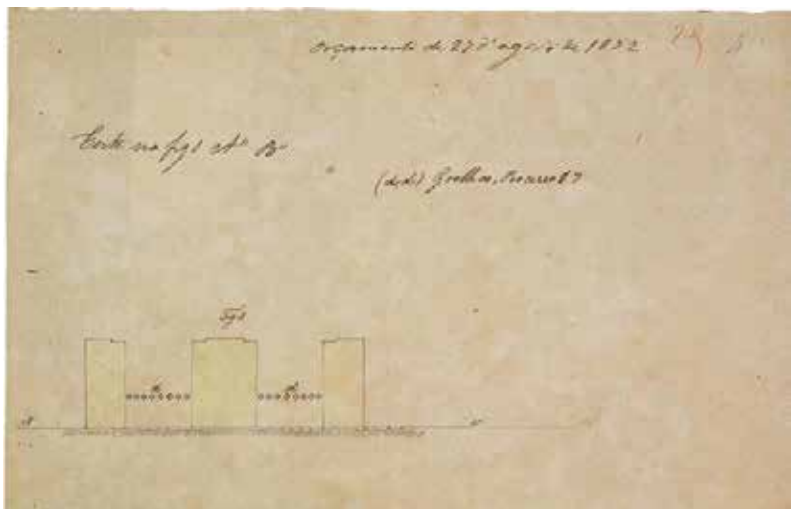
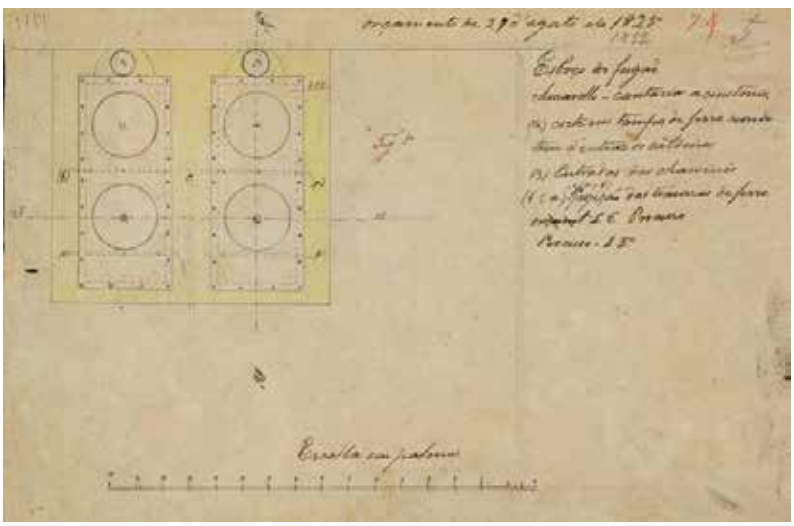
Planta dos Quarteis de Cav.ª Bairro Alto e Trem na villa de Chaves. J. J. Corrêa d'Almeida, Ten.te Eng.ro. 26 de Agosto de 1841.
AHM/GEAEM 1427-1-8-12.

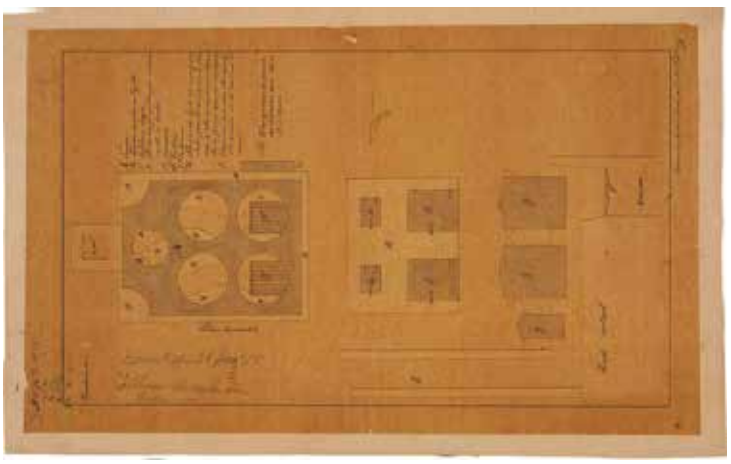
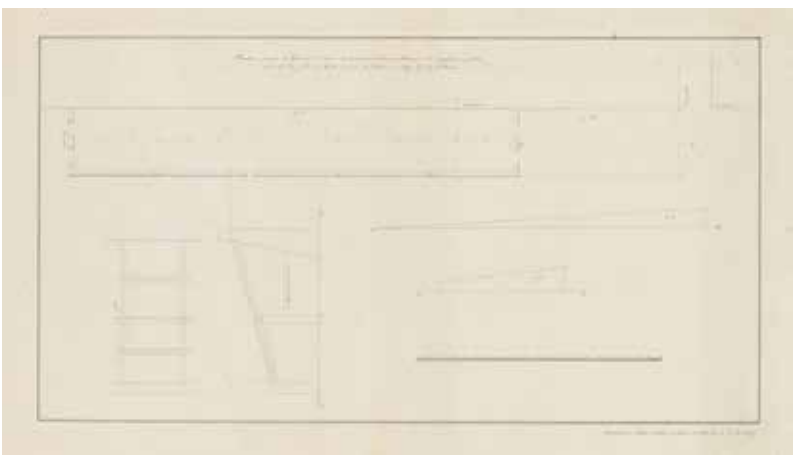


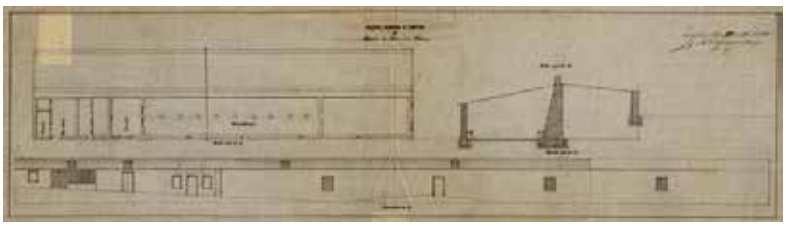
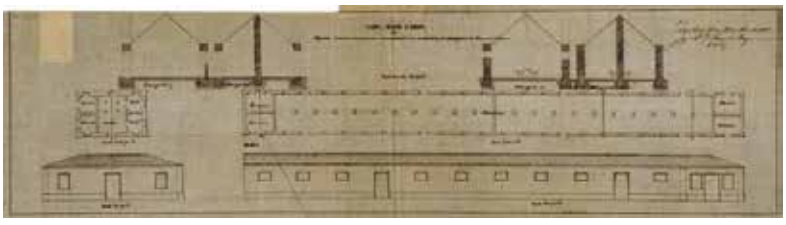
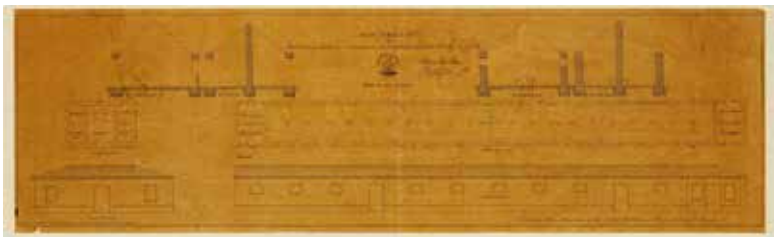
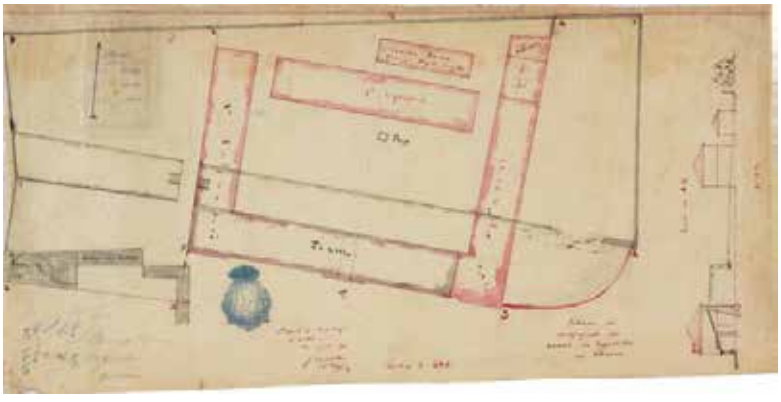
Projecto de um quartel em Chaves para o Regimento de Cavalleria nº 6.
***Feito pelo Capitão do Corpo de Engenheiros A. J. B. de Vasconcellos e Sá* em 1842. AHM/GEAEM 1426-1-8-12.**

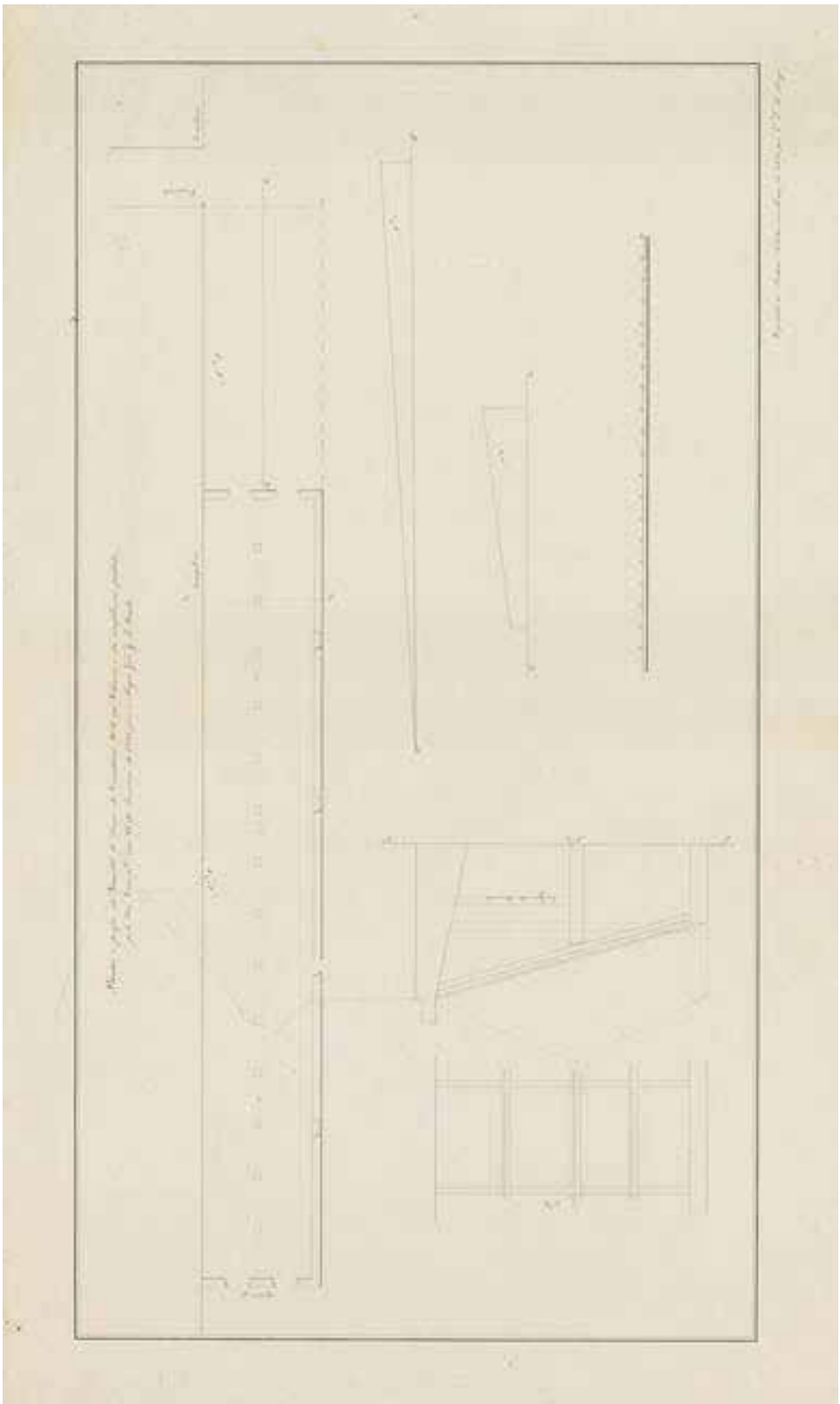
Assim, entre 1852 e 1855, registam-se apenas obras na cozinha do quartel, a qual estava localizada no Forte de São Francisco, perto do Paiol! (ver *infra*). Em 1855 regista-se o projecto de uma obra de maior envergadura no quartel do Trem: *Plantas e perfis do Quartel do Trem de Cavallaria* ***nº 6 em Chaves e da ampliação pedida pelo*** *Snr. Comm.te em 27 de Fevereiro de 1855* (existem três cópias com as cotas AHM/GEAEM 1437-1-8-12, 1438-1-8-12 e 1477-1-8-12). Em 1869, para o mesmo edifício, guarda-se outro projecto *d'uma cavallariça e arrecadações em substituição do edificio do Trem em Chaves* (existem duas cópias com duas folhas cada com as cotas AHM/GEAEM 1467-1-8-12, 1468-1-8-12 e AHM/GEAEM 1471-1-8-12, 1472-1-8-12). A partir de 1874 desenvolver-se-ia a ideia de um novo aquartelamento, aproveitando em grande medida a área dos fossos a N. do Bairro Alto, mas que, protelada a sua execução, colidiria depois com os planos de abertura da Avenida dos Aliados, o que viria a inviabilizar aquele projecto. É então que, em 1896, perspectivando-se a retirada do Regimento de Cavalaria 6 de Chaves por falta de instalações, foi-lhe cedido o edifício do Convento das Freiras, mantendo-se ainda sedeado em Chaves até 1927.

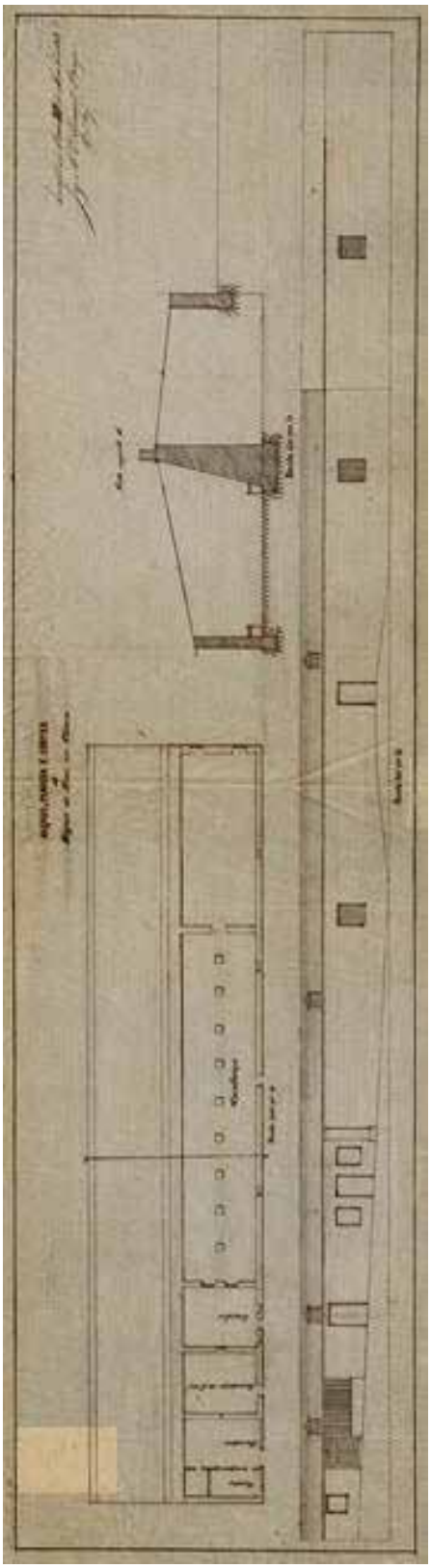
Cota	Data	Descrição	
1442-1-8-12	1852	Esboço de cosinha de Cavalleria nº 6 em Chaves: Orçamento da reparação do telhado da cosinha, feito em 17 de Julho de 1852 e 27 d'Agosto do mesmo anno, para fugão e chaminé : Fig. 1.[localizava--se no interior do forte de S. Francisco]	
1443-1-8-12	1852	Corte A'B' da fig. 1 : [da cozinha de Cavalaria nº 6, em Chaves]	

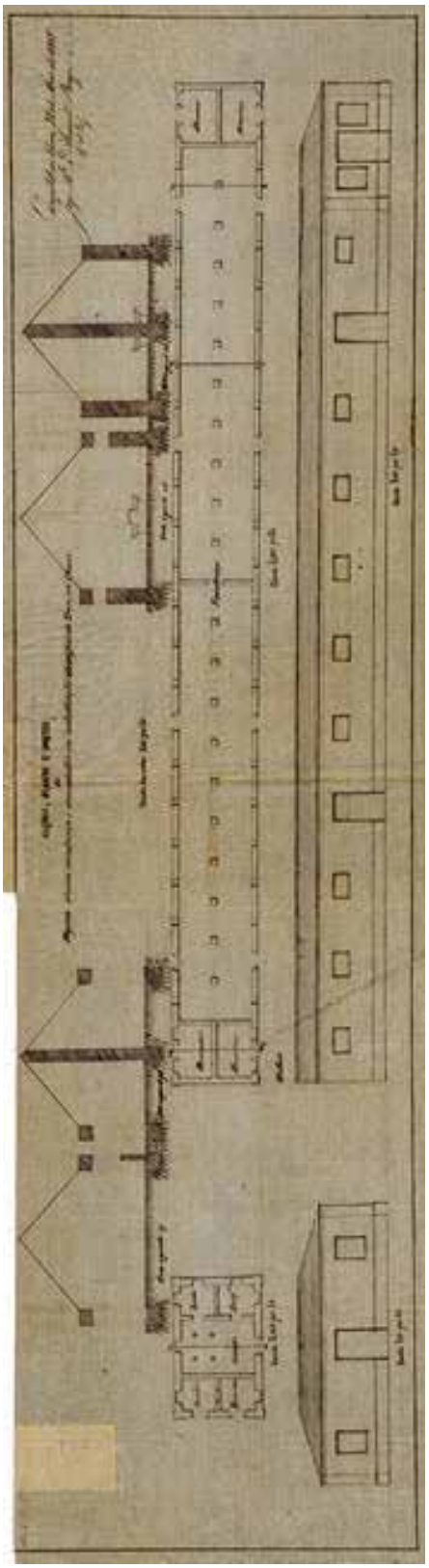
Cota	Data	Descrição	
1444-1-8-12	1852	Projecção no plano que passa pela chaminé : [da cozinha de Cavalaria nº 6, em Chaves]	
1445-1-8-12	1852	Corte na fig. 1 A"B" : [da cozinha de Cavalaria nº 6, em Chaves]	
1446-1-8-12	1852	Esboço do fugão : [da cozinha de Cavalaria nº 6, em Chaves]	

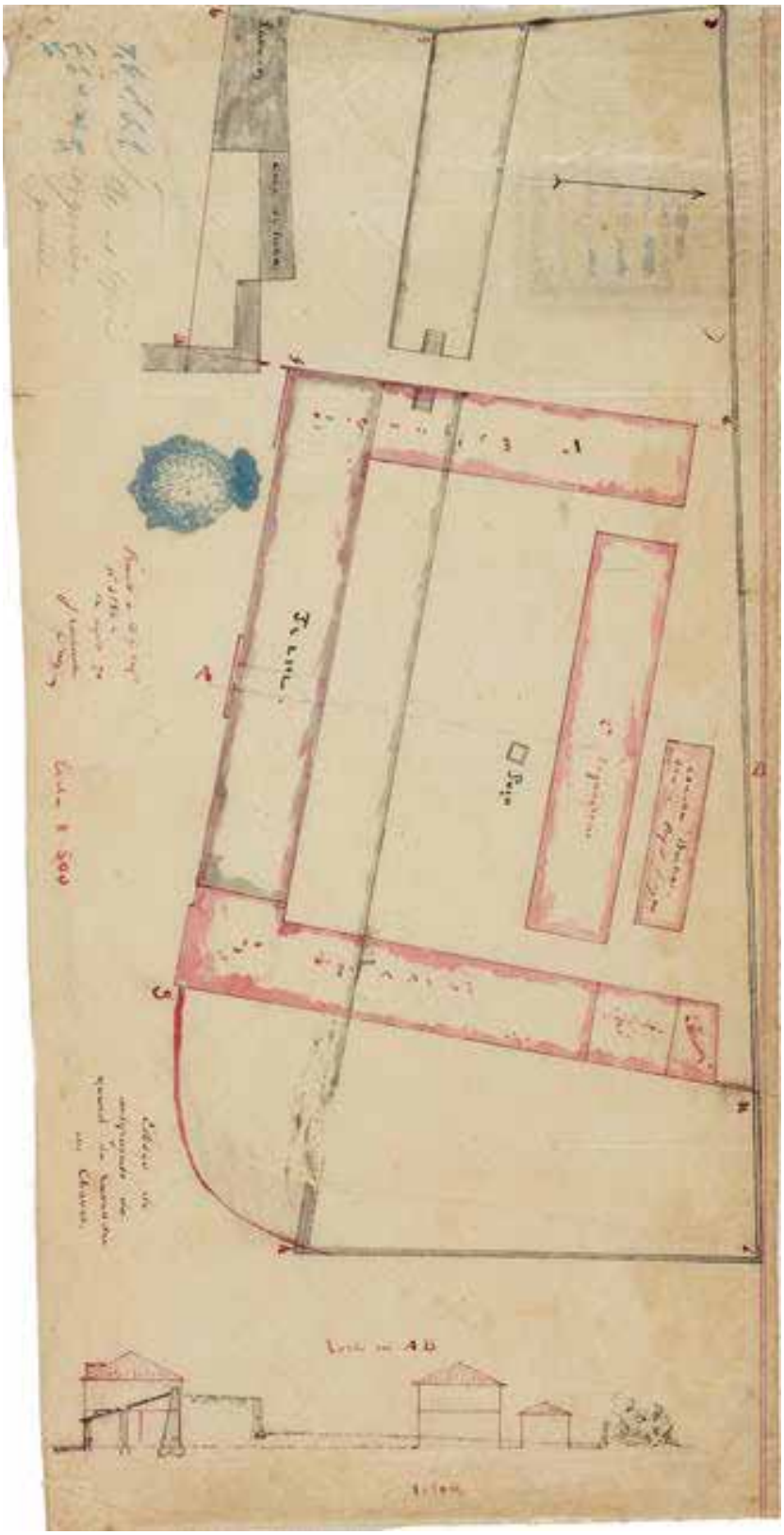
Cota	Data	Descrição	
1439-1-8-12	1855	[Planta, alçado e corte de um fogão pertencente a Cavalaria nº 6, em Chaves]	
1437-1-8-12	1855	Planta e perfiz do Quartel do Trem de Cavallaria nº 6 em Chaves e da ampliação pedida pelo Snr. Comman. te em 27 de Fevereiro de 1855	
1438-1-8-12	1855	Planta e perfiz do Quartel do Trem de Cavallaria nº 6 em Chaves e da ampliação pedida pelo Snr. Comman. te em 27 de Fevereiro de 1855	
1438-1-8-12	1855	Plantas e perfis do Quartel do Trem de Cavallaria nº 6 em Chaves e da ampliação pedida pelo Snr. Comm.te em 27 de Fevereiro de 1855.	

Cota	Data	Descrição	
1467-1-8-12	1869	Alçado, planta e cortes do edificio do Trem em Chaves	
1468-1-8-12	1869	Alçado, planta e cortes do projecto d'uma cavallariça e arrecadações em substituição do edificio do Trem em Chaves	
1471-1-8-12	1869	Alçado, planta e cortes do edificio do Trem em Chaves	
1472-1-8-12	1869	Alçado, planta e cortes do projecto d'uma cavallariça e arrecadações em substituição do edificio do Trem em Chaves	
1440-1-8-12	1874	Esboço de anteprojecto de quartel de Cavalleria em Chaves	

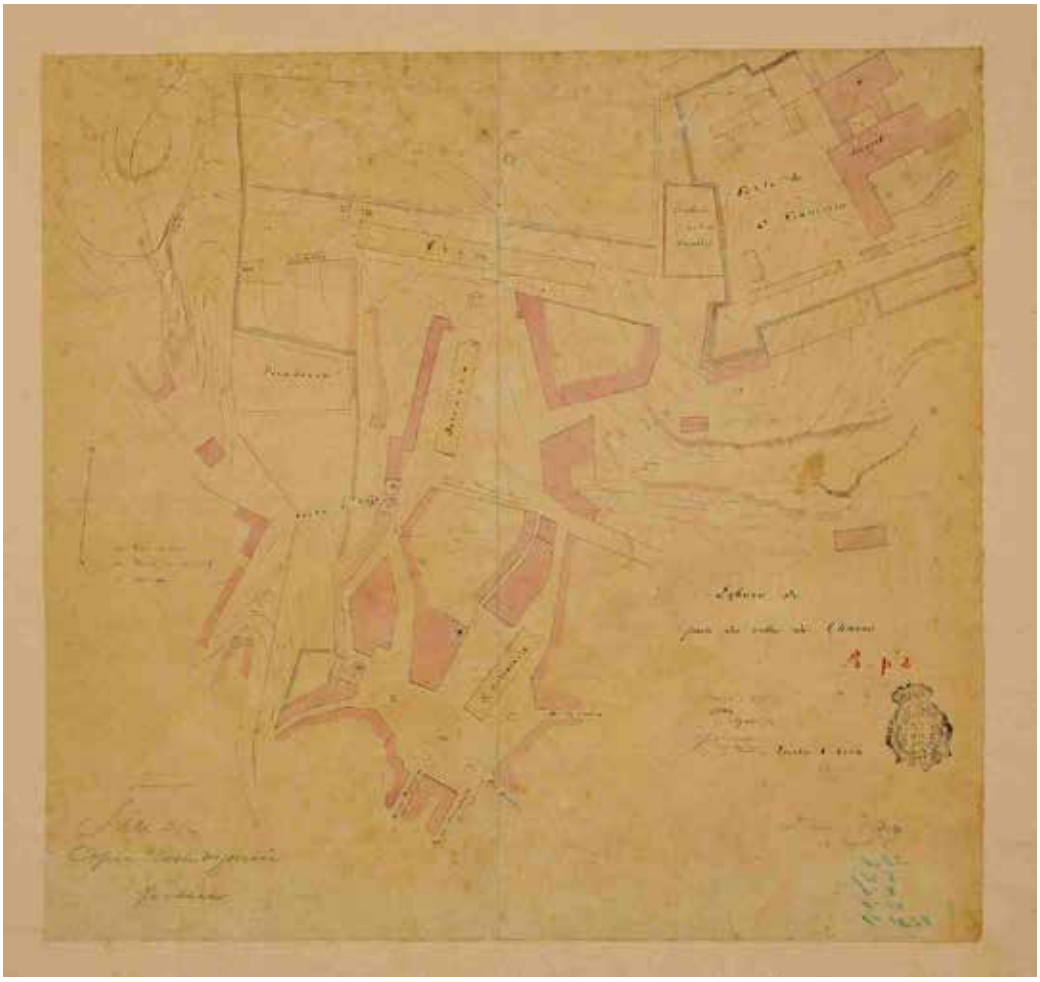








Data de 1874 um outro levantamento da vila de Chaves na parte que dizia respeito aos quartéis do Trem, Cavalaria e Santa Catarina (*Esboço de parte da villa de Chaves*, Engenheiro José Carlos Conrado de Chelmicke, AHM/GEAEM 1447-1-8-12), o qual deverá entendido no contexto de remodelação que então se anunciava em relação às instalações do Quartel do Regimento de Cavalaria 6.



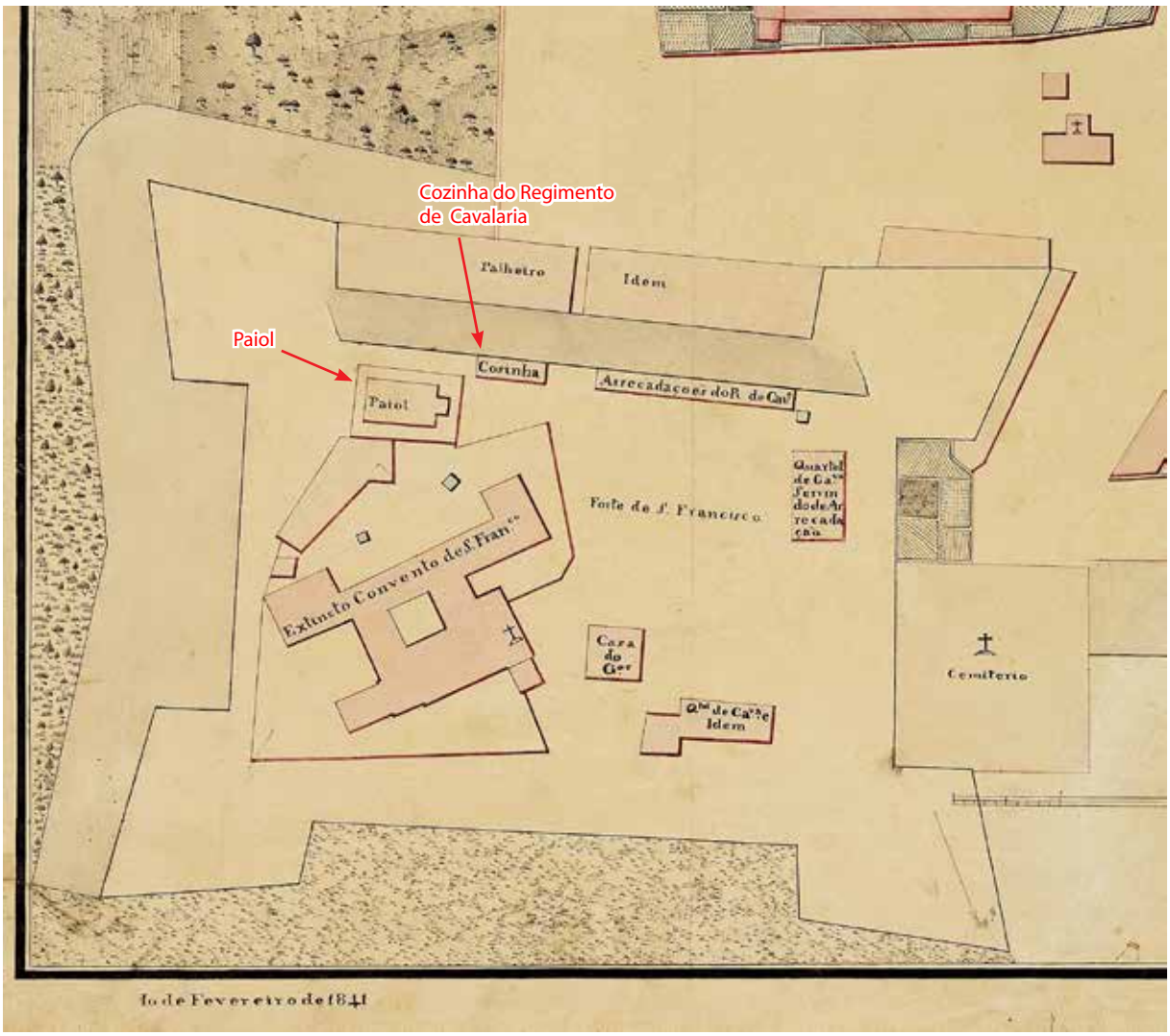
Entretanto, um novo contexto se anunciava em relação a todas estas questões tendo a Câmara Municipal feito uma representação ao Ministério da Guerra a 1 de Maio de 1872, pedindo licença para demolir o recinto da praça de guerra em vários pontos. Por essa altura, já as sucessivas administrações municipais solicitavam a entrega dos terrenos das muralhas e fossos ao domínio público municipal o que viria a acontecer a 3 de Junho de 1880, data do auto de entrega das muralhas e terrenos da Praça de Chaves à Câmara Municipal pelo Ministro da Guerra, na sequência da Lei de 23 Junho de 1879, reservando-se porém algumas excepções[3].

3 No AHM/GEAEM registam-se pequenas intervenções entre 1906 e 1911 no que às instalações do Regimento de Cavalaria 6 diz respeito como: Sala de banhos no Quartel de Cavallaria de Chaves, 1906, cota 7767-1-4A-8; Projecto da cobertura do picadeiro de Chaves : Planta do estado actual : Planta da cobertura projectada, 1910, cota 7755-1-4A-8; Calculo da asna.

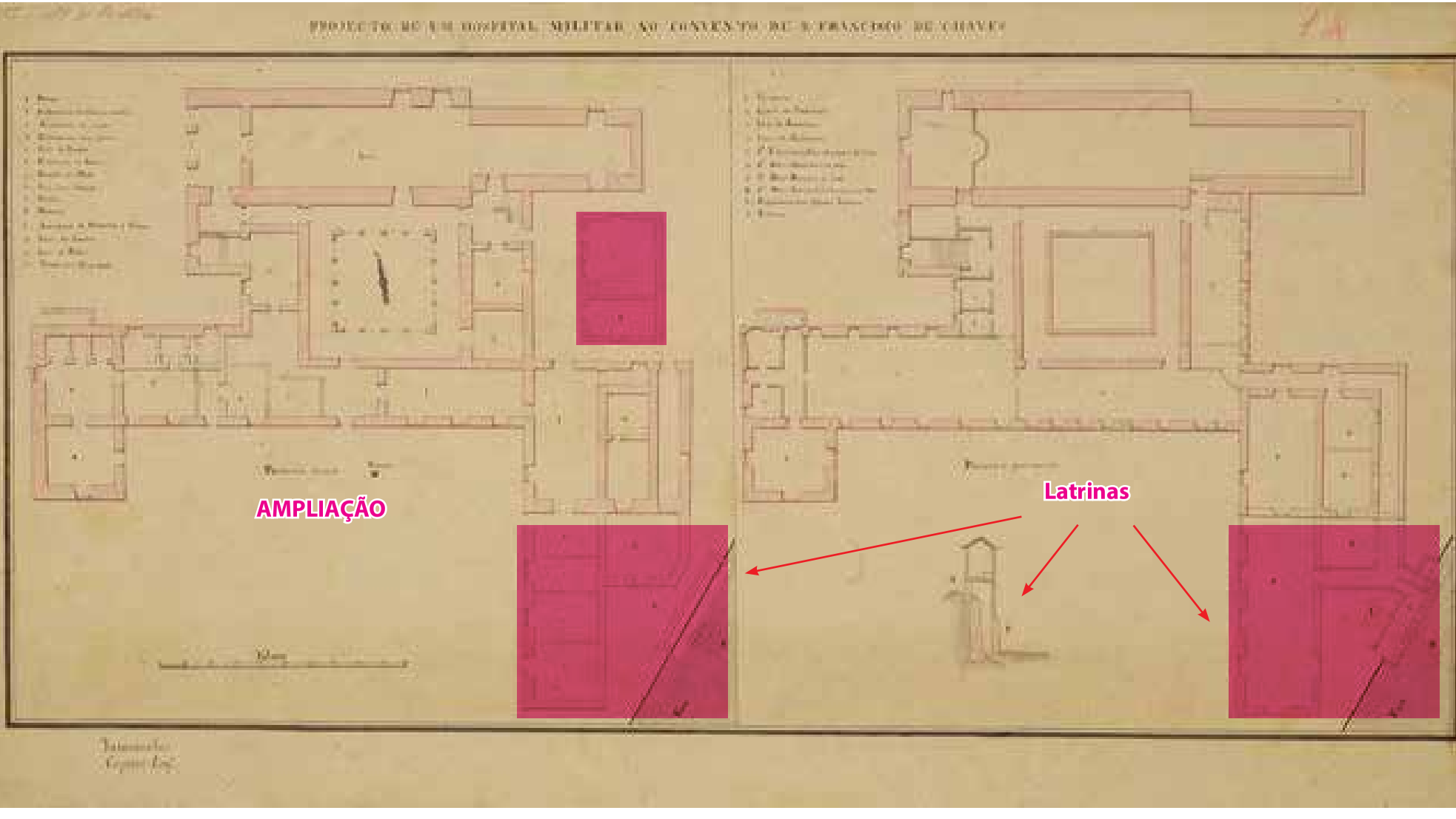
5.3.5. As Reformas militares de 1841: o Forte de São Francisco e o Hospital Regimental Reunido

A partir de 1841 as reformas militares far-se-iam também sentir no Forte de São Francisco onde, para além de instalações do Regimento de Cavalaria como a Cozinha, Arrecadações e Palheiros, se erguia o edifício do entretanto extinto convento de São Francisco e também o antigo Paiol da praça de guerra.

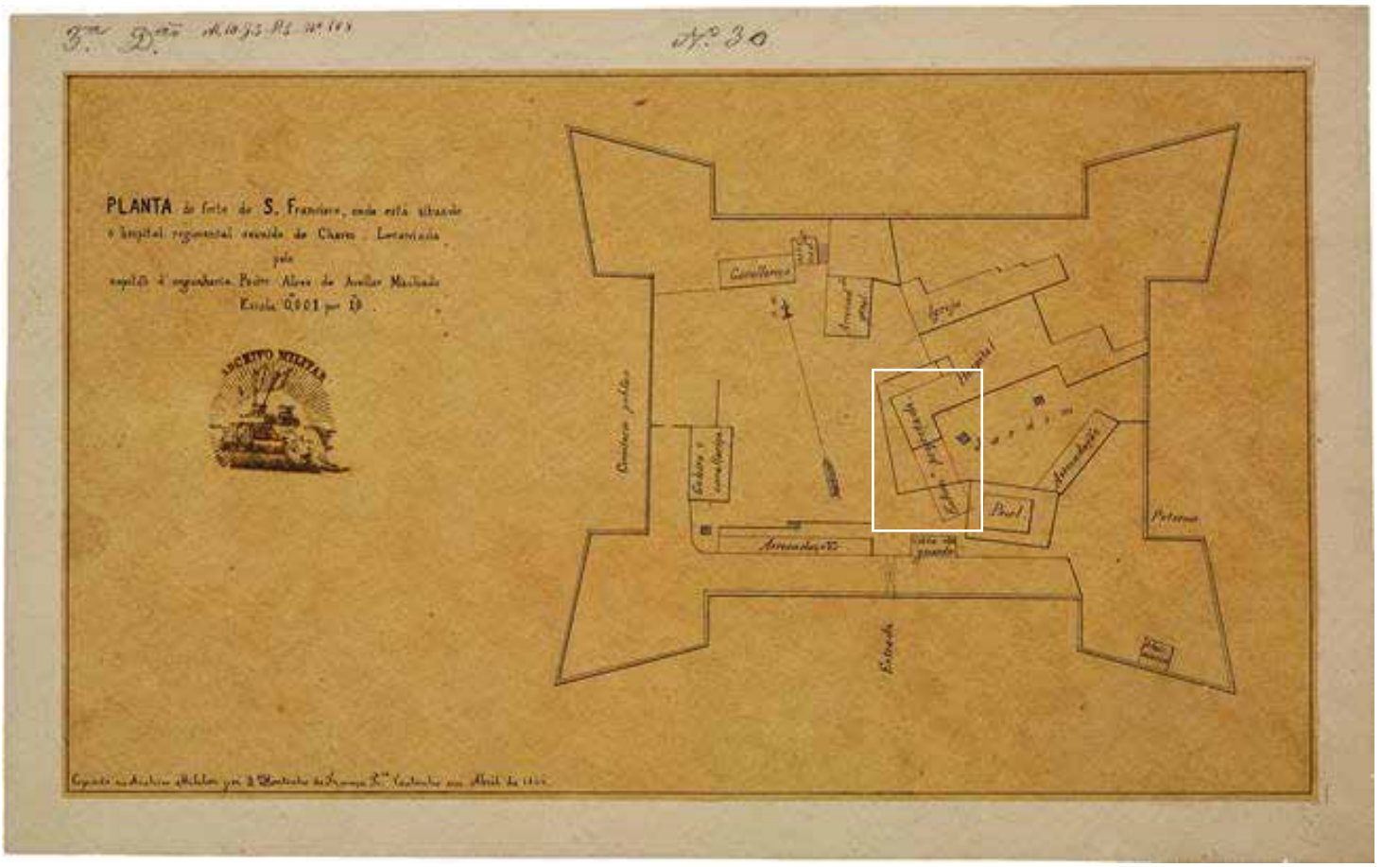
Ainda em 1841 o edifício do convento viria a ser objecto de um projecto de hospital militar que não teria execução. Na verdade só em 1851, o hospital militar de Chaves, que havia voltado ao edifício de S. Roque na Madalena, será transferido para o convento de São Francisco o qual receberia obras de adaptação e ampliação em 1866 com a construção de uma nova ala. Esta construção interferiria com o velho paiol, daí que, talvez por essa razão, existam registos gráficos do paiol datados de 1854 e 1855. O hospital seria objecto de uma nova obra de intervenção em 1872.



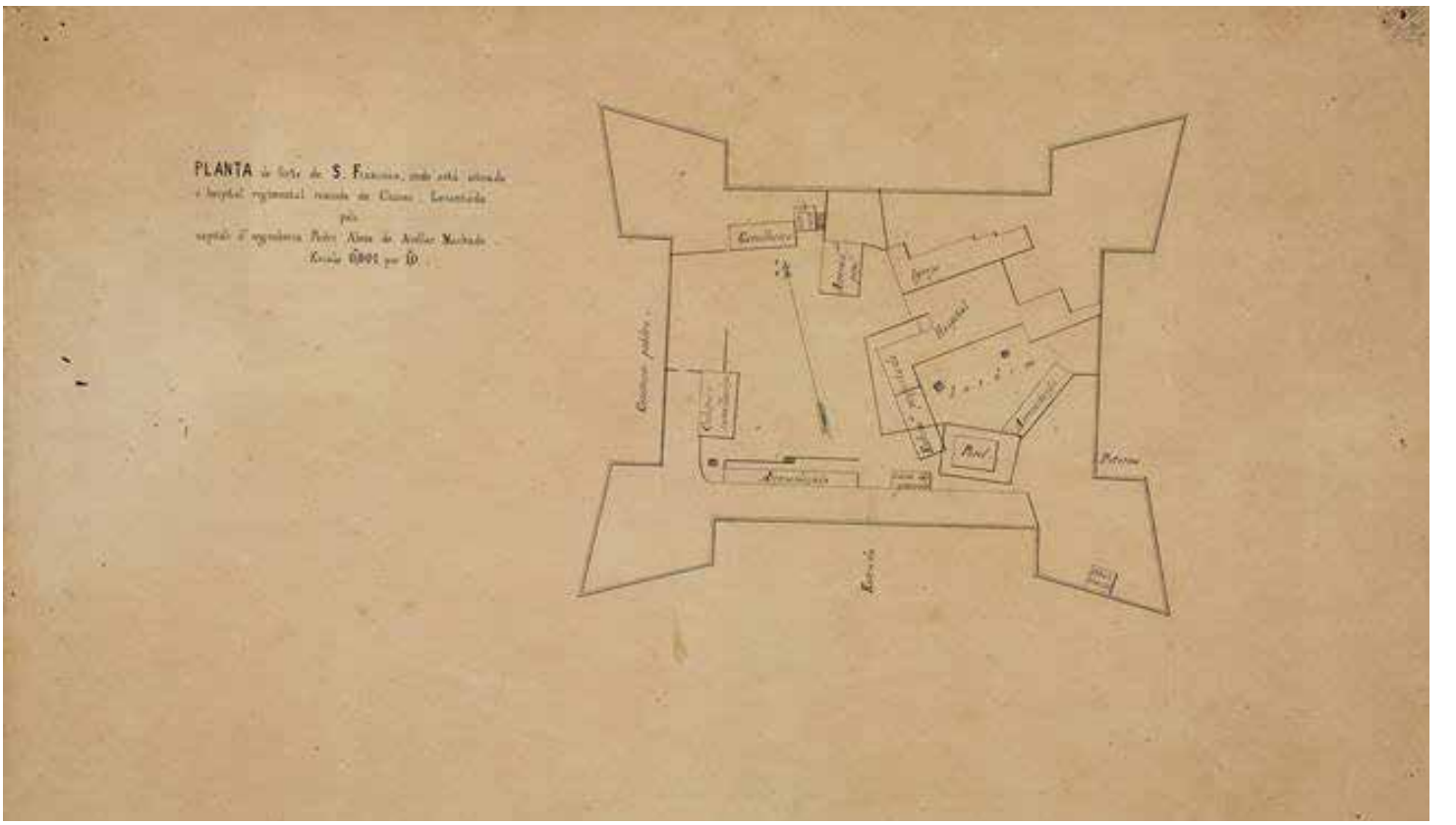
Pormenor da planta que mostra a posição dos tres principaes quarteis de cavallaria e do Forte de São Francisco da Praça de Chaves, J. J. Corrêa d'Almeida, T.e Engr.º, 10 de Fevereiro de 1841, AHM/GEAEM 1428-1-8-12



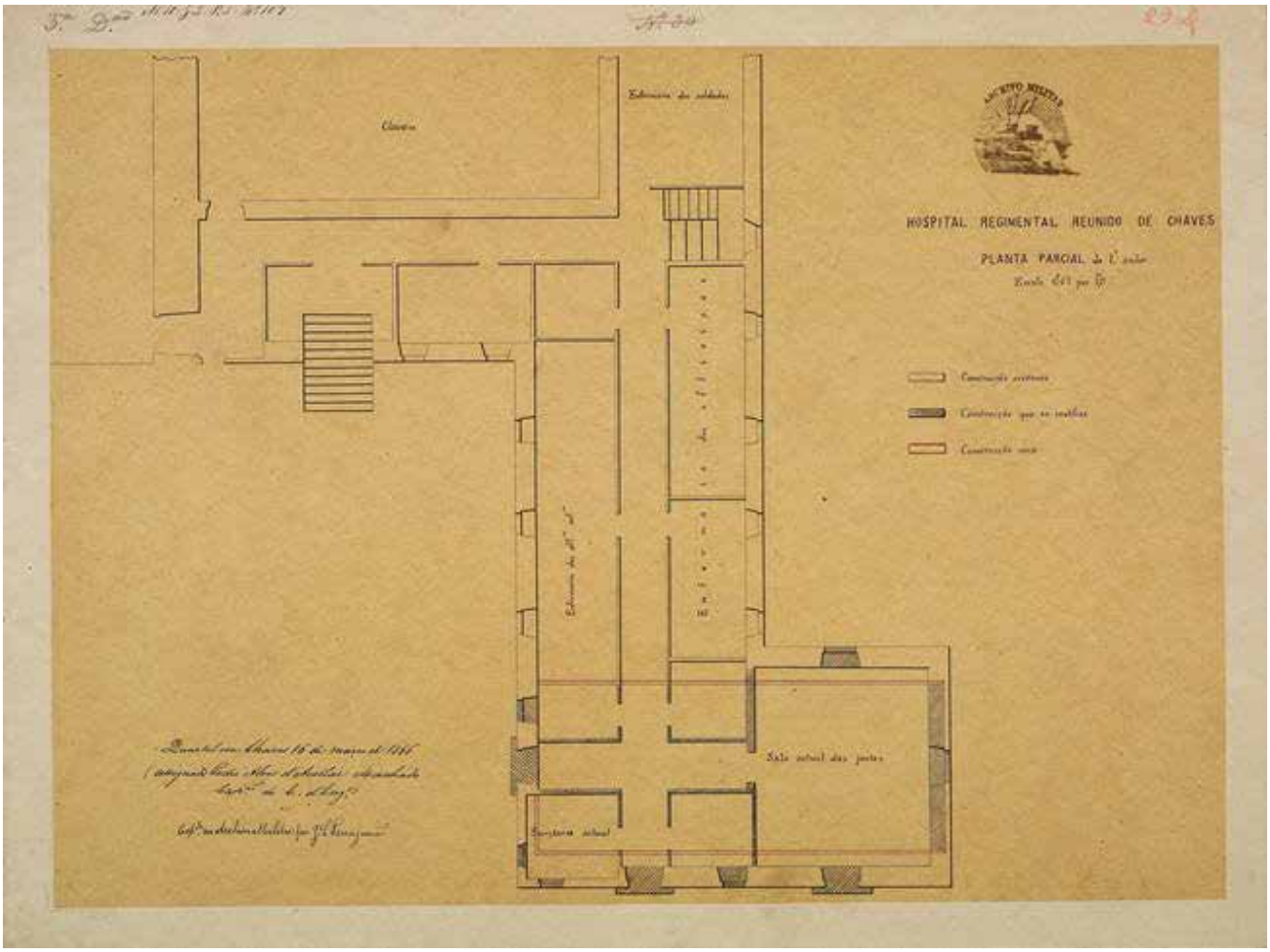
Planta do extinto Convento de S. Francisco em Chaves, J. J. Corrêa d'Almeida, Ten.te Eng.ro, 20 de Julho do anno de 1841, AHM/GEAEM 1424-1-8-12



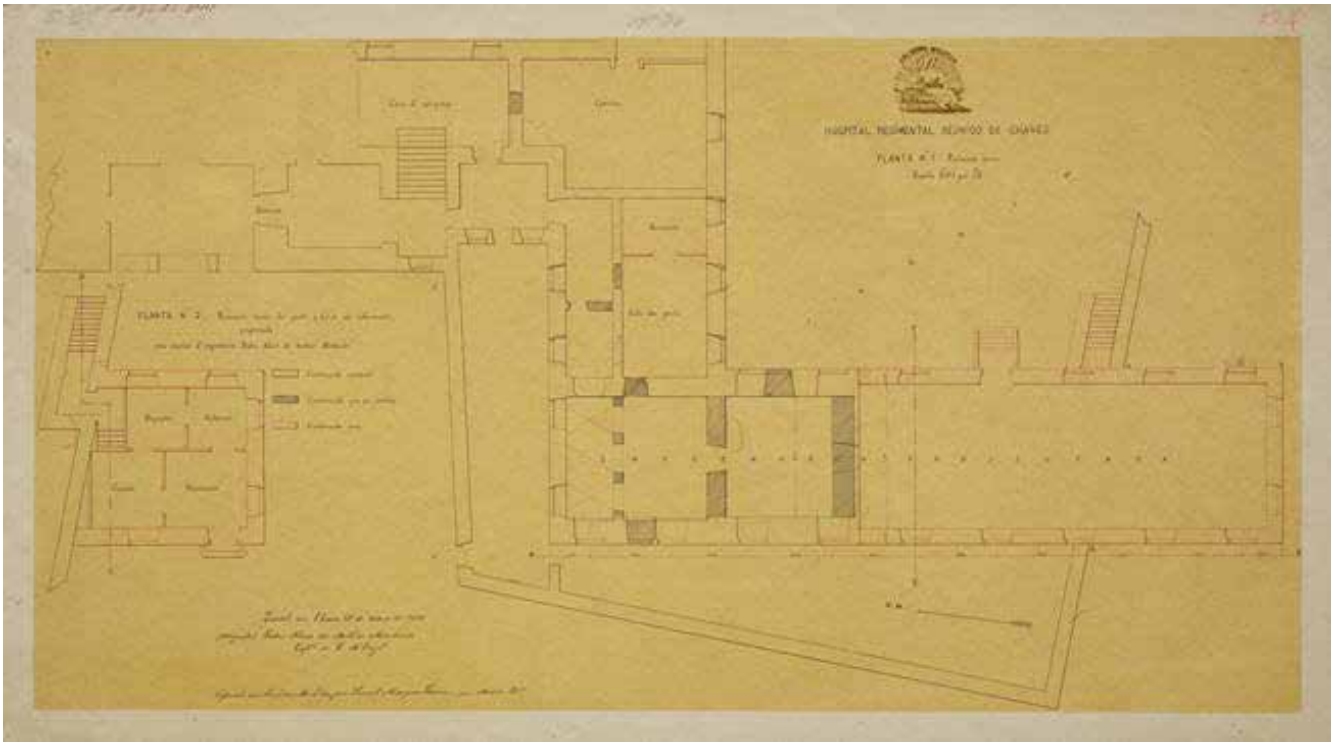
Planta do Forte de S. Francisco, onde está situado o hospital regimental reunido de Chaves, Levantada pelo Capitão d'Engenharia Pedro Alves de Avellar Machado ; Copiado no Archivo Militar por D. Martinho de França Pr.ra Coutinho em Abril de 1866, AHM/GEAEM 1297-1-8-12



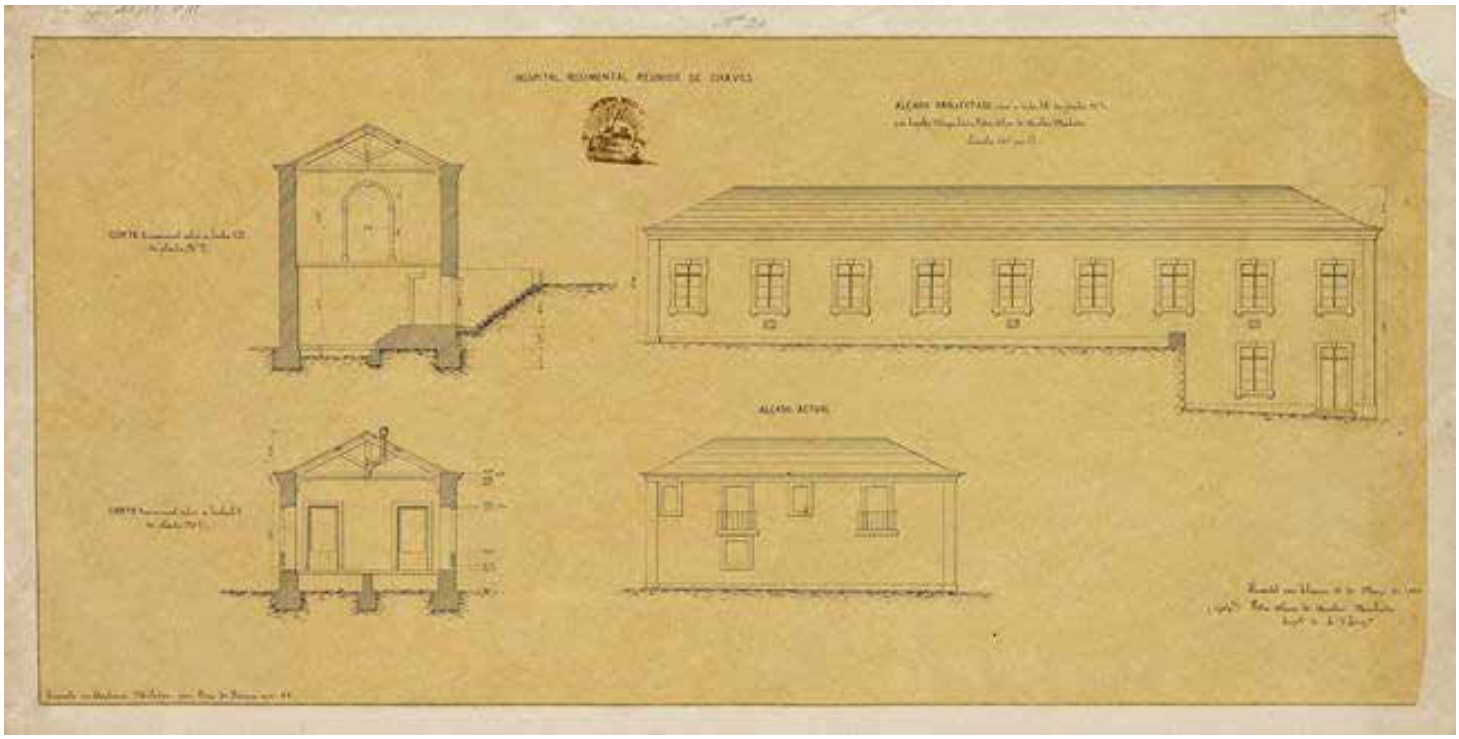
Planta do Forte de S. Francisco, onde está situado o hospital regimental reunido de Chaves, Levantada pelo Capitão d'Engenharia Pedro Alves de Avellar Machado, s/d [1851 – 1866], AHM/GEAEM 1474-1-8-12



Hospital regimental reunido de Chaves : Planta parcial do 1º andar, Pedro Alves d'Avellar Machado, Cap.ão do C. Eng.ª ; Cop.do no Archivo Militar por J. E. Penaguião, Chaves 16 de Março de 1866, AHM/GEAEM 1464-1-8-12

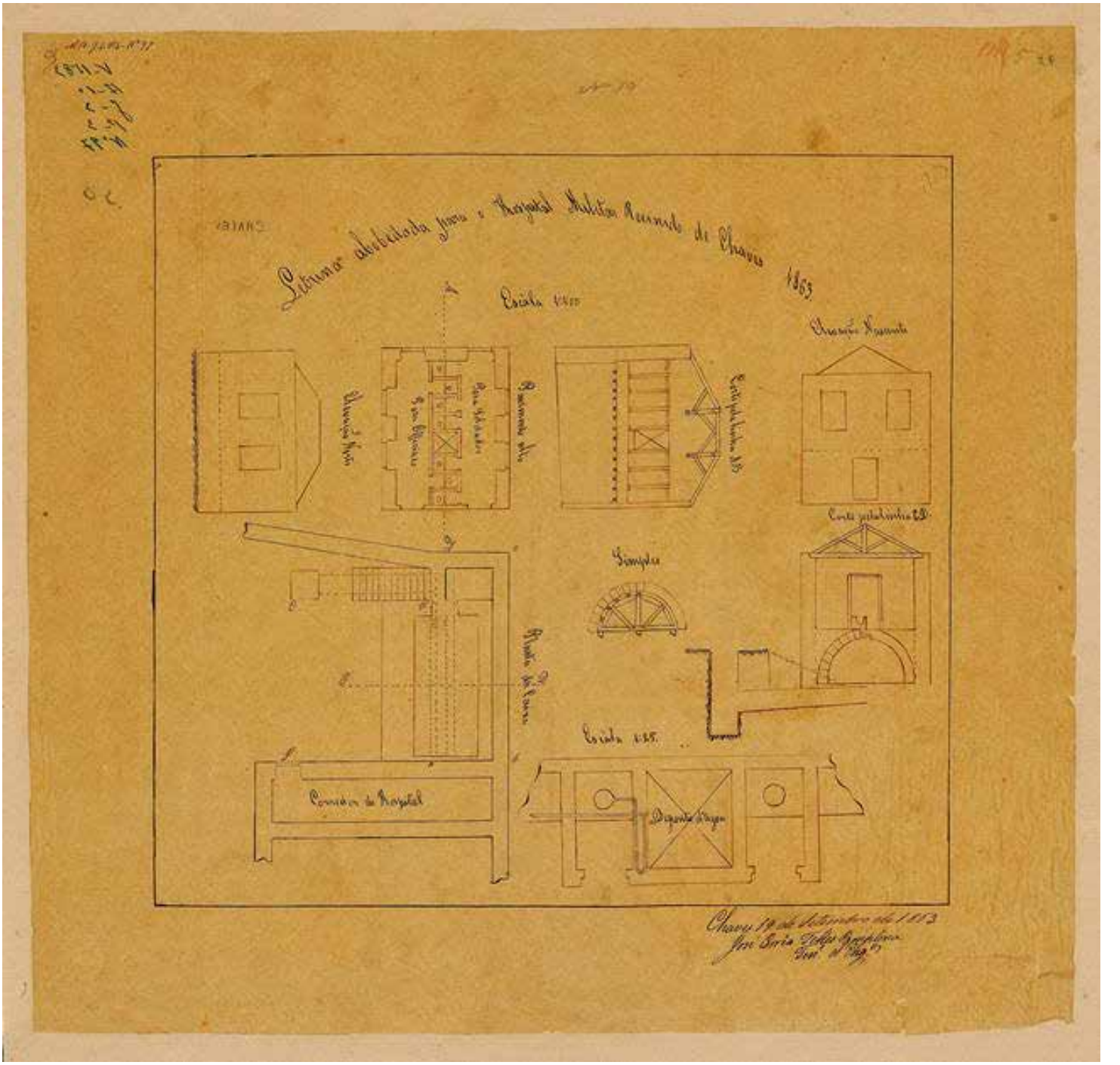


Hospital regimental reunido de Chaves : Planta nº 1 : Pavimento térreo, Pedro Alves de Avellar Machado, Cap.ão do C. Eng.os ; Copiado no Archivo Militar, por Leonel Marques Pereira, em Abril de 1866, Chaves, 16 de Março de 1866, AHM/GEAEM 1465-1-8 12

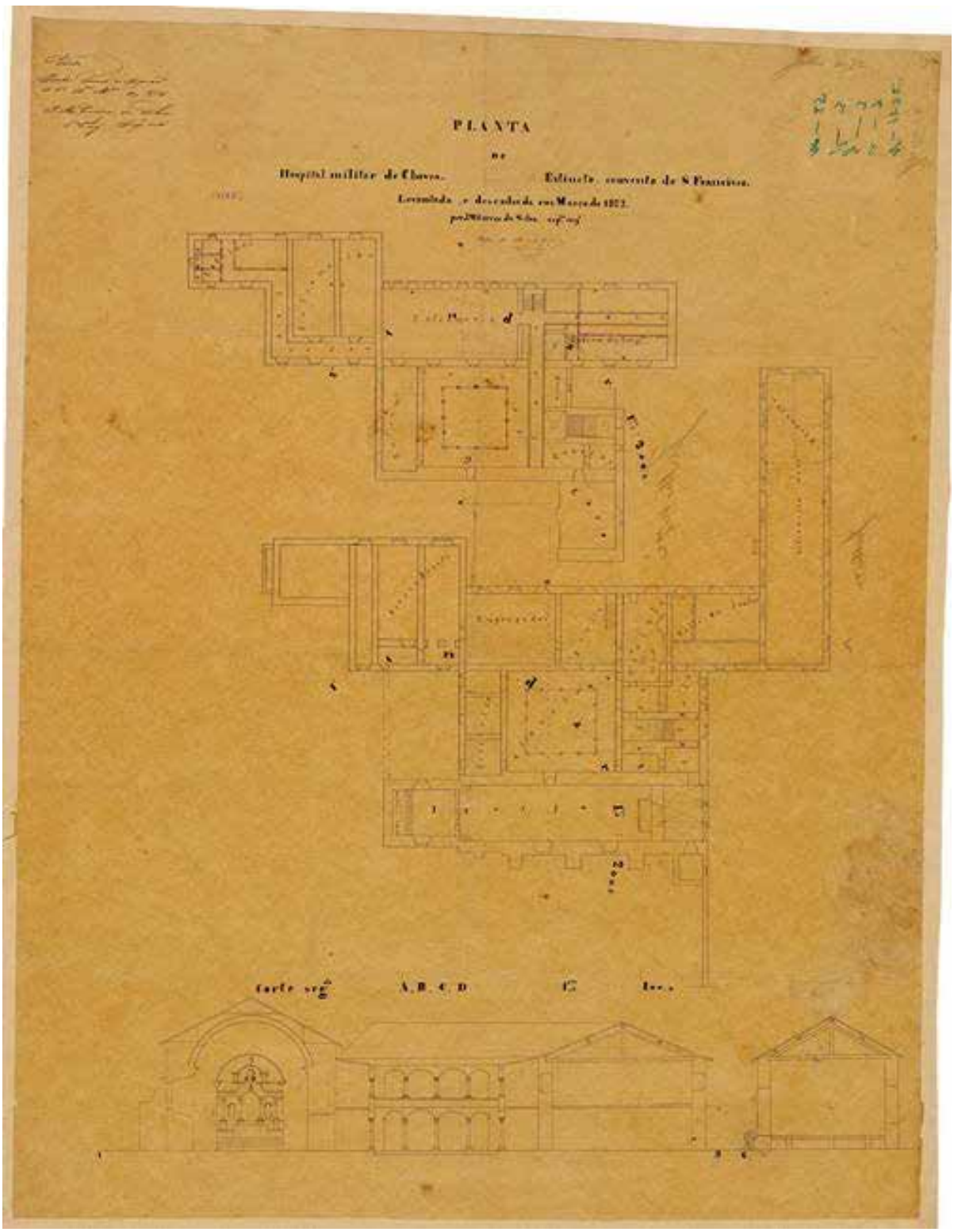


Hospital regimental reunido de Chaves : Alçado projectado sobre a linha AB da planta nº 1, Pedro Alves de Avellar Machado, Cap.ão do C. Eng.os ; Copiado no Archivo Militar por Bon de Sousa em 66, Chaves, 16 de Março de 1866, AHM/GEAEM 1466-1-8-12

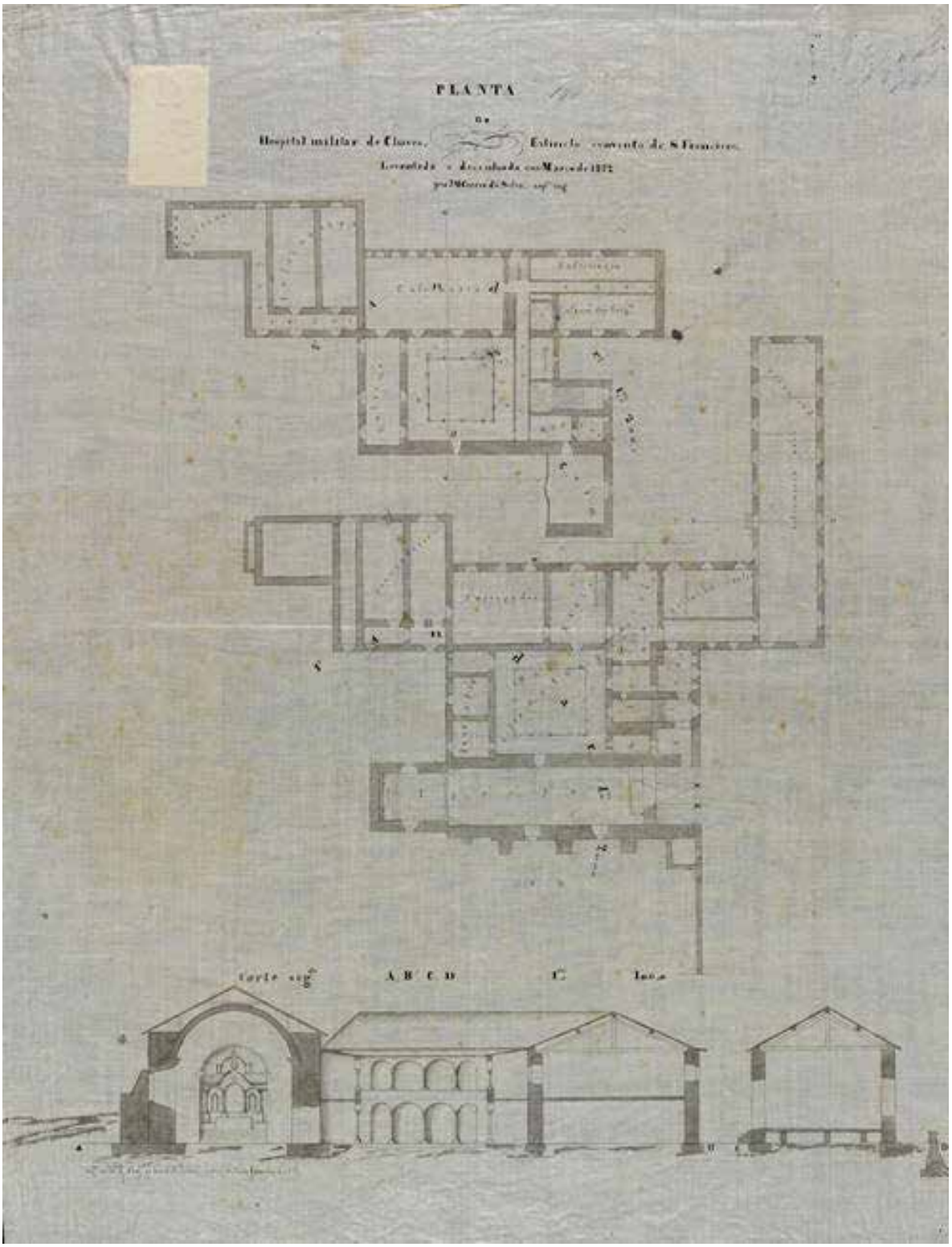
Ala nova construída em 1866 a fim de adaptar o edifício do extinto convento de São Francisco a Hospital Militar Reunido de Chaves.



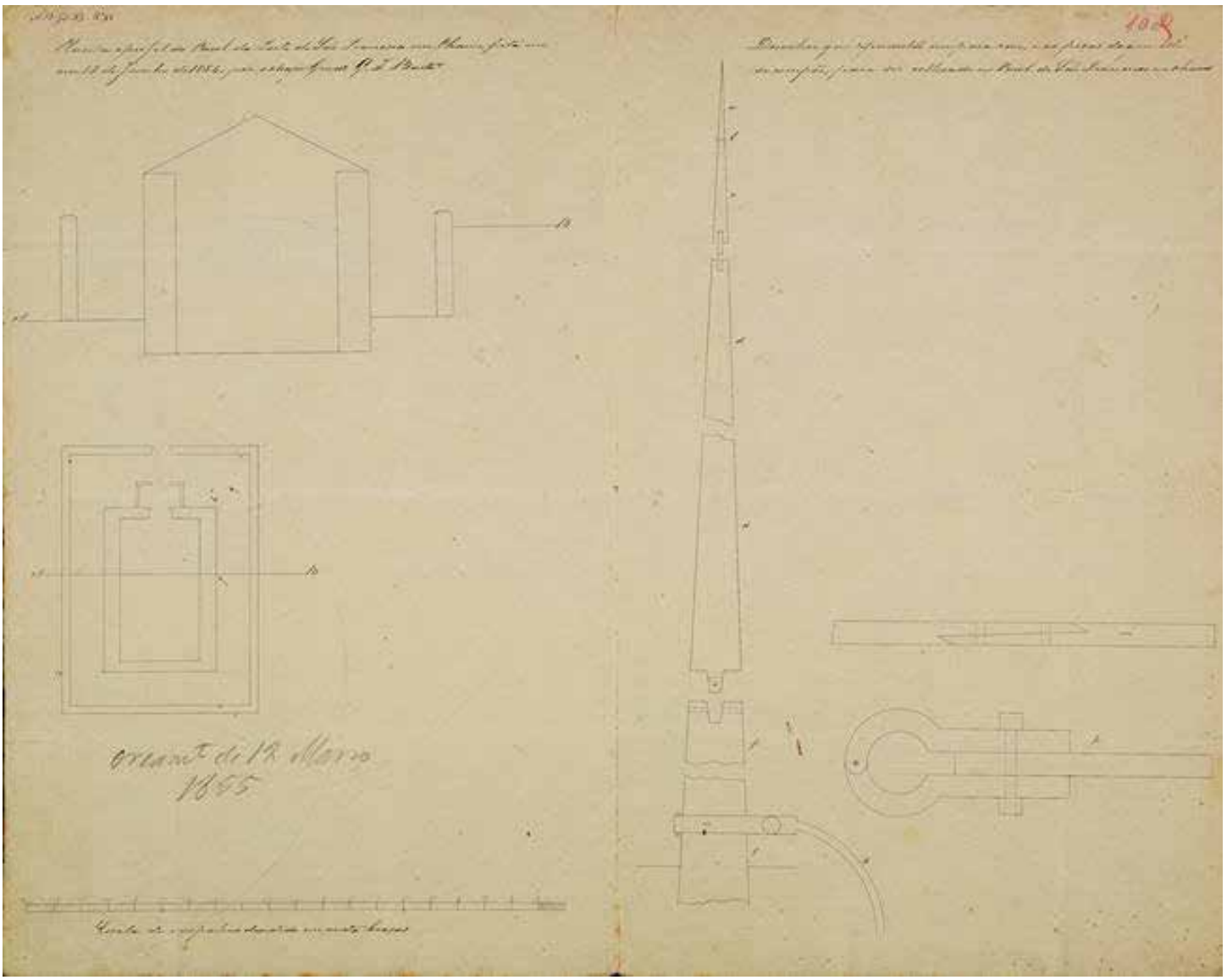
Letrina abobedada para o Hospital Militar reunido de Chaves, José Corrêa Telles Pamplona, Ten.e d'Eng.ª, Chaves, 19 de Setembro de 1863, AHM/GEAEM 1457-1-8-12



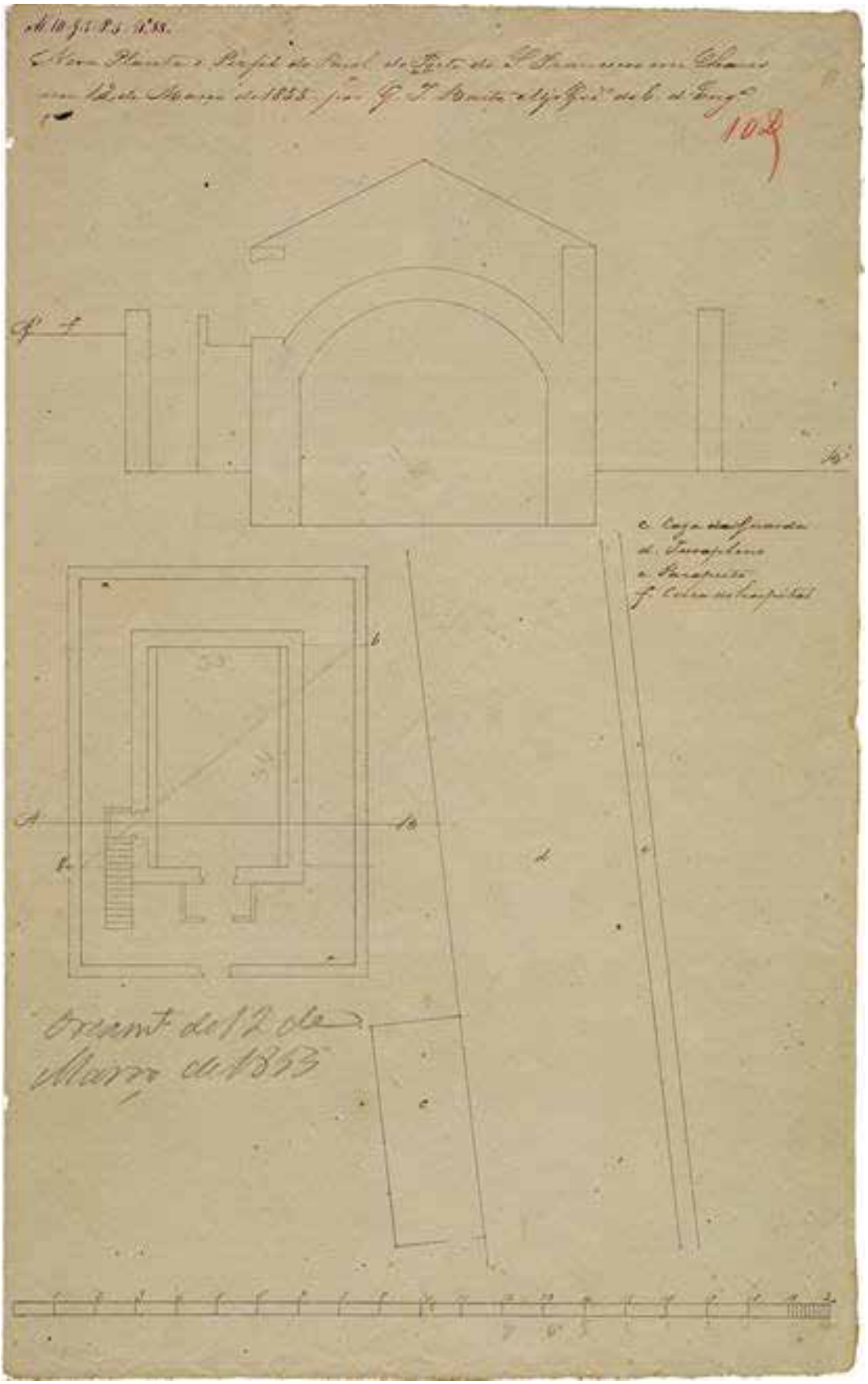
Planta do Hospital Militar de Chaves : Extincto Convento de S. Francisco, Levantada e desenhada em Março de 1872 por J. M. Correa da Silva, Cap.m Eng.ª ; Cop.do por M. de G. Osorio, Cap.m d'Eng.ª, AHM/GEAEM 1430-1-8-12



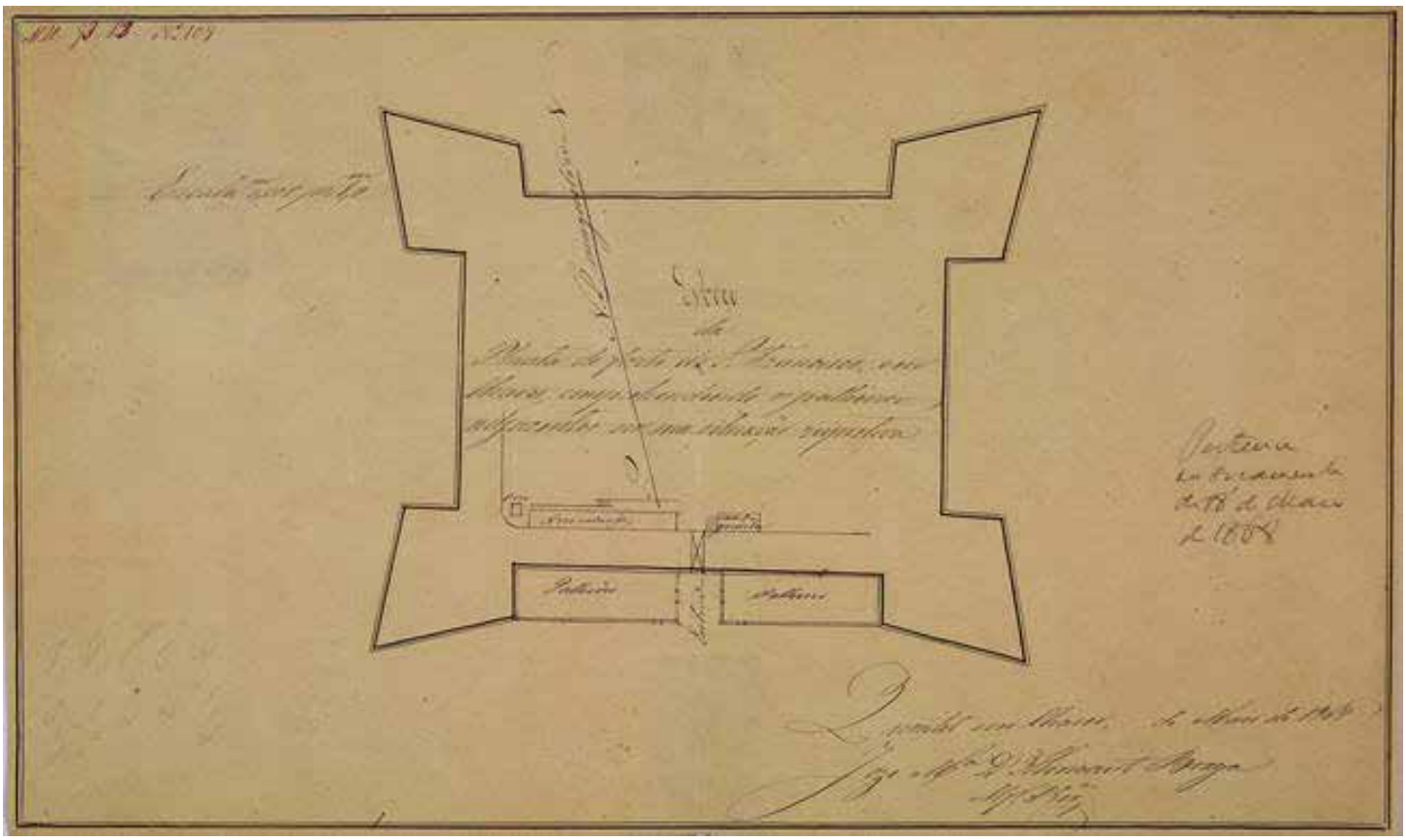
Planta do Hospital Militar de Chaves : Extincto Convento de S. Francisco, Levantada e desenhada em Março de 1872 por J. M. Correa da Silva, Cap.m Eng.ª ; Cop.da na D.ão G. d'Eng.ria p.r Leonel M. Pereira [por] ordem de 14 de Janeiro de 1873, AHM/GEAEM 1429-1-8-12



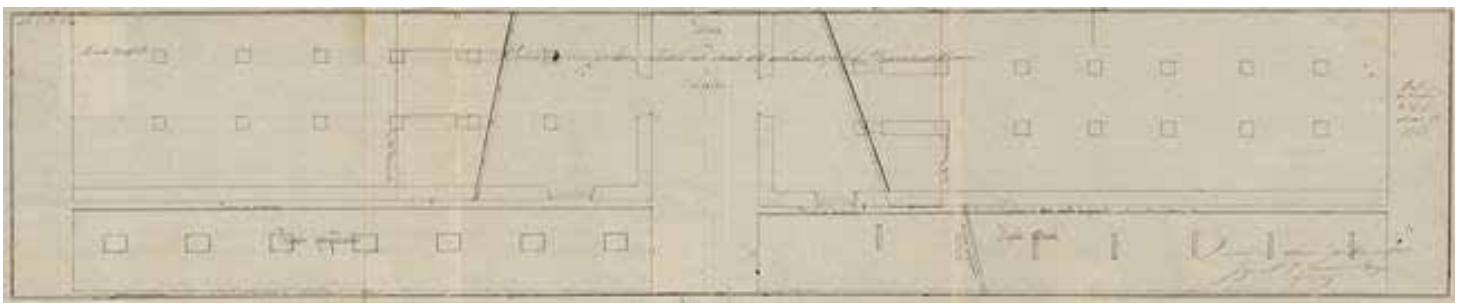
Planta e perfil do paiol do Forte de São Francisco em Chaves : feito em 16 de Junho de 1854, por o Major Grad.º G. I. Basto, Desenhos que representão um para-raio e as peças de que ele se compõe para ser collocado no Paiol de S. Francisco em Chaves, AHM/GEAEM 1414-1-8-1



Nova planta e perfil do paiol do Forte de S. Francisco em Chaves : em 12 de Março de 1855, por G. I. Basto, Major Grd.º do C. de Eng.ª, AHM/GEAEM 1415-1-8-12



Esboço da planta do Forte de S. Francisco, em Chaves, comprehendendo os palheiros adjacentes na sua situação respectiva, Joze M.ª d'Alincourt Braga, Cap. d'Eng.ª, Chaves, de Maio de 1868, AHM/GEAEM 1298-1-8-12



Esboço das plantas dos dois palheiros situados aos lados da entrada do Forte de S. Francisco e alçados : [em Chaves], Jozé M.ª d'Alincourt Braga, Maj.r d'Eng.ª, Chaves, [?] de Maio de 1868, AHM/GEAEM 1470-1-8-12

5.4. Os Melhoramentos.

5.4.1. Abastecimento de Água e Rede de Esgotos

O *melhoramento* do sistema de abastecimento de água à vila havia sido objecto de atenção do poder municipal, como vimos *supra*, através da obra de abastecimento a partir da exploração das nascentes de S. Jurge e das Casas dos Montes e a construção de três chafarizes no Terreiro do Anjo, na Praça e no Terreiro do Arrabalde das Couraças o que havia implicado intervenções dispendiosas realizadas em 1819 e entre 1825 e 1836.

Em meados do século, porém, o problema continuava a colocar-se de uma forma tão aguda que se investiram então novos "quantitativos importantes, cujo peso orçamental na segunda metade da década de 50 se aproximou dos 50% para a *construção do aqueduto e mais obras para condução de agoas potaveis*, desde a Serra de Bustelo até ao Largo da Lapa na *distancia de uma legoa* (FERNANDES 2005, 148). A obra foi iniciada pela Câmara presidida por Francisco de Barros Teixeira Homem durante os biénios de 1856 a 1859 sob a direcção do major do Real Corpo de Engenheiros Francisco de Paula de Sousa Pegado. O projecto é descrito por Júlio MACHADO (1994, 289-290) como fazendo "o aproveitamento de várias nascentes desde Bustelo a S. Jurge, sobre os montes a poente da vila. A água era depois encaminhada através de canos de pedra até aos arredores do lugar da Cocanha, onde se fez uma represa para sua contenção, seguindo pelo alto do caminho de Santa Cruz até ao Terreiro da Cavalaria e ao Alto da Lapa, tudo perfazendo um trajecto superior a seis quilómetros, grande parte dele através de galerias (…). Daí a água era levada por canalizações de chumbo para dois grandes tanques públicos, com três bicas, um no Arrabalde das Couraças, junto à estrada da Rua Direita e outro no Largo do Anjo, ao lado do Aljube e à entrada da Rua do Verde. (…) Dentro da vila, há ainda notícia de outros fontanários, no Largo da Principal, junto à Rua da Misericórdia, na Rua de Santo António, abaixo do Largo das Freiras, e ao fundo da Rua do Olival (…). Há também notícia de um tanque no Bairro da Madalena anterior à colocação do fontanário de ferro em 1887 (…). As despesas registadas na respectiva rubrica na documentação municipal mostram que o sistema passou a ser objecto de cuidados e gastos permanentes tendo na década de 1880 sido substituídos os encanamentos de pedra por tubos de ferro fundido, o que permitiria uma manutenção mais aligeirada a partir de então[1]. O sistema de distribuição reproduz em grande medida o anteriormente montado nas primeiras décadas do século XIX, fazendo uso agora de mananciais mais abundantes mas também mais distantes.

1 Abastecimento de Água (1855 – 1888)

Ano	Intervenção
1855 - 1856	Limpeza das fontes da vila
1856 – 1857	Demarcação do terreno por onde tem de ser construído o aqueduto para a condução das agoas (da Serra do Bustello); Nivelamento do terreno para o mesmo fim, desde a praça do Anjo até a Quinta do Caçador subúrbios desta Villa; Levantamento da planta para o projecto de encanamento de agoas da Serra de Bustello para esta Villa.
1857 – 1858	Construção do aqueduto e mais obras para a condução de agoas potáveis, desde o Largo da Lapa nesta Villa ate a Serra de Bustello na distancia de uma legoa sendo director da obra Francisco de Paula Sousa Pegado, Major do Real Corpo de Engenheiros, obra iniciada em 10 de Agosto de 1856; Prejuízos e expropriações causados com o encanamento das agoas potaveis
1858 – 1859	Continuação do encanamento das agoas potáveis

Ano	Intervenção
1859 – 1860	Construção de chafarizes desta Villa, fontes, tanques e mais obras de encanamento da agoa (foram construídos 2 chafarizes, um no Lg. do Anjo e outro no Lg. do Arrabalde): Condução da agoa desde a caixa no Lg. da Sra. da Lapa; Construção de uma fonte e tanque no Lg. da Sra. da Lapa junto à caixa da agoa e d'um outro a trás dos Arcos do Arrabalde, para receber as sobras da agoa do chafariz do mesmo.
1862 – 1863	Reparo e conservação do aqueduto de água potável da Serra do Bustelo para esta Villa.
1864 – 1865	Reparação do aqueduto da serra do Bustello até Chaves, feita com a utilização de tijolos, telhões, revestidos com "asphalto e breu mineral", que veio do Porto até à Régua pelo Douro, vindo também "um operário da fabrica de asphalto do Porto ensinar a preparar e empregar o asphalto". Compustura da Fontella próximo ao rio Tâmega ao lado do bairro da Magdalena. Concertos na fonte do bairro de Santo Amaro, subúrbios desta Villa. Concertos no tanque do Largo de N. S. da Lapa. Colocação de 22 pilares de pedra em volta do chafariz do arrabalde e um degrau de pedra para melhor se colher a agoa.
1865 – 1866	"Conclusão das obras de melhoramento do aqueduto da agoa potável da serra do Bustello para esta Villa"
1867 - 1868	"Terrenos expropriados no local onde passa o aqueduto do Bustello"; "Betumar o tanque e chafariz do Largo do Anjo"; "Reparação do tanque do Largo da Sr.a da Lapa"; "Concerto da fonte de St.° Amaro"; "Reparação do encanamento que conduz a agua do chafariz do arrabalde para o tanque da Rua das Longras"
1869 - 1870	"Asphaltar o tanque da Sr.a da Lapa" "Concertos no tanque do chafariz do arrabalde"
1870 - 1871	"Reparo no aqueduto da serra do Bustelo"
1874 - 1875	"Reparo no aqueduto da agua potável da serra do Bustello para esta Villa e dos respectivos chafarizes e seus tanques, bem como para continuação da exploração de agua";
1875 - 1876	"Reparo no aqueduto de agua potável da serra de Bustello para esta Villa e dos respectivos chafarizes e seus tanques, bem como para continuação da exploração d'agua";
1876 - 1877	Conservação do aqueduto da serra do Bustello e das fontes e tanques, da Vila;
1878 - 1879	"reparação do aqueduto da serra do Bustello e para as fontes e tanques da vila";
1880	"Concerto e reparo no aqueduto da serra do Bustello para esta Villa, na distancia aproximada de 6 kilometros"; "Encanamento da agua potável no sitio da Senhora da Lapa, por meio de tubos galvanisados, para a por a salvo dos measmas do cemitério parochial";
1882	"Concerto e reparos no aqueduto de agua potável que vem da serra do Bustello";
1882	"Substituição dos dous chafarizes dentro da Villa, por fontes de bica com tanques e encanamento da agua para as ditas, cuja construção tem de fazer-se em logar conveniente por ser impróprio e causar estorvo ao transito publico aquelle em que se achão os chafarises" (já se projecta fazer desde 1880), "Concerto e reparos no aqueduto de agua potável que vem da serra do Bustello e encanamento para o aqueduto geral das nascentes da agua em exploração";
1885	"Concerto e reparos no aqueduto de agua potável que vem da serra do Bustello e encanamento para o aqueduto geral das nascentes da agua em exploração";
1886	"Concerto e reparos no aqueduto de agua potável que vem da serra do Bustello";
1886	"encanamento d'agua para as fontes publicas desta Villa, por meio de tubos de ferro fundido',"'encana--mento das ditas agua*! desde a sua origem até ao deposito geral na serra do Bustello, approvado por accordão da Commissão Districtal de 8 de Outubro de 1885";

Em meados da década de 1910 a capacidade deste sistema de abastecimento de água estava aparentemente esgotada. Num artigo publicado em 1927 pelo engenheiro Mário Filgueiras, descreve-o como resumindo-se "(…) a cinco marcos fontenários, de bica corrente (…) cujo caudal baixava, no verão, a 1,2 litros por segundo (Agosto de 1916)" (FILGUEIRAS 1927, 19), acrescentando que "anteriormente a 1914, o problema da higiene pública em Chaves, estava, como na maioria das terras portuguesas, bastante descurado." Na verdade, como escreve Mário Filgueiras, "(…) não havia a mais rudimentar rêde de esgotos, fazendo-se a rejeição das águas sujas para os cantos escusos da vila ou, a avançadas horas da noite, directamente das varandas e janelas para a via pública, por aqueles a quem causava incómodo a utilização do sistema do carro com o barril de ferro, tirado por um boi, que a Câmara punha ao dispor dos seus munícipes para o afastamento das casas das matérias inúteis e prejudiciais à saúde. Além disso permitia-se o estabelecimento de pocilgas e a criação de gado suíno dentro do perímetro da vila, quando ela se não fazia dentro das habitações, sob o próprio leito dos seus habitantes (!), não sendo raro verem-se os porcos estacionarem pelas ruas tal como os galináceos nas estradas, nas travessias de lugares povoados. Imagine-se pois o grau de insalubridade do meio e o aspecto repugnante que a vila oferecia à população ilustrada e ao visitante" (*idem*, *ibidem*).

A questão do abastecimento de água potável associava-se agora a outra questão já considerada inadiável, a do sistema e rede de esgotos. Durante a 2ª metade do século XIX os progressos neste domínio haviam sido manifestamente insuficientes. As despesas registadas na rubrica Limpeza Pública dos orçamentos municipais entre 1866 e 1904 aludem apenas à questão da criação de porcos, à dos carros para a limpeza e pouco mais[2]. O episódio referido por Mário Filgueiras sobre a criação de porcos no espaço urbano da vila é bem elucidativo das dificuldades em implementar os novos hábitos de higiene que a 2ª metade do século XIX procuraria fazer adoptar. Na sessão de Câmara de 22 de Janeiro de 1863 foi tomada uma primeira medida limitadora daquela actividade proibindo "*a sua vadiagem aos domingos e dias santificados, sob a multa de duzentos réis por cada um*" (AIRES 1994, 20). No final do ano seguinte sob pressão de algumas das forças vivas locais, a Câmara procurava uma solução de carácter mais definitivo para aquele problema. Na sessão de 4 de Novembro de 1864, "*uma representação de Facultativos, civis e*

Ano	Intervenção
1887	"Concerto e reparos no aqueduto de agua potável que vem da serra do Bustello e encanamento para o aqueduto geral das nascentes da agua em exploração; "Construção de uma fonte e tanque no bairro da Magdalena desta Villa" "Conclusão das obras de construção do chafariz do largo de Santo Amaro desta Villa"; Continuação de encanamento da agua por meio de tubos de ferro fundido;
1888	"acabamento dos chafarizes do Olival e Santo Amaro";
1888	"Concertos e reparos no aqueduto de agua potável que vem da serra do Bustello e encanamento para o aqueduto geral das nascentes da agua em exploração""assentamento de tubagem de 0,20 m no encanamento da agua do sitio do caçador á Sr.a da Lapa d'esta Villa"

in FERNANDES 2005, 343-347. Câmara Municipal de Chaves. Justificação dos valores orçamentados para despender em obras públicas (1855 a 1889; 1904 e 1905). FONTE: Livros da Receita e Despesa da Câmara Municipal de Chaves: R. S. 361 a R. S. 374 (Biblioteca Municipal de Chaves), até 1864/65; Livros de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Chaves, 28 livros não catalogados (Arquivo Histórico Municipal de Chaves), para o período de 12 de Agosto de 1864 a 30 de Abril de 1905; apesar de existirem Livros de Actas para os anos de 1890 a 1903, bem como para os posteriores a 1905, os mesmos não contêm orçamentos.

2 1866 – 1867 - "*Arrendo de uma ou mais propriedades que sirvão para recolher os porcos pertencentes aos habitantes desta Villa afim de poder prohibir-se a sua vadiagem pelas ruas desta Villa*"; 1874 – 1875 - "*Arrendo da propriedade para recolher os porcos em vezeira, por estar prohibida a sua vadiagem pelas ruas desta Villa*"; 1867 – 1868 - "*Concerto e ferragem de carro de limpeza*"; 1880 - "*Feitura de nove carros para a limpeza das ruas desta Villa, sendo 7 para serem empregues em uso diário e 2 para estarem em deposito*"; 1889 - "*Construção de sentinas publicas em diferentes pontos desta Villa*"; 1904 - "*Vaccinação e revaccinação, combate de epidemias*"; in FERNANDES 2005, 343-347. Ver nota anterior.

militares, pedem providências para a limpeza das ruas e a vadiagem dos porcos, lembrando a criação de vezeiras. A Câmara procura a compra ou arrendamento, para o efeito, da propriedade das Longras, do Coronel José Maria de Magalhães" (AIRES 1994, 21). O sistema da vezeira de porcos continuaria por muitos anos registando-se na sessão de Câmara de 30 de Janeiro de 1878 o arrendamento por dois anos de uma outra propriedade nas Longras para o mesmo efeito, denominada a Cerca e pertencente ao Padre João Maria de Magalhães[3] (AIRES 1994, 50). A criação familiar de porcos no sistema da vezeira tornou-se um hábito enraizado na vila registando-se por exemplo na sessão de Câmara de 3 de Janeiro de 1883 um pedido de indemnização do Capitão Albino Cezar de Oliveira de Cavalaria 6 que pedia 20$000 por o seu porco ter partido a perna na vezeira (AIRES 1994, 58). Aliás realizava-se na vila uma feira apenas dedicada aos porcos que tinha lugar entre as Portas do Anjo e o local onde se viria a construir o Cemitério Municipal motivo pelo qual acabaria por ser transferida para o Largo da Capela de S. Roque na Madalena.

Outras medidas como o esboço de um serviço de limpeza urbano municipal foram tomadas pelo município ao longo daquele tempo no mesmo sentido de incrementar as exigências de higiene e limpeza urbanas. Em 1865 a Câmara aprovava o regulamento do "*barredores*" que poderiam "*utilizar-se do estrume das barreduras*", nomeava chefe dos "*barredores*" José Maria Argeriz, com o vencimento mensal de 4$200 réis e arrematava em Novembro a "limpeza das ruas e praças públicas desta Vila, bem assim das fontes e chafarizes" (AIRES 1994, 23, 26 e 27). Cinco anos depois, em 1870, sabe-se que estavam contratados três "*barredores*", o que era insuficiente sendo contratados mais três, com o jornal de cem réis diários cada um, mas obrigados também ao serviço de zeladores e guardas rurais (AIRES 1994, 34). Em 1877, o pessoal da limpeza diária era ainda obrigado ao serviço de bombeiros (AIRES 1994, 45).

A drenagem das águas pluviais começou a ser outra das preocupações do município com vista à higienização da vila. Ao longo da 2ª metade do século XIX muitas foram as ruas calcetadas tendo o Presidente proposto para aprovação em sessão de Câmara de 16 de Janeiro de 1871 "a obrigatoriedade de, nas ruas que forem calcetadas, as águas dos telhados serem conduzidas por caleiro e tubos de descarga", no que o Vice-Presidente discordou acabando a proposta por ser aprovada por maioria (AIRES 1994, 35). Mas a pedra de toque de uma maior exigência no domínio da limpeza urbana parece ter sido a gravidade com que foi encarada a epidemia de *Colera morbus* em 1885 o que levou à decisão de fazer substituir os canos de pedra que conduziam a água para abastecimento público à vila por tubos de ferro e principalmente à criação de um novo serviço de limpeza pública, o que foi discutido e aprovado por unanimidade na sessão de câmara de 19 de Agosto de 1885: "o vereador António José Antunes Guerreiro comunicou à Câmara, apresentando uma acta de reunião de vinte habitantes desta Vila, os quais se comprometeram concorrer com a quantia de 250$000 réis, *para se montar e pôr em execução, até ao fim do anno de mil oitocentos e oitenta e seis o serviço de limpeza pública desta Villa por meio de carros e fossas que receberão o lixo das casas e das ruas e as matérias fecais das casas*. Propôs a aquisição de sete fossas (móveis) e três carros para esse fim, apresentando o concorrente Firmino de Morais Soares, que declarou fazer a referida limpeza, nas condições que lhe foram expostas, pela quantia de um conto de réis (1000$000) anual, dando a Câmara as fossas, os carros e o terreno para as montureiras" (AIRES 1994, 60). A Câmara de Santarém fez a cedência de uma fossa móvel para servir de modelo tendo aliás o serviço em funcionamento de Santarém servido como exemplo para a mudança implementada pelo vereador Antunes Guerreiro na forma como expôs na

3 Na sessão de Câmara de 29 de Dezembro de 1886 a propriedade da *Cerca dos Frades* era arrendada por 100$000 anuais durante o ano de 1887 para vezeira dos porcos "conforme serviu anteriormente" (AIRES 1994, 65).

sessão de Câmara de 27 de Outubro de 1885, declarando ser sua intenção ter o sistema operante a partir de 1 de Janeiro do ano que estava prestes a se iniciar (AIRES 1994, 62). É provável que tivesse demorado um pouco mais uma vez que ainda em sessão de 13 de Julho de 1887 se decidia a "aquisição de lixeira e de seis bois para os seis carros da limpeza, a começar em 1 -8-1887" (AIRES 1994, 67).

Ao mesmo tempo a Câmara proibia a 19 de Agosto de 1885 os despejos das cozinhas para as ruas e, no prazo de oito dias, serem retirados os respectivos canos (AIRES 1994, 60). Neste aspecto uma das situações mais gravosas que se regista era a que apresentavam as instalações do quartel do Regimento de Infantaria 19. Em Agosto de 1887 este propunha à Câmara que ordenasse o despejo das suas fósseis móveis, enquanto a Câmara pedia em Julho de 1890 ao mesmo Regimento "para *extinguir o foco de infecção produzido pelas águas de lavagem da cozinha do rancho*, correndo pela muralha virada a sul, tornando parte da Rua do Sol num lamaçal nauseabundo" (AIRES 1994, 78).

A criação de uma rede de esgotos propriamente dita era ainda uma ideia distante em Chaves como na maioria das cidades e vilas portuguesas. Como refere Mário Gonçalves Fernandes, "(…) já existiam iniciativas anteriores, como em Lisboa, em 1880, ou em Coimbra, em 1893. Contudo, foi a partir de fundados receios derivados da proliferação da peste bubónica na cidade do Porto, em 1898, levando à criação do Conselho de Melhoramentos Sanitários em 1901, que a questão do saneamento das cidades se tornou alvo de iniciativas mais consistentes e tema de debate (…) (FERNANDES 2005, 149). Em Chaves, como vimos *supra*, o processo iniciou-se em 1915 tendo os estudos prosseguido em 1916 sob a direcção do engenheiro Mário Filgueiras que acompanharia depois toda a fase de execução da obra a partir de 1921. Ambas as redes, de abastecimento de água e de esgotos, foram consideradas em simultâneo, no mesmo projecto e pelo mesmo engenheiro.

No citado artigo de Mário Filgueiras, publicado em 1927, este técnico descreve os dois sistemas complementares (FILGUEIRAS 1927, 19-20). A rede de esgotos utilizava sistemas separados ou autónomos para os esgotos domésticos e o escoamento das águas da superfície e da via pública. Ficava drenada "uma das zonas da vila, a maior, correspondente à parte mais densa em casas e população, ficando o sistema a funcionar com tanques automáticos de lavagem, e um tanque "Shone" no início do grande emissor que conduz as águas sujas para um ponto bastante afastado da vila e as lança no rio Tâmega". Em relação ao abastecimento de água, "o projecto foi previsto para um consumo diário equivalente a 200 litros por habitante e dia, considerando uma população de 9000 almas, o que corresponde a um volume diário de 1800 metros cúbicos ou cerca de 21 litros por segundo". As águas tinham origem em captações subterrâneas nas serras do Bustelo (1 terço) e Brunheiro (2 terços), num total de nove minas previstas, distanciadas da vila cerca de 5 km para NO e SE, a partir das quais se fazia a adução. O sistema distribuidor possuía um reservatório de carga situado no Alto da Forca distribuindo a água nas áreas urbanas situadas dos dois lados do rio Tâmega através de um anel cortado por duas transversais que constituíam as derivações principais, totalizando as condutas assentes em 1926, 11 000 metros.

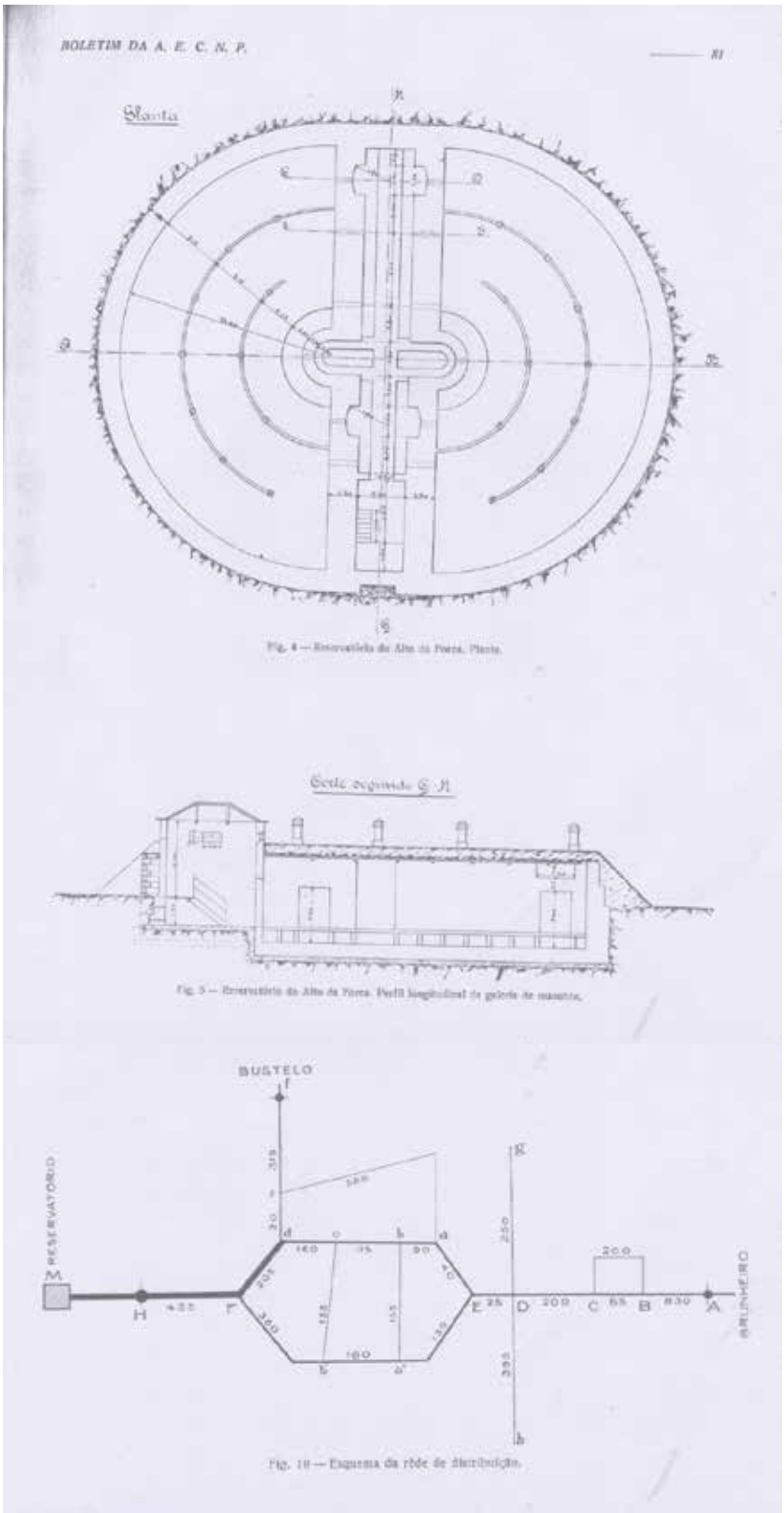


Fig. 4 — Reservatório do Alto da Pinza. Planta.

Fig. 5 — Reservatório do Alto da Pinza. Perfil longitudinal da galeria de manobra.

Fig. 10 — Esquema da rede de distribuição.

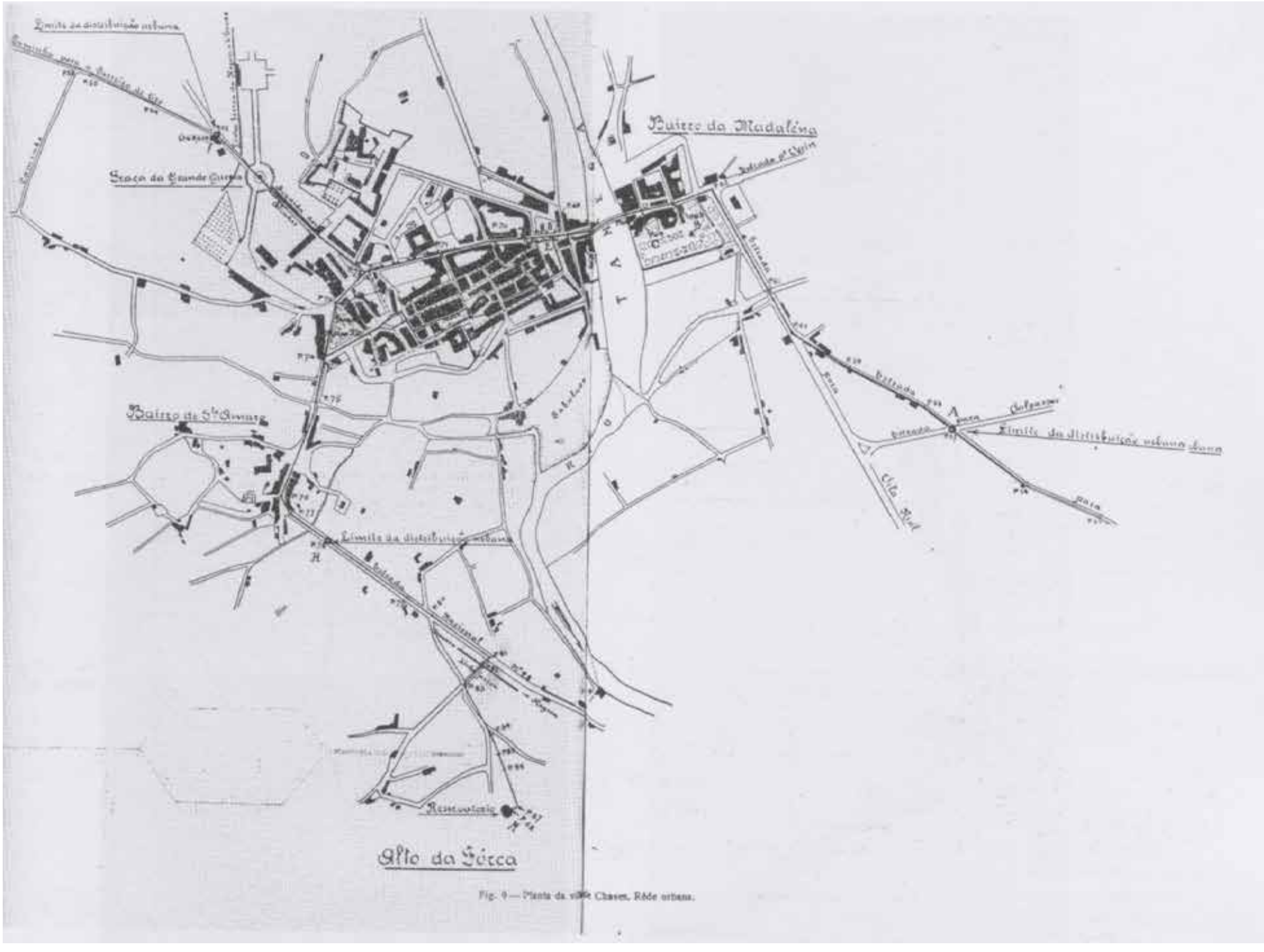


Fig. 9 — Planta da vila Chaves. Rêde urbana.

5.4.2. Iluminação Pública e Rede de Abastecimento de Electricidade

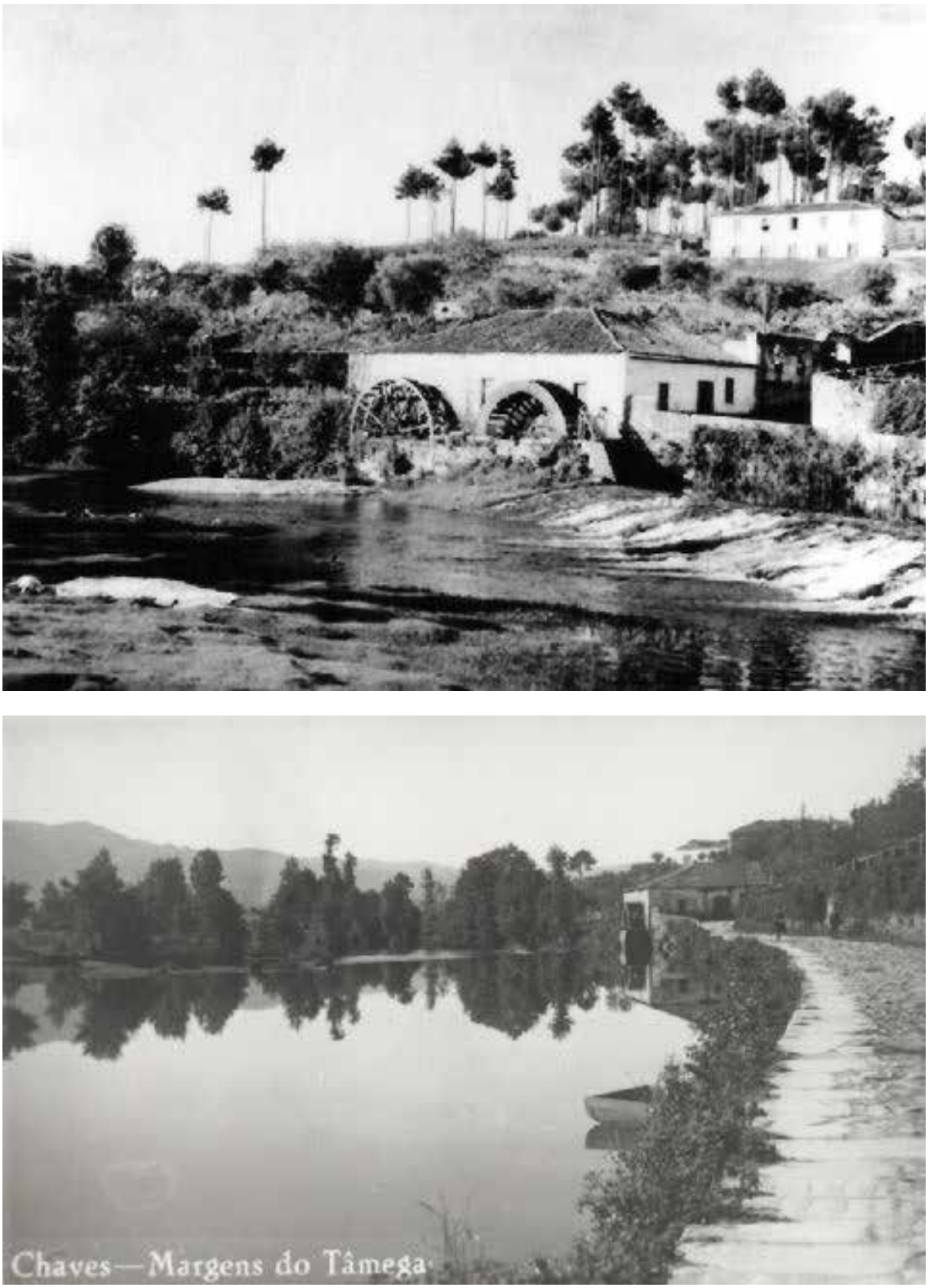
Continuando a analisar os *melhoramentos* realizados nos sistemas de abastecimento da vila no período de meados do século XIX a meados da terceira década do século XX, verificam-se importantes transformações no que diz respeito à iluminação pública e em seguida com a instalação de uma rede de distribuição de energia eléctrica.

O sistema de iluminação pública era até 1863 baseado em candeeiros de azeite, ano em que "foi feito *ensaio de iluminação da villa a gaz liquido* [petróleo]" (in FERNANDES 2005, 343-347. Ver notas anteriores). A partir de 1864 a vila passaria a ser iluminada por 62 lampiões novos a petróleo o que faria crescer acentuadamente a despesa respectiva. Como recorda Mário Gonçalves Fernandes, a iluminação pública a gás de carvão, e o subsequente respectivo abastecimento domiciliário, introduziu-se em Lisboa em 1848 e no Porto em 1855. As restantes localidades, só na década de 1890, veriam começar a difundir-se a nova tecnologia. "No Norte do país, algumas povoações do litoral foram, gradualmente, iluminadas com o gás, como em Aveiro (1890) e Matosinhos (1891), enquanto nas do interior se prolongou a iluminação a petróleo até à introdução da energia eléctrica (Vila Real em 1894, Chaves em 1905 (…) e Bragança em 1924" (FERNANDES 2005, 154).

Já em 1889, na sessão da Câmara de 8 de Maio, foi nomeada uma comissão de estudo para analisar a proposta de um grupo de negociantes do Porto que pretendia obter uma concessão para instalar a luz eléctrica em Chaves (AIRES 1994, 73). A edição de 27 de Maio de 1894 do periódico local *A Voz de Chaves* (nº 55) clamava contra as irregularidades da iluminação pública a petróleo anunciando que a Câmara havia recebido duas propostas para "a iluminação por electricidade, uma pelo snr. Emílio Biel, proprietário da Empresa Vilarealense, e uma outra de uma companhia espanhola" (MACHADO 1992, 132). Em 1896 a Câmara abriria concurso para a instalação da iluminação eléctrica na vila mas findo o prazo do mesmo nenhum concorrente havia apresentado propostas (*idem*, *ibidem*).

A iluminação eléctrica seria finalmente introduzida alguns anos depois por iniciativa privada após um entendimento celebrado em 1903 entre o adjudicatário inicial, o espanhol D. Teodoro Alonso Porras e Castro e os dois irmãos António e José Rocha de Carvalho, filhos do comerciante Agapito de Carvalho. O projecto técnico coube a um cidadão alemão, Max Gruber, consistindo o sistema numa represa construída de propósito no rio Tâmega, no lugar da Peneda, cujas turbinas faziam mover os dínamos. Para a obra das instalações nas ruas da vila foi chamado a colaborar o snr. António Samardã de Vila Real, onde a electricidade já existia desde 1894 (MACHADO 1994, 305-307).

Depois de vários contratempos e experiências foi a iluminação eléctrica oficialmente inaugurada com muitos festejos a 27 de Novembro de 1904. No ano seguinte, a empresa responsável, *Electricidade Flaviense Agapito de Carvalho e Companhia Lda.*, disponibilizava a instalação domiciliária da energia eléctrica para iluminação. Cinco anos depois, porém, em 1910, aquela empresa abria falência tendo a concessão sido transferida para Nicolau Mesquita, Adriano Cunha e José Dias, como representantes dos credores, e formado posteriormente uma nova sociedade denominada *Sociedade de Electricidade e Moagem de Chaves Lda.* que em 1914 daria lugar à *Eléctrica de Chaves* a qual forneceria a electricidade à vila até à década de 1950 (*idem*, *ibidem*).



Açude e Azenha do Agapito em meados do século XX (blog Chaves Antiga)

5.4.3. Novas sociabilidades / Novos lugares e espaços públicos

O *Largo da* [Guarda] *Principal* havia constituído o coração da *Praça de Guerra*. O apagamento do já muito arruinado meio baluarte sobranceiro ao Arrabalde das Couraças para construção da Praça e Mercado, realizado nas primeiras décadas do século XIX, tinha posto em marcha uma nova concepção do espaço urbano para Chaves. Mas a substituição do volume setecentista do Quartel da Guarda Principal, como a construção dominante do antigo *Largo do Toural*, pela do vizinho e novíssimo palacete do Morgado de Vilar de Perdizes, logo apropriado enquanto novos Paços do Concelho, entre 1857 e 1865[4], parece de ainda maior alcance na transformação então em curso da forma como era concebido o espaço urbano de Chaves. De Praça de Guerra, que tinha sido, Chaves assumia-se agora como Cidade. O governo militar dava lugar ao poder municipal. O *Quartel* à *Câmara Municipal*.

A área envolvente ao Largo da Principal acompanhava e incentivava as mudanças. A 19 de Outubro de 1860 a Câmara apoiava a iniciativa do "cidadão Caetano António Ferreira" que solicitava "auxílio pecuniário para um serviço por ele iniciado, para aformoseamento do novo largo em frente ao Hospital da Misericórdia, cujas casas ali existentes ele havia comprado e feito demolir à sua custa", pondo à "sua disposição a quantia de cem mil réis" (AIRES 1994, 15).

Na *Praça* vizinha e no velho edifício dos Paços do Concelho, alienado em 1861 e completamente renovado em 1864, inaugurava-se a luxuosa sede da "A Civilizadora", associação que se propunha "preencher um vasto programa recreativo e cultural a nível das famílias socialmente mais consideradas da cidade" (MACHADO 1994, 287). O relógio municipal que existia sobre o cunhal daquele edifício seria na mesma altura apeado e passava para a fronteira torre sineira da igreja matriz. Entretanto, dignificava-se o espaço público tendo a sessão de Câmara de 26 de Março de 1861 deliberado que a "feira dos queijos que até agora se fazia na Praça desta Vila, fosse transferida para o Largo do Arrabalde" (AIRES 1994, 19). O próprio topónimo - *Largo da Principal* - seria mais tarde substituído, após novas obras de nivelamento e renovação daquele largo, que passaria a designar-se por Largo Luís de Camões a partir de 10 de Junho de 1880 (MACHADO 1994, 286).

4 in FERNANDES 2005, 343-347 (ver notas anteriores):

1860 – 1861	Lageamento do largo da praça publica desta Villa; A verba de Expropriações foi para a compra do Palácio do Morgado de Vilar de Perdizes, sito no largo da Principal desta Villa para servir de Paços do Concelho.
1863 – 1864	Edificação do último quarteirão dos Paços do Concelho (adjudicado a "dois espanhóis residentes actualmente na Villa")
1864 – 1865	Colocação do relógio Municipal na Torre da Igreja Matriz
1864 – 1865	Edificação do ultimo quarteirão dos Paços do Concelho, que tem de servir para o Tribunal Judicial.
1865 – 1866	Dar principio às obras de carpinteiro e caiador, madeira, cal e telha no último quarteirão dos Paços do Concelho onde tem
1866 – 1867	"Despeza com a mudança das Armas do Concelho, feitas de madeira, da antiga casa da Camará para os actuaes Paços do Concelho"
1868 – 1869	"Folha da Flandres para as aguas pluviaes dos paços do concelho"
1872 - 1873	"Feitura de um encanamento em todo o beiral do telhado do edifício dos Paços do Concelho para apanhar as aguas pluviaes e condusilas ao pavimento da rua a fim de não prejudicar o calcetamento da mesma, sem cujo exemplo não pode a Câmara por em vigor a Postura que fez para que os habitantes desta Villa mandem executar egual obra em seus prédios, para conservação do calcetamento das ruas"
1876 - 1877	"Fundação de uma biblioteca municipal no edifício dos Paços do Concelho";

A *outra Praça*, a do *Arrabalde*, continuava a concentrar as funções de mercado de abastecimento *aformoseando-se*. Registam-se, sobretudo a partir de 1862, várias intervenções que conduziram ao tapamento dos arcos da arcada para onde passariam na altura os açougues. Plantaram-se árvores. Nivelou-se, calcetou-se e fechou-se com um gradeamento o que viria a ser o mercado da vila por mais um século[5].

Ainda iniciada na década de 1860 mas apenas com pleno desenvolvimento na década seguinte seria a construção da *nova rua* do Olival. É significativo que o principal investimento público e privado numa **nova urbanização** se tivesse realizado ainda nesta época numa área intra-muros e no mais completo respeito dos muros da fortificação.

A construção de uma escola em Chaves fazendo uso do fundo criado pelo testamento do Conde de Ferreira havia sido decisão deliberada pela Câmara em 2 de Abril de 1866. O projecto apenas se concretizaria em 1870 com o início da obra tendo sido escolhido para sua implantação precisamente a nova rua que se queria fazer erguer entre a praça do mercado municipal do Arrabalde e o forte de São Francisco nas costas do Convento das Freiras (AIRES 1994, 29 e 30). A obra prolongar-se-ia durante vários anos, no meio de dificuldades económicas apelando a Câmara em Março de 1871 a "Sua Magestade para concessão de madeiras para o acabamento desta escola" (AIRES 1994, 36). Em 1874, o projecto inicial era ampliado a fim de serem nela instaladas as "escolas primárias e a aula de latim" ao mesmo tempo que se arrematava a obra de construção de "um muro de vedação e outro para suporte de aterro do recinto" sobre o qual estava edificada (*idem*, *ibidem*, 41-43).

5 in FERNANDES 2005, 343-347 (ver notas anteriores):

1855 - 1856	Reparo e conservação da arcaria.
1857 – 1858	Concerto na Caza do Peixe na Arcaria
1862 – 1863	Tapamento de 6 arcos na arcada do arrabalde desta Villa, afim de se estabelecerem nos mesmos os cortes de carnes verdes. Reparo, Conservação e arranjo da casa do peixe.
1864 – 1865	Plantação de 6 árvores
1865 – 1866	"Construção de uma pequena casa no mercado municipal do Arrabalde, em frente do corte das carnes verdes, com o fim de estabelecer-se um represo para as ditas carnes verdes"
1867 - 1868	"Pagamento pela arrematação das obras da praça-mercado do arrabalde"; "Desterrar as ruas em volta da praça-mercado do arrabalde" "Reparar os alicerces da casa de João d'Araujo Tecelão, sita na frente da praça-mercado do arrabalde que forão destruídos com o rebaixamento da rua que fica pelo lado norte da referida praça-mercado"; "Rebaixamento da praça-mercado"; "Construção da calçada da praça do arrabalde"; Compensação por prejuízos numa casa com a construção da "rua exterior da praça-mercado do arrabalde" "Concertos nas casas dos cortes de carnes verdes, matadouro, casa do peixe e casinha do arrabalde" "Plantar arvores nos largos da Villa, nomeadamente na praça-mercado"
1868 – 1869	"Para a calçada da rua norte da praça do arrabalde" "Calcetamento da praça-mercado» "Gradeamento da praça-mercado"
1869 - 1870	"Conclusão do calcetamento da praça-mercado» "Compra de morada de casas sita no centro do Largo do arrabalde para aformoseamento do mesmo"; "Demolição de uma casa para aformoseamento do largo do arrabalde e calcetamento do mesmo"
1876 - 1877	"Reedificar o muro da arcada do arrabalde pelo lado da rua que vai para as longras";

Entretanto a obra da *nova rua do Olival* iniciava-se ainda em 1867 – 1868 com a "expropriação de 882 metros quadrados de terreno a preço de 136 réis cada metro quadrado, para nivelamento e aformoseamento da nova rua que vae da praça municipal do arrabalde para o Forte de S.Francisco" e a "expropriação de pedaço de terreno do largo do Olival para aformoseamento do mesmo e para ali se edificar a casa escolar com o donativo do Conde Ferreira", continuava em 1868 -1869 com o desaterro da "rampa que segue das ruas exteriores da praça mercado do arrabalde para o Forte de S. Francisco", e mantinha-se em 1870 – 1871 com a construção de "uma parede de resguardo sobre o baluarte que segue desde a praça mercado do Arrabalde ate ao Forte de S.Francisco e concerto do dito baluarte, para o que se acha a Camara authorizada por portaria do Ministério da Guerra, bem como para nivelamento e terraplanagem da mesma rua" (FERNANDES 2005, 343-347). Em 1878 e 1879 seriam necessárias novas obras de "reedificação da muralha ou muro de suporte de aterro na rua que segue do largo do arrabalde desta villa para o de Nossa Senhora da Lapa e Forte de S. Francisco, nos diferentes pontos que desabou com as repetidas tempestades do inverno de 1876 e princípios de 1877, sendo aproximadamente 300 metros quadrados de paredão com a espessura de 1,50 m, a preço de 1.600 réis incluindo a remoção dos entulhos para desaterrar e aterrar e aproveitando a pedra velha; e 60 metros correntes de passeios e peitoril a preço de 2.000 réis" (630$000 réis)", obra que se prolongaria em 1880 com a construção do "passeio e peitoril sobre parte da muralha que de novo foi reconstruída e que serve de supporte de aterro á rua que segue do arrabalde para o Forte de S. Francisco e Largo da Senhora da Lapa, bem como construção de canos de pedra salientes á muralha para desviar delia as aguas pluviais" e em 1882 com o "aterro da rampa da rua aberta ao fundo da rua nova desta Villa para ser calcetada" (*idem*, *ibidem*).

Entretanto registam-se em 1880 os primeiros pedidos de licença para obras de construção de casas na Rua do Olival (AIRES 1994, 55). No entanto o Olival continuaria a ser encarado como uma zona de periferia e de extensão das actividades que se realizavam no Mercado Municipal do Arrabalde. Testemunho disso mesmo é o facto de na sessão de Câmara de 2 de Agosto de 1882 a *Rua da Muralha do Olival* ser designada como o local onde devia ser realizada a venda de erva, carvão, lenha e madeira com a contravenção de $500 réis para quem fosse encontrado a comerciar aqueles géneros noutro local da vila (AIRES 1994, 57). No mesmo sentido vai a escolha daquela rua para a instalação da *abegoaria* municipal, quer dizer o local onde se guardavam as cavalgaduras, cujas obras em curso se registam na sessão de Câmara de 27 de Janeiro de 1886 sob a direcção do engenheiro militar Augusto Xavier Teixeira (AIRES 1994, 63) e, ao que parece, ampliada no ano seguinte com o aluguer de uma casa propriedade de Agapito José de Carvalho por 72$000 réis anuais, "tendo o dono direito aos estrumes nela produzidos" (AIRES 1994, 67). Este prédio deverá corresponder aos edifícios térreos que ainda hoje ali se observam flanqueando um portal axial encimado por letreiro com data de 1874.

A ideia de fazer construir uma *Alameda* ou Passeio Público no "*largo do Olival e de N.a Sr.a da Lapa*" ascendia pelo menos a 1875 – 1876, biénio em que se regista a aprovação de despesas para a "terraplanagem, muro de suporte e plantação de uma alameda no largo do Olival e de N.a Sr.a da Lapa, aonde se acha o hospício dos expostos, o edifício da escola d'ensino primário subsidiada com o legado do Conde de Ferreira e em cujo local se pretende edificar a eschola do sexo feminino" (FERNANDES 2005, 343-347). Em 1879 a Câmara determinava que todos os entulhos produzidos nas obras em curso na vila deveria ser "lançado na baixa do Largo da Lapa e nas traseiras da Capela de S. Roque" (AIRES 1994, 53). Mas o projecto, que era ambicioso dada a extensão do terreno, só receberia um impulso definitivo

em 1882. Com efeito na sessão de Câmara de 17 de Maio de 1882 foi informada do resultado de uma colecta organizada por Domingos Manoel Rodrigues de Sá, de Mairos, o qual obteve 2.640$000 réis por subscrição dos emigrantes do Brasil para a construção de um passeio público no largo de N. Sra. da Lapa (AIRES 1994, 56). Na sessão de 2 de Novembro seguinte foi aprovada a planta para a construção do passeio público no Largo da Lapa com planta traçada por Jerónimo da Costa, do Porto (AIRES 1994, 57) e a 17 do mesmo mês aprovam-se despesas no valor de 1.286$410 réis para a "construção de um passeio público no sítio da Snra. da Lapa, com o donativo offerecido para tal fim por cidadãos compatriotas residentes no império do Brazil" (AIRES 1994, 58), despesa completada com a decisão da mesma Câmara em 21 de Outubro de 1885 que aprovou outras despesas no valor de 250$000 réis para o prosseguimento da obra dos muros do Largo da Lapa (AIRES 1994, 62). No entanto, ainda em 1888, se continuava a "construção de uma alameda com a quantia que passa em saldo do donativo offerecido para a dita obra por differentes cidadãos compatriotas residentes no Império do Brasil", cuja conclusão vinha sendo adiada desde 1883 (FERNANDES 2005, 343-347). Nesse ano, estando já concluído o novo cemitério municipal, pretendia-se fazer desaparecer o velho cemitério localizado à Lapa e com ele a Capela de N. Sra. da Lapa[6] solicitando o Presidente na sessão de Câmara de 2 de Outubro de 1889 que lhe fosse concedida autorização para uma expropriação amigável da Capela de N. Sra. da Lapa a fim de ser removida para o novo Cemitério Municipal "para a alameda ficar regular e desembaraçada" (AIRES

6 Na sessão de 15 de Fevereiro de 1888 a Câmara pede para a Capela de N. Sra. da Lapa ser removida para o novo Cemitério Municipal ao que a Ordem Terceira acede mediante condições (AIRES 1994, 69).

1994, 74). No entanto nem a capela seria removida nem as obras de construção da Alameda e Passeio Público veriam a sua conclusão deixando aquele extenso espaço até praticamente à década de 1970 em estado de abandono e degradação.

Procurou-se depois obviar ao carácter de periferia que mantinha a Rua nova do Olival, nas costas do Convento e da Cerca das Freiras, fazendo abrir uma rua de ligação com a Rua de Santo António na quelha que existia há muito encostada ao muro Norte / Sul daquela Cerca (actual Travessa Cândido Reis)[7]. Na sessão de Câmara de 13 de Junho de 1888, foi comunicado que a "Mesa da Arquiconfraria e a Abadessa" consentiam na "abertura das ruas projectadas e a reconstrução dos muros naquele Convento, mediante condições" (AIRES 1994, 70) tendo em Julho e Agosto do mesmo ano sido arrematada a obra (*idem*, *ibidem*, 71). A obra, porém, de "continuação e acabamento da ligação da rua da cerca com a do 1.° Duque de Bragança [antiga Rua Nova do Olival] cujo projecto foi submetido a approvação superior" ainda se registava em 1904 (FERNANDES 2005, 343-347), passados que eram dezasseis anos do seu início.

Fora de Portas, a Oeste, começava entretanto a construir-se uma nova área da vila. Aproximava-se a data da passagem das muralhas e dos fossos, ainda nas mãos do *governo militar*, para o *poder municipal*. Seria possível agora pensar a evolução da vila derrubando os *muros* de vez. Como vimos *supra*, o processo arranca em definitivo em 1869 com a portaria que autorizava a demolir o sítio das antigas portas de São Roque, continua em 1872 com a representação da Câmara Municipal ao Ministério da Guerra pedindo licença para demolir três outros pontos, a Porta do Anjo, a cortina junto das antigas portas de São Roque na Madalena e o Postigo das Manas. A posição do Ministério da Guerra foi então a de permitir apenas a demolição da cortina e que se devia estudar melhor o assunto em relação aos outros locais para decidir-se por uma política de abandono ou conservação de qualquer praça. Seria só na sequência da Lei de 23 Junho de 1879 que era redigido no ano seguinte o auto de entrega das muralhas e terrenos da Praça de Chaves à Câmara, ainda que com algumas excepções. O processo porém arrastar-se-ia algumas décadas só vindo a concluir-se em definitivo nos primeiros anos do século XX.

O *arrabalde* da Porta do Anjo começara a vislumbrar-se na urbanização ao longo do caminho de saída para NO., em direcção ao lugar do Telhado, e principalmente ao longo da calçada que ia da Vila para o Bairro de Santo Amaro, a qual seria consertada em 1865 (AIRES 1994, 23). Na sessão de Câmara de 27 de Agosto de 1873, apesar da posição do Ministério da Guerra, foi decidida "a demolição das muralhas nas Portas de S. Roque, Portas do Anjo e pequena casamata e Postigo, sem prejuízo de terceiros, e feito o auto de arrematação do empedramento, ensaibramento e cilindramento da rua desde as Portas do Anjo até o Bairro de Santo Amaro por João Feliz Alves" (AIRES 1994, 39). O principal eixo estruturador desta área da vila, a avenida para Santo Amaro, conhecia assim uma primeira intervenção de *melhoramento* pelo poder municipal, realizada entre 1873 e 1874[8], que seria completada com a obra da iniciativa do Poder Central designada por *Lanço através de Chaves* para ligação das Estradas Reais, projectada depois

7 É também possível que este arruamento corresponda à rua aberta paralela à fachada SE. do edifício do convento, a qual surge já cartografada na planta de Chaves de 1892 publicada por J. M. Rego LIMA 1892, ainda antes de se esboçar qualquer configuração de uma praça no terreno adjacente.

8 Na sessão de Câmara de 8 de Outubro de 1873 foi feito o auto de arrematação da mudança do paredão do fosso fora das Portas do Anjo, para o lado Sul, para alinhamento da rua para Santo Amaro bem como o auto de arrematação da construção das serventias dos prédios, prejudicados com o levantamento da rua (AIRES 1994, 39).

em 1887. Porém a efectiva demolição das Portas do Anjo, prevista já em 1873, só se realizaria com a concretização deste último projecto de obra.

Assim, só em meados da década de 1880 é que se inicia verdadeiramente a transformação desta zona Oeste da vila, extra-muros, numa nova área de expansão urbana. É também verdade que desde 1870 se procurava um local onde construir um cemitério municipal que pudesse substituir o velho ainda em uso localizado à Lapa, junto do encontro da muralha com o forte de São Francisco. Na sessão de Câmara de 3 de Outubro desse ano foi deliberado "oficiar ao General Comandante da Subdivisão Militar, pedindo a colaboração dos facultativos militares para a escolha da localização do cemitério da Vila" (AIRES 1994, 33). No ano seguinte surgem já verbas destinadas à compra do terreno e à construção do cemitério novo tendo mesmo sido assinada a escritura da aquisição do terreno (*idem*, *ibidem* 36-37). O processo porém arrastar-se-ia nos anos subsequentes sem conclusão à vista[9]. Em 1878 volta-se a tratar do assunto na sessão de Câmara de 29 de Março em termos que parece considerar-se uma nova localização: "escolha e localização do terreno" do Cemitério Municipal (AIRES 1994, 51) referindo-se na sessão de 17 de Maio seguinte que haviam surgido obstáculos à sua construção (*idem*, *ibidem*, 51)[10]. Na verdade, existia forte resistência popular em ter de se deixar de realizar a feira dos suínos nas proximidades do local escolhido para a construção do cemitério pelo que o processo seria de novo interrompido. Seria preciso um acórdão da Comissão Distrital em 25 de Junho de 1885 para o reinício do processo (FERNANDES 2005, 140) recepcionando-se projectos para a sua construção "a norte da Vila, entre o lugar do Caçador e o lugar do Picadeiro" na sessão de Câmara de 1 de Julho desse ano (AIRES 1994, 59). De novo se manifestaram oposições ao início daquela obra pelo que foi solicitada a elaboração de um relatório "circunstanciado para a localização do Cemitério Municipal" a uma comissão de *facultativos* da vila, constituída por "Lino José Teixeira Pinto, António Joaquim Rodrigues d'Oliveira, João Maria Gonçalves da Silveira Figueiredo (militares), José de Castro Lopo e Francisco Ferreira Antunes (civis do partido municipal) " no qual se defendia a localização próximo da Quinta do Caçador e que seria aprovado em sessão de 2 de Setembro do mesmo ano (AIRES 1994, 61). Iniciada a construção do cemitério em Julho de 1886[11] foi em Setembro desse ano decidido em sessão de Câmara que a feira dos suínos, a qual já se realizava no Largo do Picadeiro de Cavalaria, logo a NO. da Portas do Anjo, passaria para o Largo de São Roque na

9 in FERNANDES 2005, 343-347:

1870 - 1871	"Construção de um cemitério municipal nesta Villa"
1871 - 1872	"Construção de um cemitério municipal nesta Villa"
1872 - 1873	"Continuação das obras de pedreiro na construção de um cemitério municipal nesta Villa"
1873 - 1874	"ultimação das obras de pedreiro na construção do novo cemitério municipal desta Villa"
1875 - 1876	"Continuação das obras de pedreiro no cemitério desta Villa";

10 in FERNANDES 2005, 343-347:

1878 - 1879	"Para dar principio á construção de um cemitério municipal nesta vilia, incluindo a compra de terreno próprio";

11 in FERNANDES 2005, 343-347:

1886	"Construção d'um cemitério municipal nesta Villa, no sitio do Senhor do Bom Fim, entre o largo do Caçador e o logar do Picadeiro, ao norte desta Villa, em conformidade com o respectivo projecto, approvado por accordão da Commissão Districtal em sessão de 25 de Junho de 1885"
1887	"Construção d'um cemitério municipal para catholicos e não catholicos";

Madalena ao que se opôs o Administrador do Concelho pelo que a Câmara decidiria transferir a feira para "o caminho público, à esquerda da saída das Portas do Anjo" onde era antes o fosso da fortificação (AIRES 1994, 65). Finalmente em Fevereiro de 1888 era declarada estar acabada a obra do cemitério e este pronto a ser benzido pelas autoridades religiosas o que viria a concretizar-se a 7 de Março seguinte (AIRES 1994, 69).

A concretização da obra de construção do Cemitério Municipal arrastaria consigo o projecto de construção de uma nova avenida, designada precisamente Avenida do Cemitério, ligando as Portas do Anjo com o Largo onde o cemitério tinha a entrada principal. A obra conheceria contratempos devido a dificuldades na construção por causa das acentuadas diferenças de cotas ali existentes (AIRES 1994, 64) o que obrigaria à elaboração de um segundo orçamento (AIRES 1994, 68). Finalmente a obra concluir-se-ia a tempo da inauguração do cemitério[12].

Outra obra implicada pelas anteriores foi a da demolição das Portas do Anjo. Não sem que antes o acto desse lugar a uma cerimónia solene de entrega da pedra do arco por oficiais do Regimento de Infantaria 19 realizada a 11 de Julho de 1888 (AIRES 1994, 71). O caso ainda era tratado numa sessão de Câmara de 1 de Maio de 1890 em que "o Director das Obras Públicas do Distrito é informado pelo Presidente da Câmara do uso da pedra do arco das Portas do Anjo, cujos materiais foram ofertados pelo Estado (AIRES 1994, 77). Em 1900, ainda não havia sido demolida a totalidade da porta e casa da guarda anexa discutindo-se na sessão de Câmara de 9 de Agosto a necessidade de demolir o resto das Portas do Anjo porque se projectava reconstruir a casa de Simões Silva sendo, na sessão de 25 de Outubro seguinte, "arrematada por 25$100 réis, o resto da pedra deste lugar, a Anníbal Simões Silva" e "deliberado autorizar o presidente a assinar um auto de cedência do terreno necessário para o ali-

12 in FERNANDES 2005, 343-347:

1886	"Construção d'uma rua que liga as portas do Anjo, desta Villa com o projectado cemitério e terra-planagem do terreno"
1887	"Continuação da construção d'um rua que liga as portas do Anjo com o cemitério municipal";
1888	1000$000 réis para "Expropriação d'uma casa e sótãos de fronte do picadeiro na avenida do cemitério municipal";

nhamento das casas" que o mesmo ia construir junto das antigas Portas do Anjo. A casa ainda hoje existe ostentando o nome de *Anníbal Simões Silva* e a data de *1903* no gradeamento de ferro forjado que fecha a bandeira da porta principal.

Completando o projecto de urbanização da área a Oeste da vila, adjacente ás muralhas pelo exterior, que se realiza nas décadas de 1880 e 1890, veio a concretizar-se a tão ansiada abertura do Largo do Anjo, rasgando-lhe o limite Oeste com a demolição da muralha e a construção de outra avenida (depois designada Tenente Valadim) que desceria até à estrada para Santo Amaro e o Calvário. O projecto vinha já da década de 1870, aliás como todos os outros nesta área da vila. Com efeito, na sessão de Câmara de 23 de Março de 1877 foi feito o pedido de aquisição do *Aljube*, entregue ao Regimento de Cavalaria n.º 6 para servir de prisão de correcção aos soldados do dito Regimento, e do terreno do fosso para a abertura de uma rua de ligação do Anjo a Santo Amaro (AIRES 1994, 45). No ano seguinte aquele pedido era reforçado com um apelo directo a Sua Majestade El Rei, decidido na sessão de Câmara de 28 de Agosto (AIRES 1994, 52). A autorização finalmente concedida pelo Ministério da Guerra para demolir o Aljube só chegaria dez anos depois dando-se a conhecer na sessão de Câmara de 1 de Agosto de 1888 (AIRES 1994, 71) tendo sido tomada a decisão da sua demolição na sessão de Câmara de 21 de Janeiro de 1889 (AIRES 1994, 72) e aprovada a abertura de uma rua, do Largo do Anjo à ponte do Nicho, na sessão de Câmara de 17 de Julho de 1889 (AIRES 1994, 73). Para a concretização da obra foi discutido a 21 e a 28 de Agosto do mesmo ano a autorização para a realização de uma expropriação amigável das propriedades necessárias para a abertura da rua (AIRES 1994, 74). Em Janeiro de 1890 a obra estava já em curso (AIRES 1994, 76). Em Julho desse ano vários habitantes do Largo do Anjo pedem a remoção de um velho nicho da antiga Via-sacra existente na Avenida em construção "a bem da higiene e da moral" obtendo-se para o efeito o consentimento da Santa Casa da Misericórdia (AIRES 1994, 78). Ainda em Julho do mesmo ano e depois em Novembro são autorizadas novas expropriações amigáveis a fim de se concluir a abertura da Avenida do Anjo (AIRES 1994, 79) o que finalmente viria a acontecer ainda nesse ano tendo na sessão de 26 de Dezembro de 1890 a Câmara decidido por unanimidade a aprovação da proposta de ser dado o nome de Avenida Tenente Valadim à nova Avenida do Anjo (AIRES 1994, 81).

O Largo do Anjo, espaço público de grande relevo na Chaves dos séculos XVII e XVIII mas em perda desde aí, procurava reaver com estas intervenções o anterior protagonismo. Desde 1876 e 1877 que existia a ideia de fazer construir um Passeio Público junto do Largo do Anjo[13]. Afinal seria só no início do século XX, depois da abertura das várias avenidas que ordenaram a urbanização daquela zona, que, articulando os novos eixos e no impasse da conclusão do ambicioso Passeio Público projectado para a Lapa, se constrói o Passeio Público que ficou conhecido como o *Jardim da Maria Rita*. Em 1904 regista-se uma verba destinada ao "aformoseamento do largo adjacente a avenida do Tenente Valadim desta Villa superiormente aprovado" (FERNANDES 2005, 343-347) e na sessão de 5 de Agosto de 1909 a Câmara era informada pelo Capitão de Infantaria 19, Alexandre Adeodato da Fonseca Veiga, que estava pronto o coreto do Jardim da Avenida Tenente Valadim (AIRES 2000).

Outro facto relevante é o da escolha do Largo do Anjo para a instalação do colégio de Chaves e depois do Liceu oficial. Com efeito, em 1893 era inaugurado em Chaves o Colégio de S. Joaquim, numa casa da Rua Nova, mas logo no ano seguinte passaria para o edifício do desactivado Convento das Freiras.

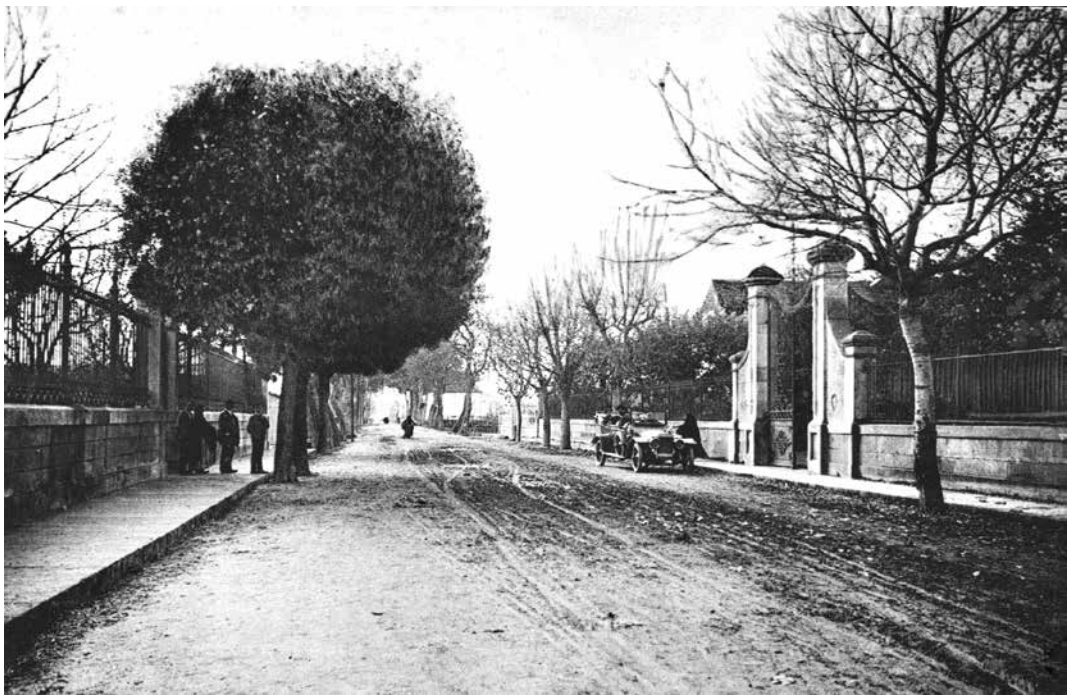
13 in FERNANDES 2005, 343-347: "Obras de cantaria para a construção do projectado passeio no largo do Anjo, desta Villa, sobre que mais tarde hade assentar o gradeamento de ferro" (não se realizou)

Em 1896, sob a ameaça de abandono do Regimento de Regimento de Cavalaria 6 por falta de instalações, aquele edifício passou a quartel e o colégio foi suspenso durante três anos. Retomaria a actividade em 1899 com instalações na casa de ângulo sobre o Largo do Anjo propriedade da família Arrochela. Entretanto, em 1903, seria criado por decreto de 3 de Setembro o Liceu de Chaves que começaria a funcionar no ano seguinte numa casa da Rua do Poço. O colégio encerrou em 1907 tendo no ano seguinte dado lugar, na mesma casa do Largo do Anjo, ao Liceu que só seria transferido para o Convento das Freiras em 1944, após extensas obras de adaptação (MACHADO 1994, 300-305).

O arrabalde da Madalena, parece surgir sempre à margem de todas estas transformações urbanas que se observam em Chaves no decurso da 2ª metade do século XIX. Não fosse a iniciativa privada do banqueiro Cândido Sotto Maior, apostado em promover a expansão urbana na margem esquerda do Tâmega, onde havia construído o seu luxuoso palacete, não se registaria aí praticamente nenhuma intervenção significativa acompanhando a renovação urbana em curso. Deve-se-lhe a criação do Passeio Público da Madalena, mais tarde designado Jardim Público Cândido Sotto Maior que teve projecto do engenheiro militar Augusto Xavier Teixeira, iniciando-se a obra em 27 de Fevereiro de 1897 para se concluir em Outubro de 1901. O Jardim ocupou terreno não urbanizado que resultaria da demolição parcial da metade SO. do hornaveque da Madalena, preservados os respectivos fossos e alguns panos de cortina, tudo cedido para o efeito pelo Ministério da Guerra, paredes meias com o palacete de Sotto Maior.

**Antigos fossos do hornaveque da Madalena integrados no espaço do Jardim Público.
Em segundo plano o alinhamento da face do Meio baluarte SE. (2008)**

Meio Baluarte do hornaveque da Madalena antes da demolição e da construção do Passeio Público, com cheia do rio Tâmega. Em segundo plano observa-se a Torre de Menagem do Castelo (finais do século XIX. (Blog ChavesAntiga).



**Troço inicial da *Estrada Real N.º 5*, Chaves (Madalena) a Vila Real por Vila Pouca de Aguiar.
Do lado esquerdo muro do palacete de Cândido Sotto Maior.
Do lado direito entrada para o Jardim Público (finais do século XIX/inícios do século XX (Blog ChavesAntiga).**

5.5. O desfecho da vocação militar de Chaves (1884 – 1928)

5.5.1. A Demolição da Cintura das Fortificações Abaluartadas. A Demolição dos Constrangimentos à Circulação

As consequências da Invasão Espanhola de 1762 iniciaram a fase de abandono e ruína da Praça de Guerra de Chaves que, em 1804 – 1805, nas vésperas das Invasões Francesas, era desclassificada como *Praça de Guerra de 2ª classe*. Passado aquele momento de conflito, que lhe agravaria ainda mais o estado de ruína, teriam lugar várias intervenções urbanas executadas pelo município que perspectivavam já, como vimos *supra*, um plano global de transformação urbana assente na ideia de que era necessário melhorar as condições de circulação, do interior para o exterior da vila bem como entre as várias áreas que internamente compunham o espaço urbano. Ora o principal obstáculo a esta circulação, considerada vital, era a da demolição das portas, cortinas e baluartes das muralhas da praça já que, em relação às obras exteriores, ou estas nunca chegaram a executar-se ou rapidamente se viram desprezadas e anuladas, não constituindo portanto um grande obstáculo.

A principal obra então executada foi a do Largo dos Terreiros do Arrabalde a qual pressupunha desde logo a anulação do já muito arruinado Meio Baluarte de Santo António. Era também essencial a articulação entre o novo Largo ou Praça e a principal rua da vila, a Rua Direita, que se encontrava estrangulada pela Torre e Porta da Vedoria pelo que a Câmara solicitou ao Governo das Armas da Província autorização para a sua demolição o que viria a obter em 1819 declarando autorizar a demolição "*não só* [d]*o Torrião mas mesmo* [d]*as portas da Vedoria para se dar huma franca sahida a essa terra nascendo daqui vantagens bem conhecidas*" (transc. por BORRALHEIRO 1997, 205). A demolição só viria porém a executar-se em 1832.

Em 1827, o lançamento da obra da calçada de S. Roque projectava também com certeza a futura demolição do ainda subsistente Postigo de S. Roque, facilitando assim a saída do complexo de largos dos arrabaldes implantados sobre ambas as margens do Tâmega, a partir do Largo da Madalena, ligando ao terreiro da Capela de S. Roque e integrando-o igualmente. No Terreiro ou Largo do Arrabalde, onde se projectava a construção do mercado municipal, a fase mais intensa da obra ocorreria entre 1831 e 1833 com a construção do paredão que sustentava a plataforma e, sobre o qual, se ergueu uma arcaria coberta.

O confronto entre as plantas de Chaves de 1801 e de 1840 mostra igualmente que foi nesta mesma época que, como vimos *supra*, se realizou a demolição dos Armazéns da Vedoria, da torre medieval da Porta de Cima e da Capela do Anjo dando origem ao amplo largo que ainda hoje se observa. Os fossos começariam também a ser perspectivados como áreas válidas e disponíveis para a construção como se verificou na construção do Cemitério Velho, adossado ao Forte de S. Francisco, e na ocupação dos fossos do mesmo forte, do lado orientado a S., com construções militares que as plantas designam como *palheiros*. A planta de 1840 mostra ainda como a ruína das muralhas, já muito evidente no início do século XIX, havia apagado então completamente dois troços importantes que eram o Baluarte de N. Sra. das Brotas, com partes da cortina que o ligava ao Forte de São Francisco e o Baluarte de Santo Amaro, com toda a extensão da cortina que ligava ao Baluarte do Castelo.

A demolição das muralhas parece conhecer então um momento de paragem mas, uma portaria datada de 30 de Outubro de 1869 autoriza finalmente a demolir o sítio das antigas portas de São Roque. Na

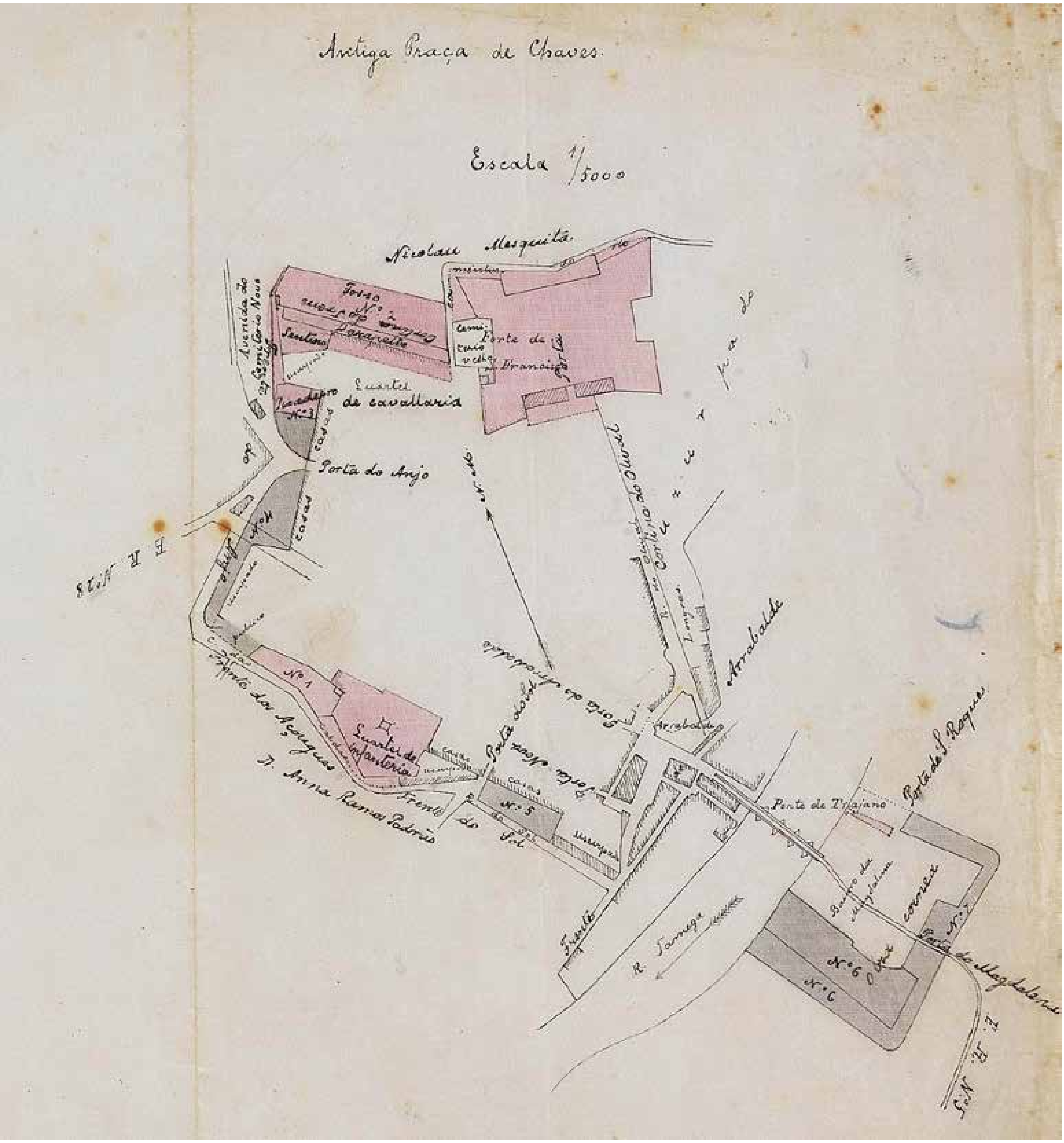
sessão de Câmara de 13 de Fevereiro de 1871, é decidido arrematar o conserto da muralha que vai do Arrabalde ao Forte de São Francisco, necessária à sustentação da plataforma onde se projectava a abertura da Rua do Olival (AIRES 1994, 35). O passo decisivo é assumido pela representação da Câmara Municipal ao Ministério da Guerra datada de 1 de Maio de 1872 pedindo licença para demolir em três pontos o recinto amuralhado e que eram a porta do Anjo, ocupando uma porção do fosso, para abrir uma rua na direcção do bairro de Santa Ana; junto à muralha e terreno do edifício de São João de Deus para construir passeio junto às antigas portas de São Roque e ao largo do mesmo nome; e o portal do postigo das Manas a fim de prolongar a Rua Nova até ao Largo do Arrabalde. A posição do Ministério da Guerra apenas seria favorável ao segundo ponto adiando para mais tarde qualquer decisão relativa ao abandono ou conservação de qualquer praça.

Ainda que sem o acordo oficial das autoridades militares, a Câmara inicia a execução dos projectos que tinha em vista. Na sessão de Câmara de 27 de Agosto de 1873 é decidida a demolição das Portas de S. Roque, das Portas do Anjo e pequena casamata anexa, bem como do Postigo das Manas, "sem prejuízo de terceiros" (AIRES 1994, 39). Ainda nesse ano mas em Outubro é também decidido o auto de arrematação "da mudança do paredão do fosso fora das Portas do Anjo, para o lado Sul, para alinhamento da rua para Santo Amaro" (AIRES 1994, 39). No ano seguinte, a Câmara em sessão de 4 de Maio de 1874, propunha que o Arco do Postigo [das Manas], ao fundo da antiga Rua Nova, "devido ao seu estado de ruína" devia ser demolido "depois de ser visto e verificado pelas maiores autoridades da Vila". Três dias depois, a 7 de Maio, era deliberado "a sua demolição imediata, por conta do Município" uma vez que estava eminente a derrocada do arco, "com todos os perigos decorrentes" (AIRES 1994, 41). A 25 de Junho era a vez do Comandante da Praça de Chaves inquirir a Câmara sobre qual o motivo daquela demolição e qual o destino da sua pedra (AIRES 1994, 42). Em 1877 (23 de Março), a Câmara faria o primeiro pedido negado de aquisição do Aljube Militar ao Largo do Anjo bem como do terreno do fosso junto pelo exterior da muralha, "para a abertura de uma rua de ligação do Anjo a Santo Amaro" (AIRES, 1994, 45). No mesmo ano (23 de Agosto), o Governo do Distrito informava que o Ministério da Guerra se recusava "a fazer as despesas com as obras de reparação" das muralhas entre o Arrabalde e o Forte de São Francisco ao Olival pelo que a Câmara "deliberou por unanimidade tomar sobre si a responsabilidade da despesa, pedindo a concessão da referida muralha" cuja conservação era necessária à obra em curso de abertura da Rua Nova do Olival (AIRES 1994, 48). Alguns anos depois, a 24 de Março de 1880, a Câmara chegaria a deliberar propor "ao Ministério da Guerra a construção de um novo quartel para o Regimento de Cavalaria 6, oferecendo algumas condições para tal efeito" (AIRES 1994, 39).

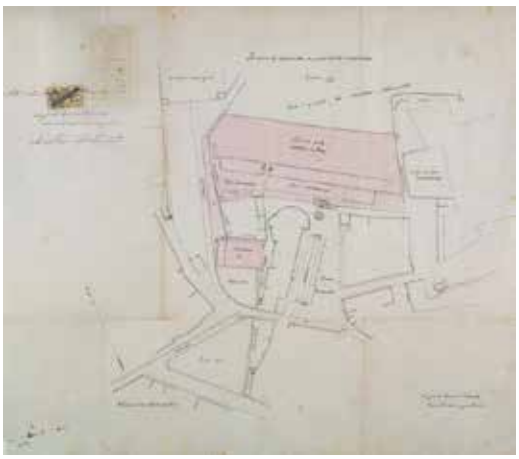
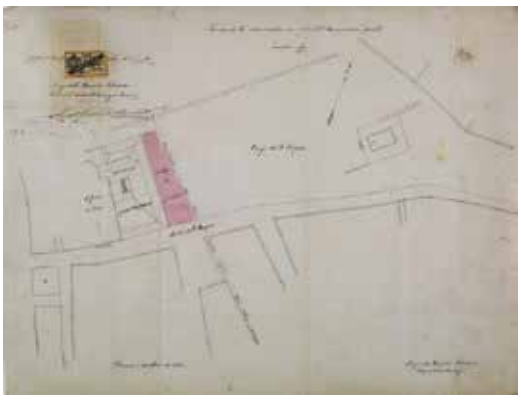
Finalmente, depois deste braço de ferro com as autoridades militares, e na sequência da Lei de 23 Junho de 1879, concretiza-se a 3 de Junho de 1880 o Auto de Entrega das Muralhas e Terrenos da Praça de Chaves à Câmara Municipal pelo Ministro da Guerra, com as seguintes excepções, o Forte de São Neutel, compreendendo edifícios, interiores, terraplenos, parapeitos, fossos, esplanada e zona de servidão; o Forte de São Francisco, compreendendo edifícios, interiores e exteriores, terrapleno, parapeitos e fossos ainda não concedidos; a muralha que sustentava o edifício de São João de Deus e jardim anexo; o do "*baluarte sobre o terrapleno em que assenta o quartel de infantaria número treze, suas dependências e a porção de terreno compreendida entre a latrina regimental, flanco e face ocidentais e uma parabólica que passando da esquina da antiga casa escura e um ponto no prolongamento do flanco de baluarte touvado no pé do seu talude de escarpa a quatrocentos do ângulo da espalda à tangente d'um lado à face exterior da dita casa escura e do outro*

a linha determinada por aquele ponto e com outro tourado na bissectriz do baluarte a oito decímetros do ângulo flanqueado"; a de todo o fosso, muralha e terreno por ela ocupada, compreendidas entre o Forte de São Francisco e o alinhamento da parede do picadeiro voltado ao sul que são destinadas à construção do novo quartel de cavalaria (Ficha IPA / ex-DGEMN PT011703500004). A concessão e entrega das muralhas e fossos à Câmara pelo General Comandante da Subdivisão Militar de Chaves, a respectiva escritura bem como o acto de conhecimento e posse seriam tratados nas sessões de Câmara de 19 e 26 de Maio e de 3 e 9 de Junho (AIRES 1994, 55).

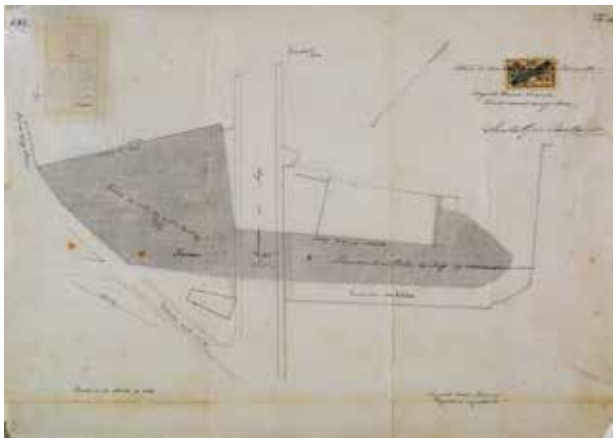
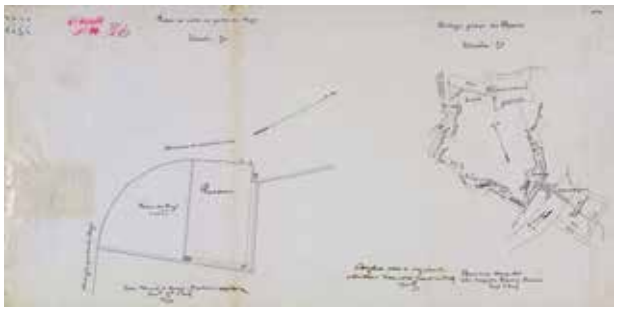
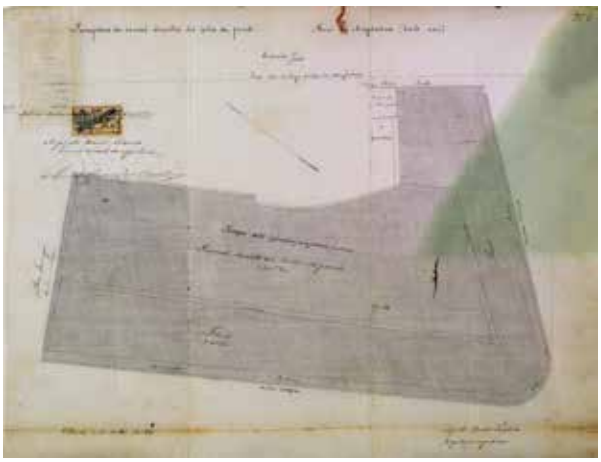
Mas o processo não terminaria aqui. Havia que identificar, medir e cartografar todos os terrenos e propriedades que o auto de 1880 determinava entregar à Câmara Municipal, processo que só se concluiria por fim entre 1893 e 1902. Como se escrevia no "O Intransigente", de 24 de Maio de 1905 (citado por MACHADO 1994, 281), "Depois de 1880 (…) sucessivas Câmaras flavienses vinham pedindo insistentemente ao Ministério da Guerra que lhes fizesse a entrega dos fossos e muralhas que rodeavam a vila. E explicavam quando o conseguiram "… pena foi que levasse tanto tempo a escangalhar a antiga praça, que já não servia de nada na defesa da vila e, para mais, obrigara com o seu recinto intangível de pedra ao atrofiamento do velho burgo"". Entretanto, entre 1888 e 1890, seriam autorizadas e executadas as demolições da Porta do Anjo e do Aljube Militar no Largo do Anjo, bem como dos panos de muralha adjacentes (AIRES 1994, 71-81). Teremos ocasião *infra* no texto de analisar mais detalhadamente estes acontecimentos e inseri-los no contexto das transformações urbanas que então estavam em marcha configurando um *Plano de Melhoramentos* e com ele a primeira fase da criação da *Cidade Moderna*.

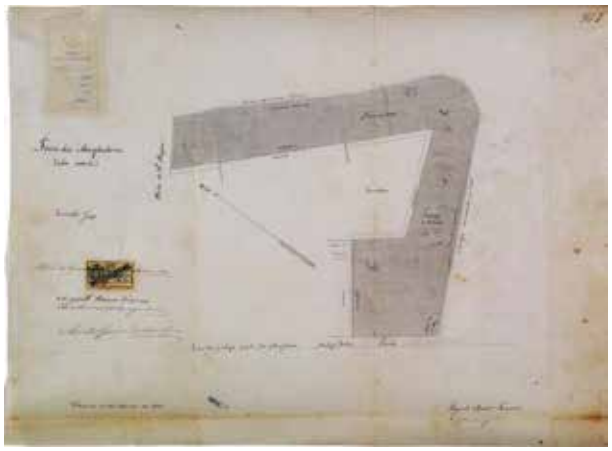
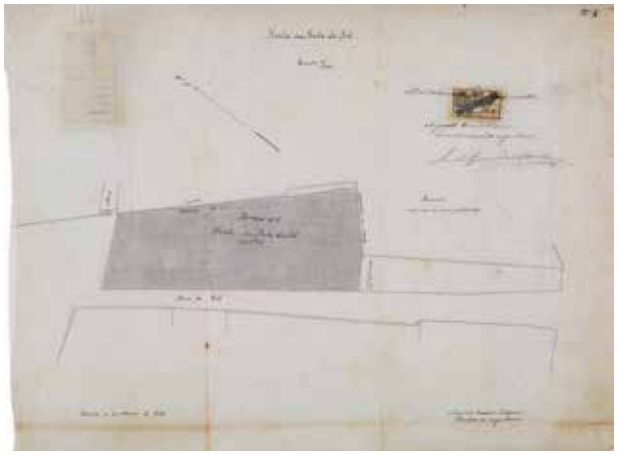
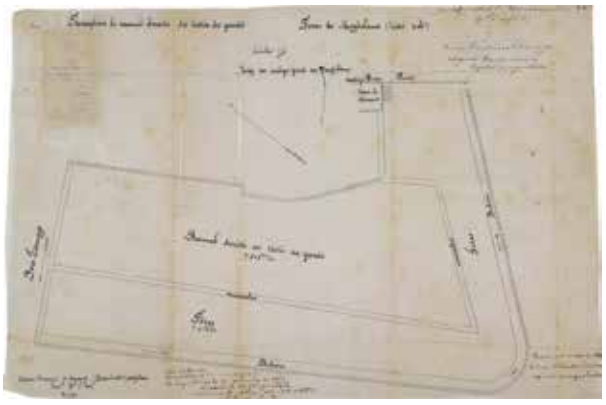

Antiga Praça de Chaves
Escala 1/5000
Nicolau Mesquita
Porta do Anjo
de cavallaria
Arrabalde
Ponte de Trajano
Porta de S. Roque
R. Tamega
Quartel de infanteria
Frente
N.º 1
N.º 5
N.º 6

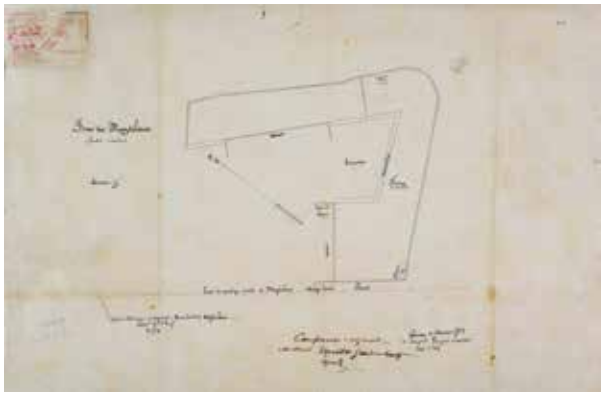
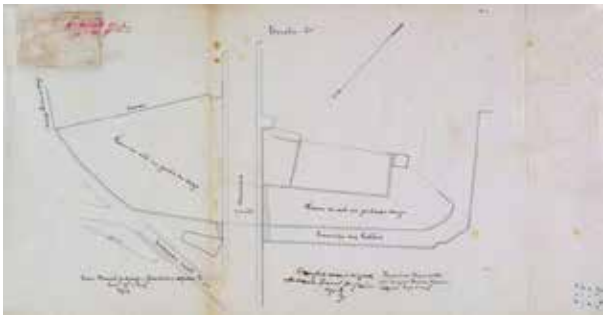
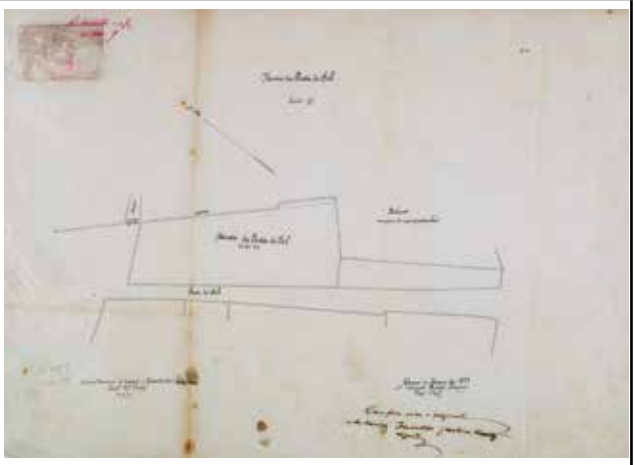
Processo e cartografia de 1902 (terrenos reservados)

Cota	Data	Descrição	
9898-1-8-12	1902	Terrenos c/ reservados ao Quartel de Infanteria : [em Chaves]	
9883-1-8-12	1902	[Aquartelamentos reservados em Chaves à cavalaria no Bairro Alto e no Baluarte do Trem]	
9887-1-8-12	1902	Terrenos reservados no Forte de S. Francisco : [em Chaves]	
9889-1-8-12	1902	Terrenos reservados no Quartel da Guarda Fiscal : [em Chaves]. Era pertença do Convento de S. João de Deus no Bairro da Madalena (antiga obra Correa da Madalena) na Praça de Chaves; tinha o nº 28 no tombo do Ministério da Guerra	

Processo e cartografia de 1893 (terrenos cedidos)

Cota	Data	Descrição	
9890-1-8-12	1893	Fosso ao sul da Porta do Anjo : [em Chaves]. É o Fosso do Baluarte de Santo Amaro, em Chaves	
9888-1-8-12_a	1893	Fosso ao norte da Porta do Anjo : Antiga Praça de Chaves	
9886-1-8-12	1893	Fosso da Madalena : [em Chaves] : [Lado sul] : Terrapleno do ramal direito da testa de ponte	

9885-1-8-12	1893	Fosso da Madalena : [em Chaves] : [Lado norte]	
9884-1-8-12	1893	Horta da Porta do Sol : [em Chaves]. O tombo desta D. A. Eng.ª dá as confrontações seguintes, segundo uma comissão que reuniu em Chaves a 24 de Agosto de 1901 e constituída por João José Pereira Dias, Coronel Inpector de Eng.ª, Augusto Xavier Teixeira, Capitão de Eng.ª, e Pedro Gomes Teixeira, Capitão de Eng.ª: Norte e Leste, muralha da antiga frente da Porta do Sol; Sul, rua do Sol; Oeste, caminho das Caldas. Confrontando os desenhos nº 4014 e 1295, conclui-se que a Porta do Sol é a primitivamente designada por Postigo das Caldas. Desta maneira e tendo em atenção que a horta é o terreno do antigo fosso, conforme se lê no processo do tombo, fica este terreno perfeitamente localizado	
9882-1-8-12	1893	Fosso da Magdalena : [em Chaves] : [Lado sul] : Terrapleno do ramal direito da testa da ponte	

7792-1-8-12	1893	Fosso da Madalena : [em Chaves] : Lado norte	
7776-1-8-12	1893	[Região a sul da antiga Porta do Anjo da Praça de Chaves]	
7775-1-8-12	1893	Horta da Porta do Sol : [em Chaves]	

5.5.2. Quartel do Regimento de Infantaria 19 (1884 – 1928)

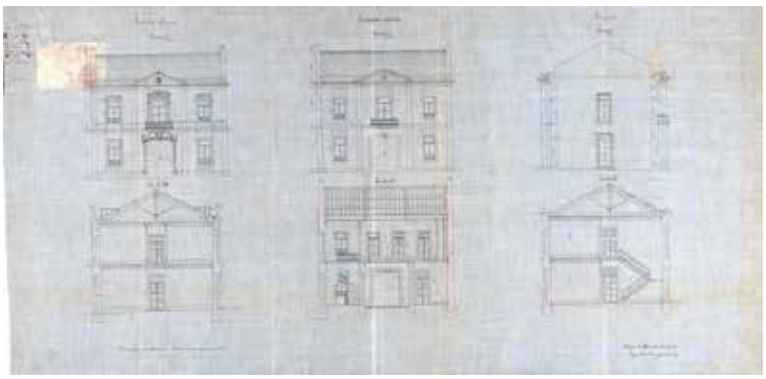
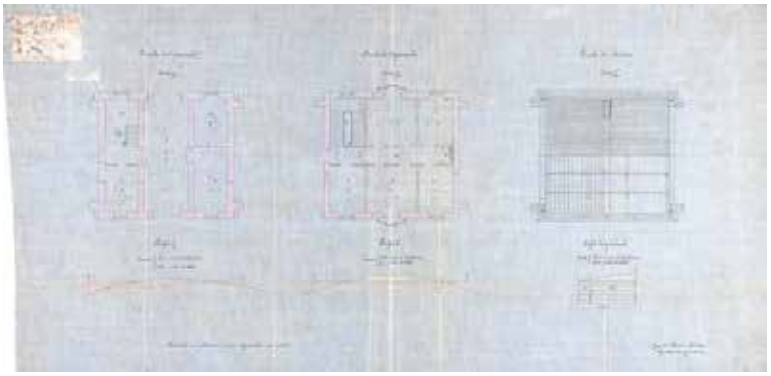
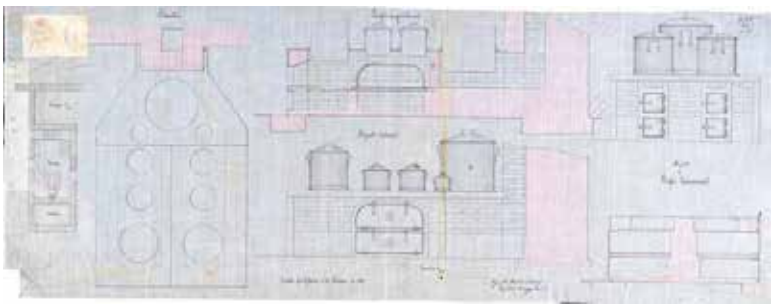
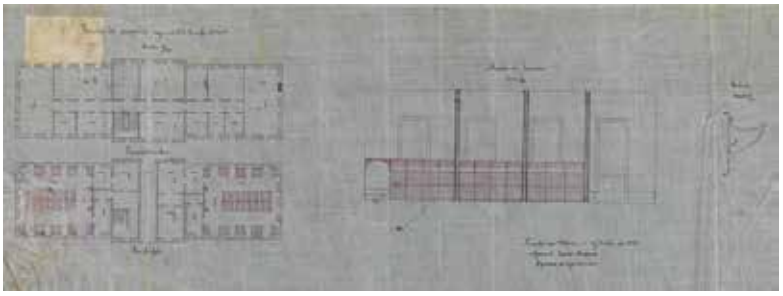
Quando foi decidida a 28 de Agosto de 1883, a transferência do Regimento de Infantaria 13 para Vila Real, foi grande o alvoroço entre as forças vivas da vila de Chaves. Com efeito, durante os quarenta e dois anos em que aquele regimento havia permanecido em Chaves, "(…) aparte os interesses económicos ligados à sua permanência e manutenção na vila, muitos militares tinham contraído na terra laços profundos de natureza familiar que foi extremamente difícil desfazer, para mais quando parece ter havido a influência de perniciosa política. Por tudo isso não foi fácil a partida, entre muitas lágrimas e protestos, marcada até com a morte de um pobre fedelho que assistia a uma arruada e serviu de alvo a um tiro disparado pelo impetuoso capitão Celestino da Silva, nem tão pouco a permanência em Vila Real, terá sido pacífica durante muito tempo, marcada por um feroz confronto com as outras guarnições ali estacionadas" (MACHADO 1994, 296 – 297).

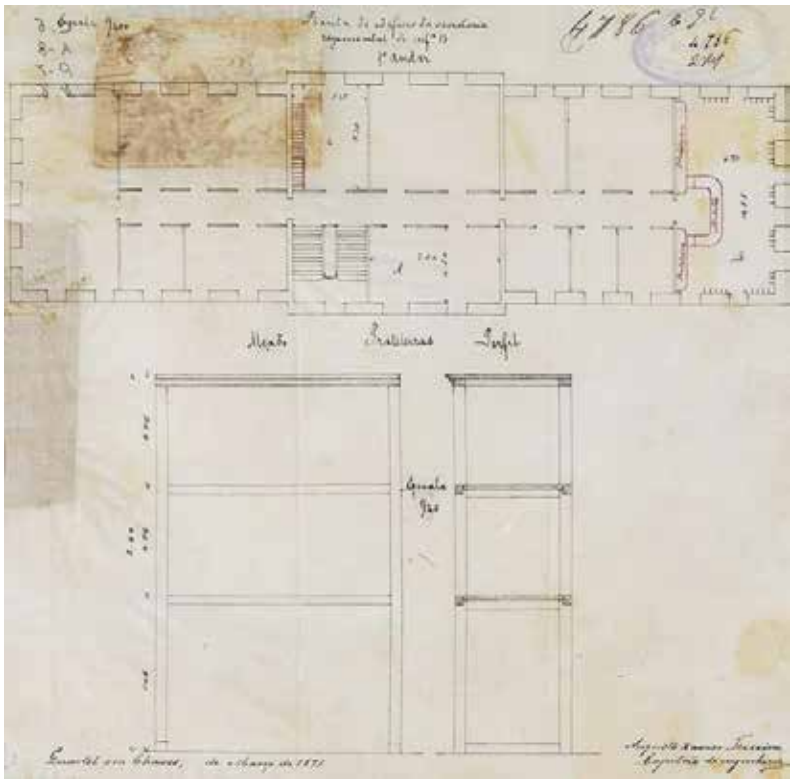
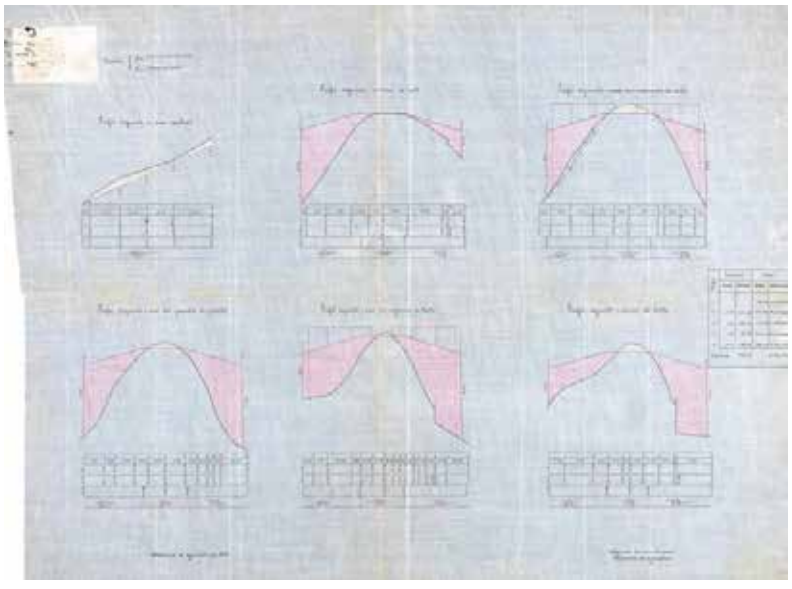
Com a reorganização de 30 de Outubro de 1884 foram criados seis novos regimentos de infantaria, entre os quais o 19. Foi decidida a 16 de Novembro de 1884 sua instalação em Chaves. Nele se incorporaram então "numerosos elementos do Infantaria 13, sedeada em Vila Real (4 oficiais superiores, 3 oficiais inferiores, 120 cabos e soldados e dois tambores)" (MACHADO 1994, 298).

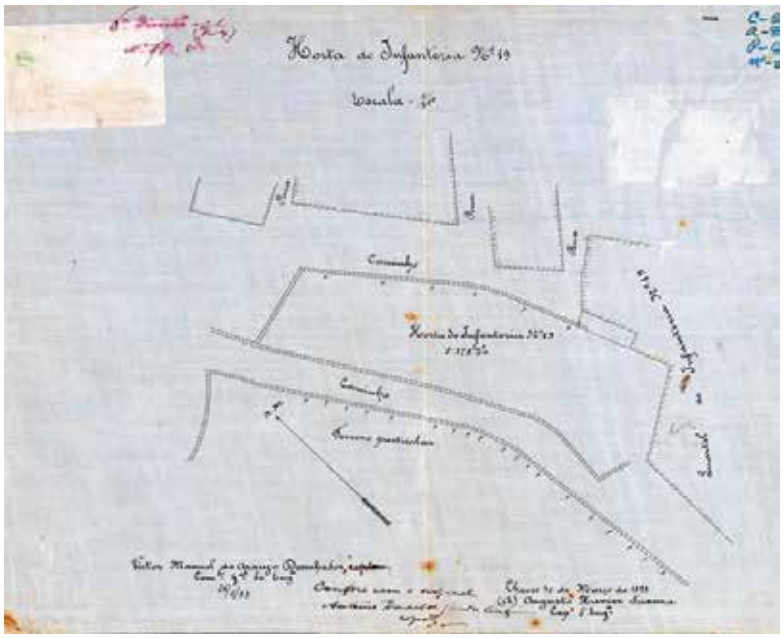
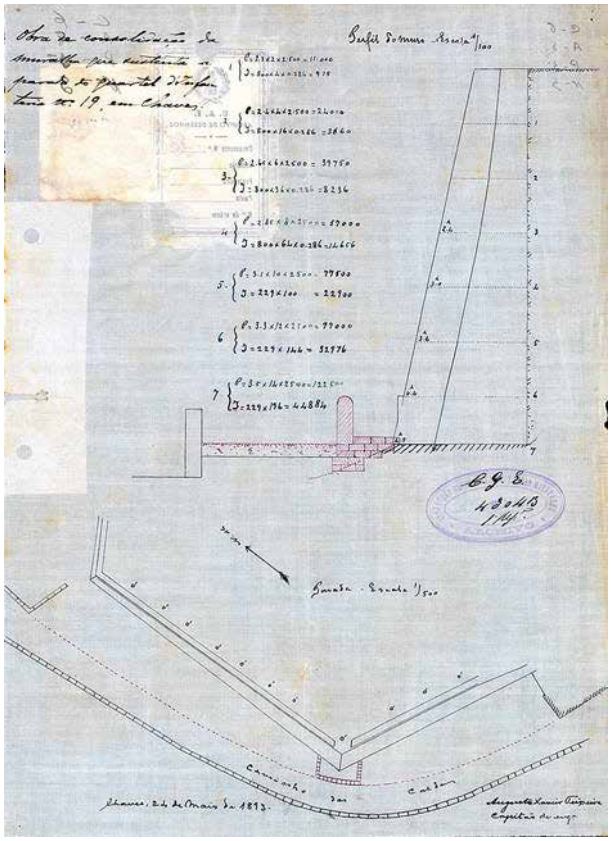
O Regimento de Infantaria 19 seria destacado em 1891, depois da insurreição republicana de 31 de Janeiro, para a cidade do Porto onde permaneceria durante vários meses instalado no quartel da Torre da Marca. Teve depois papel de relevo durante as tentativas de restauração monárquica de 1912 e 1918. Posteriormente, com a reorganização de 10 de Junho de 1928, o regimento de Infantaria 19 saiu de Chaves tendo-lhe sucedido o Regimento de Infantaria 10 (MACHADO 1994, 298). Mais tarde o Regimento de Infantaria 10 seria substituído nas instalações militares do Baluarte do Castelo pelo Batalhão de Caçadores nº 3. Com a construção do Quartel novo no planalto da Trindade junto da Carreira de Tiro e do Forte de S. Neutel nas décadas de 1940 e 1950, as instalações militares no Baluarte do Castelo seriam desactivadas iniciando-se no final da década de 1950 o processo de reabilitação para fins civis.

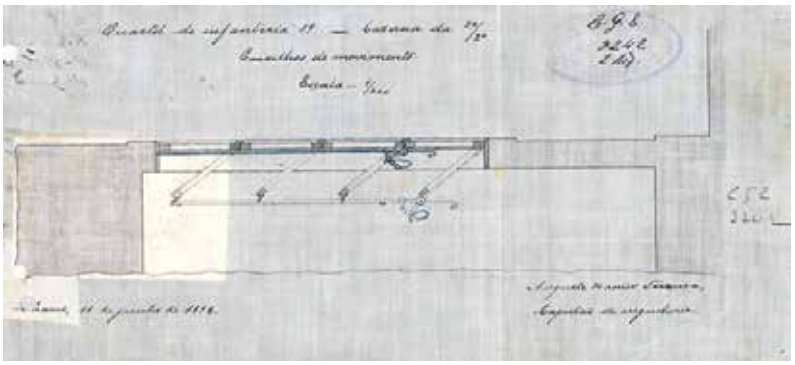
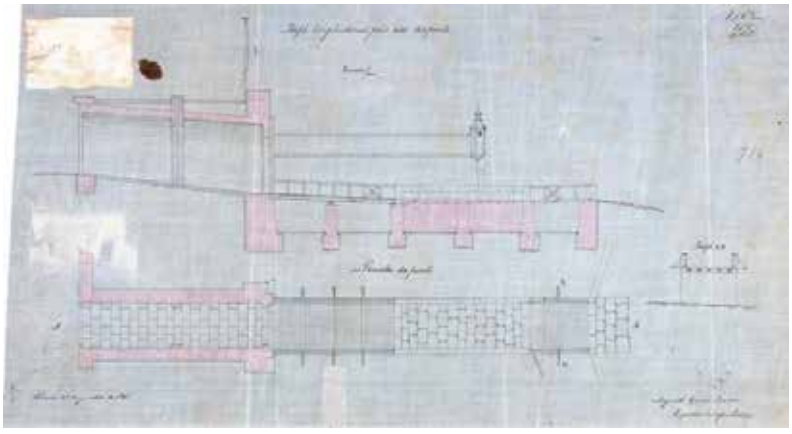
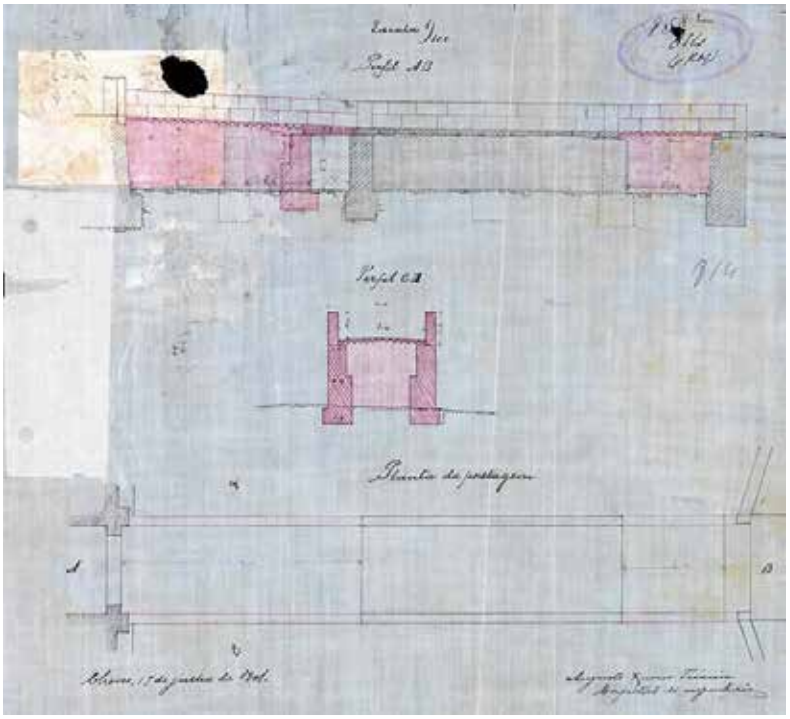
O processo relativo ao projecto da obra de remodelação do Quartel do Regimento de Infantaria 19 em Chaves guarda-se no AHM/GEAEM com datas limites de 1889 a 1907 e cota 7462-3-43-58[1]. Consta de plantas, alçados e desenhos de pormenor que se reproduzem a seguir.

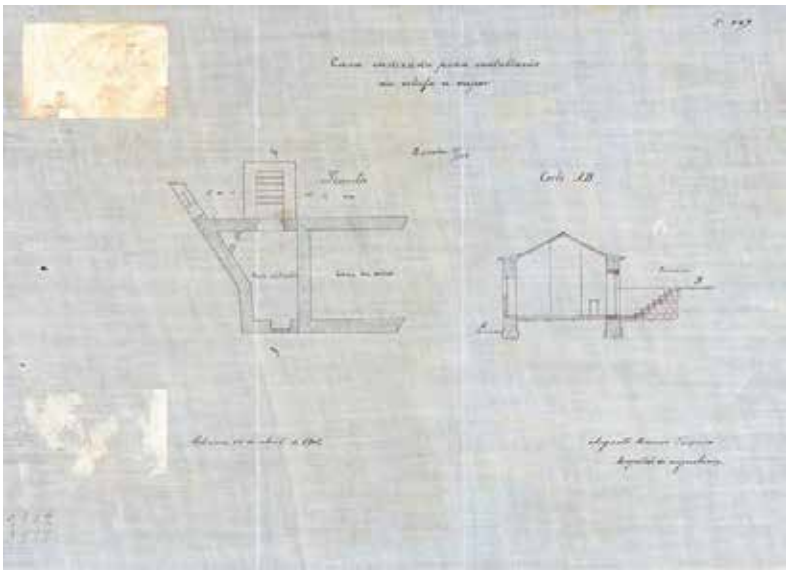
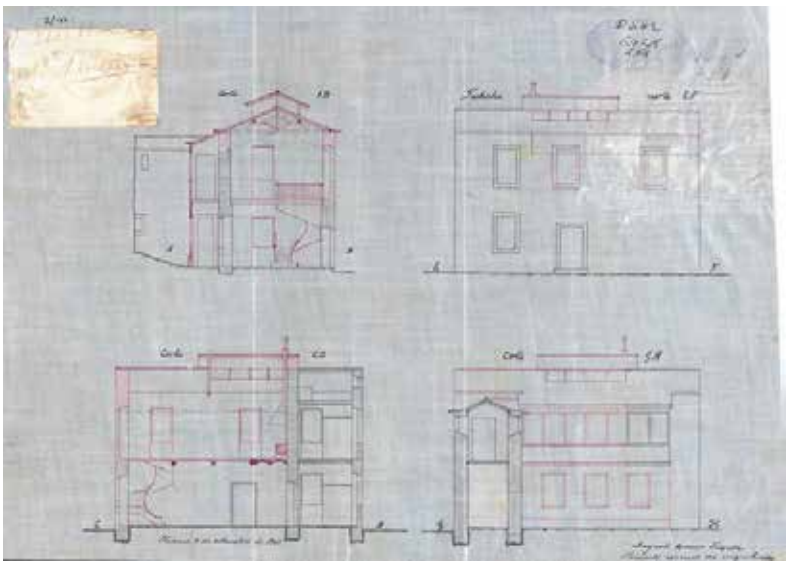
1 Este nº de cota corresponde a uma colecção de 15 desenhos e reenvia para as seguintes cópias: 7747-3-43-58; 7748-3-43-58; 7749-3-43-58; 7750-3-43-58; 7754-3-43-58; 7758-3-43-58; 7763-3-43-58; 7764-3-43-58; 7768-3-43-58; 7769-3-43-58; 7770-3-43-58; 7772-3-43-58; 7774-3-43-58; 7780-3-43-58; 7793-3-43-58

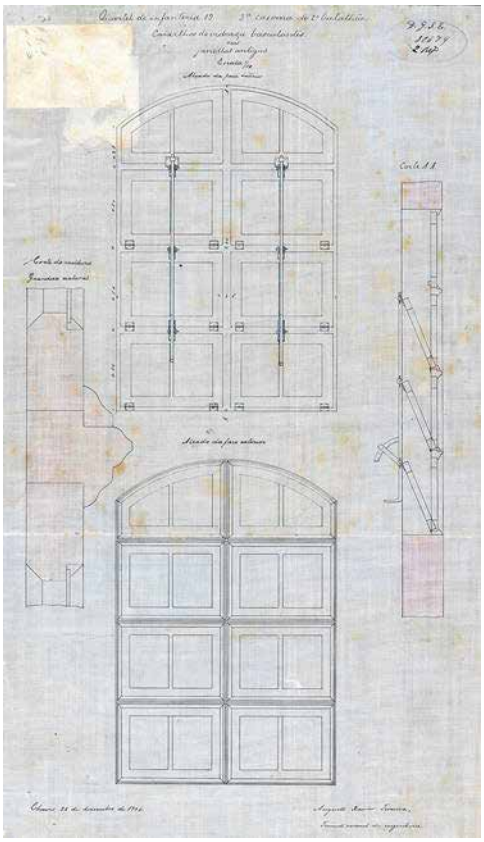
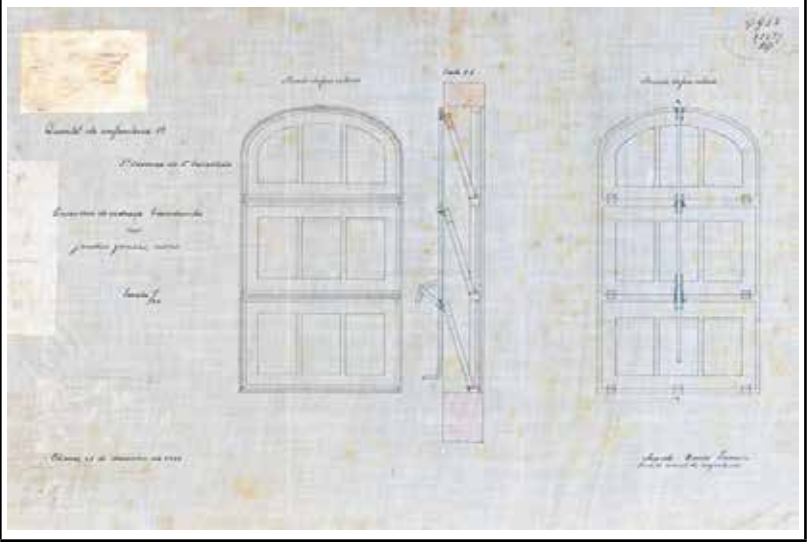
Cota	Data	Descrição	
7747-3-43-58	1889	Fachada exterior ; Fachada interior ; Empena ; Corte E F [parece corresponder ao corpo central do edifício orientado à Praça Principal]	
7748-3-43-58	1889	Plantas dos 1º e 2º pavimentos e da cobertura ; Perfis 7 e 8 e longitudinal	
7749-3-43-58	1889	Planta [da cozinha] ; Perfil longitudinal ; Alçado e perfil transversal ; Alçado lateral	
7726-1-4A-8	1890	Planta da Secretaria Regimental de Infanteria 13 [em Chaves] : 1º andar : Rez do chão : Alçado da divisoria	

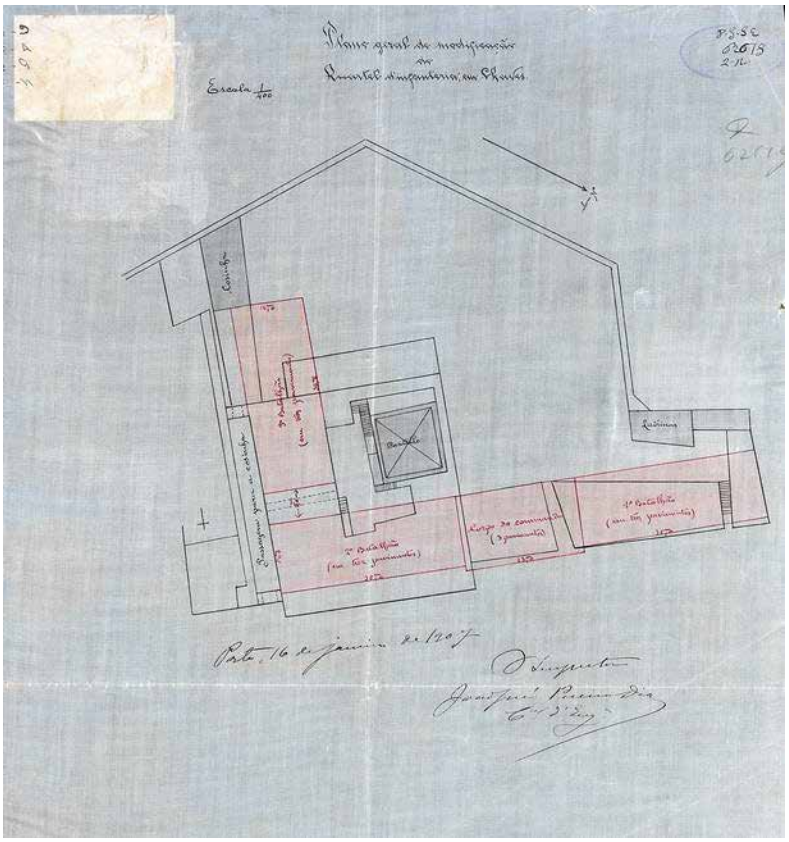
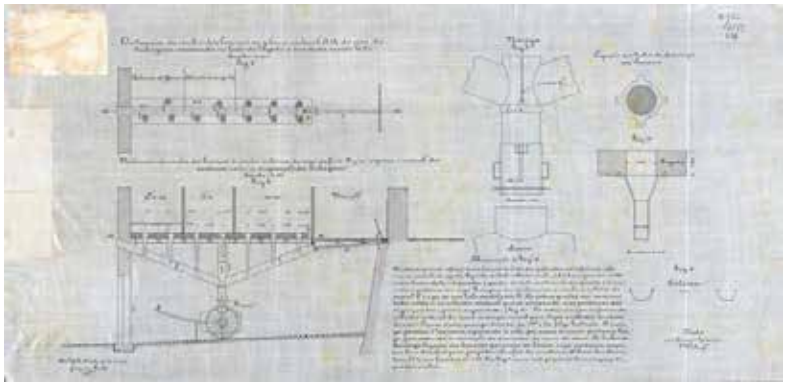
7727-1-4A-8	1891	Planta do edifício da Secretaria Regimental de Inf.ª 13 [em Chaves]	
7750-3-43-58	1890	Perfis	

7754-3-43-58	1893	Horta de Infanteria nº 19	
7758-3-43-58	1893	Obra de consolidação da muralha que sustenta a parada do quartel d'Infanteria nº 19 em Chaves: perfil do muro: parada	

7763-3-43-58	1896	Quartel de Infanteria 19: cazerna da 3ª / 2ª: caixilhos de movimento	
7764-3-43-58	1901	Perfil longitudinal pelo eixo da ponte; Planta da ponte	
7768-3-43-58	1901	Planta da passagem; Perfis por AB e por CD	

7769-3-43-58	1902	Casa indicada para installação da estufa a vapôr : planta : corte AB	
7770-3-43-58	1905	Fachada e cortes	

7772-3-43-58	1906	Quartel de Infanteria 19 : 3ª caserna do 2º Batalhão : caixilhos de vidraça basculantes nas janellas antigas : alçados das faces interior e exterior	
7774-3-43-58	1906	Quartel de Infanteria 19 : 3ª caserna do 2º Batalhão : caixilhos de vidraça basculantes nas janellas gemeas novas : alçado da face exterior : corte A A : alçado da face interior	

7780-3-43-58	1907	Plano geral de modificação do quartel d'Infanteria em Chaves	
7793-3-43-58	1907	[Pormenores para as sentinas do quartel de Infantaria 19 em Chaves]	

Plano geral de modificação do Quartel d'infanteria, em Chaves.

Escala $\frac{1}{400}$

Cosinha

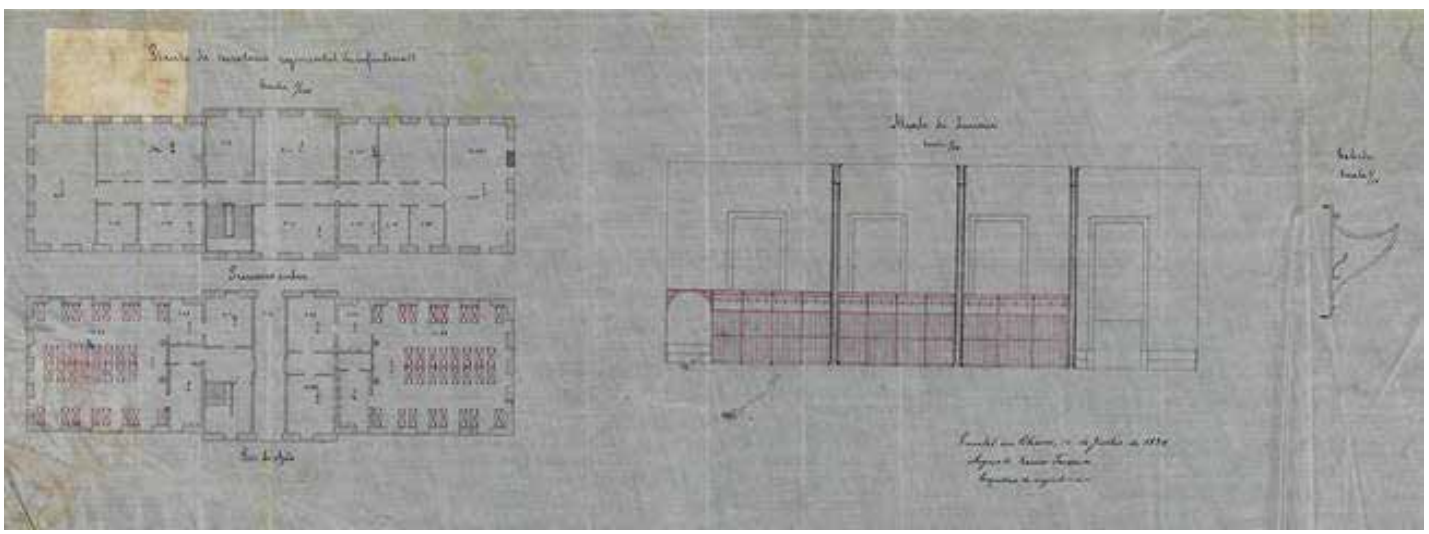
Ladrinas

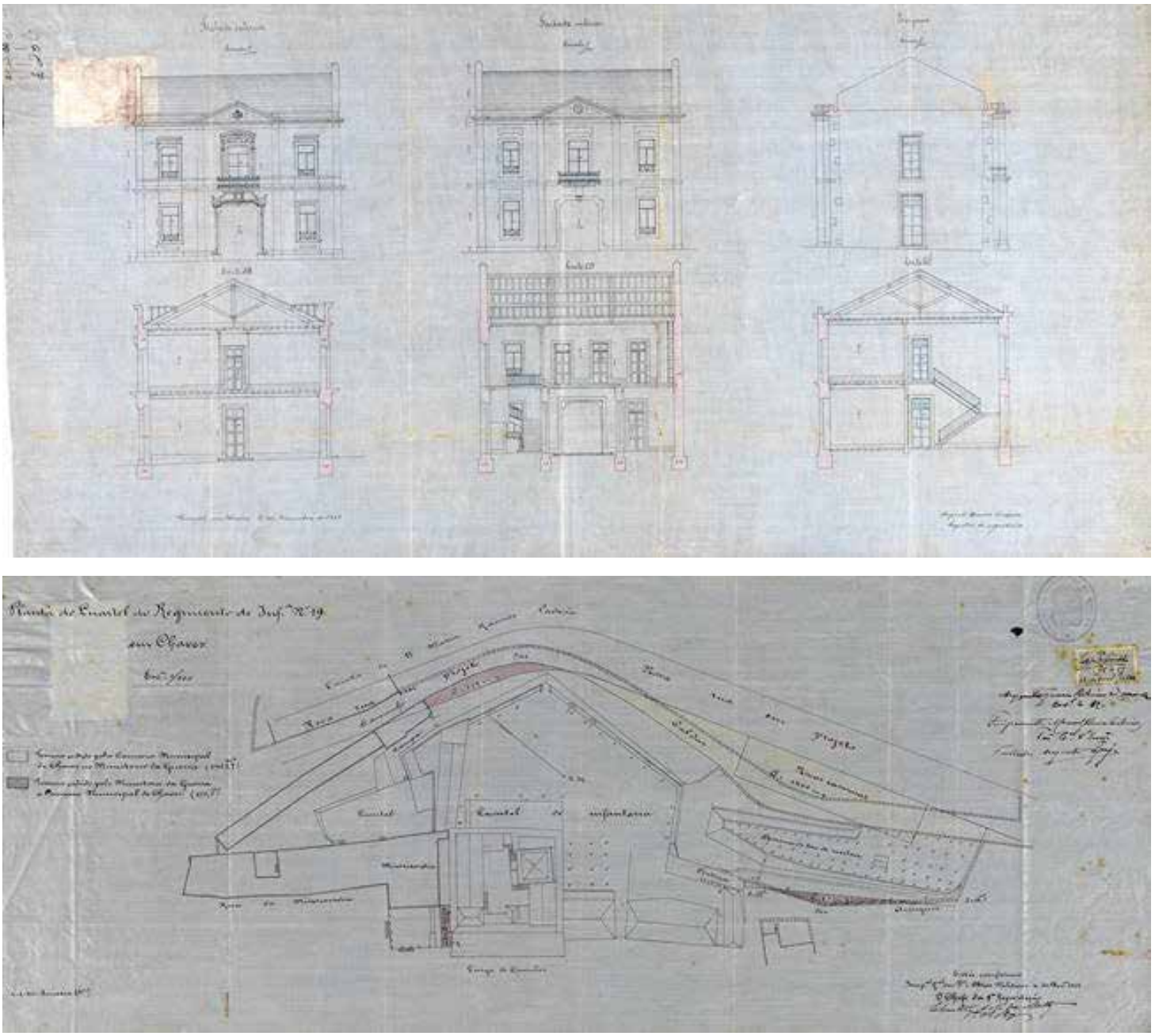
Porto, 16 de janeiro de 1907

O Inspector

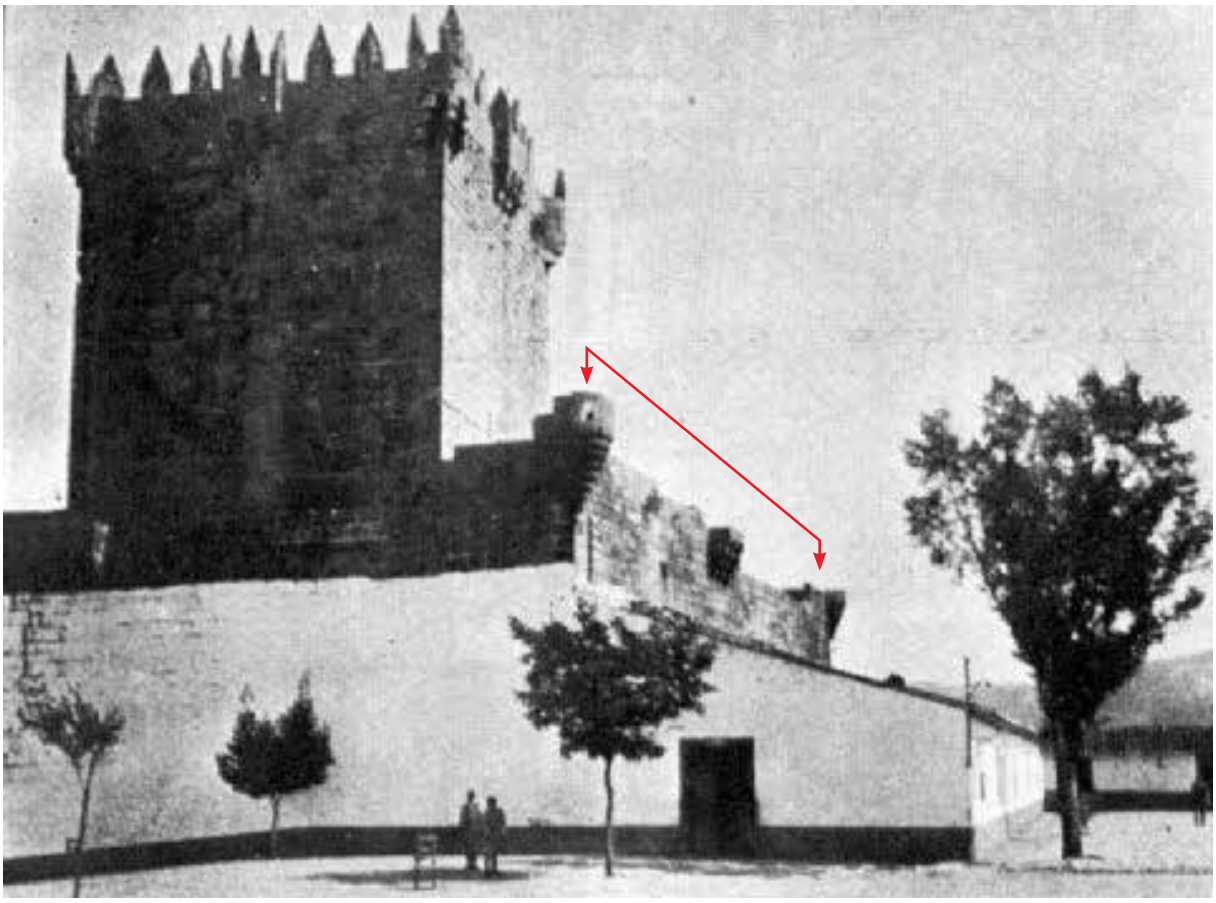
João José Pereira Dias

Cor. d'Eng.

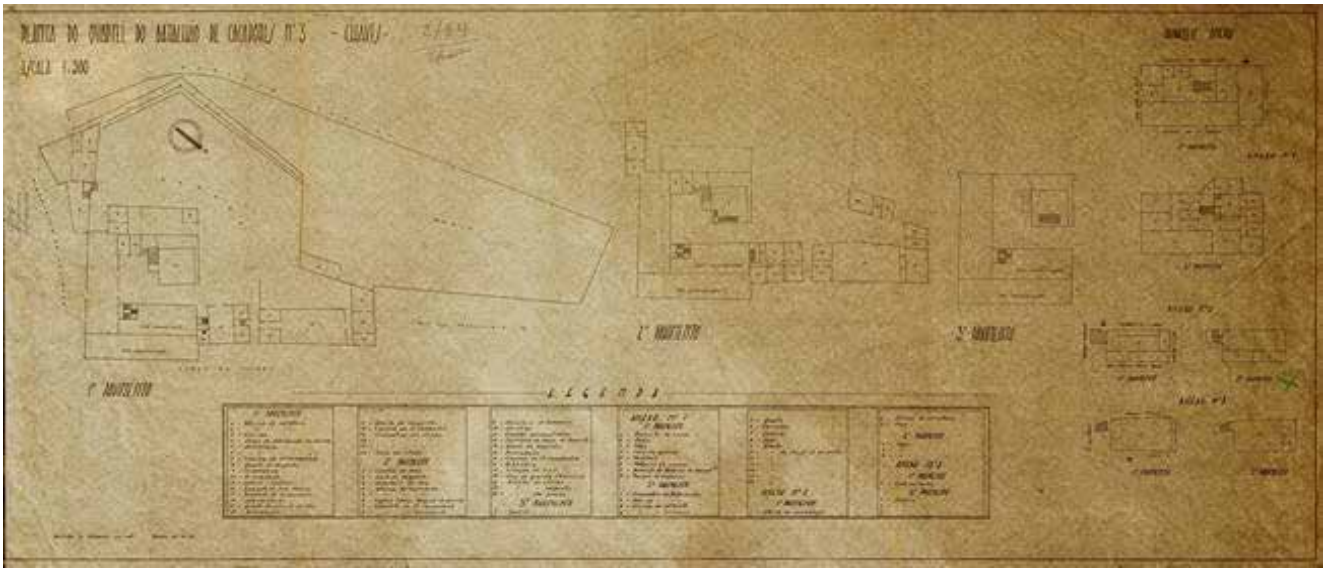




*Planta do Quartel do Regimento de Inf.ª nº 19 : [em Chaves]. Insp.ão G.al das F.ões e Obras Militares, 4 de Fevereiro de 1918 ; o Chefe da 1ª Repartição, Sebastião Nunes da Matta, T.e C.el d'Eng.ª. O aquartelamento está instalado no Baluarte de Santa Catarina e no Castelo***. AHM/GEAEM 9891-1-8-12**



Parada do Quartel de Infantaria 19 antes das obras de *modificação*.
Repare-se na cortina do castelo ainda preservada a todo o comprimento Sul.

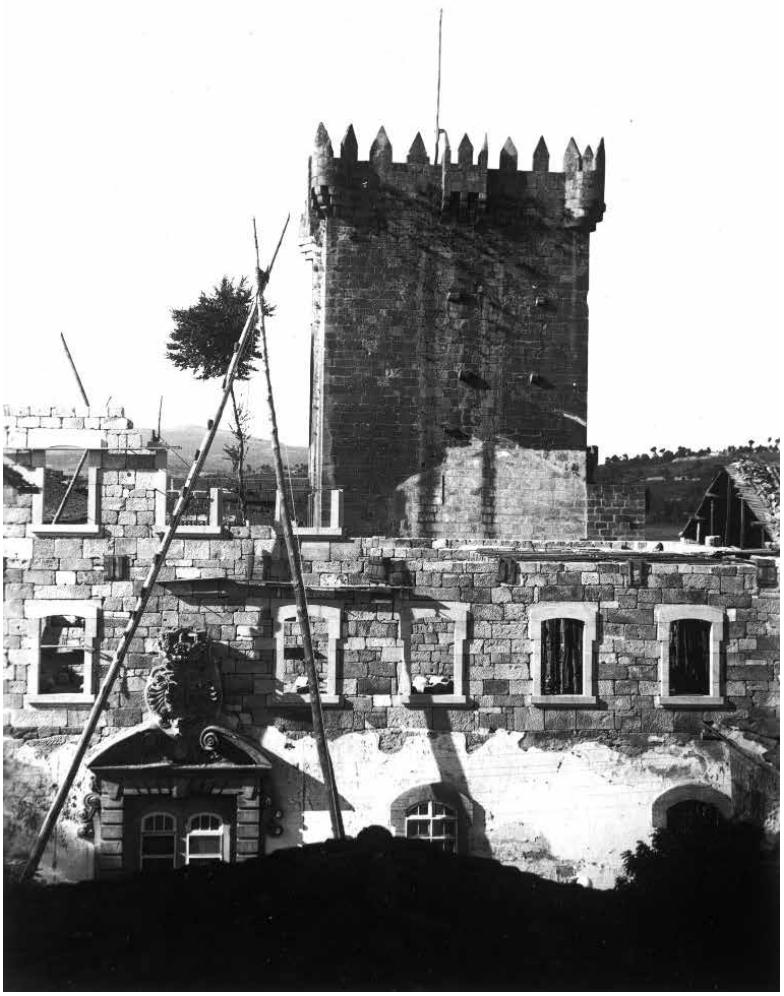


Planta do Quartel do Batalhão de Caçadores nº 3 [em] Chaves : 1º, 2º, 3º pavimentos e anexos. Em ozalide.
s/d. AHM/GEAEM 7744-1-4A-8.

A *Planta do Quartel do Regimento de Inf.ª nº 19 : [em Chaves]* (AHM/GEAEM 9891-1-8-12) referenciada à Inspecção-geral das Fortificações e Obras Militares e datada de 4 de Fevereiro de 1918 mostra que a obra de modificação ainda não havia sido iniciada nessa data. Desconheço a data exacta de lançamento daquela obra mas deverá ter arrancado pouco depois e desenvolvido ao longo da década de 1920.

Área da a
praça ba

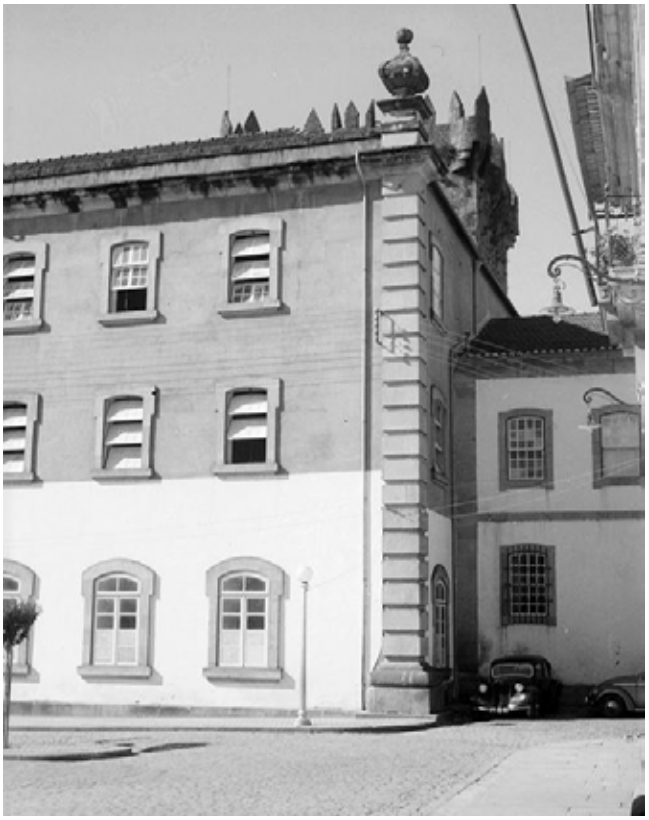
O projecto ignorava completamente o pré-existente propondo um edifício principal com um corpo central destacado a localizar sobre a antiga Casa da Secretaria do Regimento, implicando a demolição da Casa da Guarda Principal. Um segundo edifício, perpendicular ao primeiro, implantar-se-ia do lado da Misericórdia, prolongando-se para além da cortina Sul do castelo e implicando a sua demolição parcial, salvaguardando-se apenas a torre de menagem e parte das cortinas Sul e Oeste do Castelo. Porém, a obra que veio a concretizar-se, manteve os planos das fachadas dos antigos Quartel da Guarda Principal e da Casa da Secretaria do Regimento, alteando com três pavimentos o primeiro, alterando-lhe o desenho dos vãos existentes e reformulando-o completamente do lado posterior. Foi também construído o segundo edifício perpendicular, igualmente de três pisos, mas ainda que não se prolongando tanto para Sul – limitava pelo plano da cortina do Castelo – mas implicou na mesma a demolição parcial das cortinas deste.



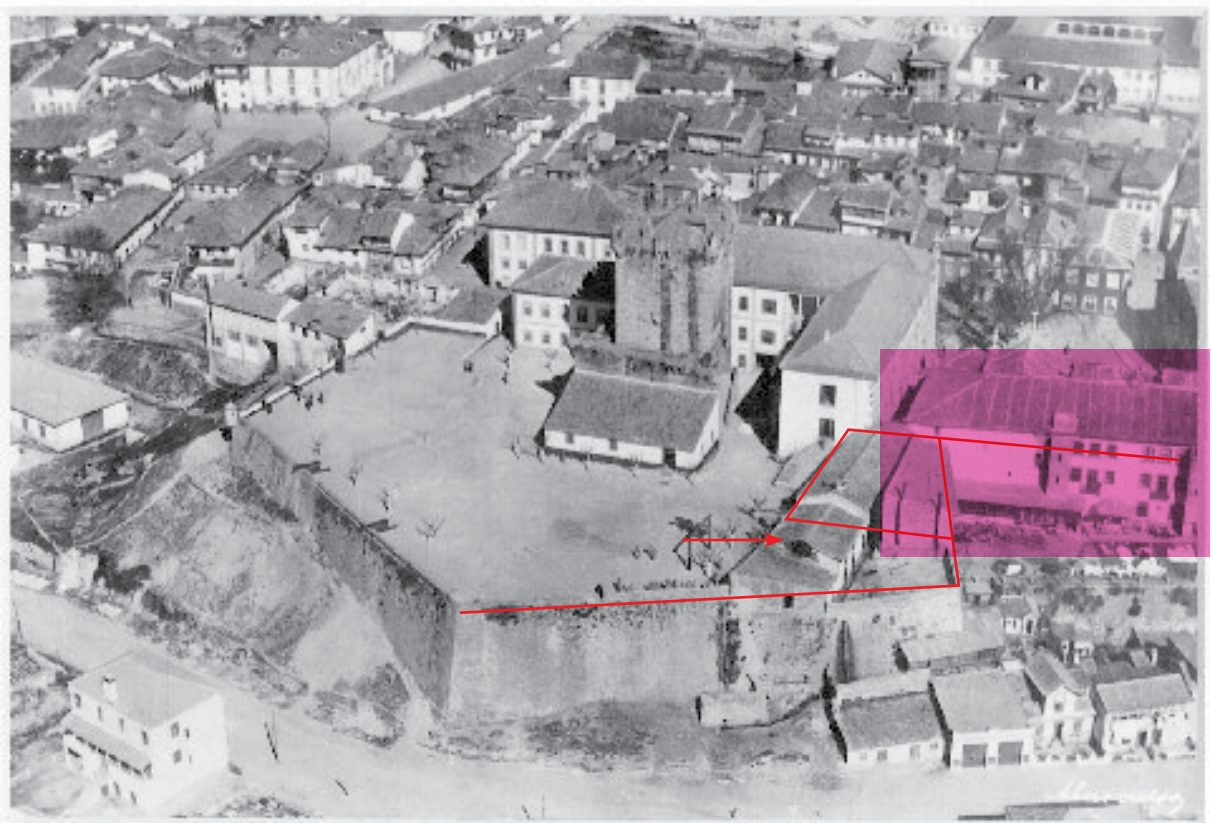
Aspeto da obra de remodelação do Quartel de Infantaria 19 com o alteamento da fachada principal

antiga
ixa

Guarda Principal após a obra de modificação do Quartel do Regimento de Infantaria 19

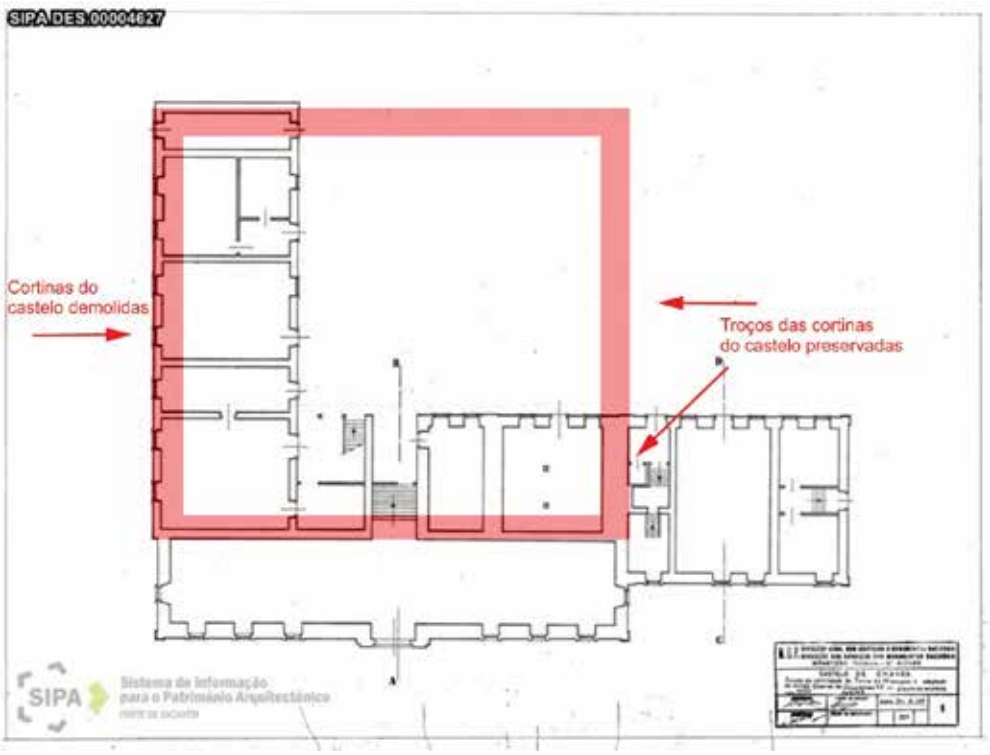


Cunhal NO. do edifício da antiga Guarda Principal depois da obra de alteamento e parte da antiga Casa da Secretaria Regimental (foto de 1962).

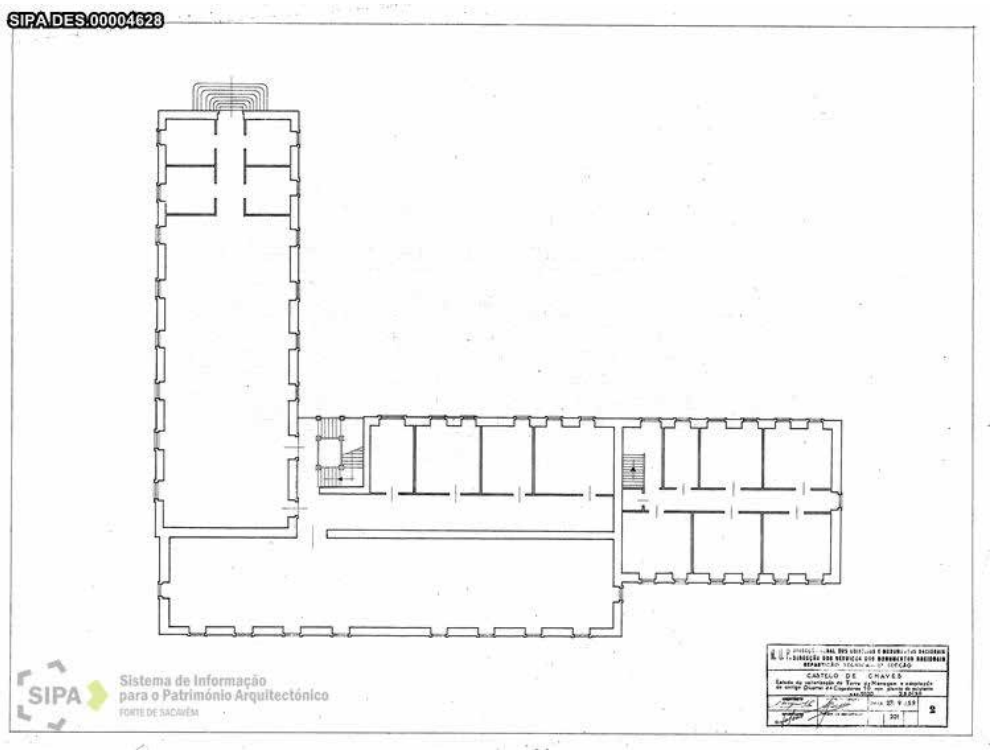


Parada do Quartel de Infantaria 19 na década de 1940. A rosa indica-se a área ocupada pela Santa Casa da Misericórdia incluindo a Igreja, Hospital Novo, Quintal e outras dependências.

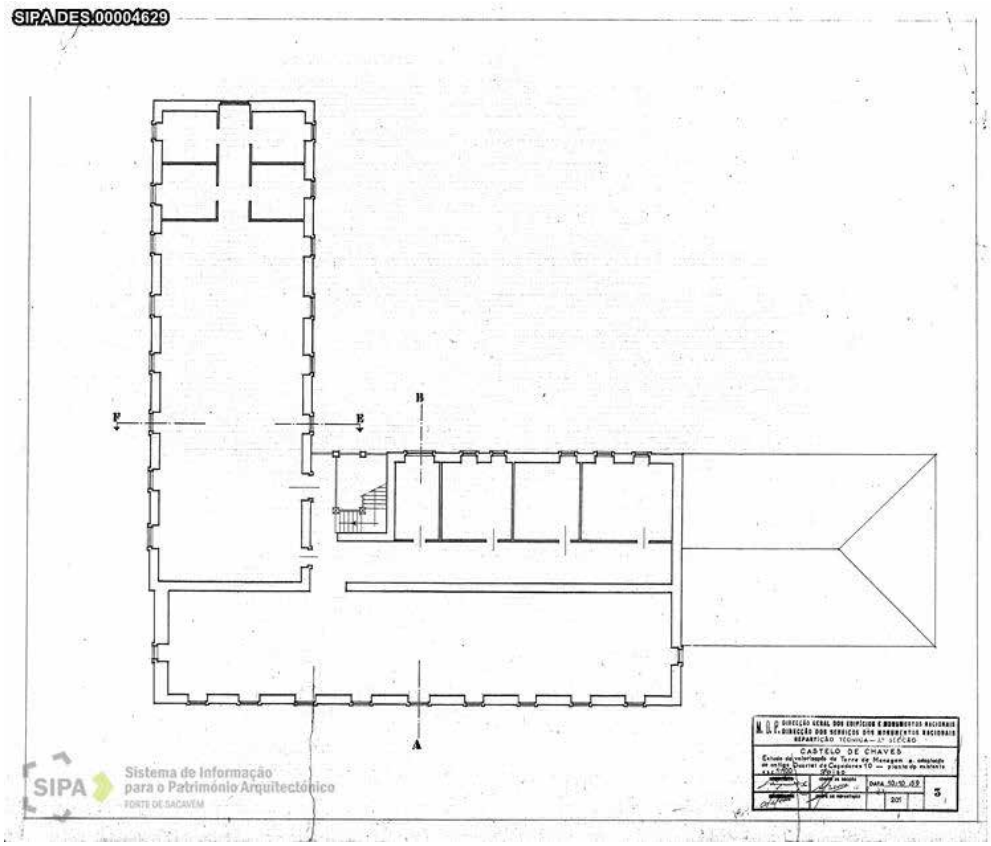
Parada do Quartel de Infantaria 19 na década de 1950



DGEMN, Estudo da Valorização da Torre de Menagem e adaptação do antigo Quartel de Caçadores 10 – Plantas do Existente – Piso 1º - Setembro e Outubro de 1959



DGEMN, Estudo da Valorização da Torre de Menagem e adaptação do antigo Quartel de Caçadores 10 – Plantas do Existente – Piso 2º - Setembro e Outubro de 1959

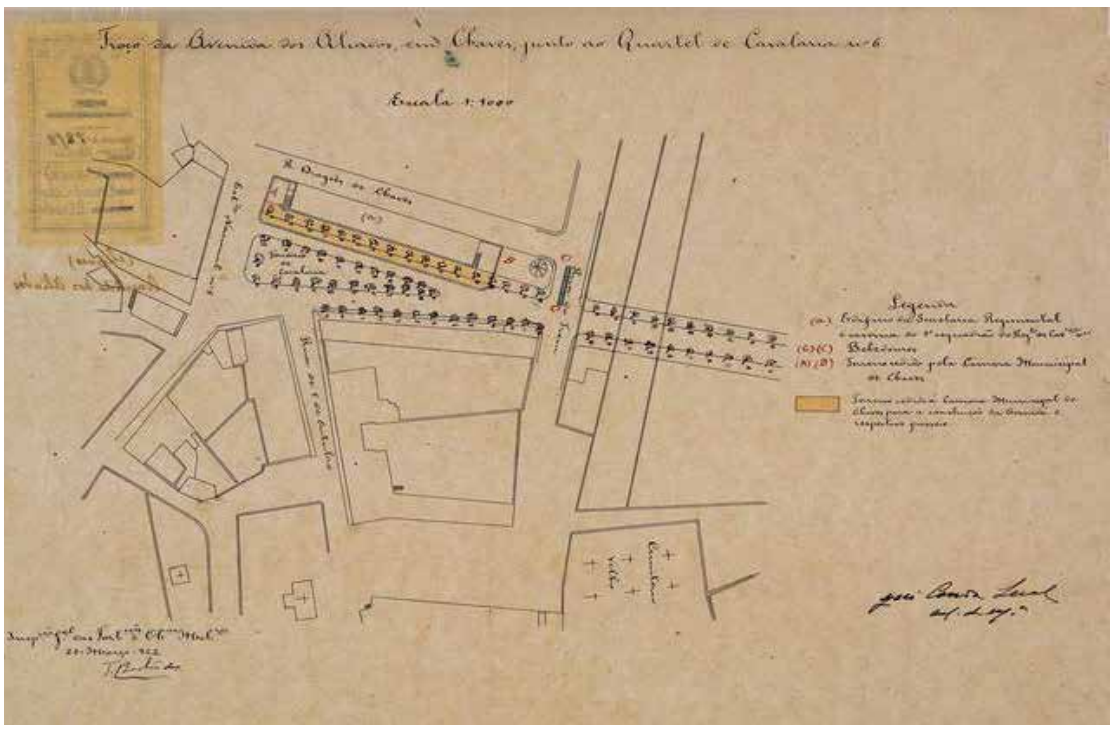


DGEMN, Estudo da Valorização da Torre de Menagem e adaptação do antigo Quartel de Caçadores 10 – Plantas do Existente – Piso 3º - Setembro e Outubro de 1959

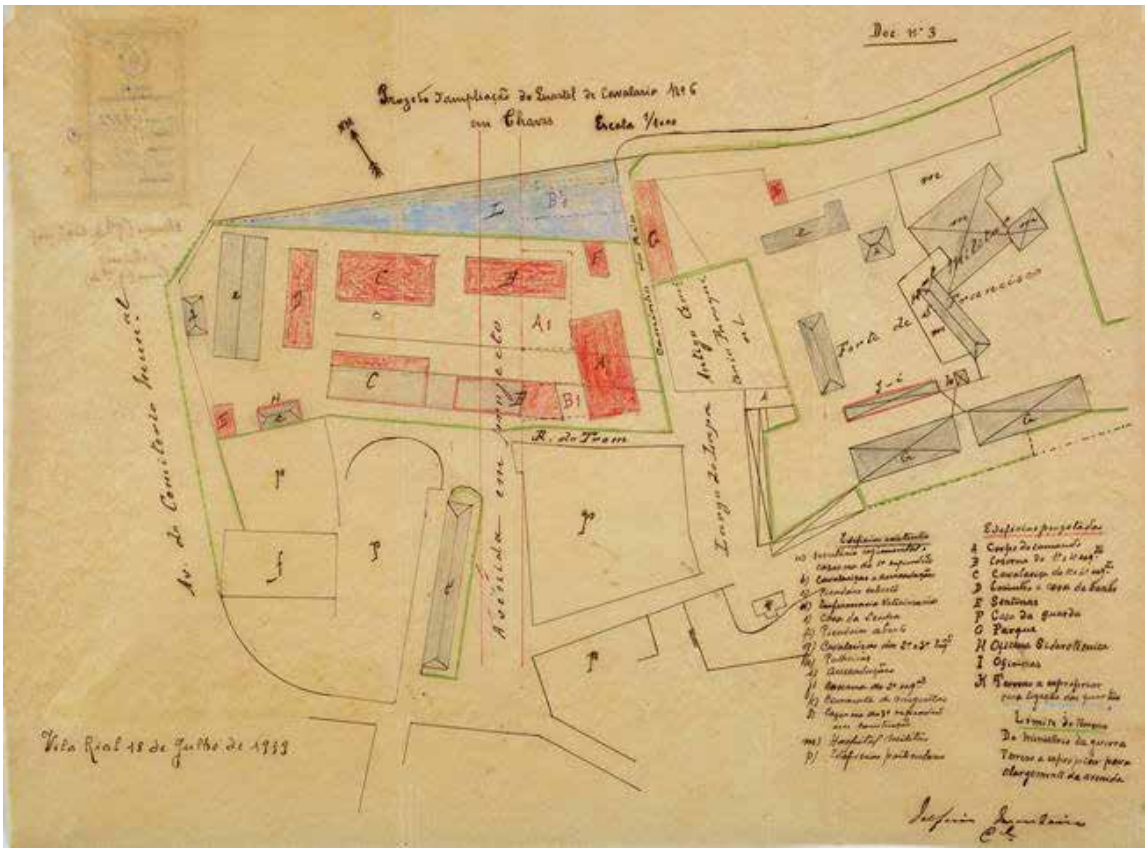
Os levantamentos dos edifícios existentes realizados pela DGEMN em 1959, preparando a intervenção de reabilitação, permitem observar o âmbito das demolições nas cortinas do castelo que a obra de modificação do quartel do Regimento de Infantaria 19 implicou.

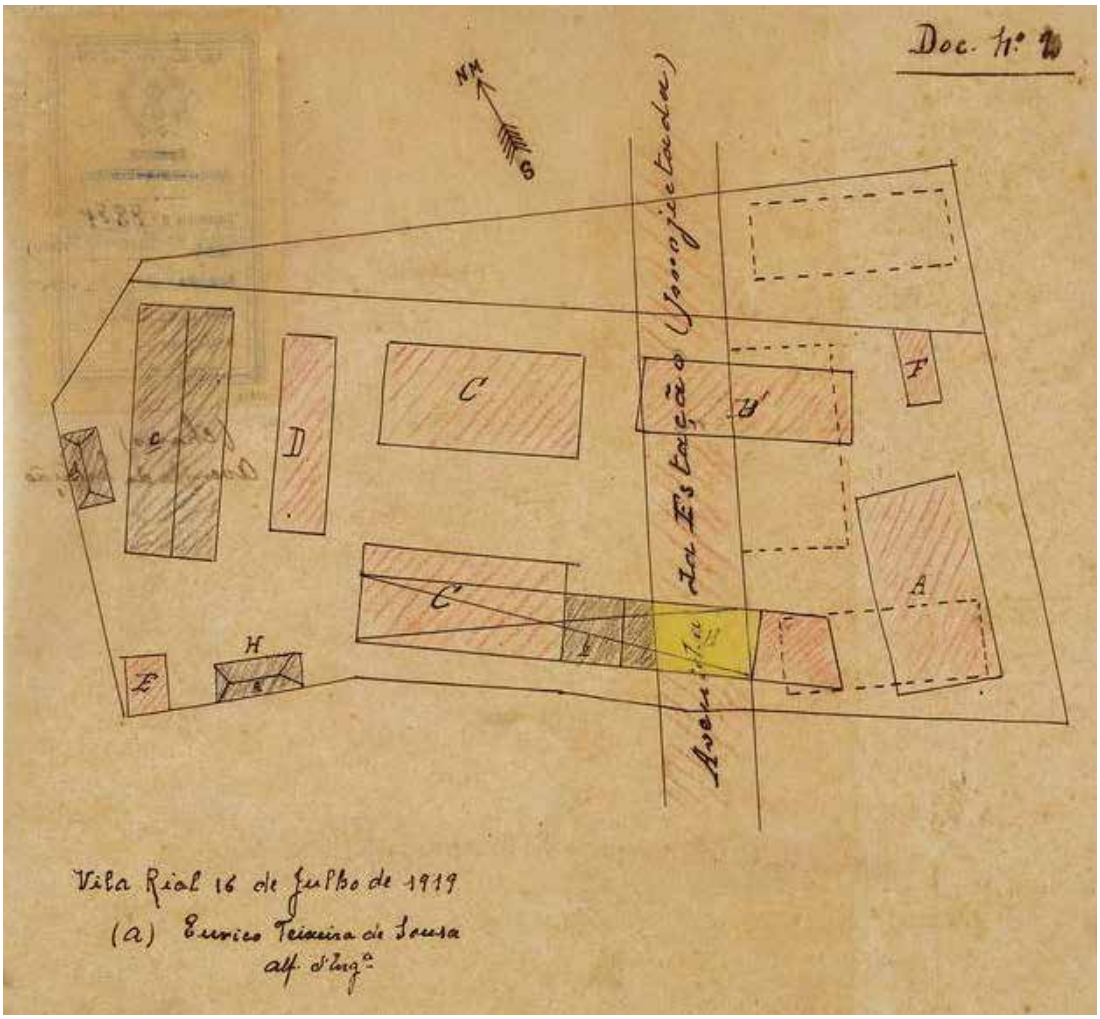
5.5.3. Abertura da Avenida dos Aliados e o desaparecimento do Quartel de Cavalaria (1922)

O projecto de abertura da Avenida dos Aliados (ver *infra*), que se desenvolve com vista à ligação à estação da linha de caminho-de-ferro finalmente inaugurada em 1922, invalidaria os planos de construção de um novo quartel de cavalaria sobre a área *reservada* do antigo Quartel do Trem e da muralha e fossos a Norte, os quais se vinham protelando desde pelo menos o final do século XIX.

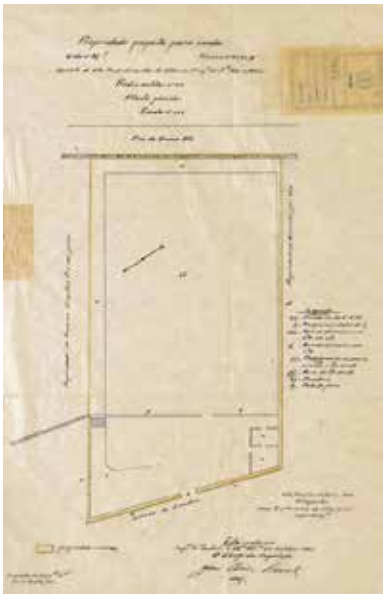
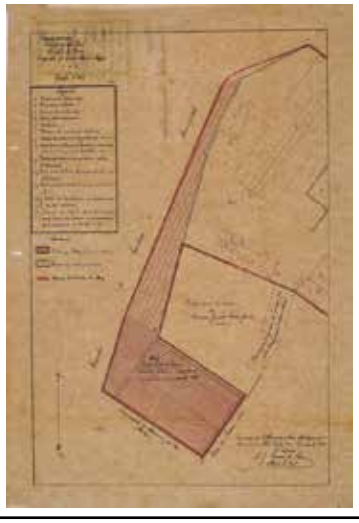


No AHM/GEAEM guarda-se uma cópia datada de 1917 com o projecto dos novos arruamentos intitulada *Avenidas da estação de caminho de ferro à villa de Chaves : Copia* (cota 9881-1-8-12) em que se estudam alternativas ao traçado, bem como uma outra de 1922 já com a implantação da avenida finalmente construída intitulada *Troço da avenida dos Aliados, em Chaves, junto ao Quartel de Cavalaria nº 6* (cota 9893-1-8-12). Entre estas duas plantas situam-se cronologicamente o *Progeto d'ampliação do Quartel de Cavalaria nº 6 em Chaves* (cota 9892-1-8-12) e outro desenho do mesmo projecto a que se sobrepõe o traçado da avenida intitulado precisamente *Avenida da estação : [em Chaves] : [Projectada]* (cota 9894-1-8-12), ambos datados de 1919. Os antigos quartéis do Trem e de Cavalaria, desactivados, permaneceriam ainda de pé por vários anos até à sua demolição, o primeiro, parcialmente demolido com a abertura da Avenida dos Aliados seria completamente demolido na parte restante em 1965 enquanto o segundo viria a ser demolido em 1985.





É no contexto da abertura da Avenida dos Aliados e do desaparecimento do Quartel de Cavalaria que surge o processo de alienação do *Picadeiro Velho* que se implantava nos fossos entre a Porta do Anjo e o flanco do Meio Baluarte de N. Sra. das Brotas, onde se encontra actualmente o Quartel dos Bombeiros. Incluído nos terrenos reservados - *[Aquartelamentos reservados em Chaves à cavalaria no Bairro Alto e no Baluarte do Trem]* - no *Auto de entrega das muralhas e terrenos da Praça de Chaves à Câmara Municipal pelo Ministro da Guerra* de 1880 viria a ser objecto de um processo de alienação de que se guardam três peças gráficas no AHM/GEAEM datadas de 1920 a 1924.

Cota	Data	Descrição	
9895-1-8-12	1920	Planta parcelar do predio militar nº 21 denominado Picadeiro Velho de Cavalaria... : Freguezia de S.ta Maria Maior : [em Chaves]	
9896-1-8-12	1923	Propriedade proposta para venda... [no] concelho de Chaves, freguezia de S.ta Maria Maior : Predio militar nº 21	
9897-1-8-12	1924	Propriedade proposta para venda... [no] concelho de Chaves, freguezia de S.ta Maria Maior : Predio militar nº 21...	

5.6. Um Novo Horizonte de *Melhoramentos*

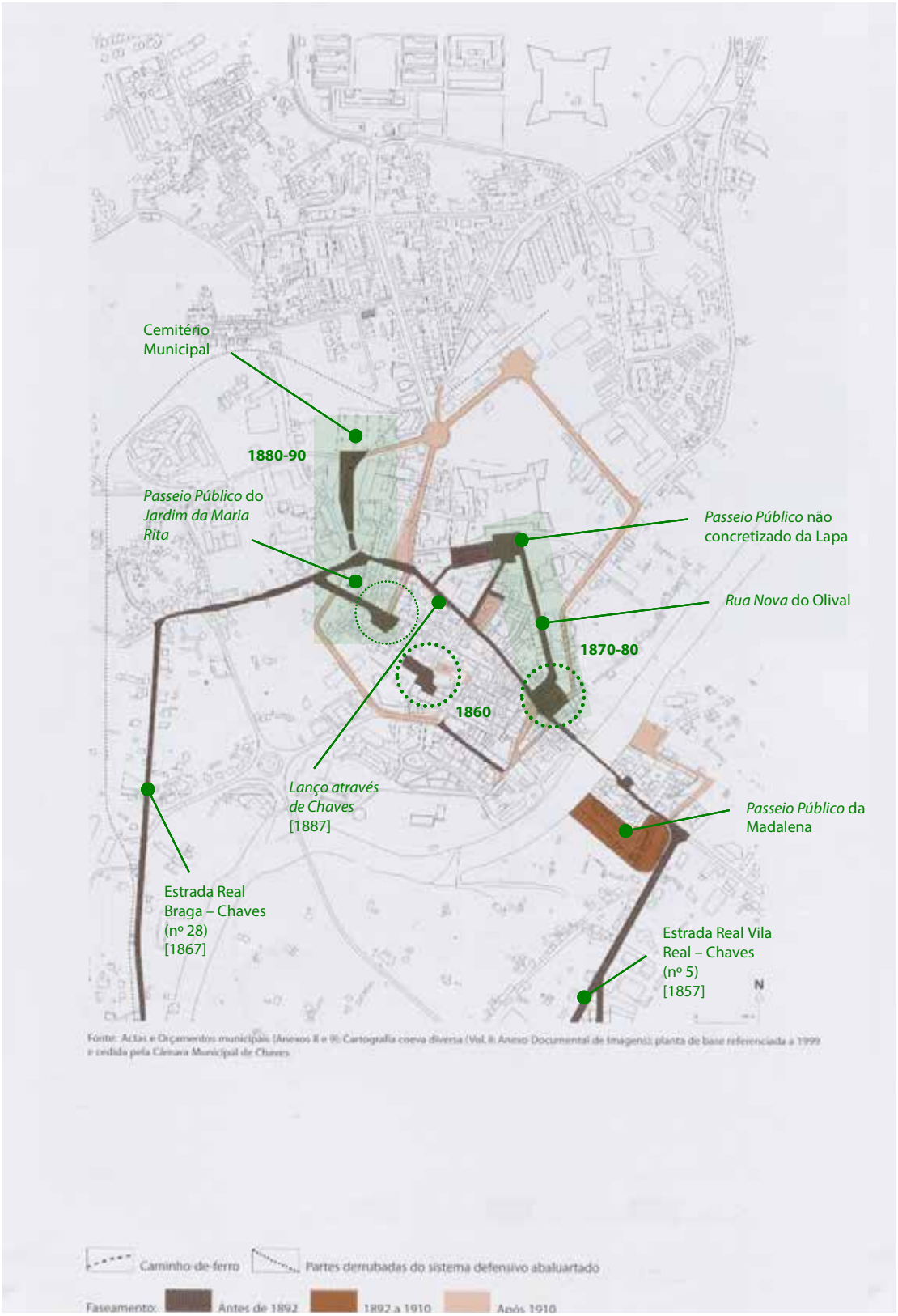
Após o final da Primeira Guerra Mundial o Poder Municipal começa a perspectivar um novo modelo urbano para Chaves no qual, a cidade liberta definitivamente dos limites que os seus antigos muros lhe impunham, almeja orientar-se decididamente em direcção a Norte e NE. Imaginam-lhe então uma circunvalação rodeando e pondo em comunicação o velho e o novo, novo que era ainda apenas projecto mas onde irá pontuar o local da futura Estação do Caminho-de-ferro.

Impunha-se a criação de um novo lugar central, melhor localizado em relação ao centro de gravidade da urbe, deslocado definitivamente para NE., o que faria projectar em terrenos da antiga Cerca do Convento das Freiras uma outra praça que seria baptizada primitivamente como *Praça do Comércio*.

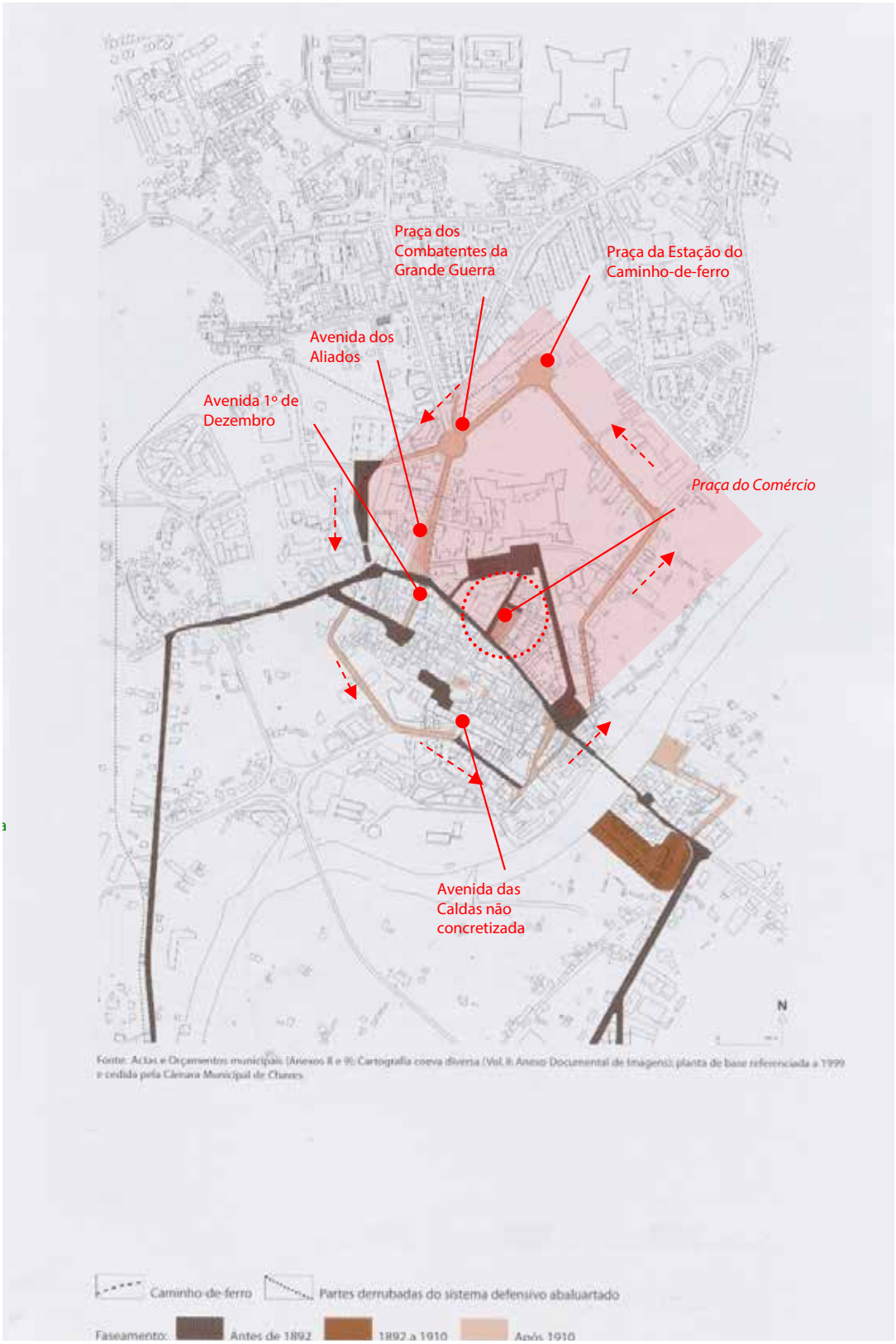
Na verdade, desde a intervenção na Rua de Santo António, cujo projecto data de 1887, e que visava a ligação entre as Estradas Reais Chaves – Braga e Chaves – Vila Real, aquela *rua*, convertida em *estrada*, dependia da Administração Central. Em 1893, a Direcção das Obras Públicas pretendia vender o terreno a norte da Rua de Santo António que integrava a antiga Cerca do Convento de N. Sra. da Conceição, ou das Freiras como era mais conhecido. A Câmara reclamará desde logo a sua posse solicitando ao Governo no ano seguinte, parte da cerca do convento "para ali construir uma praça mercado" (AIRES 2000). Nesta época, como vimos *supra*, a expansão da vila orientava-se ainda preferencialmente noutras direcções pelo que o projecto da nova praça foi deixado cair. Mais de quinze anos depois o projecto voltava à ordem do dia tendo a Câmara decido na sessão de 15 de Abril de 1909 pedir ao Ministério do da Fazenda que lhe fossem cedidas "duas porções de terreno" na cerca do "Convento de N. S. da Conceição (Freiras)" destinando-as, "uma para caseta de limpeza pública e outra a uma nova praça-mercado" (*idem*, *ibidem*). Na sessão de 13 de Maio seguintes era a Câmara informada da concessão daquelas "duas porções de terreno do "suprimido" Convento de N. S. da Conceição" no que havia pesado a "influência de Cândido Sotto Mayor" (*idem*, *ibidem*).

A partir daqui começa a conceber-se o projecto de uma nova praça naquele local fazendo convergir para ali a implantação das instalações a construir para albergarem várias das novas centralidades que a vila começava a dispor. Na sessão de Câmara de 11 de Janeiro de 1911 "é acordada a escolha do terreno para a construção do edifício do Liceu de Chaves situado no Largo das Freiras, onde foi o Convento de Religiosas". No dia seguinte, tendo os "Correios solicitado à Câmara a oferta de terreno necessário à construção de novas instalações, esta informa que poderá disponibilizar um terreno ao lado da Av. dos Aliados ou no terreno disponível do extinto Convento das Freiras" (*idem*, *ibidem*).

No entanto, passariam ainda alguns anos até que o projecto da nova praça fosse verdadeiramente implementado. Na verdade na sessão de Câmara de 17 de Fevereiro de 1916, o Vereador Dr. Lobo lamentava-se do estado de "lamentável abandono de um dos pontos mais belos da Vila, podendo fazer-se um lindo e aprazível largo" junto do Convento das Freiras. Propunha como medida paliativa, unanimemente aprovada, "proceder à canalização das águas que escorrem do Convento das Freiras, sendo introduzidas no esgoto ou aqueduto da estrada Antunes Guerreiro, proibindo o lançamento de entulhos, a não ser nas hortas da Cerca do Convento" (*idem*, *ibidem*).



Fonte: Actas e Orçamentos municipais (Anexos II e III); Cartografia coeva diversa (Vol. II Anexo Documental de Imagens); planta de base referenciada a 1999 e cedida pela Câmara Municipal de Chaves.



Fonte: Actas e Orçamentos municipais (Anexos II e III; Cartografia coeva diversa (Vol. II: Anexo Documental de Imagens); planta de base referenciada a 1999 e cedida pela Câmara Municipal de Chaves.

Seria por fim a Câmara presidida por Augusto César Ribeiro de Carvalho (1919, 2 de Setembro – início de 1923) a realizar a urbanização do Terreiro das Freiras (actual Largo General Silveira) constituindo uma das suas primeiras medidas, aprovada na sessão de Câmara de 17 de Dezembro de 1919, dar ao largo fronteiro à Igreja das Freiras o nome de "Praça do Comércio" na mesma altura em que se decidia baptizar a "avenida que se anda construindo do Terreiro de Cavalaria 6 para a Estação de Caminhos de Ferro, o nome de "Avenida dos Aliados" e à rotunda próximo desta, o nome da "Praça da Grande Guerra", na qual oportunamente será erigido um monumento aos flavienses mortos na guerra" (*idem*, *ibidem*).

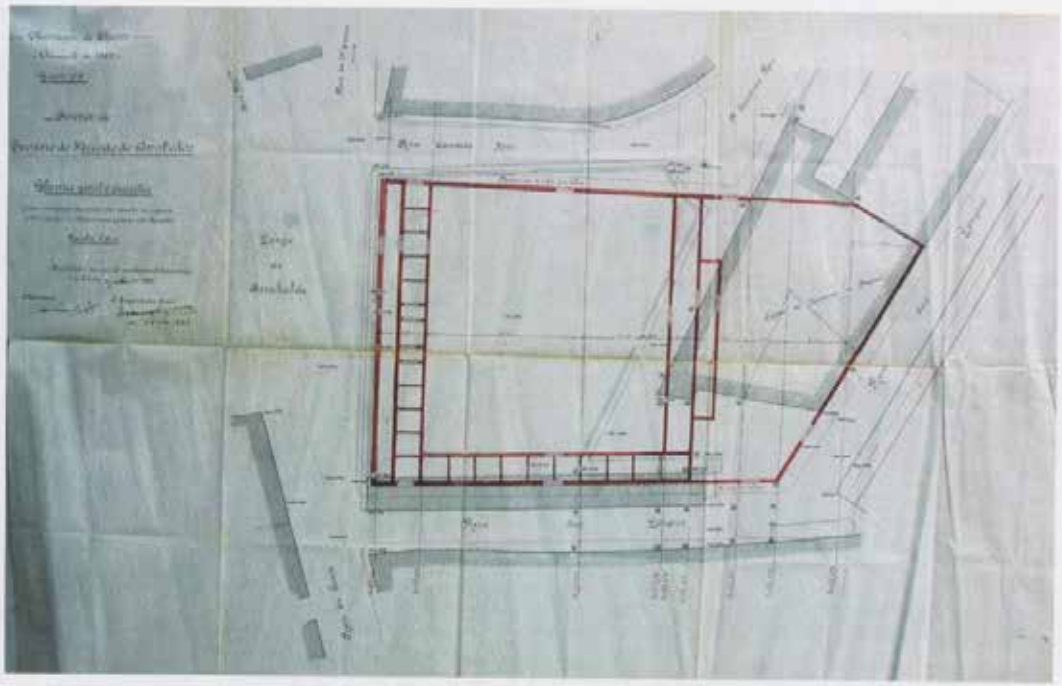
Na verdade, com o início da Presidência da Câmara pelo Coronel Augusto César Ribeiro de Carvalho instalou-se uma nova dinâmica do poder municipal empenhada na concretização de uma nova ideia para a ordenação urbana de Chaves, em que, para além da construção da *Praça do Comércio*, seria aberta a Av. dos Aliados, rectificada e alargada a R. do Calau / Tabolado, expropriados e derrubados vários arcos a meio da R. Direita para melhoria do trânsito por aquela via, o início da abertura da primitiva Travessa das Caldas procurando estabelecer uma via larga de ligação às Caldas, o nivelamento do Largo de Camões diante da Câmara Municipal, a expropriação da Casa dos Arcos na Praça da Republica e reimplantação do antigo pelourinho após obras de remodelação daquela praça, a rectificação da antiga Rua de Santa Catarina, abrindo uma nova rua que ligava o Largo do Anjo com o Terreiro de Cavalaria, o início das obras de saneamento público e, coroando todo este esforço empreendedor, a inauguração oficial da linha do caminho-de-ferro a 8 de Julho de 1922 e o início da obra de construção da respectiva estação.

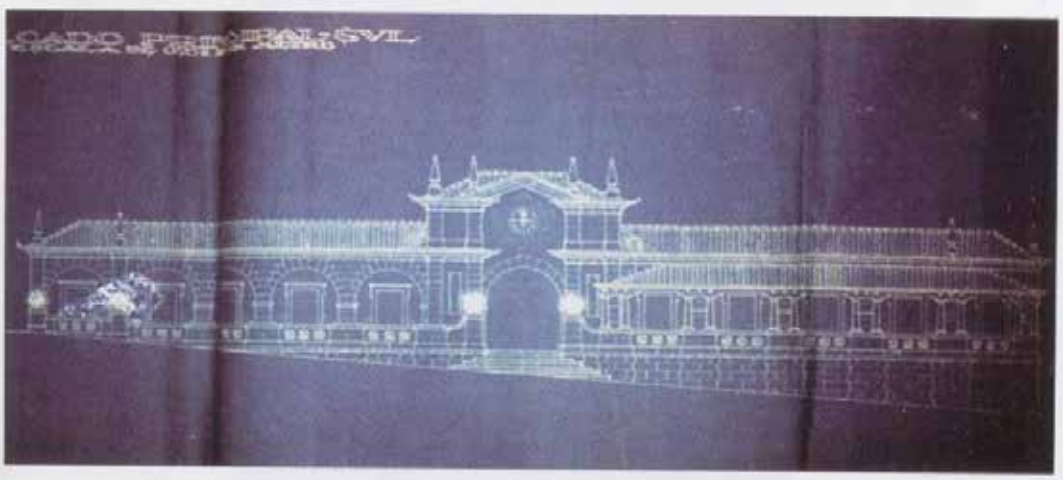
Foi também durante a Presidência da Câmara pelo Coronel Augusto César Ribeiro de Carvalho, mais precisamente em 1920, que foi inaugurado pela Associação Comercial de Chaves o *Cine Parque*, "com entrada pelo Largo das Freiras e depois pela Rua de Santo António[1], tendo durado até ao decénio de 50", o qual veio fazer companhia ao vizinho velho *Teatro Flaviense* que, originalmente instalado (em 1873) na Rua Nova (actual Rua Major Sousa Machado), intra-muros, tinha sido transferido para um novo edifício erguido na Rua de Santo António. O Quartel da Associação Flaviense dos Bombeiros Voluntários, fundada em 1889, depois do impasse em relação à sua construção junto do Largo de S. Roque na Madalena, prevista em 1906, mas finalmente contrariedade pelo projecto de para ali transferir a Feira do Gado que até então se realizava no Campo do Tabolado, junto das Caldas, o quartel dizíamos, viria a instalar-se provisoriamente, ainda que por largos anos, na desocupada Escola Conde Ferreira até que na década de 1930 foi construído o edifício novo (que actualmente alberga a Biblioteca Municipal) no topo da Praça do Comércio, já então chamada Praça General Silveira como actualmente (MACHADO 1994, 294). O projecto inicial de "praça-mercado" para aquele espaço não vingaria, tornando-se antes a sede de novos serviços e novas centralidades que a evolução da sociedade transportava consigo. No entanto, o Mercado Municipal localizado na Praça do Arrabalde seria também objecto em 1920 de um projecto de reformulação ao estilo da *Casa Portuguesa* mas que não chegaria a concretizar-se, sendo o mercado, mais tarde, em meados do século, transferido para as Longras, adossado à muralha pelo exterior, a fim de dar lugar ao Palácio da Justiça (FERNANDES 2005, 142).

1 Já na década de 1930 seria construído um novo edifício para casa de espectáculos no mesmo espaço do quintal do Palacete Botelho (MACHADO 1992, 180)

Figura 73a **Chaves** – 1923 (10 de Junho), *Projecto do Mercado do Arrabalde*, Eng.º Civil Mário Filgueiras, 1:200.

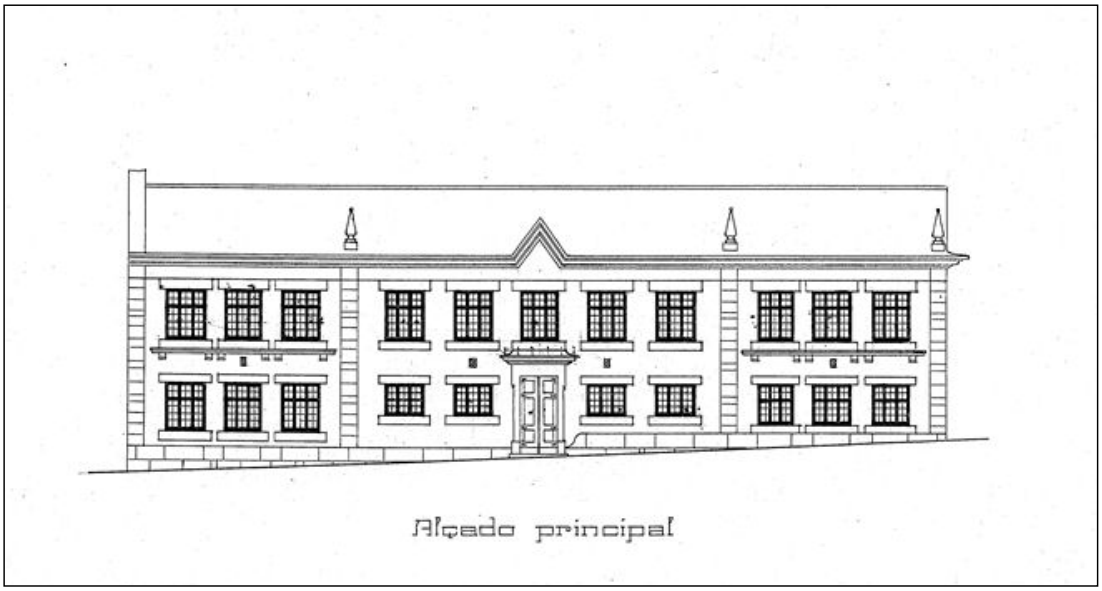
Figura 73b **Chaves** – 1920, *Alçado Principal Sul, Projecto do Mercado do Arrabalde*, Arq.º Eugenio Correia, 1:100.





in FERNANDES 2005, 433

As dinâmicas de renovação urbana introduzidas pela Presidência da Câmara do Coronel Augusto César Ribeiro de Carvalho teriam continuidade com a Presidência de Nicolau Mesquita (1923, 2 de Janeiro – 1926, 2 de Junho). Obtido um empréstimo de 900 mil escudos foi possível concluir muitas das obras iniciadas entre as quais avulta a da distribuição domiciliária de água e a continuação dos trabalhos de construção da rede de esgotos. Entre outras novas iniciativas desta presidência regista-se a obtenção da cedência pelo Ministério da Guerra à Câmara Municipal do Forte de S. Neutel para ali fazer construir e instalar uma cadeia e o Quartel da Guarda Republicana, a ocupação da parte arruinada do "Trem de Cavalaria", os fossos das muralhas, a Igreja e as dependências do Convento das Freiras bem como a inauguração em Agosto de 1925 do *Stadium Municipal* (MACHADO 1994, 334-335).



Liceu de Chaves, DGEMN

O regime de Ditadura implantado a 28 de Maio de 1926 impôs uma nova administração municipal. Mas as linhas de orientação traçadas para o desenvolvimento urbano de Chaves principalmente desde 1919 mantiveram-se inalteradas, dando continuidade aos projectos em curso, aprofundando-se e concluindo-se muitos deles. Até meados do século XX, quando se perspectivam novas ideias, a vila, elevada a cidade por Decreto de 2 de Março de 1929, prosseguiu um mesmo modelo urbano. As duas décadas de 1930 e 1940 veriam a Praça do Comércio, depois Praça General Silveira, tomar a configuração actual com a construção do edifício do Quartel dos Bombeiros, ainda ao já tardio estilo *Deco* dos anos 1930, a construção dos edifícios dos Correios (inaugurado em Outubro de 1937), da Caixa Geral de Depósitos e a obra de Reabilitação do antigo convento convertido em Liceu Nacional (1943), todos ao estilo dominante da *Casa Portuguesa* transformado em arquitectura oficial do Estado Novo.

Durante as décadas de 1930 e 1940 as *forças vivas* da cidade pugnaram pela concretização de projectos novos que enformaram outras ideias para a continuação do seu desenvolvimento urbano as quais culminariam na elaboração do *Anteplano de Urbanização da Chaves* no início da década de 1950[2].

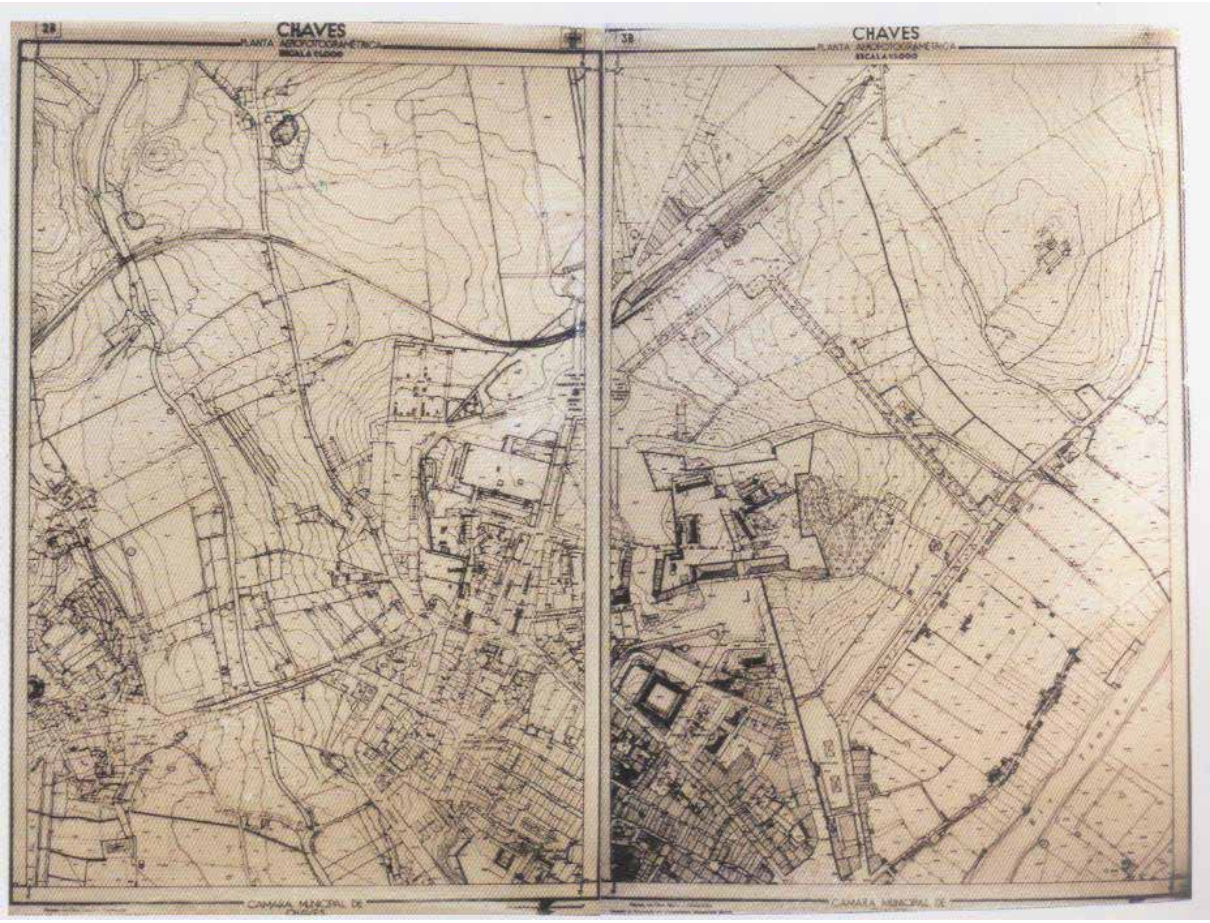
2 Confrontar o opúsculo de F. Gonçalves Carneiro, *Urbanização de Chaves*, publicado em 1952.

A obra de hidráulica agrícola da Veiga, cujo projecto elaborado em 1936 previa a irrigação de 1070 hectares o que permitiria duplicar a produção da área beneficiada, seria inaugurada em Junho de 1949. Chaves punha assim em marcha investimentos dirigidos para o sector que havia constituído, provavelmente desde a fundação, a base da sua importância regional e que, apesar disso, haviam sido muito descurados anteriormente. Chaves assumia desta forma a componente determinante de **cidade agrícola** intervindo no melhor domínio do principal factor que ali determinava aquela actividade, o rio Tâmega. No mesmo sentido foi lançada em 1933 e 1934 a obra do paredão ao longo da margem direita do rio para protecção das cheias, obra que receberia forte contestação de alguns sectores que a consideravam dissonante em relação à Ponte Romana.

Margem direita do rio antes e depois da construção do paredão (blog ChavesAntiga)

A segunda componente, a de **cidade termal**, havia sido também muito descurada no período anterior. O grande desenvolvimento que outras nascentes de águas termais, igualmente localizadas no concelho de Chaves como Vidago, haviam conhecido já ao longo do século XIX terá deixado na sombra o potencial que a própria sede do concelho demonstrava. A primeira iniciativa consistente para o seu aproveitamento resultou do empenho da nova administração municipal republicana que em 1912 conseguiria que o banqueiro Cândido Sotto Maior aceitasse as condições da Câmara para proceder à adjudicação das Caldas de Chaves, acreditando-se que a sua larga capacidade económica conseguiria um rápido arranque e crescimento de um complexo termal. A empresa fracassaria porém e o banqueiro rescindiria em 1919 aquela concessão. As nascentes voltariam ainda à posse dos descendentes de Cândido Sotto Maior sem que os resultados fossem melhores. Mas na década de 1940, finalmente, o aproveitamento das Caldas começou a mostrar novos caminhos que culminariam em 1948 com a aceitação por parte de Cândido Sotto Maior filho da cedência da concessão de captação e exploração das águas das caldas de novo à Câmara Municipal que, posteriormente, se empenharia decididamente no seu aproveitamento e promoção (MACHADO 1994, 308-309).

Em terceiro lugar, a componente de **cidade monumental e histórica**, que as *Comemorações dos Centenários* (1140 – 1640 - 1940) também fariam chegar a Chaves, ainda que mais tardiamente, com a intervenção de reabilitação e valorização das fortificações pela DGEMN, mas que, apesar das demonstrações de interesse anteriores, só se concretizariam verdadeiramente a partir de 1959 para durarem praticamente até aos dias de hoje.



Chaves, s/data [ca. 1941], *Chaves, Planta aerofotogramétrica*, folhas 2B e 3B. Sociedade Portuguesa de Levantamentos Aéreos, Lda., (SEPAL), Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1:1000.

Na sequência da preparação para a elaboração de uma nova figura de Plano Geral de Urbanização, que o Decreto-lei nº 24802 de 21 de Dezembro de 1934 havia criado e que o Decreto-lei 32921 de 5 de Setembro de 1944 determinava que se cumprisse num curto prazo em todas as *Câmaras Municipais do Continente e Ilhas Adjacentes*, foi realizado em Chaves uma nova planta urbana baseada num *Levantamento aerofotogramétrico* da cidade.

5.7. Planos e Modelos para a evolução da cidade de Chaves na 2ª metade do século XX

Em 1953, o *Anteplano de Urbanização da Chaves* da autoria do Arquitecto Moreira da Silva era submetido a parecer do Conselho Superior de Obras Públicas, culminando o maturar de uma nova ideia para a evolução futura da cidade.

A edição de José de ALENCAR (1948) do opúsculo intitulado "*As Caldas de Chaves serão o fulcro da cidade nova*", separata de uma entrevista com o Dr. Mário Gonçalves Carneiro, Director Clínico das Caldas de Chaves, que havia sido publicada no número especial de 31 de Outubro de 1948 do semanário "*Ecos de Chaves*", dava o tom das ideias com que a cidade se preparava para enfrentar a 2ª metade do século XX.

José de Alencar, redactor principal do referido semanário, justifica a publicação em opúsculo pois, aquela entrevista havia merecido "(…) o interesse de muitas pessoas, que nos têm pedido o jornal, e, como não podemos satisfazer esses pedidos, por se ter esgotado a edição, resolvemos, por isso, publicá-la em separata." O Dr. Mário Gonçalves Carneiro era apresentado como um *filho da terra* que havendo feito o "doutoramento sobre as águas das Caldas de Chaves" tinha em seguida publicado um livro sobre aquele assunto vindo a ser posteriormente nomeado director clínico da estância termal.

Naquela entrevista, Mário Gonçalves Carneiro começa por explicar que "as Câmaras – porque o Município era o concessionário das águas – não se interessavam, ou eram impotentes para resolver o problema e o Estado resolveu lançar mão do assunto, começando há cerca de uma dezena de anos por exigir a presença de um médico, exigência que só há três anos foi satisfeita, com a minha nomeação para Director Clínico da Estância Hidrológica". Continua depois dando conta do estado de degradação que veio encontrar nas Caldas de Chaves: "De facto, vim encontrar as águas praticamente abandonadas. No Tabolado realizava-se a feira de gados, que foi retirada durante o verão, e em volta das nascentes havia lojas para recolha de animais, algumas das quais foram destruídas e outras nos baixos das próprias pensões, o que não mais foi permitido. (…). Numa das nascentes de mergulho eram lavadas garrafas, garrafões, etc.. Claro, essa fonte foi fechada. À Comissão Municipal de Higiene fiz ver a necessidade da mudança do ribeiro Rivelas, tendo feito, a pedido da Câmara, uma larga exposição que, apresentada ao Snr. Ministro das Obras Públicas, quando da sua última visita a Chaves, mereceu a sua aprovação."

Os resultados positivos da sua intervenção como director clínico da estância termal são descritos em seguida: "presentemente há mais higiene nas pensões (…). Entretanto o Grande Hotel aumentou para o dobro e melhorou as suas instalações e foi construída a Pensão Império. (…) A afluência de aquistas este ano foi extraordinária: cerca de mais 300 pessoas do que na época passada, o que torna as nossas Caldas já uma das mais frequentadas estâncias do país. Na última temporada foram dados cerca de 4500 banhos, mas nesta o número deve ter sido bastante superior."

As perspectivas para o futuro desenvolvimento de um complexo termal e da própria cidade são depois explanadas pelo entrevistado: "a concessão das Caldas de Chaves foi, efectivamente, passada para o Dr. Cândido Sotto-Maior e constituída uma sociedade de que também fazem parte o Engenheiro João

Carmona e o Comandante Correia Matoso, com o fim da sua conveniente exploração. (…) num futuro próximo vão as Caldas de Chaves ser convenientemente captadas e construído um balneário e um hotel, de que as obras deverão começar em breve e cuja localização não se deve afastar muito do Tabolado, o que, juntamente com a abertura das avenidas da nova ponte sobre o Tâmega, virá modificar completamente o local, transformando-o no fulcro da cidade nova. A cidade nova não ficará independente da cidade velha, que guardará o seu pitoresco, certamente com novos melhoramentos, restaurados os seus monumentos seculares, e, uma vez resolvidos os problemas da água, saneamento e electricidade, Chaves, estância termal, possivelmente aberta todo o ano, passará, então, a ocupar um lugar de vanguarda entre as restantes estâncias creno-terápicas do País, com projecção internacional."

Em 1952, um ano antes do *Anteplano de Urbanização da Chaves* da autoria do Arquitecto Moreira da Silva ser submetido a parecer do Conselho Superior de Obras Públicas, F. Gonçalves Carneiro publicava um outro opúsculo intitulado "*Urbanização de Chaves*" dando conta do debate público em que as forças vivas locais faziam ouvir a sua voz sobre o plano de evolução futura da cidade que lhes era proposto (CARNEIRO 1952).

Para melhor se poder compreender as propostas apresentadas pelo Arquitecto Moreira da Silva, e o debate que então suscitaram, lembre-se que, em meados do século XX, a cidade de Chaves ocupava tão só as áreas a amarelo na planta da página seguinte, e mal! O núcleo da cidade compreendia a antiga área intra-muros e os dois arrabaldes (das *Couraças* e o da Madalena), densamente urbanizada, e as áreas extra-muros localizadas, quer a Oeste (Tenente Valadim/Anjo/Cemitério) quer a Norte/Nordeste (Aliados/Estação/Longras) que haviam resultado dos dois principais impulsos de expansão urbana, o primeiro a partir de 1880 e o segundo a partir de 1916/17. Apesar de toda a vontade de crescimento que as sucessivas administrações municipais haviam revelado, o certo é que ambas essas áreas ainda não se encontravam em meados do século XX verdadeiramente urbanizadas. Possuíam tão só os arruamentos construídos mas faltavam os edifícios, as habitações e a vida social quotidiana intensa. Continuavam periferias da verdadeira cidade que se mantinha praticamente intramuros. Para além do núcleo da cidade existiam mais dois lugares com expressão mas a alguma distância: Santo Amaro e o Telhado. E nem a construção ainda mais distante do Estádio Municipal (1925), na Santa Cruz, nem a do novo Quartel de Infantaria (década de 1950), na Trindade, haviam introduzido alguma mudança.

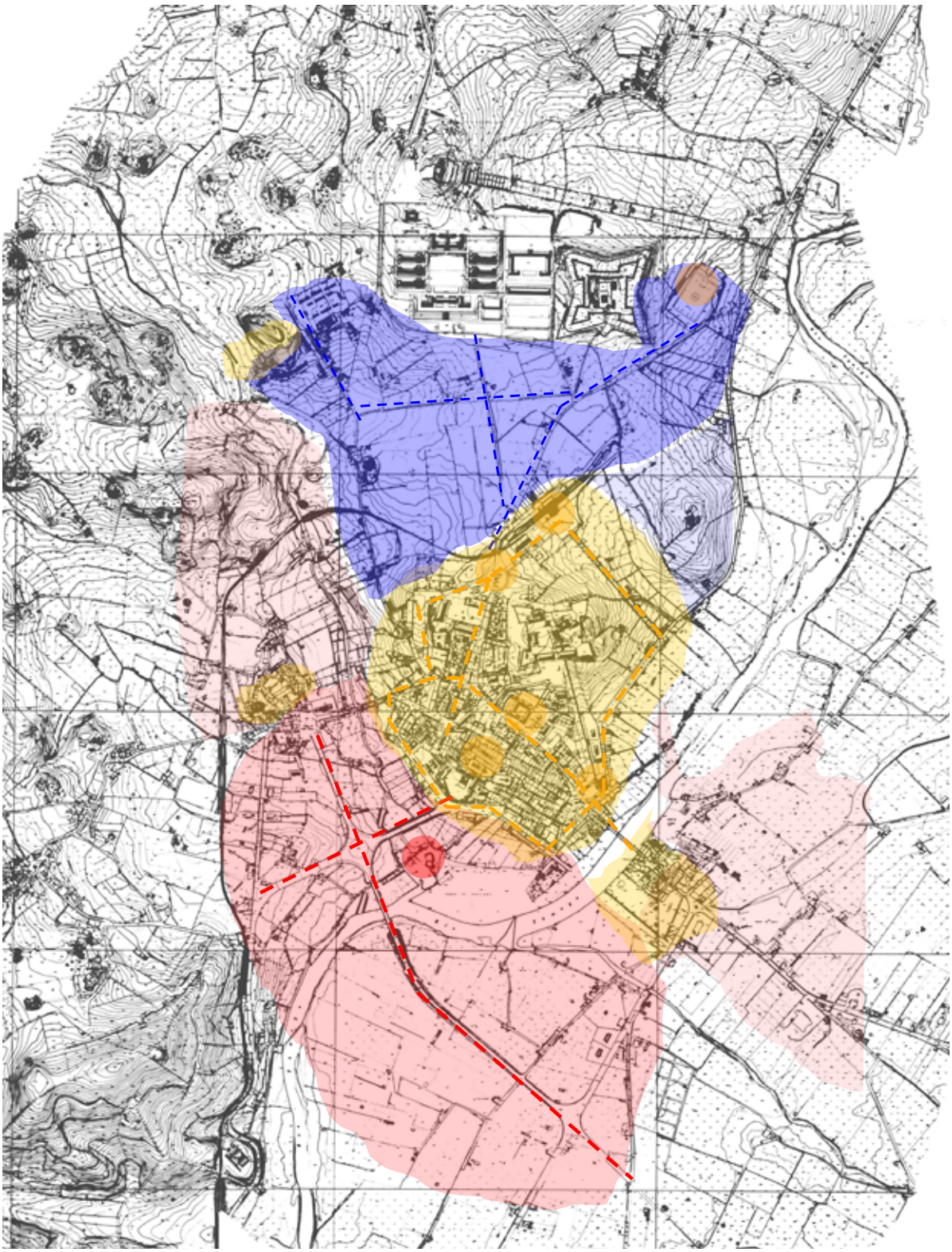
A proposta do Arquitecto Moreira da Silva começa com uma ideia diferente para a cidade mas que já pairava no ar. Como dizia Mário Gonçalves Carneiro, director clínico das Caldas de Chaves, na entrevista publicada em 1948, "*as Caldas de Chaves serão o fulcro da cidade nova*". Havia que reorientar a cidade na direcção contrária à que havia sido proposta algumas décadas antes. Havia que a reorientar para a zona baixa do vale do Ribelas, das Caldas e do Tabulado, ao mesmo tempo que, construindo aí uma nova travessia sobre o Tâmega, era possível prolongar esse impulso para a margem esquerda e envolver assim o núcleo denso da Madalena. No Verão de 1949 seria inaugurada a nova ponte sobre o Tâmega e com ela as *Avenidas novas* criando-se dois longos eixos ortogonais e uma grande rotunda no respectivo cruzamento que constituiriam a estrutura orientadora da urbanização daquela área.

O Plano do Arquitecto Moreira da Silva que integrava esta ideia propõe no entanto mais. Esse impulso urbanizador deveria continuar pelo vale do Ribelas acima ligando os núcleos preexistentes de

Santo Amaro e do Telhado. Na outra ponta, o núcleo da Madalena, deveria ser igualmente envolvido a SE., E. e NE., por uma outra mancha urbanizadora que se guiaria pelos eixos pré-existentes a que se acrescentariam outros. Fundamental seria aqui construir uma terceira travessia do Tâmega, cozendo estes eixos com a antiga circunvalação que ligava à Estação do Caminho-de-ferro. Em todas estas áreas, em consequência quer das condições do terreno ou quer do tipo de urbanização que se propunha criar, a ocupação deveria ser de baixa densidade, com muitas áreas abertas e verdes.

Faltava o planalto a Norte, entre o núcleo central da cidade, a Sul, e a Norte e Nordeste, o novo Quartel de Infantaria e o, não assim tão novo, Estádio Municipal. Aquele planalto, cruzado por alguns caminhos rurais, encontrava-se quase vazio de construções, exibindo um ambiente ainda completamente rural. Seria outra das áreas urbanizáveis a que se acrescentaria a colina da Quinta da Saúde. Em toda esta área, propunha-se uma urbanização orientada por novos eixos estruturadores, de implantação radial a partir da Rotunda dos Combatentes da Grande Guerra.

A cidade projectada pelo Arquitecto Moreira da Silva partia do cômputo de população existente segundo o censo de 1940, 9501 habitantes, a qual ocupava o que chama *Zona Mixta Existente*, isto é, "toda a área actualmente edificada", para procurar dar a resposta urbana ordenada a uma acentuada expansão que previa se concretizasse nas próximas décadas, calculando uma população futura de 25 828 habitantes. Este quantitativo futuro de população era distribuído por uma *Zona Mixta Projectada* (3 300 hab.), pela *Zona Termal* (2 000 hab.) e por três novas *Zonas Residenciais*, "destinadas às moradias isoladas e agrupadas de alto preço, preço médio e baixo preço" identificadas como *H1*, *H2* e *H3* e a que fazia corresponder 1 410 hab., 6 083 hab. e 2 490 hab., respectivamente. Referia ainda uma *Zona Industrial* e um *Zona Rústica* com 405 e 639 hab. cada.

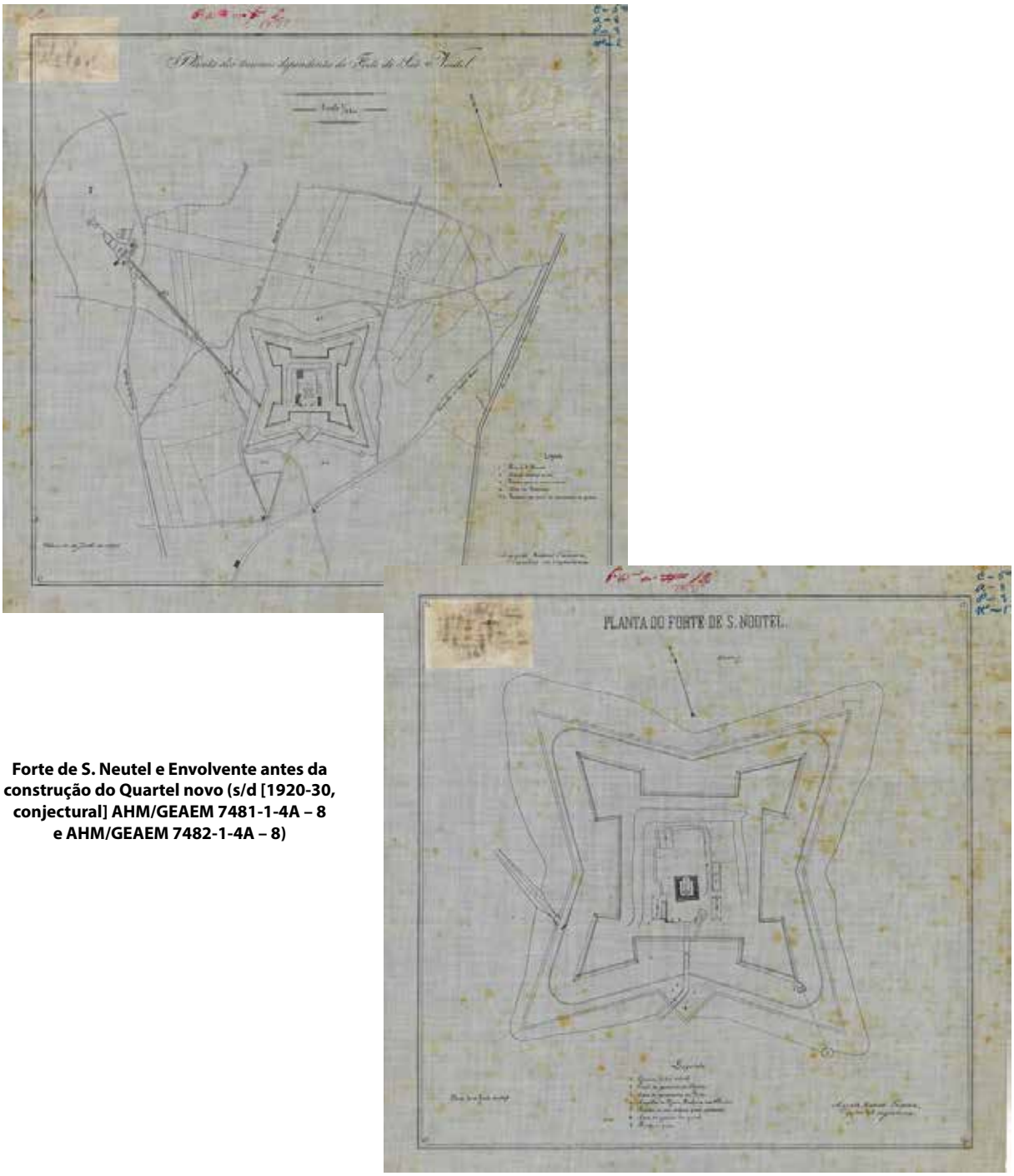


Planta de Chaves em 1959

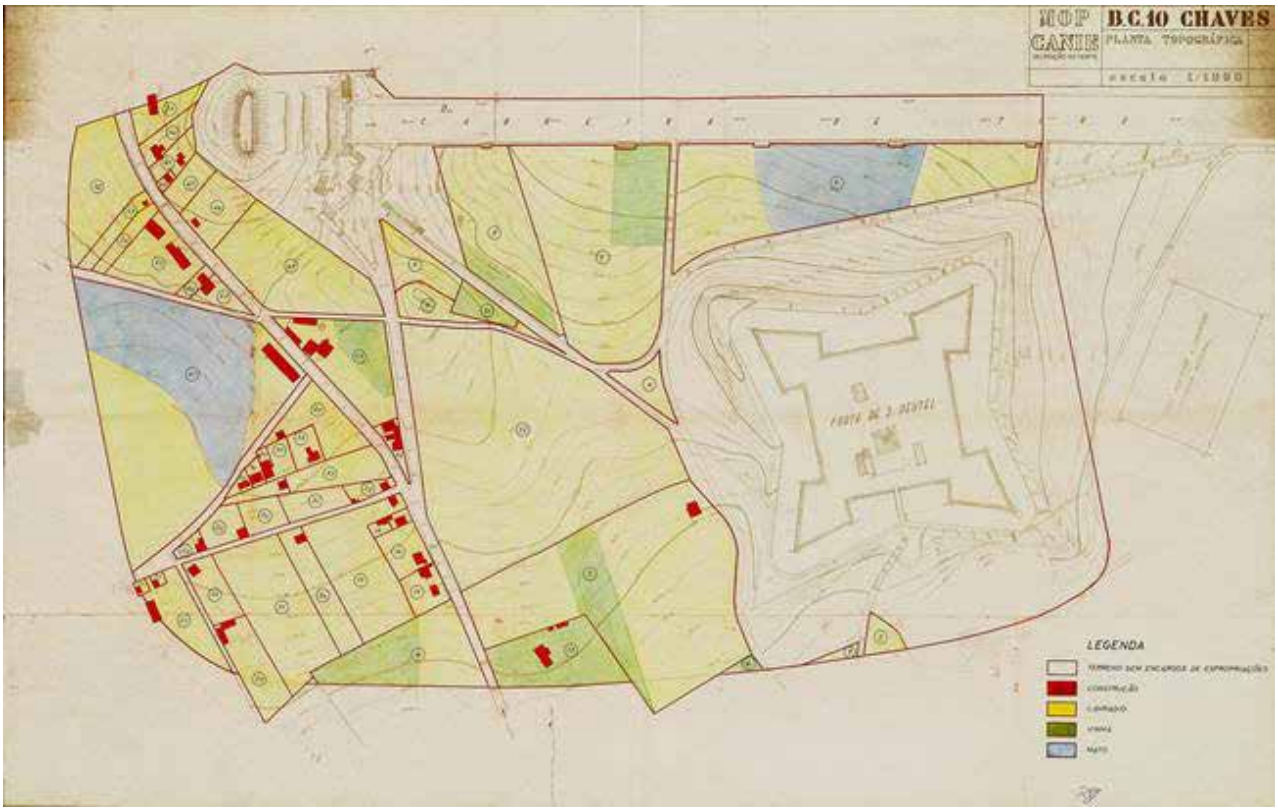
Planta de Chaves. Ante Plano de Urbanização, Arquitecto Moreira da Silva, 1951 (página seguinte)

5.8. Desafectação das antigas instalações militares e novos usos e valorizações (1959 – 1978)

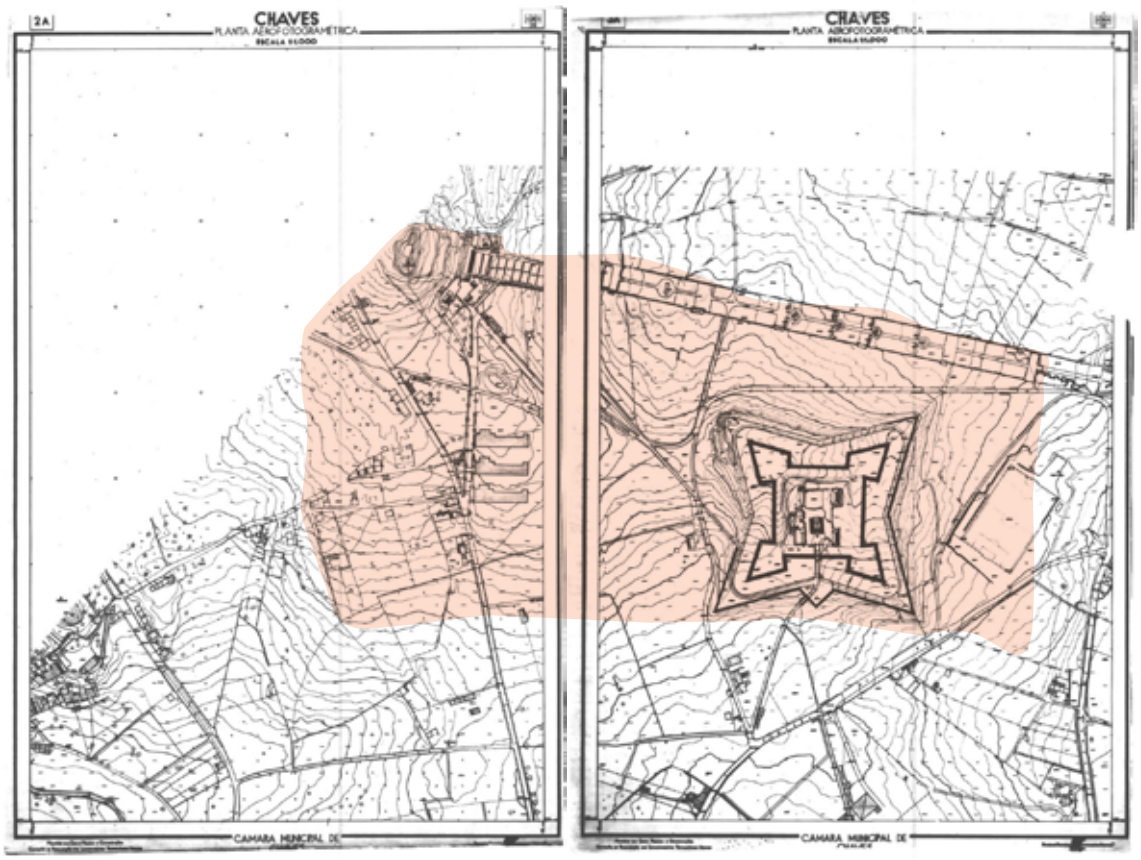
5.8.1. O Quartel novo do Batalhão de Caçadores 10 na Santa Cruz (décadas de 1940 e 1950)



Forte de S. Neutel e Envolvente antes da construção do Quartel novo (s/d [1920-30, conjectural] AHM/GEAEM 7481-1-4A – 8 e AHM/GEAEM 7482-1-4A – 8)



Planta relativa à aquisição de terrenos e casas destinados à construção do quartel novo do Batalhão de Caçadores 10 (s./d. [década de 1940] AHM/GEAEM 7470-1-4A – 8)

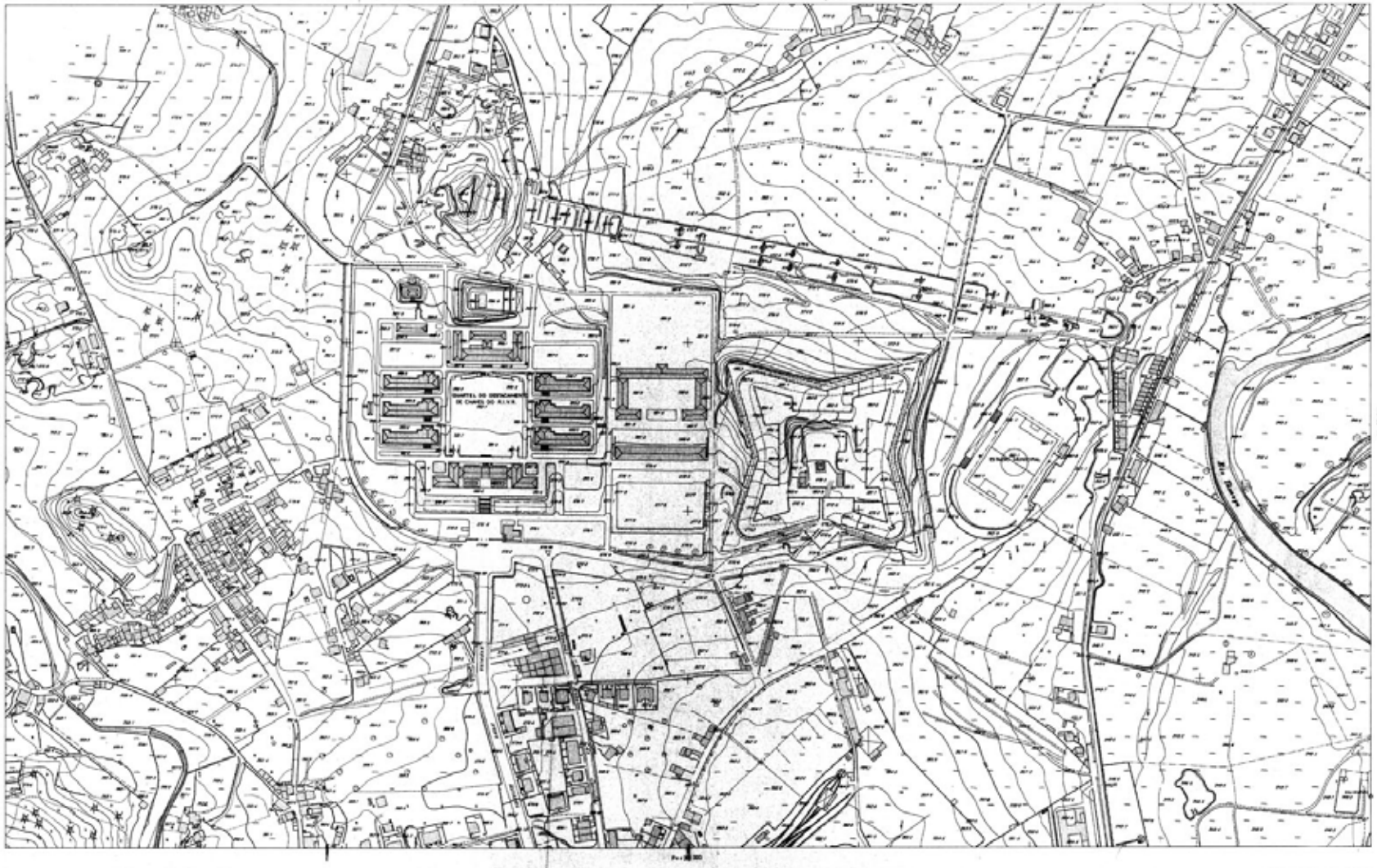


1946

CHAVES

34.3
4.5

1959



CAMARA MUNICIPAL DE CHAVES

ESCALA 1:2000

Forte de S. Neutel e a Carreira de Tiro antes da construção do quartel novo do Batalhão de Caçadores 10
(Fotos Blog ChavesAntiga)

Forte de S. Neutel, a Carreira de Tiro e duas fases da construção do quartel novo do Batalhão de Caçadores 10 vistos a partir do Forte de São Francisco (década de 1940 – 1950).
Em primeiro plano a Estação do Caminho-de-Ferro (Fotos Blog ChavesAntiga)

2007

5.8.2. Reabilitação do Baluarte do Castelo (antigo Quartel do Regimento de Infantaria 19/ Batalhão de Caçadores 10)

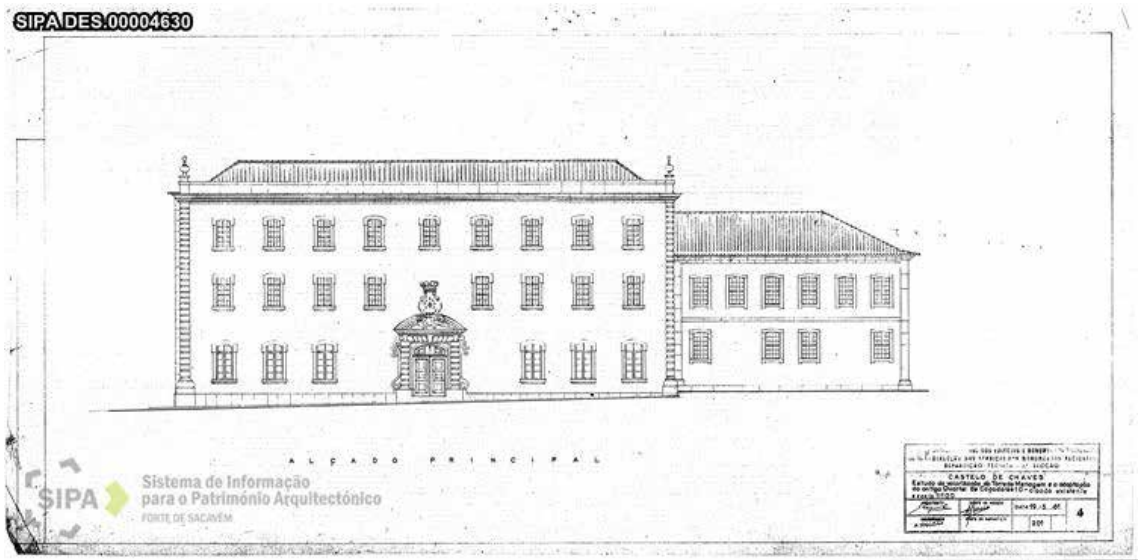
A construção do novo quartel na zona da Santa Cruz no decorrer das décadas de 1940 e 1950 conduziu ao progressivo abandono, degradação e ruína dos edifícios que faziam parte do antigo Quartel do Regimento de Infantaria 19/ Batalhão de Caçadores 10.

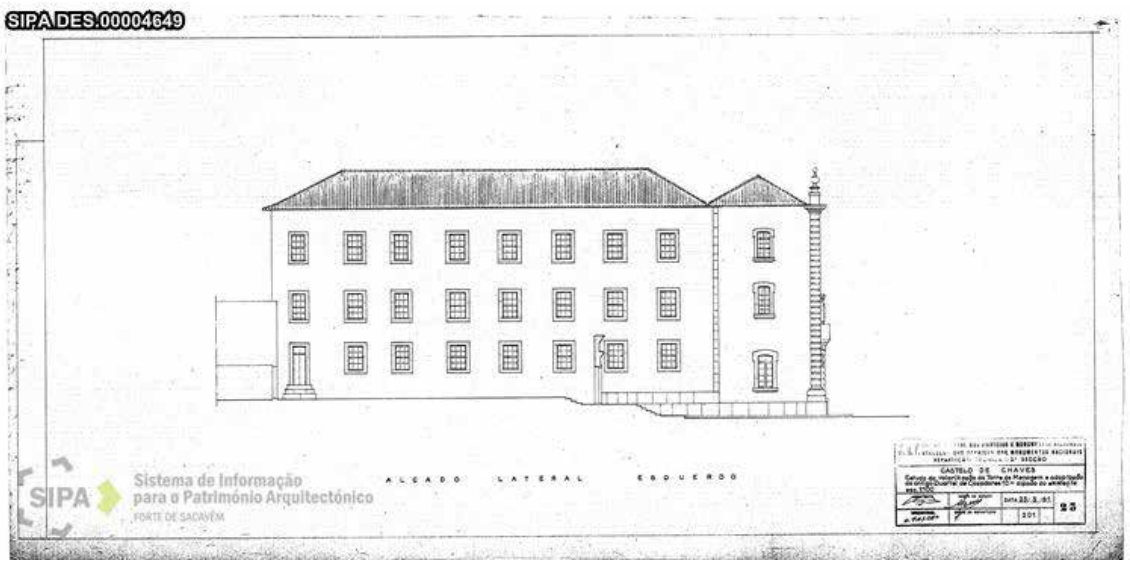
Fotos DGEMN (s/d).

Começou então a perspectivar-se a ideia da desafectação militar daqueles edifícios e a sua reabilitação para fins civis. Em 10 de Setembro de 1959 a Câmara Municipal de Chaves propõe a permuta do *Antigo Paço dos Duques de Bragança, antigo aquartelamento do Batalhão de Caçadores 10*, pelo Forte de São Neutel,

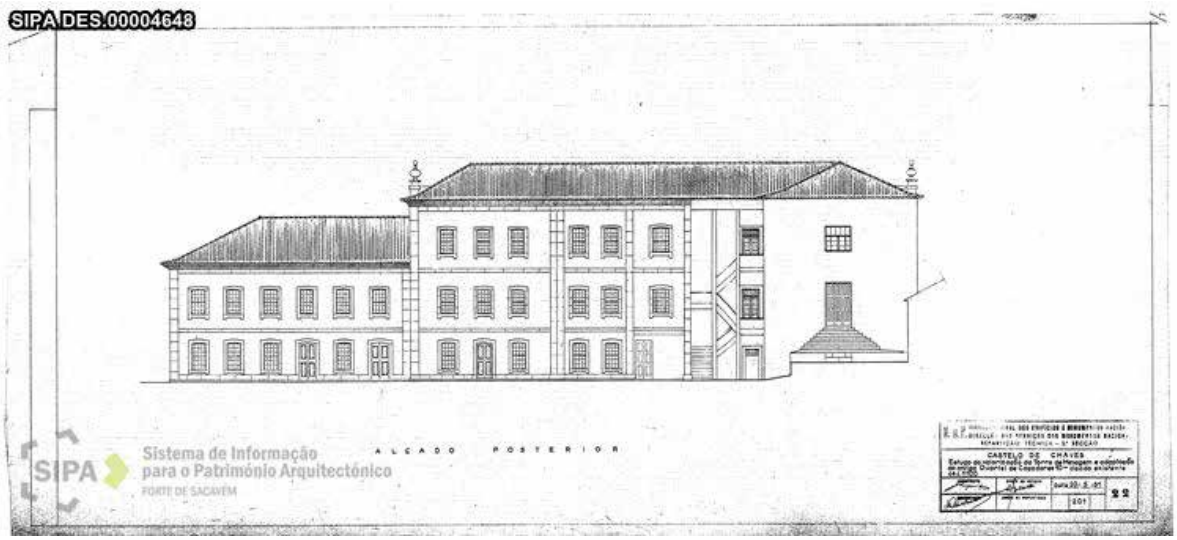
o qual se localizava junto do quartel novo de Santa Cruz e que era sua propriedade, a fim de instalar naqueles edifícios a biblioteca e museu municipais e repartições públicas.

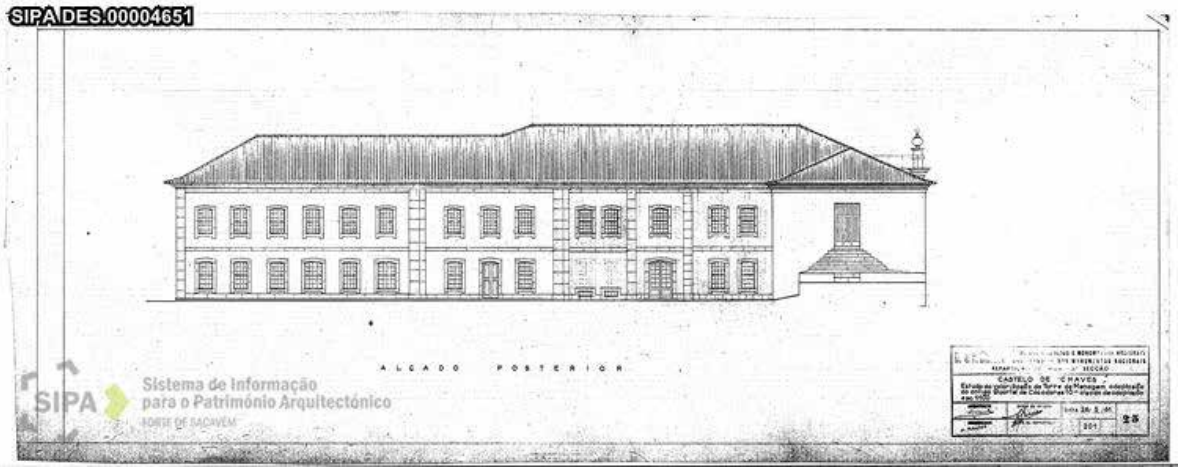
Ainda em 1959 e no ano seguinte a DGEMN realiza um completo levantamento do existente e desenvolve um projecto de reabilitação que prevê o apeamento do andar superior e a construção de uma nova da cobertura geral. A 4 de Março de 1961 foi realizada a permuta entre a Câmara Municipal de Chaves e o Estado Português pela qual o Forte de São Neutel passou para propriedade do Estado Português em troca do Prédio Militar nº 14 / antigo aquartelamento do Batalhão de Caçadores 10, que se designa *edifício dos antigos Paços dos Duques de Bragança*, para nele se vir a instalar a biblioteca e museu municipais. A obra seria lançada a concurso ainda nesse mesmo ano, em Agosto.

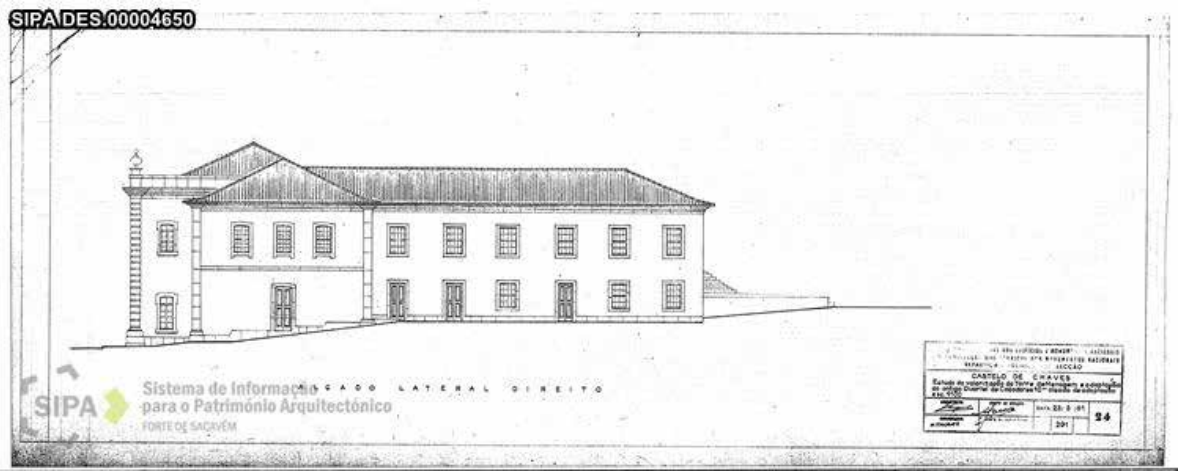




DGEMN, Estudo da Valorização da Torre de Menagem e adaptação do antigo Quartel de Caçadores 10 – Alçados do Existente e Alçados do Projectado - Setembro e Outubro de 1959

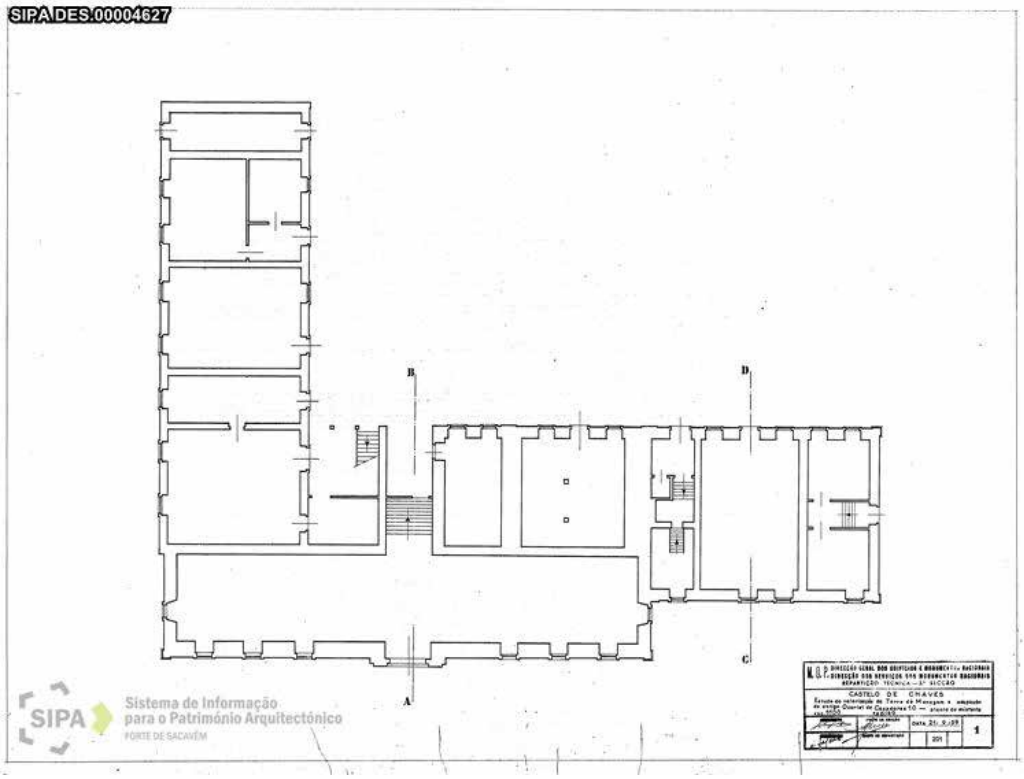






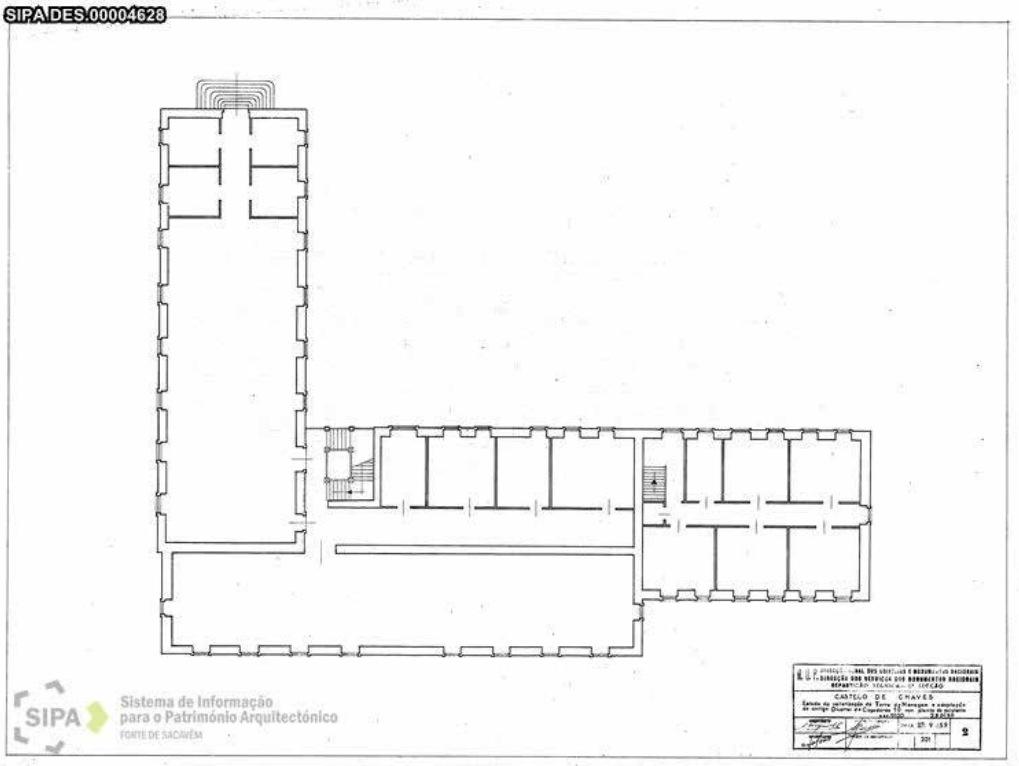
DGEMN, Estudo da Valorização da Torre de Menagem e adaptação do antigo Quartel de Caçadores 10 – Plantas do Existente – Pisos 1º, 2º e 3º - Setembro e Outubro de 1959

SIPA DES.00004627

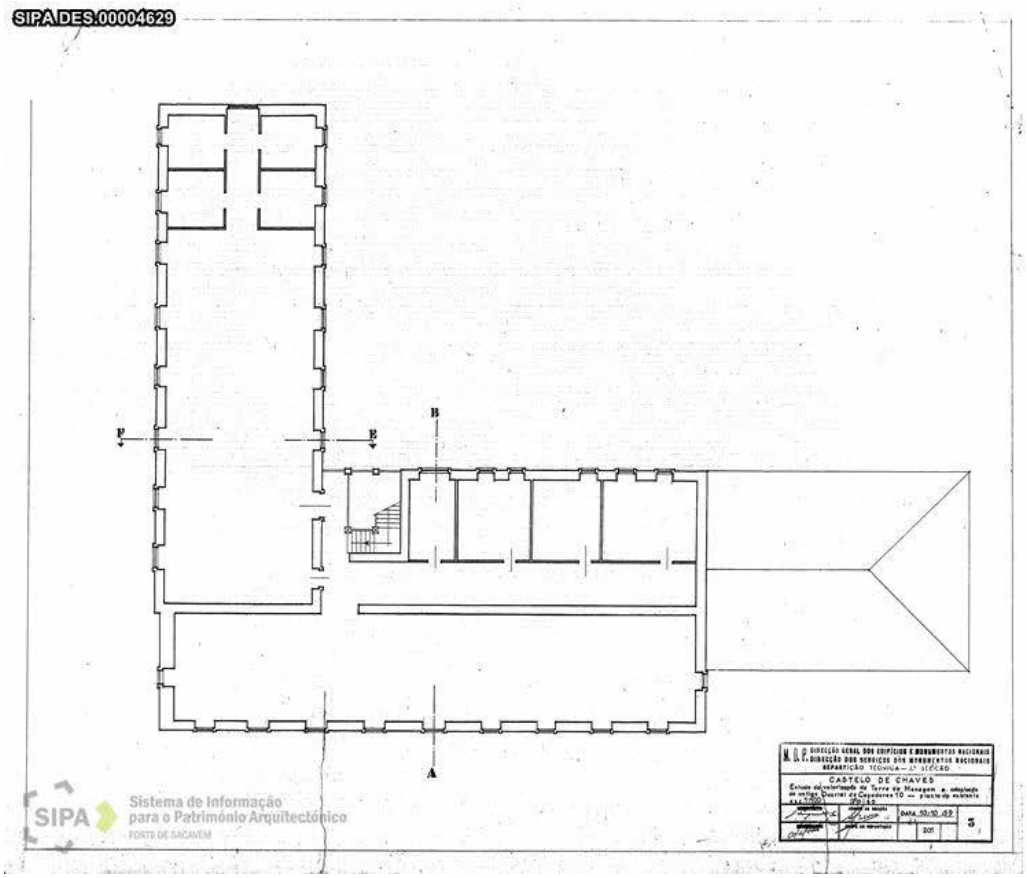


SIPA Sistema de Informação para o Património Arquitectónico
FORTE DE SACAVÉM

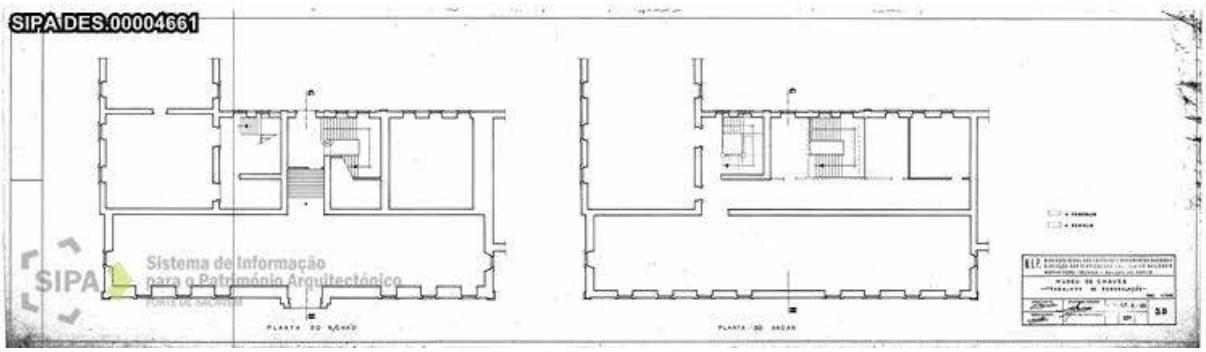
SIPA DES.00004628



SIPA Sistema de Informação para o Património Arquitectónico
FORTE DE SACAVÉM

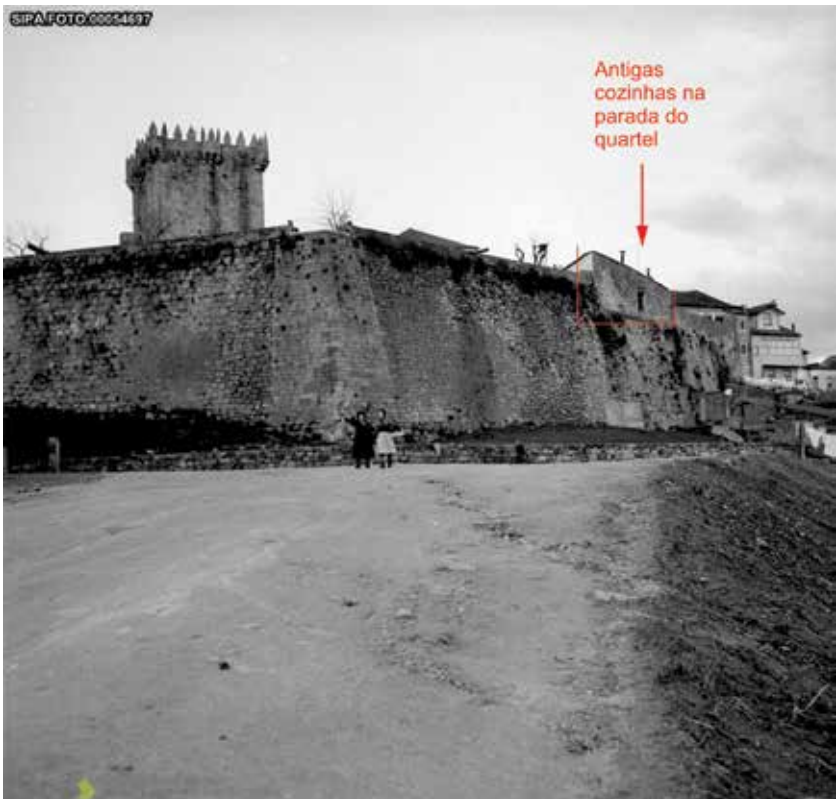


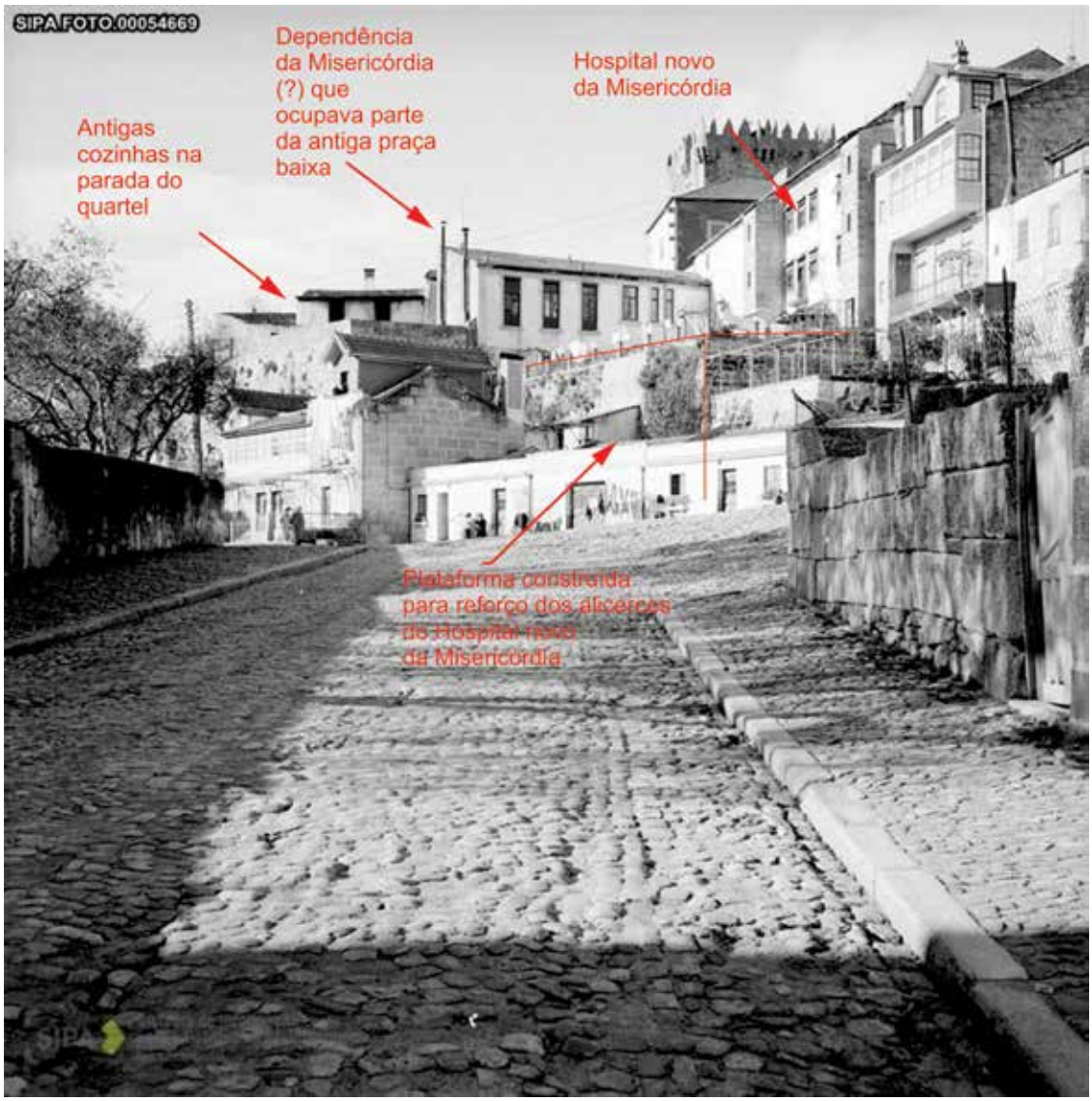
DGEMN, Estudo da Valorização da Torre de Menagem e adaptação do antigo Quartel de Caçadores 10 – Plantas da Intervenção – Pisos 1º e 2º - Setembro e Outubro de 1959



DGEMN, Estudo da Valorização da Torre de Menagem e adaptação do antigo Quartel de Caçadores 10 – Levantamento Fotográfico – 1959

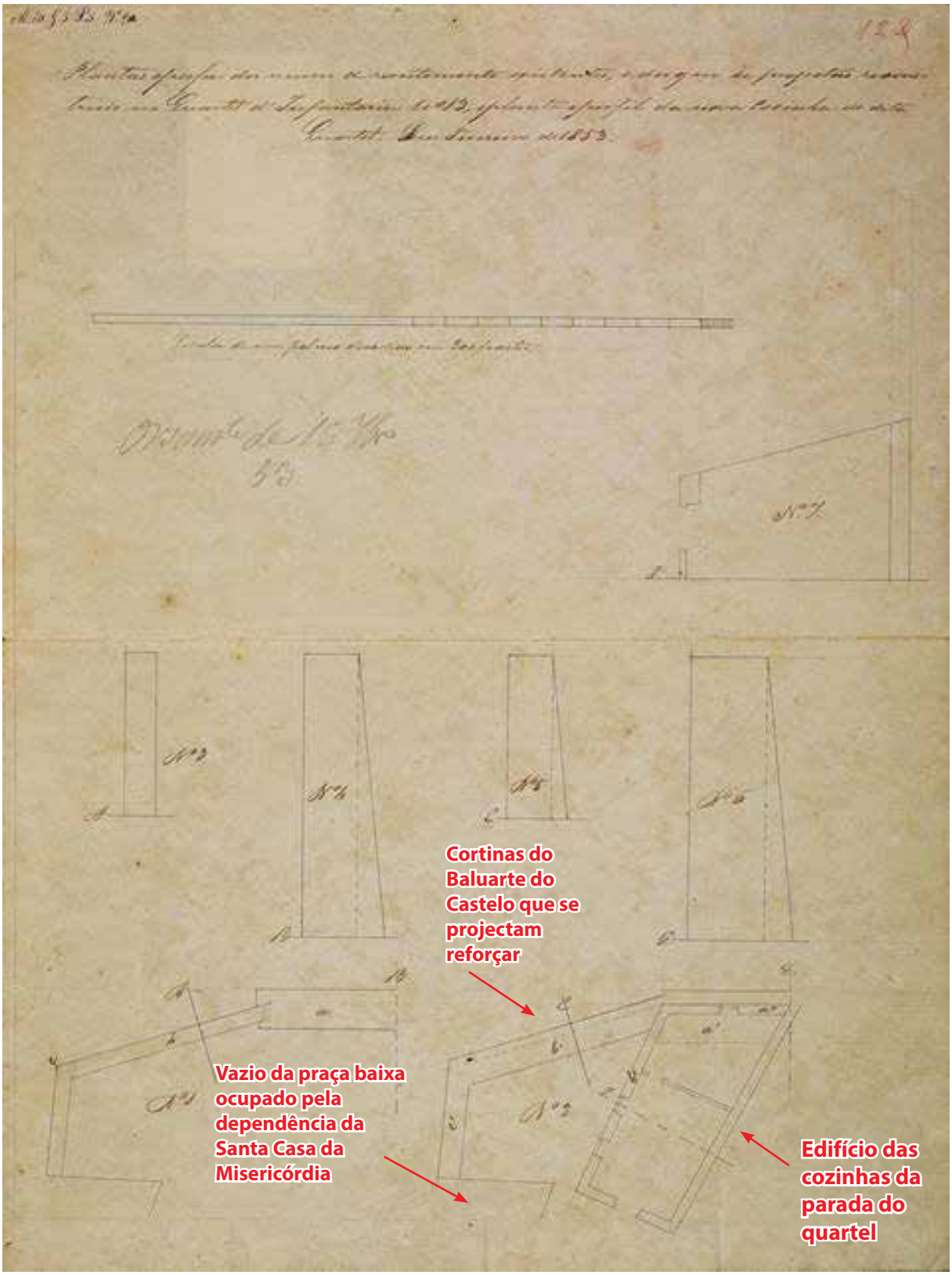
DGEMN, Estudo da Valorização da Torre de Menagem e adaptação do antigo Quartel de Caçadores 10 – Levantamento Fotográfico – 1959


SIPA FOTO 00054697
Antigas cozinhas na parada do quartel

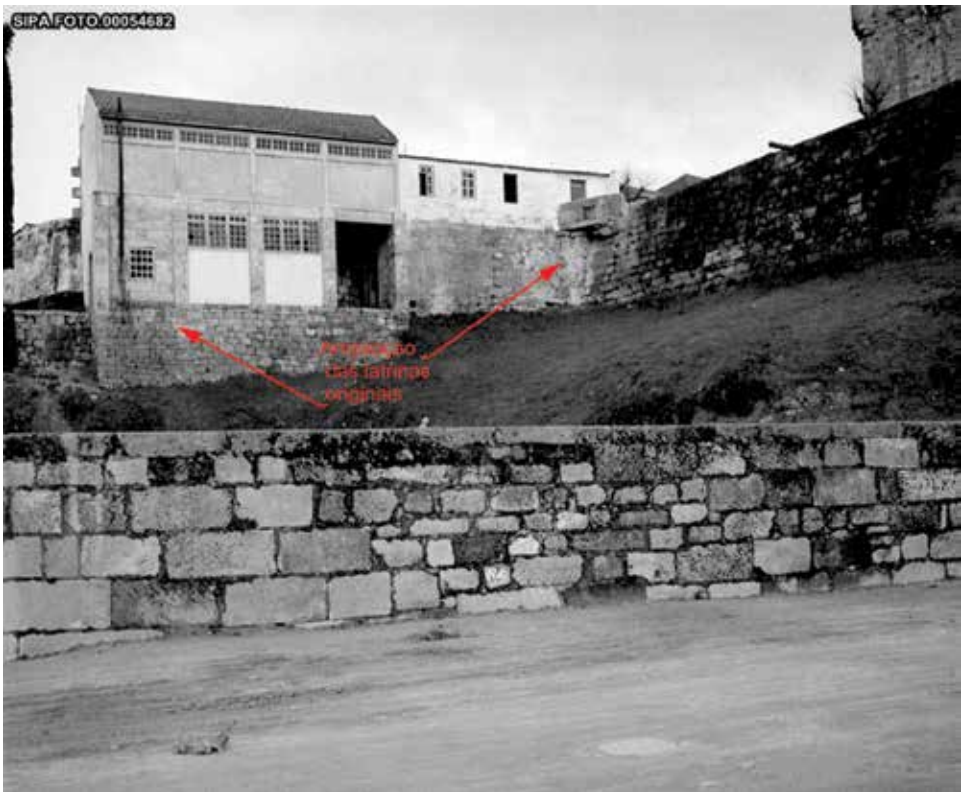


DGEMN, Estudo da Valorização da Torre de Menagem e adaptação do antigo Quartel de Caçadores 10 – Levantamento Fotográfico – 1959

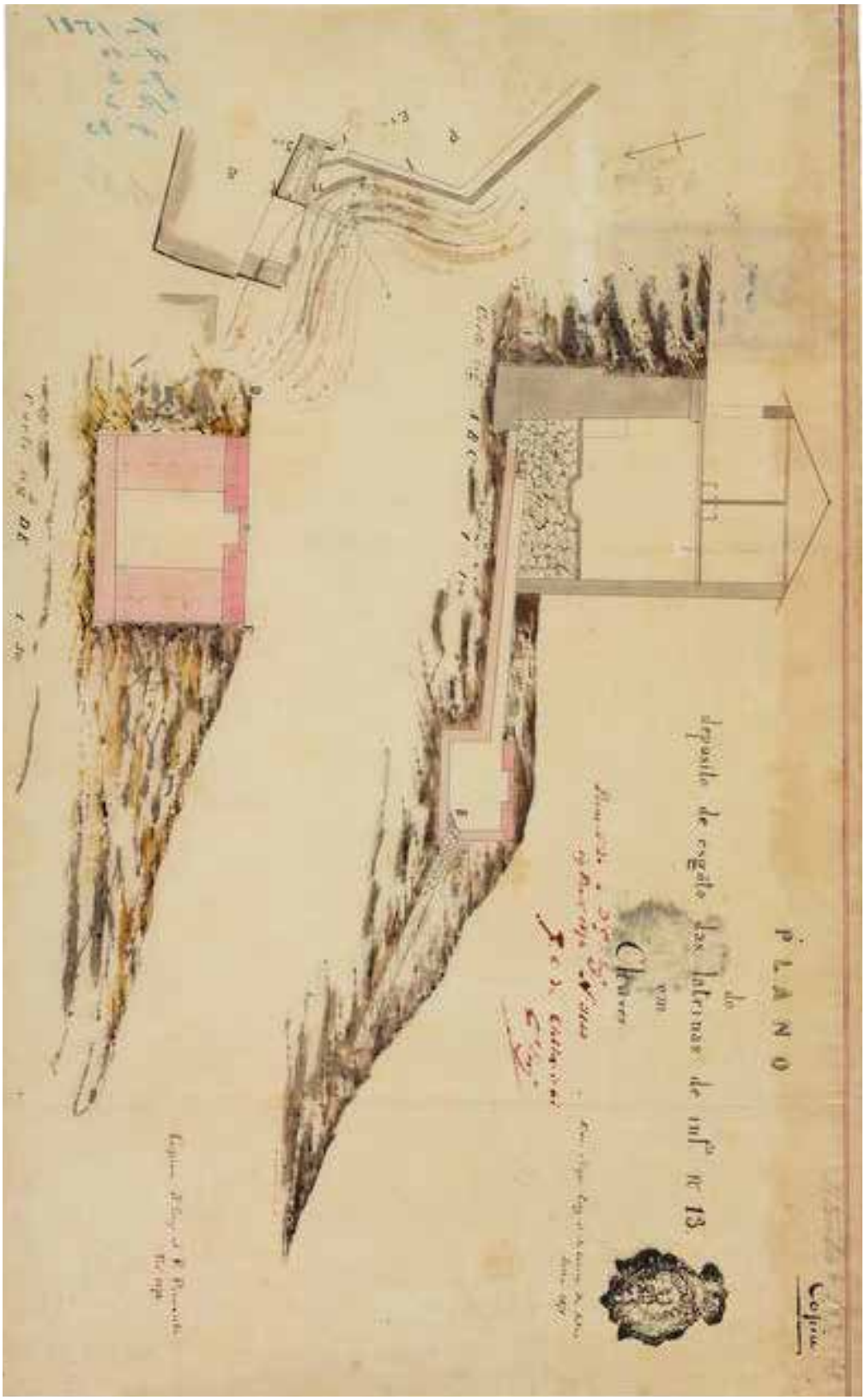
As antigas cozinhas na parada do quartel tinham sido remodeladas em 1854 ao mesmo tempo que se projectavam obras nos *muros de revestimento existentes* do Baluarte do Castelo (AHM/GEAEM 1452-1-8-12 e 1453-1-8-12). No respectivo projecto observa-se o vazio da antiga praça baixa já então parcialmente preenchido pela dependência da Santa Casa da Misericórdia que se observa na foto em cima.


Cortinas do Baluarte do Castelo que se projectam reforçar
Vazio da praça baixa ocupado pela dependência da Santa Casa da Misericórdia
Edifício das cozinhas da parada do quartel

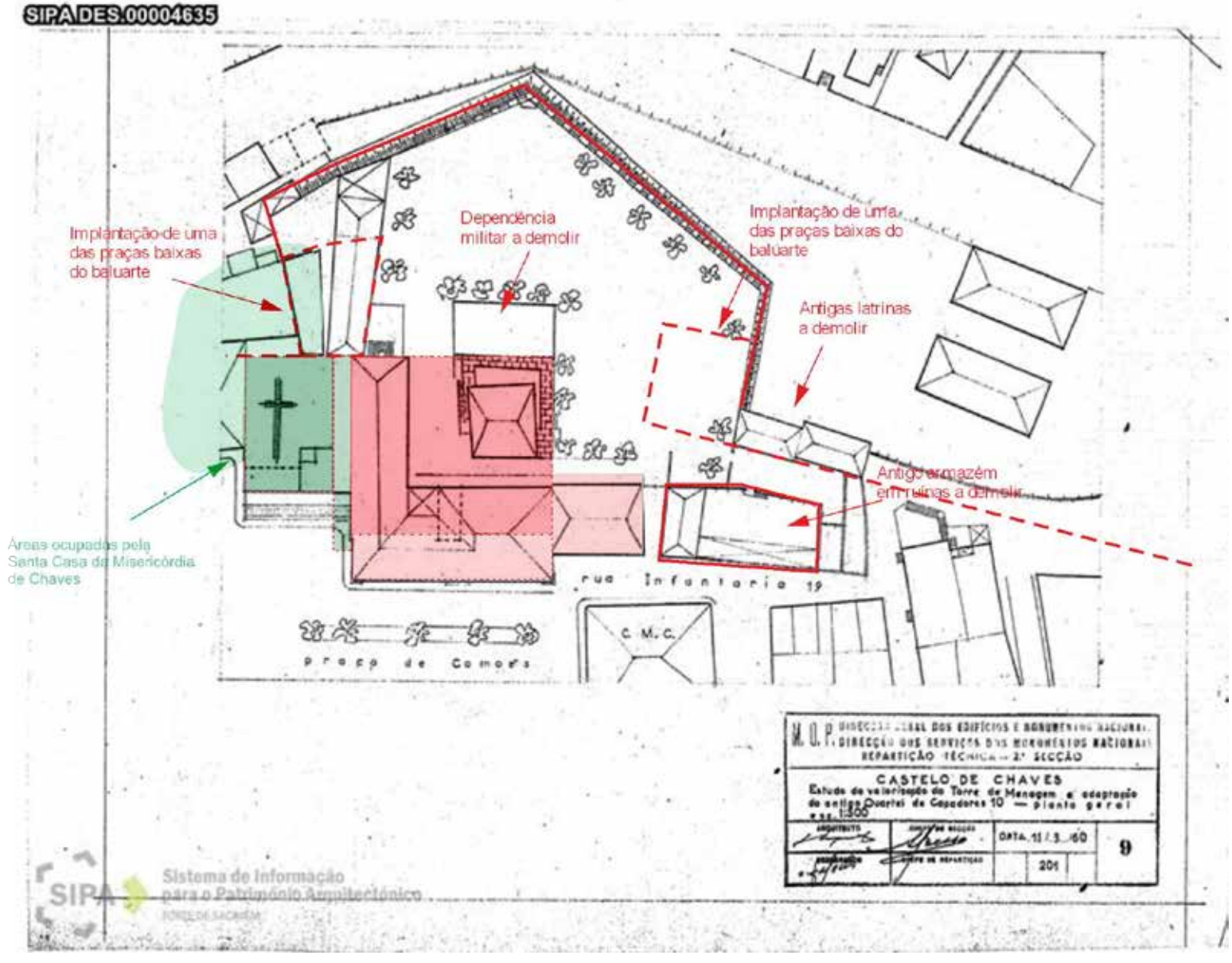
SIPA FOTO.00054699
Antigo armazém militar em ruína que se localizava junto da Casa da Secretaria Regimental do quartel
Antigas latrinas na parada do Quartel de Infantaria 19
Antiga horta do Quartel de Infantaria 19


SIPA FOTO 00054682
Implantação
dos tanques
originais

Cortina de fortificação
com as antigas ameias



Latrinas construídas em 1854 (preto), remodeladas com a construção de um depósito de esgoto em 1874 (vermelho) (AHM/GEAEM 1454-1-8-12, 1455-1-8-12)



DGEMN, Estudo da Valorização da Torre de Menagem e adaptação do antigo Quartel de Caçadores 10 – Planta Geral e de Localização – 1960.

DGEMN, Estudo da Valorização da Torre de Menagem e adaptação do antigo Quartel de Caçadores 10 Quartel de Infantaria. Guarda Principal. Apeamento do piso superior. 1962.

A 29 de Agosto de 1961 foi lançado o concurso da obra de apeamento do andar superior e construção da cobertura geral do edifício do Museu de Chaves, a executar no prazo de 365 dias, a qual, a 20 Fevereiro do ano seguinte, seria adjudicada a Viriato Alves Neiva, pela quantia de 425.000$00 designando-se a empreitada "Museu de Chaves (Paço dos Duques) apeamento do andar superior e construção da cobertura geral do edifício". A obra de reabilitação prosseguiria depois, a partir de 15 Julho de 1963 com o início dos trabalhos de remodelação do Museu de Chaves, a cargo do mesmo empreiteiro, Viriato Alves Neiva.

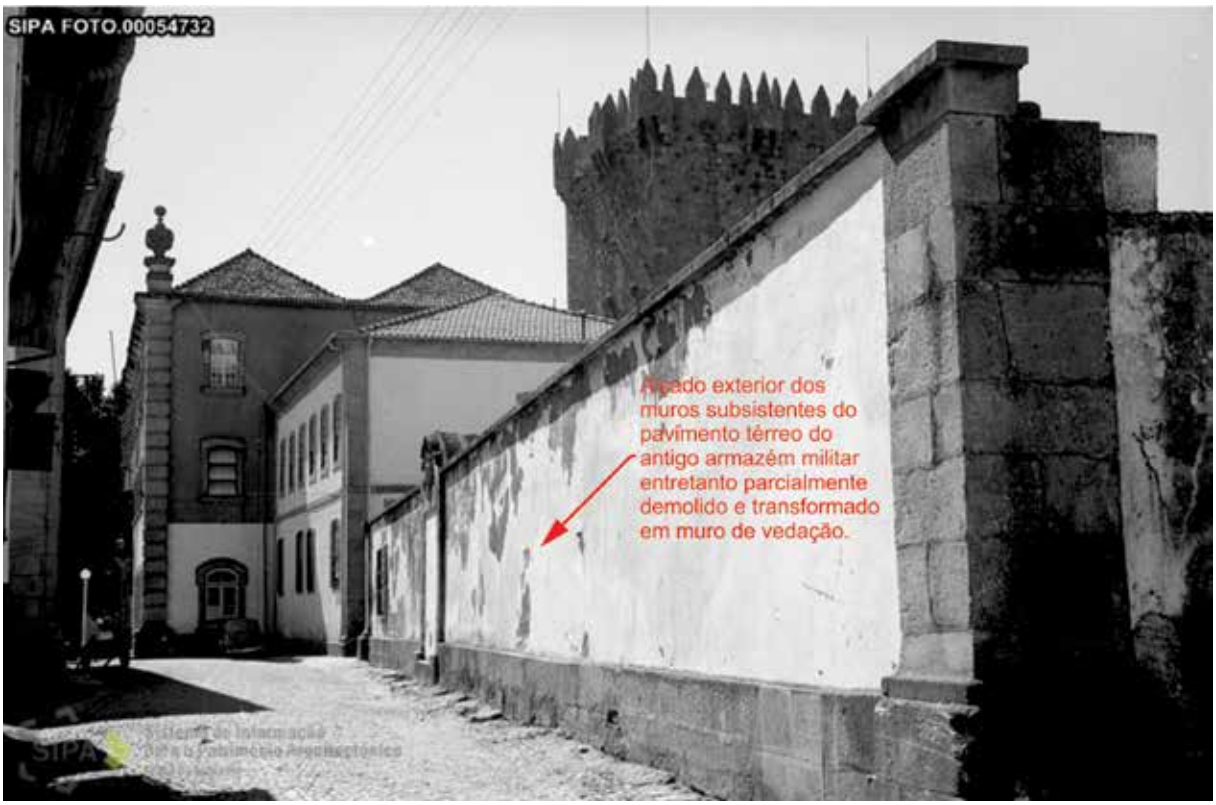
Ainda em 1960 iniciar-se-iam as demolições da dependência militar adossada pelo exterior à cortina SO. do antigo castelo medieval a qual passaria a exibir uma porta gótica até então oculta, ainda que continuando por mais de uma década parcialmente enterrada. A obra prosseguiria depois, a partir de 1961, com a empreitada de apeamento do andar superior do edifício do antigo quartel de infantaria.

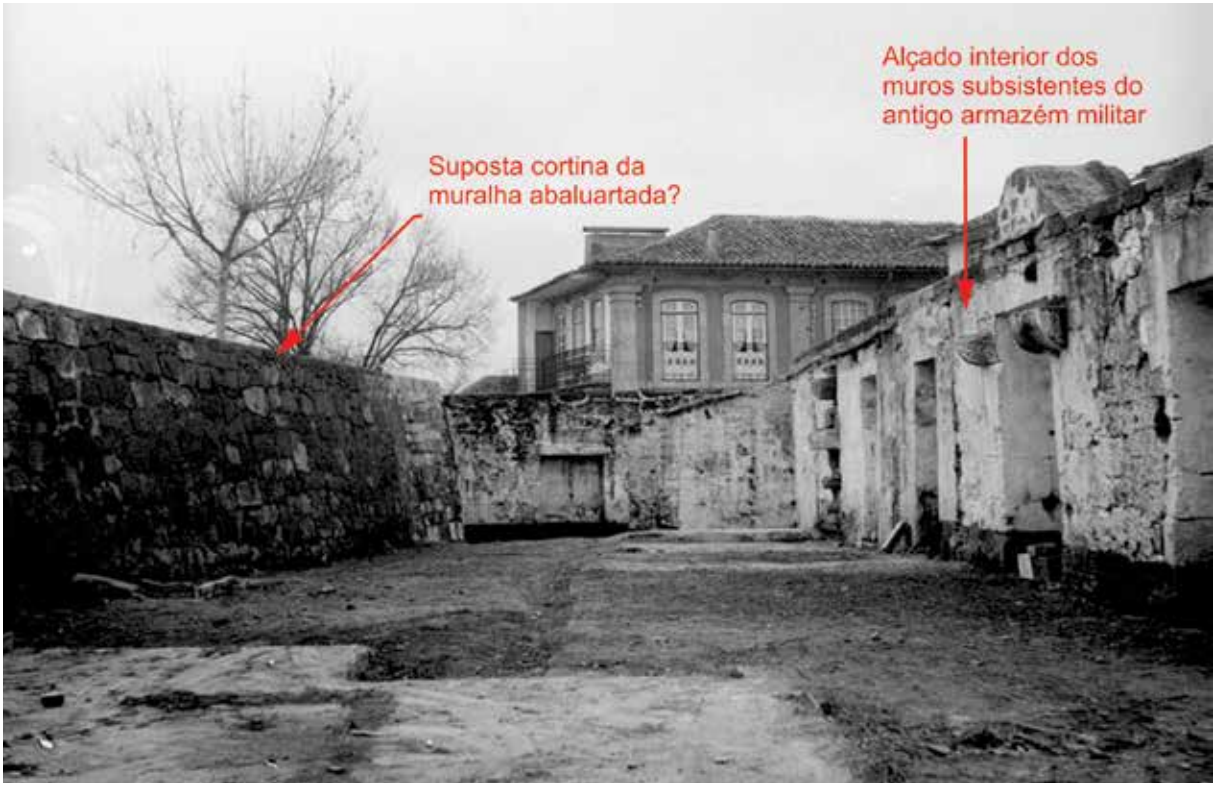
DGEMN, 1960. e 1962

DGEMN, 1962

Antigo armazém a demolir. Alçado da fachada NE. A fachada havia sido reduzida às paredes do piso térreo estando os vãos condenados e quase ocultos. Observa-se o vão da porta axial.

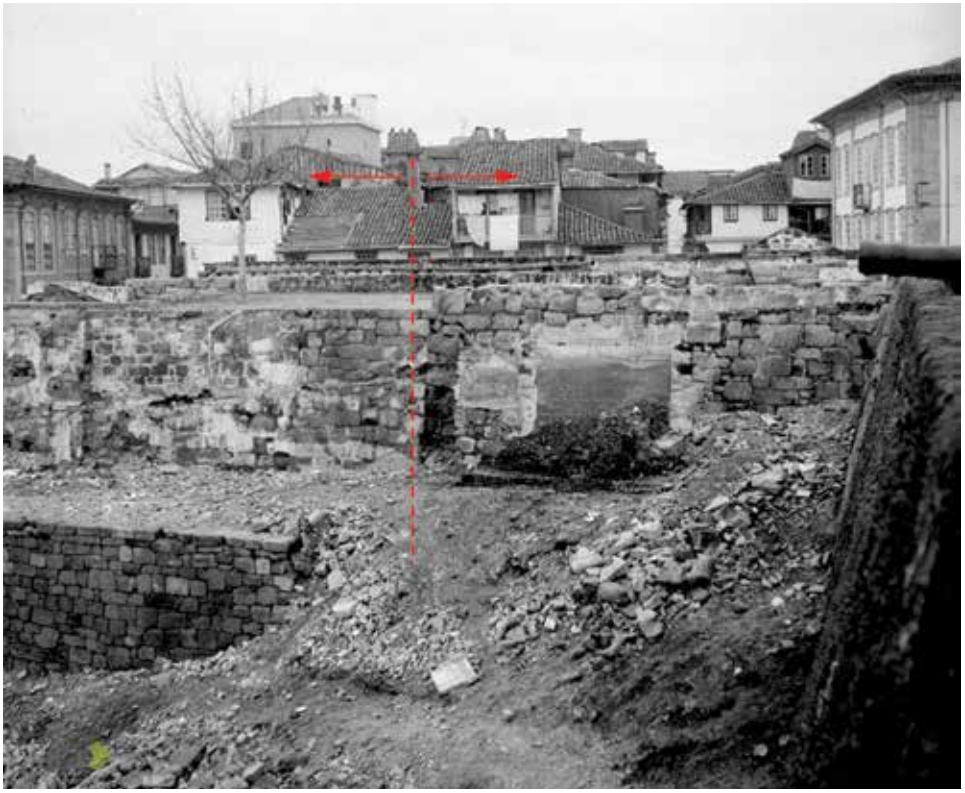
? ONDE PERTENCE?





DGEMN,1961.
Antigo armazém a demolir. Alçados interiores. O edifício estava transformado num espaço descoberto com as paredes reduzidas ao piso térreo.

? ONDE PERTENCE?



DGEMN, 1962. Face exterior da cortina da muralha abaluartada após a demolição das antigas latrinas.

A demolição das antigas latrinas mostrou a cortina da fortificação abaluartada que se ocultava por detrás. Duas vistas em panorâmica com indicação do alinhamento da continuação daquela cortina.

DGEMN, 1962. Fase final de reabilitação da cortina da muralha do lado interior. Á esquerda, a antiga *Casa da Secretaria Regimental*.

DGEMN, 1963. Fase final de reabilitação da cortina da muralha do lado interior. Á esquerda, a antiga *Casa da Secretaria Regimental.*

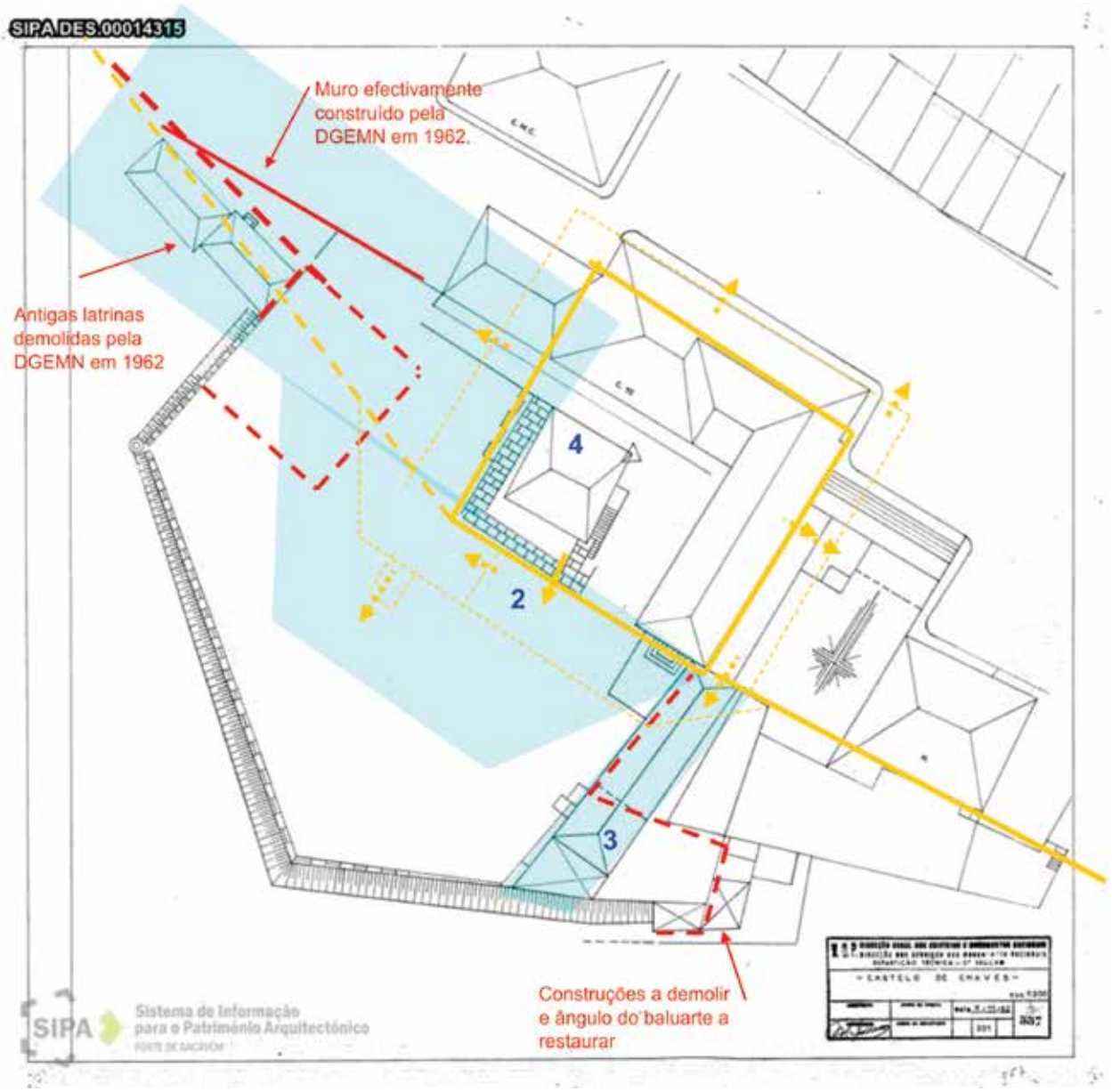
DGEMN, 1967.

A intervenção da DGEMN de 1960-62 deixaria em suspenso algumas questões só resolvidas com nova intervenção realizada em 1972. Efectivamente o muro reabilitado que fechava o espaço do baluarte do castelo no seguimento para NO. da antiga *Casa da Secretaria Regimental* constituía uma área que necessitava de revisão a fim de abrir aquele espaço à rua (nº 1 das plantas das páginas seguintes). Por outro lado, a porta gótica posta a descoberta na cortina SO. do castelo medieval encontrava-se parcialmente enterrada em consequência dos aterros realizados aquando da construção do baluarte, situação que se pretendia resolver valorizando aquela porta (nº 2). Os edifícios das antigas cozinhas do quartel não só haviam ocasionado uma ferida nos muros do baluarte como desvalorizavam o efeito de mirante daquele para o lado SE. (nº 3). Por último, as estruturas das cortinas subsistentes e da torre de menagem do castelo medieval necessitavam de uma obra de reabilitação e revalorização (nº 4).

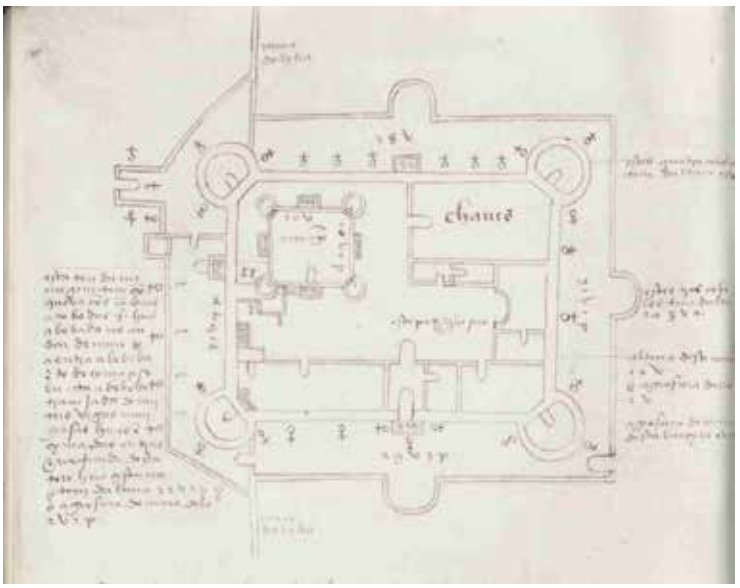
Assim, em 1972, a DGEMN conceberia um projecto para o arranjo do terrapleno junto da torre de menagem, perspectivando intervenções naquelas quatro áreas, a última das quais só se viria a fechar entre 1976 e 1978 com a conclusão das obras da torre de menagem em 1976, a consolidação dos paramentos dos adarves e trabalhos de drenagem, em 1977, trabalhos de consolidação e limpeza em 1978, ano em que também se realizaria a instalação do Museu Militar na torre de menagem do castelo e que viria a ser inaugurado ainda nesse mesmo ano pelo Presidente da República, General Ramalho Eanes, em visita a Chaves em conjunto com as novas secções do Museu da Região Flaviense, no edifício dos Paços do Duque de Bragança.

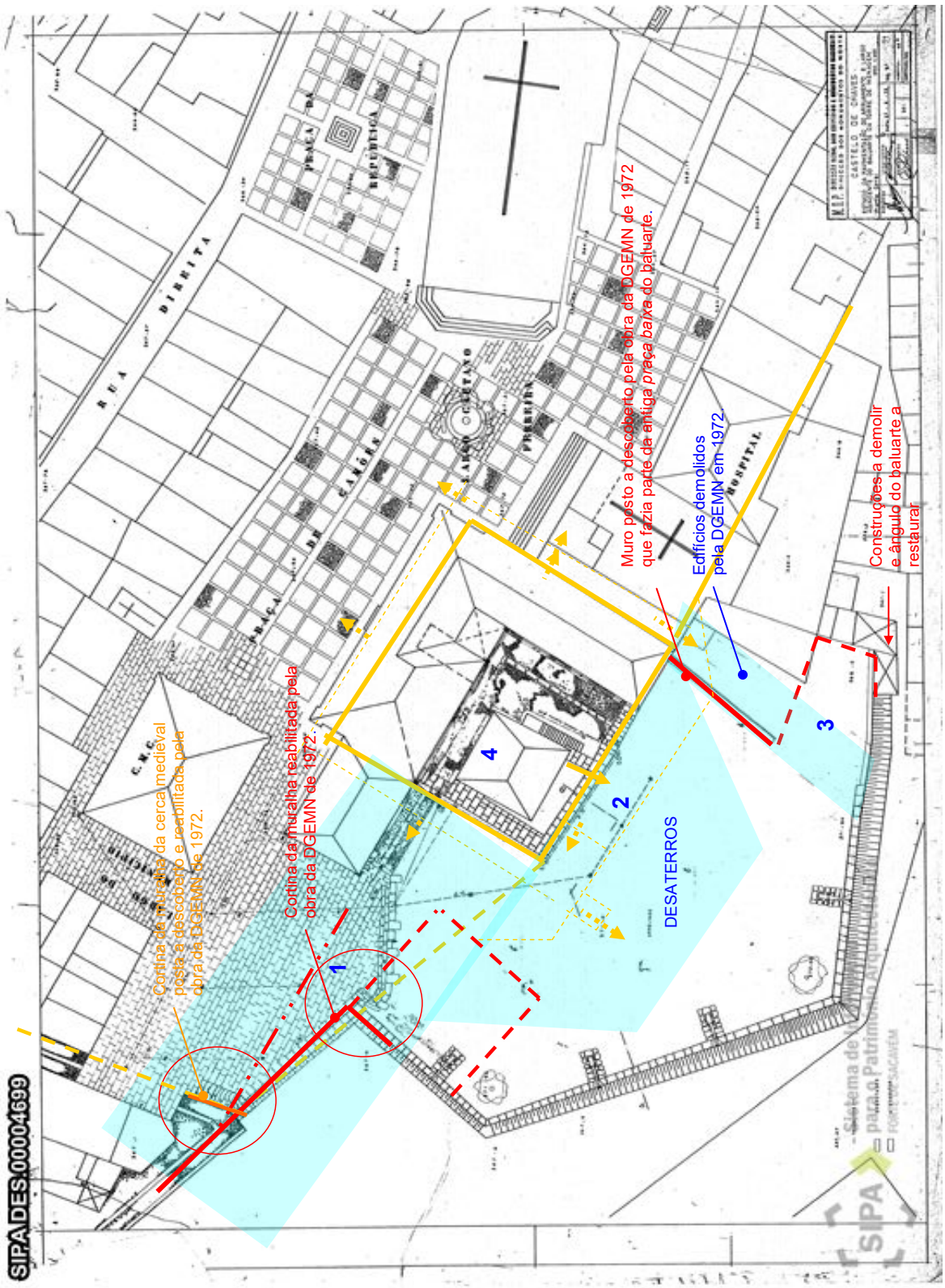
A Planta do projecto de 1962 e o seu confronto com a do projecto de 1972 permitem analisar as intervenções da DGEMN então realizadas. Sobre aquelas plantas desenhamos as estruturas fortificadas medievais que surgem representadas na planta do castelo de Duarte D'Armas (1507-09). Os desaterros e demolições então realizados constituíram uma oportunidade perdida no sentido de identificar e posteriormente valorizar as eventuais estruturas enterradas pertencentes à antiga barbacã baixo medieval bem como do que ainda se preservava das duas encobertas praças baixas do baluarte do castelo. A intervenção acabaria por pôr a descoberto o ângulo NO. da muralha da antiga cerca medieval cuja cortina orientada a SO. havia sido aparentemente incorporada na cortina nova da fortificação abaluartada. Do lado oposto, com a demolição dos edifícios das cozinhas, seria posta a descoberto uma das paredes que definiam a antiga praça baixa a qual seria igualmente preservada pela intervenção da DGEMN.

SIPA DES.00014315

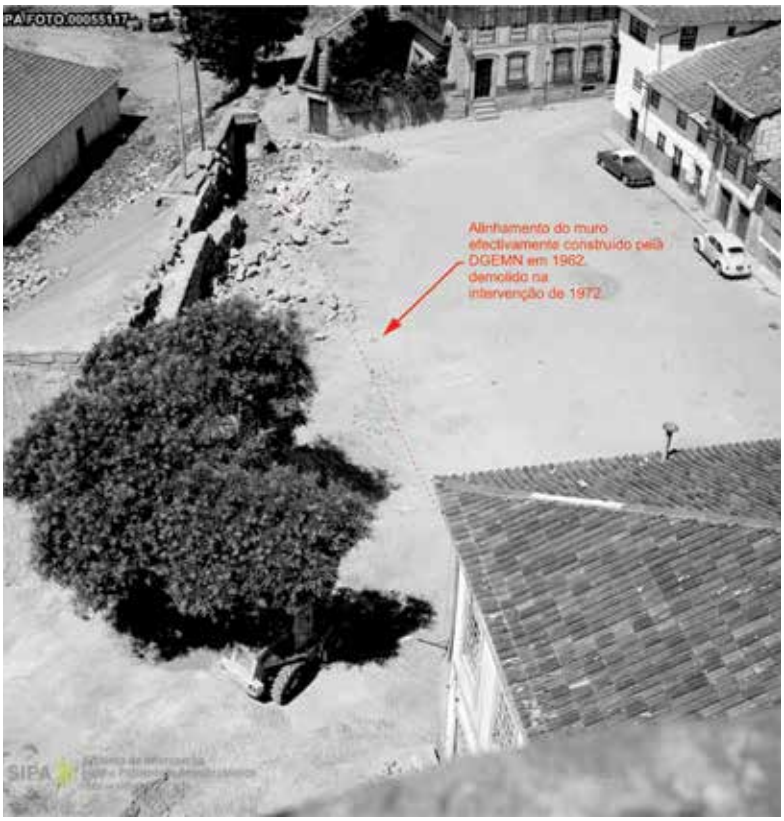


SIPA Sistema de Informação para o Património Arquitectónico




SIPA DES 00004699
Cortina da muralha da cerca medieval posta a descoberto e reabilitada pela obra da DGEMN de 1972.
Cortina da muralha reabilitada pela obra da DGEMN de 1972.
Muro posto a descoberto pela obra da DGEMN de 1972 que fazia parte da antiga praça baixa do baluarte.
Edifícios demolidos pela DGEMN em 1972.
Construções a demolir e ângulo do baluarte a restaurar
DESATERROS
1
2
3
4
RUA DIREITA
PRAÇA DA REPÚBLICA
PRAÇA DE CAMÕES
LARGO CAETANO PEREIRA
HOSPITAL
C.M.C.
CASTELO DE CHAVES
SIPA
Sistema de Informação para o Património Arquitectónico

SIPA FOTO.00055317


PA FOTO 00055117
Alinhamento do muro efectivamente construído pela DGEMN em 1962, demolido na intervenção de 1972
SIPA

SIPA
Sistema de Informação para o Património Arquitectónico

SIPA.FOTO.00055124

Alinhamentos enterrados
postos a descoberto pelas obras de
desaterro e provavelmente
relacionados com a barbacã
baixo medieval

SIPA FOTO.00055131

SIPA FOTO.00055348
Face exterior da continuação
da cortina do castelo .posta
a descoberto pelas
obras de desaterro

SIPA FOTO.00055142

SIPA FOTO.00055193

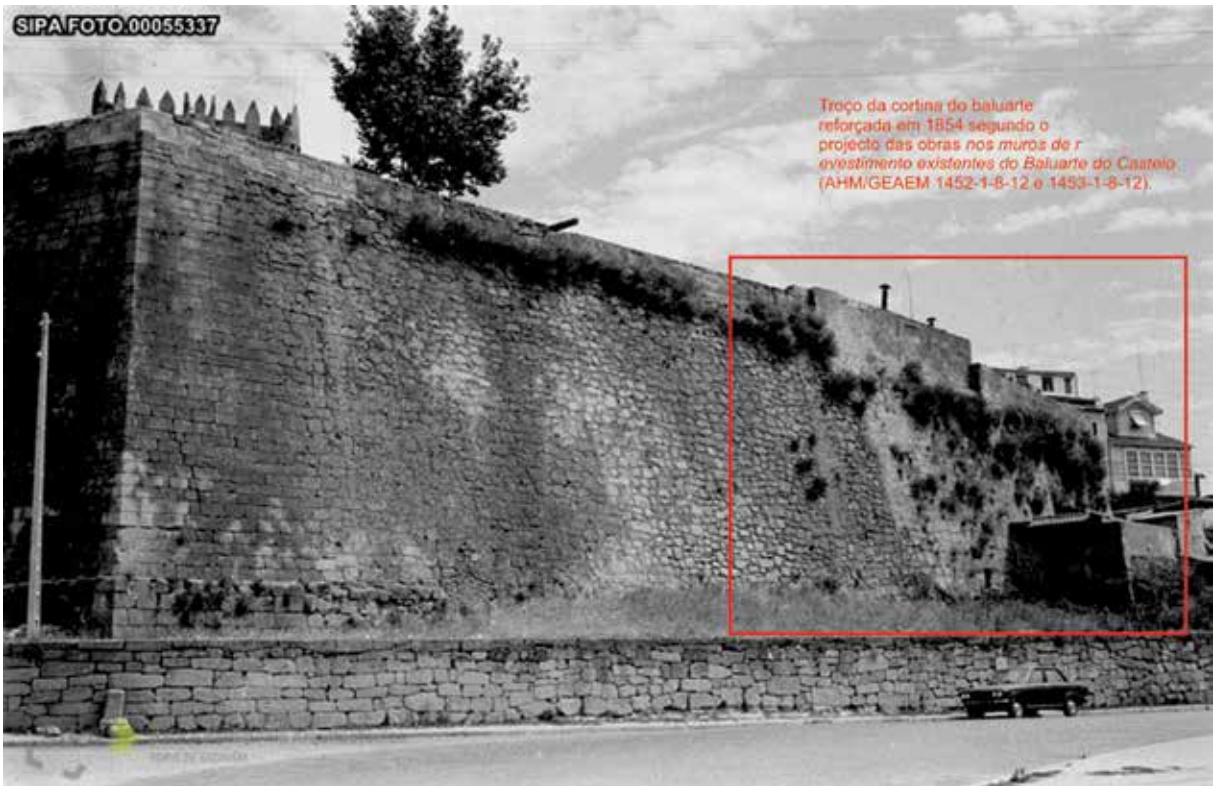
SIPA FOTO.00055192
Ângulo NO. da muralha
da cerca medieval
posta a descoberto
pelas obras de
desaterro e reabilitado

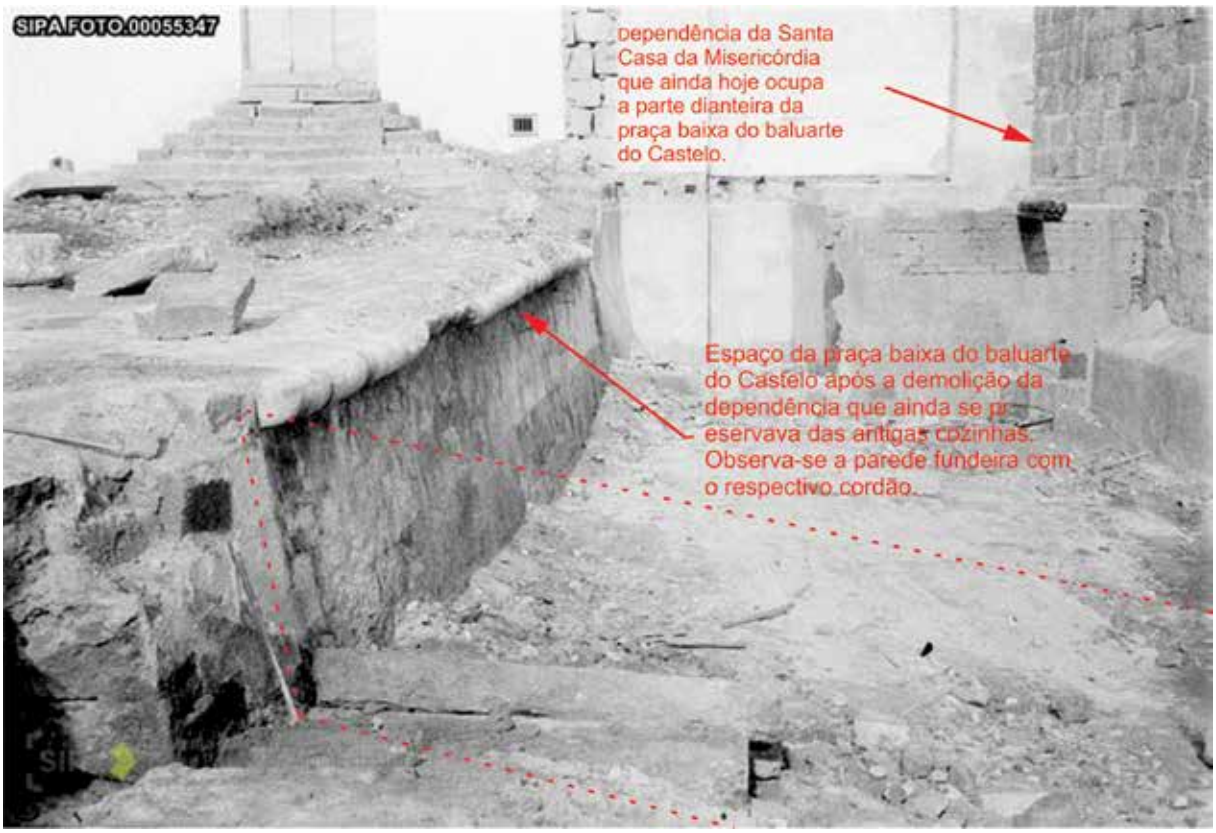
DGEMN 1972

SIPA FOTO.00055113
Alinhamentos enterrados
postos a descoberto
pelas obras de desaterro
e provavelmente relacionados
com a barbacã baixo medieval
Obra de desaterro parcial do
baluarte do Castelo com o
objectivo de reabilitar a
porta gótica da
cortina SO. do
Castelo medieval

Dependências da
Santa Casa da Misericórdia
que ocupa a parte dianteira do
vazio da desaparecida
praça baixa do baluarte.

Dependência da Santa
Casa da Misericórdia que
ocupa a parte dianteira do
vazio da desaparecida praça


SIPA FOTO.00055337
Troço da cortina do baluarte reforçada em 1854 segundo o projecto das obras *nos muros de r evestimento existentes do Baluarte do Castelo* (AHM/GEAEM 1452-1-8-12 e 1453-1-8-12).

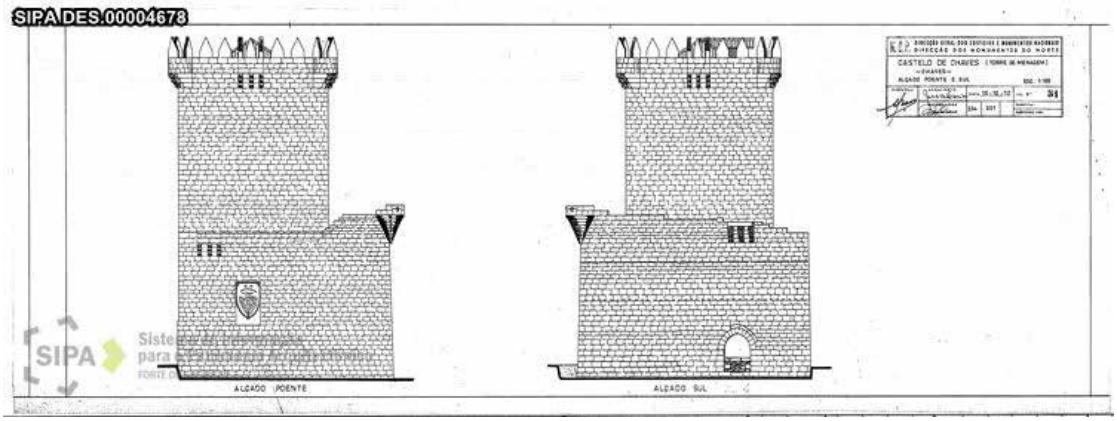

SIPA FOTO.00055347
dependência da Santa Casa da Misericórdia que ainda hoje ocupa a parte dianteira da praça baixa do baluarte do Castelo.
Espaço da praça baixa do baluarte do Castelo após a demolição da dependência que ainda se pr eservava das antigas cozinhas. Observa-se a parede fundeira com o respectivo cordão.

SIPA
Sistema de Informação
para o Património Arquitectónico

Muro da parede fundeira
da praça baixa preservado
após a intervenção de 1972
da DGEMN.
SIPA
Sistema de Informação
para o Património Arquitectónico

A fase final da intervenção da DGEMN iniciada em 1972, seria centrada na reabilitação do Castelo e da Torre de Menagem medievais, estendendo-se até 1978.

Na década de 1980 registam-se novos trabalhos da DGEMN no já então designado Jardim do Castelo. Terão sido trabalhos de pequena envergadura registando-se como "diversos trabalhos de beneficiação" (1980), "realização de escavações no jardim do castelo, a S. da torre de menagem" (1985), "beneficiações diversas" (1986), "rectificação e valorização da estátua de D. Afonso, Duque de Bragança, existente na praça" (1988) e "valorização dos paramentos amuralhados" (1988). Em 1993 foi criada uma Comissão de Reformulação do Museu da Região Flaviense a qual conduziria à realização de obras renovação e adaptação dos interiores pela Câmara Municipal, inaugurando-se o novo Museu da Região Flaviense a 28 de Novembro de 1997.

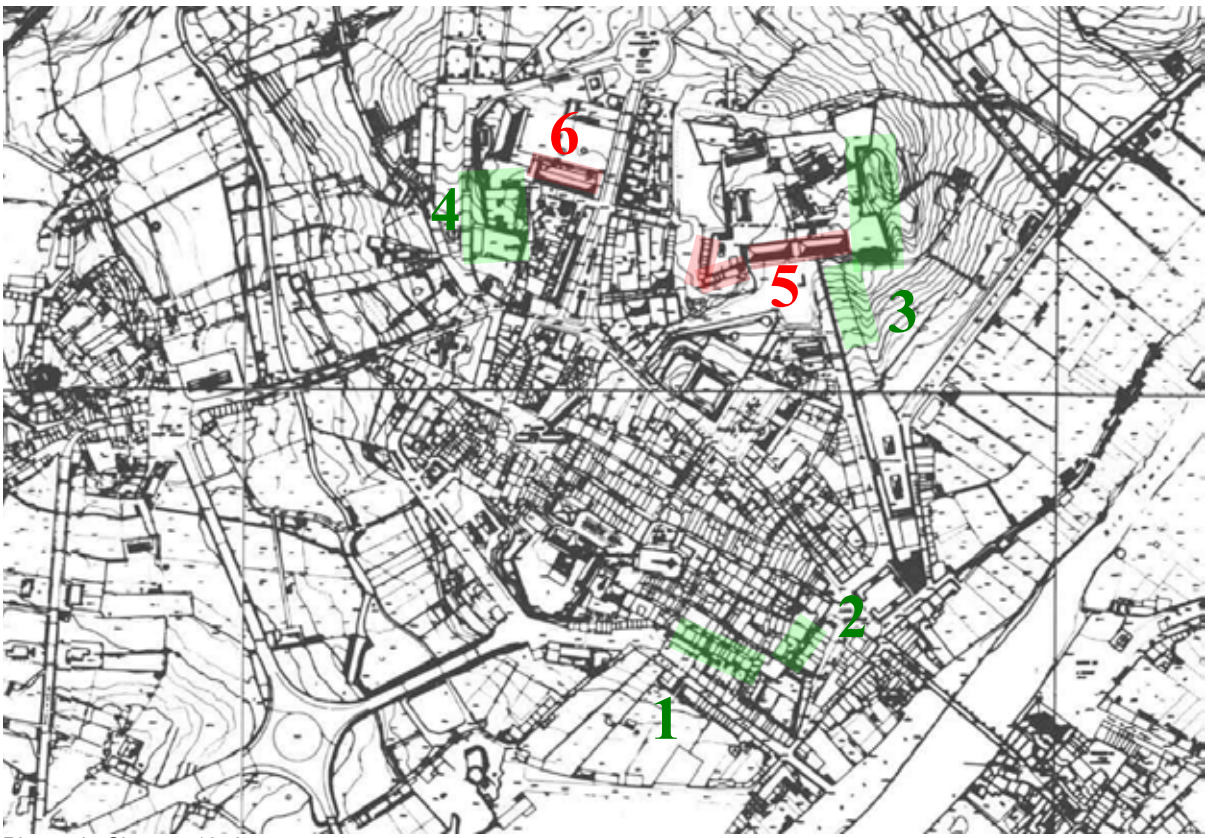


GEMN,1973

GEMN,1993

5.8.3. Reabilitação das Muralhas

A necessidade de reabilitar a cintura fortificada de Chaves foi uma questão que preocupou a DGEMN ao longo da década de 1950. Com efeito, já em 1952, se regista uma reportagem fotográfica completa daquelas fortificações. Mas seria a derrocada de um troço de muralha entre o Baluarte do Castelo e o Baluarte do Cavaleiro, ocorrida em 1959, que desencadearia o início do processo de execução, o qual decorreria ao longo das duas décadas seguintes.

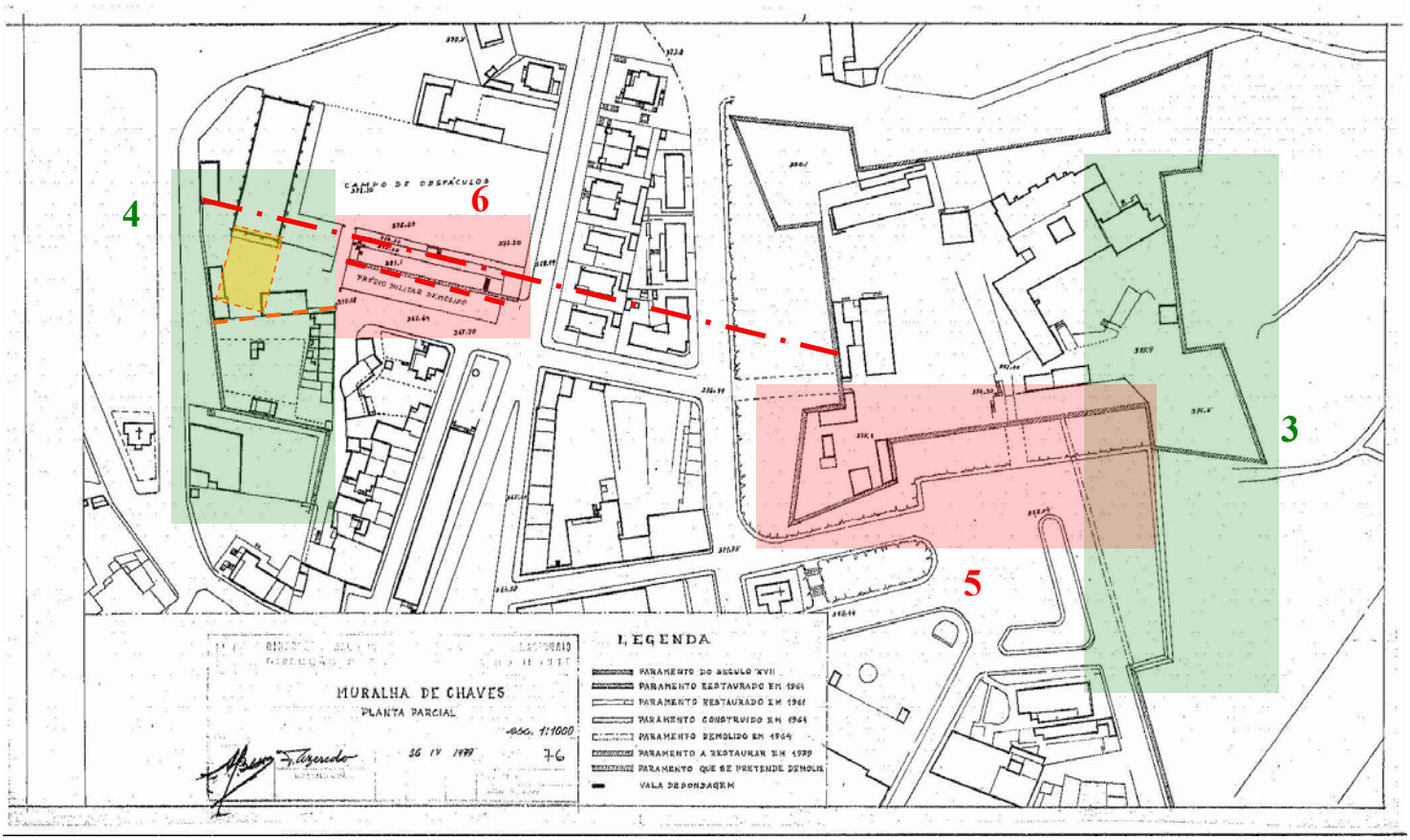


Planta de Chaves, 1959

A intervenção de reabilitação das muralhas de Chaves iniciada pela DGEMN em 1959 decorreria em paralelo à realizada no Castelo, Baluarte do castelo e *Paços do Duque de Bragança* que observamos no ponto anterior. As obras incidiriam sobre os seis locais assinalados na planta de Chaves de 1959, reproduzida acima. Em **1**, havia ruído um troço da velha muralha medieval, reincorporada na fortificação abaluartada, e sobre a qual estavam construídos os corpos traseiros das casas com frentes para a Rua do Poço. Na mesma cortina, mas entre o desaparecido postigo das Caldas e o Baluarte do Castelo foi também apeado e reconstruído um outro troço da mesma muralha, ainda que de menores dimensões. Em **2**, encontrando-se em ruína e ameaçando novos desmoronamentos a cortina da muralha que se seguia ao desaparecido postigo das Manas e início da Rua Major Sousa Machado, foram realizados trabalhos de apeamento, consolidação e reconstrução da muralha. Em **3**, o flanco e cunhal S. do baluarte SE. do Forte de São Francisco, apresentava uma profunda ruína que obrigou à sua reconstituição integral em paralelo a trabalhos de limpeza e consolidação da cortina do forte orientada a E. e à consolidação do

troço final da muralha na zona do *Olival*, que adossava ao forte, com a construção de uma nova cortina paralela à original mas deslocada para E. e o preenchimento do vazio criado entre as duas cortinas com inertes de forma a constituir um maciço estabilizador das estruturas antigas ameaçadas. Em **4**, havia-se arruinado o cunhal e cortinas do baluarte de N. Sra. de Brotas, o qual seria objecto de apeamento da ruína, consolidação e reconstrução.

A intervenção da DGEMN incluiu igualmente a demolição de edifícios adossados às fortificações. Foi o caso de **5**, na cortina S. e ambos os flancos do baluarte SO. do Forte de São Francisco. Foi também o caso de **6**, onde foi demolido o antigo Quartel do Trem (1965) exibindo a face interior da cortina da muralha a que aquele se adossava mas que seria igualmente demolida posteriormente.



DGEMN, 1979. Intervenções na zona Norte até 1979.

DGEMN, 1959. Intervenção no troço da muralha desmoronada localizada nas traseiras da Rua do Poço.

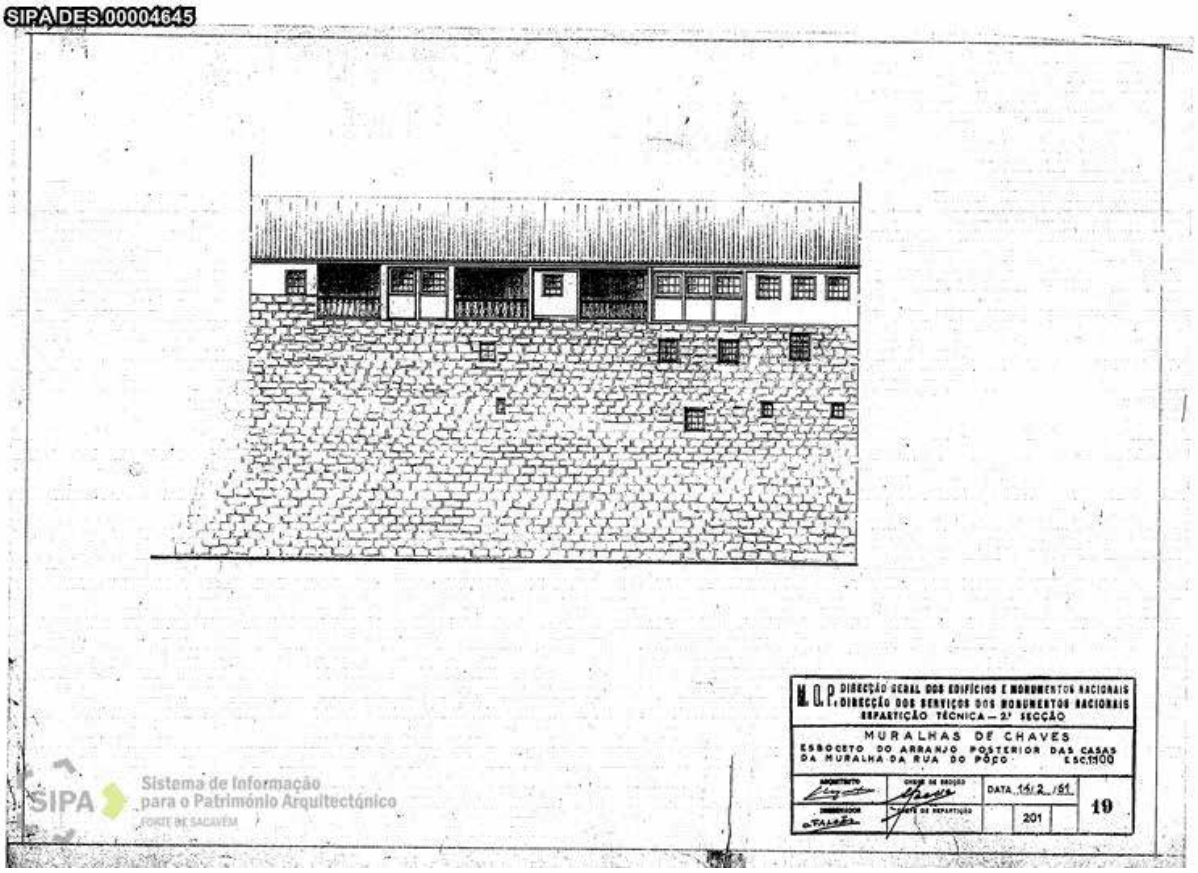
DGEMN, 1959. Intervenção no troço da muralha desmoronada localizada nas traseiras da Rua do Poço. Perfis da muralha.

DGEMN, 1960. Intervenção no troço da muralha desmoronada localizada nas traseiras da Rua do Poço. Reconstrução da muralha.

DGEMN, 1960. Intervenção no troço da muralha desmoronada localizada nas traseiras da Rua do Poço. Reconstrução da muralha.

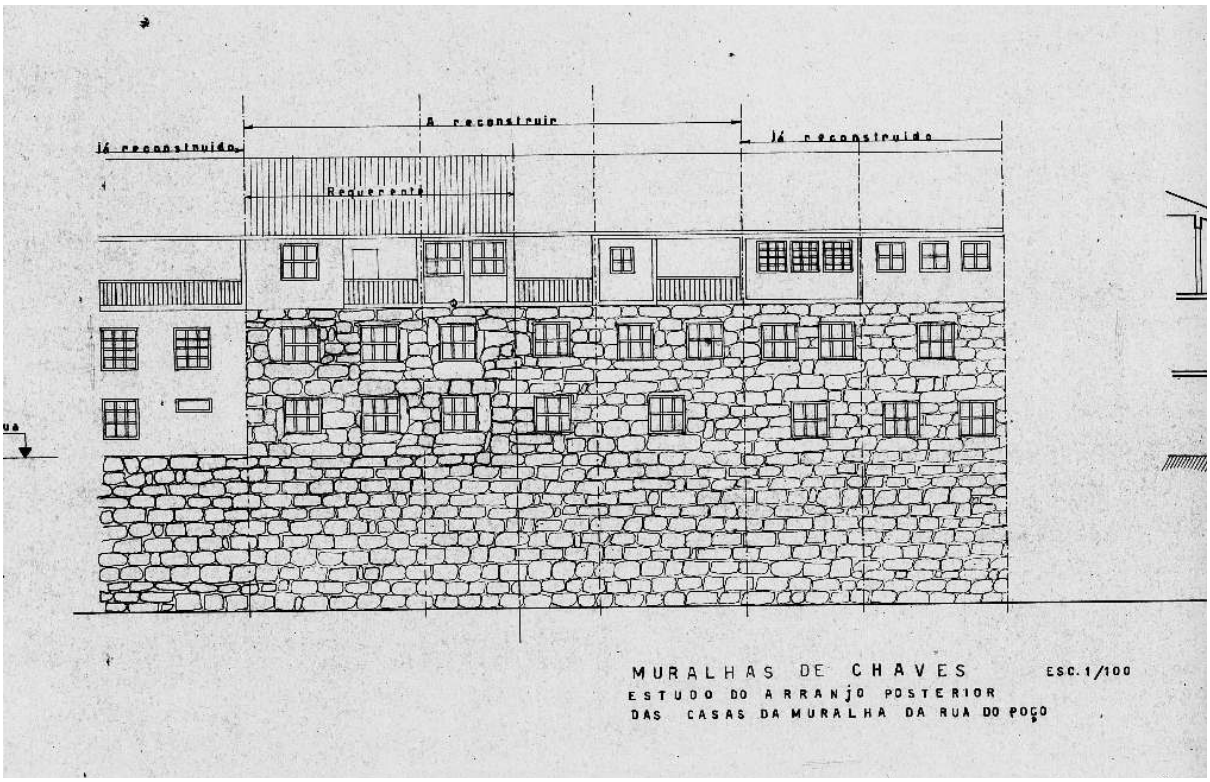
DGEMN, 1961. Intervenção no troço da muralha desmoronada localizada nas traseiras da Rua do Poço. Reconstrução da muralha e das casas sobre a muralha

SIPA DES.00004645



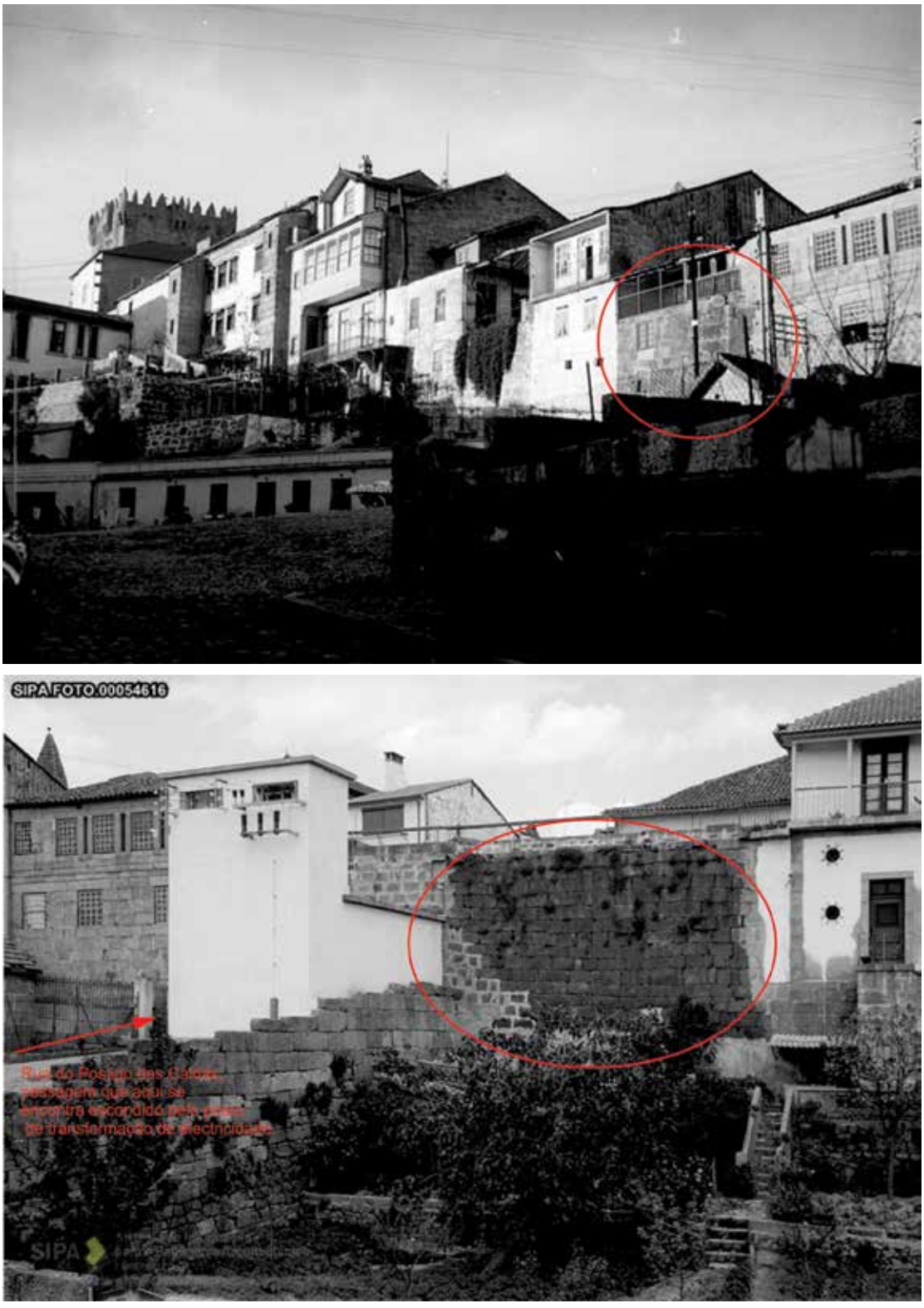
SIPA Sistema de Informação para o Património Arquitectónico
FORTE DE SACAVÉM

DGEMN 1961. Intervenção no troço da muralha desmoronada localizada nas traseiras da Rua do Poço. Alçado do projecto inicial.



DGEMN 1961. Intervenção no troço da muralha desmoronada localizada nas traseiras da Rua do Poço. Alçado do projecto numa fase posterior de elaboração

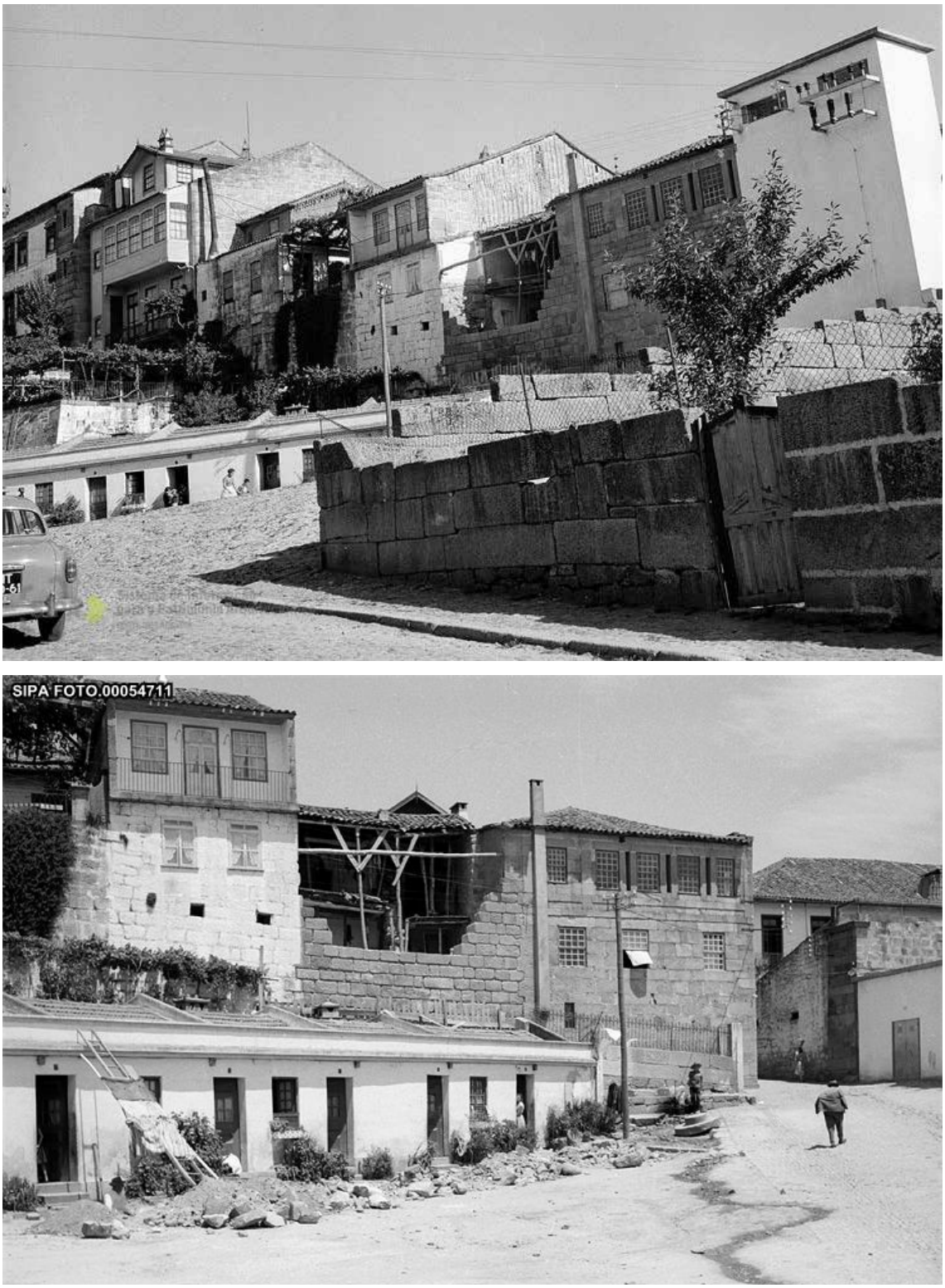
DGEMN 1965 e 1967. Intervenção no troço da muralha desmoronada localizada nas traseiras da Rua do Poço



DGEMN 1959. Intervenção em dois troços da muralha ameaçando ruína que flanqueavam o antigo postigo das Caldas. Apenas seria intervencionado o do lado do Castelo.

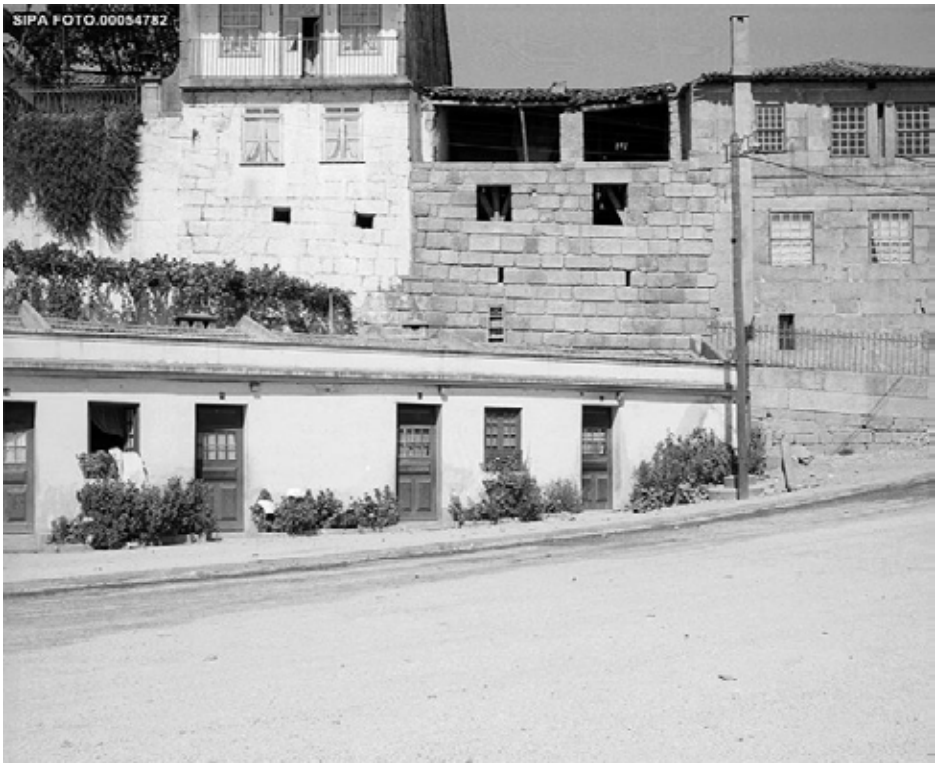
DGEMN 1959. Intervenção no troço da muralha ameaçando ruína junto do antigo postigo das Caldas.

DGEMN 1960. Intervenção no troço da muralha ameaçando ruína junto do antigo postigo das Caldas. Apeamento da muralha.



DGEMN 1960. Intervenção no troço da muralha ameaçando ruína junto do antigo postigo das Caldas. Reconstrução da muralha.

DGEMN 1960. Intervenção no troço da muralha ameaçando ruína junto do antigo postigo das Caldas. Reconstrução da muralha.

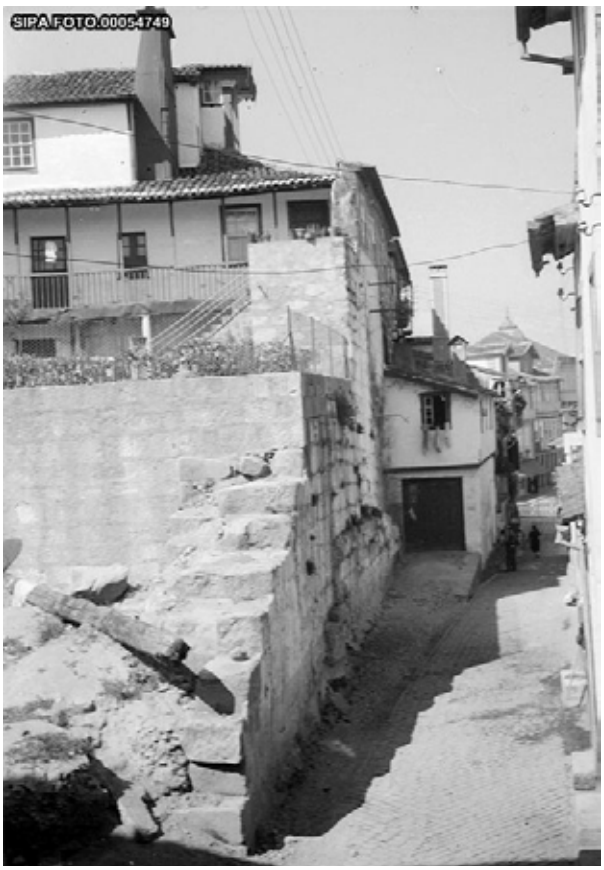


DGEMN 1961. Intervenção no troço da muralha ameaçando ruína junto do antigo postigo das Caldas. Reconstrução da muralha.

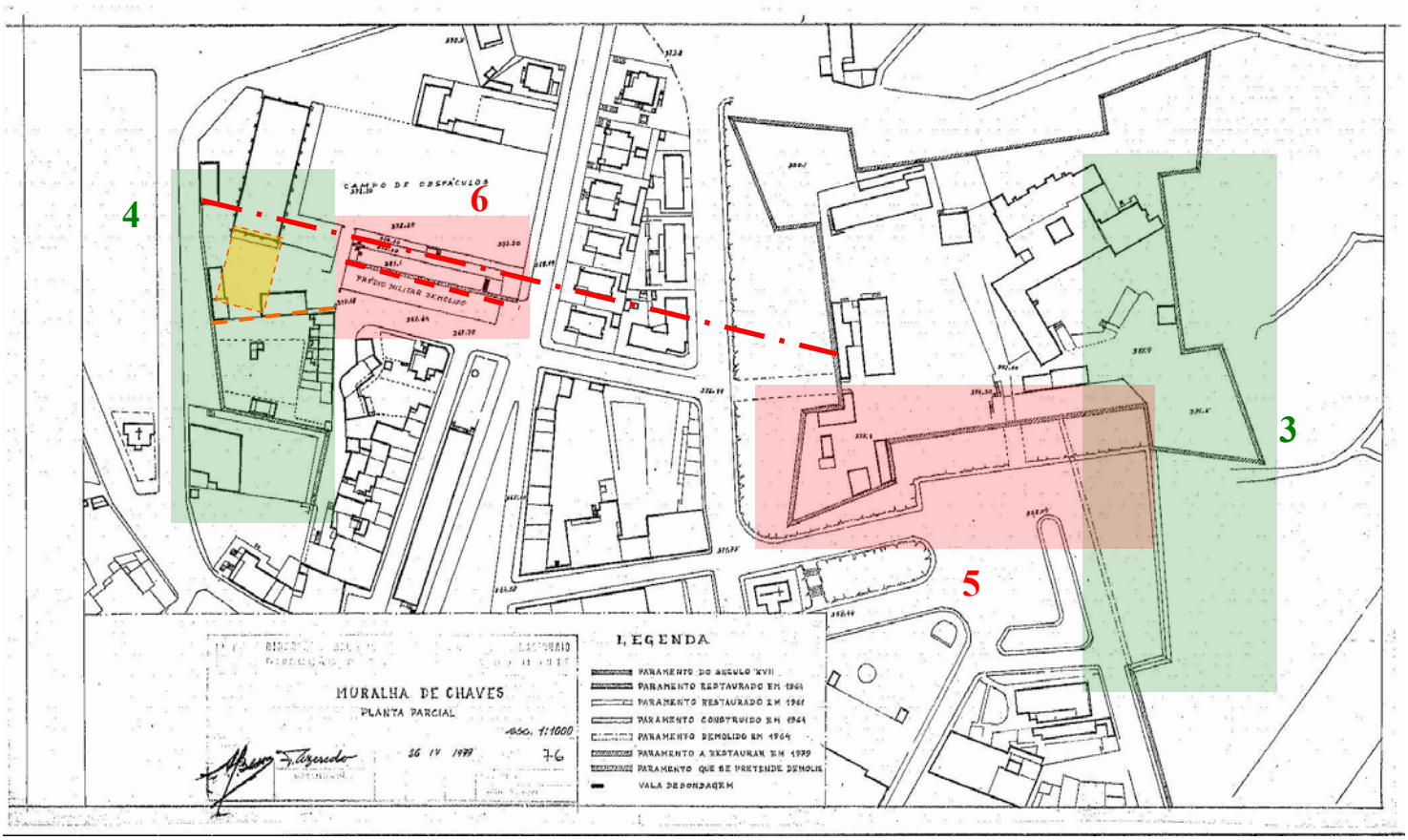
DGEMN, 1959. Intervenção no troço da muralha desmoronada localizada junto do postigo das Manas e Rua Major Sousa Machado. Ruína.

DGEMN, 1959. Intervenção no troço da muralha desmoronada localizada junto do postigo das Manas e Rua Major Sousa Machado. Apeamento e Limpeza.

DGEMN, 1960. Intervenção no troço da muralha desmoronada localizada junto do postigo das Manas e Rua Major Sousa Machado. Ruína.



DGEMN, 1961. Intervenção no troço da muralha desmoronada localizada junto do postigo das Manas e Rua Major Sousa Machado. Consolidação da ruína.

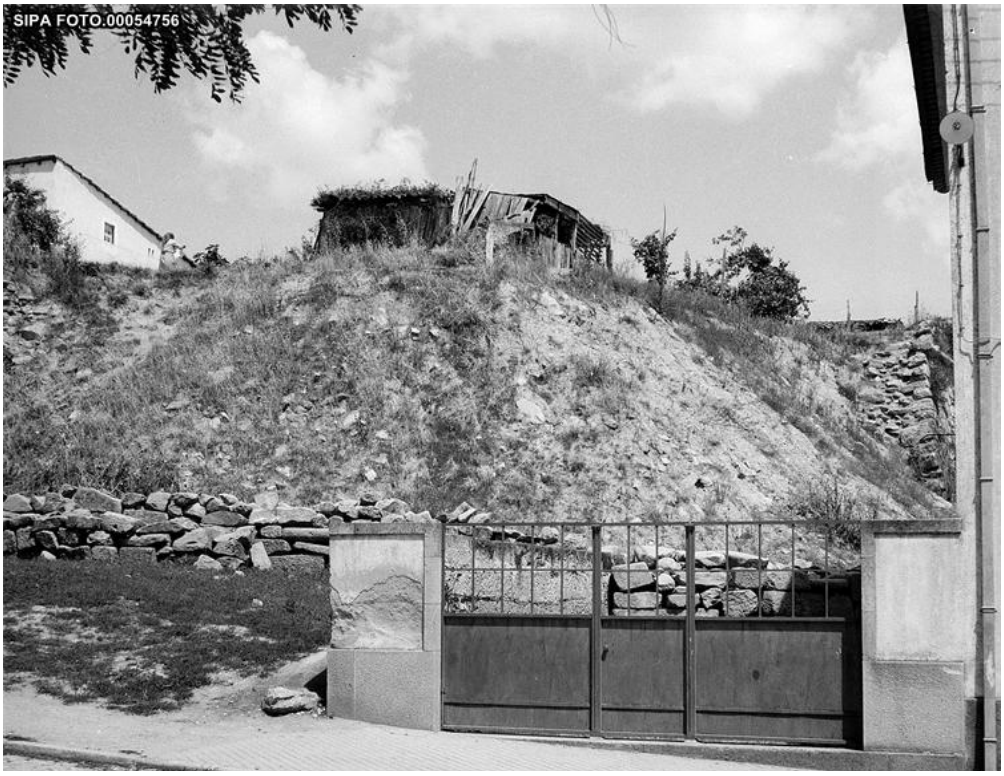


DGEMN, 1979. Intervenções na zona Norte até 1979.

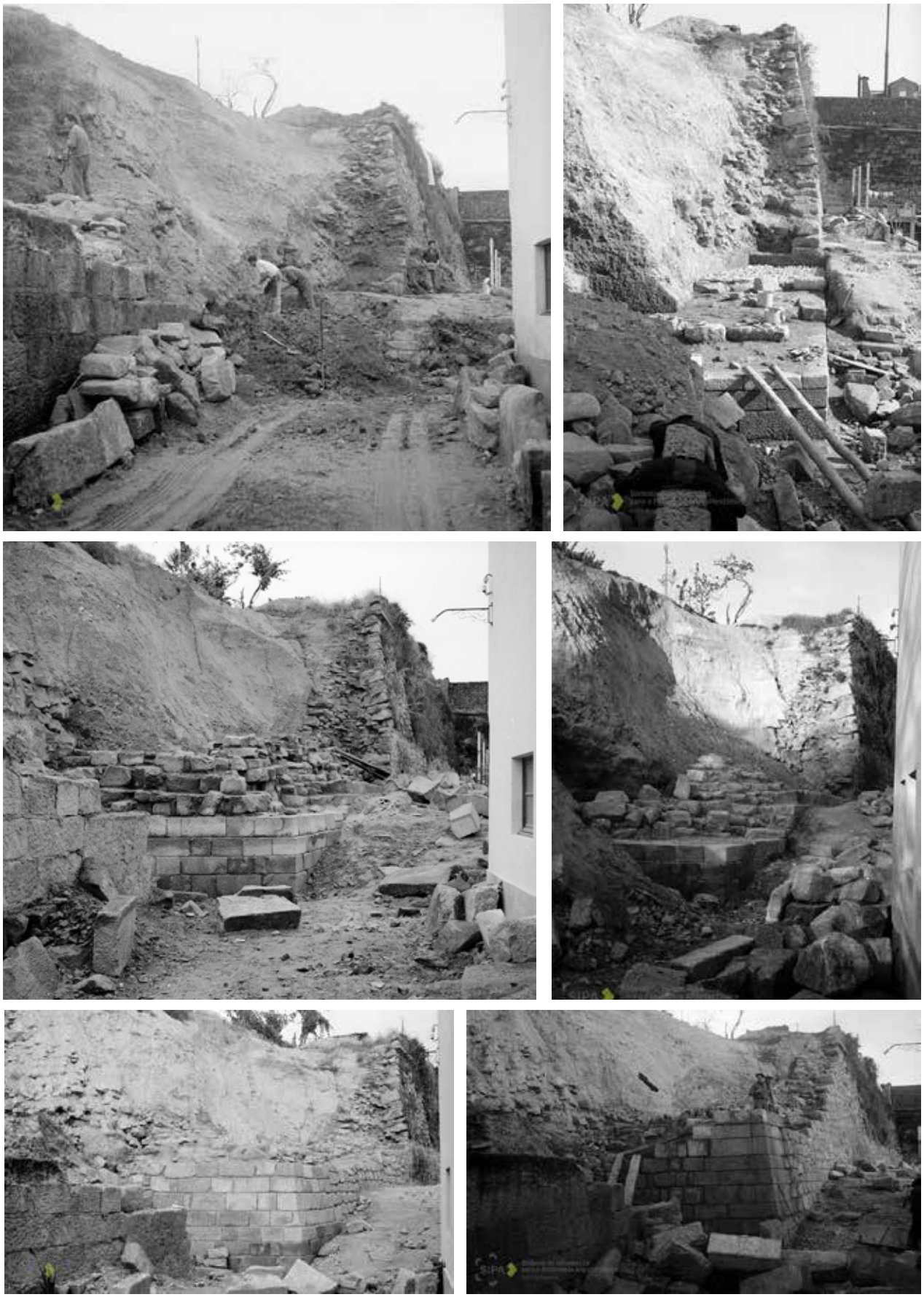
Em **3**, o flanco e cunhal S. do baluarte SE. do Forte de São Francisco, apresentava uma profunda ruína que obrigou à sua reconstituição integral em paralelo a trabalhos de limpeza e consolidação da cortina do forte orientada a E. e à consolidação do troço final da muralha na zona do *Olival*, que adossava ao forte, com a construção de uma nova cortina paralela à original mas deslocada para E. e o preenchimento do vazio criado entre as duas cortinas com inertes de forma a constituir um maciço estabilizador das estruturas antigas ameaçadas. Em **4**, havia-se arruinado o cunhal e cortinas do baluarte de N. Sra. de Brotas, o qual seria objecto de apeamento da ruína, consolidação e reconstrução. A intervenção da DGEMN incluiu igualmente a demolição de edifícios adossados às fortificações. Foi o caso de **5**, na cortina S. e ambos os flancos do baluarte SO. do Forte de São Francisco. Foi também o caso de **6**, onde foi demolido o antigo Quartel do Trem (1965) exibindo a face interior da cortina da muralha a que aquele se adossava mas que seria igualmente demolida posteriormente.

DGEMN, 1960. Intervenção no cunhal e cortinas do baluarte arruinado de N. Sra. de Brotas.

DGEMN, 1960. Intervenção no cunhal e cortinas do baluarte arruinado de N. Sra. de Brotas.



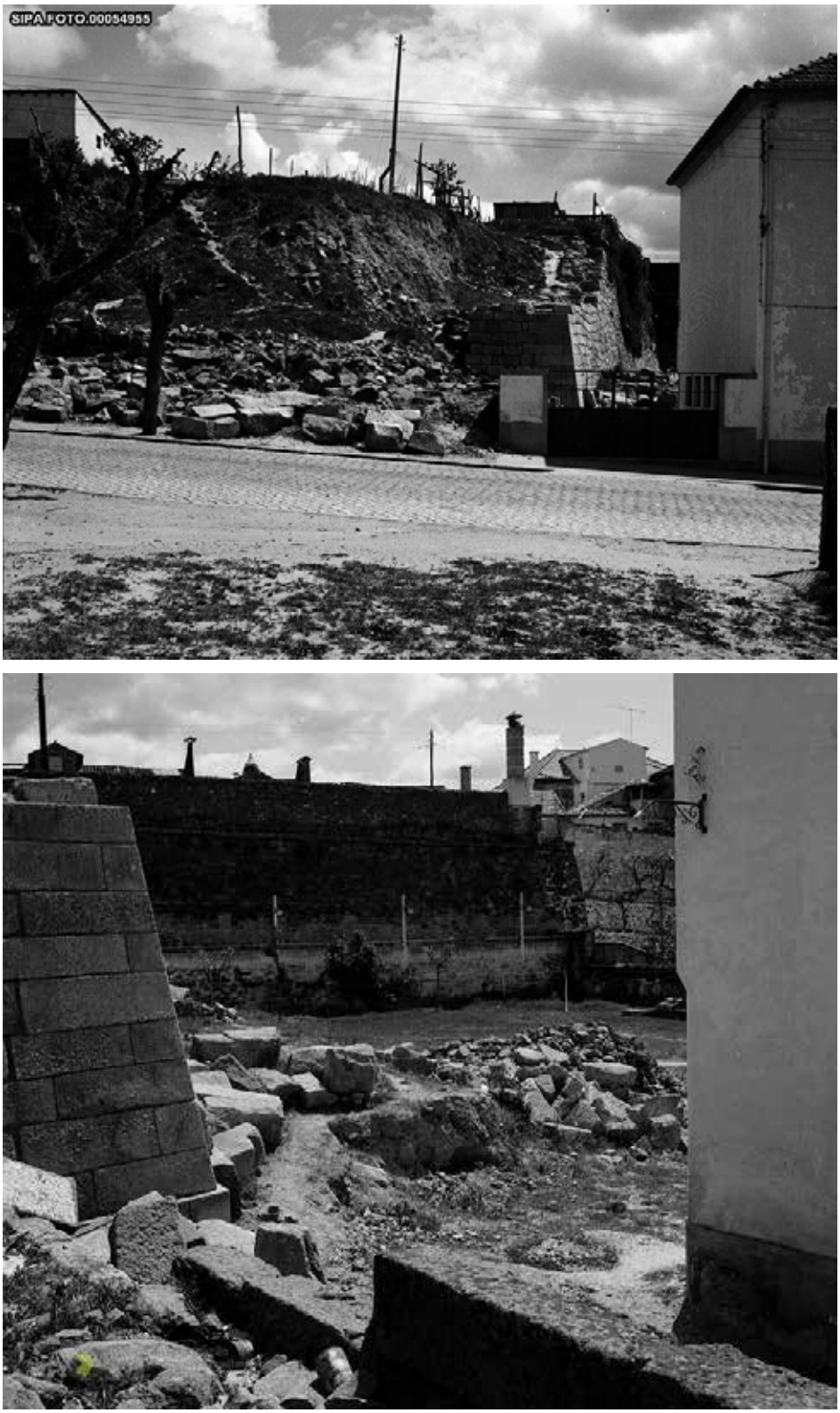
DGEMN, 1961. Intervenção no cunhal e cortinas do baluarte arruinado de N. Sra. de Brotas



DGEMN, 1962. Intervenção no cunhal e cortinas do baluarte arruinado de N. Sra. de Brotas. Reconstrução.

DGEMN, 1962. Intervenção no cunhal e cortinas do baluarte arruinado de N. Sra. de Brotas. Reconstrução.

DGEMN, 1963. Intervenção no cunhal e cortinas do baluarte arruinado de N. Sra. de Brotas. Reconstrução.



DGEMN, 1965. Intervenção no cunhal e cortinas do baluarte arruinado de N. Sra. de Brotas. Reconstrução.

DGEMN, 1966. Intervenção no cunhal e cortinas do baluarte arruinado de N. Sra. de Brotas. Reconstrução.

DGEMN, 1967. Intervenção no cunhal e cortinas do baluarte arruinado de N. Sra. de Brotas. Reconstrução.

DGEMN, 1968. Intervenção no cunhal e cortinas do baluarte arruinado de N. Sra. de Brotas. Reconstrução.

DGEMN, 1973. Intervenção no cunhal e cortinas do baluarte arruinado de N. Sra. de Brotas.

DGEMN, 1979. Intervenção no cunhal e cortinas do baluarte arruinado de N. Sra. de Brotas. Intra-muros observa-se a cobertura do Picadeiro Militar.

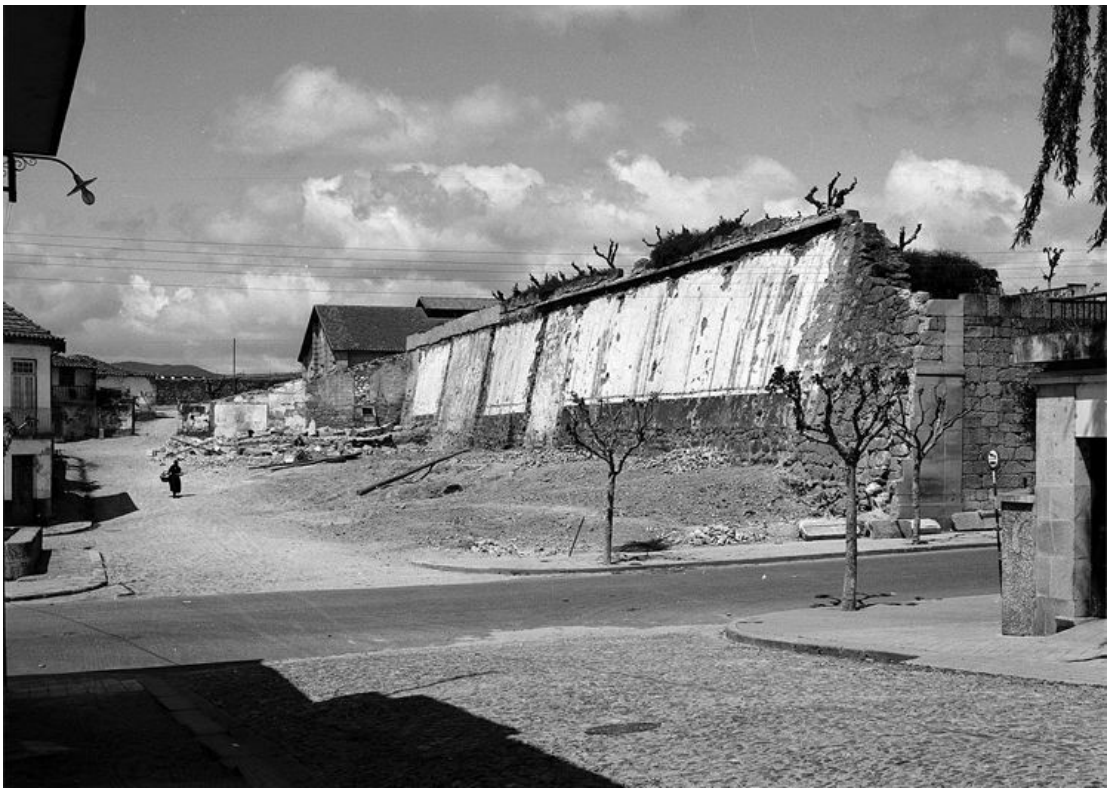
2008. Esquadra da PSP de Chaves. Na década de 1980 o antigo Picadeiro militar coberto foi objecto de um projecto de reabilitação e ampliação construindo-se um novo corpo, copiando o desenho do corpo original, a fim de aí instalar a Esquadra da PSP.

Blog ChavesAntiga, 1ª metade séc. XX

Os quartéis de Cavalaria 6 e do Trem localizados no Bairro Alto sobreviveriam à abertura da Avenida dos Aliados no início da década de 1920. O primeiro a ser demolido foi do Quartel do Trem, em 1965, deixando à vista os muros da muralha a que se adossava. Na mesma altura foi também demolida a ruína de um edifício inacabado que se localizava à entrada da Avenida dos Aliados, do lado NO., que adossava igualmente à muralha e ao quartel.

Já na década de 1980 aquele troço de muralha seria também ele demolido ao mesmo tempo que o edifício do antigo Quartel de Cavalaria 6.

DGEMN, 1962



DGEMN, 1965

DGEMN,1973

DGEMN, 1979

BlogChaves Antiga, 1985

2007

5.8.4. Reabilitação do Forte de São Francisco (antigo Hospital Militar Reunido de Chaves)

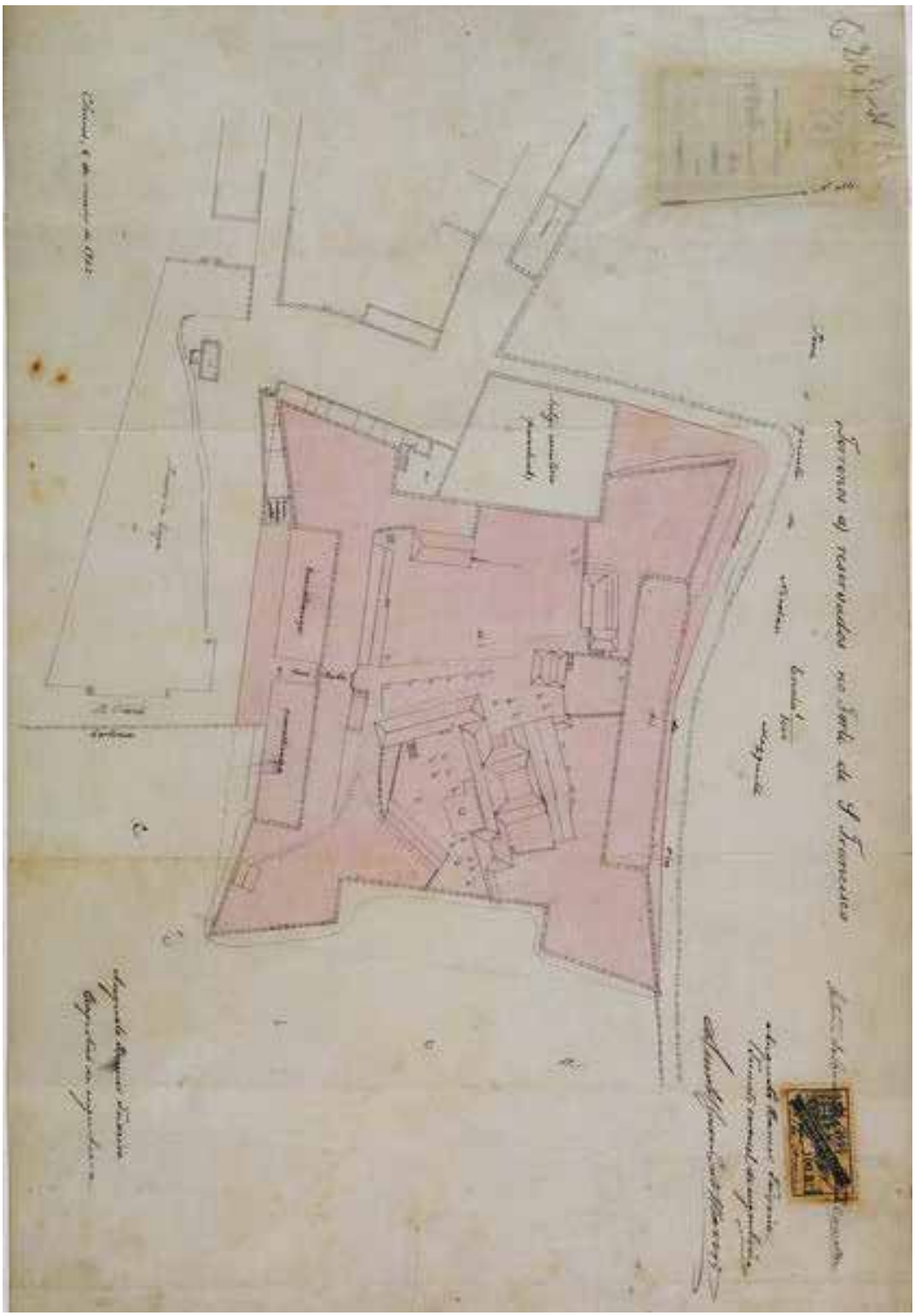
O Forte de São Francisco esteve até 30 de Março de 1946 ocupado pelas instalações do Hospital Militar Reunido de Chaves (MACHADO 1994, 293). Posteriormente, devoluto, iniciaria um percurso de degradação que só seria travado com a intervenção de reabilitação iniciada pela DGEMN nas fortificações de Chaves em 1959.

Já no ano de 1957 se registam algumas obras de conservação, pelos Serviços de Construção e Conservação (as informações sobre a intervenção da DGEMN colhem-se na respectiva ficha IPA). Mas o projecto arrancaria verdadeiramente apenas em 1961 com a obra de reconstrução dos troços da muralha que ruíram no baluarte SE., junto do cunhal extremo do lado O. Esta obra, de reconstrução e consolidação da muralha do forte, prosseguiria nos anos seguintes. Em 1962 registam-se várias fases da mesma: a 26 de Janeiro estavam em execução as obras no baluarte nascente e de apeamento de paredes das antigas cavalariças ou palheiros que haviam sido construídas nos fossos, para desafogo da entrada principal. A 23 de Fevereiro estavam em execução as obras na sapata dos alicerces da parede da muralha do baluarte nascente. A 28 de Março foi realizado o auto de concurso de empreitada de prosseguimento das obras de reconstrução do baluarte nascente e consolidação parcial da muralha do forte, o qual foi ganho por Saúl de Oliveira Esteves, por 95.320$00. A 30 de Outubro foi realizado outro auto de concurso limitado de empreitada de prosseguimento dos trabalhos de reconstrução e consolidação parciais de paredes das muralhas do Forte de São Francisco e também do Baluarte junto ao quartel dos bombeiros, com a base de licitação de 37.350$00. A 14 de Dezembro, já tinham sido demolidas as paredes das antigas cavalariças do lado poente da entrada principal do forte.

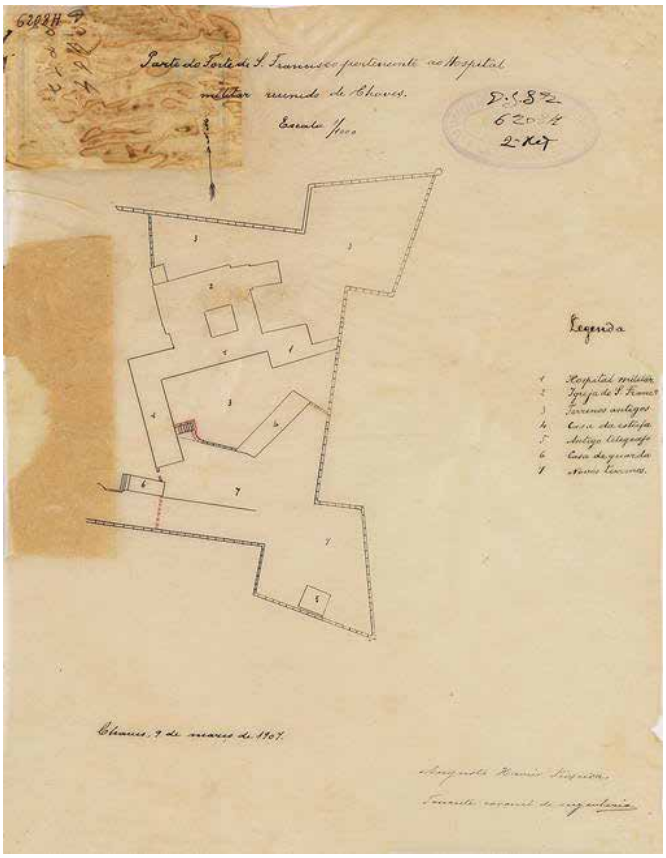
Entre 1963 e 1965 executar-se-ia o projecto de construção de um novo muro de suporte e aterro do Largo da Lapa do lado Este. Entretanto, a 30 de Março de 1964, foi proposto o apeamento d o edifício que serviu de cadeia comarcã, existente no interior de Forte de São Neutel, sendo a pedra aproveitada nas obras de recuperação do Forte de São Francisco e do muro de suporte do Largo da Lapa. Regista-se a 4 de Dezembro do mesmo ano o auto de demolição de dois prédios para desafogo da muralha do Forte e arranjo do Largo da Lapa. A 15 de Março de 1965 é deliberado abandonar o projecto de aumentar um andar ao Liceu de Chaves por colidir com a remodelação do Largo da Lapa e a valorização do Forte de São Francisco. A 25 de Setembro de 1965, prosseguia a obra de demolição das casas adossadas às muralhas com o auto de demolição da casa que pertenceu a Ana da Conceição Alves Montalvão e marido Dr. José Maria Ferreira Montalvão "*para desafogo da muralha do forte e arranjo do Largo da Lapa*". O ano de 1966 veria a conclusão da obra do muro de suporte e aterro do Largo da Lapa do lado Este ao mesmo tempo que era construído um telhado novo na igreja do convento de São Francisco e prosseguiam as demolições das casas adossadas às muralhas. Entretanto, os trabalhos de reabilitação seriam interrompidos retomando-se apenas em 1970.

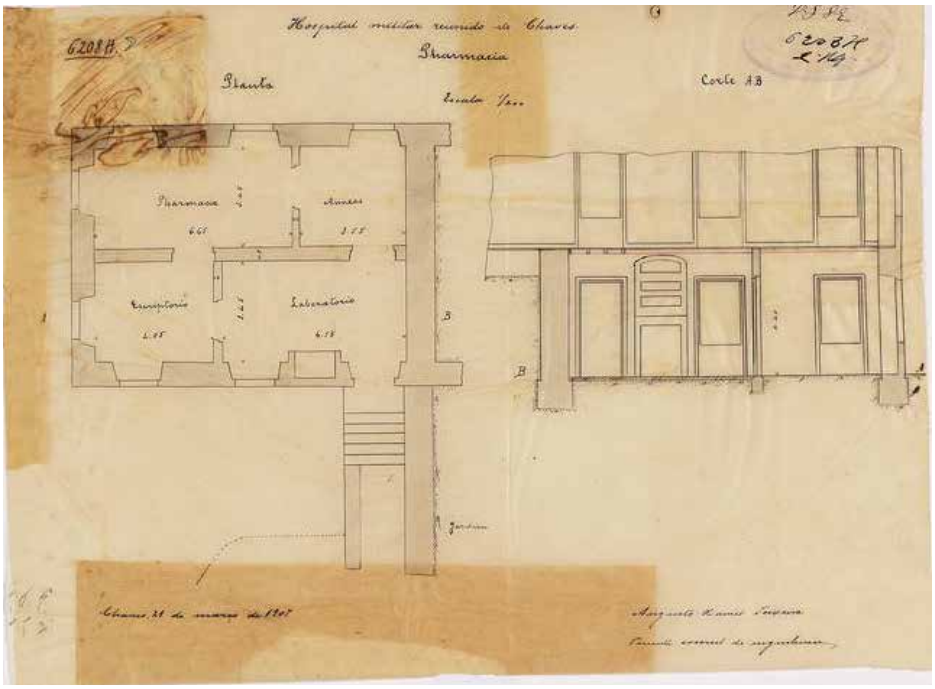
No ano de 1970, assiste-se ao retomar da "*consolidação das muralhas, construção de maciço de enchimento e seu revestimento com cantaria de fiada em elevação parcial do cunhal desmoronado do baluarte E. sobre o terreno particular; recalçamento da parede do baluarte SO. voltado ao Largo da Lapa, incluindo a regularização de terras junto da base e limpeza das cantarias exteriores*". No ano seguinte prosseguiam os trabalhos de restauro e limpeza do amuralhado do forte. A 31 de Maio de 1971 realizou-se o concurso para prosseguimento dos trabalhos de restauro e limpeza da muralha voltada ao largo da Lapa, sendo a base de licitação de 40

contos. Regista-se a 16 Junho daquele ano que faltava apenas demolir seis casas encostadas ao baluarte, pelo lado poente. Em 1972 prosseguiram as expropriações e demolição de prédios expropriados para valorização do Largo da Lapa, trabalhos que se concluiriam no ano seguinte (1973).

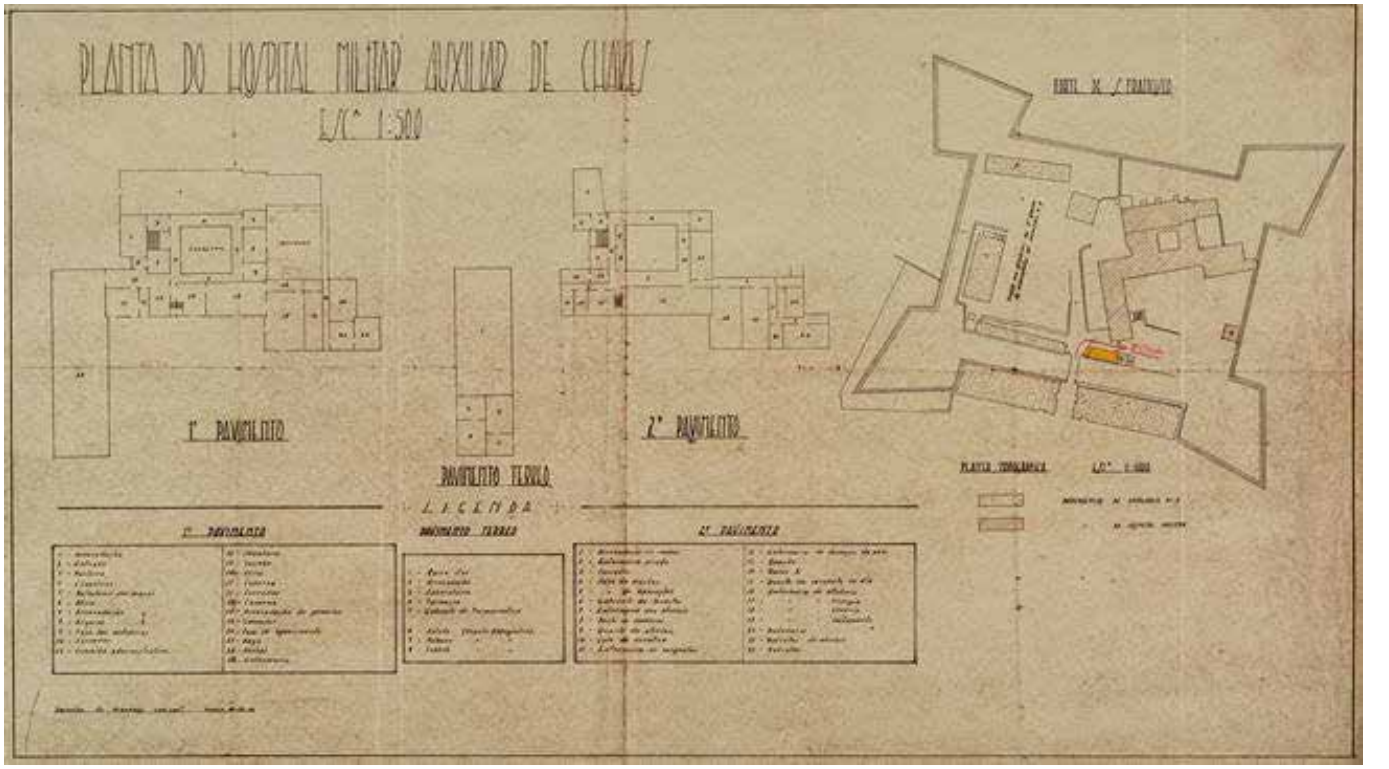


Terrenos reservados no Forte de S. Francisco : [em Chaves], Augusto Xavier Teixeira, Capitão de Engenharia, Chaves 5 de Março de 1902, AHM/GEAEM 9887-1-8-12





Parte do Forte de S. Francisco pertencente ao Hospital Militar reunido de Chaves, Augusto Xavier Teixeira, Tenente Coronel de Engenharia, Chaves, 9 de Março de 1907, AHM/GEAEM 7759-1-4A-8 Hospital Militar reunido de Chaves : Pharmacia, Augusto Xavier Teixeira, Tenente Coronel de Engenharia, Chaves, 21 de Março de 1907, AHM/GEAEM 7761-1-4A-8



Planta do Hospital Militar Auxiliar de Chaves, Desenho de M. Ramires, Cap. Cav.ª, Porto 16-IV-35, AHM/GEAEM 9880-1-8-

Foto de 1912 (DGEMN)

SIPA FOTO 00054657

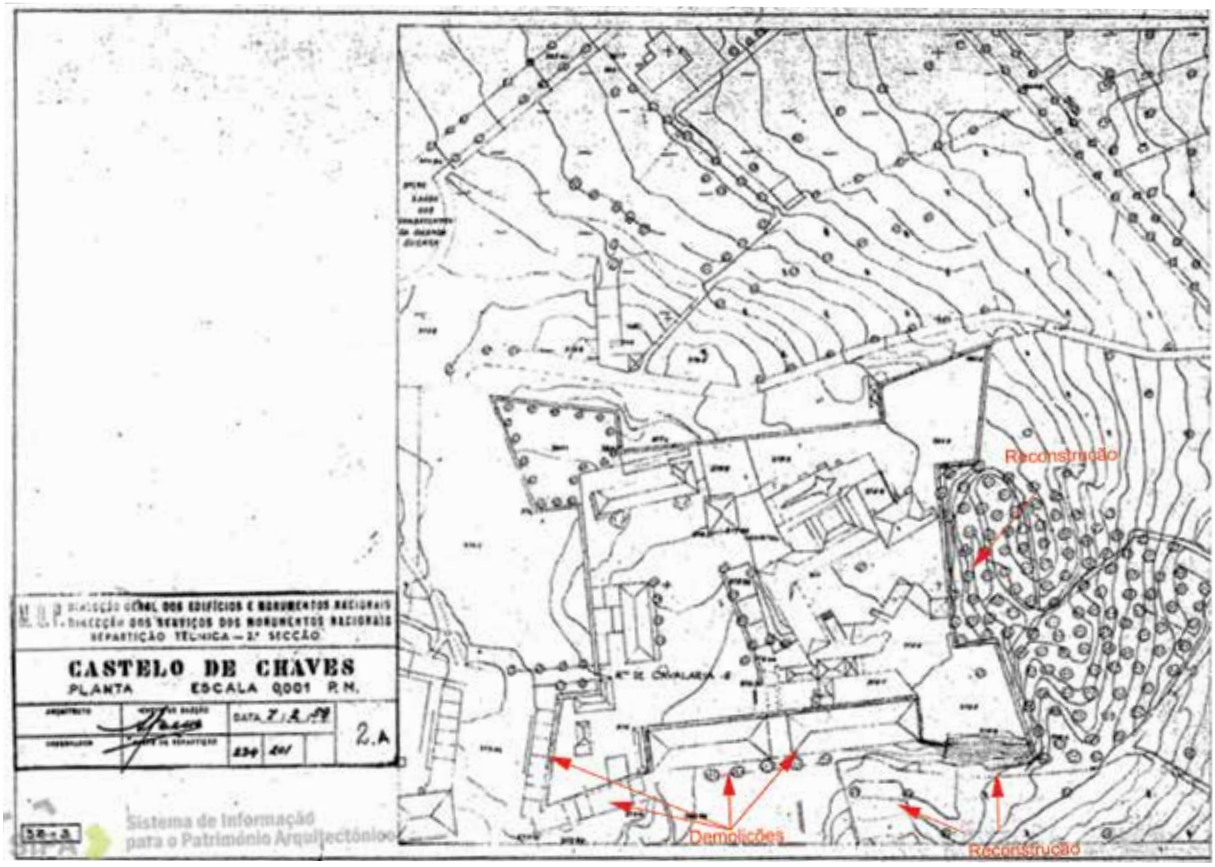
SIPA FOTO 00054645

SIPA FOTO 00054637

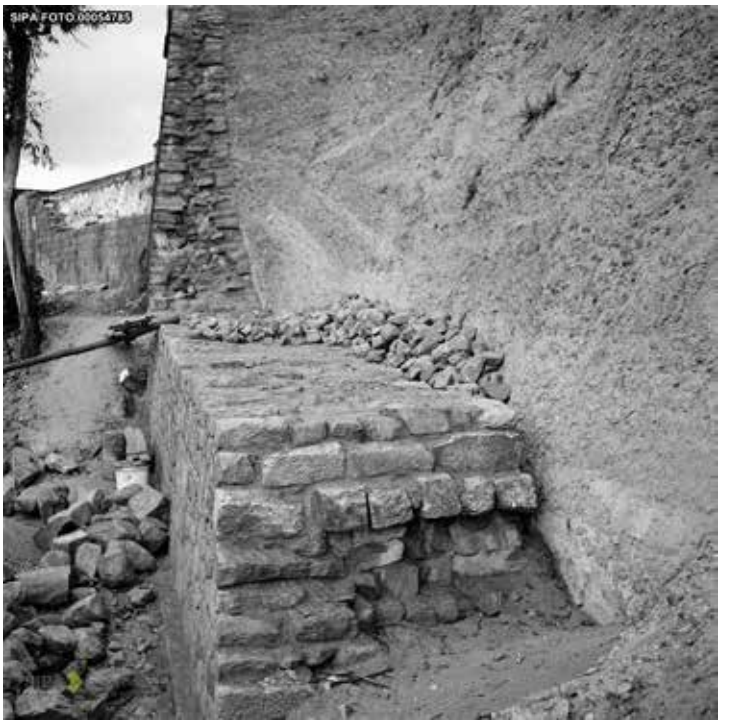
SIPA FOTO 00054640

DGEMN, 1959

DGEMN, 1959. Intervenção no troço da muralha desmoronada do baluarte SE.



DGEMN, 1959. Levantamento do existente. Áreas a intervir.



Arranque dos trabalhos de reconstrução do cunhal e face do baluarte SE. do Forte de São Francisco pela DGEMN em 1961

Limpeza e consolidação dos alicerces da cortina Este do Forte de São Francisco pela DGEMN em 1962

Trabalhos de reconstrução do cunhal e face do baluarte SE. do Forte de São Francisco pela DGEMN em 1962

SIPA FOTO 00054813

SIPA FOTO.00054842

Demolição pela DGEMN em 1962
da antiga Casa dos Expostos adossada ao baluarte SO. do Forte de São Francisco

Abertura dos caboucos da nova cortina da muralha do Olival pela DGEMN em 1962.

DGEMN, 1963

DGEMN, 1965

DGEMN, 1965

DGEMN, 1965

DGEMN, 1966

DGEMN, 1966

DGEMN, 1967

DGEMN, 1965

DGEMN, 1965

DGEMN, 1965

DGEMN, 1967

DGEMN, 1968

DGEMN, 1968

DGEMN, 1970

DGEMN, 1970

Trabalhos de demolição das construções adossadas às cortinas e baluarte SO. do Forte de São Francisco pela DGEMN entre 1965 e 1970.

DGEMN, 1971

DGEMN, 1965

Finalização dos trabalhos de reconstrução das cortinas e arranjo do Largo da Lapa pela DGEMN em 1972 e 1973.

DGEMN, 1972

DGEMN, 1972

DGEMN, 1973

DGEMN, 1973

DGEMN, 1973

DGEMN, 1973

DGEMN, 1973

DGEMN, 1973

Nova cortina
construída
pela DGEMN

5.8.5. Desmoronamento e Reconstrução da Muralha em 2001 e 2002. Reabilitação do Baluarte do Cavaleiro (2006)

As intervenções mais recentes realizadas nas fortificações executaram-se já sob responsabilidade do IPPAR em conjunto com a Câmara Municipal. Com efeito, a 21 de Março de 2001 desmoronou-se um troço de muralha com cerca de 20 metros na R. 25 de Abril, que fazia parte do Baluarte do Cavaleiro, tendo sido iniciada a sua reconstrução no ano seguinte. Porém, a 1 de Abril desse ano, assistiu-se ao desmoronamento de um outro troço de muralha nas imediações da zona que se encontrava em recuperação, arrastando consigo parte da muralha já reconstruída, obrigando a reiniciar os trabalhos de reabilitação. Posteriormente, em Junho de 2006, a Câmara Municipal tomaria a responsabilidade de realizar obras mais extensas de recuperação do Baluarte do Cavaleiro.

2001

2008

5.9. A "explosão urbana" concretizada e os projectos de requalificação

O crescimento populacional previsto pelo Arquitecto Moreira da Silva em 1951 viria a concretizar-se, ainda que interrompido pela recessão iniciada por 1960 e que se prolongaria até meados da década de 1990. Mas a interrupção do crescimento populacional ao longo de mais de três décadas, não seria impedimento a uma autêntica explosão do edificado que ainda mais se acentuaria quando a população começou de novo a crescer.

O problema foi que os instrumentos de planeamento previstos pelo Plano do Arquitecto Moreira da Silva não foram suficientes para conseguir que, quer um quer outro daqueles crescimentos, resultasse ordenado. Nos últimos anos, fruto de uma renovada atenção aos problemas e às necessidades urbanas, procura-se na elaboração de *projectos de requalificação* reconstruir uma ordem urbana saudável através de operações de arquitectura e urbanismo, por vezes quase "cirúrgicas", por entre os resultados no terreno daquele crescimento explosivo.

A análise da estrutura urbana e social realizada em 1996 no Plano Estratégico da Cidade de Chaves (Quaternaire, 1996, pp. 118 e ss.) é elucidativa na identificação das principais questões que os resultados daquele crescimento colocavam e continuam a colocar ainda hoje. Diz aquele documento que "a estruturação do território urbano de Chaves comporta três situações fundamentais, que reflectem três fases do seu processo de evolução e crescimento" (p. 118).

"A parte mais antiga da Cidade é consubstanciada no seu Centro Histórico, que, para além da sua apreciável dimensão, apresenta uma elevada qualidade patrimonial" porém "padece dos males que são apanágio habitual deste tipo de áreas, a saber, degradação física das edificações, abandono de residentes, desadaptação da morfologia urbana a algumas exigências da vida moderna (…)" (p. 118).

A segunda situação corresponde à "área urbanisticamente consolidada" que envolve "quase completamente o Centro Histórico (…) com morfologias urbanas e tipologias construtivas que traduzem o crescimento paulatino e sedimentado típico da evolução urbana do País até aos primeiros anos sessenta (…). É nesta zona, mais do que no Centro Histórico propriamente dito, que se têm verificado, sob a forma de substituição do parque edificado, as intrusões mais gravosas na imagem tradicional da Cidade, traduzidas em alterações abruptas quer das tipologias de edificação quer, principalmente, da escala de dimensão das mesmas (…)" (p. 119). Ainda dentro do perímetro do que se pode chamar a cidade consolidada, situa-se uma outra área de grande potencialidade, em parte já aproveitada: a frente fluvial, nomeadamente no troço compreendido entre a nova ponte e a ponte Barbosa Carmona" (p. 120).

A terceira situação resulta da Cidade, "no decurso das últimas décadas, com relevo para os anos 80" ter visto "expandir rapidamente os seus limites, extravasando claramente o território das freguesias que tradicionalmente a integravam (…). Foi este um crescimento muito rápido, de tendências fortemente dispersivas, em que ao *boom* de construção avulsa (moradia individual) se juntou por um lado o pequeno empreendimento urbanístico (loteamento de moradias) e, por outro, a acção de promotores imobiliários, normalmente através de conjuntos edificados com dimensão, volumetrias e densidades em ruptura com a escala tradicional da cidade" (p. 120).

"Este crescimento, que se processou essencialmente para Norte e Noroeste da área urbana consolidada (…) não teve a enquadrá-lo quaisquer directivas de ordenamento urbanístico de conjunto, formalizadas ou não em plano de urbanização. Daqui resultou uma vasta área de forte distribuição espacial de edificações e intervenções urbanísticas pontuais, de maior ou menor dimensão, sem qualquer malha urbana estruturadora, e com frequentes espaços intersticiais ainda não ocupados (…)" (p. 121).

Evolução da População na cidade de Chaves

Ano	População	Fonte
1920	6851	*6º Censo Geral da População*
1930	7804	*7º Censo Geral da População*
1940	9501	*8º Censo Geral da População*
1950	12239	*9º Censo Geral da População*
1960	12490	*10º Censo Geral da População*
1970	10504	*11º Censo Geral da População*
1981	11938	*12º Censo Geral da População*
1991	11453	*13º Censo Geral da População*
2001	14264	*14º Censo Geral da População**
2005	17535	[Estimativa INE]*

Expansão urbana / Áreas Edificadas entre 1959 e 1975 e entre 1975 e 1995

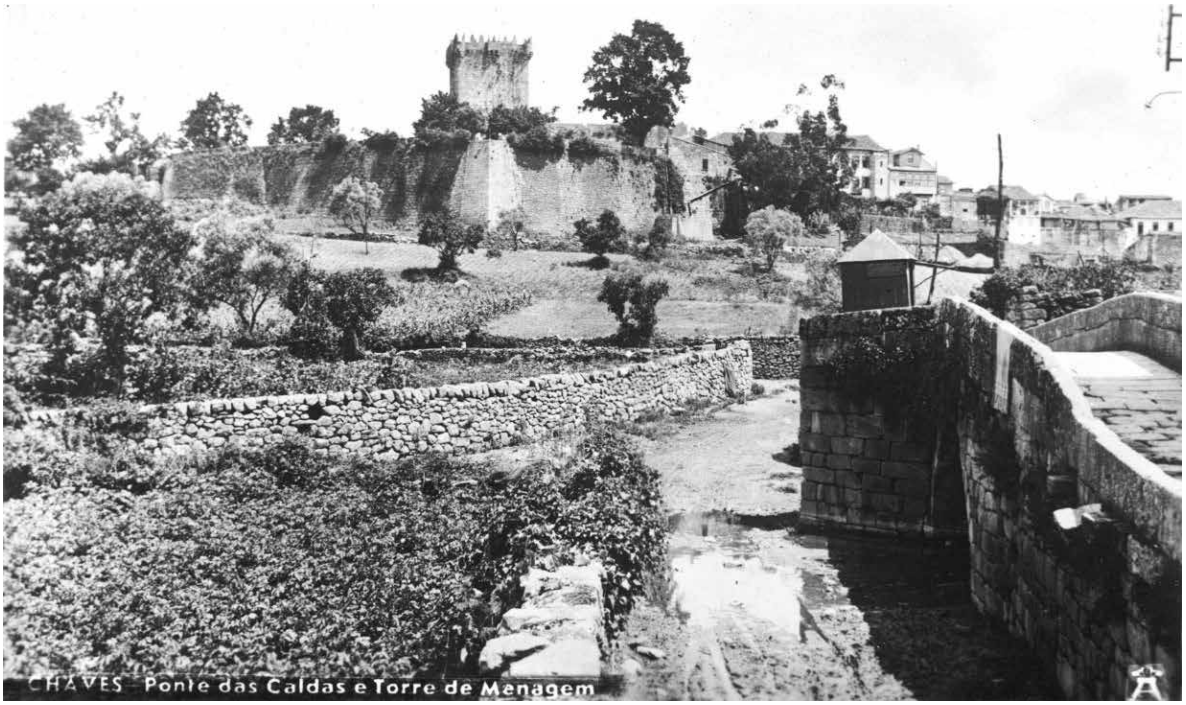
(Planta de Chaves em 1959; DOMINGUES 2006, 107, edificado até 1975 a preto e edificado entre 1975 e 1995 a vermelho)

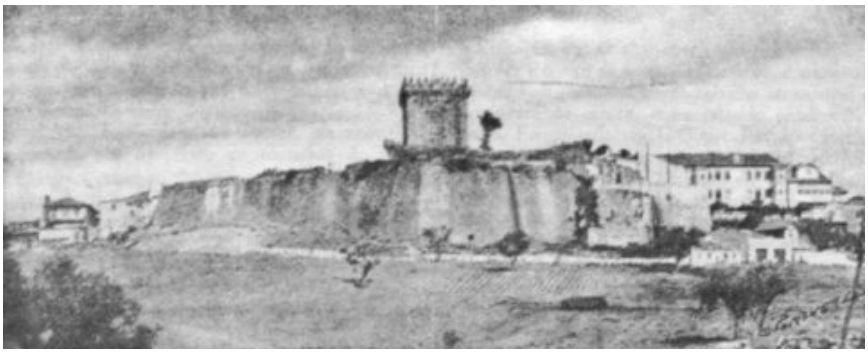
Não deixa de ser curioso observar que, embora a partir de 1959/60 a população estabilize ou decresça ligeiramente até meados da década de 1990, nesse mesmo período a mancha edificada *explode*, principalmente entre 1975 e 1995. Na planta de esquerda (1959) e na planta da direita (1995) está representado o edificado correspondente a um quantitativo semelhante de população à volta das 12 500 pessoas.

O carácter fortemente dispersivo e desarticulado, que aproveitou eixos rurais preexistentes para se expandir, fica bem evidenciado nas plantas reproduzidas acima.

"Relativamente ao parque habitacional, verificou-se que no período compreendido entre as décadas de 40 e 50, a dinâmica construtiva não foi suficiente para colmatar as exigências habitacionais de um crescimento contínuo da população, situação que já se verificava nos períodos precedentes. A partir da década de 70, essa tendência inverteu-se e a expansão do parque habitacional superou, em termos absolutos e relativos, a evolução da população. Esse carácter foi mais evidente na década de 80, dado que se verificou um decréscimo populacional de 10,8% da população e um acréscimo de 30,7% do parque habitacional. Nos anos noventa, já se verificou uma aproximação relativa entre o crescimento da população do crescimento do número de alojamentos" (*Plano Estratégico de Desenvolvimento do Município de Chaves Chaves 2015*, p. 23).

Dois exemplos do crescimento desordenado, no planalto da Santa Cruz e na zona baixa do vale do Rivelas/ Santo Amaro, justapondo e encavalitando construções de significado, tipologia e escala não articuladas, produzindo um espaço de soluções improvisadas dissonantes em que os respectivos valores (arquitectónicos, urbanos, históricos ou estéticos) se anulam mutuamente. Os espaços abertos verdes que foram ficando exibem uma ruralidade degradada e amesquinhada, que já não é plenamente rural nem é ainda a de parque de lazer urbano. O tecido da cidade mantém mesmo assim um enorme potencial de intervenção de requalificação que terá sobretudo de fazer uso de uma metodologia quase *cirúrgica*.

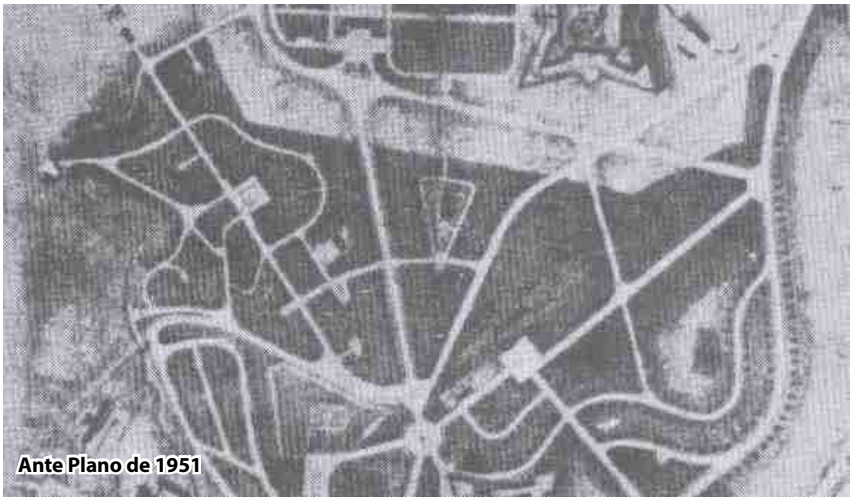




A grandiosidade da *Frente* da Praça de Guerra com o Baluarte do Castelo orientado ao Vale do Rivelas, às Caldas e ao Campo do *Tabolado* ainda completamente abertos em meados do século XX, resulta das intervenções posteriores escondida e anulada pelo carácter fora de escala e de elevada densidade construtiva (em edifícios, espaços públicos abertos e vias de circulação) do tecido urbano existente.

Planta de 1959

Planta de 1975/1995


Ante Plano de 1951

O modo como se desenvolveu a expansão da cidade no planalto a Norte (*Cino Chaves*) mostra à evidência a completa inoperância das propostas de plano enunciadas em 1951 para aquela área. A urbanização iniciou-se pelos núcleos pré-existentes, alguns muito antigos, orientando-se pelos caminhos rurais do planalto (áreas urbanizadas até 1975, a preto) e preenchendo em seguida o espaço restante (áreas urbanizadas até 1995, a vermelho), por entre o qual continuaram a persistir ainda pequeníssimas áreas residuais de carácter rural. A abertura à *posteriori* da Avenida Nuno Álvares, prevista no Ante Plano de 1951, tardaria a constituir um verdadeiro estruturador de toda aquela área de nova urbanização.

A Avenida D. Nuno Álvares Pereira entre 1960 e 2008.

5.10. Instrumentos e Tendências Actuais de Intervenção Urbana. A Criação da Cidade Moderna Hoje

Com o processo de elaboração do Plano Director Municipal inicia-se em Chaves uma mudança de fundo no processo de criação da Cidade Moderna.

A elaboração do Plano Director Municipal veio aportar um instrumento fundamental de gestão urbana e do território tanto mais que o PDM foi elaborado não só como um plano físico de ordenamento territorial mas enformado a montante por uma reflexão estratégica sobre a problemática do desenvolvimento sócio-económico do Município e da sua região envolvente, habilitado deste modo a apontar propostas de ordenamento sustentadas pelos factores sociais, económicos e culturais presentes bem como pelas tendências e aspirações de desenvolvimento e modernização existentes. A Revisão do Plano Director Municipal (PDM), cujos estudos foram contratados em Junho de 2004, ainda decorre (à data de 2008)

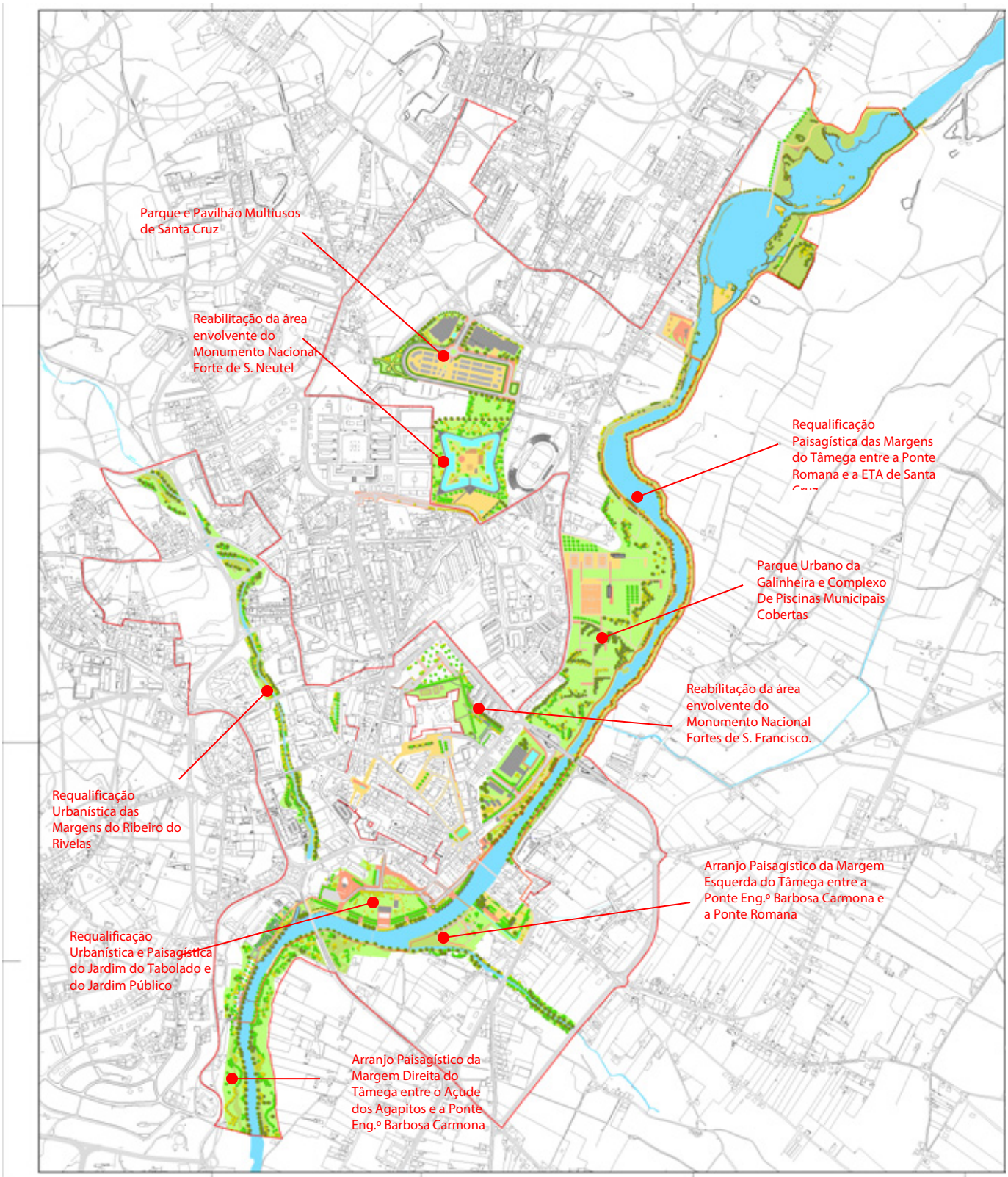
O PDM serviu em seguida de quadro de referência para o desenvolvimento de trabalhos de pormenorização do planeamento físico como o Plano de Urbanização e diversos Planos de Pormenor. Entre estes cabe destacar pela sua relevância patrimonial o Plano de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico.

O Plano Estratégico da Cidade de Chaves, elaborado em 1996 no âmbito de um contrato de parceria e colaboração entre a PLANUM, Assessorias e Projectos, e a QUATERNAIRE – Portugal, constituiu uma actualização e desenvolvimento das reflexões estratégicas que haviam estado na base da criação do PDM.

Mais próximo de nós, o projecto desenhado para Chaves no âmbito do Programa POLIS (2000 – 2006), ainda em curso (à data de 2008), abrangeu uma área aproximada de 351 hectares, compreendendo, entre os vários Estudos e Projectos elaborados ou previstos, a integral cobertura da zona de intervenção por intermédio de seis Planos de Pormenor (Zona Urbana Norte, Margens do Tâmega, Zona Urbana Poente, Zona Termal, Madalena e Centro Histórico) e a realização de estudos complementares especializados (tráfego, de hidráulica fluvial, incidência ambiental, levantamento e caracterização arqueológica das muralhas da cidade).

O Projecto enuncia seis principais desígnios estratégicos da Intervenção Polis em Chaves:

- Incremento de Áreas Verdes Urbanas;
- Recuperação e Valorização de Estruturas Ecológicas;
- Reabilitação de Espaços Públicos e de Estruturas Edificadas de Interesse Patrimonial;
- Corredores Pedonais;
- Reforço da Urbanidade da Cidade;
- Sensibilização Ambiental.


Parque e Pavilhão Multiusos de Santa Cruz
Reabilitação da área envolvente do Monumento Nacional Forte de S. Neutel
Requalificação Paisagística das Margens do Tâmega entre a Ponte Romana e a ETA de Santa
Parque Urbano da Galinheira e Complexo De Piscinas Municipais Cobertas
Reabilitação da área envolvente do Monumento Nacional Fortes de S. Francisco.
Requalificação Urbanística das Margens do Ribeiro do Rivelas
Arranjo Paisagístico da Margem Esquerda do Tâmega entre a Ponte Eng.º Barbosa Carmona e a Ponte Romana
Requalificação Urbanística e Paisagística do Jardim do Tabolado e do Jardim Público
Arranjo Paisagístico da Margem Direita do Tâmega entre o Açude dos Agapitos e a Ponte Eng.º Barbosa Carmona

Na concretização dos objectivos propostos, destaca-se a elaboração de cinco Planos de Pormenor (Zona Urbana Norte, Margens do Tâmega, Zona Urbana Poente, Madalena e Centro Histórico), a reabilitação das áreas envolventes de dois Monumentos Nacionais (Fortes de S. Francisco e de S. Neutel) e a Requalificação Urbanística e Paisagística do Jardim do Tabolado e do Jardim Público. Foi iniciada a execução da empreitada do "Parque Multiusos de Santa Cruz" e o arranque das obras de "Requalificação Paisagística das Margens do Tâmega entre a Ponte Romana e a ETA de Santa Cruz", do "Arranjo Paisagístico da Margem Esquerda do Tâmega entre a Ponte Eng.º Barbosa Carmona e a Ponte Romana" e do "Arranjo Paisagístico da Margem Direita do Tâmega entre o Açude dos Agapitos e a Ponte Eng.º Barbosa Carmona"; materializando com a conclusão destes três últimos empreendimentos a criação de uma ciclovia ribeirinha ao Rio Tâmega, com um perímetro total de 6400 metros. Foi ainda adjudicada a "ponte pedonal" e previa-se iniciar em Março de 2008 a empreitada de "Reabilitação e Construção de Pesqueiros na Margem Esquerda do Tâmega entre a Ponte Romana e a ETA de Santa Cruz". Encontra-se igualmente a cargo do Programa Polis de Chaves a elaboração de outros relevantes projectos, como, na área dos equipamentos colectivos de cariz estruturante o "Pavilhão Multiusos de Santa Cruz" e o "Complexo De Piscinas Municipais Cobertas", e, no campo da requalificação urbana e ambiental, o "Parque Urbano da Galinheira", a "Requalificação Urbanística das Margens do Ribeiro do Rivelas" e as "Novas Acessibilidades do Bairro de Santa Cruz"[1].

Lembremo-nos da proposta enunciada meio século atrás no opúsculo de F. Gonçalves Carneiro sobre a Urbanização de Chaves, relativamente a o curso do Rivelas - "o Rivelas, devidamente coberto, pode dar o natural escoamento dos esgotos da cidade nova, com uma canalização complementar no Tâmega, até fora dos limites da estância termal" (CARNEIRO 1952, 36) – e compare-se com a agora projectada no Plano Estratégico do Programa Polis Chaves de recuperação e despoluição do curso natural do mesmo ribeiro e vale a fim de constituir, com a concomitante criação de um percurso pedonal verde e de lazer, um dos eixos estruturadores da intervenção de requalificação proposta.

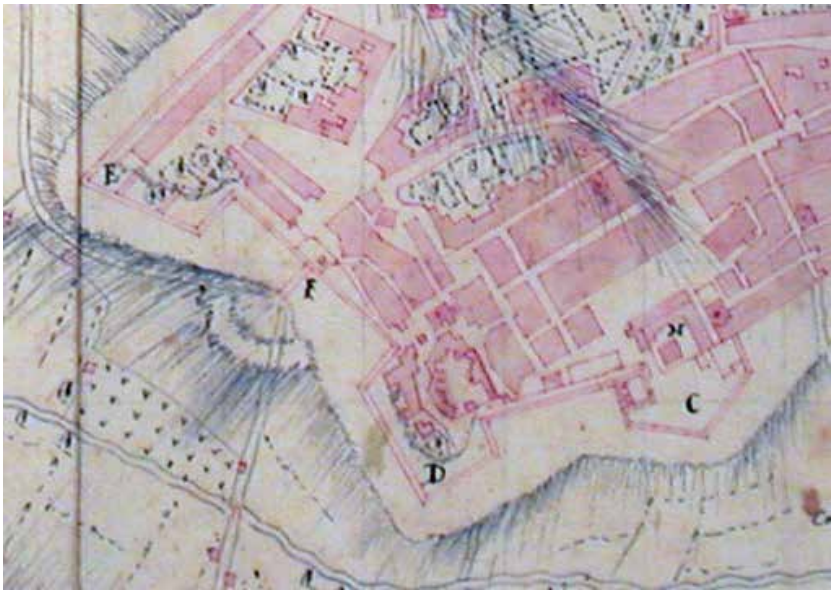
O exemplo concreto da intervenção para o curso do Rivelas é bem o testemunho de uma mudança de paradigma.

Finalmente, o recente Plano Estratégico de Desenvolvimento do Município de Chaves Chaves 2015 enuncia o "assegurar a qualificação do território e das áreas urbanas" como um dos principais objectivos estratégicos do município (pp. 50 e ss.). Este objectivo estratégico passa, segundo o mesmo documento, por três linhas de actuação: a Reabilitação Urbana, a Habitação e a Cultura e Património, estabelecendo um diagnóstico da situação existente e um quadro de objectivos e acções a empreender que, nas suas linhas gerais, dá continuidade e aprofunda, o que vem sendo perspectivado pelos documentos de análise elaborados em anos anteriores.

1 Plano Estratégico de Desenvolvimento do Município de Chaves Chaves 2015, pp. 13-14.

4. Leitura e Reconstituição da Evolução dos Espaços Extra-Muros

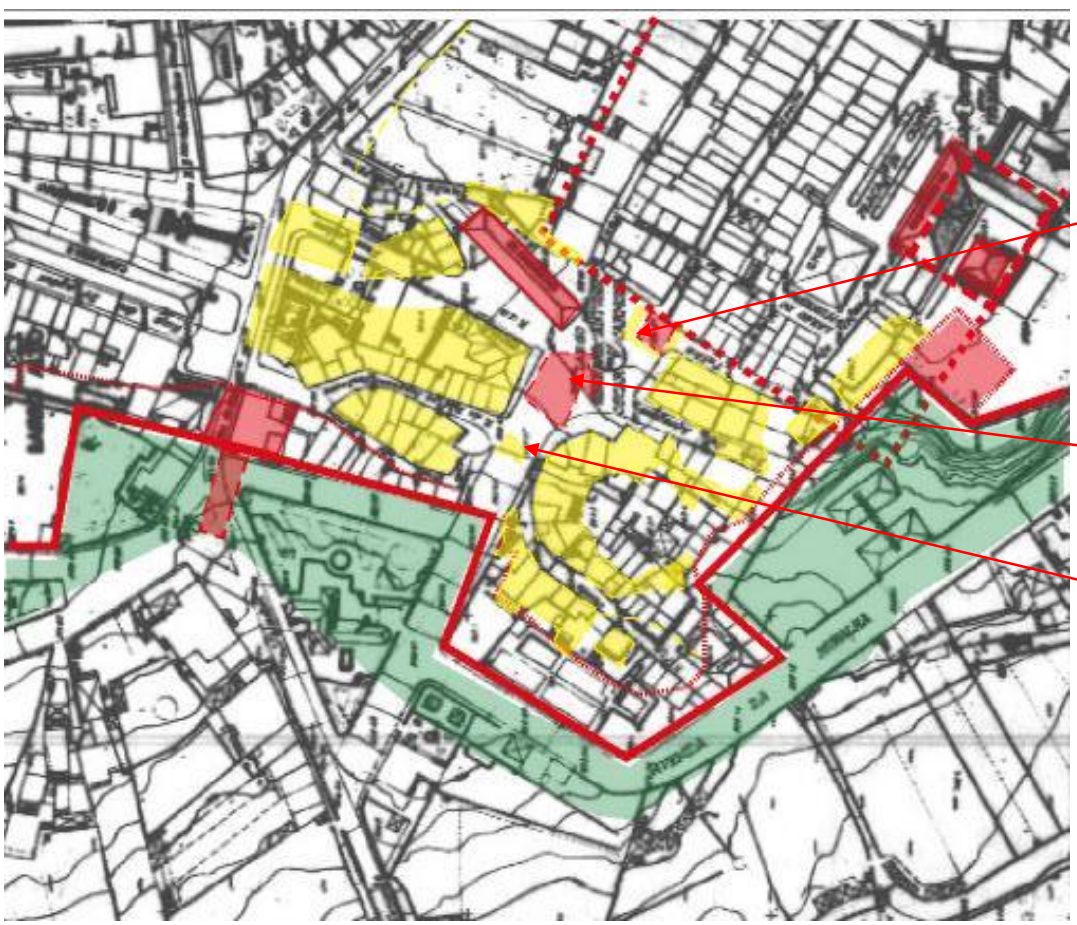
A - O Bairro do Anjo

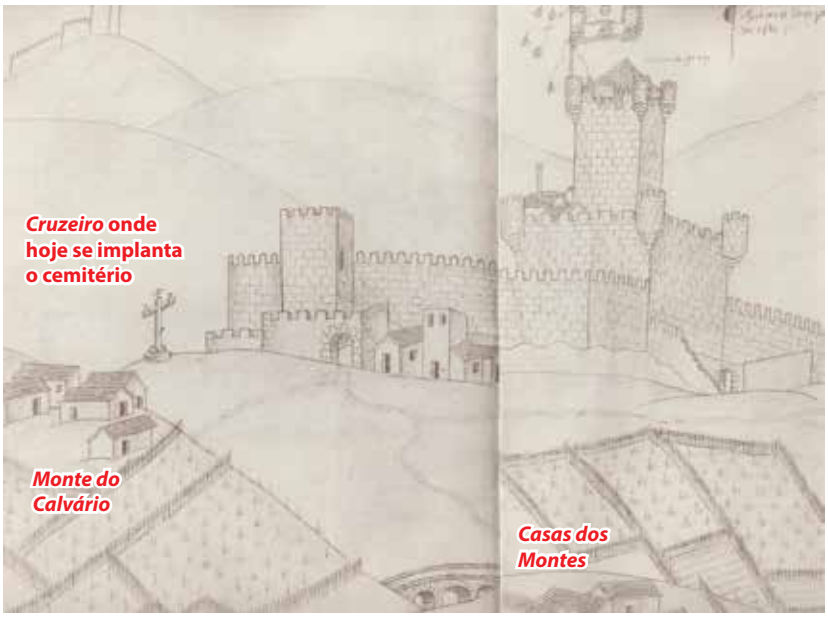


Os dois exemplares conhecidos da Planta espanhola de Chaves de 1762 constituem a aproximação cartográfica pormenorizada mais antiga que nos permite aproximar de uma leitura e reconstituição da evolução do espaço do *bairro* do Anjo.

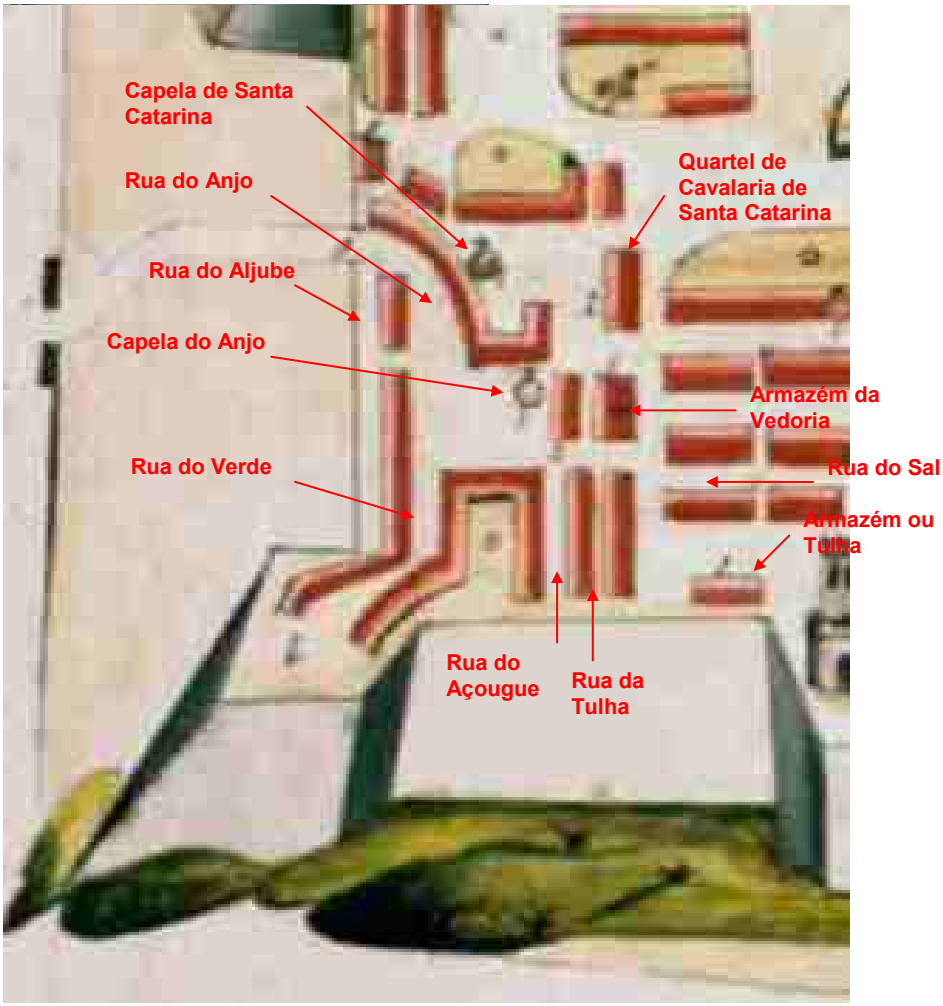
A observação atenta daquela planta identifica uma ordem interna no *bairro* que é reveladora do processo de génese subjacente. Observa-se um espaço de estrutura radioconcêntrica limitado a SE. pelos muros da cerca medieval e em cujo centro se implantam duas construções: a torre da Porta de Cima (reinado de D. Fernando, conjectural) e, diante desta, a Capela do Anjo (1516). O rectângulo do quartel de cavalaria de Santa Catarina demarca-se nas suas linhas ortogonais dos outros quarteirões que exibem alinhamentos irregulares denunciando uma urbanização espontânea, não planeada.

A sobreposição do observado sobre a Planta de 1946 apoiará uma melhor análise do terreno actual.

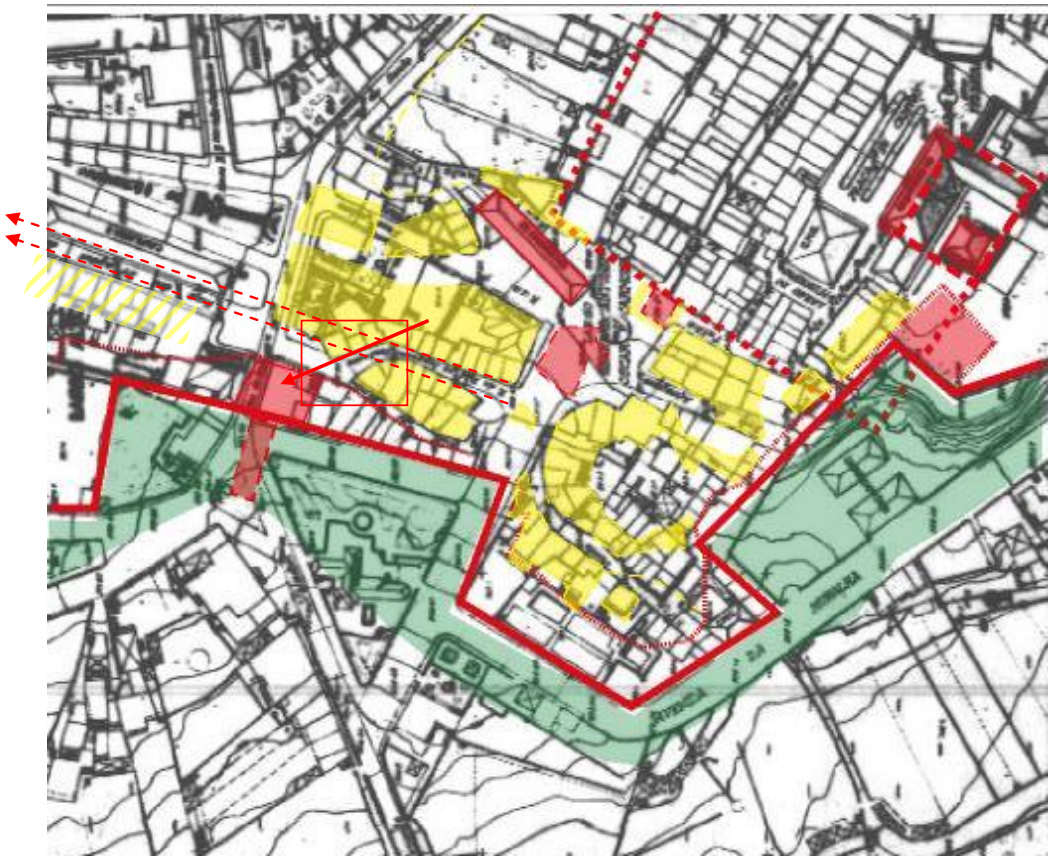




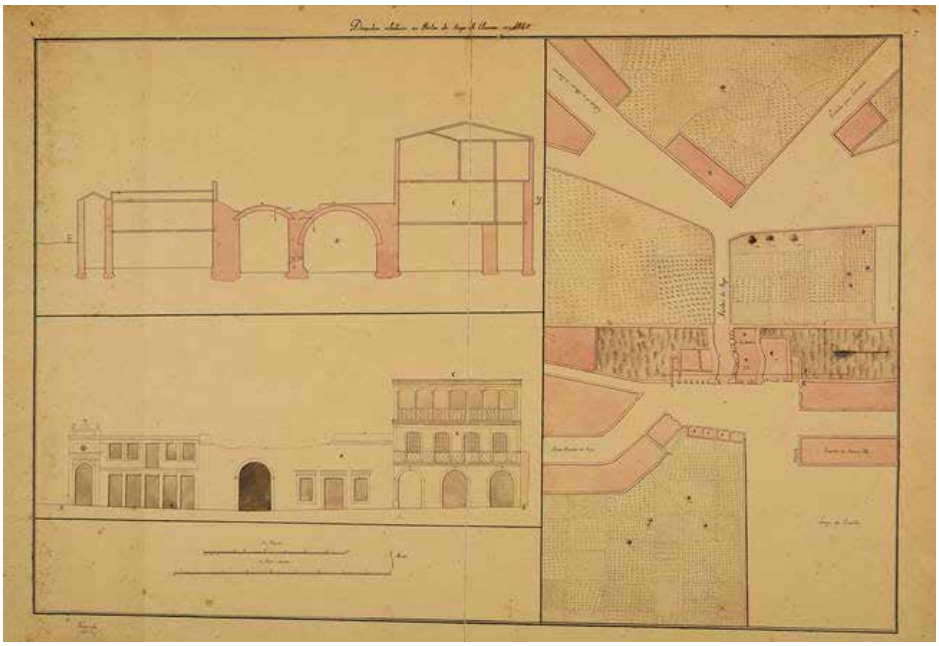
O momento fixado na vista de Duarte d' Armas, correspondente aos inícios do século XVI, permite melhor balizar a cronologia da génese daquele espaço. Fora de muros da *Porta de Cima* da cerca medieval, defendida por uma torre quadrangular (reinado de D. Fernando, conjectural) sob a qual se fazia a passagem, gera-se um rossio onde tem origem diversos caminhos de ligação ao termo. A urbanização da envolvente do rossio é ainda escassa no momento fixado por Duarte d' Armas. Em 1518 funda-se nesse rossio a Capela do Anjo Custódio que será sede de uma das mais importantes festas da vila. Segundo Tomé de Távora e Abreu, "(…) *esta Capella tem o onofírico de que vay o Senado da Camara desta V. a asestir às vesporas e misa cantada no Domingo que se faz a festa do Anjo da goarda, e da mesma Capella say a procissão que he huã das festas do anno que se lembrão nesta terra*". A urbanização do rossio expande-se em seguida prolongando-se pelos caminhos que dele partem. A área já deveria conhecer uma urbanização com alguma densidade quando se inicia a construção dos baluartes e cortinas da nova fortificação (1663) que se concluiria pelos inícios do século XVIII. Observa-se, por exemplo, como o baluarte de Santo Amaro procura envolver e conter o máximo de área urbanizada no interior dos seus muros (a *Rua do Verde*). Uma das mais importantes consequências da construção das fortificações abaluartadas é o do bloqueamento dos vários caminhos de saída/entrada do rossio, concentrando-se todo aquele movimento numa única passagem com a criação da Porta do Anjo posicionada a meio da cortina orientada a Oeste o que viria acrescentar ainda maior importância à *Rua do Anjo*, não sem que em consequência obrigasse a um realinhamento de fachadas no troço terminal desta, dirigindo-o para o eixo da porta.



A planta de 1758, que acompanha as Memorias Parochiaes, complementa a identificação do que se observa na planta de planimetria mais rigorosa datada de 1762.



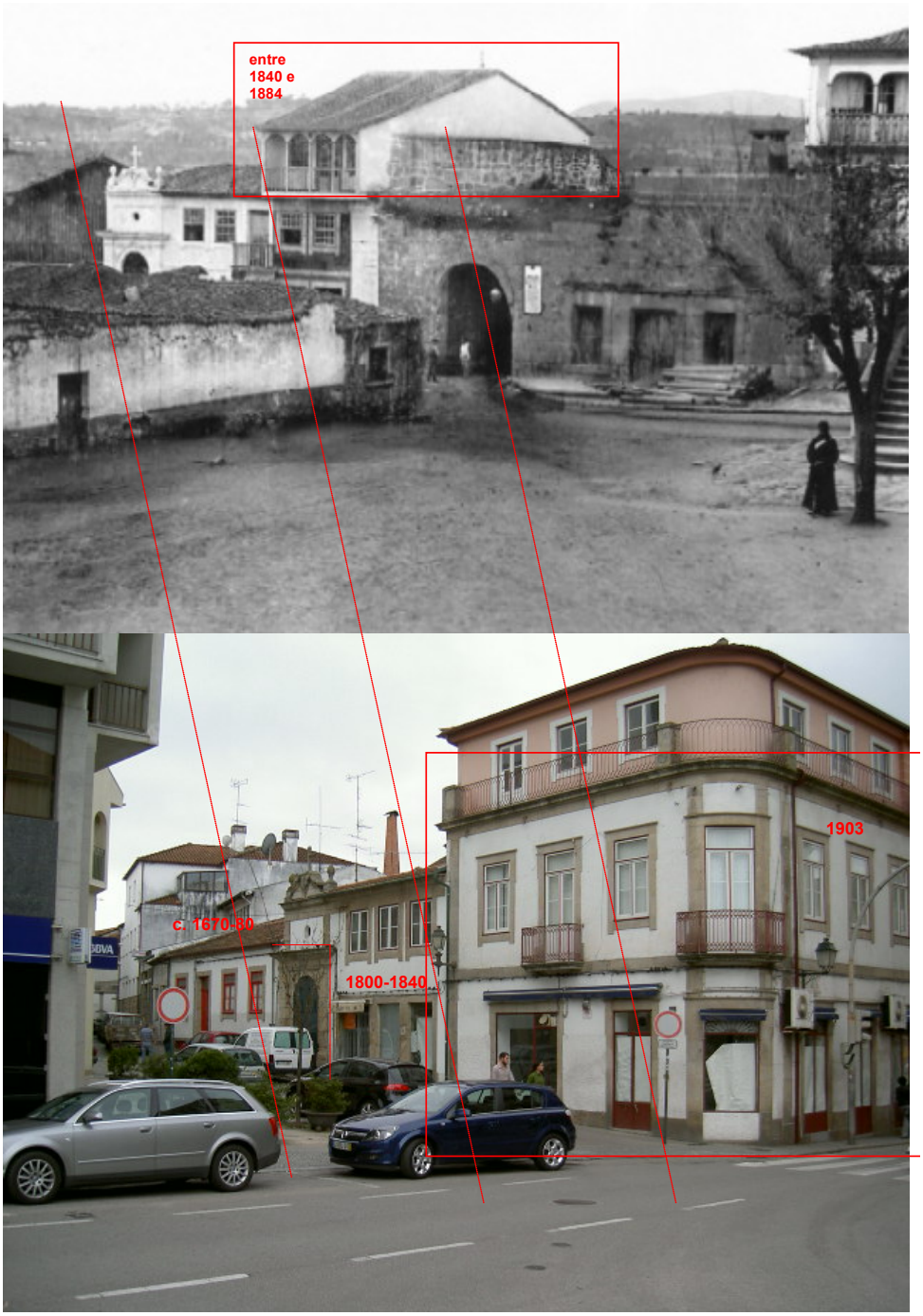
O troço terminal da antiga *Rua do Anjo*, junto da desaparecida Porta do mesmo nome, exibe um realinhamento de fachadas – note-se mesmo a regularidade deste alinhamento novo que contrasta com a irregularidade do alinhamento das outras fachadas da mesma rua – que deverá relacionar-se com a estruturação daquela Porta no momento da construção das muralhas abaluartadas. O edifício de gaveto, do lado Sul da antiga *Rua do Anjo*, ainda que já alterado pela ampliação de um novo piso, exibe uma orientação e tipologia também coincidente com aquela cronologia.



Capela do Senhor dos Passos, que fazia parte da Via-sacra, com provável construção no final do século XVII ou inícios do XVIII exibe uma tipologia maneirista arcaizante contemporânea da construção da Porta do Anjo.

Já no século XIX, provavelmente a meados, viu-se integrada num edifício construído no flanco direito, cuja tipologia muito se aproxima do correr de casas com frente para a Rua de Santo António e traseiras para a do Loureiro. Nessa altura, a fim de uniformizar a cércea, foi-lhe acrescentado um pano vazado a eixo com óculo e remate de friso e cornija, que continua no edifício adjacente, e frontão flanqueado de pinhas. Este edifício, originalmente, tinha mais dois pares de vãos, à direita, antes de adossar ao corpo da

Porta do Anjo, que se vêem já transformados na fotografia de 1884 com acrescento de um andar. Porém, no desenho do levantamento de 1840, reproduzido acima (AHM/GAEM 1469-1-8-12, 1840, *Dezenhos relativos as Portas do Anjo de Chaves*), o mesmo edifício ainda não tinha sofrido estas alterações. A Porta seria parcialmente demolida em 1888, abrindo-se a passagem, construindo-se, cerca de quinze anos depois, em parte do terreno ocupado por esta, a casa que ainda ali existe, entretanto acrescentada de mais um piso, a qual exibe na grade da bandeira da porta principal a data de 1903.

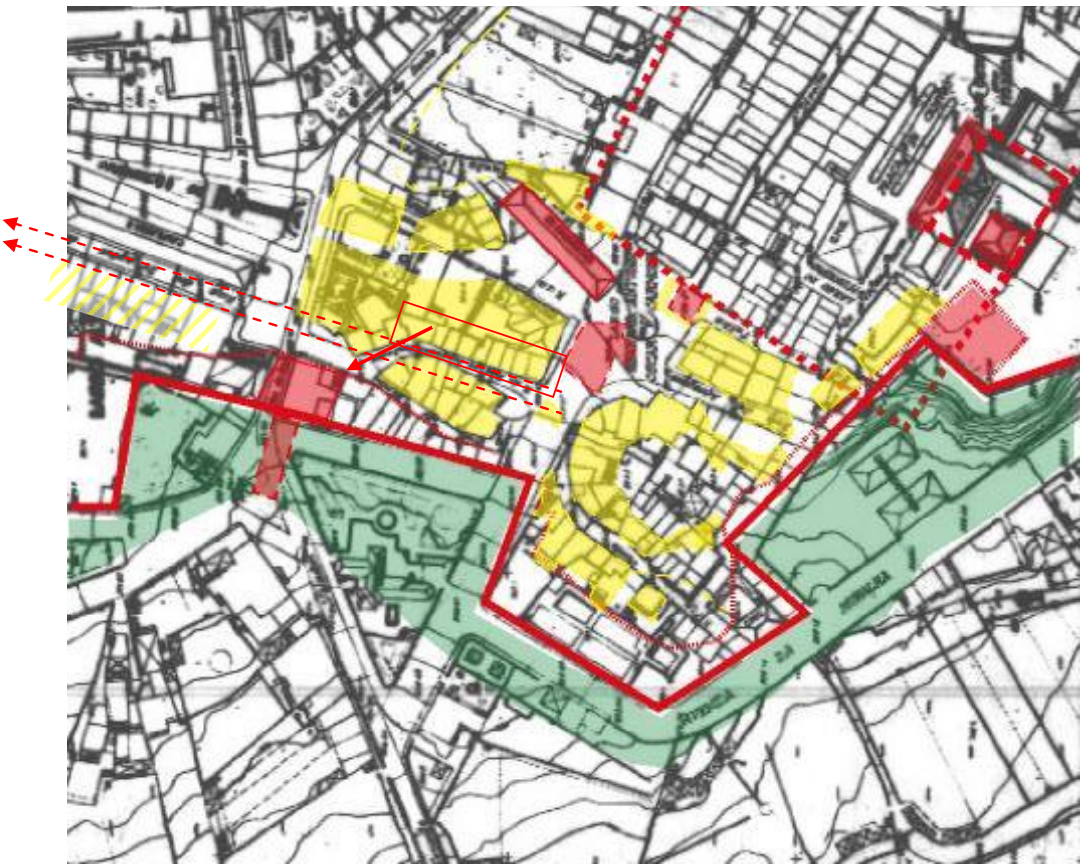


Entre as fachadas das construções da antiga *Rua do Anjo* predomina um tipo arquitectónico urbano característico dos séculos XVI e XVII de três módulos e originalmente de dois pisos a que, nalguns casos foram mais tarde acrescentados novos pisos. Outra tendência neste progressivo redimensionamento do espaço coberto, ampliando-o, é o do avançamento em ressalto sobre a via pública que algumas daquelas construções exibem.

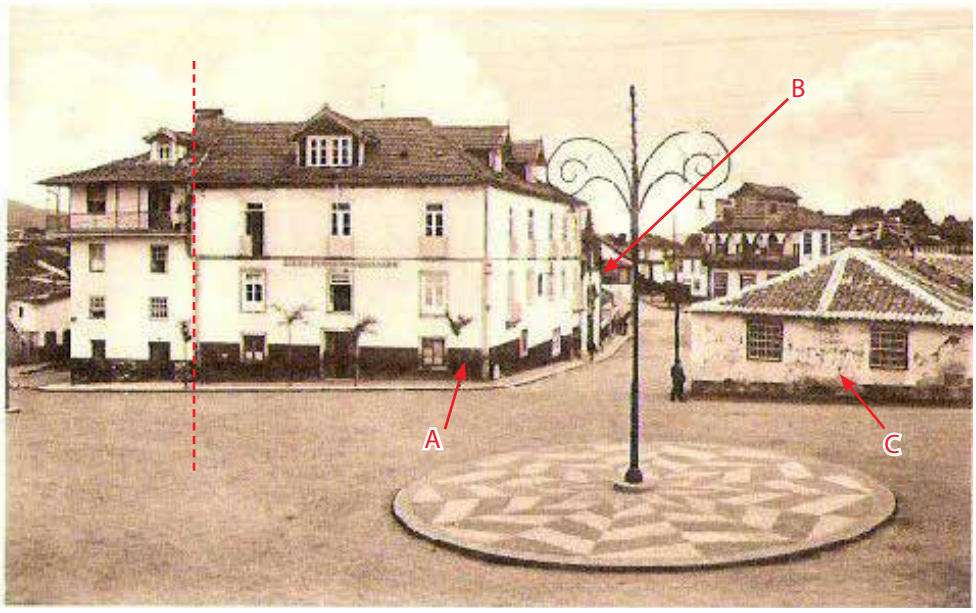
Regista-se igualmente uma alteração nas dimensões e no desenho das molduras que guarnecem os vãos, as quais tendem a rasgar-se cada vez mais amplamente exibindo igualmente um porte mais cuidado observável na decoração.com pedúnculos e vergas curvas (séculos XVIII e XIX).

A abertura de vãos mais amplos, por vezes associada ao guarnecimento dos cunhais com pilastras, reduz a área de fachada disponível, obrigando à redução do número daqueles mesmos vãos.

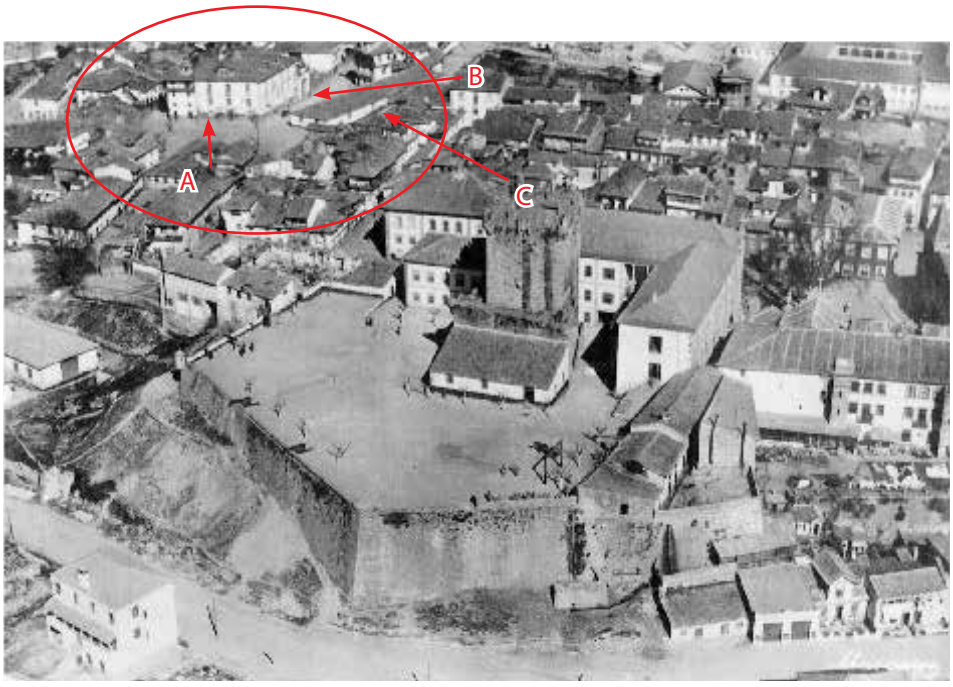
No âmbito do mesmo processo de redimensionamento das fachadas de módulos originais de dois pisos e três vãos rectangulares simples por piso, observa-se um alteamento da respectiva cimalha que surge, nestes exemplos, tratada com friso e cornija de cantaria.

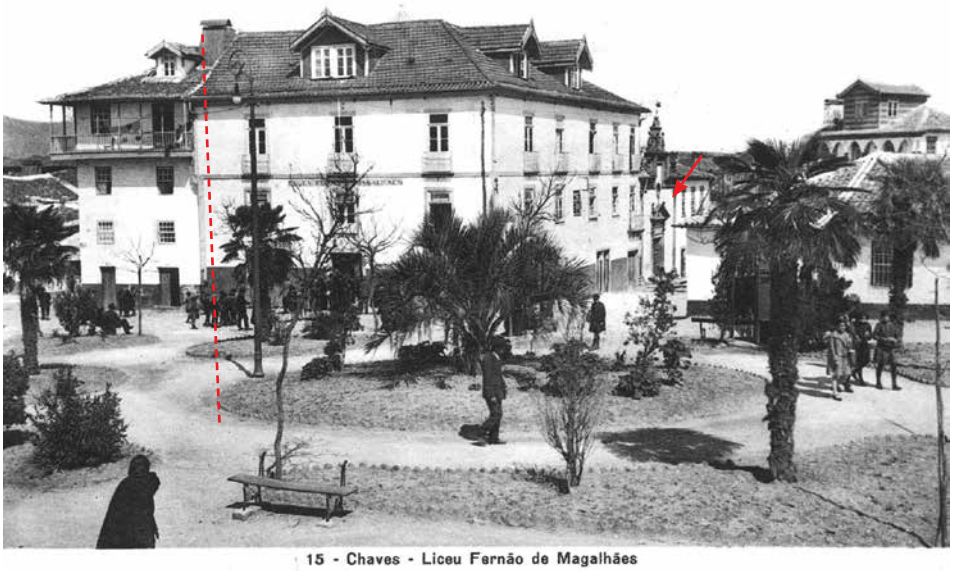


São raros os vãos de tipologia mais original que perduram como este no segundo piso da casa de gaveto, rectangular simples de chanfros, o qual apoia a atribuição de uma cronologia quinhentista para a construção daquele conjunto edificado da antiga *Rua do Anjo*.



O lado NE. do Largo do Anjo, a casa de gaveto com a Rua do mesmo nome adossava a uma casa abastada ou palacete propriedade da família Arrochela (A) a qual ocupava o outro gaveto com a desaparecida Rua de Santa Catarina para onde tinha a capela daquele orago (B). Na mesma rua, mas do lado oposto, implantava-se o Quartel de Cavalaria também chamado de Santa Catarina (C). Naquele palacete, encontrando-se devoluto, veio a instalar-se em 1899 o Colégio de S. Joaquim e, em 1908, o recém criado Liceu de Chaves que ali permaneceria até 1944 quando veio ocupar as actuais instalações no antigo Convento das Freiras totalmente remodelado.

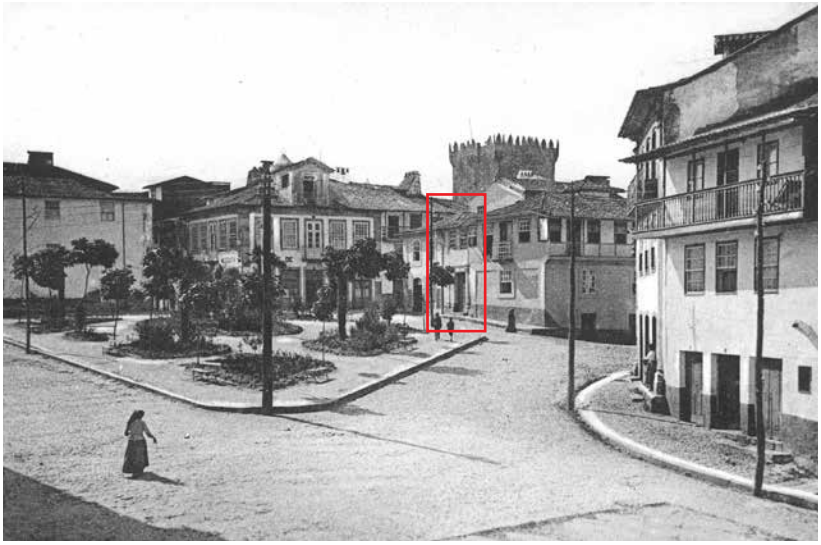




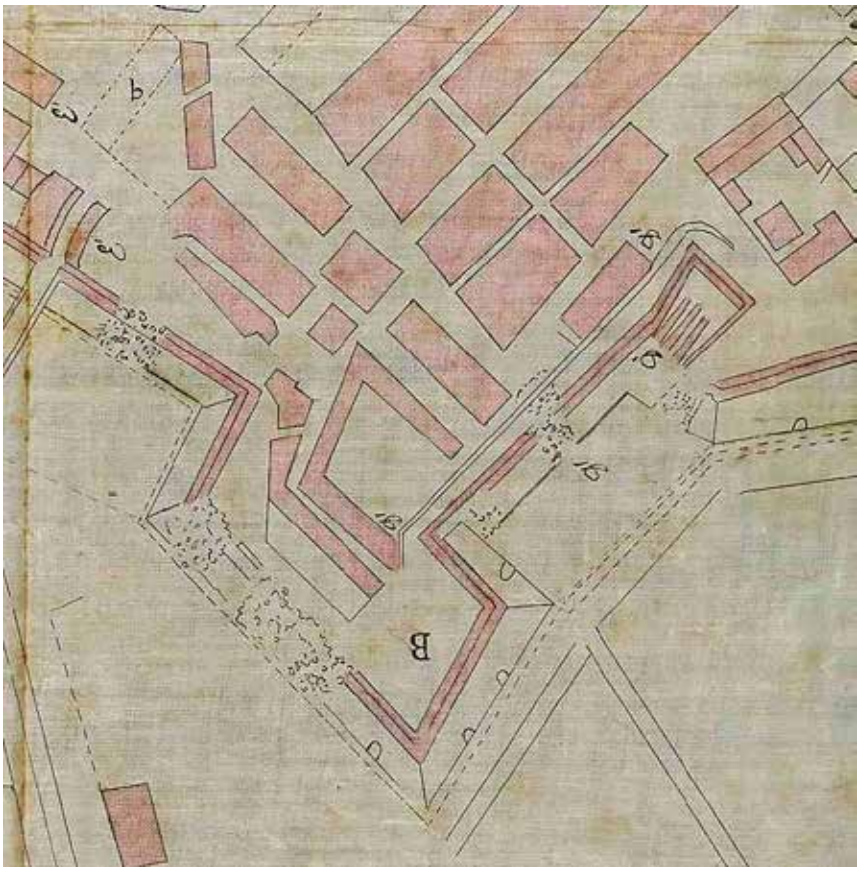
O Largo do Anjo na década de 1940 (em cima) e cerca de 1927 (em baixo). O largo ajardinado tinha dado lugar a um espaço completamente aberto semelhante ao actual. Ao flanco da direita da Capela de Santa Catarina adossa na fotografia da década de 1920 um edifício de dois pisos, aparentemente uma casa abastada, que, na fotografia mais recente já não se observa. Lembre-se que a Capela de Santa Catarina foi mudada para este local em 1681 da implantação primitiva que era no Toural e onde havia sido fundada em 1279 por Lourenço Pires de Chaves (segundo Tomé de Távora e Abreu). Constituía um morgadio que era administrado em 1681 por Gregório de Castro Morais, "Comendador da Ordem de Cristo, Sargento-mor da Batalha e Governador de Armas da Província". Tinha anexa uma

albergaria. O coro alto tinha acesso pelo lado esquerdo, lado onde se situavam portanto os edifícios anexos constituídos pela *albergaria* e muito provavelmente pela casa ou solar do morgado que ocuparia o local onde depois de reedificou o palacete da família Arrochela (A) e onde funcionou o Liceu de Chaves antes de ser demolido e dar lugar ao actual edifício de construção recente. Com efeito, a antiga Rua de Santa Catarina conheceria grandes mudanças com a abertura da Rua de 1º Dezembro (década de 1920) e a demolição da quase totalidade do anterior edificado salvando-se apenas a Capela de Santa Catarina que ainda hoje ali se observa.

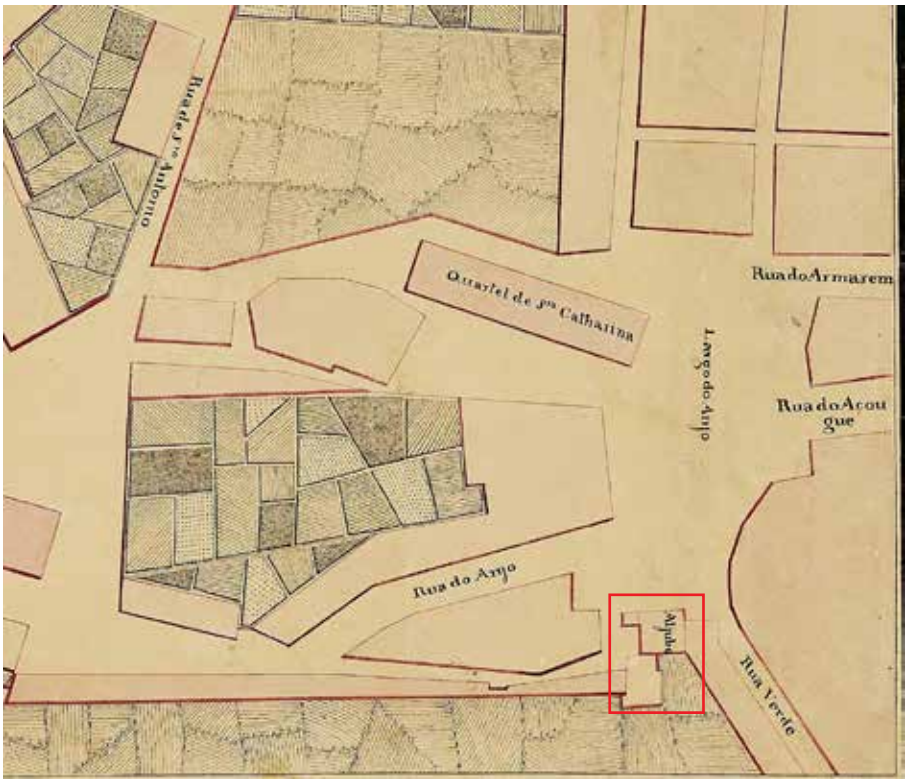
As frentes SE. e SO. do Largo do Anjo mantêm-se muito próximas da configuração adquirida no decurso da primeira metade do século XIX, momento em que aqui se verificaram grandes transformações.

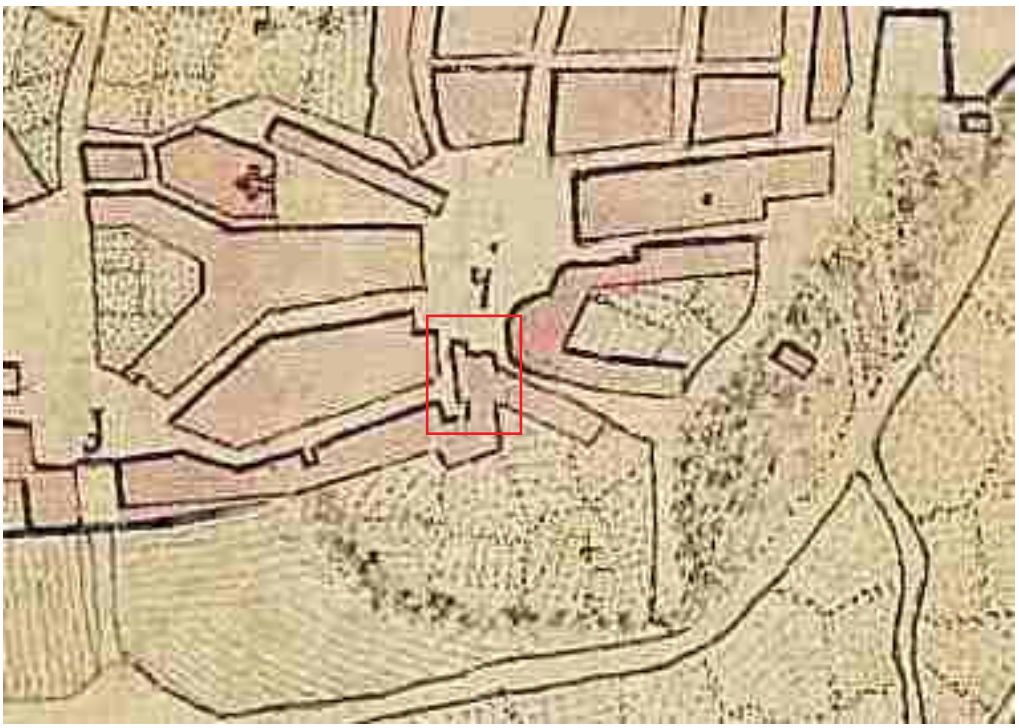


É no decurso das primeiras décadas do século XIX que o *Largo do Anjo*, de dimensões acanhadas devido à presença no limite SE., do muro da cerca medieval com a torre da Porta de Cima, aos quais se adossavam salientes construções, entre quais sobressaía o conjunto formado pelas dependências do *Armazém da Vedoria da Província Militar de Trás-os-Montes*, e, no centro do largo, a Capela do Anjo Custódio mais um nicho da Via-Sacra, é objecto de extensas demolições que lhe conferem a actual configuração. Da demolida capela preserva-se um portal, duas pilastras e talvez um vão geminado, reintegrado numa das fachadas das casas que limitam o largo do lado SO.



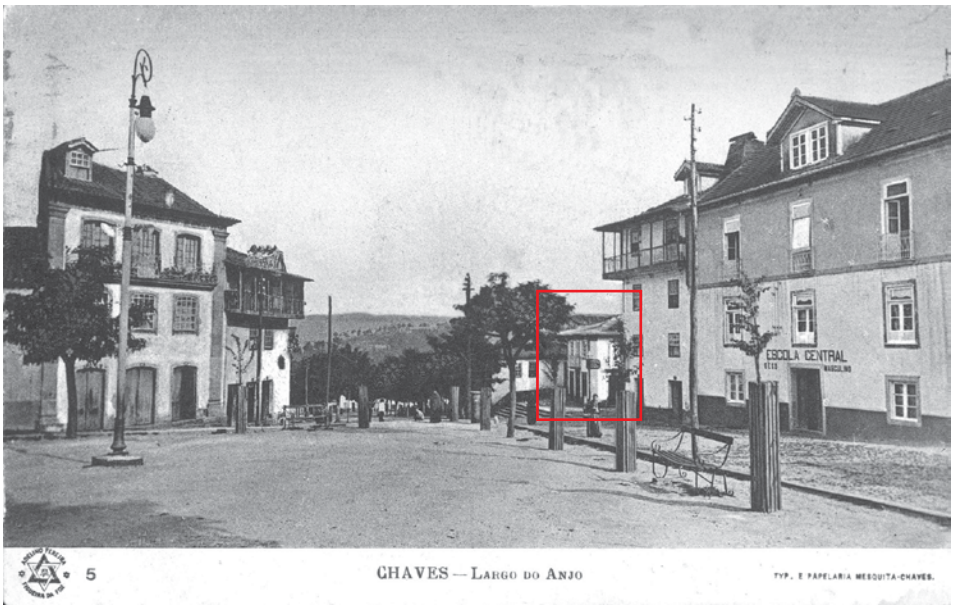
Nas plantas de finais do século XVIII/inícios do século XIX os dois corpos do Armazém da Vedoria e o da Capela do Anjo Custódio ainda ocupavam grande parte do espaço do *Largo do Anjo.*





Nas plantas de meados do século XIX aqueles dois corpos haviam desaparecido representando-se o espaço do *Largo do Anjo* **já completamente aberto próximo da actual configuração. O limite NO. do largo estava ainda fechado pelo baluarte da Santo Amaro, já em ruínas, adossando-se-lhe pelo interior o edifício do Aljube militar e uma Capela das Almas com ele pegado.**

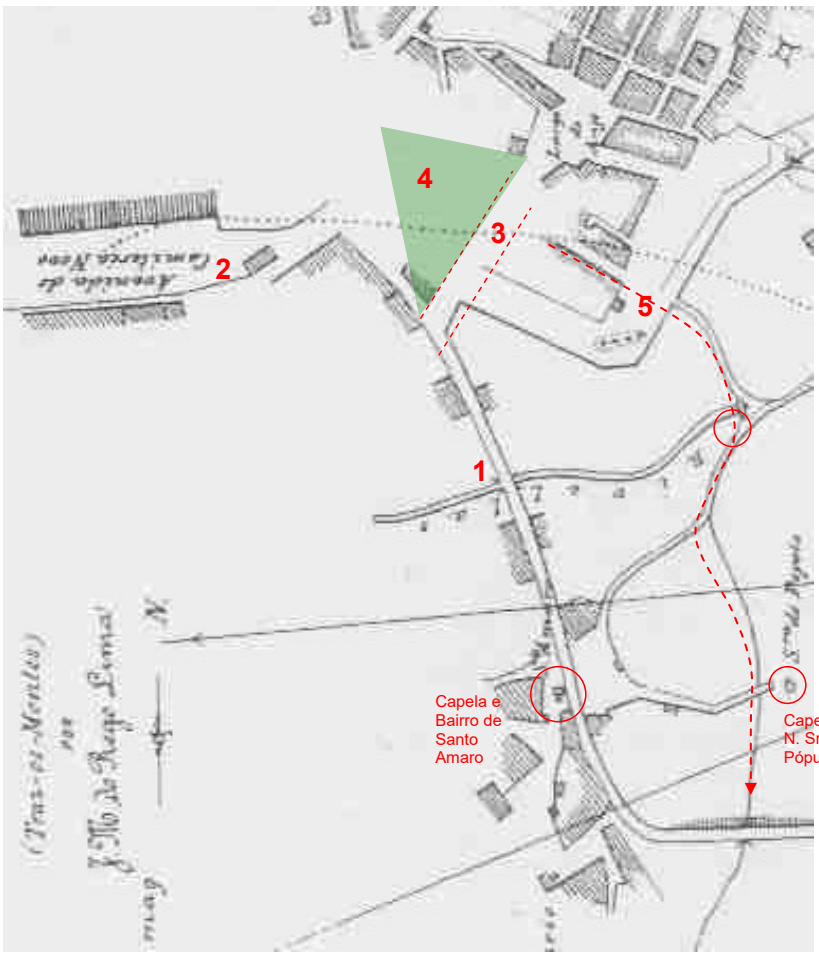
Numa planta de 1874 (AHM/GEAM, 1447-1-8-12, 1874, *Esboço de parte da villa de Chaves, Quartéis do Trem, Cavalaria e Santa Catarina)* assinalam-se os prédios militares (a amarelo) entre os quais o edifício do Aljube militar. Adossado a este estava a Capela das Almas a qual havia sido fundada em 1718 "*defronte da Cadea publica*" pelo "*Governador Geral Agostinho Rodrigues Carvalho* (…) *junto de huãs suas casas* [assinalamos com a letra D sobre aquela planta]*; e he obra digna de louvor porquanto os presos assim da enxovia como da salla livre todos ouvem nella Misa. Bem de que carecião por não haver naquella orrorosa casa oratório algum*" (Tomé de Távora e Abreu). Repare-se na topografia do terreno em que se implanta o *Largo do Anjo*, visível nas curvas de nível, mostrando como aquele largo ocupava uma eminência do terreno, descendo para todos os seus lados.



As casas do *Governador-geral Agostinho Rodrigues Carvalho* (D), que fundou a Capela das Almas em 1718, entre estas e o Aljube militar, preservam-se em parte exibindo numa das fachadas a respectiva pedra de armas (segundo Ribeiro de Carvalho, *Chaves Antiga*, deverá ler-se no manuscrito de Tomé de Távora "Vedor Geral" e não "Governador Geral"). A abertura da *Avenida Tenente Valadim*, do "Largo do Anjo à ponte do Nicho" entre 1889 e 1890, implicou a demolição do Aljube, da Capela das Almas, de parte do baluarte e cortinas bem como de várias casas. As casas de *Agostinho Rodrigues Carvalho* seriam no entanto poupadas.

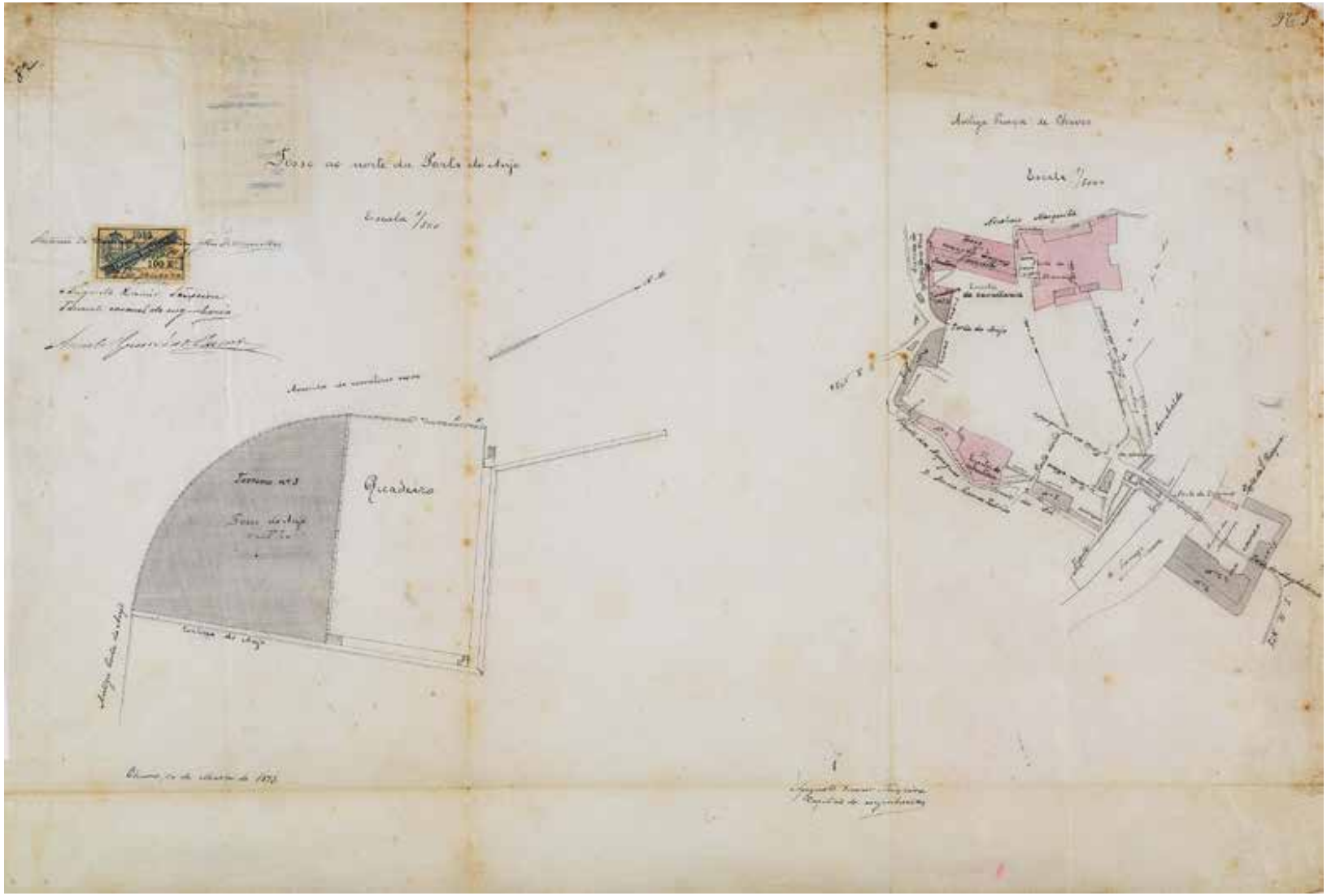
A Rua do Aljube, entre a *Rua do Anjo* (actual R. Padre Joaquim Marcelino da Fontoura) e a *nova Avenida Tenente Valadim* (actual Rua Dr. Augusto Figueiredo Fernandes) foi rectificada no troço terminal, junto da nova avenida observando-se ainda ali um edifício ao estilo do final de Oitocentos cujas linhas regulares contrastam com as construções que constituem o troço inicial da Rua do Aljube, junto das desaparecidas Portas do Anjo. A Rua do Aljube estruturou-se sobre as traseiras das casas com frentes para a antiga Rua do Anjo e com construções de pequena dimensão que ocupariam mais tarde o *Caminho de Armas* e se adossariam às próprias muralhas pelo interior. Nas plantas de meados do século XVIII ou mesmo dos finais daquele século/inícios do século XIX, ainda a rua surge apenas urbanizada do lado das traseiras da Rua do Anjo. É só na planta de 1840 que essa área surge já urbanizada.

A obra de abastecimento de água à vila, iniciada entre 1856 a 1859, que fazia o aproveitamento de várias nascentes desde Bustelo a S. Jurge, conduzia-a até ao Alto da Lapa donde era levada por canalizações de chumbo para dois grandes tanques públicos, com três bicas, um no Arrabalde das Couraças, junto à estrada da Rua Direita e outro no Largo do Anjo, ao lado do Aljube e à entrada da Rua do Verde. Com a abertura da nova Avenida de Tenente Valadim houve que deslocar sensivelmente aquele tanque de três bicas que ainda hoje se preserva.



A planta de Chaves de 1892 regista o momento em que, finalmente, nas décadas de 1880 e 1890, viria a desenvolver-se o projecto de urbanização de uma área extra-muros, adjacente ás muralhas pelo exterior, a Oeste, estando a administração municipal certa já da conclusão do processo de desmantelamento dos *muros* da fortificação. A *calçada que ia da Vila para o Bairro de Santo Amaro* (1) foi consertada em 1865 mas seria objecto de obras de maior vulto entre 1873 e 1874 que se completariam com a obra do *Lanço através de Chaves* para ligação das Estradas Reais, iniciativa do Poder Central, projectada e executada a partir de 1887. Este arruamento, a avenida para Santo Amaro, actualmente conhecida como Avenida Tenente Valadim, constituiria então o principal futuro eixo estruturador da urbanização desta área da vila. Uma das consequências desta obra seria a demolição das Portas do Anjo. Entretanto é construído o Cemitério Municipal e aberta a Avenida de ligação a este (2). Em seguida, o limite Oeste do Largo do Anjo foi rasgado demolindo-se a muralha e abrindo outra avenida (baptizada em 1890 como Tenente Valadim) (3) de ligação à estrada para Santo Amaro e o Calvário, em direcção aos quais, parece, a vila deveria procurar expandir-se. Articulando os novos eixos constrói-se um Passeio Público, que passaria a ser conhecido como o *Jardim da Maria Rita* (4). A ruína do baluarte de Santo Amaro e o entulhamento dos fossos permitiriam retomar o velho percurso da Rua do Verde, anterior às fortificações abaluartadas, que descia a encosta para atravessar o Rivelas numa das duas pontes e continuar em direcção à Capela de N. Sra. do Pópulo (5).

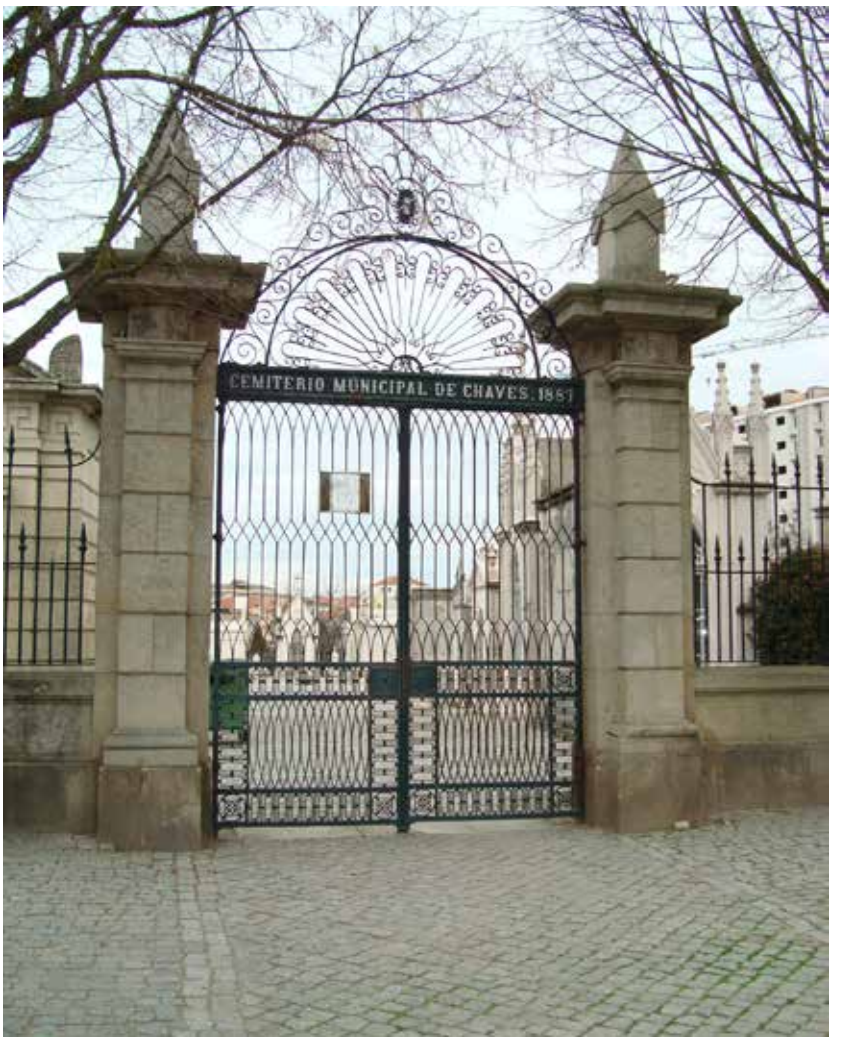
Actualmente, a área dos fossos junto à desaparecida Porta do Anjo não é evidente mas preservam-se elementos que permitem facilmente identificar a respectiva evolução mais recente.



Fosso ao norte da Porta do Anjo : Antiga Praça de Chaves, **1893, AHM/GEAEM 9888-1-8-12_a. Com o Auto de cedência das muralhas e fossos à Câmara Municipal, o Ministério da Guerra conservava na sua posse a área do Picadeiro Velho mas cedia o "terreno nº 3" nos fossos da Porta do Anjo, o qual seria posteriormente alienado a particulares a fim de ser urbanizado.**

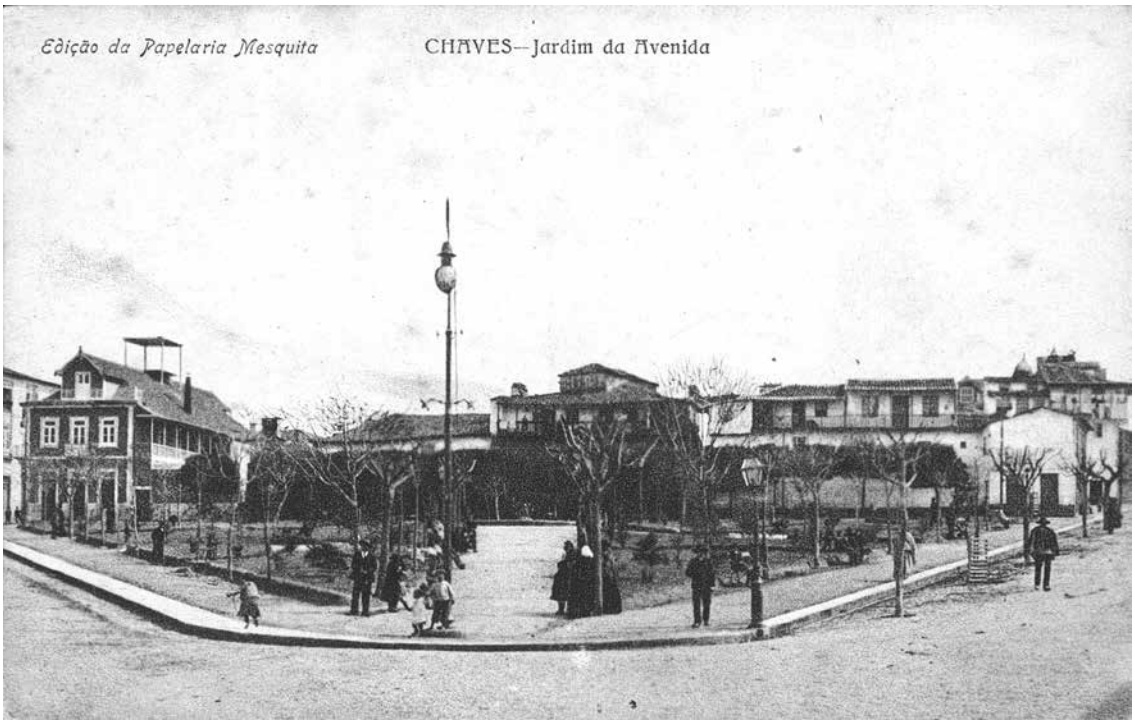
Naquele terreno dos antigos fossos foram construídos dois interessantes edifícios de singular arquitectura revivalista ao estilo da Casa Portuguesa ainda na década de 1920 ou, com mais probabilidade na de 1930.

A *Avenida do Cemitério* (actual Avenida dos Bombeiros Voluntários) ligando as *Portas do Anjo* com o Largo onde o cemitério novo municipal tinha a entrada principal, é ainda hoje um espaço escassamente urbanizado. A própria obra conheceria contratempos devido a dificuldades na construção por causa das acentuadas diferenças de cotas ali existentes o que obrigaria à elaboração de um segundo orçamento.

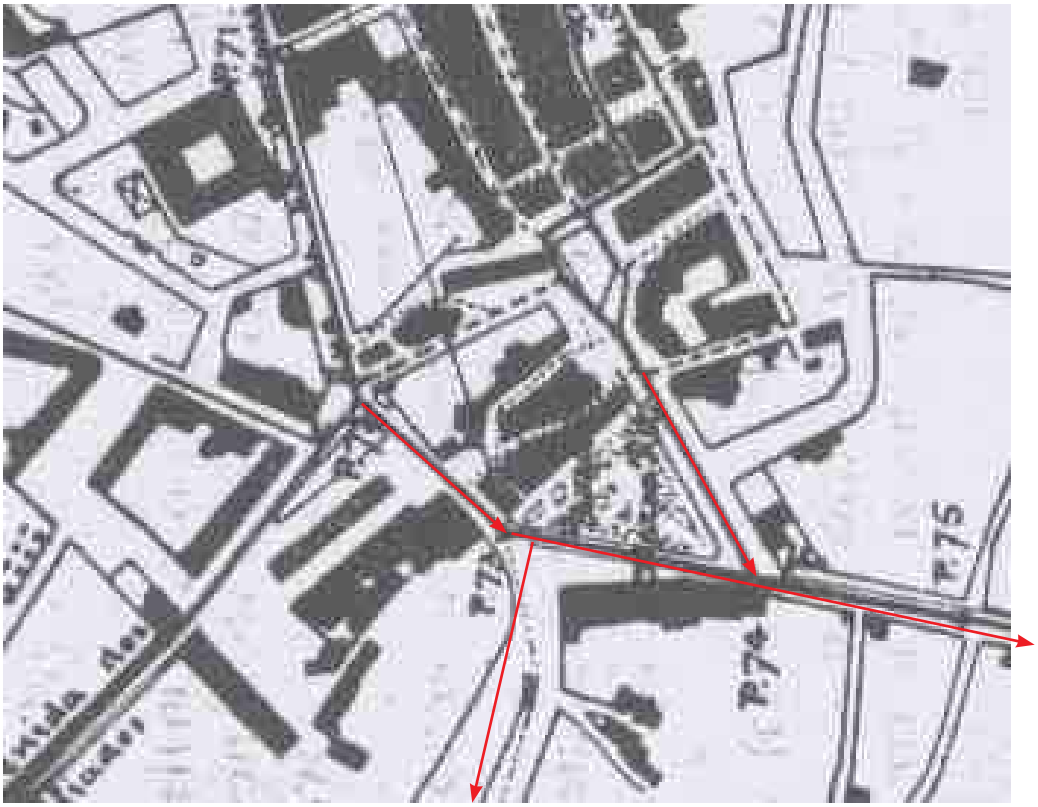


Desde 1870 que se procurava um local onde construir um cemitério municipal que pudesse substituir o velho ainda em uso localizado à Lapa, junto do encontro da muralha com o forte de São Francisco. Na sessão de Câmara de 3 de Outubro desse ano foi deliberado "oficiar ao General Comandante da Subdivisão Militar, pedindo a colaboração dos facultativos militares para a escolha da localização do cemitério da Vila" (AIRES 1994, 33). No ano seguinte surgem já verbas destinadas à compra do terreno e à construção do cemitério novo tendo mesmo sido assinada a escritura da aquisição do terreno (*idem*, *ibidem* 36-37). O processo porém arrastar-se-ia nos anos subsequentes sem conclusão à vista. Em 1878 volta-se a tratar do assunto na sessão de Câmara de 29 de Março em termos que parece considerar-se uma nova localização: "escolha e localização do terreno" do Cemitério Municipal (AIRES 1994, 51) referindo-se na sessão de 17 de Maio seguinte que haviam surgido obstáculos à sua construção (*idem*, *ibidem*, 51). Na verdade, existia forte resistência popular em ter de se deixar de realizar a feira dos suínos nas proximidades do local escolhido para a construção do cemitério pelo que o processo seria de novo interrompido. Seria preciso um acórdão da Comissão Distrital em 25 de Junho de 1885 para o reinício do processo (FERNANDES 2005, 140) recepcionando-se projectos para a sua construção "a norte da Vila, entre o lugar do Caçador e o lugar do Picadeiro" na sessão de Câmara de 1 de Julho desse ano (AIRES 1994, 59). De novo se manifestaram oposições ao início daquela obra pelo que foi solicitada a elaboração de um relatório "circunstanciado para a localização do Cemitério Municipal" a uma comissão de *facultativos* da vila, constituída por representante do "partido militar" bem como do "partido municipal" no qual se defendia a localização próximo da Quinta do Caçador e que seria aprovado em sessão de 2 de Setembro do mesmo ano (AIRES 1994, 61). Iniciada a construção do cemitério em Julho de 1886 foi em Setembro desse ano decidido em sessão de Câmara que a feira dos suínos, a qual já se realizava no Largo do Picadeiro de Cavalaria, logo a NO. da Portas do Anjo, passaria para o Largo de São Roque na Madalena ao que se opôs o Administrador do Concelho pelo que a Câmara decidiria transferir a feira para "o caminho público, à esquerda da saída das Portas do Anjo" onde era antes o fosso da fortificação (AIRES 1994, 65). Finalmente em Fevereiro de 1888 era declarada estar acabada a obra do cemitério e este pronto a ser benzido pelas autoridades religiosas o que viria a concretizar-se a 7 de Março seguinte (AIRES 1994, 69). É precisamente nestes anos que foi finalmente conseguida a demolição das Portas do Anjo, não sem que antes o acto desse lugar a uma cerimónia solene de entrega da pedra do arco por oficiais do Regimento de Infantaria 19 realizada a 11 de Julho de 1888 (AIRES 1994, 71).

Os *Livros de Despesa* Municipais registam no ano de 1873 uma obra de grande dimensão para "*terraplanagem, muros de suporte e calcetamento da rua que segue das portas do Anjo até ao bairro de Santo Amaro desta Villa*" e no ano seguinte, 1874, um reforço daquela despesa em consequência das "(…) *servidões dos prédios lateraes da rua que segue das portas do Anjo para o bairro de Santo Amaro, por virtude do levantamento da mesma rua, efectuado no ano anterior*" (in FERNANDES 2005). Porém, nem por isso aquela artéria, que deveria ter sido um dos eixos ordenadores da expansão da urbanização para fora da área intra-muros, conheceria posteriormente uma intensa construção privada ou pública. Apenas, no final de Oitocentos ou inícios de Novecentos, no gaveto com a *nova avenida* que vinha do Largo do Anjo se construirá uma casa abastada e já no encontro com o Largo de Santo Amaro um correr de casas de rendimento. Permaneceriam contudo as construções anteriores ao alteamento da rua, construindo-se as respectivas servidões, que se mantêm ainda hoje, tendo recentemente o próprio *Nicho da Via-sacra* sido integrado sob um prédio de cinco andares.



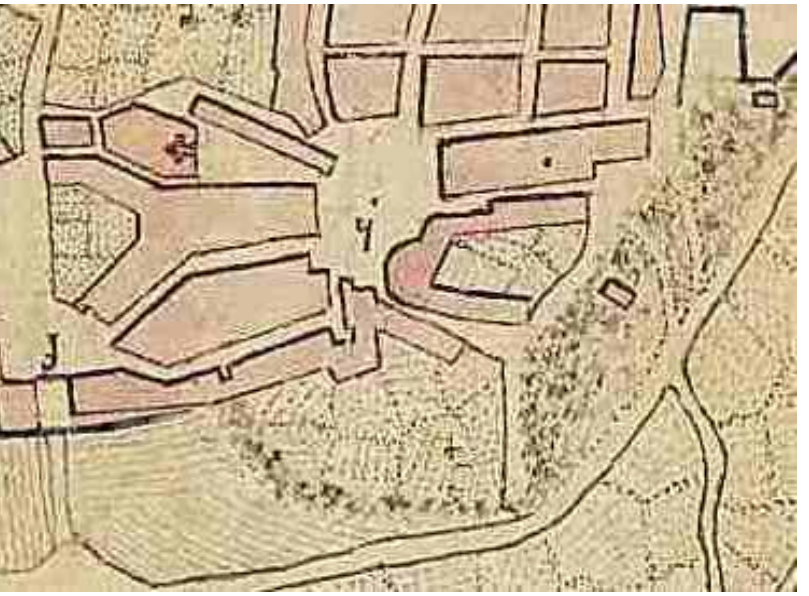
O *Passeio Público* do *Jardim da Maria Rita* mostra-se actualmente densamente ocupado com vários edifícios públicos.

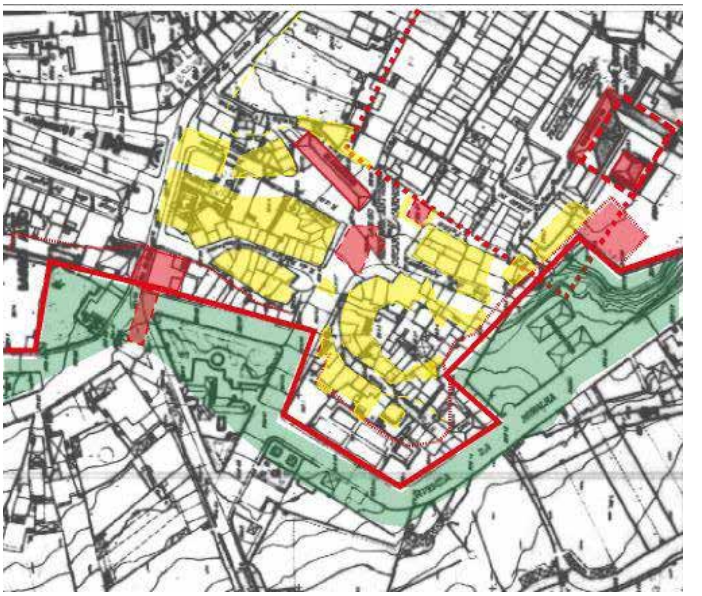


Preserva porém ainda elementos que pertenceram ao *Passeio Público* original construído no início do século XX.

A cortina em que se abriam as Portas do Anjo é um dos troços preservados das muralhas abaluartadas mais significativos. Mostra casas adossadas pelo exterior, que entretanto rasgaram os muros da fortificação prolongando-se até à Rua do Aljube, e casas com frente para aquela rua e traseiras sobre as muralhas formando um conjunto harmonioso em que a leitura da evolução das estruturas e do edificado se lê agradavelmente. A preservação do cordão da muralha ajuda à leitura das estruturas patrimoniais..

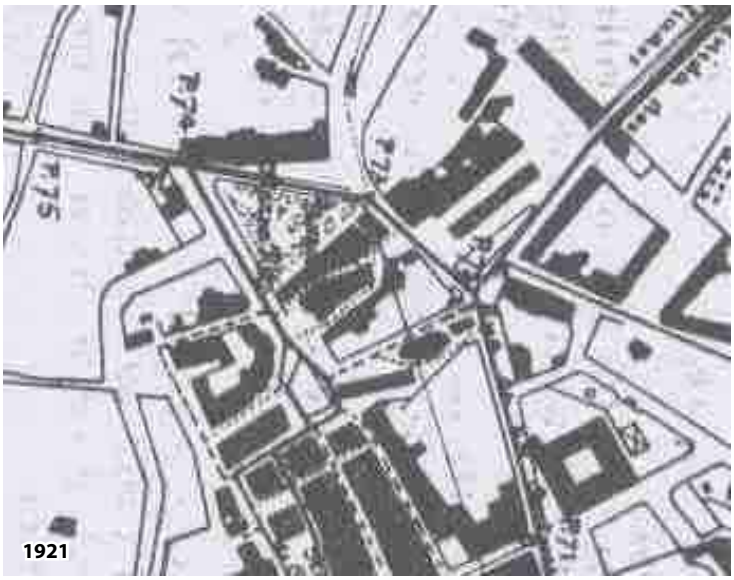
79·97·MF

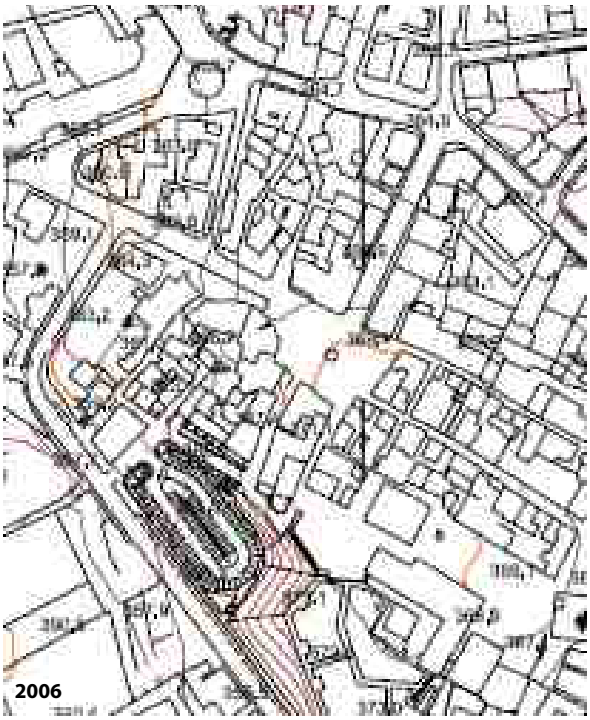




"As obras de nivelamento dessa zona, com preenchimento de largos aterros para compensar os desníveis até ao caminho de Santo Amaro, dirigidas pelo engenheiro militar tenente-coronel Augusto Xavier Teixeira, vieram lançar uma parte nova da vila (…). Para o alargamento do novo caminho para Braga derrubou-se junto à subida para o Calvário a velha Capela de Sto, Amaro. Com a autorização do Ministério da Guerra, permitindo abrir caminho através das muralhas, alargou-se a saída da Rua Estrada Antunes Guerreiro, junto ao Largo da Cavalaria, derrubando a Velha Porta do Anjo, uma das barreiras da vila, que tinha anexas uma enxovia e outras pequenas dependências, desde há muito no estado de maior ruína e imundice. Depois, seguindo a muralha para sul, na parte mais baixa do Largo do Anjo, derrubou-se o velho casarão da cadeia do Aljube (1889) e mudou-se o chafariz face à Rua Verde, abrindo caminho para a nova ***Rua do Tenente Valadim*****.** Continuando por outro lado, ao longo da muralha dos Açougues até ao Postigo das Caldas, construiu-se o "Caminho da Muralha", trabalho que veio a ocupar largos anos e difíceis arranjos, pois era ainda zona de propriedade militar, que ali tinha instalada a sua carreira de Tiro de Pistola. Para embelezamento do local, face aos restos das muralhas de poente, fez-se em 1904 e com o apoio público o ***Jardim da Avenida*** que popularmente, cedo veio a ser crismado como "O Jardim da Maria Rita"." (MACHADO 1994, 292-293).

Os eixos que partem do lado Sul do Largo do Anjo (Rua do Verde, Rua do Açougue, Rua do Armazém ou da Tulha) sofreram intervenções no final do século XIX e 1ª metade do século XX que lhe re-alinharam o respectivo edificado. A Rua do Verde, apesar do estado de abandono, preserva ainda várias construções anteriores a esses realinhamentos de fachadas que ilustram a sua irregularidade original.

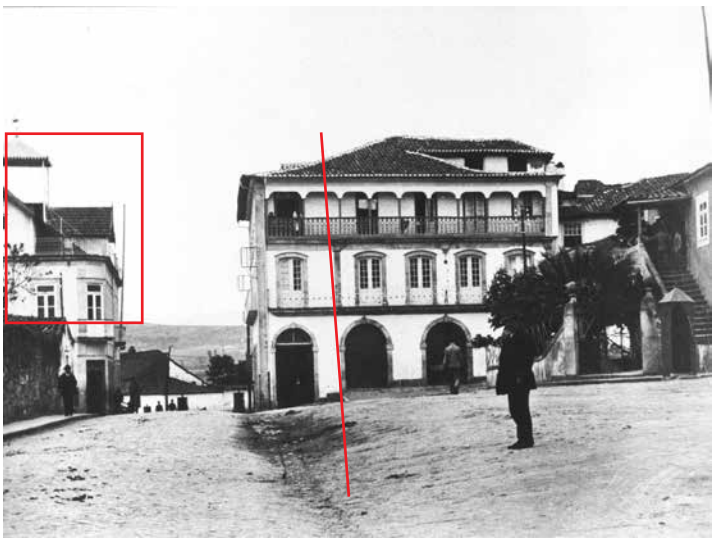


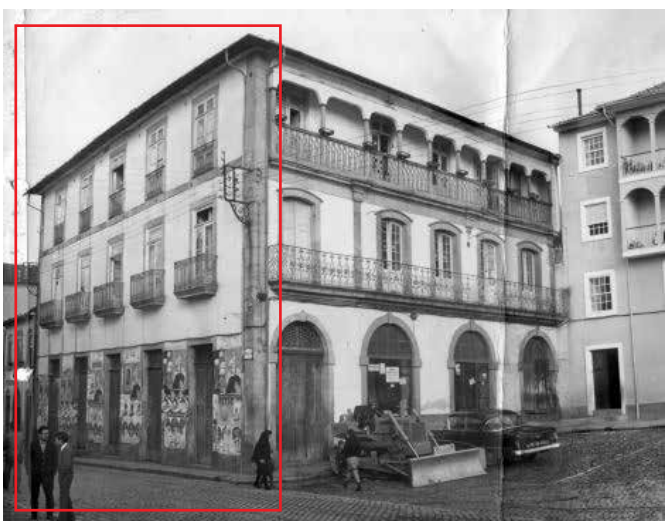


A abertura da Rua 1º de Dezembro tem como objectivo melhorar a articulação entre o Lg. do Anjo (8 de Julho) e o Terreiro de Cavalaria que anteriormente se fazia quer pela Rua do Anjo quer pela Rua de Santa Catarina, uma quelha estreita e sinuosa.
Chamou-se R. D. Luís I. Tem a Capela de Santa Catarina cuja implantação original era no Lg. do Toural, fundada segundo inscrição em 1249, mudando-se para a nova localização em 1681. Próximo da capela existiu o Quartel de Santa Catarina do Regimento de Cavalaria 6.
"O começo desta rua era no Largo do Anjo, entre as casas do Sr. Juvenal Setas e o referido Quartel (agora casa do Sr. Coronel César Cardoso da Silva). Serve agora de garagem e arrumos do primeiro. Acompanhava o muro de vedação e divisória dos quintais e ia terminar no cimo da R. de Santo António. A antiga casa do extinto Dr. António Júlio Gomes, Caquinhos, separava as duas ruas (Santa Catarina e 1º de Dezembro). A urbanização tudo alterou.
Nesta rua onde agora é o supermercado Novo Sol, havia o antigo solar do morgadio de Santa Catarina, sendo adquirido pela Câmara sob a presidência do General Augusto César Ribeiro de Carvalho." (In Memoriam - General Augusto César Ribeiro de Carvalho – Homenagem dos Flavienses, 1955 cit. por AIRES 1990, 309).
As plantas ilustram o processo de realinhamento de fachadas na Rua 1º de Dezembro. Num primeiro momento apenas do lado NO. (vermelho) e só mais recentemente do lado oposto (azul).

Até 2010 era visível na Rua 1º de Dezembro alguns elementos edificados relacionados com a sua abertura na década de 1920. Tratava-se apenas de uma casa de gaveto com o Terreiro de Cavalaria, numa arquitectura ao estilo da *Casa Portuguesa* (décadas de 1940/1950). Do lado oposto, uma outra casa, no mesmo estilo arquitectónico, mostra ter feito parte de uma disposição anterior ao actual alinhamento de prédios dessa frente da rua.

Esta foi demolida em 2010 para dar lugar a um prédio, fechando assim o espaço vazio existente nesta rua.





A cartografia mais antiga mostra como, originalmente, o enfiamento do eixo da Rua de Santo António nada tinha a ver com a passagem da Porta do Anjo a qual resultava da continuação da Rua do Anjo. Este arruamento, constituía o troço inicial do caminho de saída da vila a partir da porta da cerca medieval que abria para o Largo do antigo Arrabalde do Anjo.

A cartografia de Chaves mostra igualmente, na aproximação ao século XIX, de que forma a Porta do Anjo vai começar a ser vista como a passagem natural do eixo da Rua de Santo António. Recorde-se que é precisamente nesse século que o Bairro do Anjo parece sofrer de uma progressiva desvalorização com a deslocação do mercado para o terreiro do Arrabalde das Couraças erguido sobre a terraplanagem das ruínas do baluarte do Cavaleiro da Vedoria.

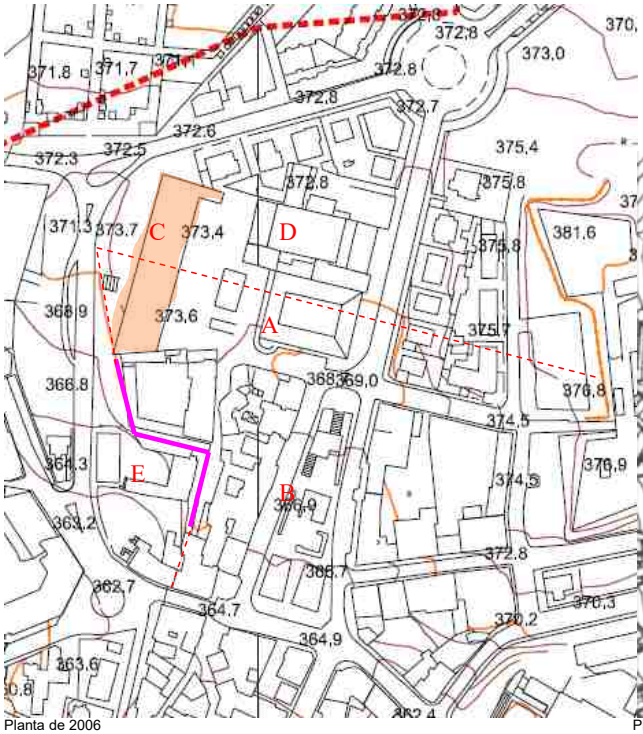
A nova centralidade que constituía o Terreiro do Arrabalde, assegurava assim através da Rua de Santo António, a relação com a Porta do Anjo e todas as saídas da vila por esse lado.

Com a demolição da Porta do Anjo a passagem desloca-se mesmo para Norte, numa localização mais adequada ao enfiamento do Terreiro de Cavalaria e Rua de Santo António, desvalorizando-se completamente a relação com a Rua do Anjo.

Leitura e Reconstituição da Evolução dos Espaços Extra-Muros

B - O Bairro Alto ou dos Quartéis. O Bairro Aliança

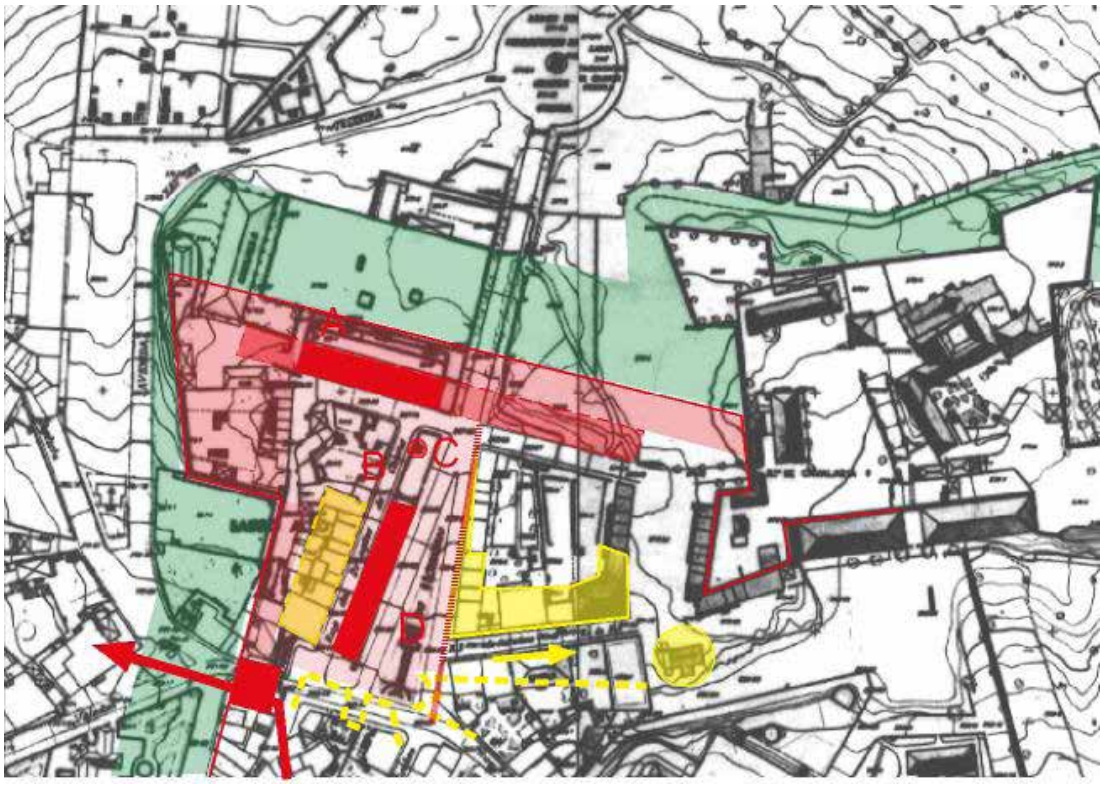
O espaço urbano do Bairro Alto encontra-se actualmente (planta de 2006) fortemente afectado pelo processo de desaparecimento do complexo militar que se tinha estruturado naquele bairro intra-muros ancorado nos Quartéis de Cavalaria. Na Planta de Chaves de 1946 ainda se identificavam e individualizavam aqueles dois quartéis (A e B), o picadeiro coberto (C), os dois picadeiros descobertos (D e E) bem como troços de muralha mais extensos do que os actuais, nomeadamente o troço a que adossava o Quartel do Trem com muro de escarpa interior e terrapleno.



Planta de 2006

Planta de 1946

Na sua génese, o espaço urbano do Bairro Alto surge como uma urbanização *ex novo* em consequência da inclusão de um "espaço vazio" no interior da área delimitada pela nova cintura de muralhas abaluartadas e a sua subsequente ocupação pelo complexo de aquartelamentos e demais dependências do *Regimento de Cavalaria* e do *Trem de Artilharia de Chaves*.



Os elementos definidores da ordem urbana (vermelho) serão aqui as duas Cortinas das muralhas, o Meio Baluarte posicionado no ângulo formado por aquelas, os aterros ou *terraplenos* do caminho da ronda, a Porta do Anjo, o Quartel do Trem (A), o Quartel do Bairro Alto (B), a Cisterna ou Poço (C) e do espaço terraplanado do Terreiro de Cavalaria (D), sobre o qual haviam sido erguidos aqueles aquartelamentos, limitado a Este pelo início da encosta que subia ao Forte de S. Francisco.

No preenchimento urbano subsequente identificam-se duas tendências (amarelo):

1) Uma urbanização exterior ao espaço do Terreiro, sobre a encosta, e na origem orientada pelo eixo que, a Sul, subia do Terreiro de Cavalaria e da Porta do Anjo, em direcção à entrada do Forte de S. Francisco.
2) Uma urbanização sobre o próprio espaço do Terreiro entre a muralha e o corpo do Quartel de Cavalaria.

Como tivemos já ocasião de comentar por diversas vezes no texto *supra*, esta última área urbanizada poderá ter uma origem anterior, estruturado pelo que seria a continuação natural do percurso de saída/entrada da vila que a antiga Rua do Anjo servia antes da construção da cintura de muralhas abaluartadas que fariam concentrar todas as entradas/saídas da vila para este lado na nova *Porta do Anjo*.

Também no Bairro Alto, são os dois exemplares conhecidos da Planta espanhola de Chaves de 1762 que constituem a aproximação cartográfica pormenorizada mais antiga que nos permite aproximar por sua vez de uma leitura e reconstituição da evolução do espaço urbano.

Aquela planta vem acrescentar-se a planta de 1758 que acompanha as *Memorias Parochiaes*, a qual, mais uma vez, complementa a identificação do que se observa na planta de planimetria mais rigorosa datada de 1762.

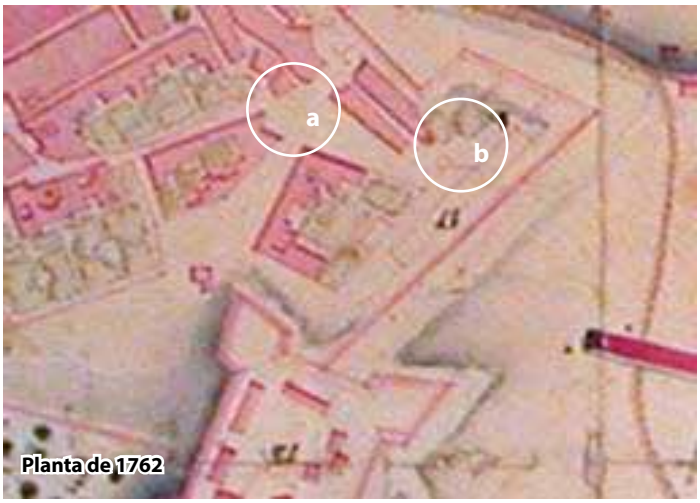
A época de abertura da Rua *do Quartel do Bairro Alto* (actualmente R. Dr. Júlio Martins e anteriormente R. 5 de Outubro) é denunciada pelo estilo sóbrio dos edifícios mais antigos que guarnecem ambos os gavetos com o Terreiro de Cavalaria, próprio de finais do século XVII ou inícios do XVIII. Desenhados como partes de um conjunto que deveria preencher o quarteirão, o da imagem da esquerda exibe maior alteração posterior, no recorte das cantarias dos vãos e no acrescento de mais um piso.

Subindo o declive acentuado da antiga *Rua do Quartel do Bairro Alto*, o edifício de gaveto no topo (na imagem do lado esquerdo) exibe estilo e desenho análogo, aparentemente integrado no mesmo plano.

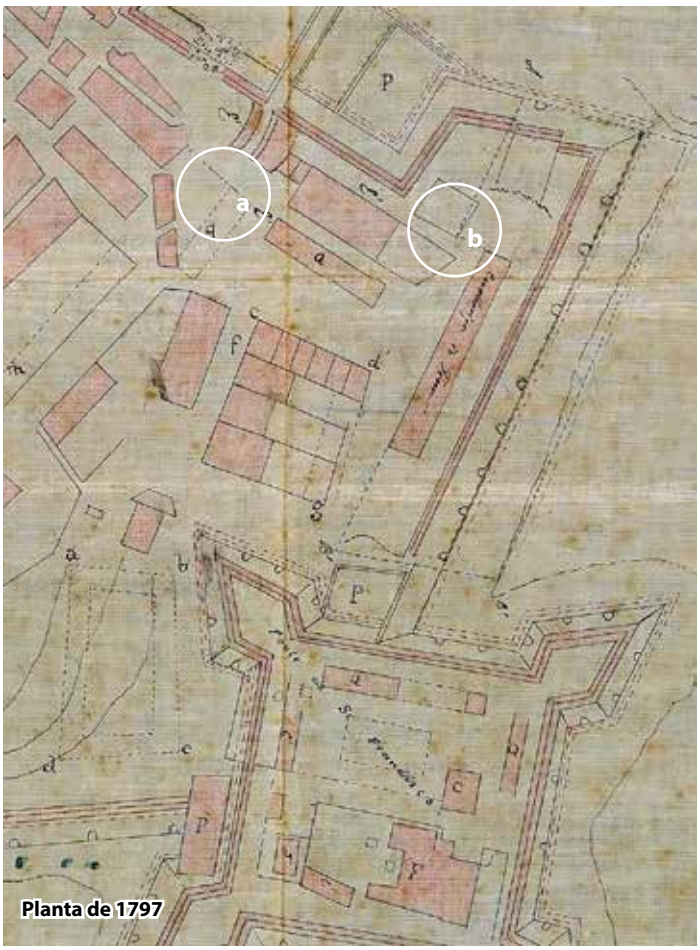
O confronto das plantas de Chaves datadas respectivamente de 1762 e de 1797, mostra uma alteração entre aquelas datas no alinhamento da rua a Sul que parece desenhar, na data mais antiga, uma abertura de ângulo que guardaria relação com a implantação da Capela de N. S. da Lapa, a qual cessaria numa rectificação posterior de traçados.

Na verdade, a construção da Capela de Nossa Senhora da Lapa não é mencionada nem por Tomé de Távora e Abreu nas *Notícias* de 1721 nem nas *Memórias Paroquiais* de 1758. O próprio estilo da fábrica da fachada principal aponta para um momento já na 2ª metade do século XVIII. Porém, há registo datado de 1675 de um documento de *Obrigação à fábrica da capela de Nossa Senhora da Lapa, a favor de Francisco Gonçalves de Oliveira, fabriqueiro desta capela, que a ela está obrigado* (doc. do ADB/UM, *Igrejário*, liv. 126, fl. 174 referido por CAPELA, BORRALHEIRO e MATOS 2006, 217). A própria fachada principal em estilo tardio, poderia resultar de uma obra de alteração da fábrica primitiva como aliás chama a atenção a respectiva ficha de inventário IPA: "As cornija das fachadas N. e S. revelam, entre os cunhais da fachada principal e a pilastra implantada no terço final dos seus paramentos, uma pequena diferença formal com a restante cornija que percorre estas fachadas, indiciando uma alteração da fachada anterior da capela, em momento indefinido." (Ficha IPA nº PT011703500056, 15 de Janeiro de 2008). A existência de uma capela anterior, eventualmente em ruína e abandonada aquando da redacção das *Memorias* de 1721 e de 1758, o que explicaria não ser mencionada, poderia articular-se com um importante antigo percurso da vila quinhentista e seiscentista (para o qual chamamos já várias vezes a atenção no texto *supra*), parcialmente anulado com a construção do forte de São Francisco, que ligaria o centro da vila intra-muros, através da Calçada da Trindade, com o Alto da Petisqueira, certamente um ponto forte da paisagem urbana da vila desde cedo, passando ao desaparecido *Campo* e *Capela de Santo António*, podendo ter dado origem a um primitivo *Calvário e Via-sacra*, como referido *supra*. A construção em 1625 do Convento de São Francisco reforçaria esta manipulação religiosa da ordem urbana que se insere no contexto da Contra Reforma Católica.

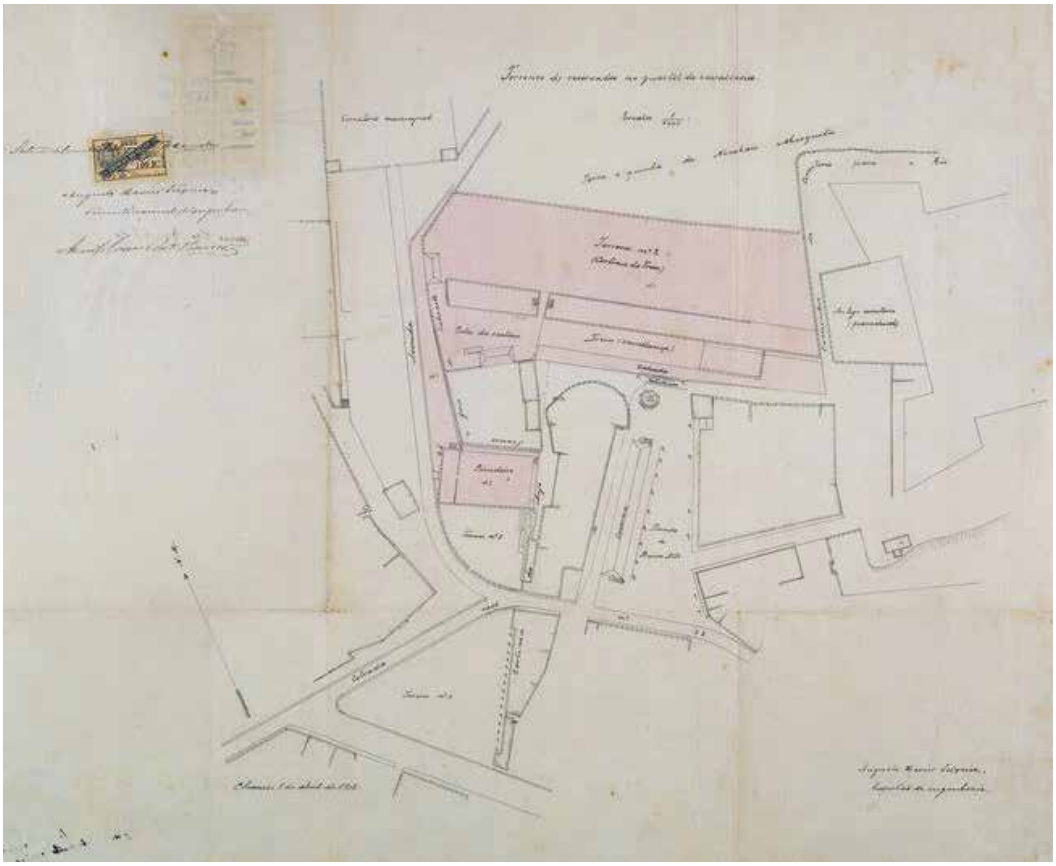
Na planta de 1797 são visíveis outros projectos de realinhamento de ruas e fachadas com a respectiva delimitação de novas áreas a urbanizarem desenhadas (a) no limite SO. do Terreiro de Cavalaria e (b) no prolongamento do quarteirão entre o Quartel de Cavalaria e a muralha a Oeste (para uma análise global ver págs. 156 e ss. rel pdf).

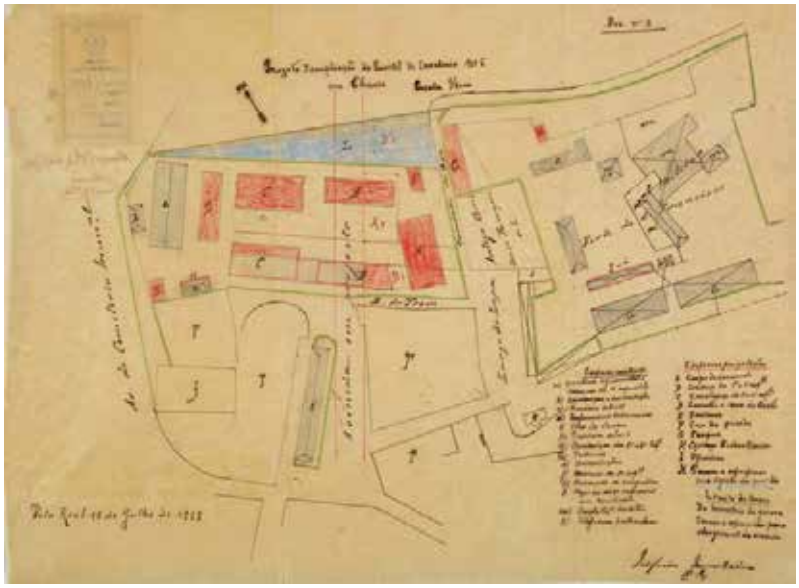


Planta de 1762



Planta de 1797

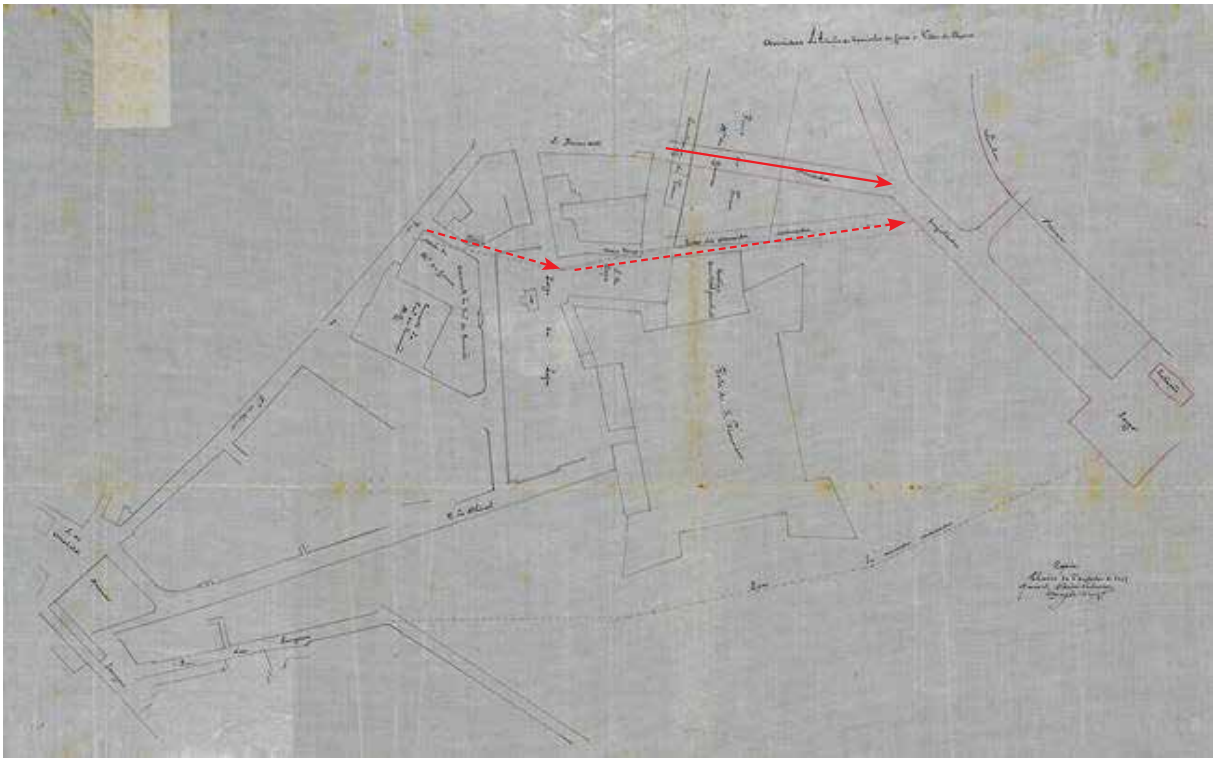


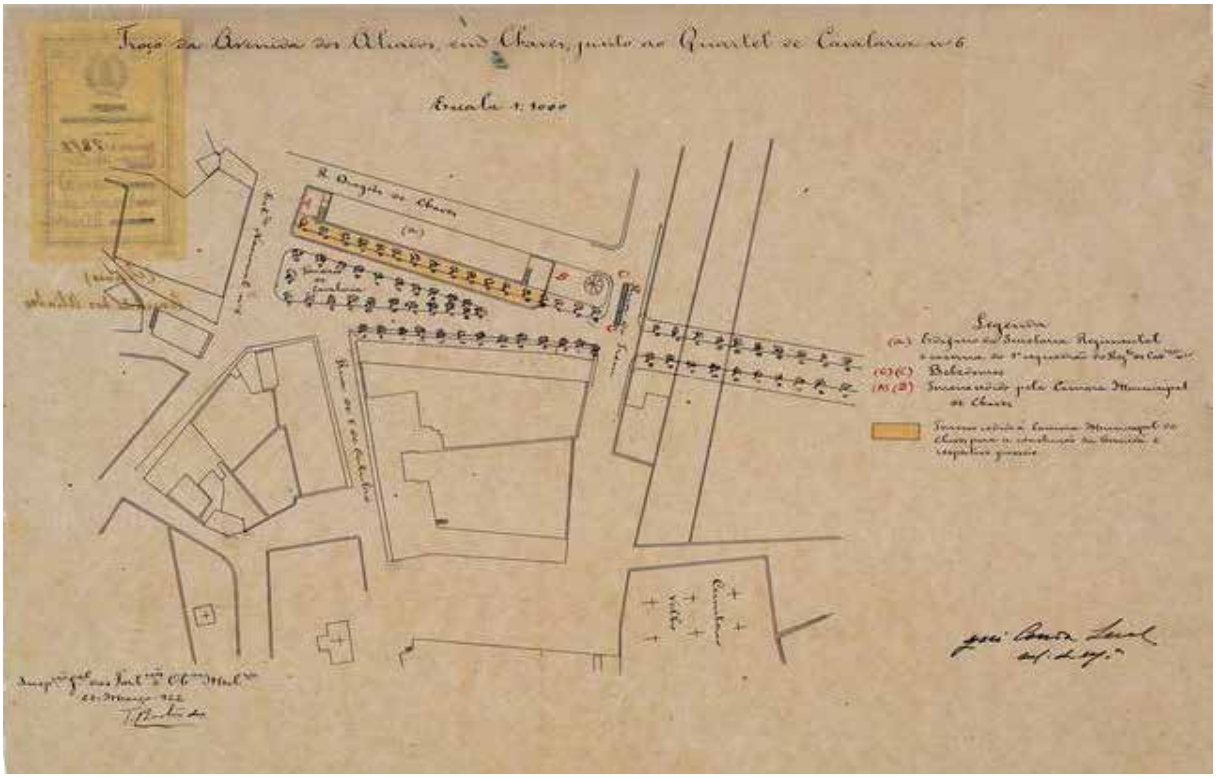


Ao fazer a reserva de terrenos no Bairro Alto nos autos de cedência das fortificações e fossos da Praça de Chaves de 1880 - 1902, o Ministério da Guerra tinha em ideia a construção de novas instalações militares entre o Quartel do Trem e o limite Norte dos fossos. O projecto demorou a aparecer mas a decisão de fazer construir ali uma avenida de ligação à estação de Caminho de Ferro tornaria inviável a sua concretização.

[Aquartelamentos reservados em Chaves à cavalaria no Bairro Alto e no Baluarte do Trem], 1902, AHM/G.E.A.M 9883-1-8-12

Projecto d'ampliação do Quartel de Cavalaria nº 6 em Chaves, 1919, AHM/G.E.A.M 9892-1-8-12





Ainda seria ensaiado um traçado alternativo que propunha subir à Lapa precisamente pela Rua da Lapa e depois dar-lhe continuidade pela actual Rua da Aliança (Avenidas da estação de caminho de ferro à villa de Chaves : Copia, 1917, AHM/G.E.A.M 9881-1-8-12). No entanto, o traçado porque se viria a executar na década de 1920 seria o actual da Avenida dos Aliados (Troço da avenida dos Aliados, em Chaves, junto ao Quartel de Cavalaria nº 6, 1922, AHM/G.E.A.M 9893-1-8-12.)

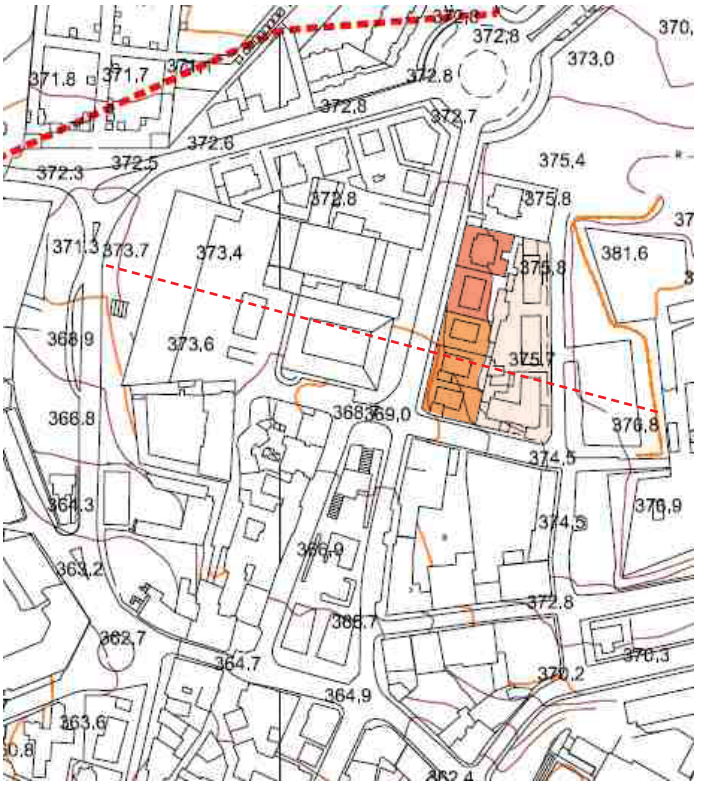
O edifício do Quartel de Cavalaria 6 que originalmente se abria completamente para o *Terreiro de Cavalaria* e o considerava como "coisa sua" (foto de cima), teve depois de o partilhar com o espaço público da rua, fechando-se no interior de um recinto diminuto delimitado por muros e grades (foto do meio). Com a abertura da Avenida dos Aliados, cederia até aquele recinto para sobre ele se alargar o espaço público e construírem os passeios (foto de baixo; ver também planta de 1922 da página anterior (fotos blog ChavesAntiga).

Os dois edifícios dos quartéis sobreviveriam ainda por várias décadas, o do Trem até 1965 e o de Cavalaria até 1985, quando também o que restava da cortina da muralha com o terrapleno e a escarpa interior mais as paredes de uma casa nunca concluída à entrada da Avenida dos Aliados, foram apeados.

Foto de 1985 com as obras de demolição em curso.

Actualmente, o único elemento sobrevivente são as guardas de cantaria do Poço dos Quartéis.

A Urbanização do Quarteirão do Bairro Aliança no Bairro Alto



Planta de 2006

Planta de 1946

A Avenida dos Aliados tardou a ser urbanizada. Ainda na planta de 1946 não se regista qualquer urbanização nova naquela artéria *extra-muros*. Na verdade, só já na década de 1950 seria ultrapassada definitivamente a linha da fortificação que constituía o limite Norte do Bairro Alto, iniciando finalmente a urbanização da Avenida dos Aliados que havia sido aberta entre 1920 e 1922 como elemento determinante do Plano de Melhoramentos implementado nessa época. A urbanização mostra-se completa na planta de 1959, tendo sido erguida naquele curto espaço de tempo (entre 1946 e 1959) pela Companhia Aliança donde tem origem a designação do quarteirão ou bairro. A observação do edificado identifica porém dois projectos distintos. O mais antigo, com frentes para a Lapa, ainda ao estilo da Casa Portuguesa, enquanto o que mostra frentes para a Avenida dos Aliados já segue um estilo de arquitectura modernista.

Leitura e Reconstituição da Evolução dos Espaços Extra-Muros

C - O Bairro de Santo António, o Olival e a Lapa

A génese do espaço urbano do *bairro* de Santo António, do Olival e da Lapa decorre da expansão da vila para fora dos muros da cerca medieval, descendo a encosta na direcção a NE., acomodando-se ao fundo da depressão e subindo de novo ao Alto da Pedisqueira, o local mais eminente na vizinhança da vila murada medieval.

Os primeiros elementos definidores da ordem urbana (vermelho) são também aqui duas cortinas das muralhas. A muralha medieval constitui um primeiro limite, sobre o qual se vão abrir passagens (as Ladeiras da *Trindade* (A) e a da *Brecha* (B*)*) cujos percursos encosta abaixo vão orientar uma primeira urbanização fora dos muros (amarelo). A muralha abaluartada que constituirá um novo limite àquela expansão, quebrando os respectivos percursos que, no caso da *Ladeira da Brecha*, continuaria naturalmente pelo caminho para Outeiro Seco, passando à Senhora da Azinheira, em direcção à fronteira. Já no caso da *Ladeira da Trindade*, o processo é mais complexo.

Como tivemos já ocasião de comentar por diversas vezes no texto *supra*, a Ladeira da Trindade relaciona-se com o acesso ao Alto da Pedisqueira. No contexto da Contra Reforma Católica, poderá ter constituído o eixo ascensional de uma primitiva Via-sacra e Calvário. Esse eixo estará na origem das desaparecidas Capelas de Santo António e primeira fundação da da Lapa (ver *supra*), como deu origem à da Trindade. A instalação dos frades franciscanos no convento do Alto da Pedisqueira em 1625 reforçaria ainda os significados religiosos deste eixo. Porém, a construção do Forte de São Francisco constituiria aqui o limite ou corte com o percurso tradicional dando origem à implantação de um novo convento, agora de freiras, na zona baixa o qual, com a sua extensa cerca murada, reordenaria todo o espaço. Havia necessidade de rodear aquela cerca do convento das freiras e, esse movimento gerará o percurso que se chamaria depois Rua de Santo António, prolongando-o em direcção ao Terreiro do Bairro Alto ou procurando passagem para o Arrabalde das Couraças através da Porta da Vedoria.

Ladeira da Trindade **e torre do cunhal do Liceu onde estava o** *Mirante* **das freiras.**

Cronologia da fundação do Convento das Freiras

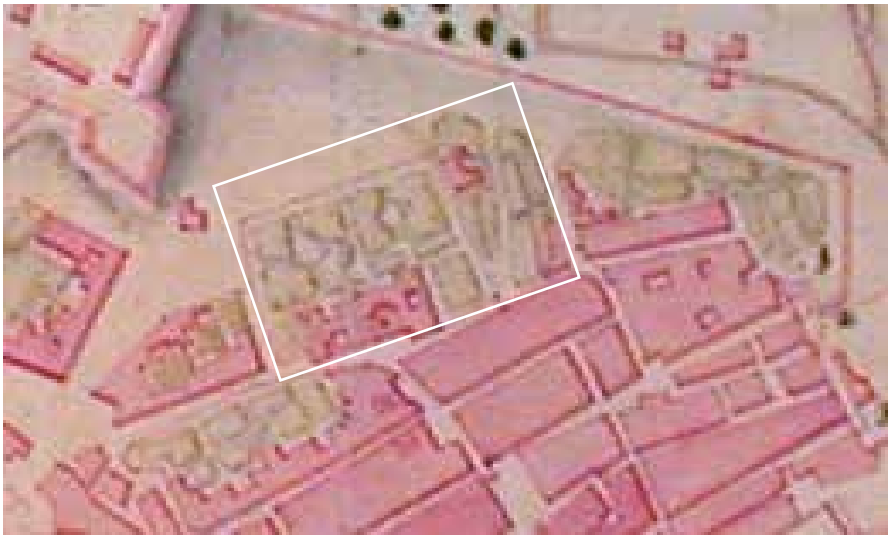
1682 – Instalam-se na vila de Chaves as religiosas da Venerável Ordem Terceira ou da Penitência, fundada pelo Monsenhor Frei Vitoriano do Porto, antigo Bispo de Cabo Verde e então assistente nesta vila.

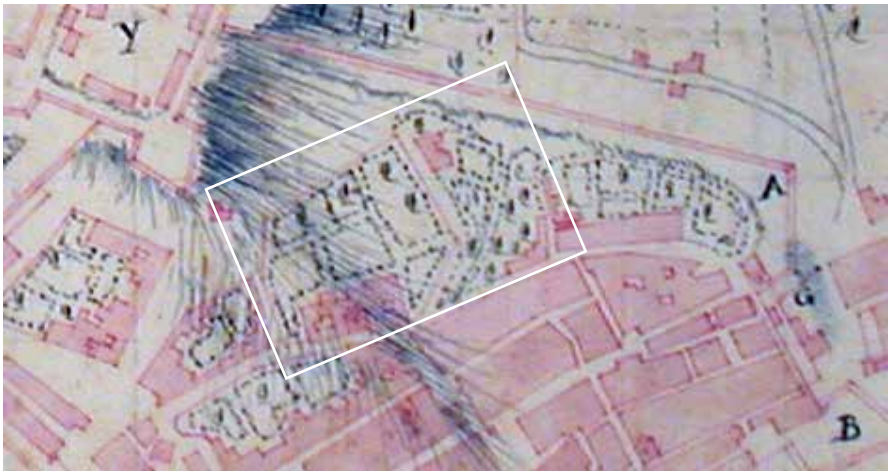
1684, 1 de Janeiro – lançou-se a primeira pedra.

1691, Outubro – Foi fundadora e primeira regente do Recolhimento a religiosa Francisca da Cruz, vinda de Torre de Moncorvo.

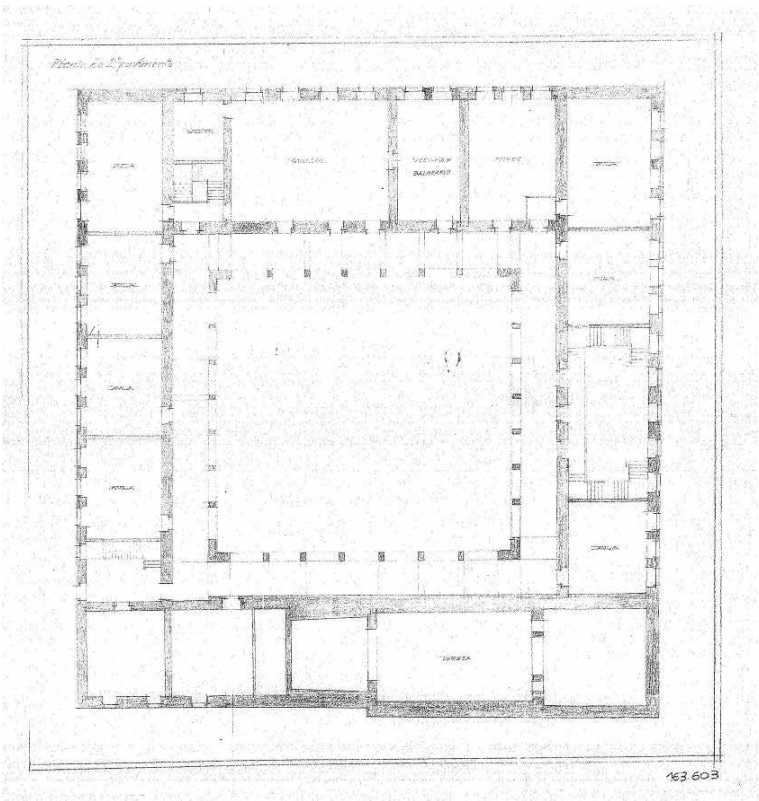
1715 – Obteve-se do Arcebispo Primaz D. Rodrigo de Moura Teles a licença e Breve Pontifícia continuando-se a obra do convento.

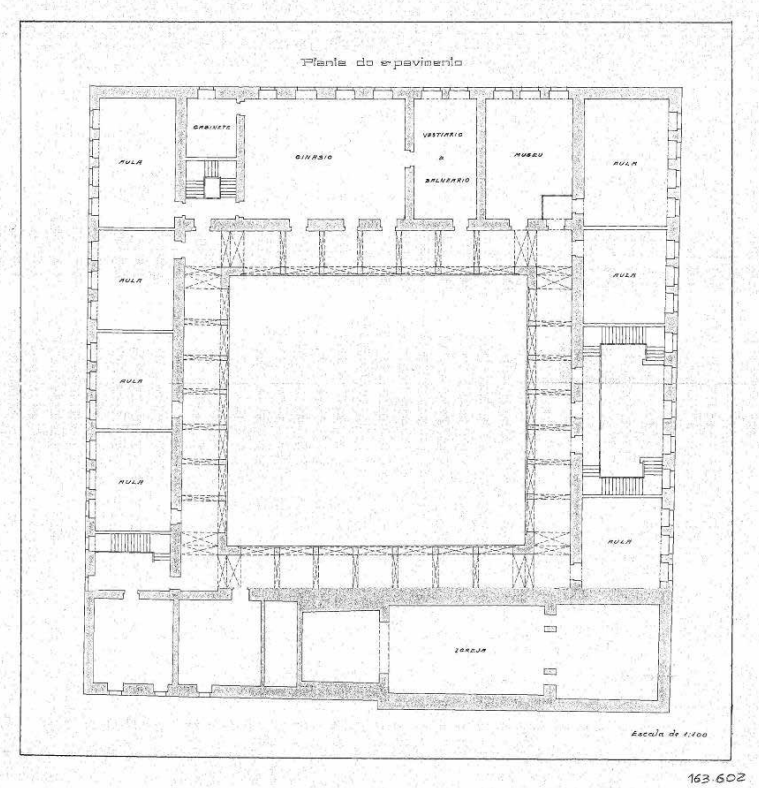
1716, 15 de Fevereiro – Festejos e fecho da clausura (Pedro Fontoura Carneiro, *Memórias de Chaves*).





17 – CHAVES – Claustro do Liceu Fernão de Magalhães

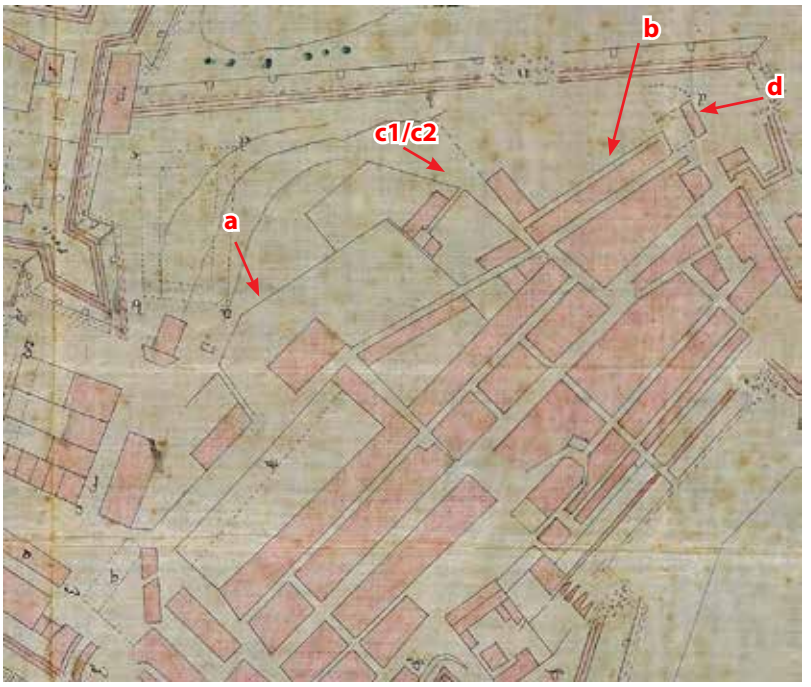




São escassos os elementos que permitem reconstituir a configuração do primitivo edifício do Convento das Freiras. Entre estes contam-se o alçado que a planta anexa às *Memorias Parochiaes* de 1758 exibe, os pormenores cartografados na planta espanhola de 1762, na qual se identificam vários corpos bem como o muro da respectiva cerca, duas fotografias de finais do século XIX e 1ª metade do século XX que mostram o edifício antes da obra de adaptação a Liceu da década de 1940, bem como duas plantas do pré-existente a essa obra que se guardam nos arquivos da DGEMN. O confronto entre estes vários elementos coloca alguns problemas ou incongruências que necessitam de esclarecimento.

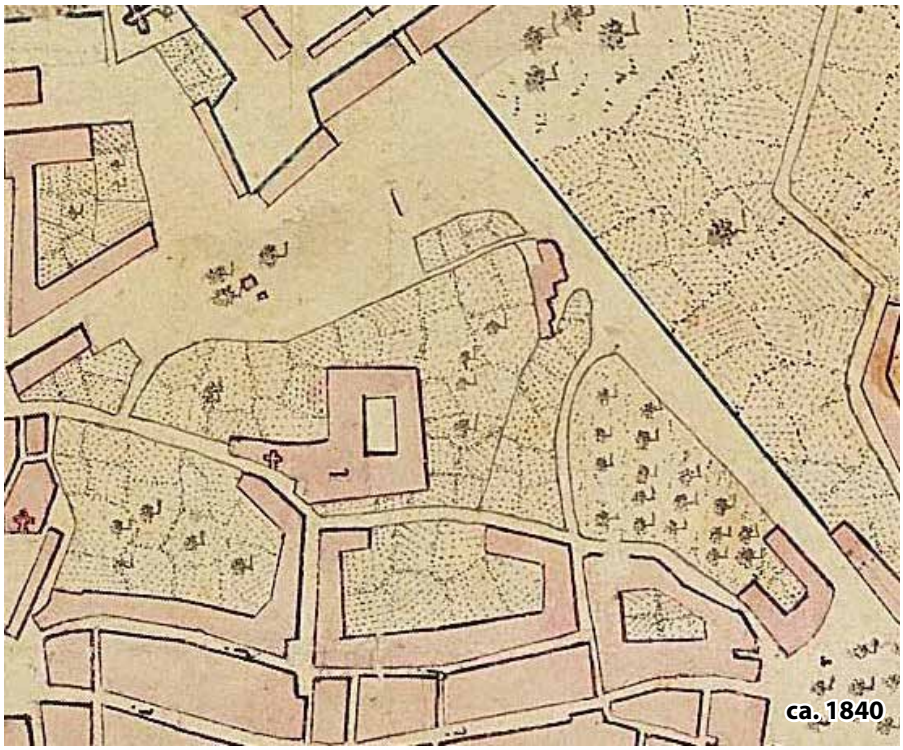
É possível que, dadas as características de implantação e planta, o bloco rectangular que ainda hoje se observa à entrada da Rua de Santo António possa ter sido na origem um quartel, como sugerem Manuel TEIXEIRA e Margarida VALLA (1999, 165-166). Devido às diferentes transformações que as várias parcelas que o constituem sofreram ao longo do tempo, a unidade do conjunto não é imediatamente perceptível. Na parcela de gaveto, bem como no alçado posterior (Rua do Loureiro) observa-se mais facilmente a unidade original do piso térreo e do primeiro andar, que se sobrepõem a um piso semi-enterrado, apenas com frente para a Rua do Loureiro, todos estes erguidos com recurso a largas cantarias de granito, no que se distinguem do 2º andar construído com fasquio de madeira preenchido com tijolo, pedra miúda e argamassa. Repare-se também que nem todas as parcelas foram alteadas com um 2º andar e a tipologia do alçado destes é muito irregular, no que contrasta com a regularidade do desenho de alçado do 1º andar.

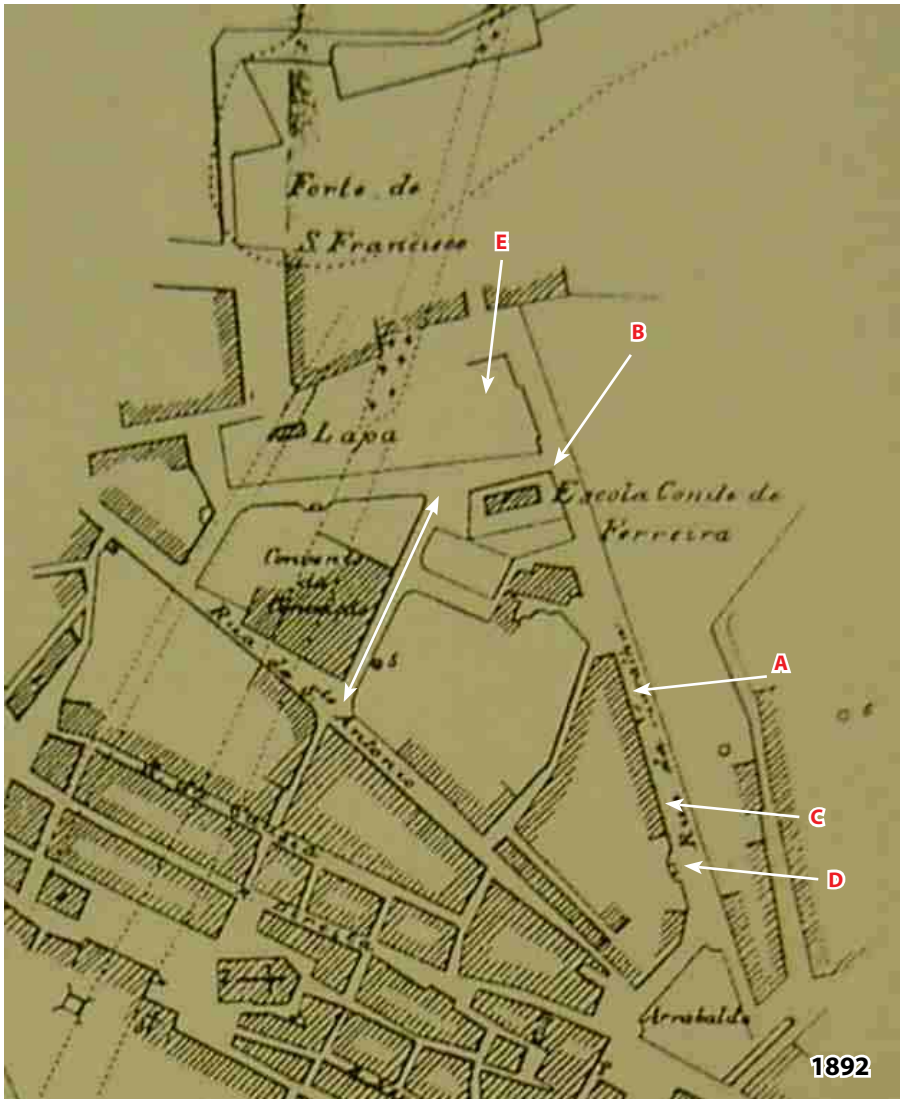
A actual Travessa Cândido dos Reis foi a natural continuação da Ladeira da Brecha conservando na frente S. alguns bons exemplares do edificado característico dos séculos XIX e 1ª metade do XX, assunto a que voltaremos *infra*.



No levantamento de Chaves de finais do século XVIII/inícios do século XIX, observam-se elementos já registados na planta de 1762 como o Convento das Freiras com a sua cerca (a), o conjunto edificado entre a Rua de Santo António e a Rua do Loureiro (b) bem como os inícios de urbanização no troço Oeste da actual Travessa Cândido dos Reis e no Olival, junto ao ângulo do muro da cerca do convento (c1/c2). A novidade está nos edifícios que surgem agora junto à entrada da Rua de Santo António, com frentes para o meio baluarte ainda antes de este ser demolido e aberto um largo sobre o terrapleno resultante (d).

O edifício de gaveto é seguramente o mais antigo daquela frente de rua e um interessante exemplar de arquitectura de três pisos da 1ª metade do século XIX. Os edifícios que se lhe adossam já na Rua de Santo António, seguem um diferente alinhamento das fachadas que será o resultado dos trabalhos realizados nesta rua *estrada* nas últimas décadas do século XIX. A tipologia da fachada, com o piso térreo revestido a cantarias salientes, é típico da arquitectura desta época que também enformou os prédios que se observam na outra frente de rua.



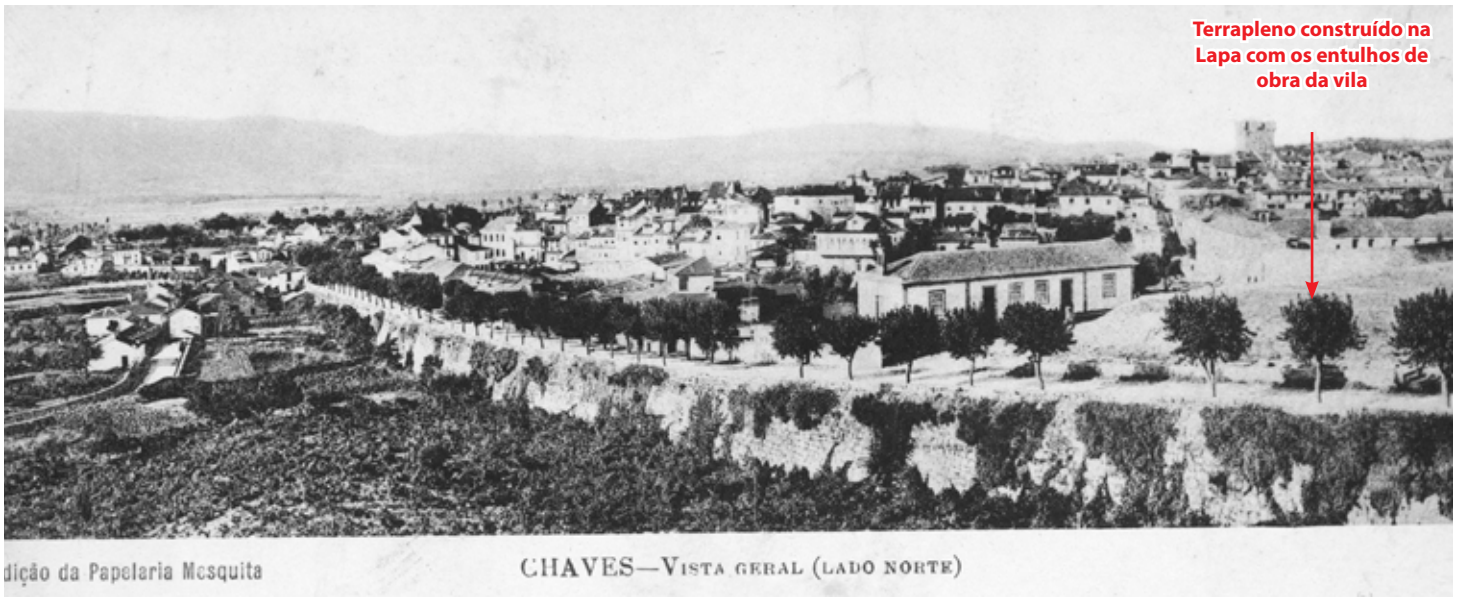


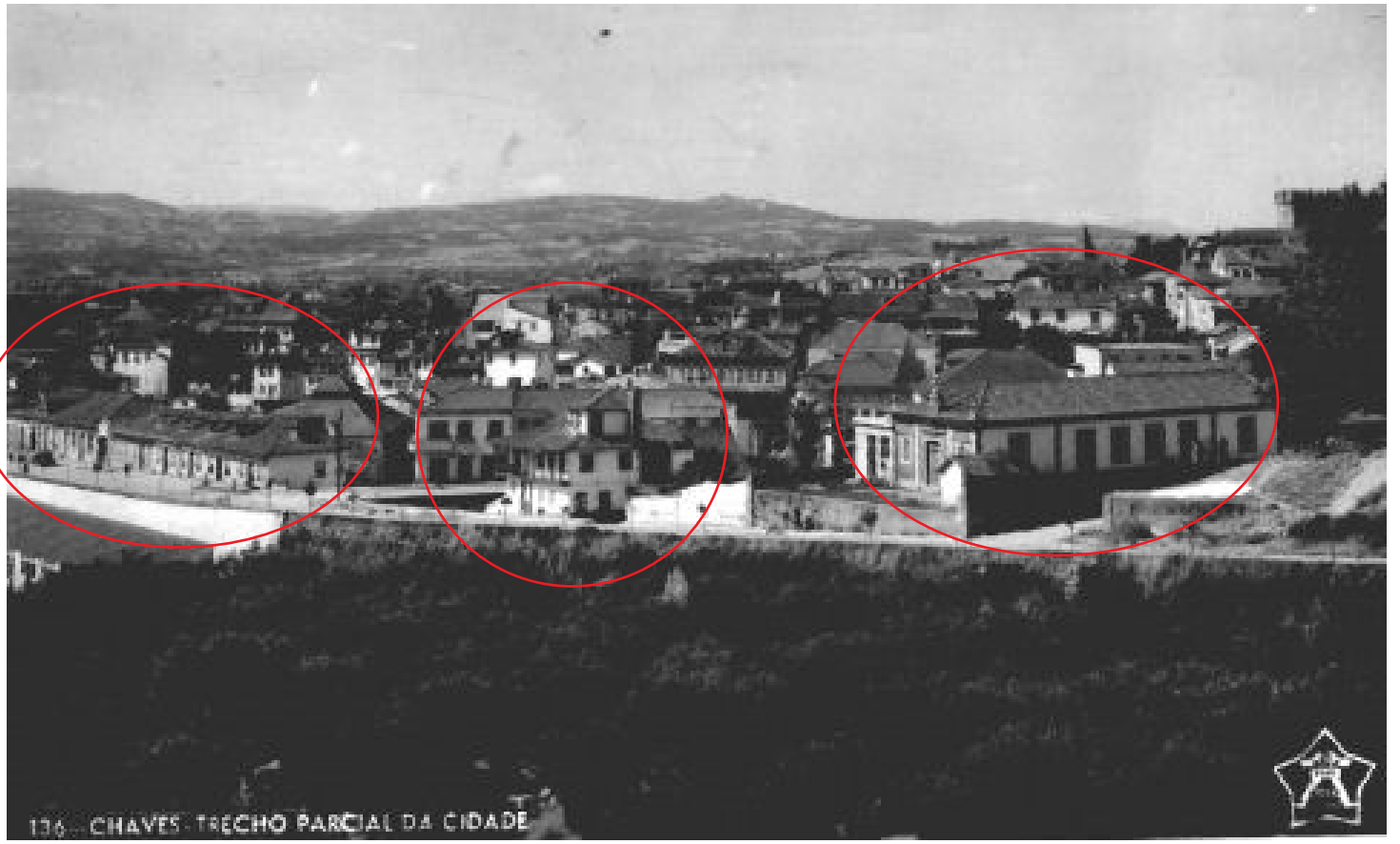
O confronto entre as duas plantas (ca. 1840 e 1892) mostra a evolução ao longo da 2ª metade do século XIX. Cerca de 1840, a diferença não é sensível em relação às plantas do início do século. Mas em 1892, o *Olival* começava a urbanizar-se com a abertura da *Rua Nova (*depois *Rua do Olival*), a implantação de um fontanário ao início da rua (D), a construção de casas de habitação (C), a construção do corpo da *abegoaria* municipal (A), a construção da Escola Conde Ferreira (B) e o arranjo do Largo da Lapa (E). Ao mesmo tempo abria-se uma outra rua nova, orientada pela fachada do Convento das Freiras, que ligaria a Rua de Santo António à Lapa rasgando a cerca do convento e constituindo o embriãp do que resultaria a Praça General Silveira.

No Largo da Lapa existia desde 1828 a Casa da Roda ou dos Expostos, adossada a um dos baluartes do forte de São Francisco. Lia-se numa inscrição sobre, a qual se conserva em exposição no Museu da Região Flaviense: REAL CAZA DOS EXPOSTOS D'CHAVES / FEITA NO ANNO D'1828 SENDO JUIS / DE FORA A.C.S. GIÃO.

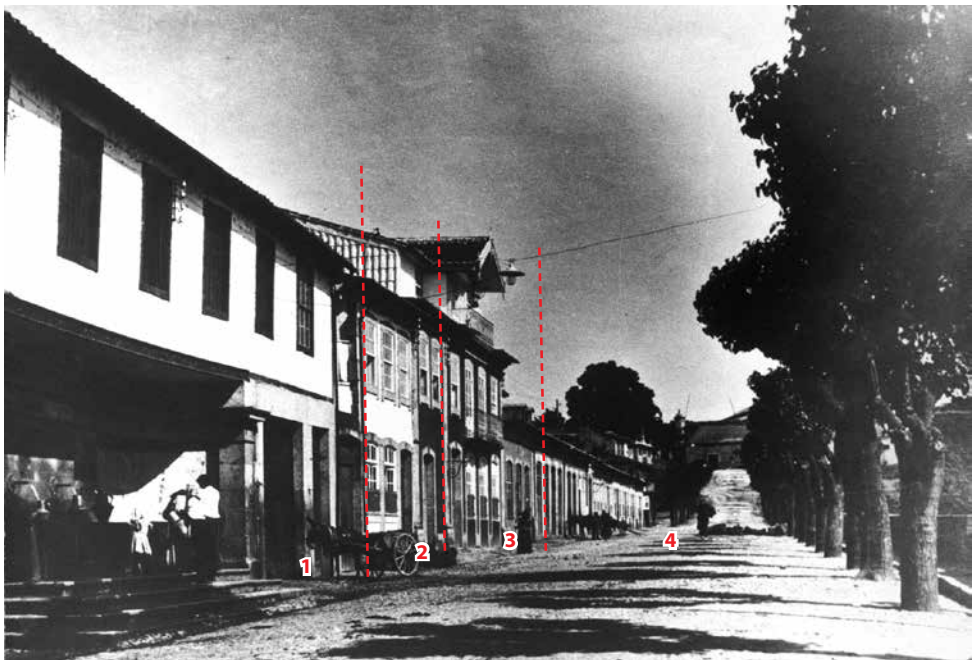
A Casa da Roda dos Expostos, já extinta, seria arrematada na sessão de Câmara de 17 de Outubro de 1907 por 320$700 réis (AIRES 1994) acabando demolida nos trabalhos de reabilitação do forte realizados pela DGEMN na década de 1960.

Fotos DGEMN1961





Vistas do muro do Olival com a Rua Nova e nela a Escola Conde de Ferreira, o núcleo de casas originais do Olival, junto do ângulo do muro da cerca do convento das freiras, e o correr de casas da *Abegoaria* municipal.

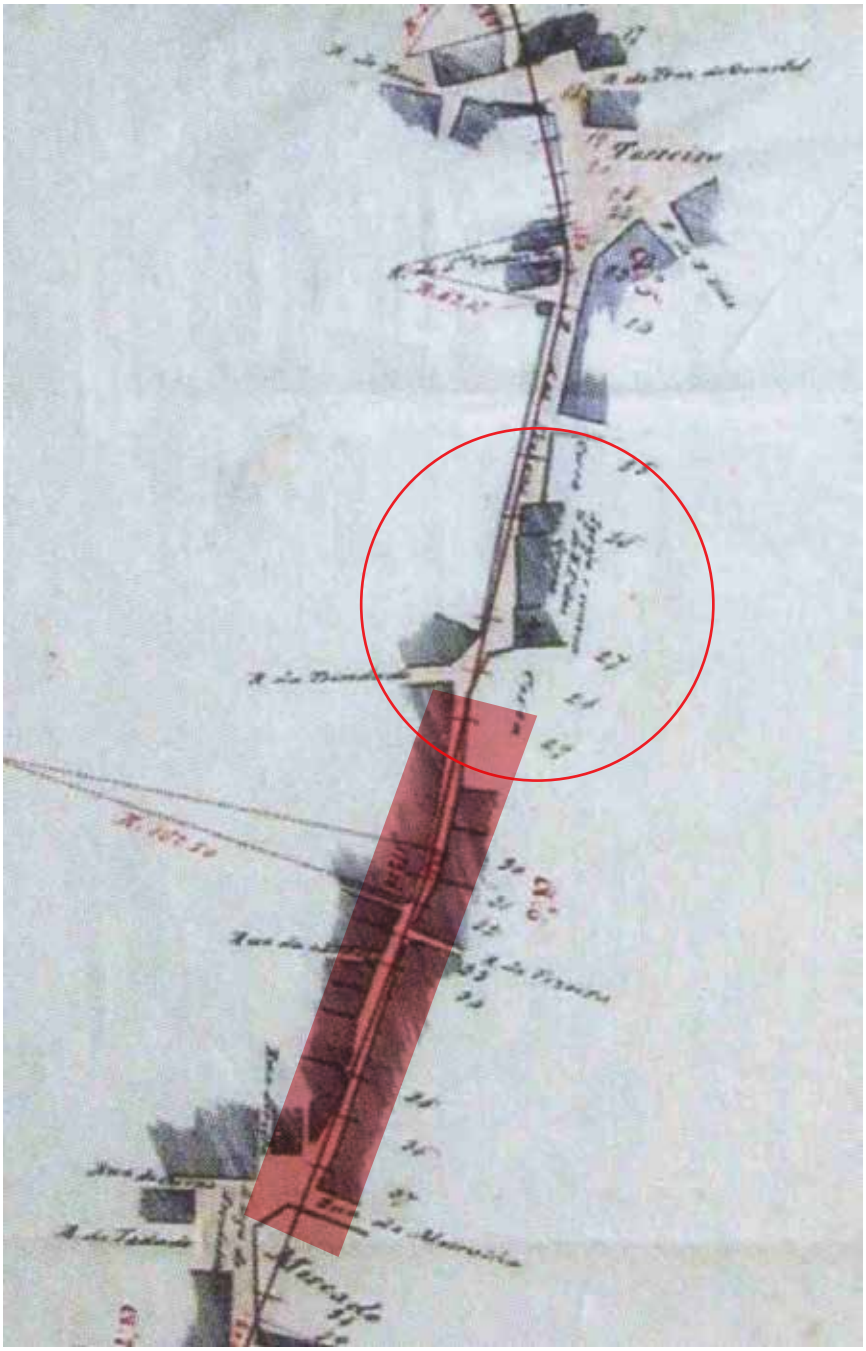


A *Rua Nova do Olival* nos inícios do século XIX com o fontanário à entrada da rua, sobre o qual se ergueu uma casa (1), dois edifícios, de que apenas se preserva actualmente o que foi a habitação do Maestro Pinto Ribeiro entre 1885 e 1912 (2 e 3), e o correr de portais da *abegoaria* municipal (4).

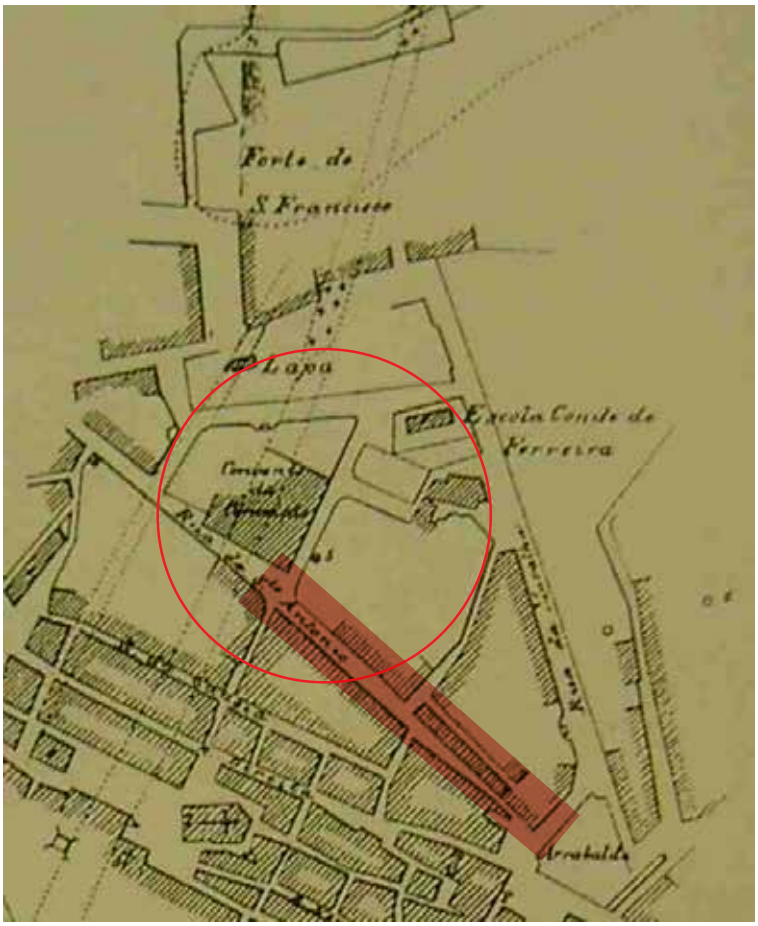
A mesma perspectiva em 2007. Como se observa, preserva-se boa parte daqueles edifícios ainda que alterados. As instalações da antiga *abegoaria* municipal, quer dizer o local onde se guardavam as cavalgaduras, cujas obras em curso se registam na sessão de Câmara de 27 de Janeiro de 1886 sob a direcção do engenheiro militar Augusto Xavier Teixeira (AIRES 1994, 63) foram ampliadas no ano seguinte com o aluguer de uma casa propriedade de Agapito José de Carvalho. Este edifício vê-se ainda na construção térrea rasgadas por numerosos portais que flanqueiam um portal maior axial encimado por letreiro com data de 1874, ainda que dividido em várias parcelas. À direita daquele portal axial, o edifício original térreo foi sucessivamente alteado mas, à esquerda do mesmo portal, conserva quase todo ainda térreo.

TRIBO

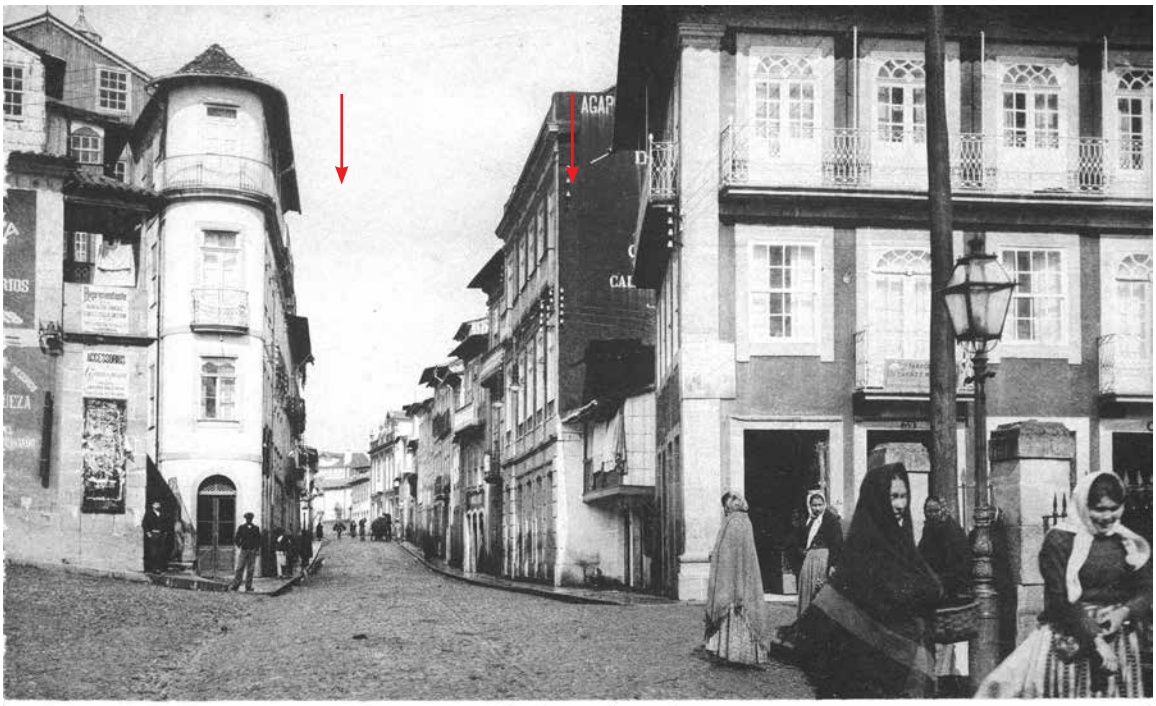
TRIBO
SALDOS
Teixeira Lampa



As três plantas datadas de 1887, 1892 e ca. 1921 mostram, sucessivamente, a génese do processo de abertura da rua *estrada* de Santo António, o que obrigou a proceder ao re-alinhamento de quase todas as fachadas a jusante do Convento das Freiras com excepção do bloco de edifícios anteriormente assinalado como podendo ter tido origem num aquartelamento militar, o qual exibia as fachadas já suficientemente alinhadas. As restantes construções, pela facilidade com que se procedeu àquelas correcções de traçado não deveriam constituir edifícios de grande valia. Na planta de 1892, já a rua *estrada* de Santo António mostra uma mais acentuada regularidade de traçado com largura quase uniformizada. A abertura de um



arruamento paralelo à fachada SE. do edifício do convento, cujo processo foi iniciado em 1888, esboça a ideia de obviar ao carácter de periferia que a *Rua nova do Olival* continuava a manter, nas costas do Convento e da Cerca das Freiras, sem se enunciar ainda porém qualquer configuração de uma praça no terreno adjacente que fazia parte da cerca convento. Na planta de c. 1921 é já manifesta a vontade de criar uma praça naquele local que se chamará inicialmente *Praça do Comércio* e depois General Silveira, designação que chegaria à actualidade. Verifica-se no entanto ainda a total ausência de construções na envolvente daquele espaço.



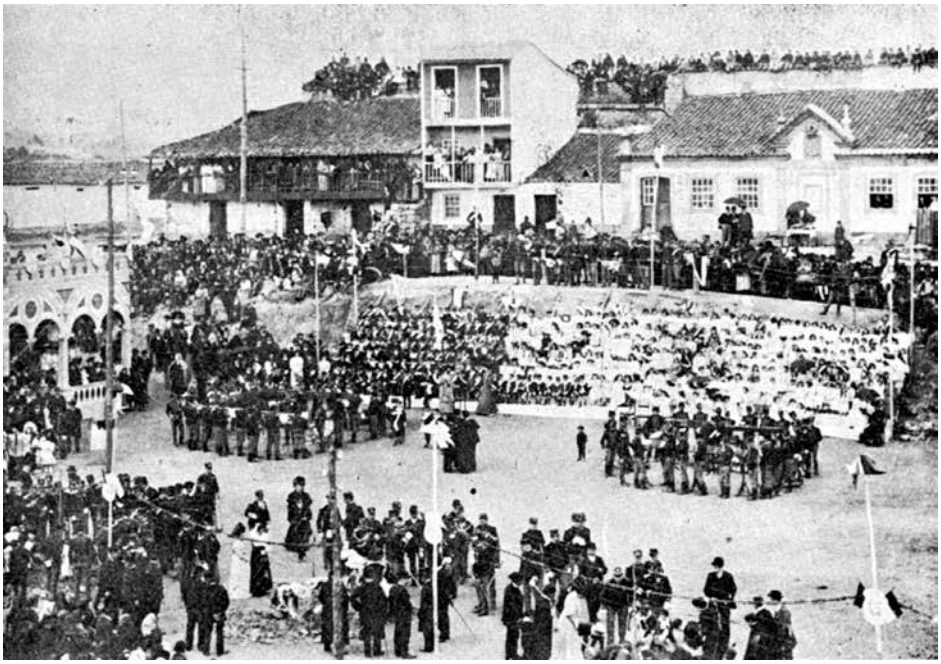
Edição da Papelaria Mesquita CHAVES—Rua de Santo Antonio 5

8 - Chaves - Um aspecto do Mercado

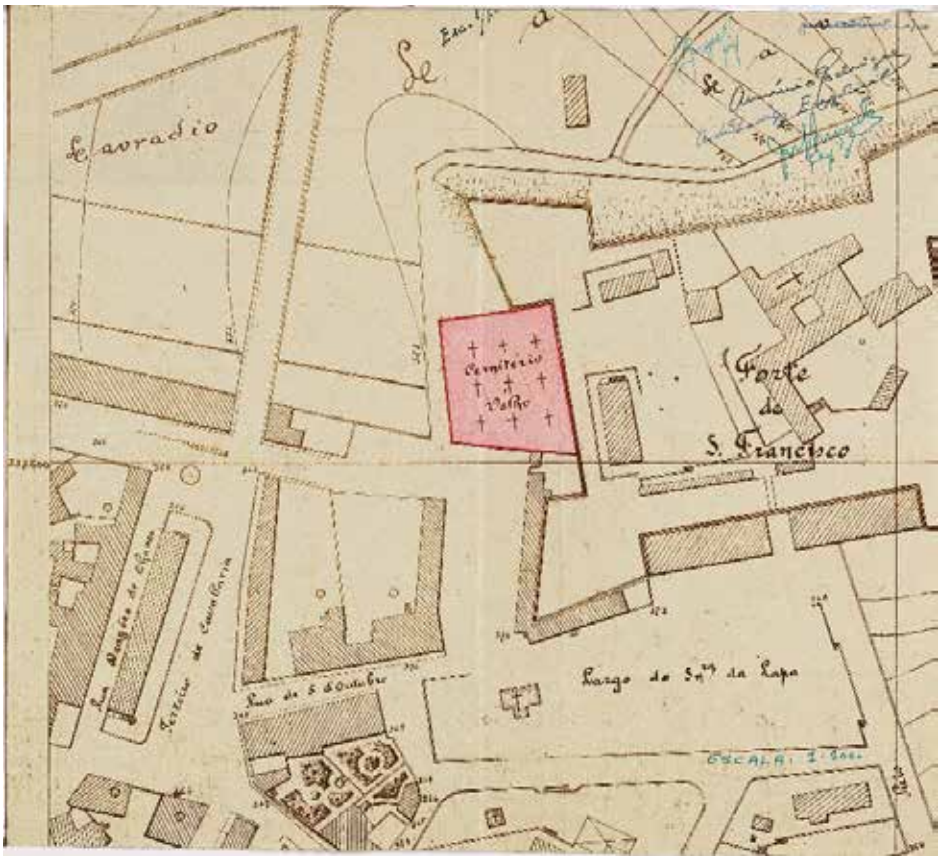
Troço inicial da Rua *Estrada* de Santo António junto do Arrabalde na passagem do século XIX para o XX observando-se os prédios que resultaram do re-alinhamento de fachadas então realizado.

Troço inicial da Rua *Estrada* de Santo António junto do Arrabalde. Os alçados da frente de rua a SO. exibem ainda hoje tipologias típicas da construção urbana na passagem do século XIX para o XX.

Troço inicial da Rua *Estrada* de Santo António junto do Arrabalde. Os alçados da frente de rua oposta, orientada a NE., entre o prédio de gaveto e o bloco construído a que já nos referimos com traseiras para a Rua do Loureiro, exibem também ainda hoje idênticas tipologias típicas da construção urbana na passagem do século XIX para o XX. Desse lado da rua, mas a montante, já nas imediações do que constituía a cerca do convento das freiras, preserva-se um palacete da mesma cronologia



Largo de N. Sra. da Lapa em 1909 durante as comemorações das Invasões Francesas (Foto blog ChavesAntiga)

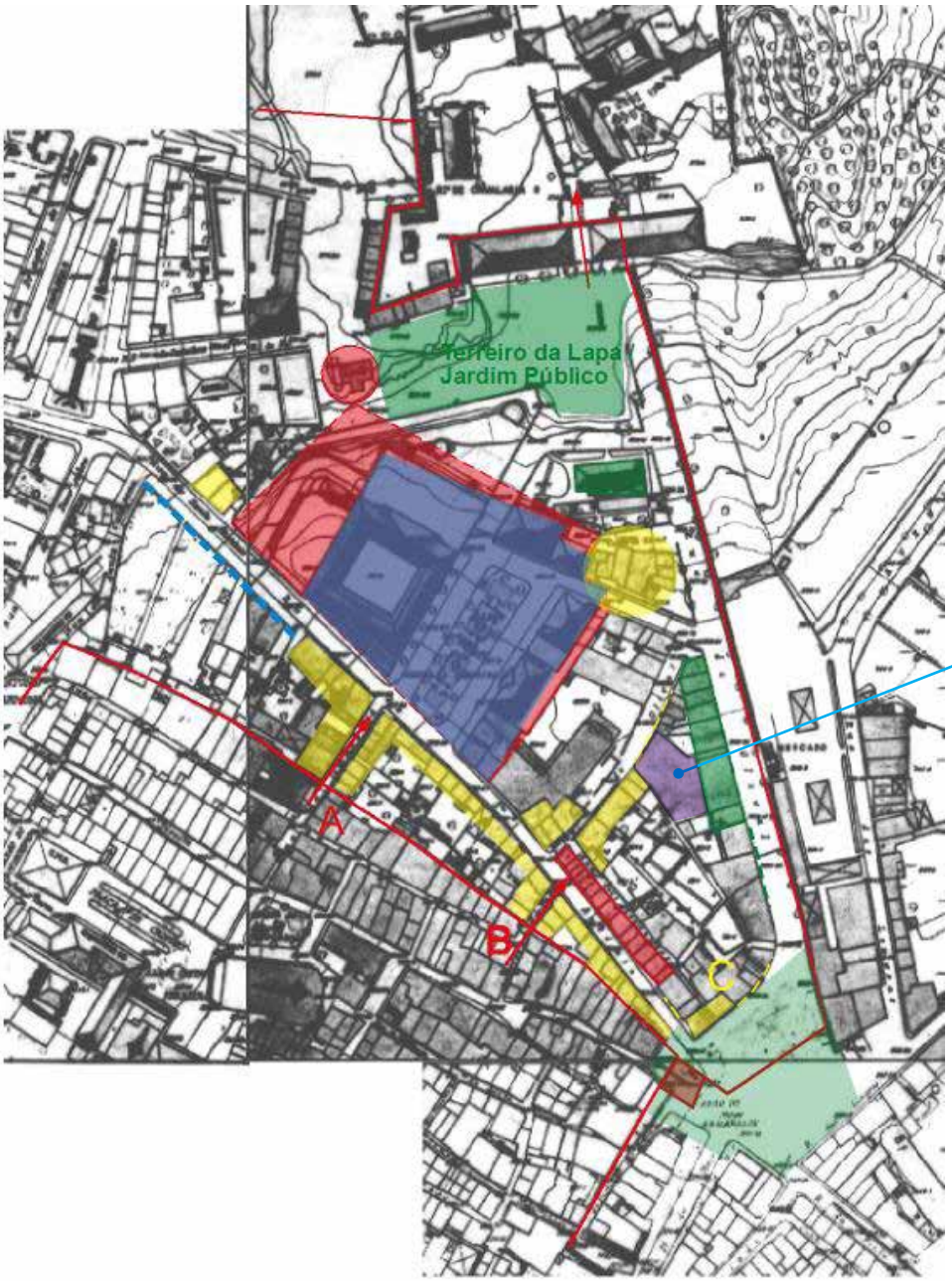


Largo de N. Sra. da Lapa em planta de finais do século XIX (AHM/GEAEM 7743-1-4A-8)

Largo de N. Sra. da Lapa durante a primeira metade do século XX (Foto blog ChavesAntiga)

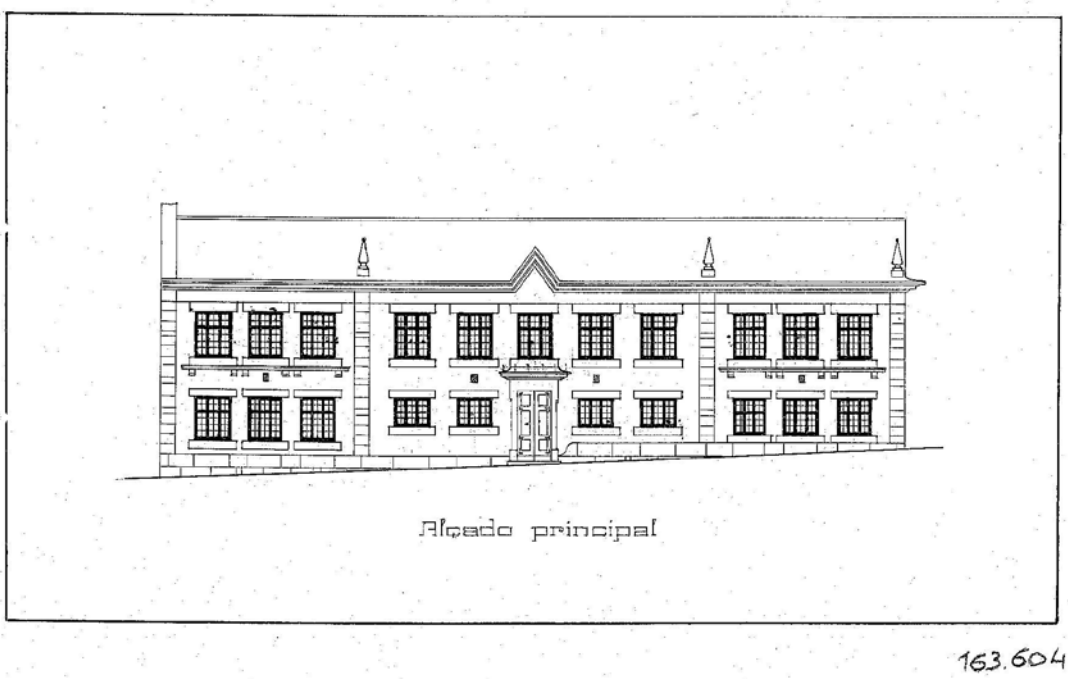
Largo de N. Sra. da Lapa em 1959 (Foto DGEMN)

Não se tendo concluído a obra de finais da década de 1880 que visava construir uma Alameda e Passeio Público na Lapa, aquele extenso espaço manter-se-ia até praticamente à década de 1970 em estado de abandono e degradação.



Após o final da Primeira Guerra Mundial esboça-se um novo modelo para a ordenação urbana de Chaves. Impunha-se a criação de um novo lugar central, melhor localizado em relação ao centro de gravidade da urbe, deslocado definitivamente para NE., onde estava a Estação do Caminho-de-ferro, o que faria projectar em terrenos da antiga Cerca do Convento das Freiras uma outra praça. Seria a Câmara presidida por Augusto César Ribeiro de Carvalho (1919, 2 de Setembro – início de 1923) a realizar a urbanização do Terreiro das Freiras (actual Largo General Silveira) constituindo uma das suas primeiras medidas, aprovada na sessão de Câmara de 17 de Dezembro de 1919, dar ao largo fronteiro à Igreja das Freiras o nome de "Praça do Comércio".

O projecto de construir aqui uma nova "praça-mercado" não vingaria tornando-se antes a nova praça sede de novos serviços e novas centralidades que a evolução da sociedade transportava consigo. O Quartel da Associação Flaviense dos Bombeiros Voluntários, fundada em 1889 viria a instalar-se provisoriamente, ainda que por largos anos, na desocupada Escola Conde Ferreira até que na década de 1930 foi construído o edifício novo (que actualmente alberga a Biblioteca Municipal) no topo da Praça do Comércio, já então chamada Praça General Silveira como actualmente.



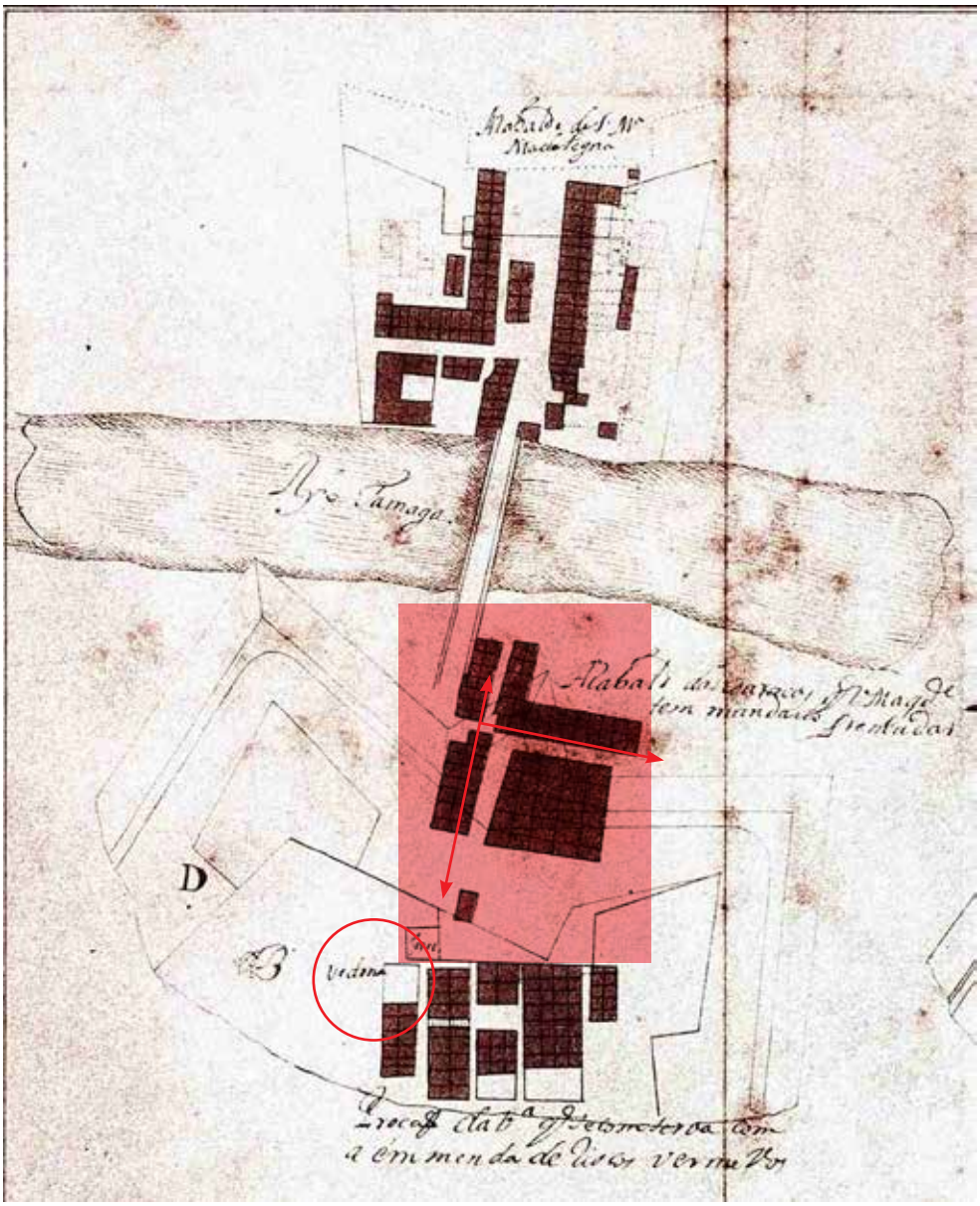
As duas décadas de 1930 e 1940 veriam a Praça do Comércio, depois Praça General Silveira, tomar a configuração actual com a construção do edifício do Quartel dos Bombeiros, ainda ao já tardio estilo *Deco* dos anos 1930, a construção dos edifícios dos Correios (inaugurado em Outubro de 1937), da Caixa Geral de Depósitos e a obra de Reabilitação do antigo convento convertido em Liceu Nacional (1943), todos ao estilo dominante da *Casa Portuguesa* transformado em arquitectura oficial do Estado Novo.

CORREIOS

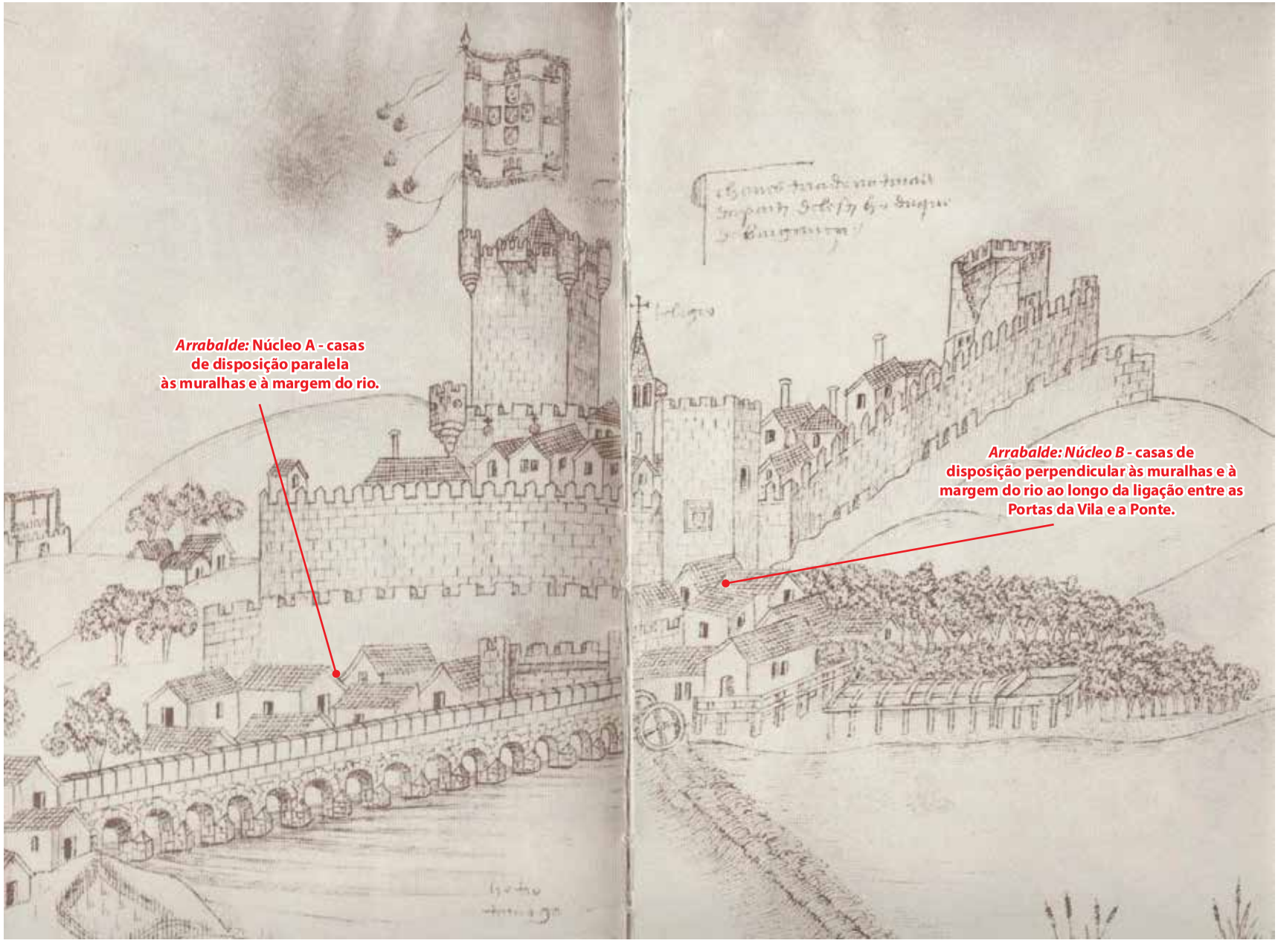
Um dos mais interessantes edifícios de Chaves, de cuidada arquitectura ao estilo *Art Déco* é o da actual Adega Faustino localizado na Travessa Cândido Reis. Foi antes a sede da a Empresa da electricidade e Moagem de Chaves Lda. de Nicolau Mesquita. Na sessão de Câmara de 14 de Julho de 1916, Nicolau Mesquita na qualidade de gerente daquela empresa, "*dizendo que a mesma Empresa possue um prédio na Travessa que da estrada Rua Antunes Guerreiro segue para a Rua Cândido Reis e desejando a actual fachada substituí-la por outra em harmonia com o alçado junto, vinha solicitar a concessão da respectiva licença para a demolição e reconstrução*."

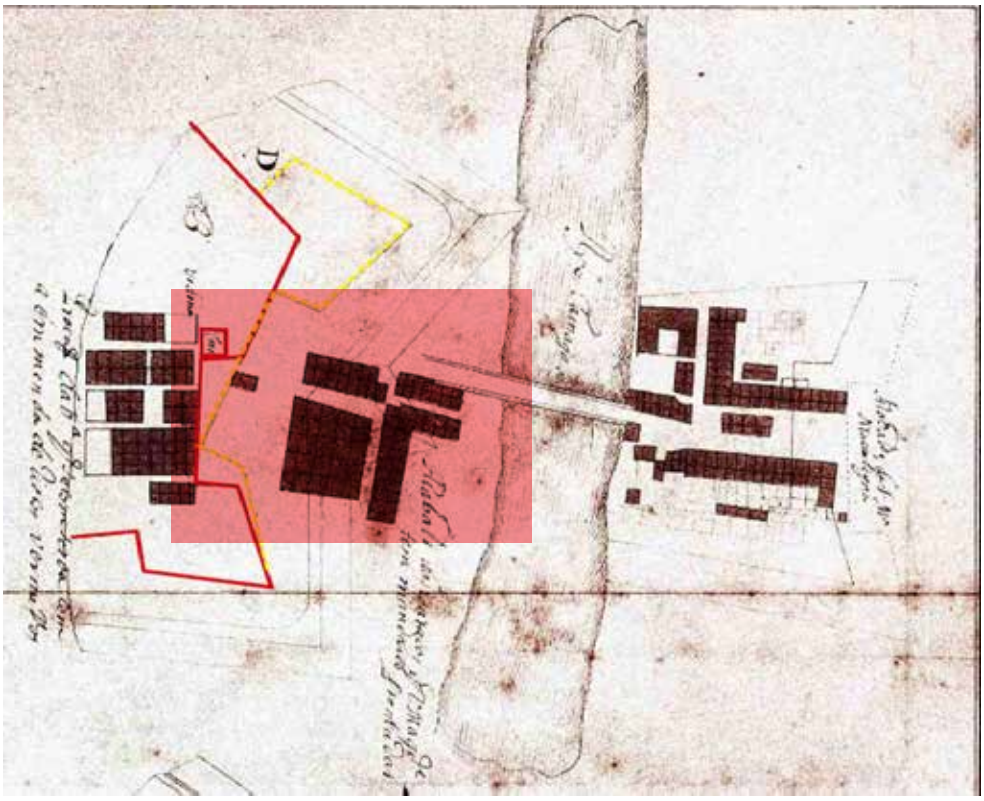
Leitura e Reconstituição da Evolução dos Espaços Extra-Muros

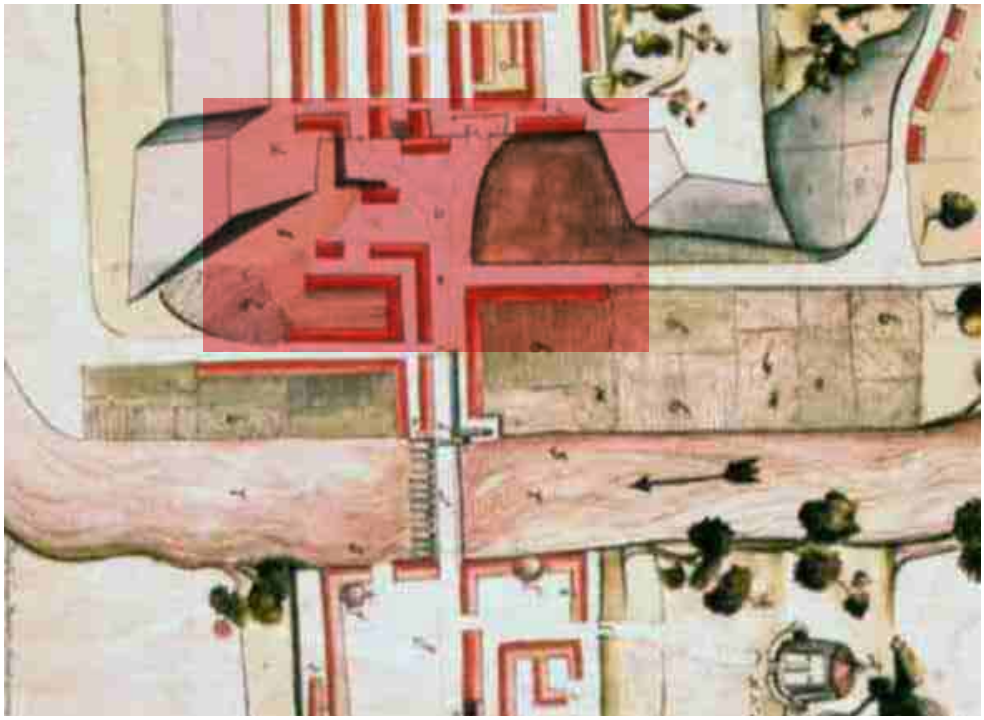
D - O Bairro do Arrabalde *das Couraças*

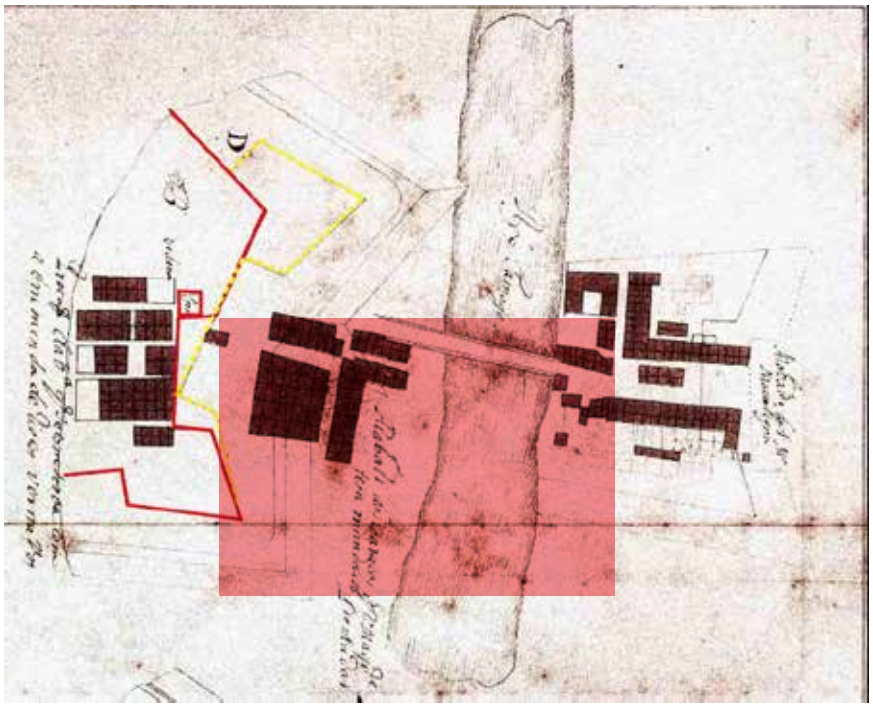


As representações mais antigas de que dispomos para estudar a génese urbana do Arrabalde *das Couraças* são uma das vistas do Duarte d'Armas (inícios do século XVI) e uma planta parcial das fortificações abaluartadas em construção, datada de 1701, no qual se representam, ainda que de uma forma esquemática, o tecido urbano dos dois arrabaldes da vila bem como uma parte da área intra-muros adjacente à Torre das Portas de Baixo. Junto desta porta, intra-muros implantava-se o edifício da *Vedoria* Militar, pelo que aquela passaria a ser conhecida como a Porta da Vedoria. Nos dois documentos são visíveis os movimentos ou circulação responsáveis pela génese urbana do Arrabalde: a ligação

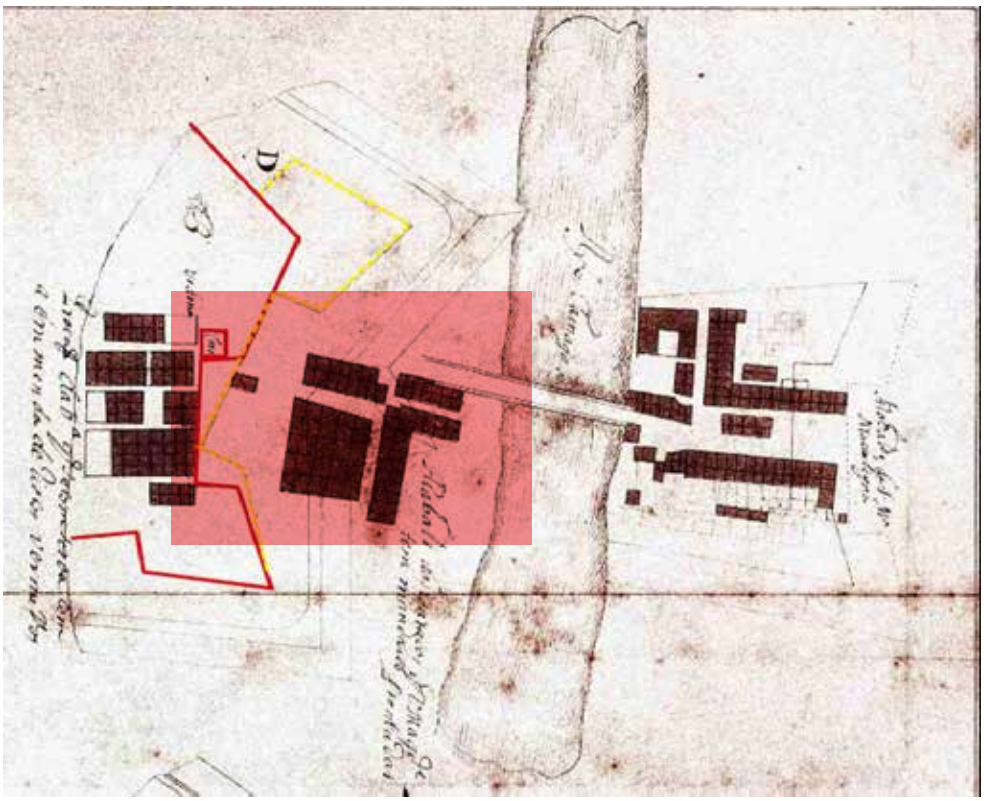

Arrabalde: Núcleo A - casas de disposição paralela às muralhas e à margem do rio.
Arrabalde: Núcleo B - casas de disposição perpendicular às muralhas e à margem do rio ao longo da ligação entre as Portas da Vila e a Ponte.



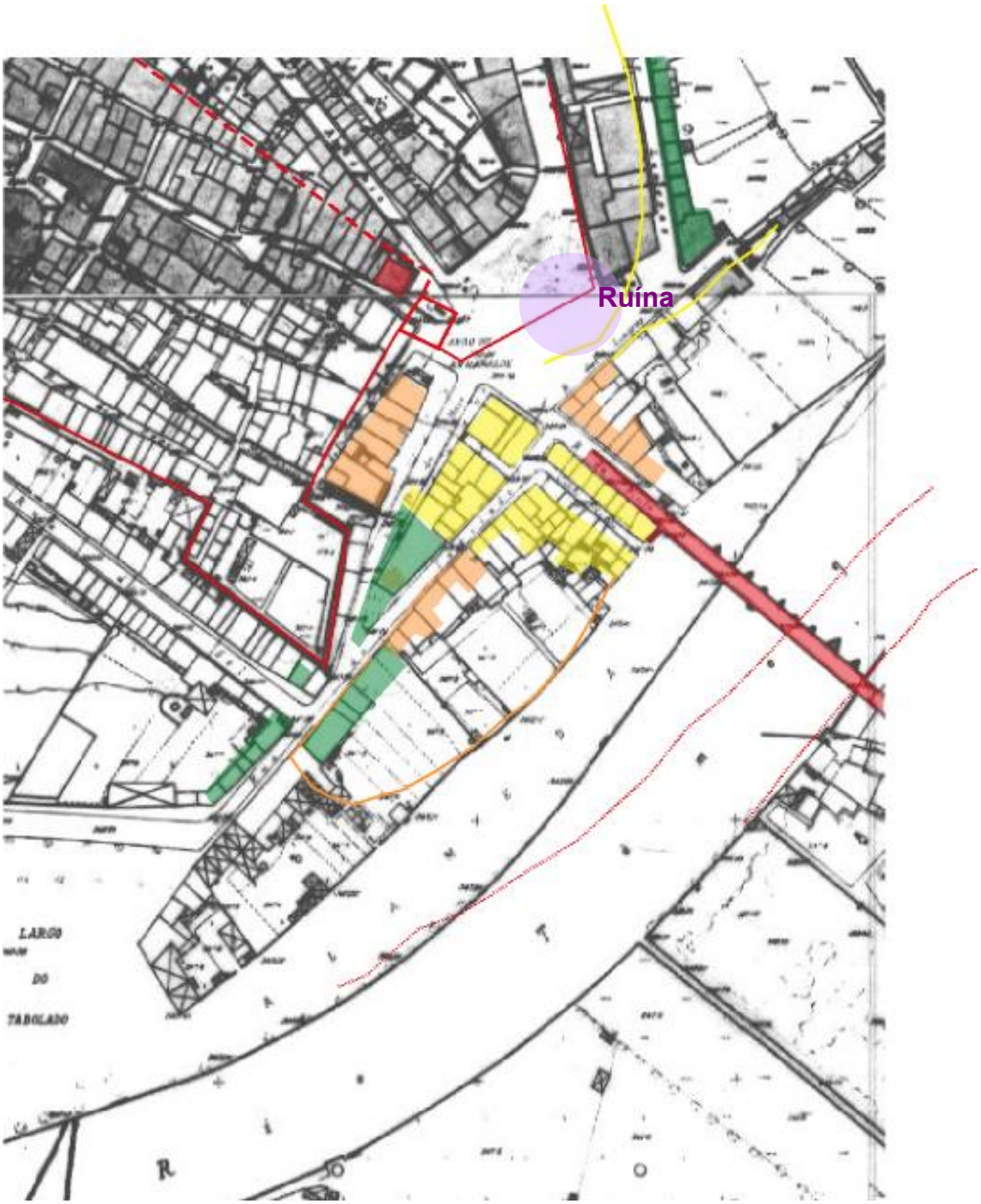




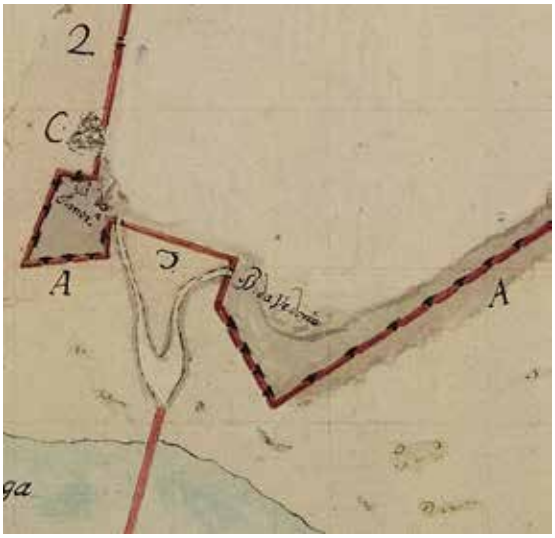
entre as Portas da Vila e a Ponte, por um lado, e, por outro, uma expansão ao longo da margem do rio para jusante que procura uma outra passagem do rio, as *Poldras*. Entre um momento e o outro (1500 a 1700: cerca de 200 anos) não aconteceria mais do que o *engrossar* da expansão urbana ordenada por aqueles dois eixos, multiplicando-lhes paralelas. As plantas de meados do século XVIII (1758 e 1762) revelam a continuação deste processo a que se junta um terceiro eixo ordenador constituído pela expansão também ao longo das margens do rio mas para montante, em direcção às Longras e aos caminhos da fronteira. Um quarto eixo estruturador adquire também entretanto expressão. Consiste na ligação adossada à cortina de muralha pelo exterior entre os dois baluartes através do Postigo das Manas e as Portas da Vila. Registe-se aliás, que o Postigo das Manas não surge representado na vista do Duarte d' Armas nem assinalado na planta de 1701. Como já discutimos no texto *supra*, a abertura daquele postigo e a estruturação de uma ligação adossada à cortina pelo exterior poderá ter relação com a solução proposta por Miguel de Lescole e que tanto polémica ocasionou no final do século XVII e inícios do século seguinte.

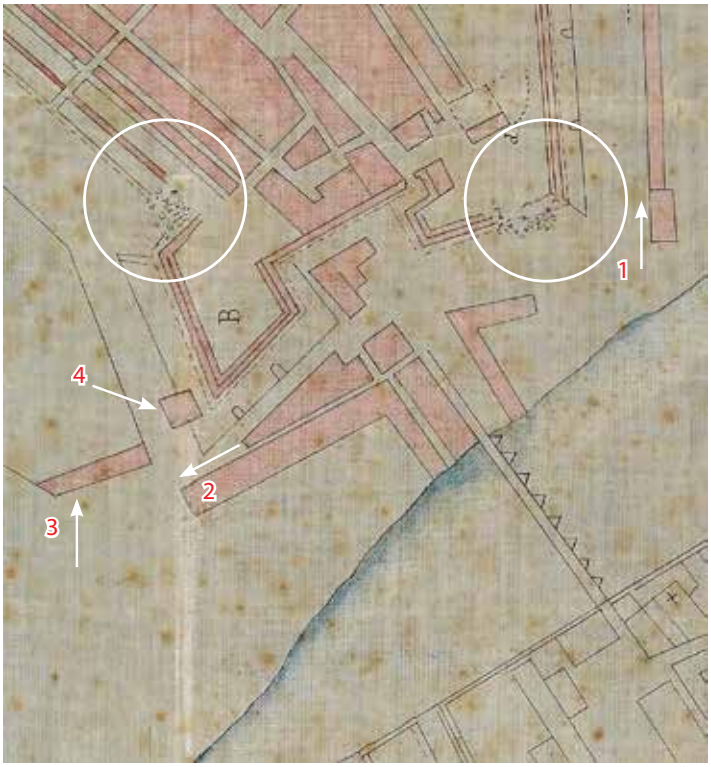

D

B
A



Sobre uma base constituída pelo levantamento de 1946 assinalamos as áreas urbanizadas mais antigas (a amarelo) acrescentando-lhe as áreas urbanizadas durante a primeira metade do século XVIII (a laranja). Observa-se a nova densidade de ocupação do edificado no que era até aí a área reservada das obras exteriores da fortificação, nomeadamente a área do fosso entre os dois baluartes.



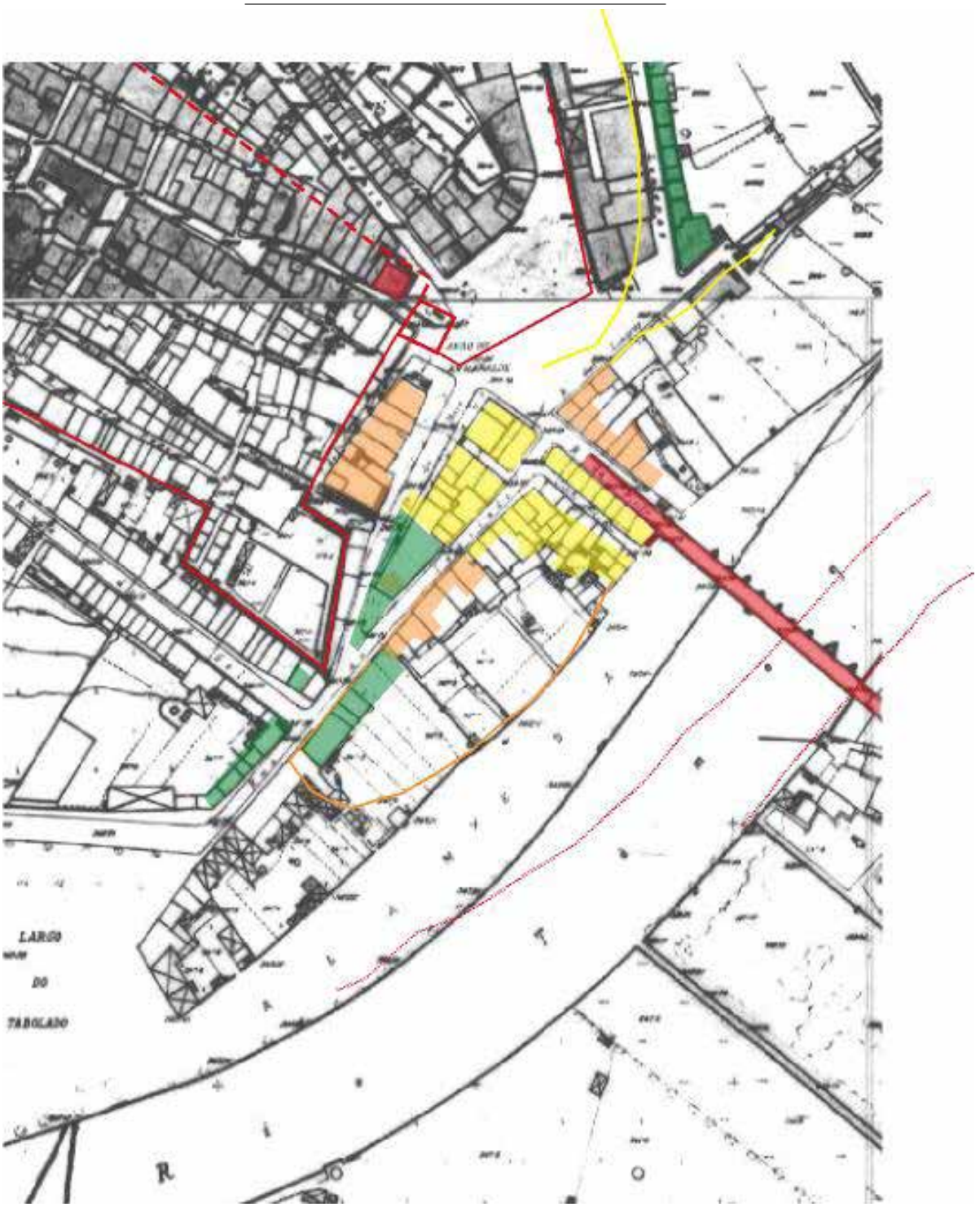


Planta da Praça de Chaves

Consideradas as suas muralhas na altura de três ou quatro palmos aonde os castelhanos fizerão as minas. Feita por ordem do Il.mo e Ex.mo Sr. P. Jorge Cary tenente general dos exércitos de sua Magestade Fidelissima.

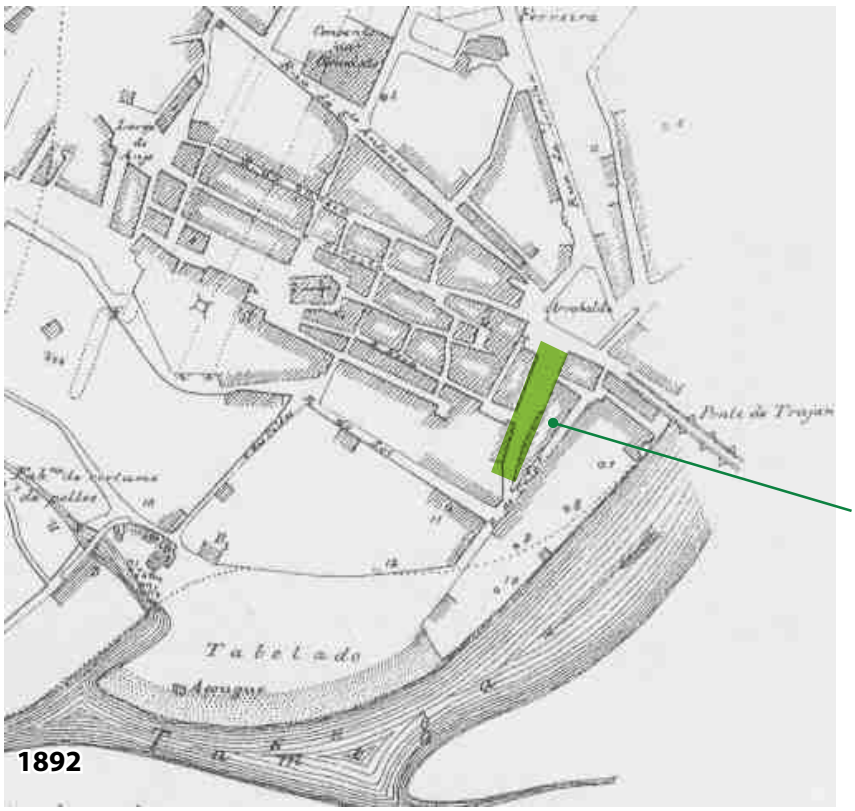
Chaves 13 de Abril de 1763. Os pontos notados com aguada escura na grossura das muralhas, alguns deles com a letra A. denotam as minas que os castelhanos fizerão depois da entrada na dita praça. A letra B. mostra a brecha cauzada das mesmas minas. A letra C. mostra duas porções de muralha que cairam por si mesmas. O número 1. mostra a porta do Anjo. 2. a porta das Caldas. 3. a porta da Vedoria. 4. porta da Magdalena. 5. porta de S. Roque. Declara-se que o Forte de S. Neutel esta distante do Forte de S. Francisco 370 braças cuja distância não elege o petipé desta planta por não caber no comprimento do papel. Elevada do terreno com a bussula pelo Capitão Engenheiro João Bento Python.

A campanha militar de 1762, a subsequente ocupação da Praça de Chaves pelo exército espanhol durante cerca de um ano e o posterior abandono não sem antes terem provocado a ruína das suas fortificações em vários pontos destas, tiveram consequências determinantes para o futuro. A ruína nunca seria reparada continuando-se a agravar ao longo da 2ª metade do século XVIII. As plantas de final desse século (1797) e de inícios do seguinte (1801) mostram como a situação era grave nomeadamente no baluarte *da Vedoria* ou de Santo António que flanqueava o núcleo urbano do Arrabalde *das Couraças* do lado NE. Entretanto o Arrabalde continuava a expandir-se para as Longras (1), ao longo do eixo que conduzia às *Poldras* (2 e 3), insinuando-se já sobre o flanco SO. do baluarte do Cavaleiro no que viria a ser depois a Rua do Sol (4).



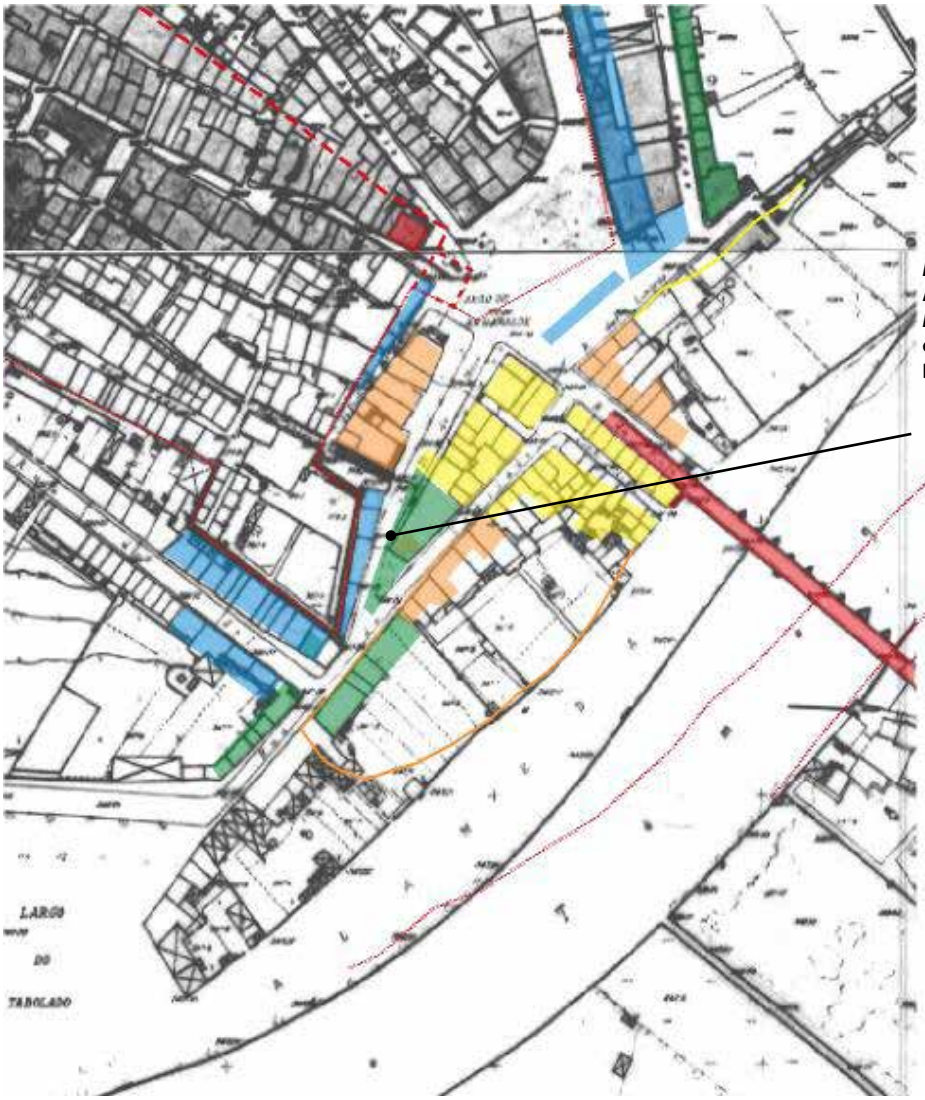
Sobre a mesma base constituída pelo levantamento de 1946 onde já havíamos assinalado as áreas urbanizadas mais antigas (a amarelo) e as áreas urbanizadas durante a primeira metade do século XVIII (a laranja), acrescentou-se agora as novas áreas urbanizadas durante a segunda metade do mesmo século XVIII (a verde).

Demolições e alargamento da antiga Rua das Couraças (actual R. 25 de Abril)



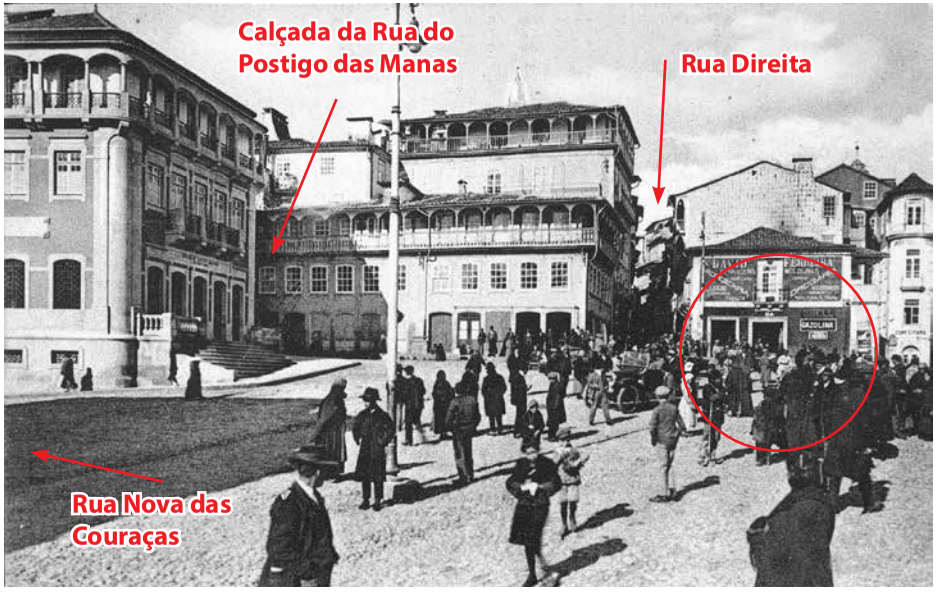
***Rua Nova* do Arrabalde (antiga *Rua das Couraças* e actual R. 25 de Abril)**

O confronto entre as plantas de ca. 1840 e 1892 evidenciam em primeiro lugar as demolições e o alargamento da antiga Rua das Couraças (actual R. 25 de Abril), a *Rua Nova* que visava uma ligação entre o Tabulado e a Praça do Arrabalde.



***Rua Nova* do Arrabalde (antiga *Rua das Couraças* e actual R. 25 de Abril)**

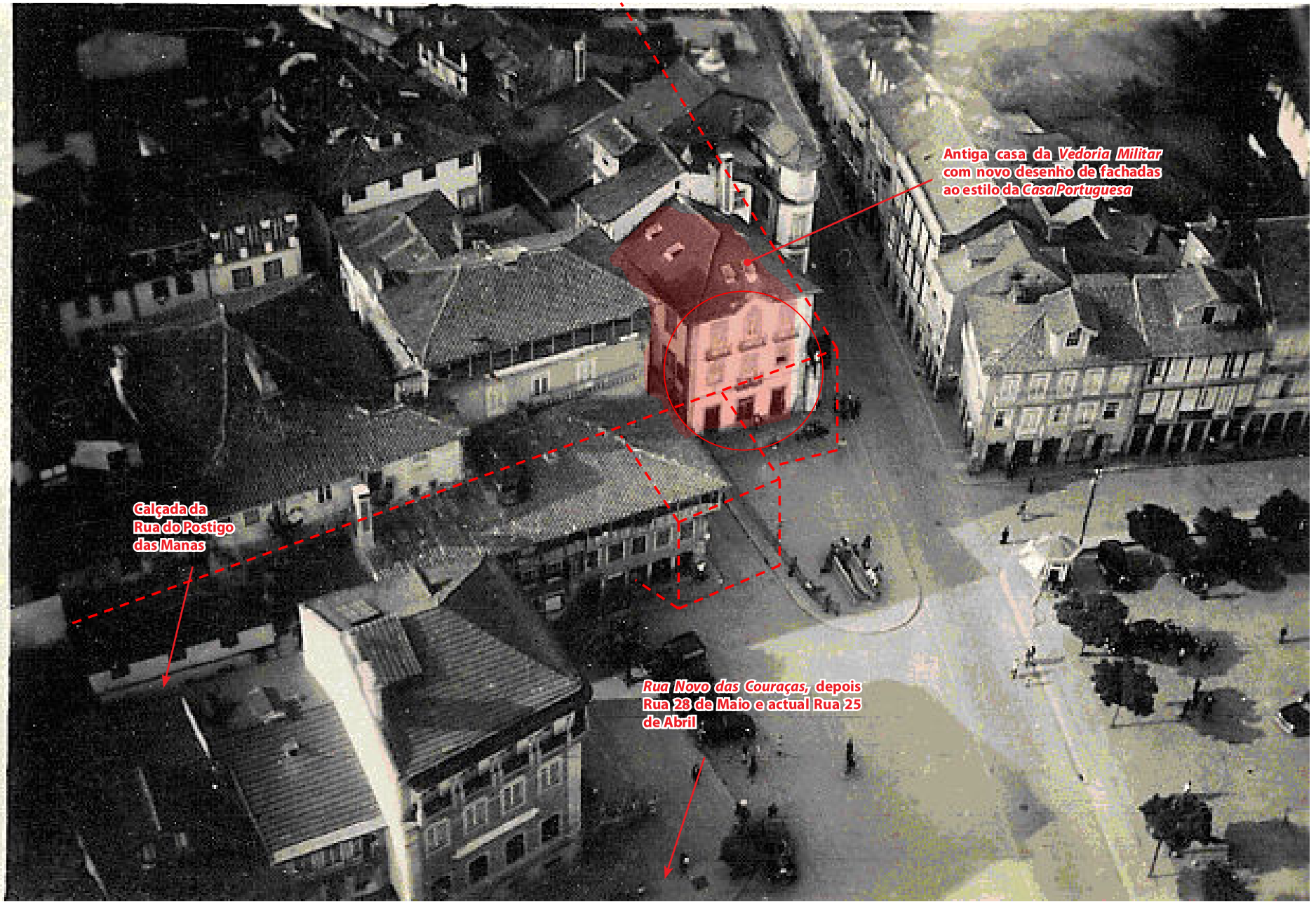
No século XIX verificam-se transformações de vulto na ordenação urbana do Arrabalde *das Couraças* mas que se concentram ao longo da primeira metade desse século uma vez que na segunda metade poucas são as alterações (confrontar plantas de ca. 1840 e 1892). Sobre a mesma base constituída pelo levantamento de 1946 onde já havíamos assinalado as áreas urbanizadas mais antigas (a amarelo) e as áreas urbanizadas durante a primeira metade do século XVIII (a laranja) e as áreas urbanizadas durante a segunda metade do mesmo século XVIII (a verde), acrescentaram-se as urbanizadas no século XIX (a azul). A principal transformação regista-se logo nas primeiras décadas do século e é a da demolição e terraplanagem do meio baluarte da Vedoria ou de Santo António e da Porta e Torre da Vedoria com a reconfiguração dos vários largos existentes no Arrabalde numa nova praça e mercado municipal. As novas áreas e direcções de expansão da urbanização já iniciadas continuam a desenvolver-se ocupando preferencialmente os lugares intersticiais, usurpando os antigos fossos abandonados e apoiando humildes construções aos panos de muralha subsistentes. Este alargamento da área edificada corresponde a um forte crescimento demográfico da vila que se verifica precisamente durante os três primeiros quartos de século. Na 2ª metade do século XIX realizaram-se obras de *melhoramentos* visando sobretudo a melhoria das condições de circulação com o alargamento de ruas e o alinhamento de fachadas, entre as quais se salienta o alargamento da então estreita *Rua das Couraças* (actual R. 25 de Abril) realizado na década de 1880 mas planeado desde a década anterior.



8 - Chaves - Um aspecto do Mercado

20 - Portugal - Chaves - Aspecto do Mercado

Quatro vistas da Praça do Arrabalde na passagem do século XIX para o XX


Antiga casa da *Vedoria Militar* com novo desenho de fachadas ao estilo da *Casa Portuguesa*
Calçada da Rua do Postigo das Manas
Rua Novo das Couraças, depois Rua 28 de Maio e actual Rua 25 de Abril

CHAVES — Largo do Arrabalde (Feira dos Santos). (Foire des Saints). (All Saints Fair).

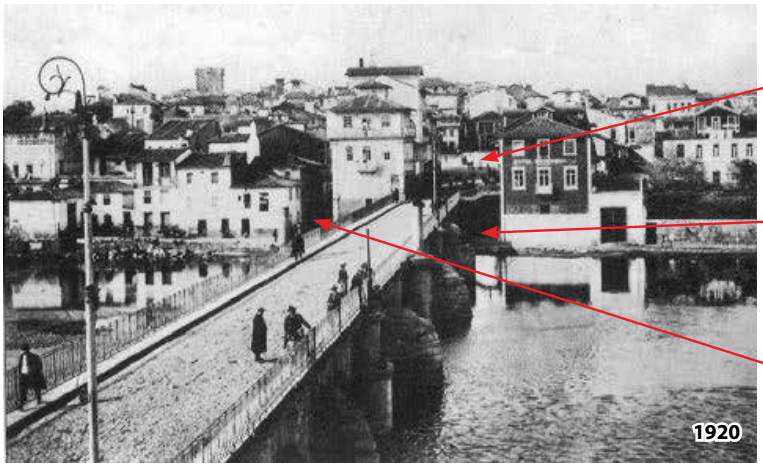
Foto blog Chaves Antiga
Na década de 1950, o Mercado Municipal do Largo do Arrabalde seria transferido para a zona das Longras, adossado à muralha, sobre os antigos fossos, a fim de na anterior implantação ser construído o Palácio da Justiça (entre 1952 e 1958) e redesenhada uma nova praça. Os resultados das escavações arqueológicas em curso naquele local (2007-2008), ao revelarem importantes e significativas estruturas das fortificações abaluartadas bem como de época romana, abrem caminho a uma reconceptualização daquele lugar como espaço privilegiado da Memória da Cidade, a que um futuro projecto de musealização dará expressão.

Foto DGEMN 1961
A Rua da Tabolado ou do Calau foi, depois do Largo do Arrabalde, um dos espaços geradores do Arrabalde. Seria objecto prioritário de *Melhoramentos* **ainda na década de 1860 a que se seguiriam os de outras ruas do mesmo Arrabalde (1864/1865:** *concerto da rua do Tabolado***; 1869/1870:** *Calcetamento da* **(…)** *rua do arrabalde desde a ponte até a entrada da rua Direita e* **(…)** *feitura de passeios de cantaria nas diferentes ruas do arrabalde***). Porém, o alargamento da antiga** *Rua das Couraças***, ao criar uma** *Rua Nova* **ligando o Largo do Arrabalde ao Tabulado teria como consequência a sua valorização em detrimento da Rua da Tabolado ou do Calau. Atente-se, por exemplo, no edifício do Hotel das Caldas, construído no início do século XX que escolhe orientar a fachada principal para a Rua Nova das Couraças e a das traseiras para a Rua do Tabulado ou do Calau.**

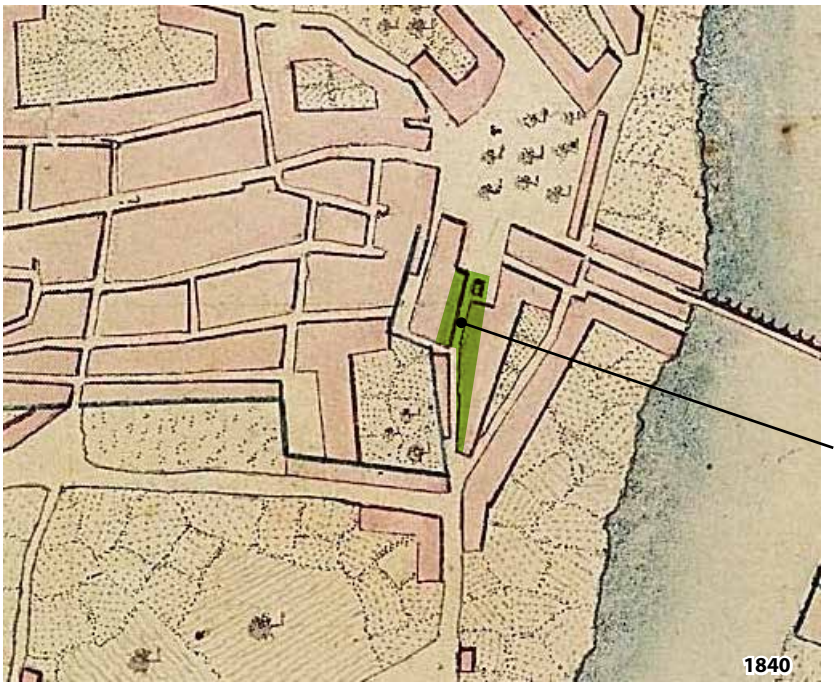
A ***Rua do Rio***, também chamada ***R. de Trás,*** paralela à Rua da Ponte, é outro dos antigos eixos geradores do Arrabalde das Couraças, preservando no alinhamento das fachadas e no edificado dominante as características de uma antiga artéria.

A Rua da Ponte, que ligava a Porta de Baixo ou da Vedoria ao início da Ponte sofreria igualmente uma intervenção de Melhoramentos que se prolongaria ao longo das décadas de 1870 e 1880. Em 1871 e 1872, regista-se uma obra de "*Mudança dos Padrões da ponte para logar conveniente, pois estorvam a viação publica tornando acanhado o transito naquela parte da referida ponte*" ao mesmo tempo que a "*expropriação de parte de três moradas de casas e demolição dos arcos em que as mesmas estão construídas, sitas na rua Direita desta Villa, a fim de aformosear a dita rua, que é a principal desta Villa*" (FERNANDES 2005). Em 1887 A verba de *Expropriações* é "*Para pagamento da 1.a prestação dos juros de 5.6% e amortização de 1700$000 réis em que foi avaliada a expropriação da frontaria da casa de Germano Luis Salgado Pereira, desta Villa, correspondente a 25 metros quadrados de terreno para alargamento da rua junto da ponte sobre o Tâmega e recuamento da mesma casa, a alinhar com a varanda de ferro da mesma, no bairro da Magdalena*". Em 1888 e 1889, sairia da mesma verba o "*Pagamento da 2.a prestação* (…)" e o da "(…) *3.a e ultima prestação* (…)" (*idem*, *ibidem*).

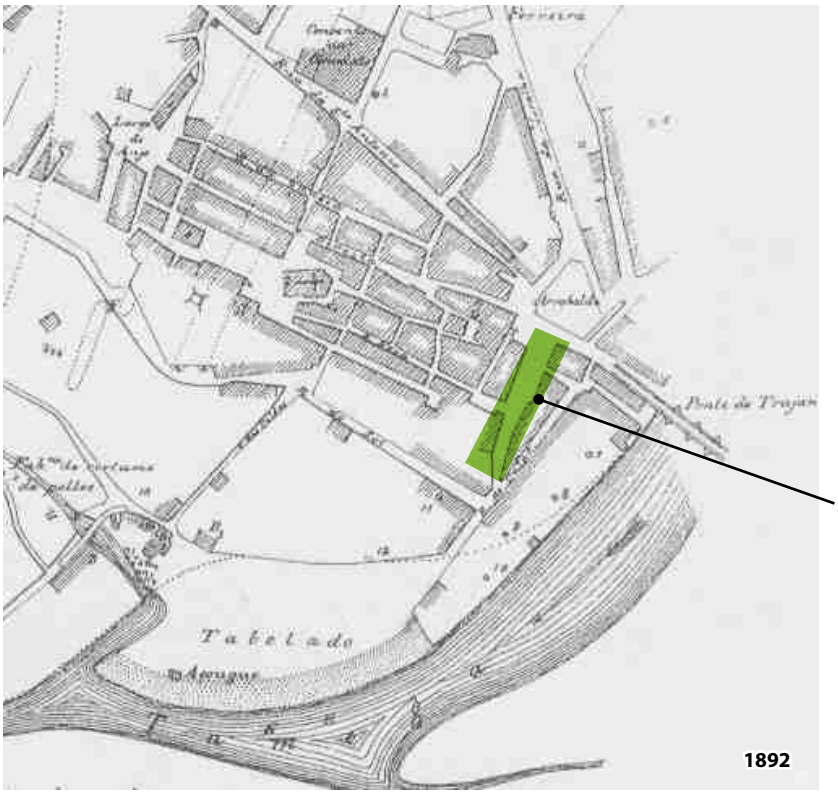
5 – CHAVES Largo do Arrabalde



A intervenção de maior vulto no final do século XIX foi a do alargamento da Rua das Couraças que transformaria aquela artéria acanhada numa *Rua Nova*, larga avenida de ligação entre o centro do Arrabalde, o Largo, e o Campo do Tabulado. Em 1875 e 1876 regista-se a despesa com a *"abertura da rua nova desta Villa para comunicar com a rua doTabolado e largo do Arrabalde, expropriação de parte de uma casa que lhe fica em frente e calcetamento da rua"* (sendo orçada para este fim desde 1870/71, foi a verba de novo desviada, neste caso, para a preparação da visita de "Sua Magestade El Rei" a Chaves; a preparação incluiu a feitura de capas para os vereadores e o escrivão, a armação da igreja matriz da Vila e da capela de Vidago, pagamento de "musica instrumental e de vozeo',' de "Fogo do ar e prezo" iluminação dos paços do concelho, e "aquisição



Demolições e alargamento da antiga Rua das Couraças (actual R. 25 de Abril)



***Rua Nova* do Arrabalde (antiga *Rua das Couraças* e actual R. 25 de Abril)**

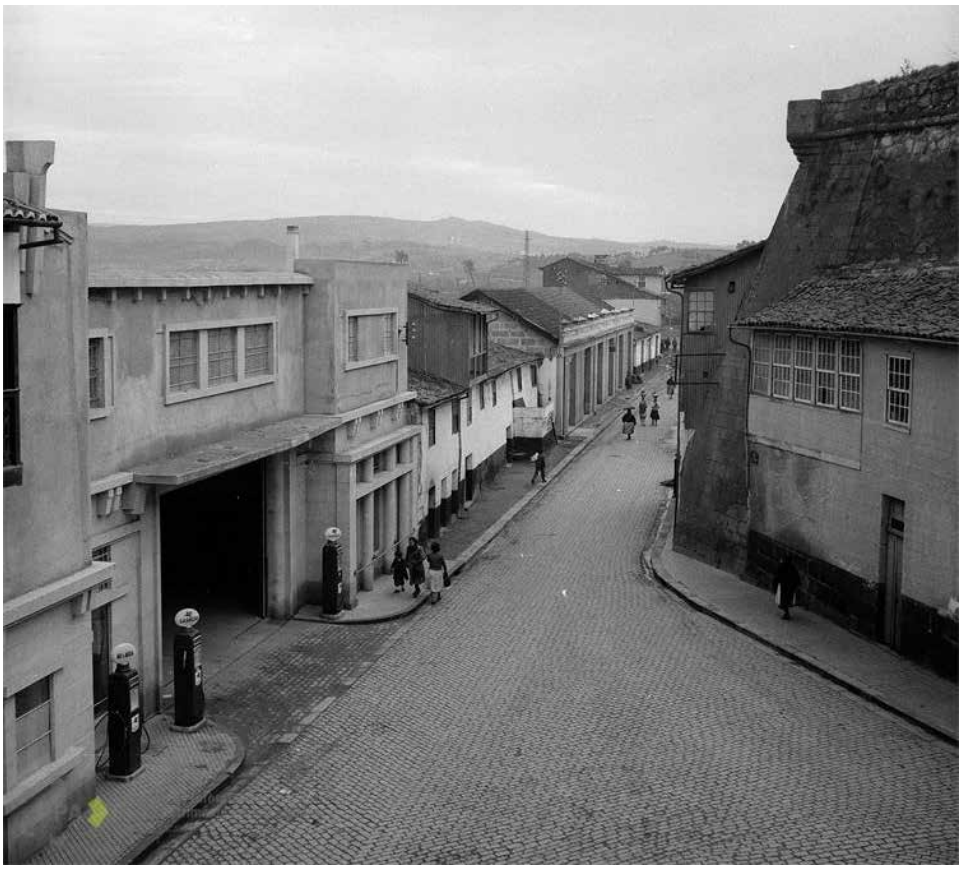
de uma bandeira nacional para colocar na fachada principal do edifício dos Paços do Concelho nos dias de grande gala" tendo-se gasto, em tudo, 550$000 réis). A obra seria novamente orçamentada em 1881: "*Abertura da rua nova, expropriando parte de uma casa que lhe fica em frente, para communicar com a rua do tabelado e largo do arrabalde*" mas a efectiva execução demoraria ainda alguns anos. A Planta de 1892 mostra-a já concluída e em 1900 foi essa a rua escolhida para a construção da fachada principal do novíssimo Hotel das Caldas.

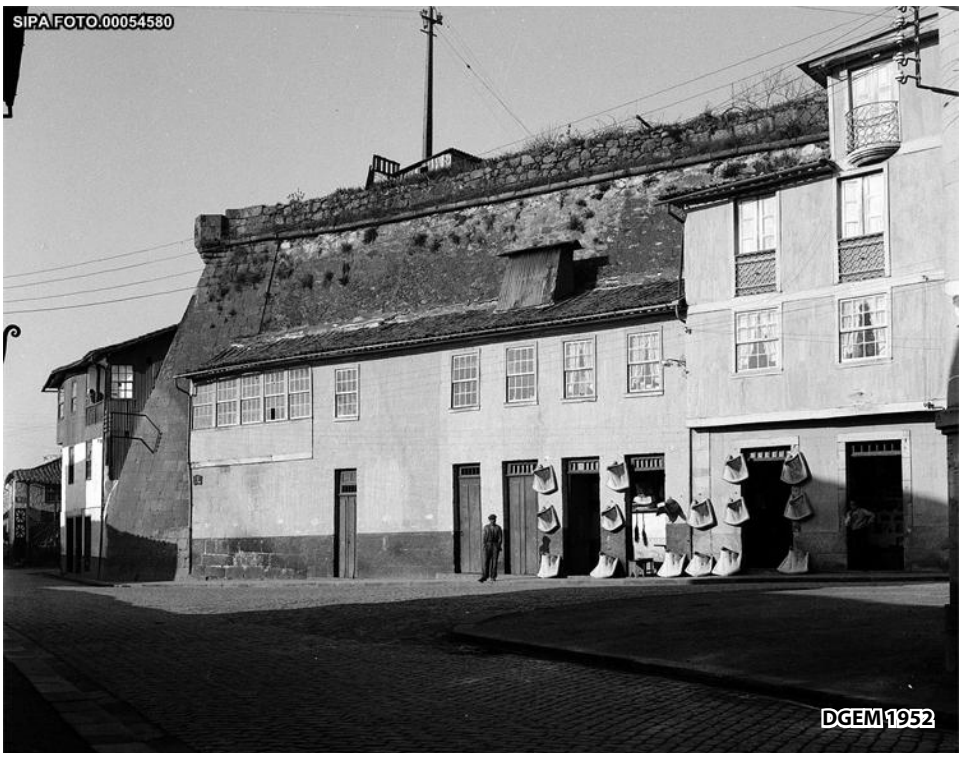
Com efeito, na sessão da Câmara de 29 de Novembro de 1900, foi tratada a resolução de encarregar o engenheiro Manoel da Terra Pereira Vianna da elaboração do projecto Hotel das Caldas, *junto das nascentes das caldas* numa altura em que a futura exploração das águas das Caldas surgia como uma empresa a desenvolver. Na sessão de Câmara de 15 de Fevereiro de 1906, esse assunto surgia de novo, discutindo-se a necessidade de realizar a tradicional feira de gado no Tabulado, junto às Caldas[1].

Fotos das páginas seguintes:

O troço terminal da *Rua Nova* das Couraças, logo após o Hotel das Caldas para quem se dirigia para o Tabulado e a Caldas vindo do Largo do Arrabalde, manteve porém um correr de velhas habitações adossadas às muralhas do baluarte que estreitavam aí consideravelmente aquela rua.

1 Largo do Tabulado (agora Alameda do Tabulado). Convinha que o espaço concedido para quartel dos Bombeiros, na Madalena, fosse destinado a aumentar o Largo de S. Roque, pois que, de futuro, logo que se realize a projectada exploração das Caldas, o Tabulado deixará de servir para feira do gado. Aprovada a proposta (AIRES 2000).




SIPA FOTO.00054580
DGEM 1952

SIPA
Sistema de Informação
para o Património Arquitectónico
DGEM 1952

HOTEL
DGEM 1993

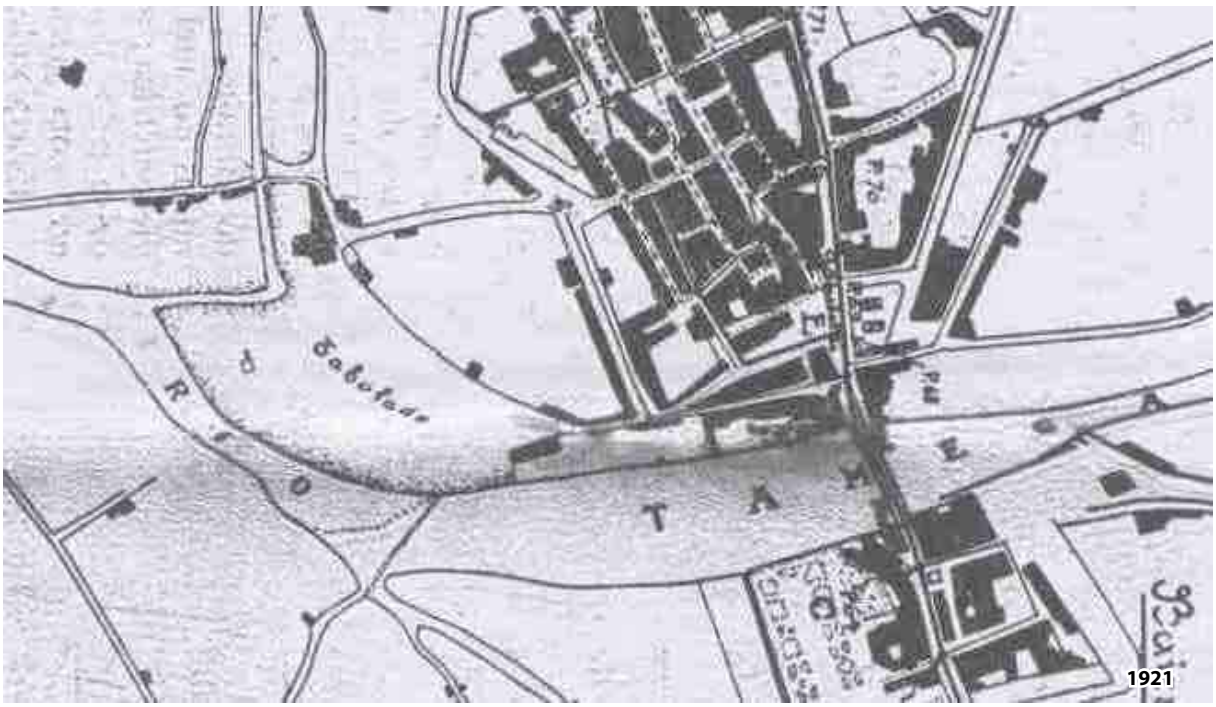
Já na 2ª metade do século XX, os edifícios adossados ao Hotel das Caldas pelo flanco direito da respectiva fachada principal, seriam demolidos, criando-se um largo entre as ruas do Tabulado / Calau e a actual 25 de Abril. Com as sucessivas derrocadas das cortinas da muralha do baluarte a que se agarravam as casas do lado NO. da rua, foram estas também demolidas em momento recente (2006) por iniciativa municipal apresentando-se actualmente aquela muralha integralmente restaurada.

As Escadas das Manas bem como a cortina da muralha que corre ao longo da Calçada do Postigo das Manas foram objecto de intervenções de restauro realizadas pela DGEMN a partir do início da década de 1960.

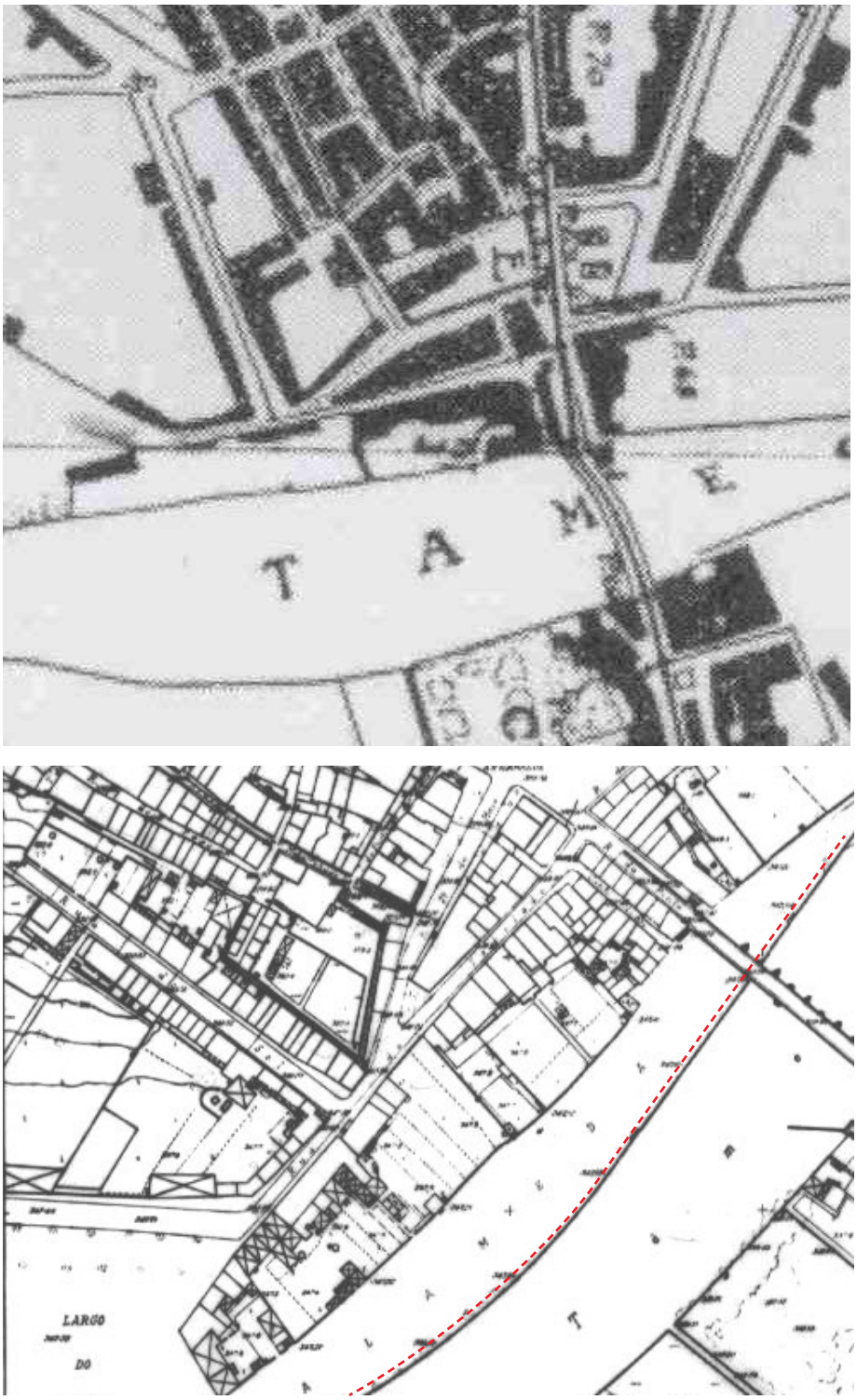
DGEMN 1972

Na avaliação dos restos da cortina que corre lateralmente à Calçada do Postigo das Manas, após a profunda obra de reabilitação aí realizada pela DGEMN no início da década de 1960, deverá ter-se em conta que a cota do cordão da muralha abaluartada, e portanto do remate superior da mesma, correria a uma altura muito baixa em relação à cota do pavimento daquela calçada no seu troço inicial junto do desaparecido postigo das Manas (ver *supra* a discussão da possibilidade desta calçada resultar da proposta de um caminho de ligação entre os baluartes pelo exterior da muralha que consta do projecto da fortificação de Miguel de Lescole).

Os terrenos dos fossos da Rua do Sol, na zona ainda não urbanizada após o baluarte e junto da cortina que seguia para o Postigo das Caldas, foram objecto de loteamento para efeito de venda, decisão tomada na sessão de Câmara de 9 de Agosto de 1906


1921

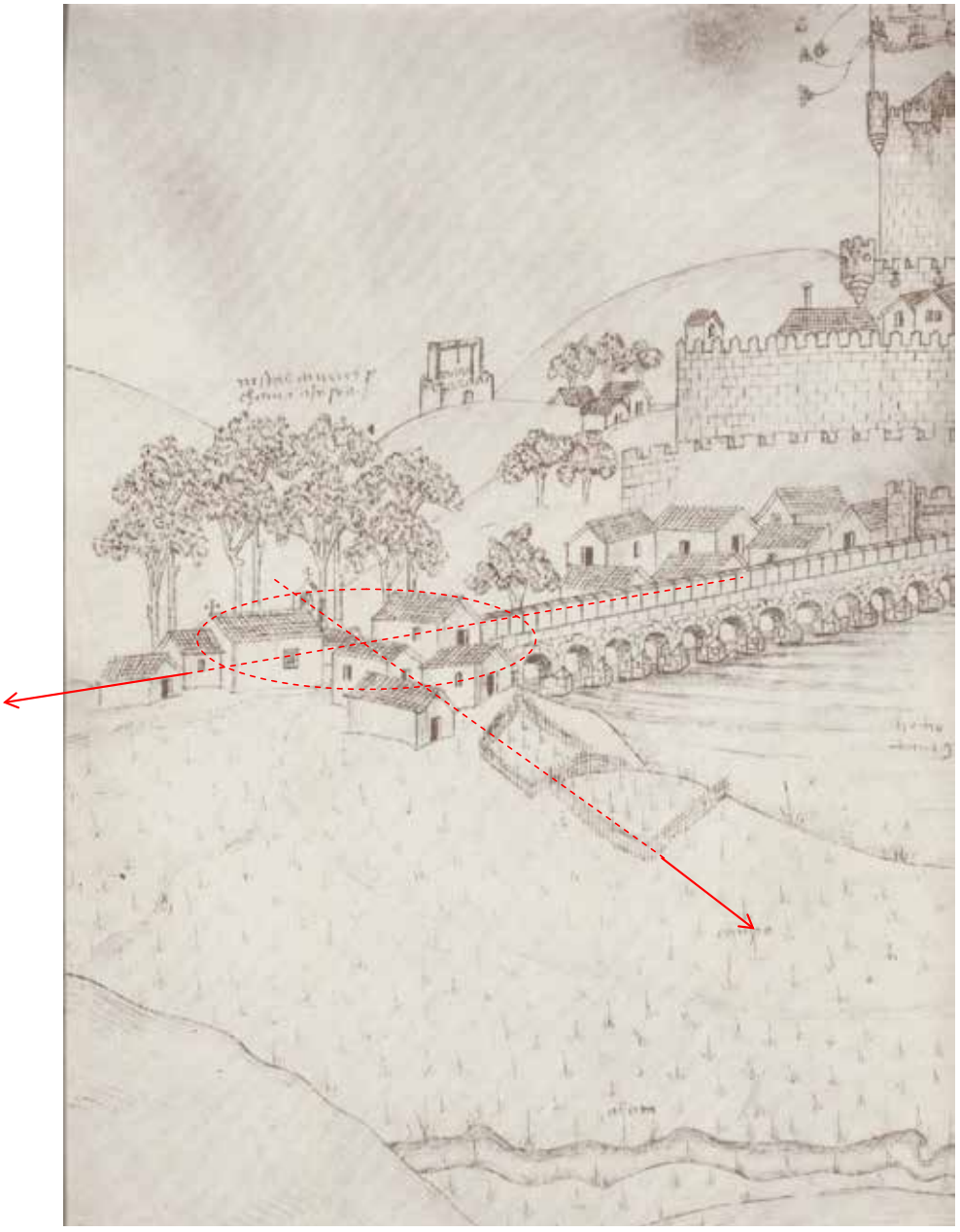
SIPA FOTO.00047428



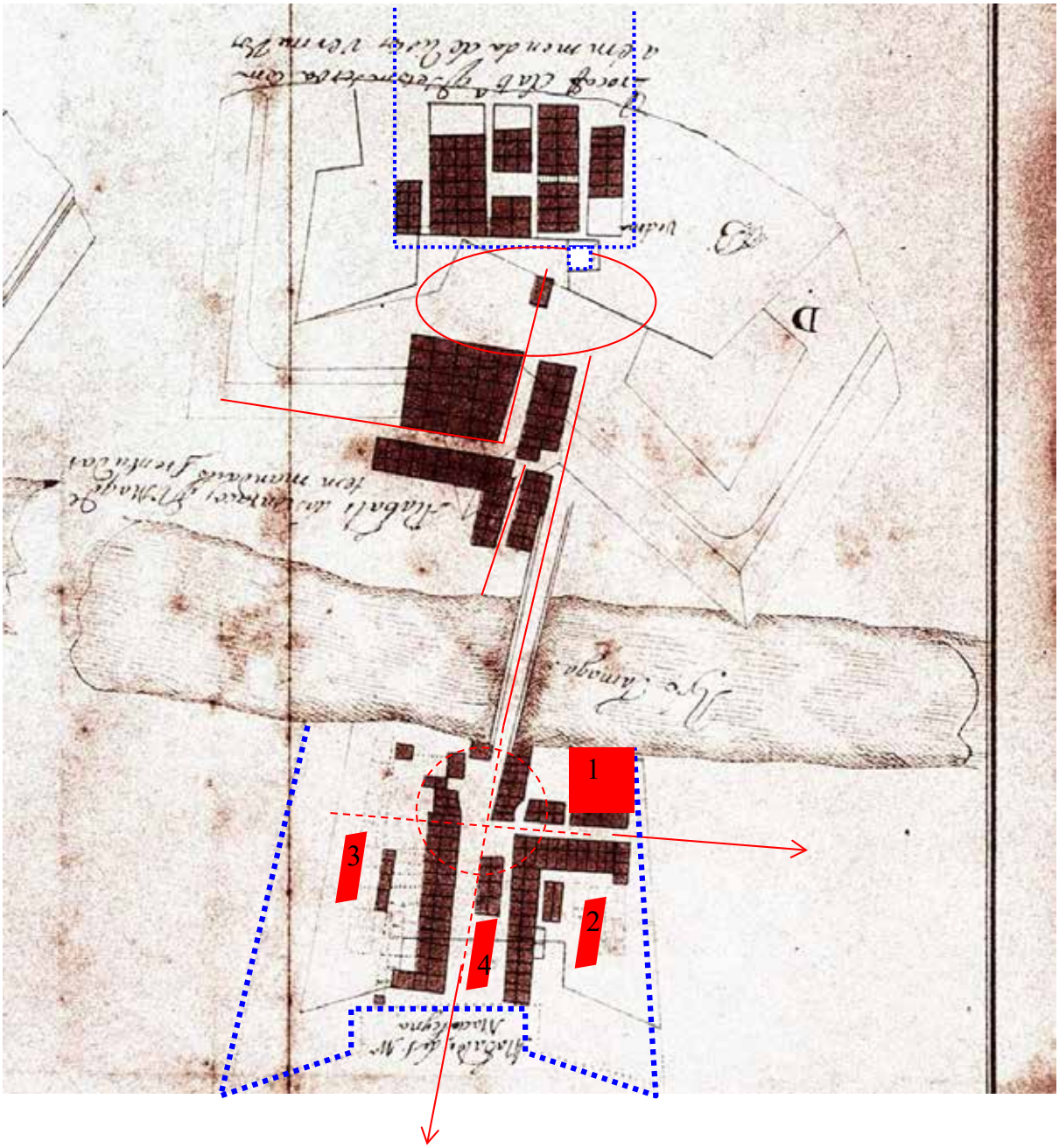
Em 1933 e 1934 foi realizada a obra do paredão ao longo da margem direita do rio para protecção das cheias, obra que receberia forte contestação de alguns sectores que a consideravam dissonante em relação à Ponte Romana.

Leitura e Reconstituição da Evolução dos Espaços Extra-Muros

E - O Bairro do Arrabalde da Madalena



O arrabalde da Madalena começa a ordenar-se tendo como pólos e eixos orientadores a estrada que sai da ponte romana, o adro e igreja da Madalena, à saída da mesma ponte, e um eixo que, partindo deste, segue paralelo à margem do rio para NE., o qual se orienta em direcção ao campo e capela de N. Sra. das Neves, depois de S. Roque. Repare-se na orientação das poucas casas que então (1509-10) formavam o arrabalde.

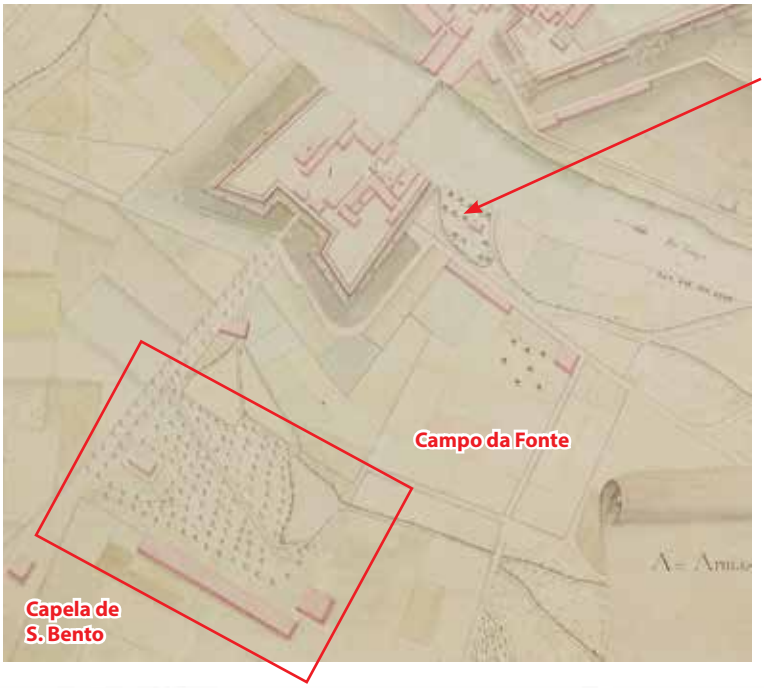


Na planta de ca. 1700, estando o revelim da Madalena apenas em projecto, observa-se o largo do Adro bem como os dois eixos mencionados. A vermelho implantaram-se os edifícios militares erguidos com as novas fortificações: 1- Hospital militar; 2 – Quartel de Cavalaria; 3 – Quartel de Cavalaria; 4 – Quartel do Corpo da Guarda.

A Capela de Nossa Senhora das Neves na Madalena representada na planta de 1758 e a actual Capela de S. Roque (foto abaixo) tem muito pouco em comum. A primeira surge como uma capela de planta centralizada enquanto a segunda segue o tipo mais comum rectangular. A substituição de uma pela outra terá ocorrido na 2ª metade do século XVIII ou já na 1ª do século XIX, ao mesmo tempo que o orago principal.

Na planta de 1758 já se representam os dois quartéis de cavalaria, o quartel do corpo da guarda bem como o edifício do hospital militar junto do qual se havia erguido a Igreja de São João de Deus.

No Campo de S. Roque passaria a realizar-se a Feira dos Porcos transferida do local onde na década de 1880 se construiu o Cemitério Municipal.



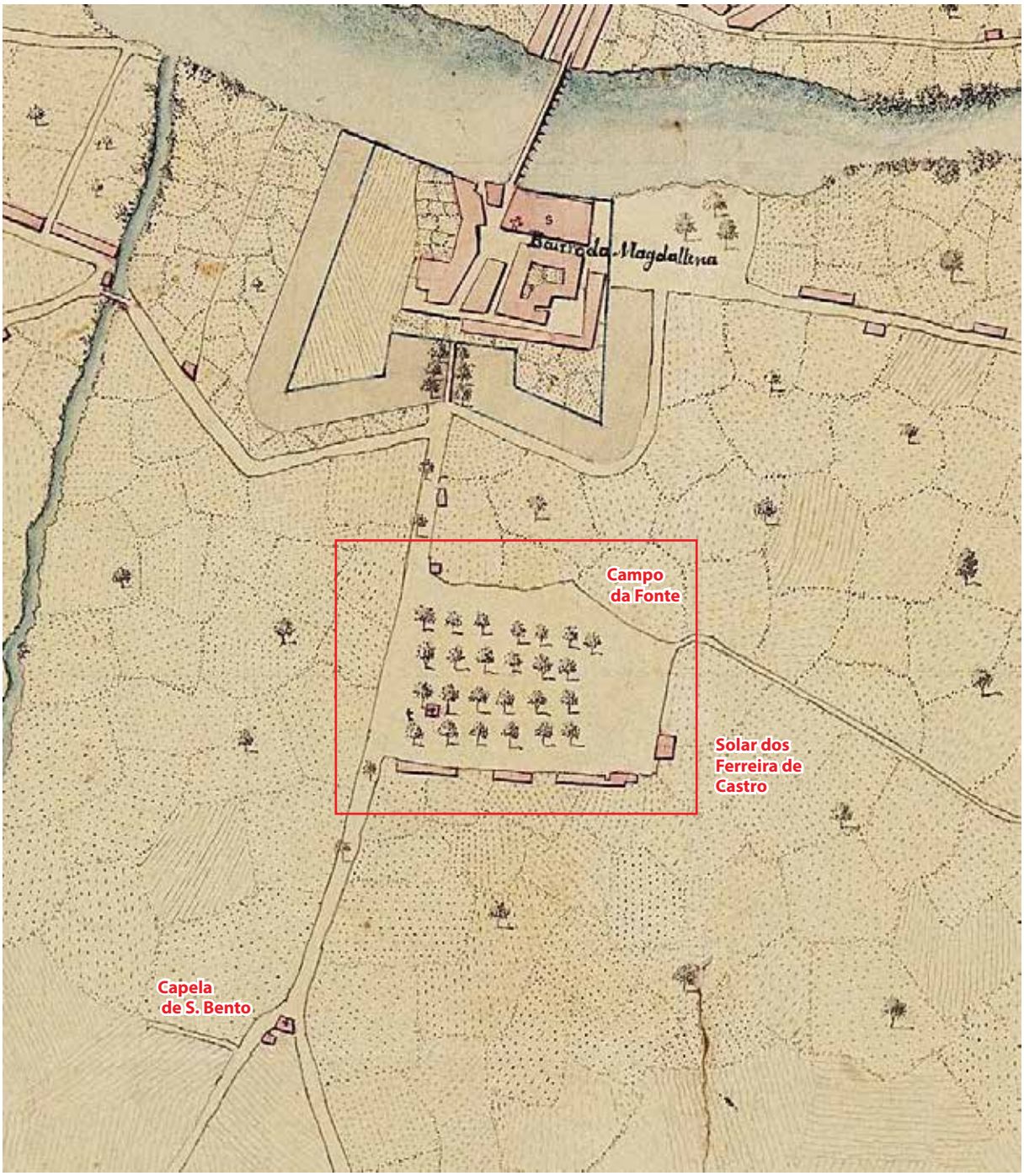
Capela de Nossa Senhora das Neves e actual Capela de S. Roque

As duas versões da planta espanhola de 1762 representam a Capela de Nossa Senhora das Neves ou de S. Roque indicando o Campo da sua envolvente. Em relação ao Campo da Fonte, em que se virá a implantar a Capela do Senhor do Bom Caminho, poucos ou nenhuns pormenores surgem registados.

Já na planta de 1801, não só o Campo e Capela de S. Roque surge bem representado mas também agora o Campo da Fonte com a Capela particular do Senhor do Bom Caminho, e ao fundo de um caminho que atravessa o campo, vê-se o solar dos Ferreira de Castro junto qual se desenvolve um correr de dependências.

Mais adiante, na bifurcação da estrada que sai pela Porta de São Bento observa-se também a Capela de São Bento.

Em relação ao espaço urbanizado intra-muros ao Revelim da Madalena, as modificações ao longo daquele meio século são mínimas.

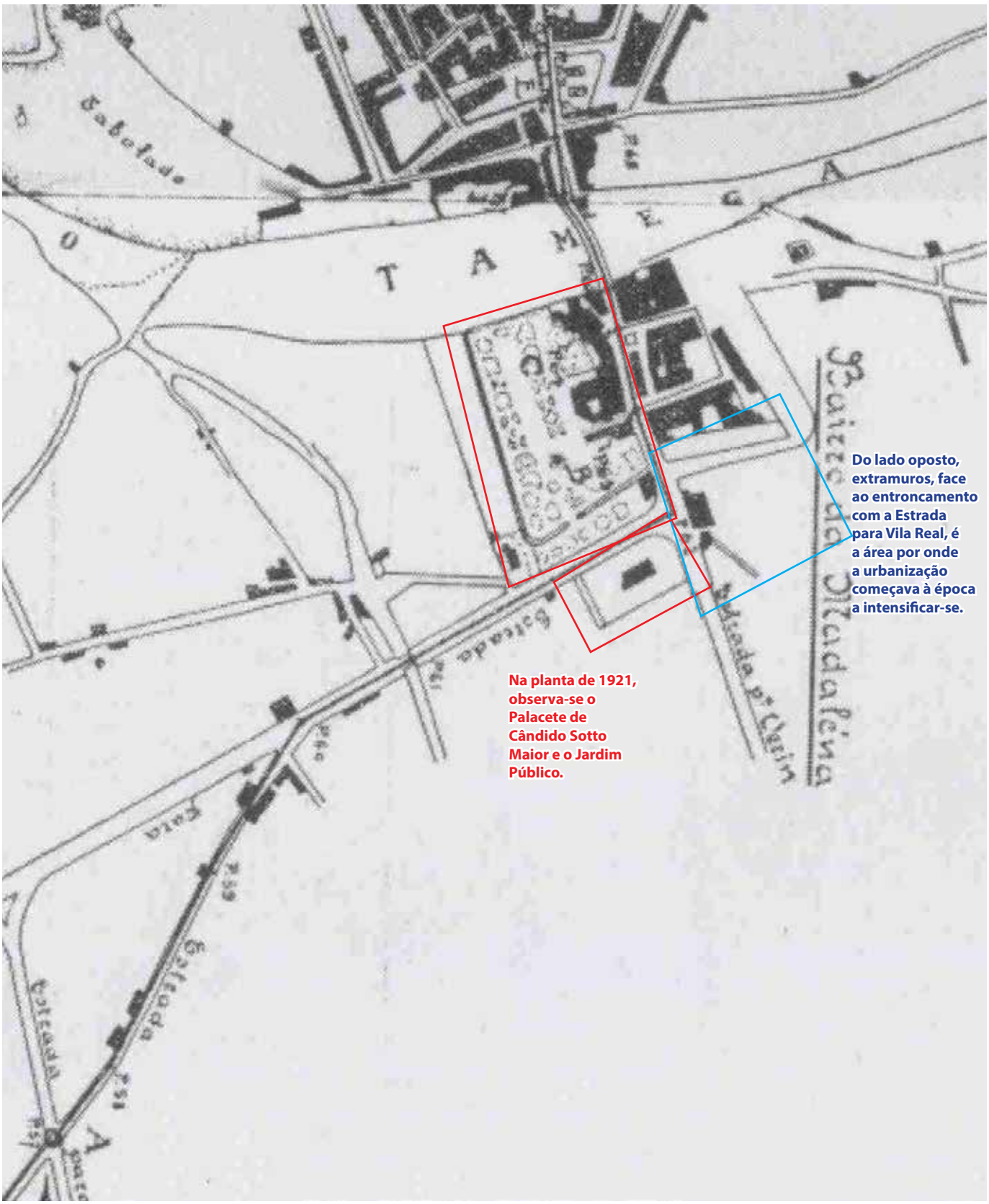


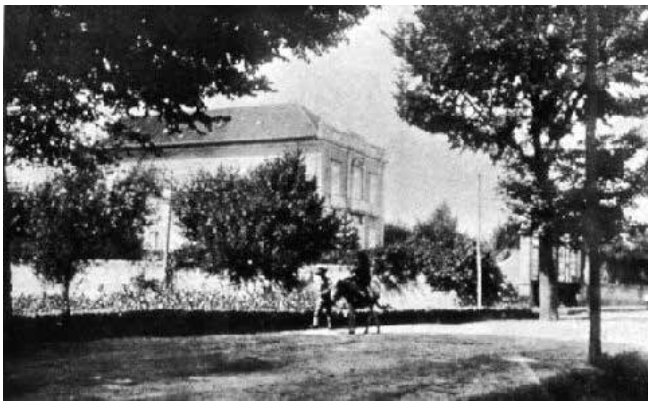
Na planta de ca. 1840 representa-se com grande destaque o Campo da Fonte com a Capela do Senhor do Bom Caminho e as casas que constituíam o solar dos Ferreira de Castro. No espaço intra-muros a urbanização densifica-se, encostada aos terraplenos da fortificação, mas o terreno localizado a SO., onde surgirá depois o Jardim Público, mantêm-se não urbanizado.

Campo da Fonte em 2007

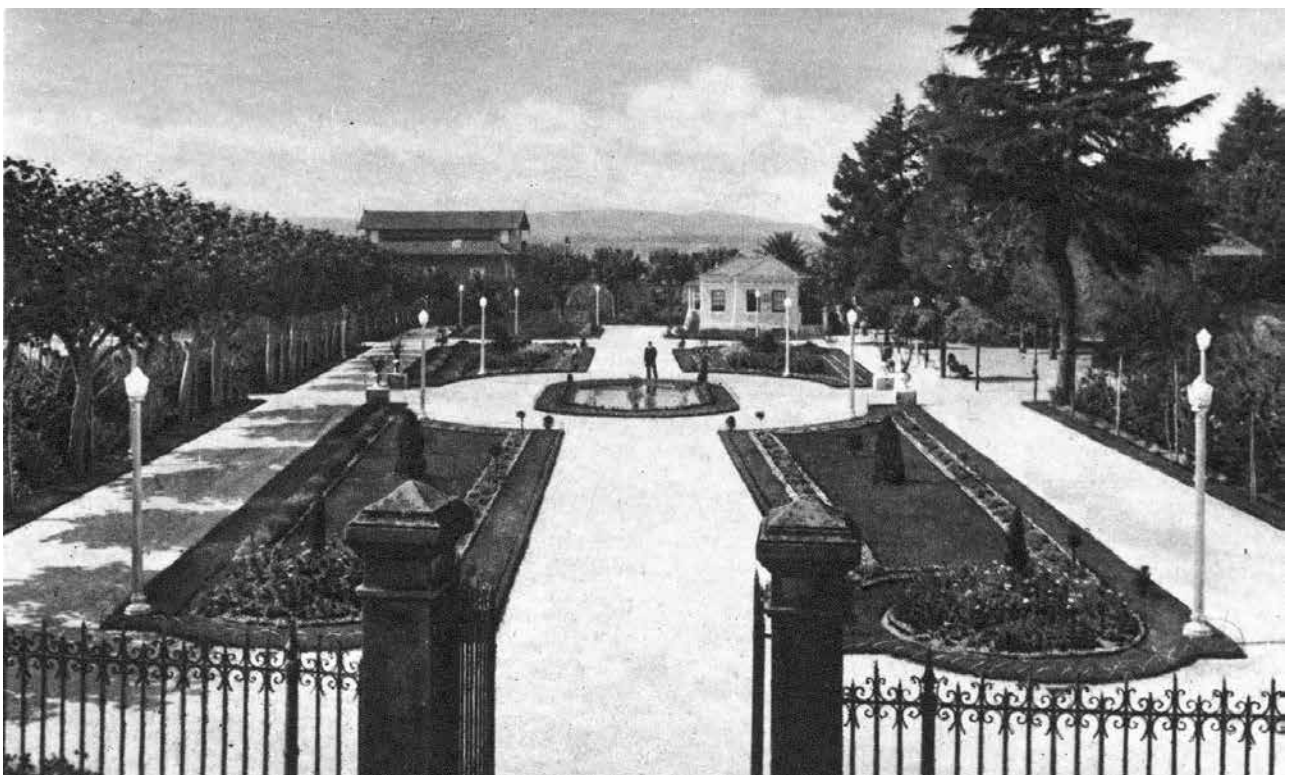
Capela de São Bento em 1912 (foto blog Chaves Antiga)

O edifício da Adega Cooperativa de Chaves, localizada junto da Capela de São Bento, é um interessante exemplar da arquitectura modernista do Estado Novo


Do lado oposto, extramuros, face ao entroncamento com a Estrada para Vila Real, é a área por onde a urbanização começava à época a intensificar-se.
Na planta de 1921, observa-se o Palacete de Cândido Sotto Maior e o Jardim Público.

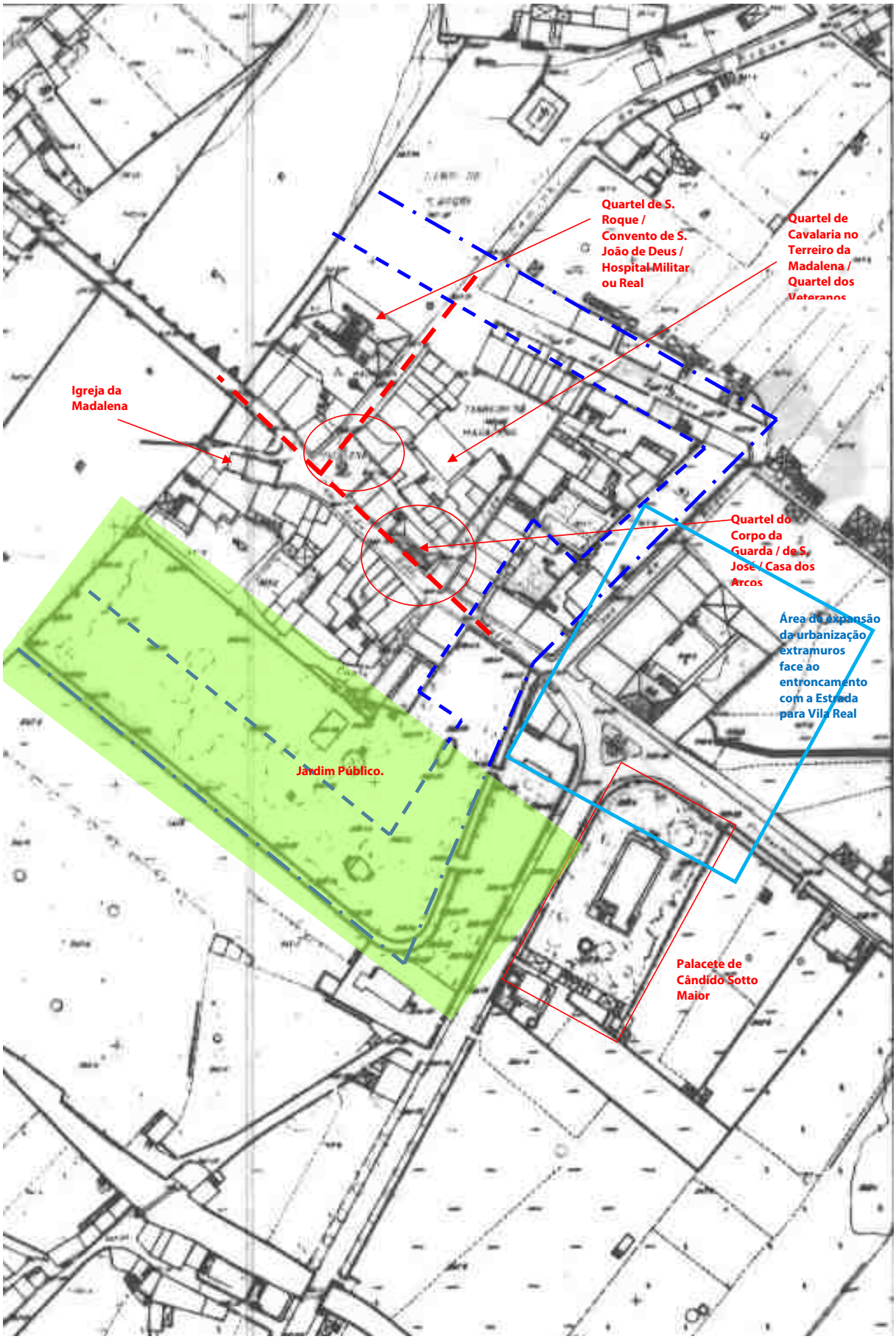


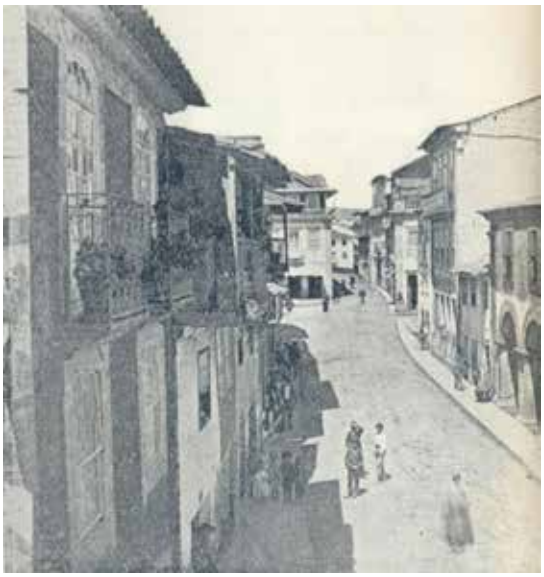
Palacete Cândido Sotto Mayor. / Estrada Real para Vila Real.



Jardim Público da Madalena.

Do lado oposto, extramuros, face ao entroncamento com a Estrada para Vila Real, é a área por onde a urbanização começava à época a intensificar-se.

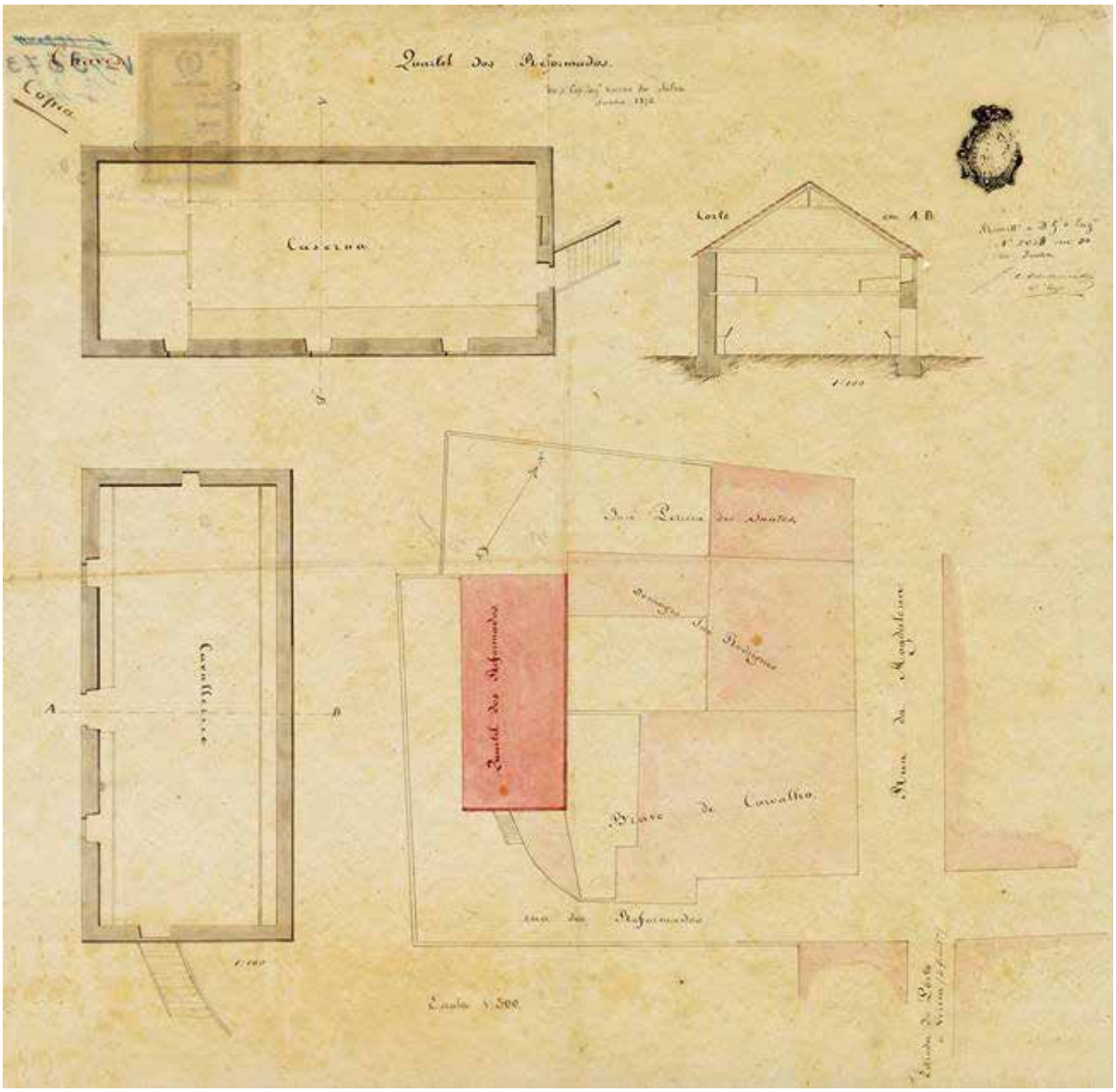

Quartel de S. Roque / Convento de S. João de Deus / Hospital Militar ou Real
Quartel de Cavalaria no Terreiro da Madalena / Quartel dos Veteranos
Igreja da Madalena
Quartel do Corpo da Guarda / de S. José / Casa dos Arcos
Área de expansão da urbanização extramuros face ao entroncamento com a Estrada para Vila Real
Jardim Público.
Palacete de Cândido Sotto Maior



O arrabalde da Madalena organizou-se ao longo do eixo que vinha da ponte romana e seguia depois para a porta de S. Bento. Nesta rua (R. Cândido Sotto Maior, anteriormente R. ou Estrada da Madalena) foi construída a casa do Corpo da Guarda, no reinado de D. Pedro II, conhecida por Casa dos Arcos ou Quartel de S. José. O edifício passaria mais tarde para a posse da Câmara Municipal tendo sido proposta e aprovada a sua demolição em sessão de 16/7/1953 o que viria a executar-se em 1957.

A antiga capela de Santa Maria Madalena, extinta, localiza-se no Canto do Rio transformada em estabelecimento comercial e habitação. O adro daria origem ao Largo da Madalena. Em 1905 ainda tinha o campanário que hoje se conserva no Jardim-Museu da Cerca da Torre de Menagem. Teria sido mandada construir por D. Mafalda, mulher de D. Afonso Henriques, junto com uma albergaria para dar assistência aos peregrinos que se dirigiam a Santiago de Compostela. A festividade em honra de Santa Maria Madalena festeja-se a 22 de Julho no mesmo dia em que se realizava a feira franca criada por carta régia de 10 de Setembro de 1410 a pedido do Conde de Barcelos (AIRES 1999).

AGÊNCIA FUNERÁRIA
SANTO ANTONIO L.M.T.

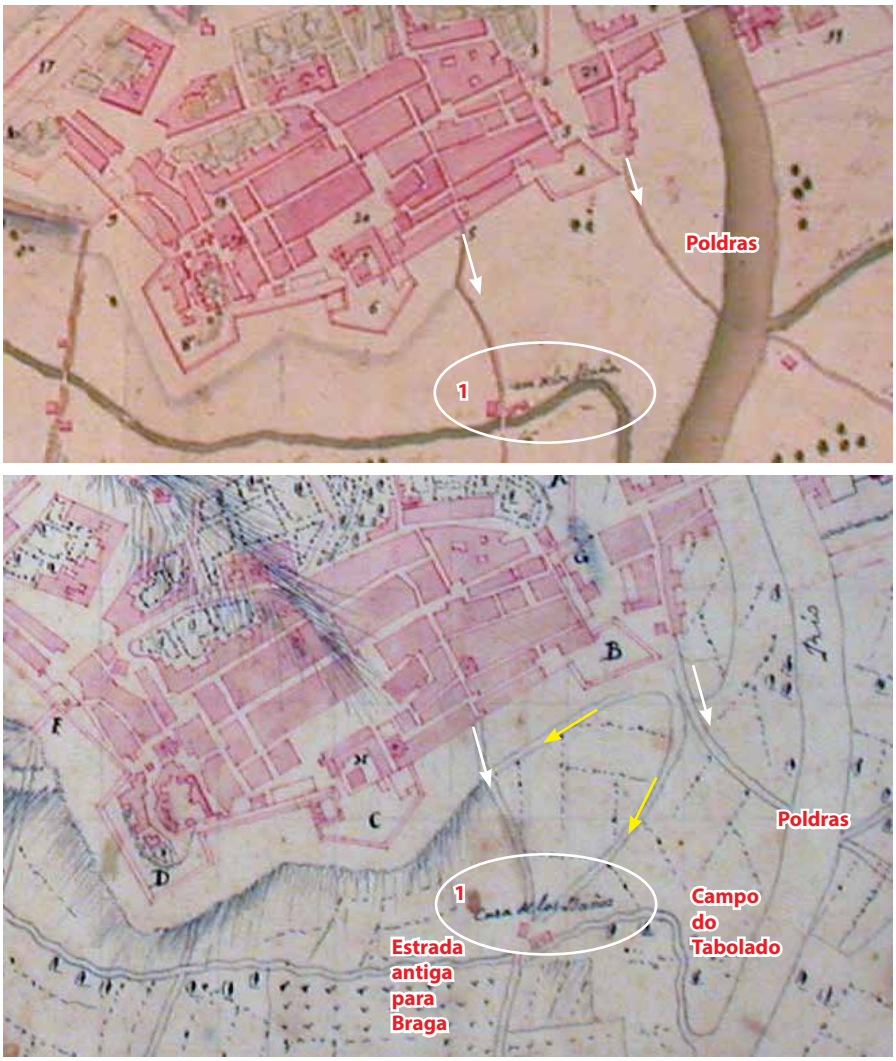


Quartel dos Reformados, AHM/GAEM 1476-1-8-12

Nas traseiras das casas com frente para a antiga rua ou estrada da Madalena (actual R. Cândido dos Reis), a NE., enquadrado pelas muralhas, veio a definir-se um outro largo designado por Terreiro da Madalena ou da Muralha, "cercado por cavalariças, mesteirais de ferrarias e paióis" (MACHADO 1994, 188). Estava aqui um dos Quartéis de Cavalaria que surge representado em planta tardia como *Quartel dos Veteranos* também identificado como o *Quartel dos Reformados*.

Leitura e Reconstituição da Evolução dos Espaços Extra-Muros

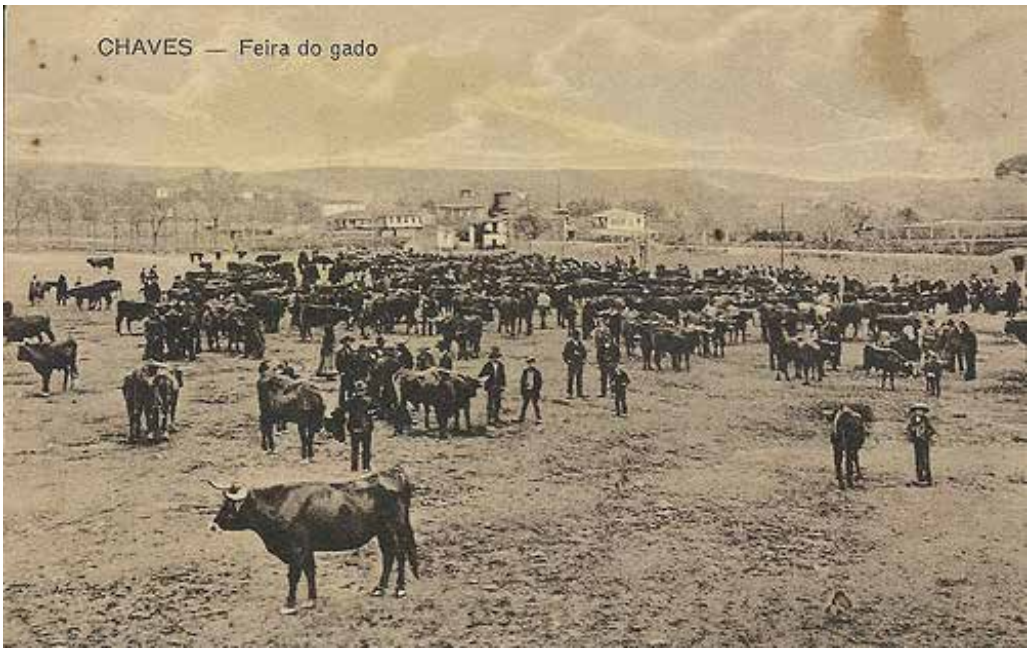
F - O Bairro das Caldas, o *Tabolado* e o Calvário / Santo Amaro



Na planta espanhola de 1762 (em ambas as versões existentes no Arquivo Histórico Militar de Lisboa) observam-se os dois eixos de saída orientadores da futura expansão urbana nesta zona: o caminho que do *Arrabalde das Couraças* se dirige à passagem no Tâmega das *Poldras*; e o caminho que do *Postigo das Caldas* se dirigia às *Caldas* ("*Caza de los Baños*") onde estava a Ponte de dois arcos sobre o Ribelas, seguindo depois o antigo itinerário para Braga. Outros dois caminhos serão igualmente estruturadores da futura urbanização nesta área: a ligação entre o *Arrabalde das Couraças* e o caminho das *Caldas* paralelo aos fossos adjacentes ao Baluarte do Cavaleiro e cortina de muralhas (futura Rua do Sol); e o caminho que, com a mesma origem, ligava directamente às *Caldas* e à Ponte do Ribelas (actual R. Dr. João Morais). Estes vários caminhos e o próprio rio Tâmega delimitavam um vasto espaço aberto que era designado por *Campo do Tabolado*. Observa-se a escassa ou mesmo inexistente urbanização de toda esta área em meados do século XVIII.

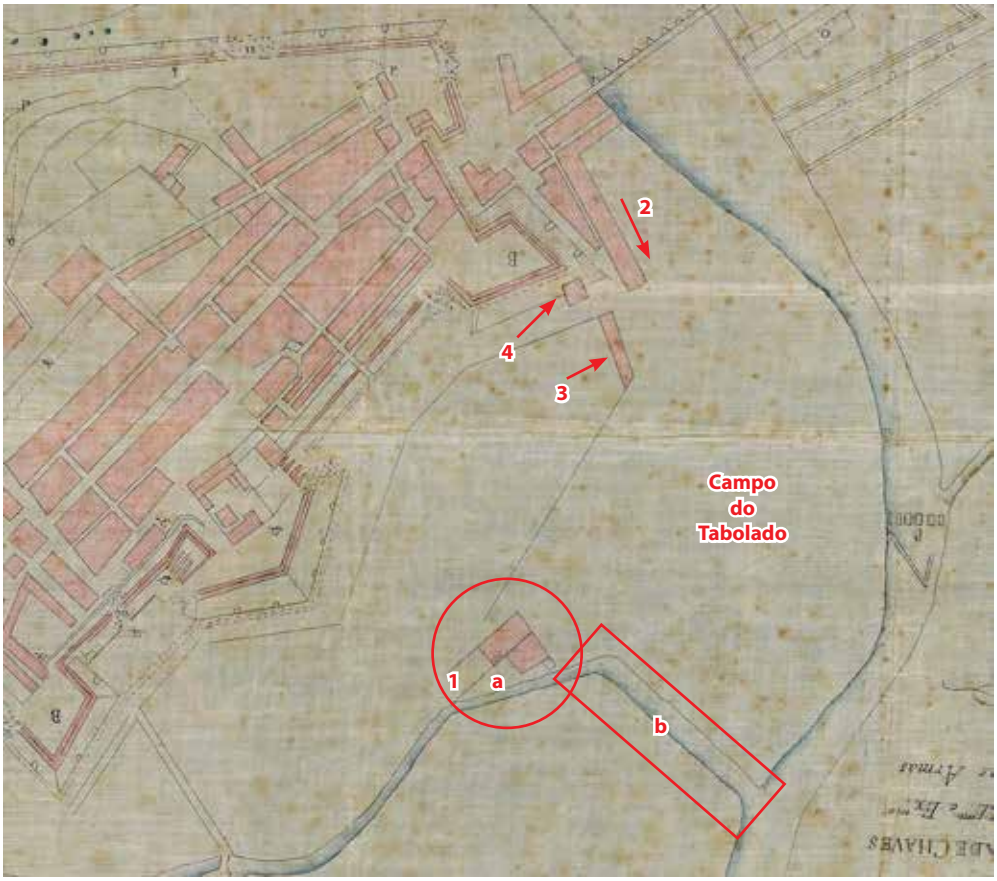
A Caldas em finais do século XIX/inícios do XX vistas de SE. para NO. Em primeiro plano, observa-se uma plataforma sustentada por muro junto da margem N. do rio Ribelas. Para a travessia deste rio observa-se a Ponte de dois arcos que servia o caminho de saída da vila pelo *Postigo das Caldas* e constituída o início da antiga estrada para Braga. Sobre aquela plataforma observam-se as duas fontes de águas termais, uma coberta e a outra apenas delimitada por guarda, registando-se na implantação do lampião um início de reordenamento urbano do local. Casas de carácter urbano e outras construções de aparência mais rústica flanqueavam o caminho de ambos os lados da ponte. Em plano recuado observa-se a capela implantada no Alto do Calvário.

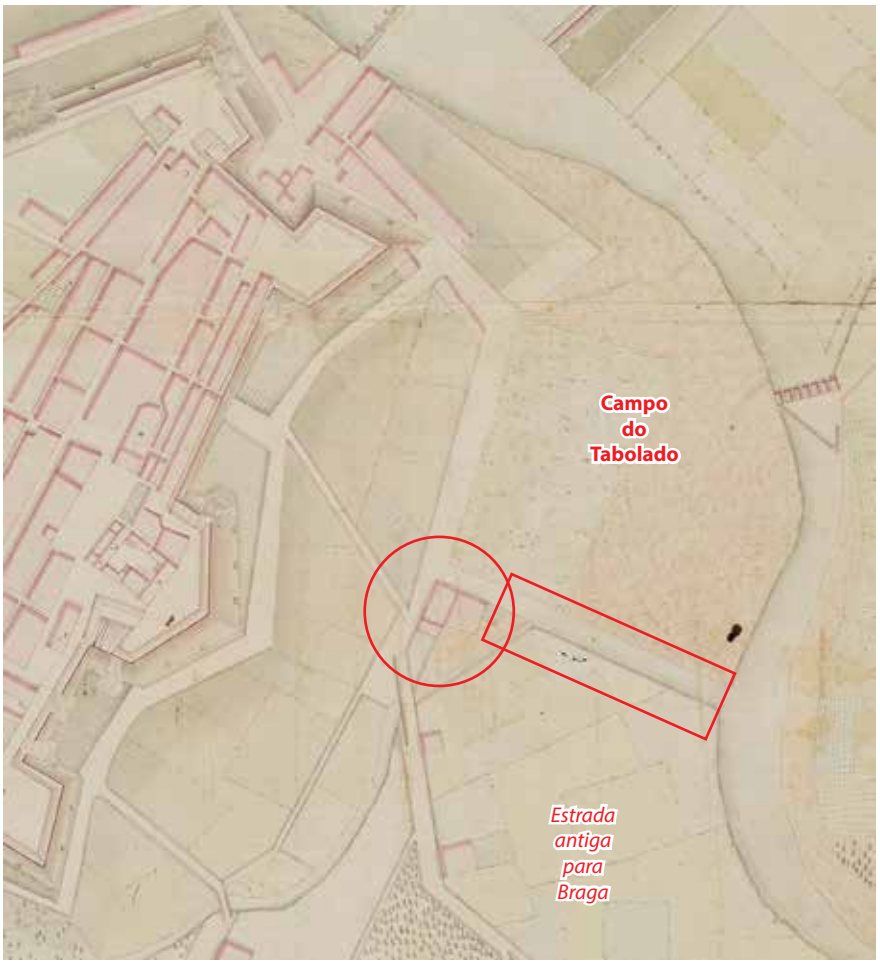
As *Poldras* em finais do século XIX/inícios do XX vistas de O. para E. Constituíam uma passagem fácil sobre o Tâmega para quem vinha de Sul e se dirigia para o Arrabalde das Couraças e as Portas da Vila (*Porta da Vedoria*). Este caminho será um dos eixos orientadores da expansão urbana do referido arrabalde. Entre este caminho e as *Caldas* estendia o *Campo do Tabolado*.



O *Campo do Tabolado* em finais do século XIX/inícios do XX visto de SE. para NO. Aqui se realizava a Feira do Gado. Em segundo plano observa-se o consistente núcleo de construções das Caldas, de ambos os lados da Ponte do Ribelas, Em plano mais recuado, à esquerda, outro núcleo de construções de Santo Amaro e do Alto do Calvário.

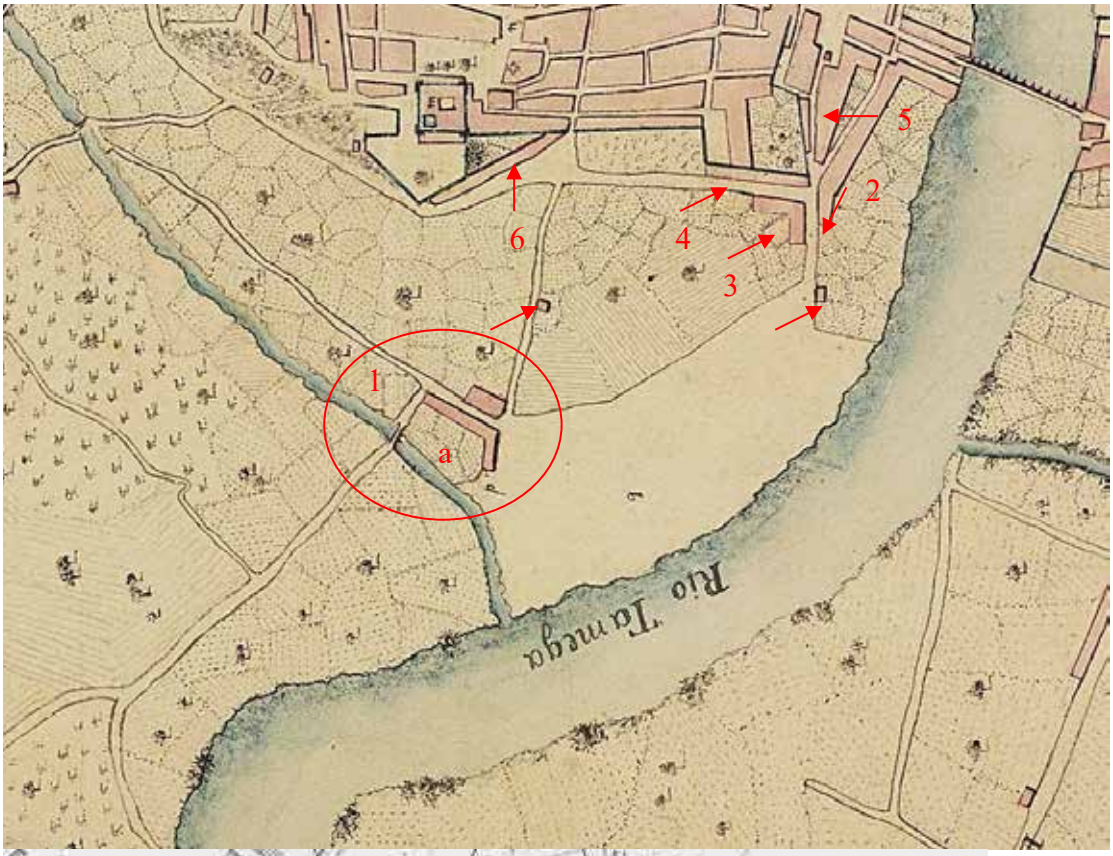
A Feira do Gado no *Campo do Tabolado* na 1ª metade do século XX vista de S. para N. Em segundo plano observam-se construções rústicas, implantadas segundo o antigo caminho que ligava o *Arrabalde das Couraças* às *Caldas* e bordejava o *Campo do Tabolado* pelo lado Norte (origem da actual Rua Dr. João Morais; ver Planta de 1946). Em plano mais recuado, a vila com o *Baluarte do Castelo*.

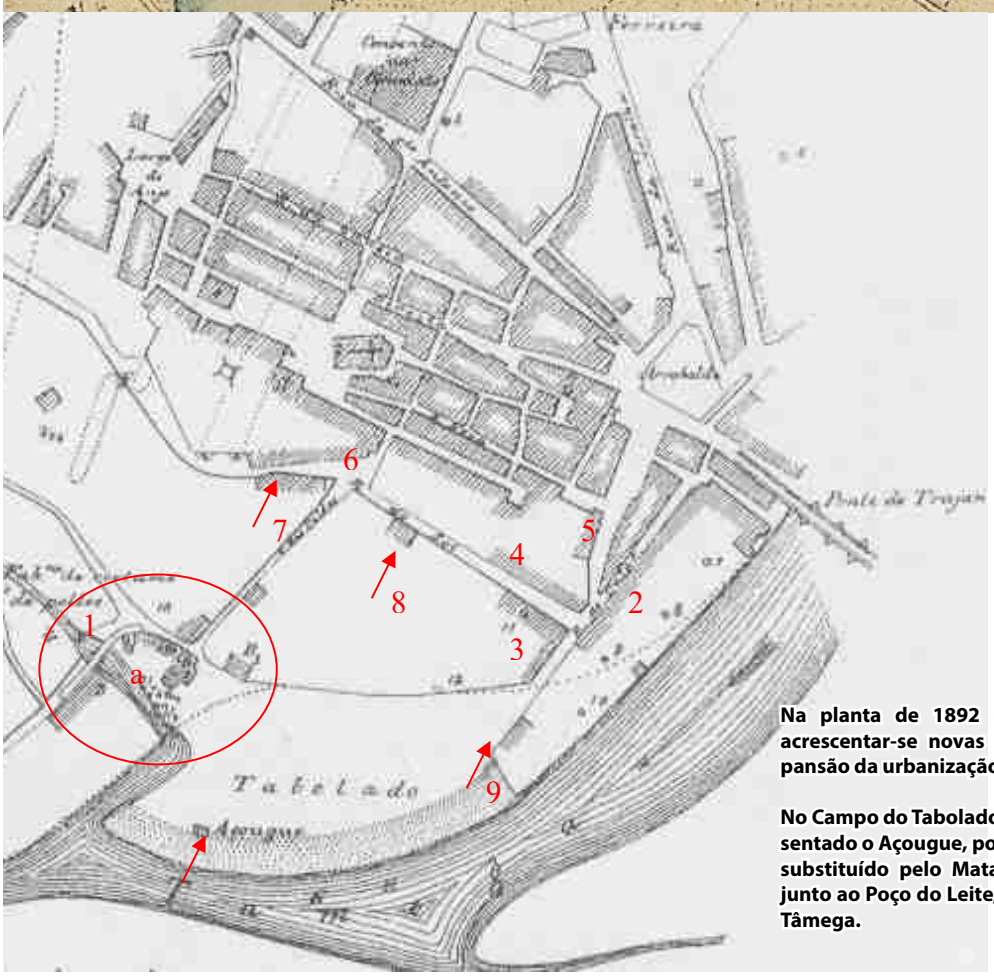




Nas plantas de 1797 e de 1801 observa-se a expansão urbanizadora do Arrabalde em direcção ao Campo do Tabolado (2 a 4).

Junto do núcleo das Caldas (1) observa-se o curso do Ribelas (a) que parece ter sofrido uma correcção sobre o troço terminal (b) através da construção de um canal com a finalidade provável de proteger o Campo do Tabolado das enchentes.





Na planta de 1892 continuam a acrescentar-se novas áreas de expansão da urbanização (7, 8 e 9).

No Campo do Tabolado surge representado o Açougue, posteriormente substituído pelo Matadouro novo, junto ao Poço do Leite, a jusante no Tâmega.

Neste período da 2ª metade do século XIX, em que se desenvolvem as obras municipais de Melhoramentos, registam-se escassas intervenções na zona das Caldas e Tabolado:

Tabolado

1856 – 1857	Tabolado	Concertos
1868 – 1869	Tabolado, Lg.	"Plantação de Negrilhos no Largo do Tabelado e resguardos para as arvores"

Caldas e Termas

1855 - 1856	Termas	Conservação dos Tanques
1856 – 1857	Termas	Conservação dos Tanques

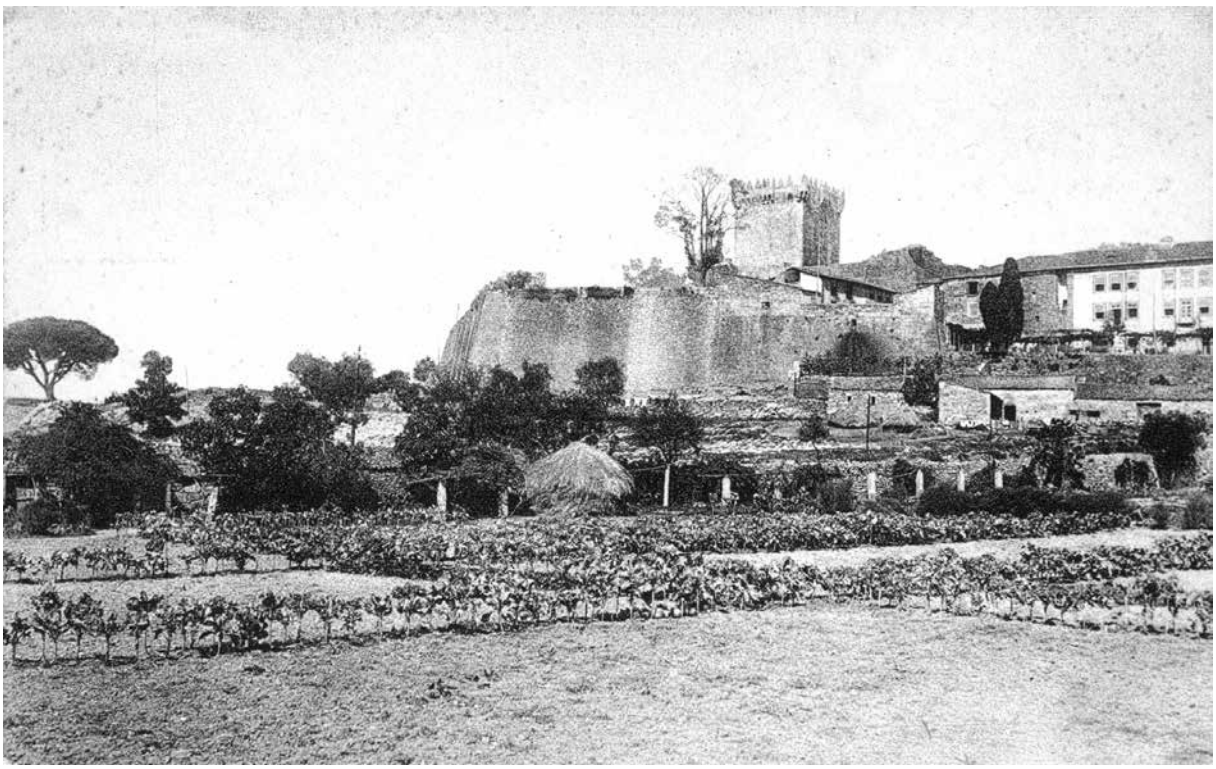
Poldras

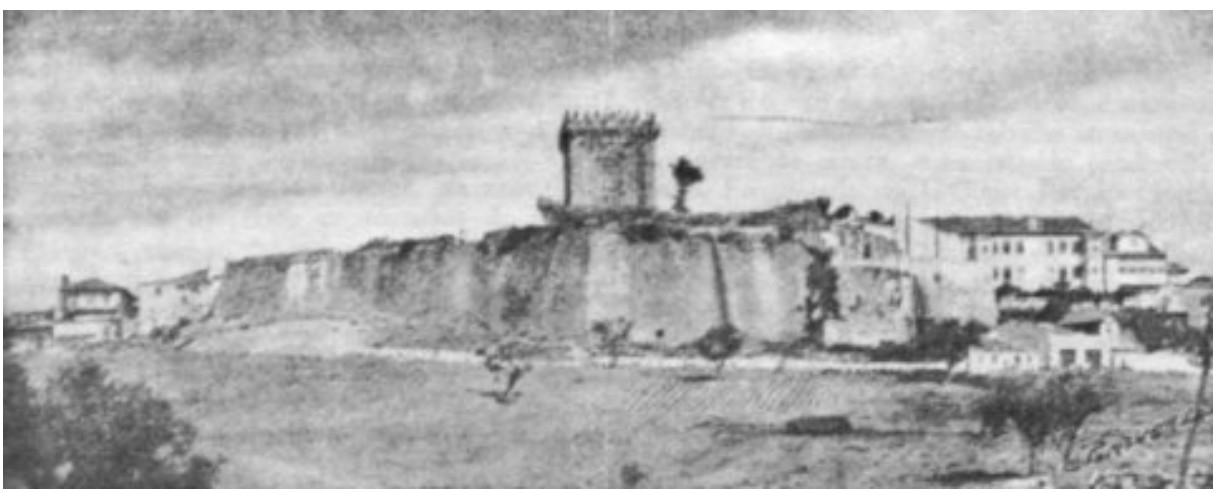
1862 – 1863	Poldras	Concerto nas poldras do rio Tâmega, no sítio do tabolado desta Villa.
1863 – 1864	Poldras	Conserto nas poldras que atravessam o rio Tâmega.

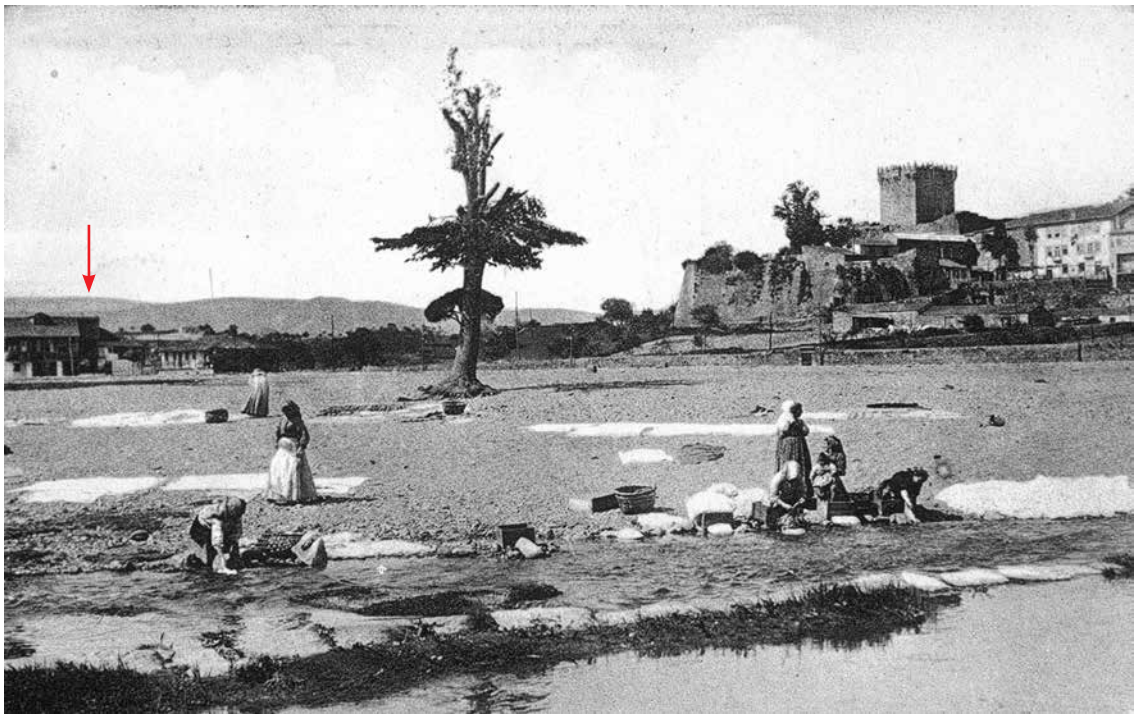
Matadouro

1855 - 1856	Matadouro	Concerto na Casa do Matadouro
1865 – 1866	Matadouro	"Para augmenfear a casa do matadouro publico d'esta Villa, sita no largo do Tabollado, por ser insuficiente e pouco commoda a actual"
1876 - 1877	Matadouro	"Reedificação do matadouro pertencente a este município" (não se realizou);
1878 - 1879	Matadouro	1879 (2.° Sem.) -"Para dar principio á construção d'uma casa para matadouro municipal nesta vilia";
1880	Matadouro	Nos Edifícios municipais aparece a referência ao "matadouro velho";

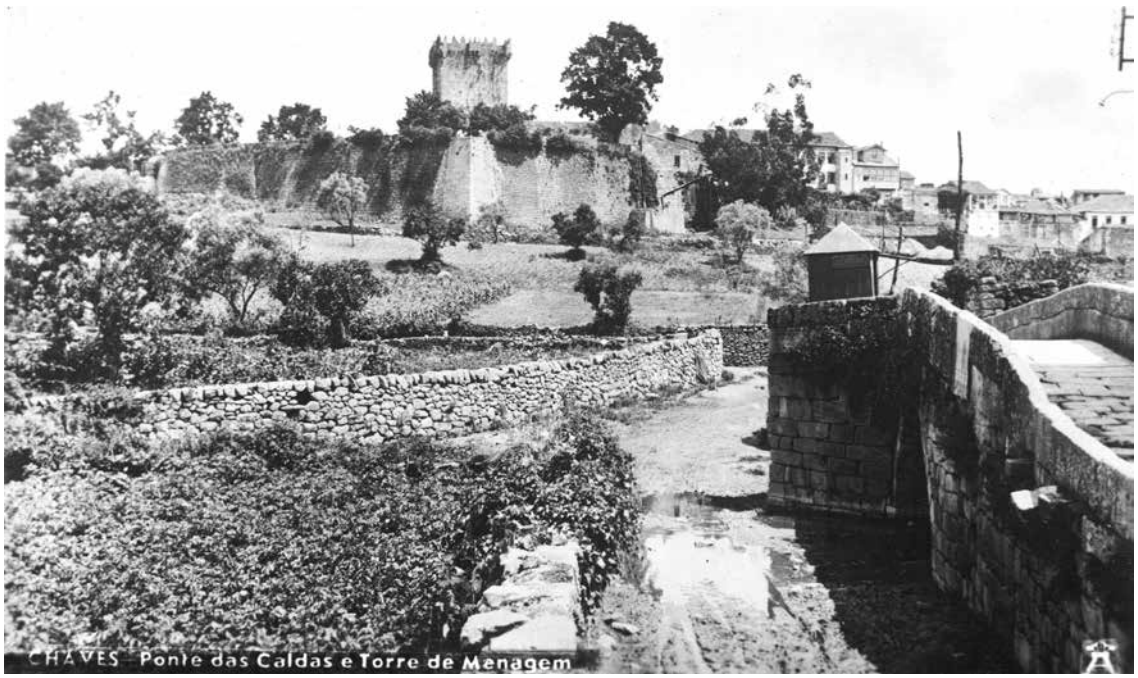
in FERNANDES 2005, 343-347. Câmara Municipal de Chaves. Justificação dos valores orçamentados para despender em obras públicas (1855 a 1889; 1904 e 1905). FONTE: Livros da Receita e Despesa da Câmara Municipal de Chaves: R. S. 361 a R. S. 374 (Biblioteca Municipal de Chaves), até 1864/65; Livros de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Chaves, 28 livros não catalogados (Arquivo Histórico Municipal de Chaves), para o período de 12 de Agosto de 1864 a 30 de Abril de 1905; apesar de existirem Livros de Actas para os anos de 1890 a 1903, bem como para os posteriores a 1905, os mesmos não contêm orçamentos.



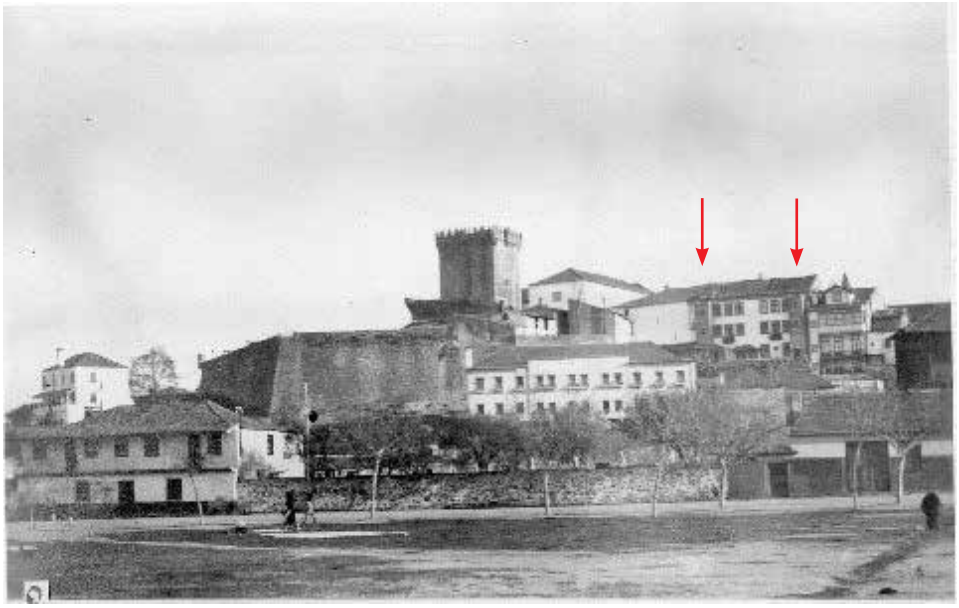


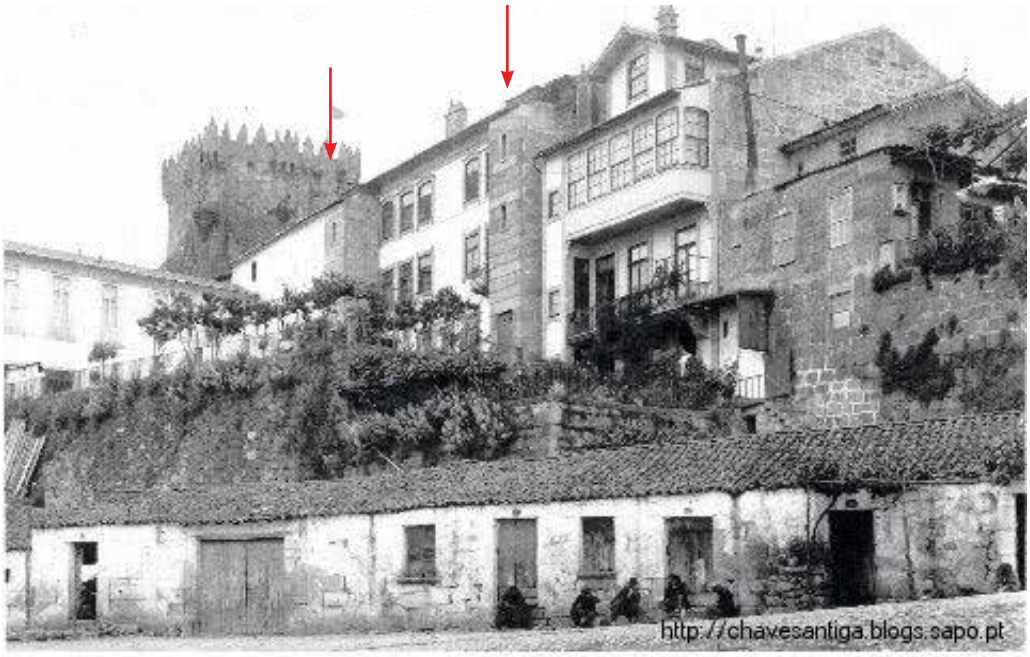


Apesar do núcleo urbanizado das Caldas e da urbanização que se estendia ao longo da Rua do Sol, a área entre as margens do rio Tâmega e os muros da fortificação abaluartada permaneciam, na passagem do século XIX para o XX, escassamente urbanizadas conservando um ambiente rural muito acentuado.

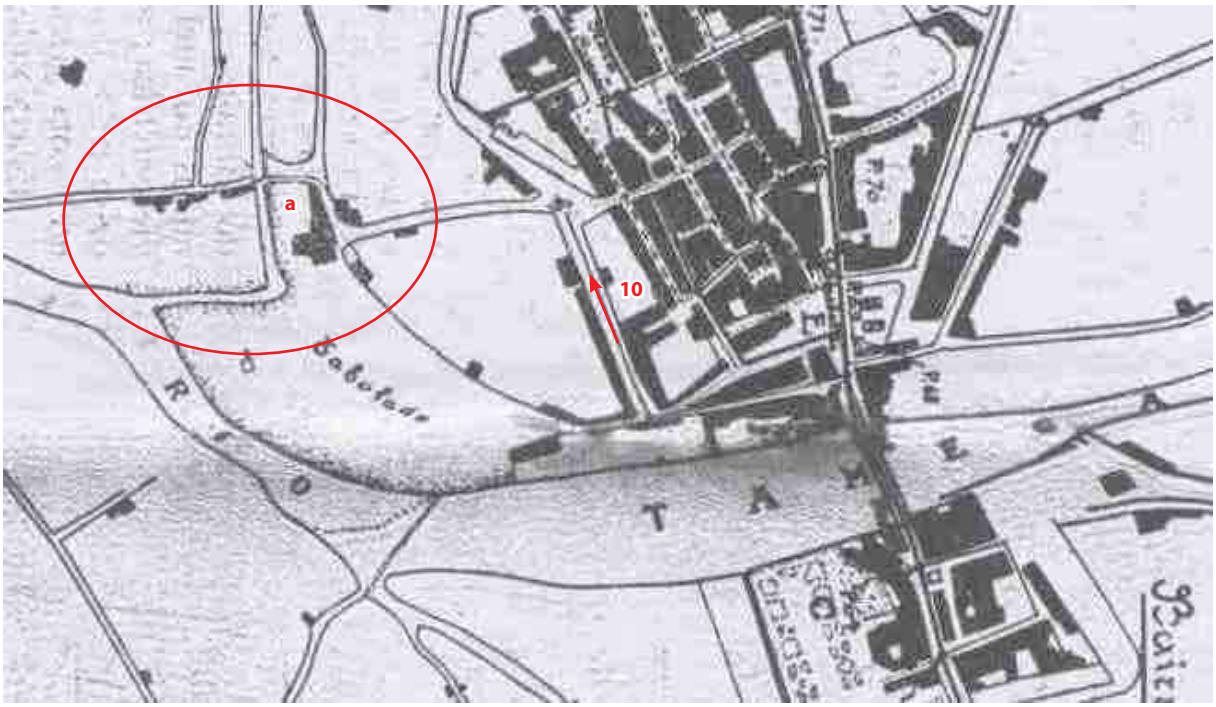


Edição da Papelaria Mesquita
CHAVES — Castello
7

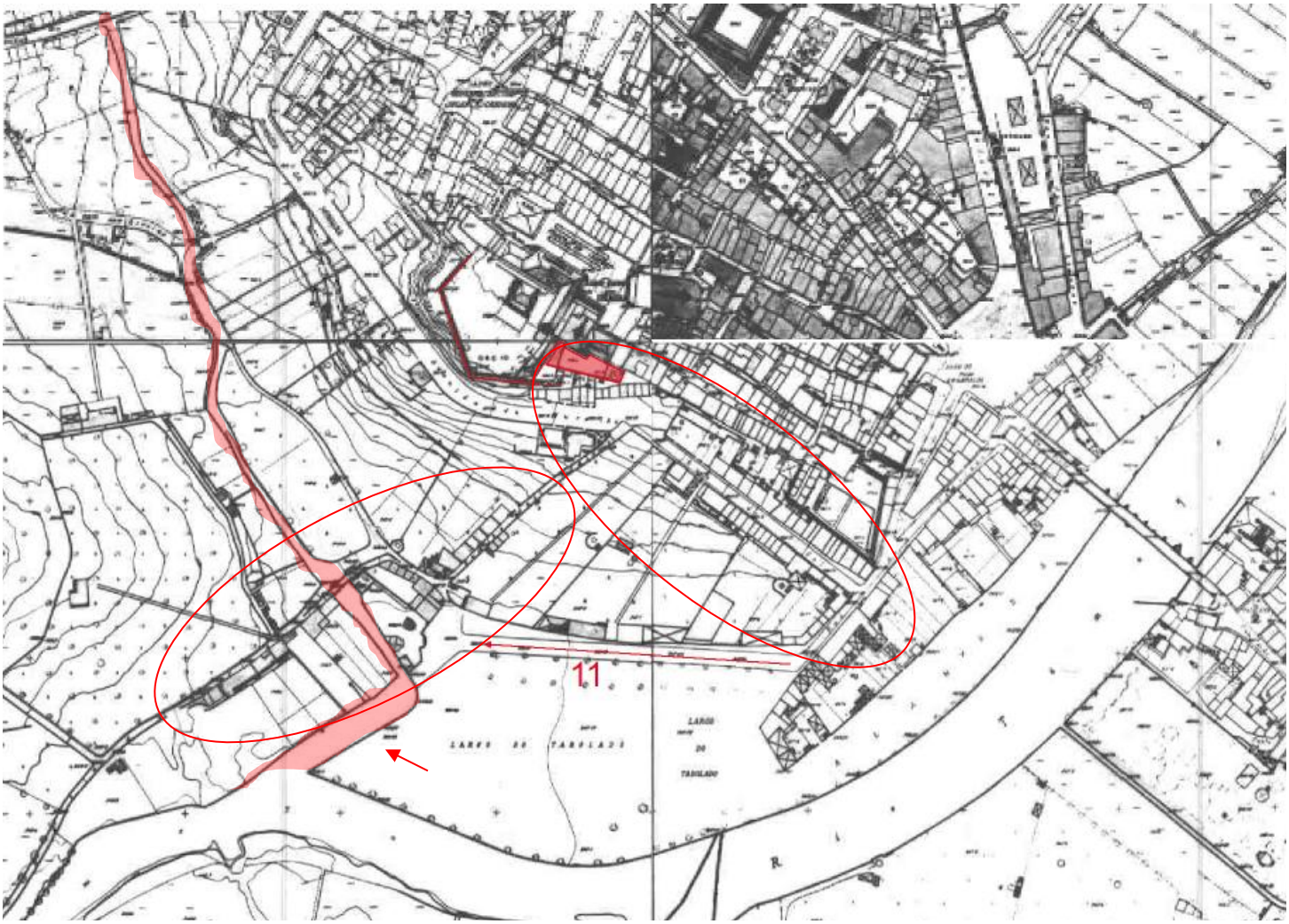



http://chavesantiga.blogs.sapo.pt

1970



Os terrenos dos fossos da Rua do Sol, na zona ainda não urbanizada após o baluarte e junto da cortina que seguia para o Postigo das Caldas (10), foram objecto de loteamento para efeito de venda, decisão tomada na sessão de Câmara de 9 de Agosto de 1906. Na planta de 1921 a construção sobre esses terrenos era ainda diminuta.

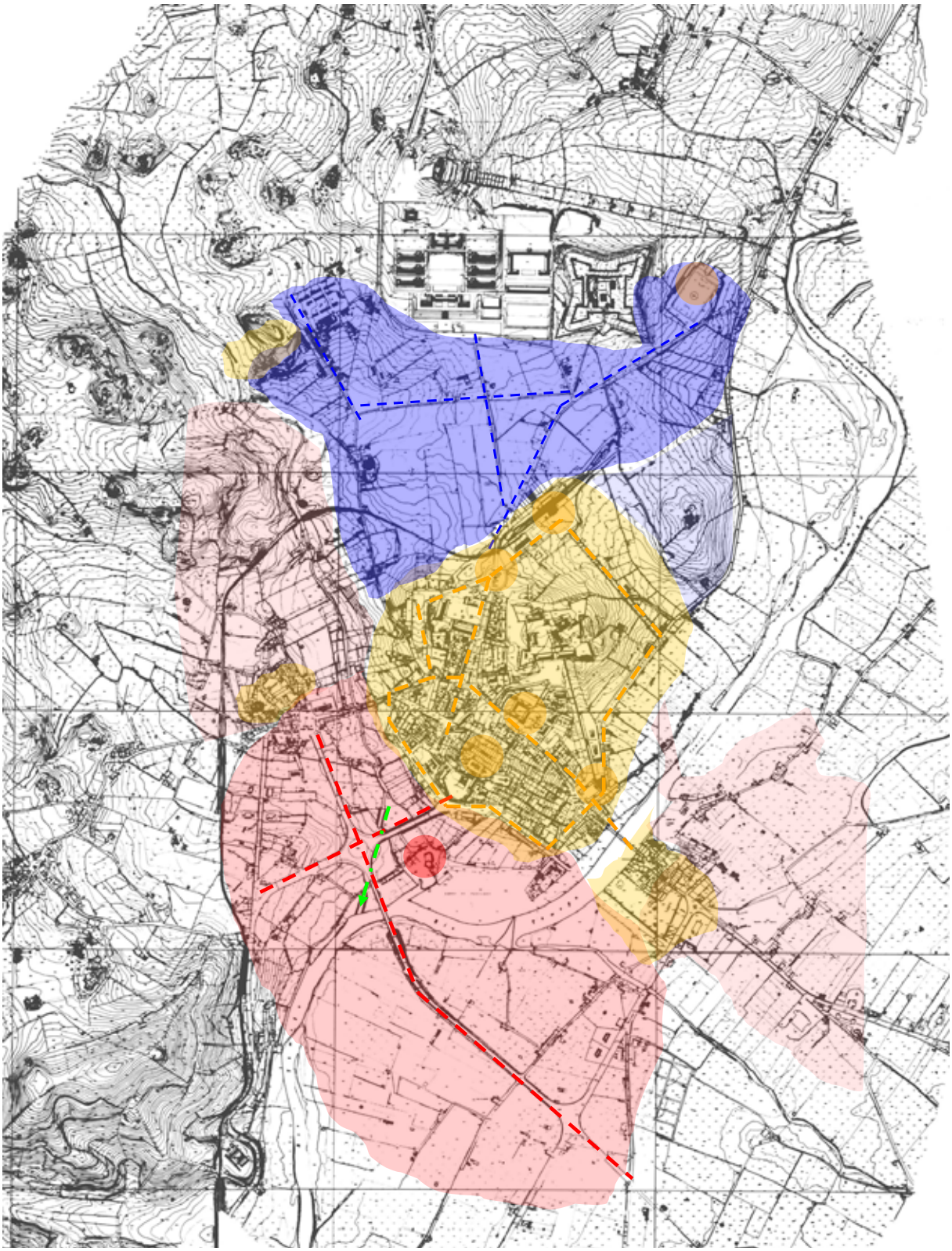


Na planta de 1946 observa-se ainda a escassa urbanização em toda esta área. Os dois principais eixos orientadores da urbanização nesta época, para além do prolongamento da rua do Tabolado ou do Calau, eram a Rua do Sol e a antiga estrada de Braga que passava ao núcleo original das Caldas.

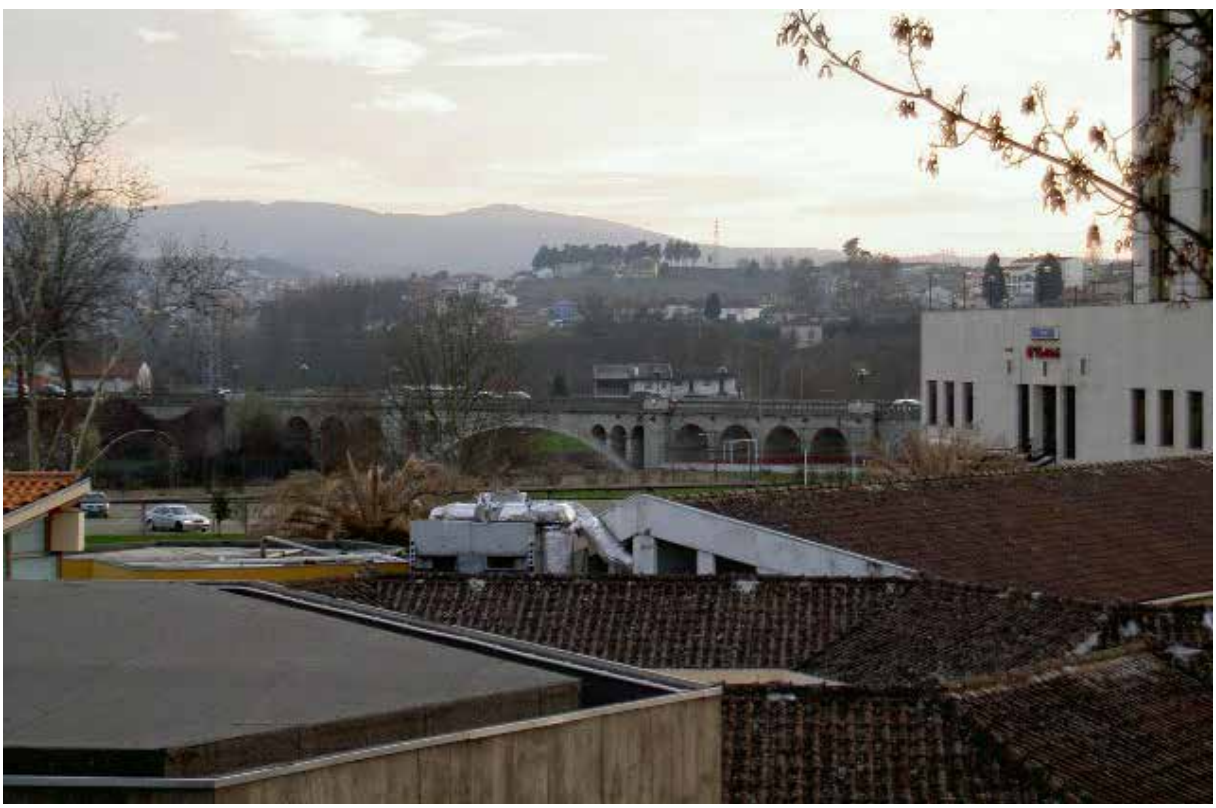
Começava a estruturar-se outro eixo sobre o que é hoje a Rua Dr. João Morais (11).

Observa-se no curso do Ribelas o troço terminal em canal regularizado cuja construção, como vimos, data da 2ª metade do século XVIII/inícios do XIX.

A década de 1940 conheceria um renovar do interesse e dos investimentos com vista ao aproveitamento e exploração das águas das Caldas tendo-se construído um novo pavilhão no recinto das nascentes, mantendo-se porém o carácter periférico e rural de toda aquela área.



Planta de Chaves em 1959 com indicação das áreas afectadas ao Ante Plano de Urbanização, Arqt. Moreira da Silva, 1951. No Tabolado, Caldas e vale do Ribelas, a construção das Avenidas Novas com a Rotunda e a nova ponte sobre o Tâmega alteraram profundamente a ordem urbana existente. Ao mesmo tempo o rio Ribelas sobre novo desvio com a construção de um canal subterrâneo (verde) que visava afastar as suas águas poluídas do núcleo das Caldas sobre o qual se fariam grandes investimentos com vista à valorização e exploração termal das águas das nascentes. No recinto das nascentes construiu-se então um novo e moderno pavilhão termal. Toda aquela área conheceu depois uma expansão urbana irregular em que o novo surge a par de restos degradados do passado rural que todavia permanecem.

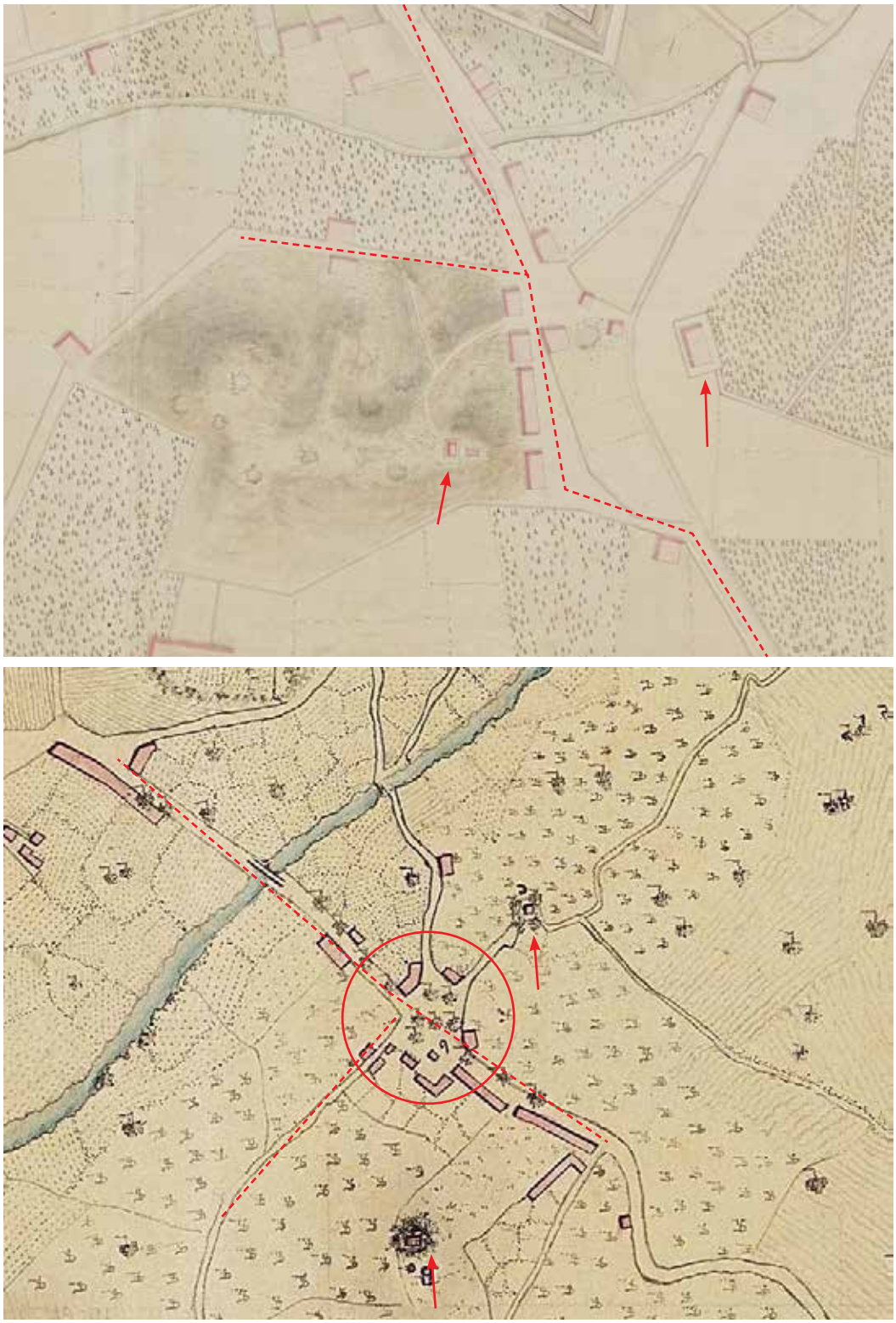


TOYOTA

12, 15 e 16 de Março

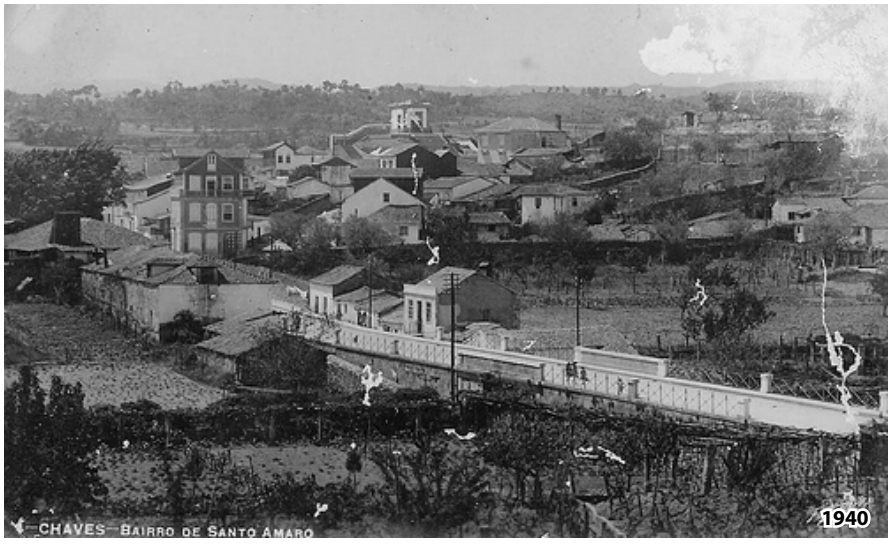
O rural que se insinua por entre a urbanização que se acentua nos dias de hoje, está mais presente na zona de Santo Amaro e do Calvário, o núcleo antigo que se desenvolveu ancorado pela estrada que saía pelas Portas de Cima da Cerca Velha da Vila e depois pelas Portas do Anjo das novas fortificações abaluartadas.

As plantas de 1762 registam um núcleo sobre a Estrada e no sopé da colina do Calvário de características dispersas e de baixa densidade. Para NO. da estrada, um outro caminho estrutura a expansão das construções. Para S. pontua a Capela e Adro ainda isolados da N. Sra. do Pópulo.

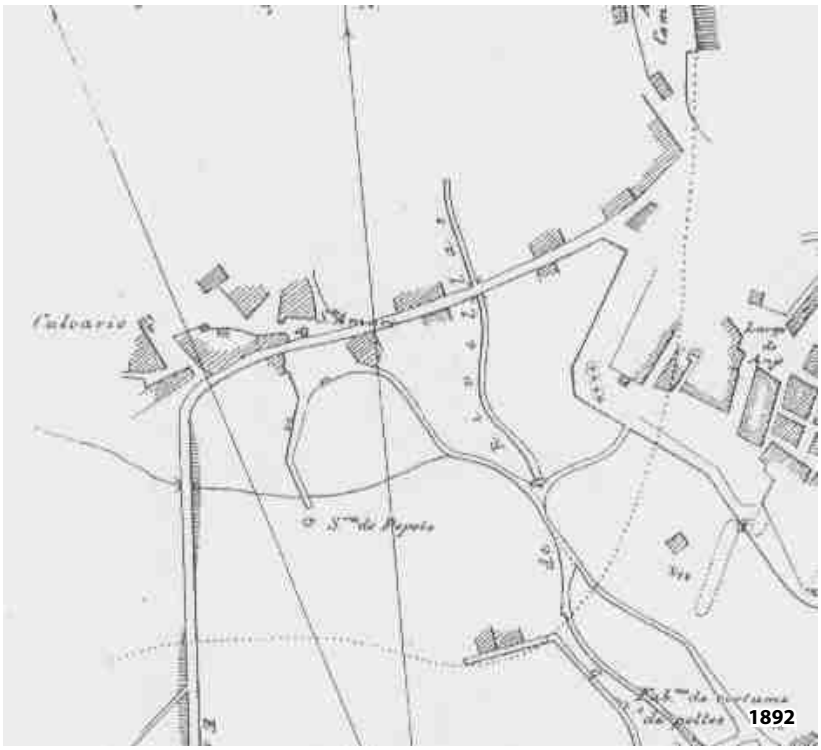


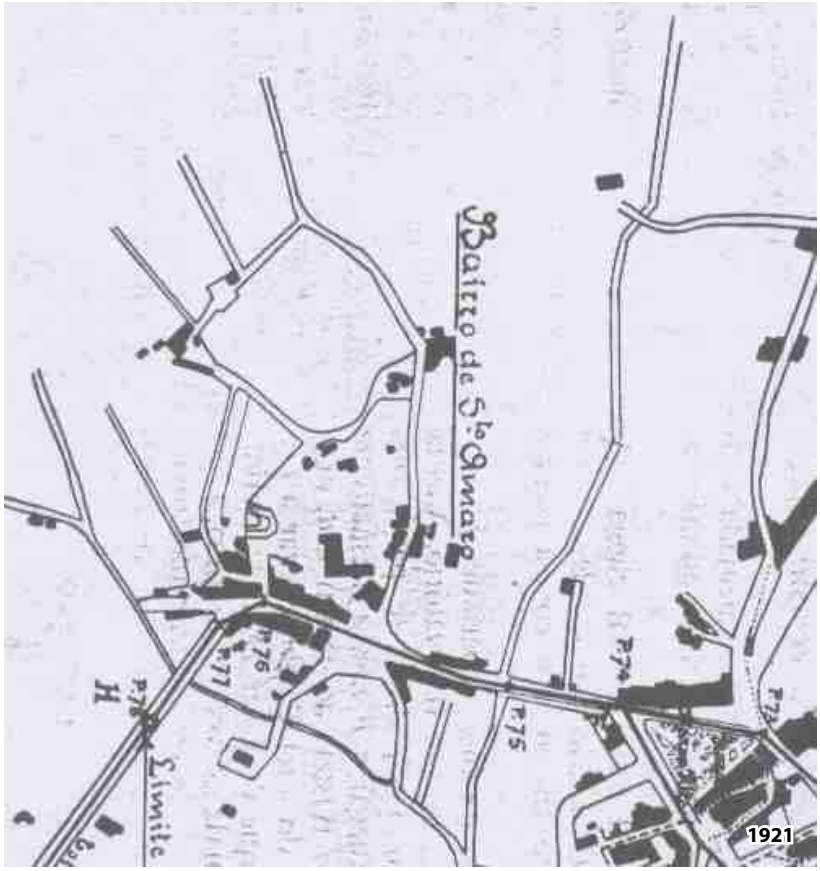
A comparação entre as plantas de 1801 e a de ca. 1840 permite identificar o momento de em que se gera o Largo de Santo Amaro com a respectiva Capela que passará doravante a estruturar este núcleo urbanizado na periferia próxima da vila de Chaves

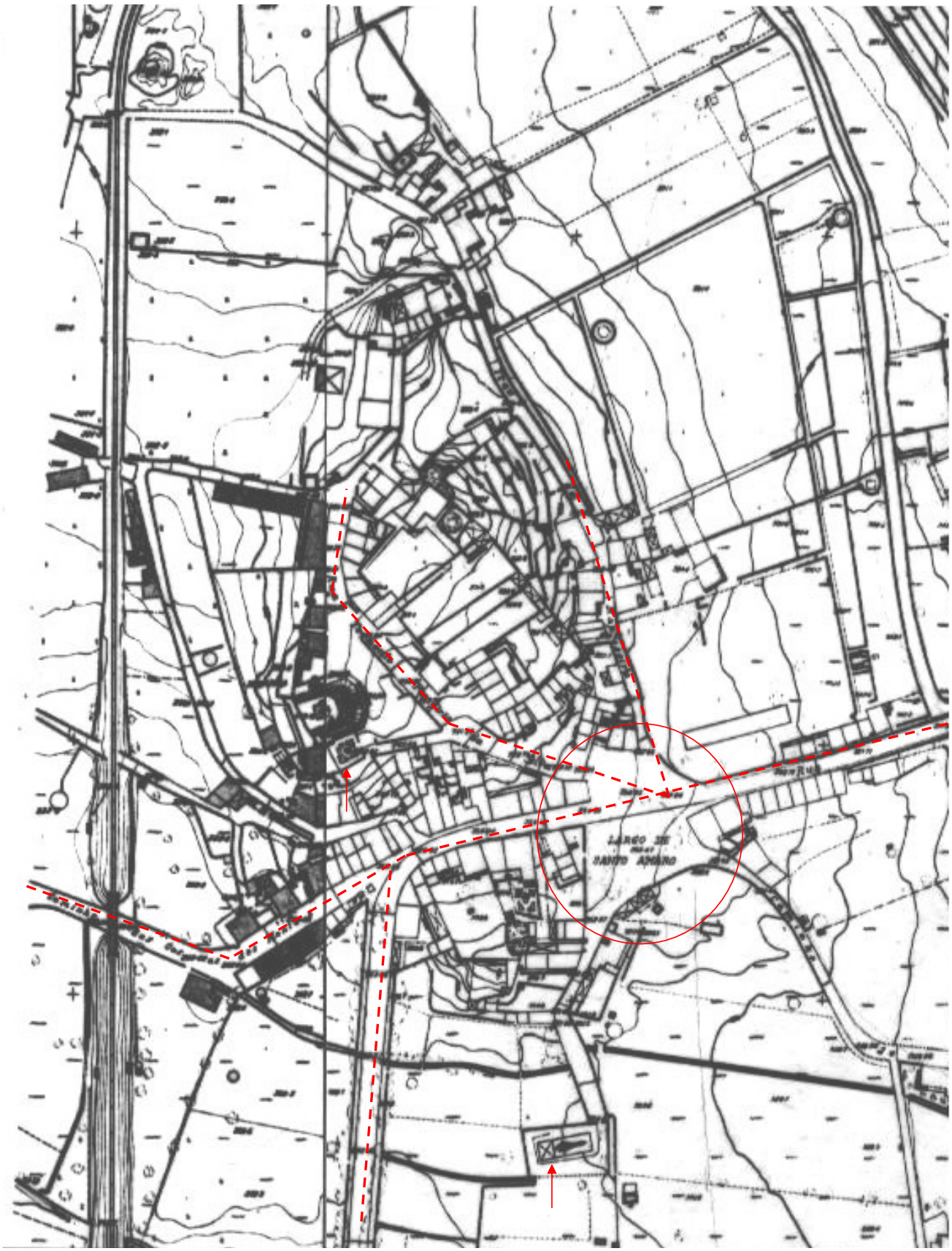
14 CHAVES. — Bairro de Santo Amaro
1920


CHAVES—BAIRRO DE SANTO AMARO
1940

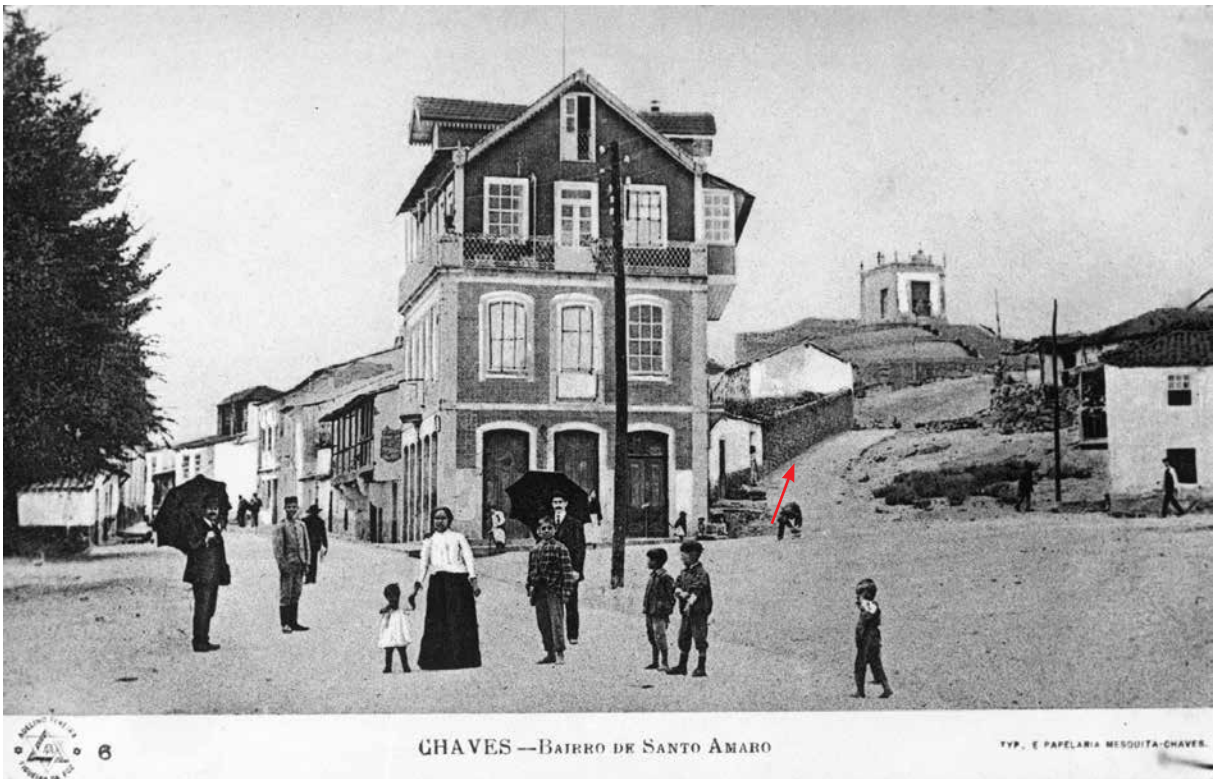
1970

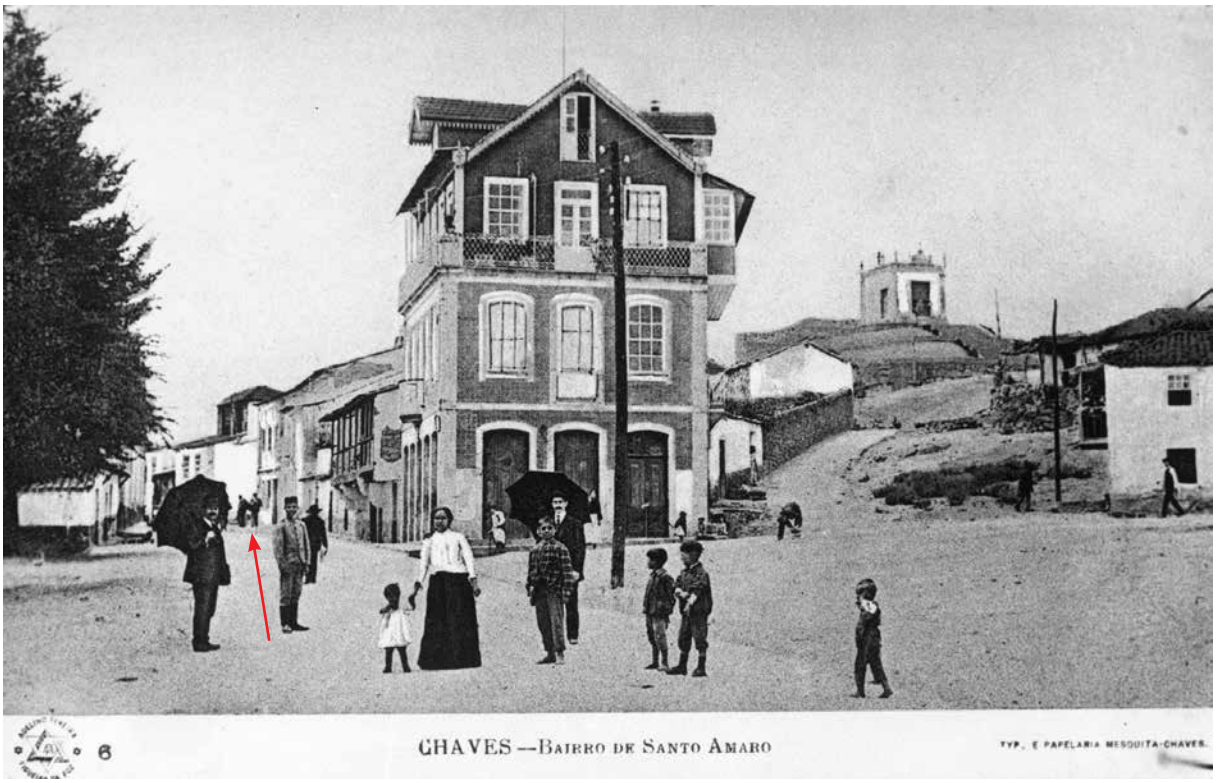

Calvario
1892


Bairro de Sto Amaro
H
Limite
1921

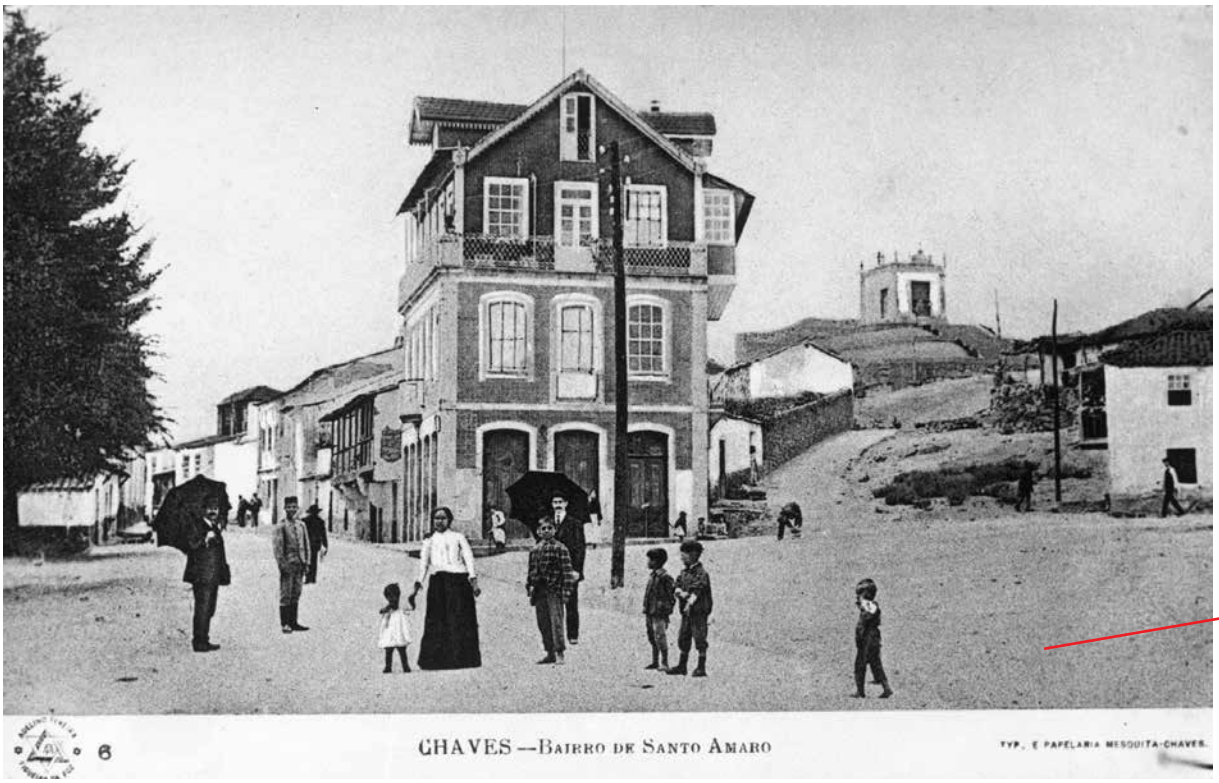


O Bairro de Santo Amaro e do Calvário na planta de Chaves de 1946


6
CHAVES — BAIRRO DE SANTO AMARO
TYP. E PAPELARIA MESQUITA-CHAVES.


6
CHAVES — Bairro de Santo Amaro
TYP. E PAPELARIA MESQUITA-CHAVES.

T2 T3 T4


6
CHAVES — BAIRRO DE SANTO AMARO
TYP. E PAPELARIA MESQUITA-CHAVES.

D

7. Fontes. Bibliografia e Arquivos

7.1. Bibliografia

AAVV, Chaves, in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. 6, Lisboa, s/d, pp. 633 - 634;
AAVV, Tesouros Artísticos de Portugal, Lisboa, 1976;
ABREU, Thomé de Távora e, Notícias Geographicas e Historicas da Provincia de Tras dos Montes, ms. 221 da BNL, transcrição de Júlio Montalvão Machado, in Revista Aquae Flaviae, 2, Chaves, 1989, pp. 24 - 25;
ADRAT 2002, nº 7- ASSOCIACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIAO DO ALTO TAMEGA, O Passado e o Presente dos Concelhos do Alto Tâmega. [S.l.] : ADRAT - Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega, 2002. - 101 p. : il.; 21 cm. - (Cadernos Temáticos ; 7).
AIRES de Magalhães Sepúlveda, Cristóvão – *História Orgânica e Política do Exército Português. Provas*, 17 volumes, Coimbra, 1902 – 1932.
AIRES, Firmino, *Incursões Autárquicas*, Chaves, Grupo Aquae Flaviae, 2000
AIRES, Firmino, *Incursões Autárquicas, II, (1891-1910)*, Revista Aquae Flaviae, nº 13, 1995
AIRES, Firmino, Sinais de Cristandade, Concelho de Chaves, Chaves, 2003
AIRES, Firmino, Toponímia flaviense. Chaves: CM de Chaves, 1990 (Vila Real : Minerva Transmontana). - 391 p. : il.; 24 cm.
ALENCAR, José, As Caldas de Chaves serão o fulcro da cidade nova / José Alencar. -[Braga : Oficinas Gráficas "Pax"], 1948. -18 p. ; 18 cm. -Sep. do Semanário "Ecos de Chaves", 1948
ALENCAR, José, As caldas de Chaves serão o fulcro da cidade nova / José de Alencar. -[S.l. : s.n.], 1949 (Braga : -- Tip. Pax). -28 p. ; 18 cm
ALMEIDA, C. A. F. de, "Muralhas Românicas e Cercas Góticas de algumas cidades do centro e norte de Portugal. A sua lição para a dinâmica urbana de então", *Cidades e História*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.
ALMEIDA, C. A. F. de, *Castelogia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Das origens a 1220*, Porto, 1978.
ALMEIDA, C. A. F. de, *História da Arte em Portugal. O Românico*, vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa., 1986, pp. 137-138
ALVES, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança…*, 2ª edição, Bragança: Museu do Abade de Baçal, 1983-1987.
ARQUEOHOJE, Chaves. Levantamento Arquivístico e Bibliográfico. 2006
ARQUEOHOJE, Do Castelo à Fortaleza. A cintura muralhada de Chaves (Paulo Celso Fernandes Monteiro e João Mário Martins da Fonte, autores), 2006
ARQUEOHOJE, Estudo de Caracterização Histórico Arqueológico e Musealização da Cintura Muralhada de Chaves. Sondagens arqueológicas. Relatório Final (Pedro Manuel Sobral de Carvalho e Rui Filipe Mendes Barbosa, autores), 2006
AZEVEDO, João A. Ayres de, *Origens de Villa Real (Protohistoria Portuguêsa)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1899.
BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (direcção) – *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, 4 vols.

BARREIRA, João, *Chaves* in Guia de Portugal, 2ª edição 1987
BARRIOS GARCÍA, Angel, "Repoblacion de la zona meridional del Duero. Fases de Ocupacion, Procedências y Distribuicion espacial de los grupos repobladores", *Studia Histórica. Historia Medieval,* vol. III, nº 2, 1985.
BARROCA, M. J., "Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)", *Portugália*, Nova Série, Vol. XI-XII, 1990/91, pp. 125-6.
BEIRANTE, Maria Ângela, *A "Reconquista" Cristã*, *Nova História de Portugal,* dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *Vol. II, Portugal das Invasões Germânicas à "Reconquista"*, coord. A. H. de Oliveira Marques, Lisboa: Editorial Presença, 1993, pp. 253-390.
BORRALHEIRO, Rogério, O Município de Chaves entre o Absolutismo e o Liberalismo (1790-1834) : administração, sociedade e economia. Braga : R. C. P. Borralheiro, 1997 (Braga : -- Barbosa & Xavier). 245, [2] p. : il. ; 24 cm.
BORRALHEIRO, Rogério, Processos eleitorais na administração concelhia no antigo regime português : O exemplo da Câmara de Chaves : 1819-1834 In: Estudos Autárquicos: Boletim do Centro de Estudos e Formação Autárquica, nº 6/7 1º/2º Semestre 1996, p. 69-126
CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES, Código de Posturas approvado em 3 de Junho de 1903, Chaves, 1905, Typographia A Voz de Chaves.
CAPELA, José Viriato; BORRALHEIRO, Rogério; MATOS, Henrique, As freguesias do distrito de Vila Real nas memórias paroquiais de 1758 : memórias, história e património. Braga : [s.n.], 2006. 723 p. : il. ; 31 cm
CARNEIRO, F. Gonçalves, Urbanização de Chaves, Braga, Oficinas Gráficas Pax, 1952.
CARNEIRO, Mário Gonçalves, A Magia de Aquae Flaviae, Porto, Árvore Cooperativa de Actividades Artísticas, 1999.
CARNEIRO, Mário Gonçalves, As Caldas de Chaves e os militares, Chaves, Revista Aquae Flaviae, nº 2, 1989, pp. 77-84.
CARNEIRO, Mário Gonçalves, As Caldas de Chaves, Coimbra, Tipografia das Beiras, 1945
CARNEIRO, Mário Gonçalves, As Caldas de Chaves. No passado, no presente e no futuro, Chaves, Câmara Municipal, 1964.
CARNEIRO, Sérgio, "Escavações arqueológicas na Cadeia Velha de Chaves, Revista Aquae Flaviae, nº 28, 2002, pp. 181-207
CARVALHO, Augusto C. Ribeiro de, Chaves Antiga - Monografia, Lisboa, 1929, pp. 48 - 49;
CASTRO, José Fernando Rua de, 1949- Cruzeiros, alminhas, pelourinhos do concelho de Chaves. - Guimarães : Editora Cidade Berço, 2002. - 95 p. : il. ; 24 cm.
CERIMÓNIAS, António José, Azulejos da igreja da Misericórdia de Chaves. - Dresden : Frau & Schwab Imp., 1928. - 39 p. : il. ; 14 cm.
CHABY, Cláudio - *Synopse dos decretos remetidos ao extinto Conselho de Guerra*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1869-1892. 8 vols.
COLMERO, Antonio Rodríguez, Aquae Flavie, II. O tecido urbanístico da cidade romana, Chaves, 1997;
CONCEIÇÂO, Margarida Tavares, *Da Vila Cercada à Praça de Guerra. Formação do Espaço Urbano em Almeida. Séculos XVI-XVIII*, Livros Horizonte, Lisboa, 2002.
CORTÁZAR, J. A. G. de, *La Sociedad Rural en España Medieval*, Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1988.
CORTÁZAR, J. A. G. de, *y otros*, *Organización social del espacio en la España medieval. La Corona de Castilla en los*

siglos VIII a XV. Barcelona: Ariel, 1985.
CORTÉS CORTÉS, Fernando, *Guerra e Pressão Militar nas Terras de Fronteira, 1640-1668*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
DALCHÉ, Jean Gautier, «Reconquête et Structures de l´habitat en Castille», *Castrum 3. Guerre, Fortification et Habitat dans le Monde Méditterranéen au Moyen Âge*, Madrid-Roma, 1988.
DALCHÉ, Jean Gautier, *Historia Urbana de Leon y Castilla en la Edad Media (Siglos IX-XIII)*. Madrid : Siglo XXI de España Editores, 1989.
DIAS, Nuno J. Pizarro Pinto, Chaves Medieval (Séculos XIII e XIV), in Revista Aquae Flaviae, 3, Chaves, 1990, p. 35 - 94;
DIONÍSIO, Santana (dir.), Guia de Portugal, 5, Lisboa, s/d, pp. 426 - 429 e 432 - 434;
DMP, DR – *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios. AD. 1095-1185*, ed. de Rui Pinto de Azevedo. Lisboa 1958-1962.
DOMINGUES, Álvaro, Cidade e Democracia : 30 Anos de transformação urbana em Portugal = Ciudad y Democracia : 30 Años de de transformación urbana en Portugal / Coordenação: Álvaro Domingues. - Lisboa : Argumentum Edições, 2006. - 399 p. : il.; 35 cm.
DORDIO GOMES, Paulo, "O povoamento medieval em Trás-os-Montes e no Alto Douro. Primeiras impressões e hipóteses de trabalho", *Arqueologia Medieval*, 2, Porto, 1993, pp. 171-190.
DORDIO GOMES, Paulo, *Arqueologia das Vilas Urbanas de Trás-os-Montes e Alto Douro. A reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)*. Porto, 1993.
DORDIO, Paulo, "Centros de Povoamento: um percurso pelas vilas medievais", *Terras do Côa. Da Malcata ao Reboredo. Os Valores do Côa*. Guarda, 1998.
DORDIO, Paulo, Reorganização do território de fronteira na Baixa Idade Média e a Formação do Espaço da Monarquia Portuguesa. In *Actas do Colóquio Internacional "Património Cultural y Território en el Valle del Duero"*, organizado pelo IPPAR e a Direccíon General de Património y Bienes Culturales da Junta de Castilla y Léon em Zamora, 14, 15 e 16 de Fevereiro de 2007. (no prelo).
DORDIO, Paulo, Trás-os-Montes e o Alto Douro na criação do território da Monarquia Portuguesa (séculos XII a XV), in *História do Vale do Douro, Vol. II, A idade Média***, Edições Afrontamento, Porto (no prelo)**
DORDIO, Paulo; LIMA, Alexandra, A água e a luz em Matosinhos: abastecimento público e consumo privado. História em torno de um serviço municipalizado (séculos XIX e XX), SMAS – Câmara Municipal, Matosinhos. (no prelo)
DS – *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, ed. Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira. Coimbra, 1979.
DUARTE D'ARMAS, *Livro das Fortalezas*, fac-símile, 2ª edição, Lisboa, Ed. Inapa, 1997.
DUARTE, Luís Miguel; BARROS, Amândio, "Corações aflitos: navegação e travessia do Douro na Idade Média e no início da Idade Moderna", *Douro – Estudos e Documentos*, vol. II (4). Porto: GEHVID, 1977, 77-118.
FERNANDES, A. de Almeida, *Guimarães, 24 de Junho de 1128. Nos 850 anos da Batalha de S. Mamede*. Guimarães, 1978 (Separata da *Revista de Guimarães*).
FERNANDES, A. de Almeida, *Território e Política Portucalense (sécs. VI-XII)*. Porto, 1972 (Separata de *O Tripeiro*).
FILGUEIRAS, Mário, "Abastecimento de água da vila de Chaves", Boletim da associação dos Engenheiros Civis do Norte de Portugal, Ano II, nº 1, pp. 19-91.

FONTE, João Barroso da, Síntese monográfica de Chaves / [textos e coordenação de João Barroso da Fonte e Hernâni de Castro Lopo]. - Chaves : Agrupamento Turístico de Chaves, Lda., 1975. - 39 p. : il.; 21 cm.
GALEGO, J., GARCIA, J. C. e ALEGRIA, M. F., *Os Itinerários de D. Dinis, D, Pedro e D. Fernando. Interpretação gráfica*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1988.
GAMA BARROS, Henrique de, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, ed. por T. de Sousa Soares, 11 vols., Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1945-1954.
GOMES, Rita Costa, Castelos da Raia. Trás-os-Montes, vol. 2, Lisboa, 2003;
GONZALES, Julio, "Repoblación de la Extremadura Leonesa", *Hispania*, 1943, pp. 195-273.
GONZÁLEZ SIMANCAS, Manuel, Plazas de guerra y castillos mediovales de le frontera de Portugal (Estudios de arquitectura militar), in Revista de Archivos, Bibliotecas y Museus, 24, Madrid, 1911, pp. 13 - 19;
GRANDE, Nuno, *O Verdadeiro Mapa do Universo. Uma Leitura diacrónica da cidade portuguesa*, Coimbra, Departamento de Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2002
HESPANHA, António Manuel, "Centro e Periferia nas estruturas administrativas do Antigo Regime", *Ler História*, nº 8, 1986.
IMPRENSA REGIONAL DO ALTO TAMEGA, Imprensa Regional do Alto Tâmega / Propriedade e Edição: ADRAT-Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega ; Colaboração: Aurora Gomes Pereira, Carvalho Moura, Maria Isabel Viçoso, Júlio Montalvão Machado. - [S.l.] : ADRAT - Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega, 2004. - 142 p. : il.; 21 cm.
LIMA, J. M. do Rego, Reconhecimento geo-hydrologico de Chaves / J. M. do Rego Lima. -Lisboa : Imp. Nacional 1892. -1 v. ; in-8. -[Coll.]
LÔBO, Margarida Souza Planos de Urbanização. A Época de Duarte Pacheco. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1995.
MACHADO, J. T. Montalvão, A aula de anatomia de Chaves, Lisboa : [s.n.], 1962. -133-168 p. ; 25 cm. -Sep. Arqueologia e História, 10.
MACHADO, J. T. Montalvão, *A cultura do trigo no Vale de Chaves*, [S.l. : s.n.], 1944 (Lisboa : -- Tip. Soc. Astória). -220 p. : il. ; 24 cm.
MACHADO, J. T. Montalvão, *Como e Porquê se imprimiu em Chaves o Primeiro Livro de Língua Portuguesa*, sep. Anais, II Série, vol. 24, t. I, Lisboa, 1977.
MACHADO, J. T. Montalvão, Dom Afonso 1º Duque de Bragança sua vida e sua obra, Lisboa, 1964;
MACHADO, J. T. Montalvão, *Dom Afonso, 8o conde de Barcelos, fundador da Casa de Bragança*. Guimaräes : [s.n.], 1963. -43 p. ; 24 cm. -Sep. Rev. Guimaräes, 73.
MACHADO, J. T. Montalvão, *Dom Afonso, primeiro Duque de Bragança*, Lisboa: J. T. M. Machado, 1964. -510, [1] p. : il. ; 25 cm.
MACHADO, J. T. Montalvão, *Dos Pizarros de Espanha aos de Portugal e Brasil : história e genealogia*. Lisboa : Montariol, 1970. -535, [1] p. : il. ; 25 cm.
MACHADO, J. T. Montalvão, *O cerco de Almeida em 1808*, Lisboa : [s.n.], 1977 (Lisboa : -- Serviços Gráficos da Liga dos Combatentes). -30, [1] p. : il., mapa ; 23 cm. -Sep. Rev. Militar.
MACHADO, J. T. Montalvão, *O liceu da Rua do Poço*; pref. Justino de Montalväo. -[S.l. : s.n.], 1946 (Chaves : -- Tip. Mesquita). -177 p. ; 20 cm.
MACHADO, J. T. Montalvão, *Onde se iniciou a revolta contra El-rei Junot*, Lisboa : [s.n.], 1976 (Lisboa : -- Servi-

ços Gráficos da Liga dos Combatentes). -42, [1] p. : il., mapa ; 23 cm. -Sep. Rev. Militar.
MACHADO, J. T. Montalvão, *Rega, defesa e enxugo da Veiga de Chaves*. -2a ed. aumentada. -[S.l. : s.n.], 1944 (Coimbra : -- Tip. Atlântida). -64, [1] p. ; 22 cm
MACHADO, Júlio M. "A Sociedade Flaviense" Revista Aquae Flaviae 26 2001 pp. 129 – 152.
MACHADO, Júlio M., Crónica da Vila Velha de Chaves / Júlio M. Machado. - Chaves : CM de Chaves, 1994. - 373 p. : il.; 24 cm.
MARQUES, Teresa (coord.), *Sistema Urbano Nacional: Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais* – Vol. I e II. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano, 1997.
MARTÍN VISO, Iñaki, *Una Frontera Casi Invisible: Los Territorios Al Norte del Sistema Central en la Alta Edad Media (Siglos VIII-XI)*, (Sep. de *Studia Historica, Historia Medieval, Fronteras y límites interiores*, I, vol. 23, 2005, Salamanca: Ediciones Universidad).
MARTINS, J. Vicente (1984) – "Chaves e as suas Fortalezas", in Segundo Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses. Livro do Congresso, pp. 136-145. Património XXI Associação Portuguesa para a Protecção e Desenvolvimento da Cultura, Lisboa.
MARTINS, João Baptista (1997) – "Fortalezas do Concelho de Chaves", Revista Aquae Flaviae, 18, 1997, pp. 64-94
MARTINS, Manuel J. Carvalho (1999) – Por Aquas Flavias, Chaves. Câmara Municipal de Chaves, Chaves.
MATTOSO, José, "A Cidade Medieval na Perspectiva da História das Mentalidades", *Cidades e História*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992b
MATTOSO, José, "Introdução à História Urbana: A Cidade e o Poder", *Cidades e História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992a.
MATTOSO, José, *A Monarquia Feudal. 1096-1325. História de Portugal direcção de José Mattoso, segundo volume*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.
MATTOSO, José, *Identificação de Um Pais. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*, 2 vols., Lisboa: Editorial Estampa, 1985.
MEMÓRIAS in Revista Aquae Flaviae, nº 24, 2000, pp. 49-190 (fotos antigas de Chaves)
MENDES, José Maria Amado (1981) – Trás-os-Montes nos fins do século XVIII, Segundo um Manuscrito de 1796. INIC, Coimbra.
MENDONCA, Sofia Isabel Loureiro, Roteiro de edifícios religiosos do concelho de Chaves In: Estudos Transmontanos e Durienses. - ISSN 0870-1687. - nº8 (1999), p. 239-259
MERÊA, Paulo e GIRÃO, Amorim, *Territórios Portugueses do Século XI* (Sep. Revista Portuguesa de História, 2, 1943, 255-263).
MONTEIRO, João Gouveia, *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média. Presença, Perfil, Conservação, Vigilância e Comando*. Lisboa: Edições Colibri, 1999.
MOP, Relatório da Actividade do Ministério nos anos de 1957 e 1958, vol. 1, Lisboa, 1959;
NÒBREGA, P. Silvino Rodrigues da; GOMES, António Júlio; HOMEM, Francisco de Barros Teixeira, A Capela de Nossa Senhora do Pópulo em Chaves, 1956, Chaves.
NUNES, António Lopes Pires. *Dicionário de Arquitectura Militar*. Lisboa: Caleidoscópio, 2005.
NUNES, António Lopes Pires. O castelo estratégico português e a estratégia do castelo em Portugal. Lisboa: Direcção do Serviço Histórico Militar, 1988.

ORACLE PORTUGAL, Sítios & Formas. ChavesPolis, S.A.. Plano de Salvaguarda do Centro Histórico. Proposta de Plano, 2006.
PEREIRA, Celeste, Muralha de Chaves sofreu nova derrocada. Monumento Nacional em risco. Depois do desmoronamento de há um ano, a ruptura iminente acabou por acontecer, in Jornal O Público, Porto, 3 Abril 2002;
PEREIRA, Manuel António, A Feira –Festa Anual dos Santos em Chaves e alguns temas e problemas suscitados por ela e pelo grandioso historial da vetusta Aquae Flaviae, 2 vols., Chaves, 2006.
PINTO, Hermenegildo da Costa, Nicolau Mesquita na Administração Municipal de Chaves (1923 – 1926), Lisboa, Sociedade Gráfica Editorial, 1931.
PMH, DC – *Portugaliae Monumenta Historica…, Diplomata et Chartae*. Lisboa 1867 e ss.
PMH, Leges – *Portugaliae Monumenta Historica…, Leges et Consuetudines*. Lisboa 1856 e ss.
PORTUGAL. Ministério da Administração Interna. Comissão de Coordenação da Região do Norte Inventário das potencialidades turísticas na Região do Norte : Chaves / Comissão de Coordenação da Região do Norte. - Porto : CCRN, [1984]. - 24 f.; 30 cm. - Versão provisória. -
PORTUGAL. Ministério das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano Caracterização Socio-Económica dos Concelhos [Texto policopiado] : Concelho de Chaves / Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano ; Luísa Santos, Margarida Nicolau. - [Lisboa] : [DGOTDU], 2004. - [49] p.; 30 cm.
QUATERNAIRE PORTUGAL, Plano estratégico da cidade de Chaves / Quaternaire Portugal. - [Porto] : Quaternaire Portugal, 1995. - 185 p.; 30 cm.
RAMOS, António M. A.; GUERRA, António L. M., "Chaves: Revitalização e reabilitação do centro histórico", in III Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico, Viana do Castelo, Câmara Municipal, vol. II, p. 221 – 224.
REIS, António Matos, *Origens dos Municípios Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.
Relatório da Actividade do Ministério nos Anos de 1959, vol. 1, Lisboa, 1960;
ROSSA, Walter, "A Cidade Portuguesa", in *História da Arte Portuguesa*, Vol. 3 (dir. de Paulo Pereira), Lisboa, Círculo dos Leitores, 1995
SANTOS, Horácio Madureira dos, Catálogo dos decretos do extinto Conselho de Guerra na parte não publicada pelo General Cláudio de Chaby. Lisboa : [s.n., 196-]-. -v. ; 24 cm. -3o v.: 1961. - 730, [1] p.. -Sep. Bol. Arq. Histórico Militar e Lisboa : [s.n., D.L. 1958]-. -v. ; 24 cm. -4o v.: 1963. - 981 p., [1] f.. -Sep. Bol. Arq. Histórico Militar, 34
SÉRGIO, António, *Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.
SILVA, José Custódio Vieira da, "Castelos e cercas medievais. Séculos XIV e XV", *Portugal no Mundo. História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, dir. de Rafael Moreira, Lisboa, 1991.
SOPENA, Pascual Martínez, "El Despliegue Urbano en Los Reinos de León y Castilla durante el Siglo XII", *III Semana de Estúdios Medievales, Nájera, 3 al 7 de Agosto de 1992*. Logroño: Gobierno de la Rioja/Instituto de Estúdios Riojanos, 1992, pp.27-41.
SOPENA, Pascual Martínez, "Repoblaciones interiores, villas nuevas de los siglos XII y XIII", *Despoblación y colonización del valle del Duero. Siglos VIII-XX*. Ávila: Fundación Sánchez-Albornoz, 1995, pp. 162-187.
SOROMENHO, Miguel Conceição Silva, Manuel Pinto de Vilalobos da engenharia militar à arquitectura (dissertação de mestrado em História da Arte Moderna), UNL, Lisboa, 1991;

TABORDA, Vergílio, *Alto Trás-os-Montes. Estudo Geográfico*, 2ª edição, Lisboa 1987.

TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida, *O Urbanismo Português, séculos XIII-XVIII, Portugal – Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

TEIXEIRA, Ricardo (2001) – "*Castelos e Fortificações da Região de Chaves entre a "Reconquista" e a Baixa Idade Média*", *in* Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, Vol. VII: Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica. ADECAP, Porto.

TEIXEIRA, Ricardo (2002) – "*Castelos e Organização dos Territórios nas duas Margens do Curso Médio do Douro (Séculos IX-XIV) ", in* Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500). Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, pp. 463-476. Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, Lisboa.

TEIXEIRA, Ricardo (2005) – "*Castros e Povoamento: Continuidades e Rupturas em Tempo Medieval*", *in Cadernos do Museu*, Actas do Colóquio "Castro – um lugar para habitar", pp. 293-305. Museu Municipal de Penafiel, Penafiel.

TEIXEIRA, Ricardo e AMARAL, Paulo, Levantamento Arqueológico do Concelho de Chaves, relatórios anuais de actividades, Chaves, 1985 - 1992;

TEIXEIRA, Ricardo Jorge Coelho Marques Abrantes, *De Aquae Flaviae a Chaves: povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*. Porto : [s.n.], 1996. -236, [58] f. : il. ; 30 cm. -Tese mestr. Arqueologia, Univ. do Porto, 1996 [Texto policopiado].

TEIXEIRA, Ricardo; SILVA, João Ribeiro da, "Recuperar a Memória da Vila Velha de Vila Real: da investigação à musealização", *Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior. Debates no Vale do Côa. 15 a 20 de Maio de 2006* (no prelo).

VALE, Ana Queiróz do, Plano de pormenor do Centro Histórico de Chaves / Ana Queiróz do Vale In: I Congresso Ibérico de Urbanismo, Viana do Castelo, Junho de 1993, p. 263-270

VASCONCELLOS, Ernesto, *Exposição de Cartographia Nacional, (1903-1904)*, Catálogo, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, A Liberal Offic. Typ., 1904.

VERDELHO, Pedro, Na Rota dos Castelos, in Chaves, Chaves, 1993, pp. 1 - 6 e 16 - 20;

VERDELHO, Pedro, Roteiro dos Castelos de Trás-os-Montes, Chaves, 2000;

VIÇOSO, Maria Isabel 2000, Igreja da Misericórdia de Chaves, Santa Casa da Misericórdia, Chaves, 2000

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, ed. crítica por Mário Fiúza, 2 vols., Porto: Civilização, 1965-1966.

VITERBO, Francisco Marques de Souza. Dicionário histórico e documental dos arquitetos, engenheiros e construtores portugueses ou ao serviço de Portugal. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899-1922.

7.2. Arquivos

Em relação às Fontes Arquivísticas existe já um levantamento desenvolvido realizado pela empresa ARQUEHOJE, Lda. no âmbito do presente projecto de investigação para onde se remete o leitor: ARQUEOHOJE, *Chaves. Levantamento Arquivístico e Bibliográfico*. 2006

Destacaríamos apenas alguns arquivos ou fundos que, pela sua importância e potencial, nos parecem decisivos para o desenvolvimento futuro desta investigação. Não nos referiremos ao **Arquivo Municipal de Chaves**, o qual constitui obviamente o fundo prioritário a explorar no futuro, uma vez que ele já foi amplamente explorado por autores como Firmino AIRES, Rogério BORRALHEIRO ou Mário Gonçalves FERNANDES e se encontra em fase de reestruturação com a criação de novas instalações, o que permitirá retirar dele todo o potencial que necessariamente contém.

Fundo Documental do Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar Arquivo Histórico Militar

O presente estudo e relatório utilizou já extensamente as fontes cartográficas deste arquivo e, em especial, do fundo GEAEM. Porém, um trabalho de investigação de maior fôlego deverá voltar a estas mesmas fontes que numa análise de maior pormenor e comparativa revelarão muito mais acerca da evolução urbana e arquitectónica de Chaves. Lista-se infra uma relação das peças consultadas ordenadas pela respectiva cota de arquivo.

Cota	Data	Descrição
1294-1-8-12		Planta baixa que mostra os dous baluartes do Forte de S. Francisco da Praça de Chaves, que ficão para o ládo do Poente, e o terreno do picadeiro contiguo ao mesmo. Luis Ignacio de Barros Lima
1474-1-8-12	18##	Planta do Forte de S. Francisco, onde está situado o hospital regimental reunido de Chaves
7744-1-4A-8	19##	Planta do Quartel do Batalhão de Caçadores nº 3 [em] Chaves : 1º, 2º, 3º pavimentos e anexos. Em ozalide
1413-1-8-12	1833	Planta e perfil do paiol do Forte de S. Francisco em Chaves : em 12 de Março de 1833
1469-1-8-12	1840	Dezenhos relativos as Portas do Anjo de Chaves em 1840
1427-1-8-12	1841	Planta dos Quarteis de Cav.ª Bairro Alto e Trem na villa de Chaves
1428-1-8-12	1841	Planta que mostra a posição dos tres principaes quarteis de cavallaria e do Forte de São Francisco da Praça de Chaves
1423-1-8-12	1841	Planta que mostra o perfil do corpo central : [Padaria Militar em Chaves]. Refere-se ao edifício da antiga padaria militar de Chaves, na avenida Tenente Valadim; ver: 1420-1-8-12, 1421-1-8-12 e 1422-1-8-12.
1422-1-8-12	1841	Planta baixa do andar nobre do corpo central do edificio : [Padaria Militar em Chaves]
1421-1-8-12	1841	Aspecto que forma o edificio : [Padaria Militar em Chaves]

Cota	Data	Descrição
1420-1-8-12	1841	Planta baixa da casa que se projecta fazer na Praça de Chaves, para a manipolação, arrecadação e conservação dos generos para o fornecimento da tropa alli aquartellada
1419-1-8-12	1841	Planta que mostra o perfil do corpo central : [Padaria Militar em Chaves]
1418-1-8-12	1841	Planta baixa do andar nobre do corpo central do edificio : [Padaria Militar em Chaves]
1417-1-8-12	1841	Aspecto que forma o edificio : [Padaria Militar em Chaves]
1416-1-8-12	1841	Planta baixa da casa que se projecta fazer na Praça de Cháves, para amanipolação, arrecadação e conservação dos generos para o fornecimento da tropa ali aquartellada
1426-1-8-12	1842	Projecto de um quartel em Chaves para o Regimento de Cavalleria nº 6. Feito pelo Capitão do Corpo de Engenheiros A. J. B. de Vasconcellos e Sá em 1842
1448-1-8-12	1842	Obras de que ainda carece o Quartel de Infanteria nº 13 : [em Chaves] : nº 1
1449-1-8-12	1842	Obras de que ainda carece o Quartel de Infantaria nº 13 : [em Chaves] : nº 2
1459-1-8-12	1843	Pavim.to 2º Pl. nº 2 do Quartel do Castello em Chaves aonde se aloja o Regimento d'Infanteria nº 13
1460-1-8-12	1843	Pavimento terreo do Quartel do Castello em Chaves aonde se aloja o R.º d'Infanteria nº 13 : Pl. nº 1
1442-1-8-12	1852	Esboço de cosinha de Cavalleria nº 6 em Chaves : Orçamento da reparação do telhado da cosinha, feito em 17 de Julho de 1852 e 27 d'Agosto do mesmo anno, para fugão e chaminé : Fig. 1.
1443-1-8-12	1852	Corte A'B' da fig. 1 : [da cozinha de Cavalaria nº 6, em Chaves]
1444-1-8-12	1852	Projecção no plano que passa pela chaminé : [da cozinha de Cavalaria nº 6, em Chaves]
1445-1-8-12	1852	Corte na fig. 1 A"B" : [da cozinha de Cavalaria nº 6, em Chaves]
1446-1-8-12	1852	Esboço do fugão : [da cozinha de Cavalaria nº 6, em Chaves]
1433-1-8-12_a	1852	Memoria descriptiva do Quartel de Infanteria nº 13 em Chaves : pelas plantas nº 1 e 2 e do projecto de secretaria pela planta e perfis que acompanha o respectivo orçamento desta data
1434-1-8-12	1852	Planta e perfiz do projecto d'um edificio para Secretaria do Regimento de Infantaria nº 13 no seu quartel em Chaves : Em Agosto de 1852 : Nº 1
1478-1-8-12	1852	Planta e perfiz do projecto d'um edificio para secretaria do Regimento de Infantaria nº 13 no seu quartel em Chaves em Agosto de 1852.
1479-1-8-12	1852 ?	[Quartel do Regimento de Infantaria nº 13, em Chaves] : 2º plano [e] 3º plano : Nº 2. Cópia de original de 1852.
1480-1-8-12	1852	Planta do Quartel do Regimento de Infanteria nº 13 em Chaves em Abril de 1852 : 1º plano. Cópia
1482-1-8-12	1852 ?	Planta e perfil do projecto d'um edificio para secretaria do Regimento Infanteria nº 13 do seu quartel em Chaves : Nº 1
1483-1-8-12	1852 ?	[Quartel do Regimento de Infantaria nº 13, em Chaves] : 2º plano [e] 3º plano : Nº 2
1484-1-8-12	1852 ?	Planta do Quartel do Regimento de Infanteria nº 13 em Chaves

Cota	Data	Descrição
1485-1-8-12	1852 ?	Desenhos que fazem parte d'um projecto de uma casa para secretaria do R.º nº 13 : [em Chaves]. O aquartelamento era no antigo Baluarte de Santa Catarina, em Chaves. Ver também: 1478-1-8-12, 1479-1-8-12, 1480-1-8-12, 1481-1-8-12, 1482-1-8-12, 1483-1-8-12, 1484-1-8-12
1452-1-8-12	1853	Perfiz dos muros de revestimento e perfil e planta da cosinha que se projectão reconstruir no Quartel d'Infantaria nº 13 em Chaves
1453-1-8-12	1853	Plantas e perfiz dos muros de revestimento existentes e dos que se projectão reconstruir no Quartel d'Infantaria nº 13 e planta e perfil da nova cosinha no dito Quartel : [em Chaves]
1414-1-8-12	1854	Planta e perfil do paiol do Forte de São Francisco em Chaves : feito em 16 de Junho de 1854
1431-1-8-12	1854	Planta do Quartel do Regimento de Infantaria nº 13 em Chaves : Em Abril de 1852 : 1º plano
1432-1-8-12	1854	Planta do Quartel do Regimento de Infantaria nº 13 em Chaves : Em Abril de 1852 : 1º plano
1435-1-8-12	1854	[Quartel do Regimento de Infantaria nº 13 em Chaves] : 2º plano [e] 3º plano : Nº 2
1436-1-8-12	1854	Desenhos que fazem parte d'um projecto de ua caza para Secretaria do Regim. to nº 13 : [em Chaves] : Nº 2
1454-1-8-12	1854	Planta e perfil d'um projecto de latrina no Quartel d'Infantaria nº 13 em Chaves
1461-1-8-12	1854	Projecto respectivo ao orçamento de 20 de Janeiro de 1854 para construir um edificio para secretaria e concelho administrativo do Regimento d'Infantaria nº 13 em Chaves : Nº 1
1462-1-8-12	1854	Ampliação ao projecto respectivo ao orçamento de 20 de Janeiro de 1854, para construir um edificio para secretaria e concelho administrativo do Regimento d'Infantaria nº 13 em Chaves : Nº 2
1481-1-8-12	1854	Desenhos que fazem parte dum projecto de ua caza para secretaria do Regim.to nº 13 : [em Chaves] Cópia de original de 1852
1475-1-8-12	1855	Planta e perfil do paiol do Forte de S. Francisco em Chaves : em 12 de Março de 1855
1415-1-8-12	1855	Nova planta e perfil do paiol do Forte de S. Francisco em Chaves : em 12 de Março de 1855
1437-1-8-12	1855	Planta e perfiz do Quartel do Trem de Cavallaria nº 6 em Chaves e da ampliação pedida pelo Snr. Comman.te em 27 de Fevereiro de 1855
1438-1-8-12	1855	Planta e perfiz do Quartel do Trem de Cavallaria nº 6 em Chaves e da ampliação pedida pelo Snr. Comman.te em 27 de Fevereiro de 1855
1439-1-8-12	1855	[Planta, alçado e corte de um fogão pertencente a Cavalaria nº 6, em Chaves]
1477-1-8-12	1855	Plantas e perfis do Quartel do Trem de Cavallaria nº 6 em Chaves e da ampliação pedida pelo Snr. Comm.te em 27 de Fevereiro de 1855.
1441-1-8-12	1855	Fogão de Caçadores nº 3, em Chaves
1470-1-8-12	1868	Esboço das plantas dos dois palheiros situados aos lados da entrada do Forte de S. Francisco e alçados : [em Chaves]
1467-1-8-12	1869	Alçado, planta e cortes do edificio do Trem em Chaves

Cota	Data	Descrição
1468-1-8-12	1869	Alçado, planta e cortes do projecto d'uma cavallariça e arrecadações em substituição do edificio do Trem em Chaves
1471-1-8-12	1869	Alçado, planta e cortes do edificio do Trem em Chaves
1472-1-8-12	1869	Alçado, planta e cortes do projecto d'uma cavallariça e arrecadações em substituição do edificio do Trem em Chaves
1476-1-8-12	1872	Quartel dos reformados : [em Chaves]. Este Quartel estava instalado em parte do edifício do antigo Convento de S. João de Deus, no Bairro da Madalena em Chaves, e constituíu o prédio militar nº 28.
1440-1-8-12	1874	Esboço de anteprojecto de quartel de Cavalleria em Chaves
1447-1-8-12	1874	Esboço de parte da villa de Chaves (Quartéis do Trem, Cavalaria e Santa Catarina)
1455-1-8-12	1874	Plano do deposito de esgoto das latrinas d'Inf.ª nº 13 em Chaves
1450-1-8-12	1875	Planta e anteprojecto do Quartel de Infant.ª 13 em Chaves
1451/I-1-8-12	1875	Planta e anteprojecto do Quartel de Infant.ª 13 em Chaves
1451_II-1-8-12	1875	[Planta e anteprojecto do Quartel de Infantaria nº 13 em Chaves]
7749-3-43-58	1889	Planta [da cozinha] ; Perfil longitudinal ; Alçado e perfil transversal ; Alçado lateral
7748-3-43-58	1889	Plantas dos 1º e 2º pavimentos e da cobertura ; Perfis 7 e 8 e longitudinal
7747-3-43-58	1889	Fachada exterior ; Fachada interior ; Empena ; Corte E F
7750-3-43-58	1890	Perfis
7726-1-4A-8	1890	Planta da Secretaria Regimental de Infanteria 13 [em Chaves] : 1º andar : Rez do chão : Alçado da divisoria
7727-1-4A-8	1891	Planta do edificio da Secretaria Regimental de Inf.ª 13 [em Chaves]
7758-3-43-58	1893	Obra de consolidação da muralha que sustenta a parada do quartel d'Infanteria nº 19 em Chaves : perfil do muro : parada
7754-3-43-58	1893	Horta de Infanteria nº 19
9890-1-8-12	1893	Fosso ao sul da Porta do Anjo : [em Chaves]. É o Fosso do Baluarte de Santo Amaro, em Chaves
9888-1-8-12_a	1893	Fosso ao norte da Porta do Anjo : Antiga Praça de Chaves
9886-1-8-12	1893	Fosso da Madalena : [em Chaves] : [Lado sul] : Terrapleno do ramal direito da testa de ponte
9885-1-8-12	1893	Fosso da Madalena : [em Chaves] : [Lado norte]
9884-1-8-12	1893	Horta da Porta do Sol : [em Chaves]. O tombo desta D. A. Eng.ª dá as confrontações seguintes, segundo uma comissão que reuniu em Chaves a 24 de Agosto de 1901 e constituída por João José Pereira Dias, Coronel Inpector de Eng.ª, Augusto Xavier Teixeira, Capitão de Eng.ª, e Pedro Gomes Teixeira, Capitão de Eng.ª: Norte e Leste, muralha da antiga frente da Porta do Sol; Sul, rua do Sol; Oeste, caminho das Caldas. Confrontando os desenhos nº 4014 e 1295, conclui-se que a Porta do Sol é a primitivamente designada por Postigo das Caldas. Desta maneira e tendo em atenção que a horta é o terreno do antigo fosso, conforme se lê no processo do tombo, fica este terreno perfeitamente localizado

Cota	Data	Descrição
9882-1-8-12	1893	Fosso da Magdalena : [em Chaves] : [Lado sul] : Terrapleno do ramal direito da testa da ponte
7792-1-8-12	1893	Fosso da Madalena : [em Chaves] : Lado norte
7776-1-8-12	1893	[Região a sul da antiga Porta do Anjo da Praça de Chaves]
7775-1-8-12	1893	Horta da Porta do Sol : [em Chaves]
7763-3-43-58	1896	Quartel de Infanteria 19 : cazerna da 3ª / 2ª : caixilhos de movimento
7768-3-43-58	1901	Planta da passagem ; Perfis por AB e por CD
7764-3-43-58	1901	Perfil longitudinal pelo eixo da ponte ; Planta da ponte
7769-3-43-58	1902	Casa indicada para installação da estufa a vapôr : planta : corte AB
9883-1-8-12	1902	[Aquartelamentos reservados em Chaves à cavalaria no Bairro Alto e no Baluarte do Trem]
9887-1-8-12	1902	Terrenos reservados no Forte de S. Francisco : [em Chaves]
9889-1-8-12	1902	Terrenos reservados no Quartel da Guarda Fiscal : [em Chaves]. Era pertença do Convento de S. João de Deus no Bairro da Madalena (antiga obra Correa da Madalena) na Praça de Chaves; tinha o nº 28 no tombo do Ministério da Guerra
9898-1-8-12	1902	Terrenos c/ reservados ao Quartel de Infanteria : [em Chaves]
7770-3-43-58	1905	Fachada e cortes
7767-1-4A-8	1906	Sala de banhos no Quartel de Cavallaria de Chaves
7774-3-43-58	1906	Quartel de Infanteria 19 : 3ª caserna do 2º Batalhão : caixilhos de vidraça basculantes nas janellas gemeas novas : alçado da face exterior : corte A A : alçado da face interior
7772-3-43-58	1906	Quartel de Infanteria 19 : 3ª caserna do 2º Batalhão : caixilhos de vidraça basculantes nas janellas antigas : alçados das faces interior e exterior
7793-3-43-58	1907	[Pormenores para as sentinas do quartel de Infantaria 19 em Chaves]
7780-3-43-58	1907	Plano geral de modificação do quartel d'Infanteria em Chaves
7755-1-4A-8	1910	Projecto da cobertura do picadeiro de Chaves : Planta do estado actual : Planta da cobertura projectada
7778-1-4A-8	1910	Calculo da asna : [Cobertura do picadeiro de Cavalaria nº 6 em Chaves]
7751-1-4A-8	1911	Rez-do-chão da cazerna nº 1 do 3º Esquadrão de Cav.ª nº 6 : [em Chaves]
7762-1-4A-8	1911	Quartel de Cavallaria nº 6 [em Chaves] : Planta da casa de ensaio da charanga
9881-1-8-12	1917	Avenidas da estação de caminho de ferro à villa de Chaves : Copia
9891-1-8-12	1918 ?	Planta do Quartel do Regimento de Inf.ª nº 19 : [em Chaves]. Insp.ão G.al das F.ões e Obras Militares, 4 de Fevereiro de 1918 ; o Chefe da 1ª Repartição, Sebastião Nunes da Matta, T.e C.el d'Eng.ª. O aquartelamento está instalado no Baluarte de Santa Catarina e no Castelo
9892-1-8-12	1919	Progeto d'ampliação do Quartel de Cavalaria nº 6 em Chaves
9894-1-8-12	1919	Avenida da estação : [em Chaves] : [Projectada]
9895-1-8-12	1920	Planta parcelar do predio militar nº 21 denominado Picadeiro Velho de Cavalaria... : Freguezia de S.ta Maria Maior : [em Chaves]
9893-1-8-12	1922	Troço da avenida dos Aliados, em Chaves, junto ao Quartel de Cavalaria nº 6

Cota	Data	Descrição
9896-1-8-12	1923	Propriedade proposta para venda... [no] concelho de Chaves, freguezia de S.ta Maria Maior : Predio militar nº 21
9897-1-8-12	1924	Propriedade proposta para venda... [no] concelho de Chaves, freguezia de S.ta Maria Maior : Predio militar nº 21...
1458-1-8-12	1860 ? (década de 1860?)	Planta respectiva ao modo porque se projecta o reforço da Torre do lado sul do calaboço da Praça de Chaves no Quartel de Infantaria nº 13
7462-3-43-58	1889 a 1907	Quartel do Regimento de Infantaria 19 em Chaves. Colecção de 15 desenhos

Fundo documental do Conselho da Guerra
Direcção Geral de Arquivos/ANTT

Este fundo documental é da maior relevância para o estudo da evolução urbana e arquitectónica de Chaves a partir de 1640. Algumas das séries que o compõe tem catálogos com resumos e transcrições das peças mais relevantes já publicadas como os **Decretos** (CHABY, Cláudio - Synopse dos decretos remetidos ao extinto Conselho de Guerra. Lisboa: Imprensa Nacional, 1869-1892. 8 vols e SANTOS, Horácio Madureira dos - Catálogo dos decretos do extinto Conselho de Guerra na parte não publicada pelo general Cáudio de Chaby. Separata do Boletim do Arquivo Histórico Militar. Lisboa: Arquivo Histórico Militar, 1968) mas uma grande massa de informação pormenorizada está inédita principalmente no que diz respeito à **Correspondência**, às **Consultas** ou aos **Livros de registo de patentes**, os **Alvarás** e os **Aviso**.

DGARQ – Direcção Geral de Arquivos/ANTT
***Título**: Conselho de Guerra / Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra*
***Nível**: Fundo*
***Dimensão**: 284 liv.; 1.055 cx.*
***História Administrativa**:*

O Conselho de Guerra foi criado em 11 de Dezembro de 1640, tendo recebido Regimento em 22 de Dezembro de 1643, para se ocupar dos assuntos militares, nomeadamente, organização do exército e da armada, nomeação dos oficiais de patente, fortificações, projectos de operações, justiça militar e disciplina. Funcionava, também, como tribunal superior de justiça militar de primeira instância para as tropas da Corte e de apelação para as de província.

O Conselho era composto por um número não especificado de conselheiros, um assessor, um promotor de justiça e um secretário. Competia ao Conselho confirmar as nomeações de diversas categorias da hierarquia militar, passar patentes, fazer cumprir as obrigações dos cargos, dar licenças de serviço a oficiais e soldados em determinadas circunstâncias, informar-se regularmente do estado das fortalezas e fortificações, tomar as medidas necessárias ao bom funcionamento das oficinas e fundições encarregues do fabrico de armas e munições.

Após a criação da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, por Alvará de 28 de Julho de 1736, a importância do Conselho ficou muito limitada, tendo, no entanto, continuado a ter funções consultivas até 1834. Passaram para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra todos os assuntos respeitantes à guerra e aos exércitos e, em tempo de paz, aos negócios relativos ao corpo militar, a administração da Contadoria Geral da Guerra, as Vedorias, as fortificações, os armazéns das munições de guerra, os provimentos de todos os postos militares, as ordenanças e os regimentos. Por Carta Régia de 6 de Janeiro de 1801, os Negócios da Guerra foram temporariamente individualizados em relação à Secretaria dos Negócios Estrangeiros, voltando a ficar unidos pelo Alvará de 23 de Julho de 1801. De notar que os fundos

necessários à manutenção de todo o aparelho militar eram administrados pela Junta dos Três Estados. Com a extinção desta, por Alvará de 8 de Abril de 1813, o Conselho de Guerra ficou encarregue da inspecção das coudelarias. O Decreto de 23 de Setembro de 1822 tornou independentes os Negócios Estrangeiros e os da Guerra, criando duas secretarias autónomas. O Alvará de 29 de Julho de 1823 definiu as atribuições do comandante em chefe do exército, estabelecendo a organização da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. Em 1834, o Decreto de 1 de Julho extinguiu o Tribunal do Conselho de Guerra, substituindo-o pelo Supremo Conselho de Justiça Militar, para conhecer e julgar em segunda e última instância os crimes militares.

***Datas**: 1640-1834*

***Âmbito e Conteúdo**:*

A documentação do Conselho de Guerra, na qual se destacam os livros de registo de patentes, alvarás, decretos, avisos, correspondência e as consultas como as séries de maior riqueza informativa, aborda assuntos como a organização do exército, milícias e armada, carreira militar, justiça e disciplina, censos, recrutamento ou "alevantamentos" de tropas, deserções, fardamento, armamento, fortificação e aprovisionamento de praças, governo da províncias, nomeações de autoridades militares e civis. Inclui, ainda, documentação intitulada "Papéis de Diogo de Mendonça Corte-Real" que correspondem, grosso modo, ao período em que foi ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos. No entanto, este conjunto inclui datas anteriores e posteriores àquela época e é constituído por documentação que pertenceria ao Ministério do Reino.

***Organização e ordenação**:*

Apresenta-se o fundo segundo a estrutura orgânica, conforme indicada nos próprios livros: Secretaria do Exército da Corte e Província da Estremadura, Vedoria Geral do Exército do Alentejo, Vedoria Geral do Exército da Beira, Vedoria Geral do Exército do Porto, Vedoria Geral do Minho, e Vedoria da Praça de Mazagão. As séries produzidas pelo Conselho propriamente dito são descritas na dependência directa do fundo.

***História custodial**:*

O arquivo do Conselho de Guerra foi instalado, após o terramoto de 1755, juntamente com arquivos de outras proveniências, no designado Palácio do Pátio das Vacas, na Ajuda. O Arquivo Geral do Ministério da Guerra, no qual estava integrado o do Conselho de Guerra, foi sujeito a diversas transferências: em 1845 para o piso inferior do Palácio da Ajuda e em 1860 para umas salas anexas ao Jardim Botânico da Ajuda. Uma Portaria do Ministério do Reino, de 22 de Junho de 1865, ordenou o início dos trabalhos de inventariação e transferência do arquivo do Conselho de Guerra para a Torre do Tombo. Para os efectuar, foi nomeado Cláudio Chaby, por Portaria de 14 de Abril de 1866. A documentação foi enviada em 14 remessas entre 1868 e 1889 do Arquivo Geral do Ministério de Guerra. Foi, ainda, incorporada documentação em 1925 que se encontrava no Arquivo Histórico Militar.

***Auxiliares de pesquisa**:*

Catálogos (L 213, 215 a 219 e 220A a F); Guias de remessa (L 214 e 221). Arquivo Histórico Militar

Unidades de descrição relacionadas:

Chancelaria Régia; Registo Geral de Mercês; Junta dos Três Estados; Ministério do Reino; Ministério dos Negócios Estrangeiros.

***Bibliografia**:*

CHABY, Cláudio - Synopse dos decretos remetidos ao extinto Conselho de Guerra. Lisboa: Imprensa Nacional, 1869-1892. 8 vols.

HESPANHA, António Manuel - História das instituições: épocas medieval e moderna. Coimbra: Almedina, 1982.

MATOS, Gastão de Melo - Conselho de Guerra. In Dicionário de História de Portugal. Porto: Figueirinhas, 1985.

SANTOS, Horácio Madureira dos - Catálogo dos decretos do extinto Conselho de Guerra na parte não publicada pelo general Cáudio de Chaby. Separata do Boletim do Arquivo Histórico Militar. Lisboa: Arquivo Histórico Militar, 1968

in http://www.dgarq.gov.pt/fundos.html?data_id=387&file_name=tt073.xml

Fundo do Cartório Notarial de Chaves
Arquivo Distrital de Vila Real

A investigação dos documentos do Cartório Notarial de Chaves, ainda que a data mais antiga seja 1693 e a maioria das séries arranque em meados do século XVIII, revelar-se-à muito importante no sentido de identificar *contratos* e *apontamentos* ou projectos de obra, identificando encomendantes, donos de obra, projectistas e executantes bem como pormenores relativos aos projectos. É possível que muitos dos contratos de obra possam ter sido registados em outros cartórios notariais que não o de Chaves, mas deverá aí guardar-se uma massa de informação substancial. O aprofundamento do estudo da evolução urbana e arquitectónica de Chaves passará necessariamente por este fundo documental. No Arquivo Distrital de Vila Real guardam-se as seguintes séries:

PT-ADVRL-CNCHV1 Fundo Cartório Notarial de Chaves – 1º Ofício 1733 – 1936
PT-ADVRL-CNCHV1/001/003 Documento Composto 1747-06-29 – 1750-01-09
PT-ADVRL-CNCHV1/001/010 Documento Composto 1757-01-25 – 1760-03-11
PT-ADVRL-CNCHV1/001/016 Documento Composto 1769-08-31 – 1772-06-27
PT-ADVRL-CNCHV1/001/018 Documento Composto 1774-12-16 – 1777-07-03
PT-ADVRL-CNCHV1/001/024 Documento Composto 1789-09-09 – 1790-08-27
PT-ADVRL-CNCHV1/001/032 Documento Composto 1799-06-19 – 1801-01-20

PT-ADVRL-CNCHV2 Fundo Cartório Notarial de Chaves – 2º Ofício 1716 – 1930
PT-ADVRL-CNCHV2/001/021 Documento Composto 1746-04-20 – 1748-03-19
PT-ADVRL-CNCHV2/001/022 Documento Composto 1748-03-28 – 1749-02-08
PT-ADVRL-CNCHV2/001/023 Documento Composto 1749-02-16 – 1750-04-21
PT-ADVRL-CNCHV2/001/031 Documento Composto 1761-05-25 – 1765-04-01
PT-ADVRL-CNCHV2/001/032 Documento Composto 1765-04-02 – 1767-09-16
PT-ADVRL-CNCHV2/001/033 Documento Composto 1767-09-27 – 1770-04-18
PT-ADVRL-CNCHV2/001/037 Documento Composto 1777-05-15 – 1778-11-19
PT-ADVRL-CNCHV2/001/040 Documento Composto 1783-04-03 – 1785-11-08
PT-ADVRL-CNCHV2/001/041 Documento Composto 1785-12-03 – 1787-01-13
PT-ADVRL-CNCHV2/001/045 Documento Composto 1791-03-22 – 1792-11-15
PT-ADVRL-CNCHV2/001/052 Documento Composto 1800-03-16 – 1802-05-26
PT-ADVRL-CNCHV2/001/055 Documento Composto 1805-01-05 – 1806-06-13

PT-ADVRL-CNCHV3 Fundo Cartório Notarial de Chaves – 3º Ofício 1694 - 1920
PT-ADVRL-CNCHV3/001/048 Documento Composto 1766-09-30 – 1768-03-02
PT-ADVRL-CNCHV3/001/051 Documento Composto 1771-02-11 – 1773-05-31
PT-ADVRL-CNCHV3/001/052 Documento Composto 1773-06-03 – 1774-12-11
PT-ADVRL-CNCHV3/001/053 Documento Composto 1775-01-16 – 1778-02-13
PT-ADVRL-CNCHV3/001/054 Documento Composto 1778-03-12 – 1780-05-06
PT-ADVRL-CNCHV3/001/057 Documento Composto 1785-06-17 – 1787-05-25
PT-ADVRL-CNCHV3/001/058 Documento Composto 1787-07-17 – 1789-09-15
PT-ADVRL-CNCHV3/001/059 Documento Composto 1789-10-06 – 1792-01-29
PT-ADVRL-CNCHV3/001/065 Documento Composto 1799-04-23 – 1801-08-04
PT-ADVRL-CNCHV3/001/070 Documento Composto 1804-07-13 – 1805-05-25

PT-ADVRL-CNCHV4 Fundo Cartório Notarial de Chaves – 4º Ofício 1881 – 1929

PT-ADVRL-CNCHV5 Fundo Cartório Notarial de Chaves – 5º Ofício 1693 – 1835
PT-ADVRL-CNCHV5/001/039 Documento Composto 1769-10-21 – 1773-02-19
PT-ADVRL-CNCHV5/001/040 Documento Composto 1773-03-18 – 1774-11-06
PT-ADVRL-CNCHV5/001/041 Documento Composto 1774-11-01 – 1777-03-05
PT-ADVRL-CNCHV5/001/048 Documento Composto 1786-05-12 – 1788-03-13
PT-ADVRL-CNCHV5/001/050 Documento Composto 1788-12-13 – 1789-11-01
PT-ADVRL-CNCHV5/001/053 Documento Composto 1791-08-19 – 1792-08-23

PT-ADVRL-CNCHV5/001/058 Documento Composto 1799-04-02 – 1802-09-24
PT-ADVRL-CNCHV5/001/063 Documento Composto 1809-10-07 – 1812-05-02

PT-ADVRL-CNCHV6 Fundo Cartório Notarial de Chaves – 6º Ofício 1750 – 1869
PT-ADVRL-CNCHV6/001/001 Documento Composto 1750-12-28 – 1752-03-12
PT-ADVRL-CNCHV6/001/002 Documento Composto 1752-03-29 – 1753-03-28
PT-ADVRL-CNCHV6/001/003 Documento Composto 1753-03-29 – 1754-05-10
PT-ADVRL-CNCHV6/001/004 Documento Composto 1759-01-02 – 1760-06-16
PT-ADVRL-CNCHV6/001/005 Documento Composto 1760-06-22 – 1761-12-15
PT-ADVRL-CNCHV6/001/006 Documento Composto 1761-12-17 – 1764-05-27
PT-ADVRL-CNCHV6/001/007 Documento Composto 1764-06-02 – 1766-07-07
PT-ADVRL-CNCHV6/001/009 Documento Composto 1768-01-26 – 1771-12-01
PT-ADVRL-CNCHV6/001/010 Documento Composto 1771-12-05 – 1775-02-15
PT-ADVRL-CNCHV6/001/011 Documento Composto 1775-02-17 – 1777-04-02
PT-ADVRL-CNCHV6/001/012 Documento Composto 1777-04-06 – 1778-08-23
PT-ADVRL-CNCHV6/001/017 Documento Composto 1788-04-21 – 1789-10-21
PT-ADVRL-CNCHV6/001/023 Documento Composto 1800-06-06 – 1807-07-05
PT-ADVRL-CNCHV6/001/025 Documento Composto 1803-07-18 – 1804-09-02
PT-ADVRL-CNCHV6/001/028 Documento Composto 1809-09-07 – 1814-09-20

PT-ADVRL-CNCHV7 Fundo Cartório Notarial de Chaves – 7º Ofício 1755 - 1836
PT-ADVRL-CNCHV7/001/009 Documento Composto 1769-06-13 – 1772-01-31
PT-ADVRL-CNCHV7/001/011 Documento Composto 1774-03-28 – 1776-06-30
PT-ADVRL-CNCHV7/001/012 Documento Composto 1776-07-05 – 1778-05-30
PT-ADVRL-CNCHV7/001/013 Documento Composto 1778-06-08 – 1780-02-06
PT-ADVRL-CNCHV7/001/015 Documento Composto 1783-03-07 – 1784-12-21
PT-ADVRL-CNCHV7/001/016 Documento Composto 1785-01-09 – 1786-06-24
PT-ADVRL-CNCHV7/001/017 Documento Composto 1786-06-30 – 1787-09-28
PT-ADVRL-CNCHV7/001/018 Documento Composto 1787-09-29 – 1788-12-10
PT-ADVRL-CNCHV7/001/019 Documento Composto 1790-02-06 – 1791-02-26
PT-ADVRL-CNCHV7/001/020 Documento Composto 1791-03-01 – 1792-08-17
PT-ADVRL-CNCHV7/001/021 Documento Composto 1792-08-19 – 1794-01-10
PT-ADVRL-CNCHV7/001/022 Documento Composto 1794-01-16 – 1795-08-09
PT-ADVRL-CNCHV7/001/025 Documento Composto 1798-01-26 – 1799-12-06
PT-ADVRL-CNCHV7/001/026 Documento Composto 1799-12-14 – 1801-09-12
PT-ADVRL-CNCHV7/001/027 Documento Composto 1801-10-29 – 1803-09-10
PT-ADVRL-CNCHV7/001/028 Documento Composto 1803-10-29 – 1805-01-28
PT-ADVRL-CNCHV7/001/029 Documento Composto 1805-02-10 – 1806-03-21
PT-ADVRL-CNCHV7/001/030 Documento Composto 1806-04-05 – 1808-09-29
PT-ADVRL-CNCHV7/001/031 Documento Composto 1808-10-15 – 1810-09-24
PT-ADVRL-CNCHV7/001/032 Documento Composto 1812-09-29 – 1814-09-07
PT-ADVRL-CNCHV7/001/033 Documento Composto 1814-09-22 – 1815-03-06
PT-ADVRL-CNCHV7/001/034 Documento Composto 1815-03-12 – 1816-03-10
PT-ADVRL-CNCHV7/001/035 Documento Composto 1816-03-14 – 1817-01-06
PT-ADVRL-CNCHV7/001/036 Documento Composto 1817-01-28 – 1817-10-31

PT-ADVRL-CNCHV8 Fundo Cartório Notarial de Chaves – 8º Ofício 1900 – 1963

PT-ADVRL-CNCHV9 Fundo Cartório Notarial de Chaves – 9º Ofício 1900 – 1942

PT-ADVRL-CNCHV10 Fundo Cartório Notarial de Chaves – 10º Ofício 1931 – 1996

Arquivos da Casa de Bragança

A documentação do senhorio da Casa de Bragança, a quem pertencia a vila de Chaves, constitui outro fundo documental muito promissor para o aprofundamento do estudo da evolução urbana e arquitectónica daquela vila. Um exemplo concreto do maior interesse seria o desenvolvimento do embrião de reconstituição do Paço dos Duques que ensaiamos no presente relatório e que encontraria certamente muita informação relevante neste fundo documental.

Existe um pequeno núcleo no **ANTT**, Arquivos de Família (GF), Casa de Bragança (F), Datas de produção: 1517-1552, Dimensão: 1 liv. Auxiliares de pesquisa: L545. Mas o principal do conjunto da documentação guarda-se no **Arquivo Histórico da Casa de Bragança**, instalado no antigo Paço do Bispo-Deão, em Vila Viçosa.

O Arquivo Histórico da Casa de Bragança, instalado no antigo Paço do Bispo-Deão, em Vila Viçosa - o mais rico arquivo particular do país - é constituído por um conjunto de códices, maços e documentos avulsos num total calculado em cerca de 200 000 peças, cronologicamente situadas entre os fins do século XVI e os finais do século XIX, com excepção de alguns pergaminhos do século XV. O cartório original remonta ao tempo da criação do ducado de Bragança, em 1442, mas essa preciosa documentação até meados do século XVII desapareceu quando do terramoto de 1755.

Na sua maioria o acervo documental hoje existente tem carácter administrativo, contendo preciosas informações sobre as antigas comarcas da Casa de Bragança e seus almoxarifados, que se espalharam desde o Minho e Trás-os-Montes até à Estremadura e Alentejo, assim como todos os registos da chancelaria privativa da casa ducal, dos quais sobressaiem os livros das Mercês do Duque D. Teodósio II (1583-1630), registos que se prolongaram depois até 1834.

Nos seus princípios, o Arquivo Histórico esteve instalado em Lisboa, sucessivamente no Palácio dos Duques de Bragança, na Praça do Comércio (Entre a Rua Augusta e a Rua do Ouro), Casa do Risco do Arsenal de Marinha, Palácio das Necessidades, Palácio do Rossio, Rua Vítor Cordon, donde transitou em 1945 para o Palácio de Vila Viçosa. Nesta Vila passou ainda por instalações do Castelo, entre 1965 e 1988, data esta em que se transferiu para as actuais dependências.

O extenso conjunto documental distribui-se por sete salas, organizado por séries de entre as quais se destacam as seguintes: Reforma do Cartório (1756), Registo Geral (que integra as Mercês, os Tombos, etc.), Aforamentos, Direitos Extintos, Autos Cíveis, Assinaturas Régias, Administração Geral (de 1834 em diante), D. Fernando II, Delegação de Barcelos, etc., além de uma importante série de avulsos.

in: http://www.fcbraganca.pt/arquivos/fcb.htm